ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLI Nº 120

Brasília - DF, quinta-feira, 26 de junho de 2014

Sumário

PÁGINA

Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 2
Ministério da Cultura 3
Ministério da Defesa 4
Ministério da Educação 12
Ministério da Fazenda 14
Ministério da Justiça 26
Ministério da Pesca e Aquicultura 33
Ministério da Previdência Social 33
Ministério da Saúde 34
Ministério das Cidades 43
Ministério das Comunicações 43
Ministério de Minas e Energia 45
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 52
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior 54
Ministério do Meio Ambiente 54
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 55
Ministério do Trabalho e Emprego 100
Ministério dos Transportes 104
Ministério Público da União 105
Tribunal de Contas da União 106
Defensoria Pública da União 129
Poder Judiciário 130
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 130

Presidência da República

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 24 de junho de 2014

Entidade: AC CAIXA PJ, vinculada à AC CAIXA
Processo nº: 00100.000052/2003-17

Acolhe-se o Parecer CGAF/ITI nº 018a/2014 e Nota nº 245/2014/PRCC/PFE-ITI/PGF/AGU, que aprova a versão 3.0 da PC T3 e T4 da AC CAIXA PJ, vinculada à AC CAIXA. O arquivo contendo os documentos aprovados possuem os *hashes* SHA1 informados no Parecer e devem ser publicados pela AC em seu repositório no prazo máximo de 30 dias, a contar da data desta publicação.

Em 25 de junho de 2014

Entidade: CERTIFICCA DIGITAL
CNPJ: 18.819.852/0001-70
Processo Nº: 00100.000076/2014-11

Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 10/13), RECEBO a solicitação de credenciamento da Autoridade de Registro CERTIFICCA DIGITAL, operacionalmente vinculada à AC DIGITALSIGN, com fulcro no item 2.2.3.1.2 do DOC ICP 03, versão 4.7, de 06 de junho de 2014. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

Entidade: VD DIGITAL
CNPJ:19.432.214/0001-65
Processo Nº: 00100.000145/2014-96

Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 139/142), RECEBO a solicitação de credenciamento da Autoridade de Registro VD DIGITAL, operacionalmente vinculada à AC BOA VISTA CERTIFICADORA, com fulcro no item 2.2.3.1.2 do DOC ICP 03, versão 4.7, de 06 de junho de 2014. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

Entidade: AR ISIGN, vinculada à AC CERTISIGN JUS
Processo nº: 00100.000208/2006-02

Acolhe-se a Nota nº 329/2014/APG/PFE-ITI/PGF/AGU que opina pelo deferimento do pedido de alteração de endereço de Instalação Técnica da AR ISIGN, vinculada à AC CERTISIGN JUS, listado abaixo, para as Políticas de Certificados credenciadas.

AR	ENDEREÇO
AR ISIGN	Anterior: Rua Assembleia, 10, Sala 1014, Centro, Rio de Janeiro - RJ.
	Novo: Rua da Assembleia, 10, sala 1024- Parte, Centro, Rio de Janeiro-RJ.

Entidade: AR RITACCO, vinculada à AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN MULTIPLA, AC SINCOR, AC CERTISIGN RFB, AC SINCOR RFB e AC BR RFB
Processos nºs: 00100.000208/2006-02, 00100.000040/2003-84, 00100.000426/2005-58, 00100.000183/2003-96, 00100.000306/2007-12 e 00100.000126/2008-11

Acolhe-se as Notas nºs 330, 302, 309 e 339/2014/APG/PFE-ITI/PGF/AGU e 353 e 292/2014/PRCC/PFE-ITI/PGF/AGU que opinam pelo deferimento dos pedidos de alteração de endereço da AR RITACCO, vinculada à AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN MULTIPLA, AC SINCOR, AC CERTISIGN RFB, AC SINCOR RFB e AC BR RFB, listado abaixo, para as Políticas de Certificados credenciadas.

AR	ENDEREÇO
RITACCO	Anterior: Avenida Doutor Renato de Andrade Maia, 584, 1 Andar, Parque Renato Maia, Guarulhos-SP
	Novo: Avenida Doutor Renato de Andrade Maia, 893, Conjunto 12, Parque Renato Maia, Guarulhos-SP

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

SECRETARIA DE PORTOS
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DA ATA DE CONSTITUIÇÃO

Em 16 de junho de 2014, considerando o disposto no art. 20 da Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, no art. 36 do Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, e na Portaria SEP-PR nº 244, de 26 de novembro de 2013, foi realizada a reunião de instalação do Conselho de Autoridade Portuária - CAP de Angra dos Reis, no Edifício Sede da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, com a presença dos conselheiros titulares e suplentes que assinaram a lista de comparecimento à reunião.

DOMENICO ACCETTA
Presidente do CAP

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RESOLUÇÃO Nº 328, DE 25 DE JUNHO DE 2014

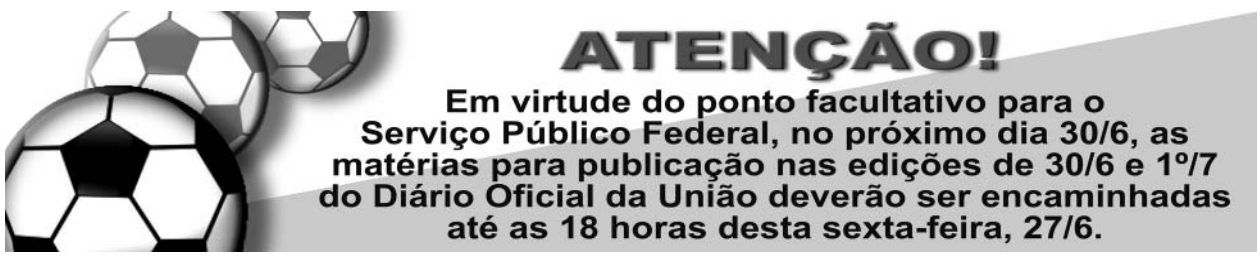
Altera dispositivo da Resolução nº 255, de 13 de novembro de 2012.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da prerrogativa de que trata o art. 6º do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, com as alterações posteriores, tendo em vista o disposto nos arts. 22 e 37 da Convenção de Aviação Civil Internacional, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 21.713, de 27 de agosto de 1946, e 7º, inciso XI e parágrafo único, do Anexo ao Decreto nº 7.168, de 5 de maio de 2010, considerando o que consta do processo nº 00058.048990/2012-43,resolve, ad referendum da Diretoria:

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107



EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Alterar o art. 9º da Resolução nº 255, de 13 de novembro de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º Esta Resolução entra em vigor no dia 22 de julho de 2014." (NR)

Art. 2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIA Nº 1.470, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, resolve:

Art 1º Tornar pública a emissão dos Certificados Suplementares de Tipo (CST) abaixo relacionados, emitidos nas datas respectivamente indicadas:

Nº CST	Detentor do CST	Descrição	Aplicabilidade - Aereonaves	Data
2014S06-12	ABC, Completions - EUA	SA05-61 (CMC Electronics CMA-1100 Class II Electronic Flight Bag System Installation)	Bombardier modelo BD-700-1A10	17.06.2014
2014S06-13	ACTAER - Aer. Com. e Ser. Técnicos Ltda. - Brasil	Instalação de um Áudio Panel modelo GMA 340 da Garmin)	Embraer modelos EMB-110; EMB-110C; EMB-110E; EMB-110P; EMB-110P1 e EMB-110P2.	18.06.2014
2014S06-14	Aeromot - Aeronaves e Motores S.A. - Brasil	Sistema de Imageamento com Transmissão em Tempo Real	Airbus Helicopters modelo EC 130 B4, N/S 4531, PR-ECB.	20.06.2014
2014S06-15	Aeromot - Aeronaves e Motores S.A. - Brasil	Sistema de Imageamento com Transmissão em Tempo Real	Airbus Helicopters modelo EC 130 B4, N/S 7046, PR-BOP.	20.06.2014

Art. 2º O inteiro teor da aprovação citada acima se encontra disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www2.anac.gov.br/certificacao/PST/index_pst.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DINO ISHIKURA

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO

PORTARIA Nº 1.469, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO INTERINO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 39, inciso XXXVII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, com suas alterações posteriores, tendo em vista o disposto na Portaria nº190/GC-5, de 20 de março de 2001 e considerando o que consta do processo nº 00058.006583/2012-69, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento jurídico da sociedade empresária AERO KING ESCOLA DE AVIAÇÃO E AEROAGRÍCOLA LTDA., nova denominação social da empresa AEROKING AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA., CNPJ 00.260.119/0001-01, com sede social em Toledo (PR), como empresa exploradora de serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data da publicação desta Portaria.

§ 1º A exploração do serviço aéreo público especializado referido no caput fica condicionada à outorga de autorização operacional pela Diretoria da ANAC, após o atendimento dos requisitos técnico-operacionais.

§ 2º A atividade de escola de aviação civil fica condicionada à obtenção de autorização específica a ser solicitada pela empresa junto à Superintendência de Padrões Operacionais - SPO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BISINOTTO CATANANT

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuiçao que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.008364/2011-79, resolve:

Art. 1º Alterar os arts. 5º, 19, 32 e 41 da Instrução Normativa nº 57, de 11 dezembro de 2013, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 5º .....

§ 1º Até 30 de julho de 2014, a documentação de que trata o inciso XIII deste artigo poderá ser substituída da seguinte forma:

I - cópia do documento do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial que comprove a protocolização da solicitação de acreditação do laboratório junto à Coordenação-Geral de Acreditação - CGCRE/Inmetro até a data limite de 30 de junho de 2014; ou

II - cópia do FOR-CGCRE-006 - Aceitação da Solicitação de Acreditação, emitido pela Coordenação-Geral de Acreditação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial CGCRE/Inmetro.

§ 2º O laboratório que protocolizar a cópia prevista no inciso I do § 1º deste artigo terá até 31 de dezembro de 2014 para apresentar o documento previsto no inciso II do § 1º deste artigo.

§ 3º Após a apresentação do documento previsto no inciso II deste artigo, o laboratório terá até vinte quatro meses, contados a partir da emissão do FOR-CGCRE-006, para apresentar a documentação prevista no inciso XIII deste artigo."(NR)

"Art. 19. .....

§ 1º A solicitação de que trata o caput deverá ser acompanhada de documento assinado pelo representante legal do laboratório informando a pretensão de alteração de endereço.

§ 2º No caso previsto no caput, a documentação de que trata o inciso XIII do art. 5º poderá ser substituída pelo FOR-CGCRE-006 - Aceitação da Solicitação de Acreditação, emitido pela CGCRE/Inmetro.

§ 3º O prazo máximo para apresentação da documentação de que trata o inciso XIII do art. 5º será de vinte quatro meses, a partir da emissão do FOR-CGCRE-006 - Aceitação da Solicitação de Acreditação."(NR)

"Art. 32 .....

V - avaliação do cumprimento dos critérios e requisitos estabelecidos na ABNT NBR ISO/IEC 17.025 e nas demais legislações e normas afetas ao credenciamento.

....."(NR)

"Art. 41. O laboratório credenciado deverá emitir os resultados obtidos a partir do processamento das amostras oriundas dos programas e controles oficiais do MAPA por meio de documento denominado relatório de ensaio, que deverá informar o número da portaria de seu credenciamento.

§ 1º O número da portaria prevista no caput somente deverá constar no relatório de ensaio emitido para amostras oriundas dos programas e controles oficiais do MAPA.

§ 2º Os relatórios de ensaio emitidos no âmbito do credenciamento deverão apresentar exclusivamente os ensaios previstos no escopo de credenciamento do laboratório."(NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

PORTARIA Nº 629, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 1º incisos I, XX e XXI, do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, nas Portarias MAPA nº 499, de 6 de junho de 2012, e nº 242, de 26 de abril de 2013, contido no Documento nº 70100.007450/2013-11 e Portaria MAPA nº 553, de 30 de maio de 2014, resolve:

Art. 1º Incluir parágrafo único ao art. 2º da Portaria MAPA nº 553/2014, com o seguinte texto:

"Parágrafo único. Para os efeitos relacionados à Gratificação de Desempenho de Atividades de Cargos Especiais - GDACE, considerar-se-á o 2º Ciclo de Avaliação de Desempenho Institucional e Individual".

NERI GELLER

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS
COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 32, DE 20 DE JUNHO DE 2014

1. De acordo com o Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a atualização do endereço de Du Pont Company (Singapore) Pte Ltd, de Pte Lot Number A3001088, Tuas View Circuit - Singapore 638440, para o endereço: 31, Tuas View Circuit- Singapore 637470, esta alteração entra nos registros dos produtos onde esta conste como fabricante e/ou formulador.

2. De acordo com o Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi autorizado a empresa Cropchem Ltda - filial CNPJ nº 03.625.679/0004-45-Carazinho/RS, a importar os produtos Clorpirifós Sabero 480 EC registro nº 19208, Acehero registro nº 08311 e Emzeb 800 WP registro nº5610.

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL
DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais
A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3. De acordo com o Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi autorizado a empresa Cropchem Ltda - filial CNPJ nº 03.625.679/0004-45- Carazinho/RS, a importar os produtos agrotóxicos técnicos e formulados de sua titularidade.

4. De acordo com o Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi autorizado a empresa Cropchem Ltda - filial CNPJ nº 03.625.679/0004-45 - Carazinho / RS, a importar o produto Grant registro nº 07508.

5. De acordo com o Artigo 22§ 1º, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração do Centro de Distribuição em São Paulo / SP, da empresa Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S/A, do endereço Estrada dos Alpes, 855 - Barueri / SP, permanecendo o mesmo CNPJ, para o endereço Estrada Municipal SMR, nº 580 - km 146 - Jardim Bela Vista - Sumaré - São Paulo / SP- CEP: 13.175-070.

6. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Midas BR registro nº 2800, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão da cultura da Melancia para o controle de Mildio (*Pseudoperonospora cubensis*).

7. De acordo com o Artigo 22§ 1º, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do registro do produto Grassato SL registro nº 04012, da empresa Allierbrasil Agro Ltda - com sede a Rua Dona Antônia de Queiros, sala 123 - Higienópolis São Paulo /SP CEP: 1307-013, para a empresa Alamos do Brasil Ltda - Estabelecida à Rua Ernesto da Fontoura, 1479/601, São Geraldo- Porto Alegre / RS - CEP: 90230-091.

8. De acordo com o Artigo 22§ 1º, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração de endereço da matriz da empresa BRA Defensivos Agrícolas Ltda - Rua Dr. Vale, 60, sala 302- Bairro Floresta- Porto Alegre / RS CEP: 90560-010, para o endereço: Rua Treze de Maio nº 768- Sala 62- Centro - Piracicaba / SP CEP: 13400-300.

9. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Opera registro nº 08601, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão da cultura de Algodão para o controle de Ramularia (*Ramularia areola*).

JÚLIO SÉRGIO DE BRITTO
Coordenador-Geral

RETIFICAÇÕES

No D.O.U. de 14 de março de 2014, Seção 1, pág. 4, em Ato CGAA nº 15 de 13 de março de 2014, item 3, onde se lê: ... Altacor registro nº 11911 e ... leia-se: Altacor BR registro nº 11911 e ... .

No D.O.U de 7 de abril de 2014, Seção 1, pág. 8, em Ato CGAA nº 16 de 2 de abril de 2014, onde se lê: ... Manzate WG registro nº 001090 ... , lei-se: 00109009...

No D.O.U de 30 de setembro de 2013, Seção 1, pág 4, onde se lê: ... No 28 Beicun Road Zhelin Town, Fengxian District, Shanghai - China, leia-se: No 28 Beicun Road Zhelin Town, Fengxian District, Shanghai - China, esta alteração entra nos registros dos produtos onde esta conste como fabricante e /ou formulador.

No D.O.U de 30 de setembro de 2013, Seção1, pág. 4, em Ato nº 73 de 23 de setembro de 2013, no item 36, onde se lê: ... Tuas Work - Tuas West Avenue- 638440 Singapore- Singapura, no produto Premio registro nº 09109, leia-se :...Pte Lot Number: A3001088-638440- Tuas View Circuit - Singapura no produto Premio registro nº 09109.

No D.O.U de 5 de março de 2014, Seção 1, pág. 7, em Ato nº 14 de 28 de fevereiro de 2014, no item 13, onde se lê: ... no produto Altacor BR registro nº 08909 ... leia-se; ... no produto Altacor BR registro nº11911.

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIAS DE 18 DE JUNHO DE 2014

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, resolve:

Nº 171 - Cancelar a pedido do interessado a habilitação concedida ao médico veterinário LUCAS PIRES BEVILACQUA- CRMV/SC Nº 5042, para emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, conforme Processo nº 21050.000573/2013-41 no Estado de Santa Catarina. Fica revogada a Portaria nº 332 de 30/09/2011.

Nº 172 - Cancelar a pedido da interessada a habilitação concedida à médica veterinária LÉLIA APARECIDA DE MEDEIROS COELHO - CRMV/SC Nº 612, para emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, conforme Processo nº 21050.001454/2013-13 no Estado de Santa Catarina. Fica revogada a Portaria nº 165 de 10/05/2007.

Nº 173 - Cancelar a pedido da interessada a habilitação concedida à médica veterinária ADRIANA CARVALHO DE ARAÚJO AFONSO - CRMV/SC N°2135, para emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, conforme Processo nº 21050.001052/2013-19, no Estado de Santa Catarina. Fica revogada a Portaria n°143 de 29/04/2013.

Nº 174 - Cancelar a pedido do interessado a habilitação concedida ao médico veterinário ANTONIO RICARDO RODRIGUES DOS SANTOS - CRMV/SC N°1613, para emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, conforme Processo nº 21050.00658/2013-29, no Estado de Santa Catarina. Fica revogada a Portaria n° 442 de 12/11/2008.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

JACIR MASSI

Ministério da Cultura

GABINETE DA MINISTRA

DESPACHO DA MINISTRA
Em 25 de junho de 2014

Nº 34 -
Processo/MinC nº 01400.004604/2000-93 (2 volumes e 3 anexos)
PRONAC nº 00-2828

Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, recebo o recurso interposto pelo proponente Associação dos Amigos da Pinacoteca do Estado de São Paulo (CNPJ nº 96.290.846/0001-82), às fls. 296/331, dos autos do Processo nº 01400.004604/2000-93 e NEGO PROVIMENTO, adotando as razões contidas no Parecer nº 492/2014/CONJUR-MinC/CGU/AGU, de 18 de junho de 2014, fls. 337/338v.

MARTA SUPLICY

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

MOÇÃO Nº 1, DE 26 DE MARÇO DE 2014

Moção de apoio pela efetivação da implantação do Plano Municipal de Cultura da cidade de Porto Alegre/RS.

Os membros do Colegiado Setorial de Artesanato do CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL - CNPC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, alterado pelo Decreto nº 6.973 de 7 de outubro de 2009, combinado com os incisos III, VIII e XVI, do art. 9 e com o inciso IV do art. 21 do Regimento Interno do CNPC, publicado pela Portaria nº 28 de 19 de março de 2010, e tendo em vista reunião ordinária, realizada nos dias 25 e 26 de março de 2014, aprova:

Art. 1º A solicitação ao Prefeito Municipal de Porto Alegre/RS, Senhor José Fortunati, que envie o Plano Municipal de Cultura para os seus trâmites legais na Câmara Municipal de Porto Alegre, para devida efetivação, em atenção às demandas culturais do porto-alegrense.

RENATO DA SILVA MOURA
Membro do Colegiado

MOÇÃO Nº 1, DE 26 DE MARÇO DE 2014

Moção de pesar pelo falecimento do filho do membro do colegiado setorial de literatura, livro e leitura.

Os membros do Colegiado Setorial de Literatura, Livro e Leitura do CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL - CNPC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, alterado pelo Decreto nº 6.973 de 7 de outubro de 2009, combinado com os incisos III, VIII e XVI, do art. 9 e com o inciso IV do art. 21 do Regimento Interno do CNPC, publicado pela Portaria nº 28 de 19 de março de 2010, e tendo em vista reunião ordinária, realizada nos dias 25 e 26 de março de 2014, aprova:

Art. 1º Moção de pesar à família do membro do colegiado setorial, Senhor Bernardo Gurbanov, pelo falecimento de seu filho, Matias Gurbanov, ocorrido na cidade de São Paulo.

MARIA DO SOCORRO SAMPAIO FLORES
Membro do Colegiado

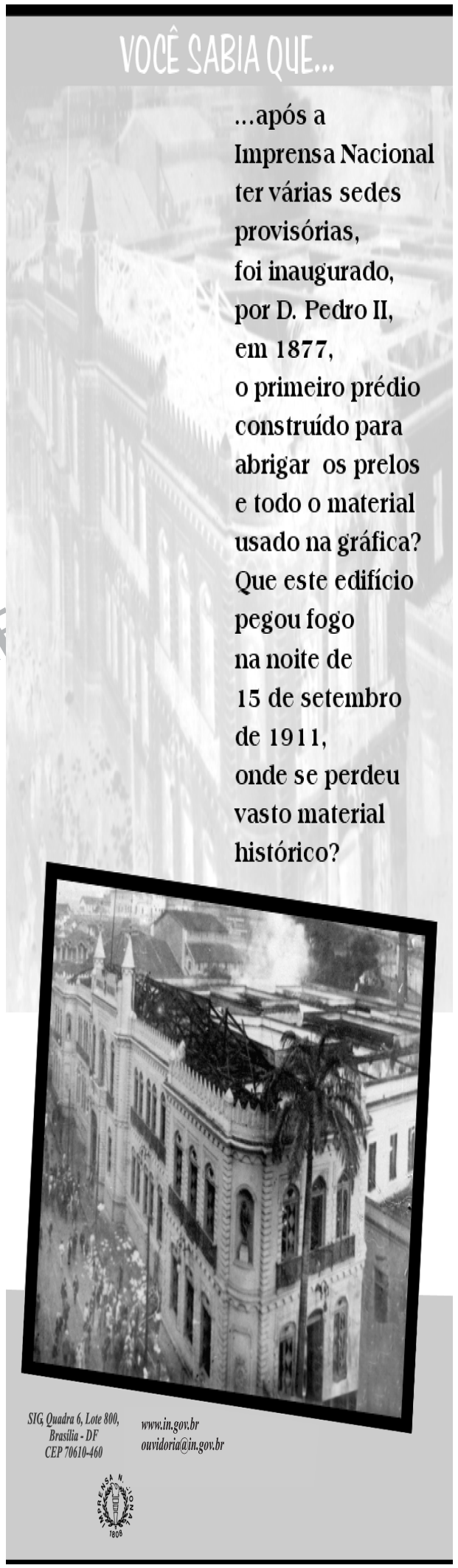
MOÇÃO Nº 1, DE 19 DE MARÇO DE 2014

Moção de repúdio às Resoluções nº 21 e 51 do CAU/BR -Conselho de Arquitetura e Urbanismo

Os membros do Colegiado Setorial de Design do CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL - CNPC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, alterado pelo Decreto nº 6.973 de 7 de outubro de 2009, combinado com os incisos III, VIII e XVI, do art. 9 e com o inciso IV do art. 21 do Regimento Interno do CNPC, publicado pela Portaria nº 28 de 19 de março de 2010, e tendo em vista a deliberação contida no relatório executivo da Reunião do Colegiado Setorial de Design, realizada nos dias 18 e 19 de março de 2014, aprova:

Art. 1º Moção de Repúdio as Resoluções nº 21 e nº 51 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR por estas ferirem o exercício da profissão de Designer.

FERNANDA DE OLIVEIRA MARTINS
Membro do Colegiado



EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 1.006/GC1, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Fixa interstícios para os Quadros do Corpo de Oficiais da Ativa e do Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de acordo com o previsto no Art. 23, inciso XIV, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009; o disposto no Art. 54 do Decreto nº 7.099, de 4 de fevereiro de 2010, e o que consta do Processo 67400.002618/2014-86, resolve:

Art. 1º Fixar, para fins de ingresso em Quadros de Acesso, nos diversos Postos, para os integrantes dos Quadros do Corpo de Oficiais da Ativa e do Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica, os seguintes interstícios, a contar do dia 1º de junho de 2014:

POSTOS	QUADROS								
	QOAV	QOINT	QOENG	QOMED	QOINF	QODENT	QOFARM	QOCAPL	QFO
Ten Brig.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maj Brig	1 ano	-	-	-	-	-	-	-	-
Brig	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	-	-	-	-	-
Cel	3 anos	3 anos	2 anos	2 anos	2 anos	-	-	-	-
Ten Cel	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos	1 ano	-
Maj	4 anos	5 anos	4 anos e 6 meses	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	2 anos	5 anos
Cap	4 anos e 6 meses	4 anos e 6 meses	5 anos	7 anos	4 anos e 6 meses	7 anos	7 anos	3 anos	6 anos
1º Ten	5 anos	5 anos	7 anos	7 anos	5 anos	7 anos	7 anos	5 anos	6 anos
2º Ten	2 anos	2 anos	-	-	2 anos	-	-	2 anos	4 anos
Asp	6 meses	6 meses	-	-	6 meses	-	-	-	-

POSTOS	QUADROS							
	QOEARM	QOEAV	QOECOM	QOECTA	QOEFOT	QOEMET	QOESUP	QOEA
Ten Brig.	-	-	-	-	-	-	-	-
Maj Brig	-	-	-	-	-	-	-	-
Brig	-	-	-	-	-	-	-	-
Cel	-	-	-	-	-	-	-	-
Ten Cel	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	-
Maj	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	-
Cap	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	-
1º Ten	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	3 anos
2º Ten	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos
Asp	-	-	-	-	-	-	-	-

Art. 2º Fixar, para fins de ingresso em Quadros de Acesso, nos diversos Postos, para os integrantes dos Quadros do Corpo de Oficiais da Ativa e do Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica, os seguintes interstícios, a partir do dia 1º de setembro de 2014:

POSTOS	QUADROS								
	QOAV	QOINT	QOENG	QOMED	QOINF	QODENT	QOFARM	QOCAPL	QFO
Ten Brig.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maj Brig	1 ano	-	-	-	-	-	-	-	-
Brig	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	-	-	-	-	-
Cel	3 anos	3 anos	2 anos	2 anos	2 anos	-	-	-	-
Ten Cel	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos	1 ano	-
Maj	4 anos	5 anos	4 anos e 6 meses	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	2 anos	5 anos
Cap	4 anos e 6 meses	4 anos e 6 meses	6 anos	7 anos	4 anos e 6 meses	7 anos	7 anos	3 anos	6 anos
1º Ten	5 anos	5 anos	7 anos	7 anos	5 anos	7 anos	7 anos	5 anos	6 anos
2º Ten	2 anos	2 anos	-	-	2 anos	-	-	2 anos	4 anos
Asp	6 meses	6 meses	-	-	6 meses	-	-	-	-

POSTOS	QUADROS							
	QOEARM	QOEAV	QOECOM	QOECTA	QOEFOT	QOEMET	QOESUP	QOEA
Ten Brig.	-	-	-	-	-	-	-	-
Maj Brig	-	-	-	-	-	-	-	-
Brig	-	-	-	-	-	-	-	-
Cel	-	-	-	-	-	-	-	-
Ten Cel	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	-
Maj	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	-
Cap	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	-
1º Ten	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	3 anos
2º Ten	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos
Asp	-	-	-	-	-	-	-	-

Art. 3º Fixar, para fins de ingresso em Quadros de Acesso, nos diversos Postos, para os integrantes dos Quadros do Corpo de Oficiais da Ativa e do Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica, os seguintes interstícios, a partir de 1º de janeiro de 2015:

POSTOS	QUADROS								
	QOAV	QOINT	QOENG	QOMED	QOINF	QODENT	QOFARM	QOCAPL	QFO
Ten Brig.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maj Brig	1 ano	-	-	-	-	-	-	-	-
Brig	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	-	-	-	-	-
Cel	3 anos	3 anos	2 anos	2 anos	2 anos	-	-	-	-
Ten Cel	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos	1 ano	-
Maj	4 anos	5 anos	4 anos e 6 meses	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	2 anos	5 anos
Cap	5 anos	5 anos	6 anos	7 anos	5 anos	7 anos	7 anos	3 anos	6 anos
1º Ten	5 anos	5 anos	7 anos	7 anos	5 anos	7 anos	7 anos	5 anos	6 anos
2º Ten	2 anos	2 anos	-	-	2 anos	-	-	2 anos	4 anos
Asp	6 meses	6 meses	-	-	6 meses	-	-	-	-

POSTOS	QUADROS							
	QOEARM	QOEAV	QOECOM	QOECTA	QOEFOT	QOEMET	QOESUP	QOEA
Ten Brig.	-	-	-	-	-	-	-	-
Maj Brig	-	-	-	-	-	-	-	-
Brig	-	-	-	-	-	-	-	-
Cel	-	-	-	-	-	-	-	-
Ten Cel	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	-
Maj	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	-
Cap	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	-
1º Ten	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	3 anos
2º Ten	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos
Asp	-	-	-	-	-	-	-	-

Parágrafo único. A contagem de tempo nos Postos iniciais de cada Quadro, para fins do previsto neste artigo, será considerada a partir da data de conclusão do Curso de Formação ou do Estágio de Adaptação, a qual assegura o ingresso no respectivo Quadro.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ressalvado o disposto no art. 1º.

Art. 5º Revoga-se a Portaria nº 970/GC1, de 16 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 114, Seção 1, de 17 de junho de 2014.

Ten Brig Ar JUNITI SAITO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

COMANDO DA MARINHA
TRIBUNAL MARÍTIMO

ATA DA 6.899ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2014 (QUARTA-FEIRA)

Presidência do Exmo. Sr. Juiz Vice-Almirante (Refº) LUIZ AUGUSTO CORREIA, Secretário do Tribunal, o Bacharel MANOEL MACHADO DOS ANJOS.

Às 09h, presentes os Exmos. Srs. Juízes, FERNANDO ALVES LADEIRAS, MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PADILHA, MARCELO DAVID GONÇALVES, SERGIO BEZERRA DE MATOS, e GERALDO DE ALMEIDA PADILHA, ausente o Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho, foi aberta a Sessão. Sem impugnação, foi aprovada a Ata da Sessão anterior, distribuída nos termos do art. 31 do Regimento Interno.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

26.761/2012 do Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras, 28.083/2013 do Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos, 26.027/2011, 26.409/2011, 27.252/2012, 28.316/2013 do Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho, 27.347/2012 do Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha.

REPRESENTAÇÕES RECEBIDAS

Nº 28.322/2013 - Acidente e fato da navegação envolvendo os NM "MARCOS DIAS" e "ABML EVA", ocorridos no porto de Santos, São Paulo, em 31 de dezembro de 2012.

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Unilson Damião de Menezes Filho (Comandante do NM "MARCOS DIAS"), Alexandre dos Santos Rodrigues Pimentel (Prático a bordo do NM "MARCOS DIAS"), Rivaldo Manoel Oliveira da Cunha (Chefe de Máquinas do NM "MARCOS DIAS") e Octavio Roberto da Silva Ribeiro (Contramestre do NM "MARCOS DIAS").

Nº 26.811/2012 - Acidente e fato da navegação envolvendo o comboio formado pelo Rb "COMTE LEÔNIDAS II" com o batelão "IDA KARLA", não inscrito, e o comboio integrado pelo Rb "BERTOLINI XXVI" com a balsa "BERTOLINI XXI", ocorridos no rio Amazonas, Parintins, Amazonas, em 11 de maio de 2011.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Carlos Souza Filizola Filho (Condutor inabilitado do comboio formado pelo Rb "COMTE LEÔNIDAS II" com o batelão "IDA KARLA") e Francisco do Nascimento Ribeiro (Condutor do comboio pelo Rb "BERTOLINI XXVI" com a balsa "BERTOLINI XXI"). Decisão unânime: retornar os autos à Procuradoria Especial da Marinha para corrigir o nome do 1º representado Carlos de Souza Filizola Filho e do seu barco a motor "COMTE LEÔNIDAS II".

Nº 27.974/2013 - Acidente e fato da navegação envolvendo o comboio formado pelo Rb "SABINO PISSOLLO" com a balsa "HERMASA XXXV" e o Rb "MESTRE OTONIEL ZANYS", ocorridos no rio Madeira, Porto Velho, Rondônia, em 02 de agosto de 2012.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: José Vanderley Fernandes de Aguiar (Comandante do Rb "SABINO PISSOLLO").

Nº 28.278/2013 - Acidente e fato da navegação envolvendo uma voadeira não inscrita e um passageiro, ocorridos durante a travessia da ilha de Manacatary para a praia de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, em 05 de agosto de 2012.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Osmael Silva de Souza (Condutor).

Nº 27.781/2013 - Acidentes e fatos da navegação envolvendo o comboio formado pelo Rb "BERTOLINI XXXII" com a balsa "BERTOLINI LXXXV" com a estrutura do dolphin de proteção do apoio P10 e blocos P11 e P12 da obra de construção da ponte sobre o rio Madeira, em Porto Velho, Rondônia, ocorridos em 08 de março de 2012.

Relator: Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Transportes Bertolini Ltda. (Proprietária/Armadora do comboio) e Josias Passos de Melo (Comandante do comboio).

Nº 28.499/2013 - Acidente e fato da navegação envolvendo a LM "RIBAMAR" e dois passageiros, ocorridos entre as praias de Buraquinho e Busca Vida, Lauro de Freitas, Bahia, em 26 de dezembro de 2012.

Relator: Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Aurélio Silva de Jesus (Proprietário/Condutor inabilitado).

JULGAMENTOS

Nº 27.109/2012 - Acidente e fato da navegação envolvendo as embarcações "FRIEND'S II" e "CRUEL MARES III", ocorridos na baía de Paranaguá, Paraná, em 22 de setembro de 2011.

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Josemar Mendes Dina (Aquaviário), Adv. Dr. Luiz Leandro Gaspar Dias (OAB/PR 30.389). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente da ação dolosa do representado, Josemar Mendes Dina, condenando-o à pena de multa no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), na forma do art. 121, inciso VII, da Lei nº 2.180/54 e ao pagamento das custas processuais.

Nº 26.486/2011 - Acidente e fato da navegação envolvendo o BM "DIAMANTE NEGRO", não inscrito, e cinco passageiros, ocorridos no rio Amazonas, próximo à ilha das Pedreiras, Amapá, em 11 de julho de 2011.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Nelinho Leitão dos Santos (Proprietário/Condutor), Advª Drª Sarita Rosa de Jesus Menezes (OAB/PA 7.409) e Jorge Carlos de Matos Favacho (Responsável pela contratação da embarcação), Advª Drª Clarissa Ligiéro de Figueiredo (DPU/RJ). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (naufrágio parcial) e o fato da navegação, tipificado no art. 15, letra "e" (exposição a risco), da Lei n° 2.180/54, como decorrentes de imperícia, imprudência e negligência de Nelinho Leitão dos Santos, proprietário e condutor não habilitado do B/M "DIAMANTE NEGRO", acolhendo em partes os termos da Representação da D. Procuradoria Especial da Marinha em face deste Representado, e, considerando as circunstâncias e consequências, as atenuantes e agravantes, com fulcro nos artigos 121, incisos I e VII, 124, incisos VII e IX e § 1°, 127, 135, inciso II, e 139, inciso IV, letra "d", todos da Lei n° 2.180/54, aplicar-lhe a pena de multa de R$5.000,00 (cinco mil reais), cumulativamente com a pena de repreensão. Custas processuais na forma da lei. Exculpar Jorge Carlos de Matos Favacho, acolhendo sua tese de Defesa patrocinada pela D. Defensoria Pública da União. Oficiar à Capitania dos Portos do Amapá as infrações não absorvidas pela condenação, da responsabilidade do proprietário do B/M "DIAMANTE NEGRO", Nelinho Leitão dos Santos: art. 16 (falta de inscrição da embarcação) e art. 19, c/c a Lei n° 8.374/91 (falta de seguro obrigatório DPEM). Enviar cópia do Acórdão ao Ministério Público do Estado do Amapá, com fulcro no art. 21, da Lei n° 2.180/54. Medidas preventivas e de segurança: retirar de tráfego o B/M "DIAMANTE NEGRO" até que seu proprietário cumpra com todas as normas de segurança e outras pertinentes.) Proposta de recompensa: propor recompensa honorífica ao Capitão de Longo Curso Unilson Damião de Menezes Filho, Comandante do N/M "NORSUL RECIFE", em reconhecimento à eficiente acão de todos de seu navio no resgate de 32 náufragos do B/M "DIAMANTE NEGRO" e da pronta comunicação do fato que possibilitou o resgate de outros dois naufragos pelo "LAEP GUERREIRA" da Capitania dos Portos do Amapá.

Nº 24.857/2010 - Acidente da navegação envolvendo o batelão "EVERALDINO FILHO" e uma canoa sem nome, não inscrita, ocorrido no rio Juruá, Eirunepé, Amazonas, em 01 de julho de 2008.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Antonio José Matias Ferreira (Condutor não habilitado da canoa sem nome) - Revel e Francisco das Chagas Batista de Oliveira (Condutor não habilitado do BM "EVERALDINO FILHO") - Revel. Decisão unânime: julgar o acidente e fato da navegação, capitulados no art. 14, alínea "a" e art. 15, alínea "e", da Lei n° 2.180/54, como decorrentes de imperícia e negligência dos Representados, responsabilizando Antonio José Matias Ferreira e Francisco das Chagas Batista de Oliveira, deixando de aplicar qualquer das penas previstas no art. 121, da Lei n° 2.180/54, ao 1° Representado, em decorrência da aplicação do art 143 e condenando o 2° Representado à pena de multa de R$ 300,00 (trezentos reais), com fundamento no art. 121, inciso VII e §5° e art. 124, inciso IX, todos da mesma lei. Custas pela metade para o 2° Representado. Oficiar à Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental, agente local da Autoridade Marítima, as infrações ao art. 16, inciso I, do RLESTA e ao art. 15, da Lei n° 8.374/91, cometidas pelos proprietários das duas embarcações, para as providências cabíveis.

Às 10h25min os trabalhos foram suspensos, tendo sido reiniciados às 10h30min.

Nº 25.635/2011 - Acidente e fato da navegação envolvendo as embarcações "ZITA" e "LADY LILIAM", ambas não inscritas, e um tripulante, ocorridos no rio Paraná de Ramos, Barreirinha, Amazonas, em 11 de agosto de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Claudemir Melo da Cruz (Condutor da embarcação "LADY LILIAM") - Revel e Cornélio Mendes da Silva (Proprietário da embarcação "ZITA"), Adv. Dr. Adriano Belém Pontes (OAB/AM 6.514). Decisão unânime: julgar o acidente e o fato da navegação, capitulados no art. 14, alínea "a" e art. 15, alínea "e", da Lei n° 2.180/54, como decorrentes de imprudência dos Representados, responsabilizando Claudemir Melo da Cruz e Cornélio Mendes da Silva, condenando o 1° Representado à pena de multa de R$ 300,00 (trezentos reais) e o 2° Representado à pena de multa de R$ 400,00 (quatrocentos reais), ambos com fundamento no art. 121, inciso VII e §5° e art. 124, inciso IX, todos da mesma lei. Custas proporcionais na forma da lei. Oficiar à Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental, agente local da Autoridade Marítima, as infrações aos art. 16, inciso I e art. 17, inciso III, ambos do RLESTA e ao art. 15, da Lei n° 8.374/91, cometidas pelos proprietários das duas embarcações e a infração ao art. 20, inciso IV, cometida por Geraldo Sávio Silva, proprietário de fato da embarcação "LADY LILIAM", para as providências cabíveis.

Nº 26.908/2012 - Acidente e fato da navegação envolvendo a moto aquática "GARCIA" com uma criança, ocorridos na praia do Gonzaguinha, São Vicente, São Paulo, em 11 de dezembro de 2011.

Relator: Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Eduardo Carlos Costa Garcia (Condutor), Adv. Dr. Wladimyr Dantas (OAB/ 55.808). Decisão unânime: julgar o acidente e o fato da navegação previstos no art. 14, alínea "a" e no art. 15, alínea "e", da Lei n° 2.180/54, como decorrente de imprudência e imperícia, condenando Eduardo Carlos Costa Garcia, à pena de multa no valor de R$1.000,00 (mil reais), de acordo com o art. 121, inciso VII § 5°, combinado com o art. 124, inciso IX, art. 127, inciso II, § 2º, atenuado pelo art. 139, inciso IV, alínea "a", da Lei n° 2.180/54 com a redação dada pela Lei n° 8.969/94 e ao pagamento das custas processuais.

REPRESENTAÇÃO RECEBIDA NOS TERMOS DO ART. 64, § 2º, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL MARÍTIMO

Nº 28.249/2013 - Fato da navegação envolvendo um bote sem nome, não inscrito, e um passageiro, ocorrido na represa Rio Bonito, município de Rio dos Cedros, Santa Catarina, em 30 de março de 2013.

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Ademar Rubens Rudolf Júnior (Condutor inabilitado).

Esteve presente, pela Procuradoria, a Advogada da União, Dra. Mônica de Jesus Assumpção.

Esgotada a matéria da pauta, colocada a palavra à disposição e nada mais havendo a tratar, às 11h05min foi encerrada a Sessão. Do que, para constar, mandei digitar a presente Ata, que vai assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e por mim, Diretor-Geral da Secretaria.

Em 18 de junho de 2014.
Vice-Almirante LUIZ AUGUSTO CORREIA
Juiz-Presidente

MANOEL MACHADO DOS ANJOS
Secretário

PROCESSOS EM PAUTA PARA JULGAMENTO SESSÃO DE 1º DE JULHO DE 2014

(TERÇA-FEIRA), ÀS 13h30min:

Nº 26.144/2011 - Acidente da navegação envolvendo a plataforma "PETROBRAS X", de bandeira liberiana, ocorrido no campo de Marlim Leste, bacia de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, em 02 de setembro de 2010.

Relator : Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras
Revisora : Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representados : Carlos Roberto do Espírito Santo
(Soldador especializado da PETROBRAS S.A.) e
: Humberto José Farias Juventude
(Técnico de Segurança da PETROBRAS S.A.)
Advogado : Dr. Leandro Eloy Sousa (OAB/ES 13.463)

Nº 24.713/2010 - Acidente e fato da navegação envolvendo a LM "SEM LIMITES" e a moto aquática "BIG FISH", ocorridos nas proximidades da ilha de Santa Rita, Marechal Deodoro, Alagoas, em 16 de setembro de 2009.

Relator : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
Revisor : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Cristiano Vitorino
(Condutor da moto aquática "BIG FISH")
Advogado : Dr. Thales Arcoverde Treiger (DPU/RJ)

Nº 26.343/2011 - Fato da navegação envolvendo a canoa "CHAPA QUENTE", não inscrita, e um passageiro, ocorrido no rio Amazonas, próximo á Fazendinha, Amapá, em 05 de março de 2011.

Relator : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
Revisor : Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : José Luiz Vila da Silva (Proprietário/Condutor)
Advogado : Dr. Valdir Queiroz dos Santos Filho
(OAB/AP 1.164 - OAB/PA 18.625-4)
: Sérgio Sales Matos (Passageiro)
Advogado : Dr. Renan de Araujo de Souza (DPU/RJ)

Em 24 de junho de 2014.

PROCESSOS EM PAUTA PARA JULGAMENTO SESSÃO DE 3 DE JULHO DE 2014

(QUINTA-FEIRA), ÀS 13h30min:

Nº 26.623/2012 - Fato da navegação envolvendo o BM "COMTE NUNES", ocorrido na baía de Guajará, Belém, Pará, em 12 de fevereiro de 2010.

Relator : Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras
Revisor : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : Pedro Nunes (Proprietário/Encarregado)
Advogado : Dr. Possidonio da Costa Neto (OAB/PA 3.441)
: Odail Rodrigues Belem (Comandante) - Revel
: Pedro Paulo de Castro Nunes (Responsável pela vendados bilhetes a bordo da embarcação)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Advogado : Dr. Possidonio da Costa Neto (OAB/PA 3.441)
Nº 26.969/2012 - Embargos de Declaração interposto em 22MAI2014 ao Acórdão de 27MAR2014 do Agravo nº 97/2013.
Fato da navegação envolvendo o NM "MARINER II", de bandeira cipriota, ocorrido no porto de Itaqui, São Luís, Maranhão, em 04 de maio de 2011.
Relator : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Embargante : Paulo Sérgio Marques dos Reis (Operador de Máquinas)
Advogado : Dr. Adriano Dutra Emerick (OAB/PR 45.133)
Embargada : Procuradoria Especial da Marinha

Em 24 de junho de 2014.

SECRETARIA-GERAL
DIVISÃO DE SERVIÇOS CARTORIAIS

EXPEDIENTE DOS EXMOS. SRS. JUÍZES RELATORES

Proc. nº 26.731/12 - EMB "SNPH-I"
Relator : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Carlos Alves da Silva (Comandante)
Defensor : Dr. Thales Arcoverde Treiger (DPU/RJ)
Representado : Lourivaldo Martins Pereira (Armador)
Advogada : Dra. Franciele Lise (OAB/AM 5.053)
Despacho : "Encerro a Instrução. À Procuradoria para alegações finais."
Prazo : "20 (vinte) dias."
Proc. nº 26.764/12 - NM "PARINTINS" e outras
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representados : José da Silva Simas (Comandante) - Revel
: Charles Pinheiro de Souza (Timoneiro) - Revel
Defensor : "Aos representados para provas."
Prazo : "05(cinco) dias."
Proc. nº 28.117/13 - NM "POS ISLAND"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Wei Huibin (Comandante)
Defensor : Dr. Eduardo Cesar Paredes de Carvalho (DPU/RJ)
Despacho : Ao representado para provas."
Prazo : "05(cinco) dias."
Proc. nº 27.195/12 - lancha "PRINCESA DAIANA"
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : M.S. Ribeiro e CIA (Proprietária)- Revel
: Gervásio da Silva Solano (Comandante)- Revel
Despacho : "Encerrada a Instrução. À PEM para razões finais."
Prazo : "Sucessivo de 10 (dez) dias."
Proc. nº 27.378/12 - E/M "RIO CACHOEIRY" e outra
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Dra. Aline Gonzalez Rocha
Representado : Manoel Lenito Viana da Silva (Comandante do Comboio)
Advogada : Dra. Joenice Silva Almeida (OAB/PA 8.923)
Despacho : "Encerrada a Instrução. À PEM para razões finais."
Prazo : "Sucessivo de 10 (dez) dias."
Proc. nº 27.294/12 - Embarcação "SAUDIBRAS"
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Dra. Aline Gonzalez Rocha
Representado : Walter Montel de Sousa (Condutor)- Revel
Despacho : "Aos representados para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 27.443/12 - Embarcação não inscrita
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Francisco de Sales Júnior (Proprietário)- Revel
: Alfredo Antonio Freitas de Oliveira (Condutor) - Revel
Despacho : "Aos representados para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 27.660/2012 - "GABRIELLA NEVES" e outra
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Luiz Donizete Albertini(Comandante)
Advogado : Dr. Paulo Roberto Viccari (OAB/SP 161.548)
Representado : Eurípedes Neves da Silva (Armador)
Advogado : Dr. Carlos R. Guermandi Filho (OAB/SP 143.590)
Despacho : "Aos representados para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 27.954/13 - embarcação "TUMIZA"
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Dra. Aline Gonzalez Rocha
Representado : Luiz Carlos Serafim (Proprietário/Condutor)
Advogado : Dr. Flávio Nunes (OAB/SC 12.996)
Despacho : "Aos representados para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 26.889/12 - sem denominação, tipo bote
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dra. Aline Gonzalez Rocha
Representado : Carlos Edmilson José dos Santos (Prop./Inabilitado)
Defensor : Dr. Leonardo Lustosa de Avellar (OAB/PE 21.959)
Despacho : "Ao representado Carlos Edmilson José dos Santos para razões finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 27.442/12 - "FLASH"
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Orlando Pinto da Cruz Neto (Prop. / Condutor)
Advogado : Dr. Eder Fernandes da Silva (OAB/MG 1.119A)
Despacho : "Encerrada a Instrução. À PEM para razões finais."
Prazo : "10 (dez) dias."

Em 20 de junho de 2014.

NOTAS PARA ARQUIVAMENTO

Acha(m)-se em Secretaria, aguardando representação de possíveis interessados, com o prazo de dois (2) meses, de conformidade com o art. 67, do Regimento Interno Processual, o(s) processo(s) abaixo, recebido(s) da Procuradoria Especial da Marinha, com pedido de Arquivamento:"

N° do Processo: 28.446/2013
Acidente / Fato:
RUPTURA DE CABOS
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: DIAMOND SEAS / EMBARCAÇÃO DE LONGO CURSO
Tipo: GRANELEIRO
Bandeira: Estrangeira
Local do Acidente: TERMINAL DA TERMASA / RIO GRANDE-RS
Data do Acidente: 03/09/2011
Hora: 15:30
Data Distribuição: 12/11/2013
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
PEM: Dr(a) GILMA GOULART DE BARROS DE MEDEIROS

N° do Processo: 28.455/2013
Acidente / Fato:
ABALROAMENTO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: SÃO SEBASTIÃO DA PEDRA GRANDE / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E TRAVESSIA
Tipo: Balsa
Bandeira: Nacional
Nome: SEM NOME / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E TRAVESSIA
Tipo: BOTE
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: RIO TIETÊ / LARANJAL PAULISTA-SP
Data do Acidente: 18/05/2013
Hora: 18:50
Data Distribuição: 12/11/2013
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
PEM: Dr(a) GILMA GOULART DE BARROD DE MEDEIROS

N° do Processo: 28.557/2014
Acidente / Fato:
AVARIA DE MÁQUINAS, MOTORES
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: ZARATUSTRA / EMBARCAÇÃO DE ALTO MAR
Tipo: LANCHA
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO PRAIA DE IMBUI-NITERÓI / RJ
Data do Acidente: 07/09/2013
Hora: 16:40
Data Distribuição: 06/02/2014
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
PEM: Dr(a) GILMA GOULART DE BARROS DE MEDEIROS

N° do Processo: 28.686/2014
Acidente / Fato:
AVARIA DE MÁQUINAS, MOTORES
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: MAESTRA ATLANTICO / EMBARCAÇÃO DE LONGO CURSO
Tipo: CONTENEIRO
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS DE SÃO LUIS DO MARANHÃO / MA
Data do Acidente: 30/10/2013
Hora: 17:00
Data Distribuição: 21/03/2014
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
PEM: Dr(a) GILMA GOULART DE BARROS DE MEDEIROS

N° do Processo: 28.611/2014
Acidente / Fato:
ENCALHE
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: COMMODORE / EMBARCAÇÃO DE ALTO MAR
Tipo: GRANELEIRO
Bandeira: Estrangeira
Local do Acidente: CANAL DO CRISTAL-RIO GUAÍBA / PORTO ALEGRE-RS
Data do Acidente: 31/08/2013
Hora: 10:00
Data Distribuição: 06/02/2014
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
PEM: Dr(a) GILMA GOULART DE BARROS DE MEDEIROS

N° do Processo: 28.422/2013
Acidente / Fato:
EMBORCAMENTO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: CASSACO PAI / EMBARCAÇÃO DE ALTO MAR
Tipo: BOTE
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS DO CABO BACOPARI / CANGUARETAMA-RN
Data do Acidente: 14/08/2013
Hora: 13:30
Data Distribuição: 12/11/2013
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
PEM: Dr(a) GILMA GOULART DE BARROS DE MEDEIROS

N° do Processo: 28.759/2014
Acidente / Fato:
RUPTURA DE CABOS
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: MARITIME UNITY / EMBARCAÇÃO DE LONGO CURSO
Tipo: GRANELEIRO
Bandeira: Estrangeira
Local do Acidente: TERMINAL MARÍTIMO DA TERMASA / RS
Data do Acidente: 20/08/2013
Hora: 23:30
Data Distribuição: 15/04/2014
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
PEM: Dr(a) LUIS GUSTAVO NASCENTES DA SILVA

N° do Processo: 28.671/2014
Acidente / Fato:
NAUFRÁGIO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: ACARAU PESCA VI / EMBARCAÇÃO DE CABOTAGEM
Tipo: PESQUEIRO
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS DE LUÍS CORREIA / PI
Data do Acidente: 28/07/2013
Hora: 05:00
Data Distribuição: 21/03/2014
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
PEM: Dr(a) LUIS GUSTAVO NASCENTES DA SILVA

N° do Processo: 28.772/2014
Acidente / Fato:
VARAÇÃO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: SÃO PAULO / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E TRAVESSIA
Tipo: REBOCADOR
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: RIO PARANÁ / MS
Data do Acidente: 24/07/2004
Hora: 02:00
Data Distribuição: 15/04/2014
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
PEM: Dr(a) GILMA GOULART DE BARROS DE MEDEIROS

N° do Processo: 28.687/2014
Acidente / Fato:
ACIDENTE COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: CAPTAIN PETROS H / EMBARCAÇÃO DE ALTO MAR
Tipo: GRANELEIRO
Bandeira: Estrangeira
Local do Acidente: FUNDEADOURO DA BAÍA DE SÃO MARCOS / SÃO LUIS-MA
Data do Acidente: 23/08/2013
Hora: 09:40
Data Distribuição: 21/03/2014
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
PEM: Dr(a) LUIS GUSTAVO NASCENTES DA SILVA

Em 24 de junho de 2014.

DIVISÃO DOS SERVIÇOS CARTORIAIS
SEÇÃO DE RELATÓRIOS E ACÓRDÃOS

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

Proc. nº 24.493/2009
Relatora: Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA: BP "YEMANJÁ". Morte de mergulhador inabilitado, durante retirada de chumbadas de pesca, no leito do rio Paraná, altura do município de São Pedro do Paraná, PR, local com profundidade aproximada de 18 metros, com uso de compressor adaptado ao motor de pesqueiro. Não houve registro de danos à embarcação ou registro de poluição ao meio ambiente hídrico. Inobservância das normas, procedimentos, regras e medidas de precaução e segurança que versam sobre a atividade subaquática, com a autorização do proprietário da embarcação. Condenação.
Autora: A Procuradoria.
Representados: Admilson Alves da Rocha (Pescador) (Adv. Dr. Edson Olivatti - OAB/PR Nº 8.549), Paulo Cortes dos Santos (Caldeireiro) (Adv. Dr. Carlos Eduardo Defáveri de Oliveira - OAB/PR Nº 47.564) e Ilson Alves da Rocha (Adv. Dr. Edson Olivatti - OAB/PR Nº 8.549).
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: morte de pescador e mergulhador inabilitado, durante retirada de chumbadas de pesca, no leito do rio Paraná, altura do município de São Pedro do Paraná, PR, local com profundidade aproximada de 18 metros, com

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

uso de compressor adaptado ao motor de pesqueiro. Não houve registro de danos à embarcação ou de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: inobservância das normas, procedimentos, regras e medidas de precaução e segurança que versam sobre a atividade subaquática, com a autorização do responsável da embarcação empregada; e c) decisão: julgar procedente os termos da representação da D. Procuradoria Especial da Marinha (fls. 153 a 156), considerando o fato da navegação previsto no artigo 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, e suas consequências, como decorrente das condutas imprudentes e imperitas de Admilson Alves da Rocha (1º Representado), Paulo Cortes dos Santos (2º Representado) e Ilson Alves da Rocha (3º Representado), condenando os 1º e 3º representados à pena de Repreensão, prevista no artigo 121, inciso I, e ao 2º Representado à pena de multa no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), prevista no art. 121, inciso VII, c/c os artigos 124, inciso IX, 127 e 129, inciso IV, alínea "d", todos da Lei nº 2.180/54, com redação dada pela Lei nº 8.969/94. Custas processuais ao 2º Representado. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 03 de setembro de 2013.

Proc. nº 25.309/2010

Relatora: Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha

EMENTA: N/M "ISLAND ESCAPE". Agressões praticadas por passageiro contra equipe de segurança a bordo de navio de passageiro. Área de aproximação ao porto de Florianópolis, SC. Danos materiais de pequena monta em instalações internas do navio, sem registros de poluição ao meio ambiente hídrico. Alegados ferimentos provocados por Equipe de segurança de bordo, não comprovados acima de qualquer dúvida. Descontrole emocional do passageiro agressor, colocando em risco a incolumidade física de seguranças e membros da tripulação, bem como causado danos variados em compartimento interno do navio. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representado: Bruno Olavo Vieck Comegnio (Passageiro) (Adv. Dr. Nelson José Comegnio - OAB/SP Nº 97.788).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: agressões praticadas por passageiro contra equipe de segurança a bordo de navio de passageiro. Área de aproximação ao porto de Florianópolis, SC. Danos materiais de pequena monta em instalações internas do navio, sem, registros de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: descontrole emocional do passageiro agressor, colocando em risco a incolumidade física de seguranças e membros da tripulação, bem como causado danos variados em compartimentos internos do navio; e c) decisão: julgar procedente a representação da Douta Procuradoria Especial da Marinha (fls. 195 a 197) considerando o fato da navegação, previsto no art. 15, letra "e" da Lei nº 2.180/54 e suas consequências, como decorrente da conduta dolosa, do representado Bruno Olavo Vieck Comegnio e com fulcro no art. 121, inciso VII, c/c o art. 127, condená-lo à pena de multa no valor de R$ 800,00 (oitocentos reais), ambos os artigos da Lei nº 2.180/54, com redação dada pela Lei nº 8.969/94, isentando-o das custas processuais. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 19 de setembro de 2013.

Proc. nº 25.720/2011

Relatora: Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha

EMENTA: B/P "JOÃO KLEBER II". Doença descompressiva sofrida por mergulhador inabilitado, durante faina de pesca ilegal de lagostas, a uma profundidade aproximada de 24 braças, com uso de compressor. Litoral do estado do Rio Grande do Norte, cerca de 20 milhas náuticas da praia Rio do Fogo, Rio do Fogo, RN. Não houve registro de danos à embarcação ou registro de poluição ao meio ambiente hídrico. Descumprimento às regras técnicas para exercer a atividade de pesca submarina, caracterizado pelo exercício irregular da profissão de mergulhador, aliado ao emprego irregular de compressor, não respeito ao esquema de compressão para mergulhos de profundidade, com a autorização do responsável e de conhecimento da proprietária da embarcação utilizada na pesca predatória de lagostas. Infração à Lei nº 8.374/91. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representados: João Henrique da Silva Sobrinho (Mestre/Mergulhador inabilitado), Nilson Soares do Nascimento (Tripulante), Antonio Batista da Silva (Tripulante), Edinaldo Pereira da Silva (Tripulante), Francisco de Assis Nascimento Ferreira (Tripulante não habilitado) e Arlene Gomes Varela da Silva (Proprietária) (Adv. Dr. Irismar Damasceno de Paula - OAB/RN Nº 4.833).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: doença descompressiva sofrida por mergulhador inabilitado, durante faina de pesca ilegal de lagostas, a uma profundidade aproximada de 24 braças, com uso de compressor; litoral do estado do Rio Grande do Norte, cerca de 20 milhas náuticas da praia Rio do Fogo, município de Rio do Fogo, RN. Não houve registro de danos à embarcação ou registro de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: descumprimento às regras técnicas para exercer a atividade de pesca submarina, caracterizado pelo exercício irregular da profissão de mergulhador, aliado ao emprego irregular de compressor, não respeito ao esquema de descompressão para mergulhos de profundidade, com a autorização do responsável e de conhecimento da proprietária da embarcação utilizada na pesca predatória de lagostas; e c) decisão: julgar procedente a Representação de autoria da D. Procuradoria Especial da Marinha (fls. 111/115) para responsabilizar João Henrique da Silva Sobrinho, mestre e mergulhador inabilitado, Nilson Soares do Nascimento, tripulante, Antônio Batista da Silva, tripulante, Edinaldo Pereira da Silva, tripulante, Francisco de Assis Nascimento Ferreira, tripulante não habilitado e ainda, Arlene Gomes Varela da Silva, proprietária, todos da embarcação "JOÃO KLEBER II" e, dando-os como incursos no artigo 15, alínea "e" (todos os fatos), da Lei n° 2.180/54, condenando o 1° Representado à pena de multa no valor de R$ 300,00 (trezentos reais) e a 6ª Representada, à pena de multa no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), prevista no artigo 121, inciso VII, os 2° 3°, 4° e 5° Representados à pena de Repreensão, prevista no artigo 121, inciso I, c/c os artigos 127 e 139, inciso IV, alínea "d", todos da Lei n° 2.180/54, com redação dada pela Lei n° 8.969/94. Isentos de Custas (Lei n° 1.060/54), com redação dada pela Lei n° 7.510/86. Deve-se ainda, oficiar à Capitania dos Portos do Rio Grande do Norte, agente da Autoridade Marítima, comunicando a infração à Lei n° 8.374/91 (embarcação trafegando sem o seguro obrigatório DPEM), por parte da proprietária da embarcação "JOÃO KLEBER II", a Sra. Arlene Gomes Varela da Silva; e mais, encaminhar ao Ministério Público Federal do Trabalho no Rio Grande do Norte, através do Ministério Público Federal do Trabalho no Rio de Janeiro, cópia do Acórdão, acompanhada das principais peças do Processo. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 15 de outubro de 2013.

Proc. nº 25.853/2011

Relatora: Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha

EMENTA: L/M "HELIANA". Queda de pessoa na água de bordo de embarcação durante navegação no rio Tietê, altura do Reservatório de Barra Bonita, na localidade de Dois Córregos, município de Mineiros do Tietê, SP, seguido de colisão de hélice contra o mesmo, provocando-lhe sérios ferimentos. Não houve registros de danos à embarcação ou de poluição ao meio ambiente hídrico. Não adoção de medidas adequadas para preservar a incolumidade das vidas dos de bordo por parte do condutor, ao permitir que o passageiro vitimado permanecesse em local inapropriado, deixando de cumprir as boas práticas marinheiras, por consequência expondo a risco as vidas do de bordo. Condenação. Medida Preventiva Indeferida.

Autora: A Procuradoria.

Representado: Caio Henrique Gerin (Condutor) (Adv. Dr. Jorge Ferreira Vianna - OAB/RJ Nº 91.002).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: queda de pessoa na água de bordo de embarcação durante navegação no rio Tietê, altura do reservatório de Barra Bonita, na localidade de Dois Córregos, município de Mineiros do Tietê, SP, seguido de colisão de hélice contra o mesmo, provocando-lhe sérios ferimentos. Não houve registros de danos à embarcação ou de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: não adoção de medidas adequadas para preservar a incolumidade das vidas dos de bordo por parte do condutor, ao permitir que o passageiro vitimado permanecesse em local inapropriado, deixando de cumprir as boas práticas marinheiras, por consequência expondo a risco as vidas dos de bordo; e c) decisão: julgar procedente a Representação da D. Procuradoria Especial da Marinha (fls. 81/84) e considerando o fato da navegação, previsto no artigo 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54 e suas consequências, como decorrente da conduta imprudente de Caio Henrique Gerin condená-lo à pena de multa, no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais), prevista no art. 121, inciso VII, c/c os artigos 124, inciso IX, 127 e 139, inciso IV, alínea "d", todos da Lei nº 2.180/54, com redação dada pela Lei nº 8.969/94, acrescida de custas processuais. Indeferir a medida preventiva requerida pela PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 24 de outubro de 2013.

Proc. nº 28.073/2013

Relatora: Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha

EMENTA: B/P "GIBA". Deriva de embarcação fundeada na baía do Pontal, BA, acarretando sua colisão com pedras localizadas nas proximidades do Porto de Ilhéus, BA, com seu consequente naufrágio e perda total, sem vítimas fatais e sem notícias de poluição hídrica. Causa não apurada acima de qualquer dúvida. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: deriva de embarcação fundeada na baía do Pontal, BA, acarretando sua colisão com pedras localizadas nas proximidades do Porto de Ilhéus, BA, com seu consequente naufrágio e perda total, sem vítimas fatais e sem notícias de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: não apurada acima de qualquer dúvida; e c) decisão: julgar o fato da navegação previsto no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar os autos, conforme promoção da D. Procuradoria Especial da Marinha - PEM, em sua promoção de fls. 56-58. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 06 de fevereiro de 2014.

Proc. nº 28.099/2013

Relatora: Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha

EMENTA: Moto aquática "HORÁCIO JUNIOR IV". Queda de passageiras de moto aquática, durante navegação na praia de Bombas, Bombinhas, SC, causando lesão corporal leve em uma das passageiras, sem registro de danos materiais e de notícias de poluição ao meio ambiente hídrico. Caso Fortuito. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: queda de passageiras de dispositivo flutuante tipo boia cilíndrica (banana-boat) rebocado por moto aquática, durante navegação na praia de Bombas, Bombinhas, SC, causando lesão corporal leve em uma das passageiras, sem registro de danos materiais e de notícias de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: marolas causadas por embarcação não identificada; e c) decisão: julgar o fato da navegação previsto no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de origem fortuita, mandando arquivar os autos, conforme promoção da D. Procuradoria Especial da Marinha-PEM em sua promoção de fls. 50/52. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 4 de fevereiro de 2014.

Proc. nº 28.104/2013

Relatora: Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha

EMENTA: B/P "SANTO ANTÔNIO DOS ANJOS VI". Acidente sofrido por pescador (ferimento na perna direita) durante faina de recolhimento do ferro de embarcação que se encontrava fundeada nas proximidades do Farol de Mostardas, RS, aguardando melhorias nas condições climáticas para continuação da prática de pesca, sem ocorrência de danos materiais e de poluição hídrica. Enroscamento da amarra no carretão, provocando o seu desprendimento, por motivo não apurado com a devida precisão, terminando por atingir a perna direita do pescador que participava da faina. Infrações ao RLESTA. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: acidente sofrido por pescador (ferimento na perna direita) durante faina de recolhimento do ferro de embarcação que se encontrava fundeada nas proximidades do Farol de Mostardas, RS, aguardando melhorias nas condições climáticas para continuação da prática de pesca, sem ocorrência de danos materiais e de poluição hídrica; b) quanto à causa determinante: enroscamento da amarra no carretão, provocando o seu desprendimento, por motivo não apurado com a devida precisão, terminando por atingir a perna direita do pescador que participava da faina; e c) decisão: julgar o fato da navegação previsto no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar os autos, conforme promoção da D. Procuradoria Especial da Marinha - PEM, em sua promoção de fls. 126-127, mas não antes de oficiar à Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul, agente local da Autoridade Marítima, a infração aos artigos 11 (conduzir embarcação ou contratar tripulante sem habilitação para operá-la), 13, III (não dispor a bordo de todos os tripulantes exigidos conforme o Cartão de Tripulação de Segurança), 14, III, (não portar Rol de Equipagem ou Rol Portuário), 15, III, (apresentar-se com item ou equipamento da dotação inoperante, em mau estado ou com prazo de validade vencido) e 19, II, (não portar os certificados ou documentos equivalentes exigidos), cometidas pelo proprietário da embarcação "SANTO ANTÔNIO DOS ANJOS VI", Sr. Jardel Nunes Mendes. O tripulante Adair Nelson da Cruz cometeu infração ao art. 11 (conduzir embarcação ou contratar tripulante sem habilitação para operá-la), e Tiago Borges do Amaral, ao art. 12, I, (não possuir a documentação relativa à habilitação ou ao controle de saúde), ambos do RLESTA. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 19 de dezembro de 2013.

Proc. nº 28.159/2013

Relatora: Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha

EMENTA: Embarcação a motor tipo catraia não identificada. Naufrágio ocorrido no rio Xingu, durante navegação nas proximidades da praia do Amor, Altamira, PA, sem vítimas fatais e sem notícias de poluição hídrica. Causa não apurada acima de qualquer dúvida. Infrações ao RLESTA e à Lei nº 8.374/91. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: naufrágio durante navegação no rio Xingu, proximidades da praia do Amor, Altamira, PA, sem vítimas fatais e sem notícias de poluição hídrica; b) quanto à causa determinante: não apurada acima de qualquer dúvida; e c) decisão: julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, alínea "a", da Lei n° 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar os autos, conforme promoção da D. Procuradoria Especial da Marinha - PEM em sua promoção de fls. 89/90, não antes de oficiar a Capitania dos Portos do Amapá, agente local da Autoridade Marítima, a não apresentação do bilhete de seguro obrigatório DPEM por parte dos Senhores Varner Iork do Nascimento, responsável pela moto aquática GTI-155 "SEADOO" de cor branca c/ verde, Mayckon Pontes da Silva e Djeimisson Nascimento da Rocha, responsáveis pelas motos aquáticas que estavam conduzindo no dia do acidente, configurando infrações ao art. 15 da Lei n° 8.374/91. Foram cometidas, ainda, as seguintes infrações ao RLESTA: pelo Senhor Varner Iork do Nascimento, responsável pela moto aquática GTI-155 "SEADOO" de cor branca c/verde, infração ao art. 16 (deixar de inscrever ou de registrar a embarcação); pelo Senhor Mayckon Pontes da Silva, responsável pela moto aquática que estava conduzindo no dia do acidente, infrações aos artigos 11 (conduzir embarcação ou contratar tripulante sem habilitação) e 16 (deixar de inscrever ou de registrar a embarcação); e pelo Senhor Djeimisson Nascimento da Rocha, responsável pela moto aquática que estava conduzindo no dia do acidente, infrações aos artigos 11 (conduzir embarcação ou contratar tripulante sem habilitação) e 16 (deixar de inscrever ou de registrar a embarcação). Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 4 de fevereiro de 2014.

Proc. nº 28.164/2013

Relatora: Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha

EMENTA: B/P "DE BORBA". Naufrágio de pesqueiro nas proximidades da Praia Mansa de Caiobá, PR, ocasionando perda parcial da embarcação, provocando derramamento de óleo diesel na água, sem ocorrência de danos pessoais. Causa não apurada acima de qualquer dúvida. Infração à Lei nº 8.374/91 e ao RLESTA. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: naufrágio de pesqueiro nas proximidades da Praia Mansa de Caiobá, PR, ocasionando perda parcial da embarcação, provocando derramamento de óleo diesel na água, sem ocorrência de danos pessoais; b) quanto à causa determinante: não apurada acima de qualquer dúvida; e c) decisão: julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar os autos, conforme promoção da D. Procuradoria Especial da Marinha - PEM de fls. 84/85, não antes de oficiar à Capitania dos Portos do Paraná, agente local da Autoridade Marítima,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA VEDADA A VENDA

comunicando a infração ao art. 15 da Lei nº 8.374/91 (não apresentação de bilhete de seguro obrigatório DPEM), e a infração ao art. 16, I, do RLESTA (deixar de inscrever ou de registrar a embarcação), cometidas pelos atuais proprietários de fato do B/P "DE BORBA", Srs. Reginaldo Levi Correa e Adenilson Timoteo Tavares. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 06 de fevereiro de 2014.

Proc. nº 23.961/2009

Relator: Juiz Marcelo David Gonçalves

EMENTA: Balsas "MISS RONDÔNIA" e "DONA ALDORA". Abalroação. Fundeio em local proibido. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representados: Navegação Ana Carolina Ltda. - EPP (Proprietária da balsa "DONA ALDORA") (Advª. Drª. Elizabeth Cavalieri Campos - OAB/AM Nº 7.228) e HILNAVE - Transportes e Navegação Ltda., Revel.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: abalroação entre balsas com danos materiais; b) quanto à causa determinante: fundeio em local proibido e inadequado; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imprudência das representadas, Navegação Ana Carolina Ltda. - EPP e HILNAVE - Transportes e Navegação Ltda., condenando cada uma à pena de multa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), na forma do art. 121, inciso VII, da mesma lei acima. Custas processuais divididas. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 17 de dezembro de 2013.

Proc. nº 24.433/2009

Relator: Juiz Marcelo David Gonçalves

EMENTA: Draga "LIGIA". Queda n'água e morte por afogamento de trabalhador inabilitado. Desrespeito às regras de segurança. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representados: Ster Engenharia Ltda. (Proprietária) (Advª. Drª. Silvia Matilde da Silva - OAB/SP Nº 128.248), Navegação Amândio Rocha Ltda. (Armadora do Rb "GOIÂNIA") (Adv. Dr. Frederico Azambuja Patino Cruzatti - OAB/RS Nº 30,300) e Ronaldo Ramos Guimarães (Mestre do Rb "GOIÂNIA") (Advª. Drª. Lylia Marisa Hennig - OAB/RS Nº 27.352).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: do 1° fato: queda e morte de ocupante de draga e do 2° fato: exposição a risco as vidas e fazendas de bordo; b) quanto à causa determinante: do 1° fato: não apurado e do 2° fato: desrespeito às regras de segurança para a navegação; e c) decisão: julgar os fatos da navegação capitulados no art. 15, alínea "e", da Lei n° 2.180/54, como de origem indeterminada, para o 1° fato e decorrente da imprudência dos representados Ster Engenharia Ltda., Navegação Amândio Rocha Ltda. e Ronaldo Ramos Guimarães, para o 2° fato, condenando os dois primeiros à pena de multa no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais) cada um nos termos do art. 121, inciso VII, da Lei n° 2.180/54, e à pena de repreensão para o terceiro representado, nos termos do art. 121, inciso I, da mesma lei. Custas processuais divididas para os dois primeiros representados. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 28 de novembro de 2013.

Proc. nº 25.062/2010

Relator: Juiz Marcelo David Gonçalves

EMENTA: B/P "NUEVO MONTE VENTOSA". Morte de tripulante. Omissão de socorro. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representado: Modesto Garcia Estévez (Comandante) (Adv. Dr. Marcos Diego Oliveira Rezende - OAB/ES Nº 19.522).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: exposição a risco por omissão de socorro provocando a morte de tripulante de B/P; b) quanto à causa determinante: desrespeito às recomendações médicas; e c) decisão: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente da imprudência e negligência de Modesto García Estévez, Comandante representado, condenando-o à pena de suspensão para o exercício profissional como marítimo, em águas jurisdicionais brasileiras pelo prazo de 1 (um) ano, cumulativamente com a pena de multa no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), de acordo com o art. 121, incisos II e VII, com a redação dada pela Lei nº 8.969/94. Custas processuais na forma da lei. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 19 de novembro de 2013.

Proc. nº 25.183/2010

Relator: Juiz Marcelo David Gonçalves

EMENTA: B/M "A PROFESSORINHA". Naufrágio. Tampa de porão aberta durante temporal. Imprudência. Infração ao RLESTA. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representado: Joilton José Facioni, Revel.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: naufrágio de B/M com danos materiais; b) quanto à causa determinante: falta de esgoto e tampa do porão aberta durante temporal; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei n° 2.180/54, como decorrente da imprudência do representado Joilton José Facioni, condenando-o à pena de repreensão de acordo com o art. 121, inciso I, da mesma lei, isentando-o das custas processuais. Oficiar à Capitania Fluvial do Tietê-Paraná, agente local da Autoridade Marítima, as infrações de responsabilidade do proprietário Centro do Professorado Paulista: Certificado Nacional de Borda Livre (CNBL), Certificado Nacional de Arqueação (CNA) e Certificado de Segurança da Navegação (CSA) vencidos, na forma do art. 19, inciso III, do RLESTA, além de não possuir seguro DPEM, de acordo com a Lei nº 8.374/91. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 14 de novembro de 2013.

Proc. nº 25.443/2010

Relator: Juiz Marcelo David Gonçalves

EMENTA: N/M "NOUR". Presença de clandestino a bordo. Deficiência de vigilância. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representado: Haytham Nouni (Comandante) (Advª. Drª. Maria Joanna Pacheco e Chaves - DPU/RJ).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: presença de clandestino a bordo de N/M; b) quanto à causa determinante: deficiência de vigilância; e c) decisão: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15, letra "e" da Lei nº 2.180/54, como decorrente da imprudência do representado Haytham Nouni, condenando-o à pena de multa no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do art. 121, inciso VII, da Lei nº 2.180/54, e ao pagamento das custas processuais. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 10 de outubro de 2013.

Proc. nº 27.493/2012

Relator: Juiz Marcelo David Gonçalves

EMENTA: B/M "HERMES II". Naufrágio parcial de bote, ocasionando o falecimento do Sr. Hermes Antônio Arisi, sem dano material ou poluição hídrica. Causa não apurada com a devida precisão. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: naufrágio parcial de bote, ocasionando o falecimento do Sr. Hermes Antônio Arisi, sem dano material ou poluição hídrica; b) quanto à causa determinante: não apurada com a devida precisão; e c) decisão: julgar o acidente da navegação, previstos no art. 14, alínea "a" e artigo 15, alínea "e" da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 26 de setembro de 2013.

Proc. nº 27.561/2012

Relator: Juiz Marcelo David Gonçalves

EMENTA: Lancha "BATTOONS". Naufrágio de lancha nas proximidades da ilha dos Porcos Grandes, baía da Ilha Grande, Angra dos Reis, RJ, ocasionando a perda total da embarcação. Causa não apurada com a devida precisão. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: naufrágio de lancha nas proximidades da ilha dos Porcos Grandes, baía da Ilha Grande, Angra dos Reis-RJ, ocasionando a perda total da embarcação; b) quanto à causa determinante: não apurada com a devida precisão; e c) decisão: julgar o acidente da navegação, previsto no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 26 de setembro de 2013.

Proc. nº 27.578/2012

Relator: Juiz Marcelo David Gonçalves

EMENTA: N/M "SIDER TINO". Encalhe de navio mercante durante navegação de travessia, sem ocorrência de danos materiais, pessoais ou ambientais. Alteração da profundidade provocada pela movimentação do banco de areia demarcado pela BL de bombordo Cascalheira. Fortuna do mar. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: encalhe de navio mercante durante navegação de travessia, sem ocorrência de danos materiais, pessoais ou ambientais; b) quanto à causa determinante: alteração da profundidade provocada pela movimentação do banco de areia demarcado pela BL de bombordo Cascalheira; e c) decisão: julgar o acidente da navegação previsto no artigo 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de fortuna do mar, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 1º de outubro de 2013.

Proc. nº 27.849/2013

Relator: Juiz Marcelo David Gonçalves

EMENTA: Navio Supridor de Plataformas Marítimas "SANTOS SAILOR" e Plataforma "PETROBRAS VIII". Abalroamento de navio supridor com plataforma, provocando avarias em ambas as embarcações. Causa não apurada com a devida precisão. Infração à Lei nº 8.374/91. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: abalroamento de navio supridor com plataforma, provocando avarias em ambas as embarcações; b) quanto à causa determinante: não apurada com a devida precisão; e c) decisão: julgar o acidente da navegação previsto no artigo 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar os autos como requerido pela D. Procuradoria Especial da Marinha-PEM (fls. 130/131). Deve ser oficiar à Delegacia da Capitania dos Portos em Macaé, agente local da Autoridade Marítima, a infração à Lei nº 8.374/91, art. 15 (não apresentação de bilhete de seguro obrigatório DPEM em vigor na data do acidente), cometida pelos proprietários do Navio Supridor de Plataformas Marítimas "SANTOS SAILOR" e Plataforma "PETROBRAS VIII", respectivamente, Bram Offshore Transportes Marítimos Ltda. e Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 21 de novembro de 2013.

Proc. nº 25.256/2010

Relator: Juiz Fernando Alves Ladeiras

EMENTA: Moto aquática "JADE". Colisão com pedras e queda do condutor na água. Erro de navegação por condutor não habilitado. Imprudência. Atenuante. Condenação.

Autora; A Procuradoria.

Representados: Vinicius Monteiro de Carvalho (Condutor inabilitado) (Adv. Dr. Elmano Branco Coelho - OAB/BA Nº 16.571) e Smith Pereira da Silva Neto (Proprietário), Revel.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: colisão de moto aquática com pedras, causando a queda e lesões no condutor, danos materiais, mas sem registro de danos ambientais; b) quanto à causa determinante: erro de navegação de condutor não habilitado; e c) decisão: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (colisão), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imprudência dos Representados e de imperícia do 1º Representado, acolhendo os termos da Representação da Douta Procuradoria Especial da Marinha, e, considerando as circunstâncias e consequências dos fatos apurados, com fulcro nos artigos 121, incisos I e VII, 124, inciso I, 127, e 139, inciso IV, letra "d", todos da Lei nº 2.180/54, aplicar a pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) ao 1º Representado, Vinicius Monteiro de Carvalho, condutor não habilitado, e pena de multa de R$ 1.000,00 (mil reais) ao 2º representado, Smith Pereira da Silva Neto, proprietário da moto aquática "JADE", cumulativamente com a pena de Repreensão para ambos. Custas processuais proporcionais às penas de multa. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 17 de dezembro de 2013.

Proc. nº 25.730/2011

Relator: Juiz Fernando Alves Ladeiras

EMENTA: Embarcação "PETRECK I". Naufrágio, com danos materiais e uma vítima fatal. Erro de navegação e não disponibilização dos coletes salva-vidas, quando houve a mudança das condições atmosféricas. Imperícia e imprudência. Agravante e atenuante. Condenação.

Autora: a Procuradoria.

Representado: Francisco do Espírito Santo Rodrigues (Condutor) (Advª. Drª. Amanda Fernandes Silva de Oliveira - DPU/RJ).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente e fato da navegação: naufrágio de embarcação nacional, com danos materiais e uma vítima fatal, mas sem registro de danos ambientais; b) quanto às causas determinantes: erro de navegação ao enfrentar ondas grandes com uma embarcação pequena e carregada e não ter disponibilizado os coletes salva-vidas existentes a bordo, que estavam recolhidos em um saco, o que dificultou a sua utilização por ocasião do naufrágio; e c) decisão: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (naufrágio) e o fato da navegação tipificado no art. 15, letra "e" (exposição a risco), ambos da Lei nº 2.180/54, como decorrentes de imperícia e imprudência do Representado, Francisco do Espírito Santo Rodrigues, Marinheiro Fluvial de Convés, na qualidade de condutor da embarcação "PETRECK I", acolhendo, na íntegra, os termos da Representação da D. Procuradoria Especial da Marinha, e considerando as circunstâncias, as consequências, a agravante e a atenuante, com fulcro nos artigos 121, incisos I e VII, 124, incisos I e IX, 127, 135, inciso II, e 139, inciso IV, letra "d", todos da Lei nº 2.180/54, condenar o Representado à pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), cumulativamente com a pena de Repreensão. Isentar o Representado do pagamento das custas processuais conforme requerido pela sua Defesa, patrocinada pela D. Defensoria Pública da União. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 19 de dezembro de 2013.

Proc. nº 26.849/2012

Relator: Juiz Fernando Alves Ladeiras

EMENTA: Moto aquática "CASA LUZ". Erro de manobra de condutor não habilitado de moto aquática, provocando o naufrágio de embarcação a remos. Imprudência. Atenuante. Infrações ao RLESTA. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representados: Hemerson Venício de Moraes (Condutor inabilitado da moto aquática "CASA LUZ"), Revel e Heth Venício de Moraes (Proprietário da moto aquática "CASA LUZ"), Revel.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: naufrágio de embarcação miúda, movida a remos, com danos materiais, mas sem danos pessoais ou ambientais; b) quanto à causa determinante: marolas produzidas por moto aquática rebocando uma pessoa em um esqui aquático; e c) decisão: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (naufrágio), da Lei nº 2.180/54, como decorrente da imprudência de Hemerson Venício de Moraes, condutor não habilitado da moto aquática "CASA LUZ", acolhendo em parte os termos da Representação da Douta Procuradoria Especial da Marinha, e, considerando as circunstâncias e consequências dos fatos apurados, com fulcro nos artigos 121, incisos I e VII, 124, inciso IX, 127, e 139, inciso IV, letra "d", todos da Lei nº 2.180/54, aplicar-lhe a pena de multa de R$400,00 (quatrocentos reais) cumulativamente com a pena de repreensão. Custas processuais na forma da lei. Exculpar o 2º Representado, Heth Venício de Moraes, proprietário da moto aquática "CASA LUZ", do que lhe foi acusado, por não ter ficado provada sua responsabilidade acima de qualquer dúvida. Oficiar à Capitania dos Portos de Santa Catarina, agente da Autoridade Marítima, para as sanções aplicáveis, as infrações ao RLESTA, da responsabilidade do condutor da moto aquática "CASA LUZ", Hemerson Venício de Moraes: art. 11 (condutor não habilitado) e art. 23, inciso IV, c/c o item 0114, letra "d", da NORMAM 03/DPC. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 04 de fevereiro de 2014.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Proc. nº 26.864/2012
Relator: Juiz Fernando Alves Ladeiras
EMENTA: Draga "FUHRMANN I". Naufrágio parcial de embarcação abarrancada. Válvulas de esgoto esquecidas na posição aberta, após faina de esgoto da embarcação. Negligência. Atenuantes. Condenação.
Autora: A Procuradoria.
Representado: Carlos Alberto Falcão Fleitas (Contramestre), Revel.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: naufrágio parcial de embarcação abarrancada, com danos materiais, sem danos pessoais ou ambientais; b) quanto à causa determinante: válvula de esgoto de sistema improvisado deixada aberta depois de terminada a faina de esgoto; e c) decisão: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (naufrágio parcial), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imprudência de Carlos Alberto Falcão Fleitas, Contramestre, acolhendo os termos da Representação da Douta Procuradoria Especial da Marinha e considerando as circunstâncias e consequências dos fatos apurados, com fulcro nos artigos 121, inciso I, 124, inciso IX, 127, 128 e 139, inciso IV, letra "d", todos da Lei nº 2.180/54, aplicar-lhe a pena de Repreensão. Custas processuais na forma da lei. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 10 de dezembro de 2013.
Proc. nº 26.886/2012
Relator: Juiz Fernando Alves Ladeiras
EMENTA: Balsa "ICOFORT CS 400-I". Queda de uma pessoa na água, vítima fatal. Com pedido de arquivamento da D. Procuradoria Especial da Marinha. Causa não apurada com a devida precisão, mas com indícios de culpa exclusiva da própria vítima. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: queda na água e óbito de uma pessoa, da balsa "ICOFORT CS 400-I", enquanto atracada no porto de Petrolina, rio São Francisco, Petrolina, PE, sem danos materiais e sem registro de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: não apurada acima de qualquer dúvida, mas com indícios de culpa exclusiva da própria vítima; e c) decisão: julgar o fato da navegação, tipificado no art. 15, alínea "e" (exposição a risco), da Lei nº 2.180/54, como equiparado aos casos cujas circunstâncias determinantes não puderam ser apuradas acima de qualquer dúvida, mas com indícios de culpa exclusiva da própria vítima fatal, mandando arquivar os presentes autos, conforme promoção da Douta Procuradoria Especial da Marinha. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 05 de dezembro de 2013.
Proc. nº 26.905/2012
Relator: Juiz Fernando Alves Ladeiras
EMENTA: L/M "VIVA LA VIDA". Colisão com a margem. Erro de navegação. Condições meteorológicas desfavoráveis. Navegação com velocidade incompatível às circunstâncias. Excesso de autoconfiança. Danos materiais e lesões graves ao condutor e à passageira. Imprudência. Atenuantes. Condenação.
Autora: A Procuradoria.
Representado: Klécio da Costa Lopes (Proprietário/Condutor) (Adv. Dr. André Rüger - OAB/MG Nº 83.683).
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: colisão de lancha nacional, que só parou cerca de 30 metros margem adentro, no local conhecido como Funil, Escarpas do Lago, município de Capitólio, MG, com danos materiais e lesões graves no condutor e proprietário da lancha e na sua passageira, vítimas não fatais, mas sem registro de poluição ao meio ambiente; b) quanto à causa determinante: erro de navegação por excesso de autoconfiança do condutor e proprietário da lancha que prosseguiu viagem com condições meteorológicas desfavoráveis a uma navegação segura, com baixa visibilidade e trafegando em velocidade incompatível para as circunstâncias; e c) decisão: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (colisão), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imprudência do representado, Klécio da Costa Lopes, proprietário e condutor da L/M "VIVA LA VIDA", acolhendo os termos da Representação da D. Procuradoria Especial da Marinha, e, considerando as circunstâncias e consequências dos fatos apurados e os argumentos atenuantes trazidos na sua Defesa, com fulcro nos artigos 121, inciso I, 124, inciso I, 127, 128 e 139, inciso IV, letras "b" e "d", todos da Lei nº 2.180/54, aplicar a pena de Repreensão, custas processuais na forma da Lei. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 06 de fevereiro de 2014.
Proc. nº 27.151/2012
Relator: Juiz Fernando Alves Ladeiras
EMENTA: L/M "EXPRESS MACAÉ". Avarias e defeitos, expondo a risco a embarcação, as vidas e fazendas de bordo. Falhas na manutenção da embarcação. Atenuantes e agravante (reincidência específica). Condenação.
Autora: A Procuradoria.
Representado: Barcas S/A. Transportes Marítimos (Armadora) (Adv. Dr. José Washington Castro Freire - OAB/RJ Nº 157.961).
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: avarias e defeitos na embarcação, relacionadas no Laudo de Exame Pericial, fls. 10 e 11, que colocaram em risco a embarcação, vidas e fazendas de bordo, mas sem danos pessoais ou ambientais; b) quanto à causa determinante: falha de manutenção; e c) decisão: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "b" (avarias ou defeitos), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de negligência da Representada, Barcas S.A. - Transportes Marítimos, armadora da embarcação "EXPRESS MACAÉ", acolhendo os termos da Representação da D. Procuradoria, e considerando as circunstâncias, as consequências, a agravante específica e as atenuantes, com fulcro nos artigos 121, incisos I e VII, 124, incisos V e IX e § 1º, 127, 135, inciso I, 137, e 139, incisos II e IV, letra "a", todos da Lei nº 2.180/54, condenar a Representada à pena de multa de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), cumulativamente com a pena de Repreensão. Custas processuais na forma da lei. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 12 de dezembro de 2013.
Proc. nº 27.394/2012
Relator: Juiz Fernando Alves Ladeiras
EMENTA: Canoa sem nome e não inscrita. Naufrágio com queda na água do condutor, vítima fatal, e um passageiro. Excesso de peso e má estivagem. Provável imprudência da própria vítima fatal. Infrações ao RLESTA. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente e do fato da navegação: naufrágio de embarcação miúda, com queda na água do condutor, vítima fatal, e de um passageiro, enquanto navegava no rio Caveiras, no município de Lages, SC, com danos materiais, mas sem registro de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: excesso de peso e má estivagem; e c) decisão: julgar o acidente e o fato da navegação, tipificados no art. 14, alínea "a" (naufrágio) e art. 15, alínea "e", (exposição a risco), ambos da Lei nº 2.180/54, como decorrentes de provável imprudência de Lauro Fábio Lima da Silva, vítima fatal, mandando arquivar os presentes autos, conforme promoção da Douta Procuradoria Especial da Marinha. Oficiar à Capitania dos Portos de Santa Catarina, agente local da Autoridade Marítima, para as sanções cabíveis, às infrações ao RLESTA: art. 16, inciso I (deixar de inscrever ou de registrar a embarcação) e art. 19, c/c a Lei nº 8.374/91 (falta de seguro obrigatório DPEM), da responsabilidade do proprietário da embarcação sem nome, Walmor Voigdlener. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 29 de outubro de 2013.
Proc. nº 27.460/2012
Relator: Juiz Fernando Alves Ladeiras
EMENTA: N/M "MSC ASTRID", cais flutuante da Bravamar e doze pequenas embarcações. Abalroamentos e colisões entre lanchas atracadas e cais flutuante. Danos materiais. Causa não apurada com a devida precisão. Com pedido de arquivamento da D. Procuradoria Especial da Marinha. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto às naturezas e extensões dos acidentes da navegação: abalroamentos e colisões entre lanchas atracadas e o cais flutuante, provocando avarias nas embarcações e no referido cais, no canal do porto na baía de Vitória, ES, com danos materiais, mas sem danos pessoais e sem registro de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: não apurada com a devida precisão; e c) decisão: julgar os acidentes da navegação, tipificados no art. 14, letra "a" (abalroações e colisões), da Lei nº 2.180/54, como decorrentes de causa indeterminada, acolhendo a promoção da Douta Procuradoria Especial da Marinha e arquivando os presentes autos. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 05 de dezembro de 2013.
Proc. nº 27.840/2013
Relator: Juiz Fernando Alves Ladeiras
EMENTA: Canoa "FINA ESTAMPA", não inscrita. Naufrágio e desaparecimento de tripulante. Excesso de peso, aliado à falta de coletes salva-vidas. Provável culpa da própria vítima. Com pedido de arquivamento da D. Procuradoria Especial da Marinha. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente e fato da navegação: naufrágio da canoa "FINA ESTAMPA" e desaparecimento do seu condutor, quando navegava no lago do Caburí, em frente à comunidade Agrovila do Caburí, no município de Parintins, AM, com danos materiais, mas sem registro de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: embarcação de borda baixa (25 cm) com excesso de peso, aliado à falta de coletes salva-vidas; e c) decisão: julgar o acidente e o fato da navegação, tipificados no art. 14, letra "a" (naufrágio) e no art. 15, letra "e' (exposição a risco), da Lei nº 2.180/54, como decorrentes de provável culpa da própria vítima, mandando arquivar os presentes autos conforme promoção da D. Procuradoria Especial da Marinha. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 4 de fevereiro de 2014.
Proc. nº 27.915/2013
Relator: Juiz Fernando Alves Ladeiras
EMENTA: L/M "BAT UT". Naufrágio. Causa não apurada. Com pedido de arquivamento da D. Procuradoria Especial da Marinha. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: naufrágio da L/M "BAT UT", quando atracada no cais da residência do proprietário, nas proximidades da praia do Morcego, baía da Ribeira, Angra dos Reis, RJ, com danos materiais, mas sem danos pessoais e sem registro de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: não apurada com a devida precisão; e c) decisão: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (naufrágio), da Lei n° 2.180/54, como decorrente de causa indeterminada, mandando arquivar os presentes autos, conforme promoção da Douta Procuradoria Especial da Marinha. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 19 de dezembro de 2013.
Proc. nº 27.940/2013
Relator: Juiz Fernando Alves Ladeiras
EMENTA: B/P "PANTOJA JUNIOR DA VIGIA". Colisão com objeto submerso, causando avarias no hélice, desalinhamento do eixo propulsor e afetando o tubo telescópico e o casco da embarcação nas obras vivas e consequente alagamento na casa de máquinas. Equiparado aos casos cujas circunstâncias determinantes não puderam ser apuradas com a devida precisão. Com pedido de arquivamento da D. Procuradoria Especial da Marinha. Infrações ao RLESTA. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: colisão com objeto submerso, causando avarias no hélice, desalinhamento do eixo propulsor e afetando o tubo telescópico e o casco da embarcação nas obras vivas e consequente alagamento na casa de máquinas, quando navegava no rio Pará, nas proximidades da ponta de Taipú, PA, mas sem danos pessoais e sem registro de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: não apurada com a devida precisão; e c) decisão: julgar os acidentes da navegação, tipificados no art. 14, letras "a" (colisão e água aberta) e "b" (avaria) da Lei nº 2.180/54, como equiparados aos casos cujas circunstâncias determinantes não puderam ser apuradas com a devida precisão, acolhendo a promoção por arquivamento da Douta Procuradoria Especial da Marinha. Oficiar à Capitania dos Portos da Amazônia Oriental, agente local da Autoridade Marítima, para as sanções cabíveis, as infrações ao RLESTA, art. 11 (contratar tripulante sem habilitação para operá-la), art. 13, inciso III (não dispor a bordo de todos os tripulantes exigidos conforme Cartão de Tripulação de Segurança), e art. 19, c/c a Lei nº 8.374/91 (falta de seguro obrigatório DPEM, válido para a época do acidente), da responsabilidade do proprietário do B/P "PANTOJA JUNIOR DA VIGIA", Omero Rodrigues Pantoja, e o art. 11, do RLESTA, (conduzir embarcação sem habilitação para operá-la), da responsabilidade do condutor Marcelo Moraes Gomes. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 12 de dezembro de 2013.
Proc. nº 27.945/2013
Relator: Juiz Fernando Alves Ladeiras
EMENTA: N/M "JS PHOENIX". Encalhe de navio estrangeiro. Alteração das profundidades provocada pela movimentação do banco de areia. Com pedido de arquivamento da D. Procuradoria Especial da Marinha. Caso fortuito. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: encalhe do N/M "JS PHOENIX" em um banco de areia, quando navegava no rio Amazonas, na posição Lat. 00º 01,98'N e Long. 050º 58,7'W, nas proximidades do fundeadouro de Macapá, AP, com danos materiais, mas sem avarias ao navio, sem danos pessoais e sem registro de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: alteração das profundidades provocada pela movimentação do banco de areia; e c) decisão: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (encalhe), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de caso fortuito, mandando arquivar os presentes autos, conforme promoção da Douta Procuradoria Especial da Marinha. Oficiar à Diretoria de Hidrografia e Navegação, enviando cópia do Acórdão, para as devidas providências. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 17 de dezembro de 2013.
Proc. nº 27.959/2013
Relator: Juiz Fernando Alves Ladeiras
EMENTA: Canoa "AURORA". Queda na embarcação do único ocupante, em faina de pesca com redes. Infortúnio da própria vítima. Com pedido de arquivamento da D. Procuradoria. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: queda do único ocupante na canoa "AURORA", nas proximidades da Barra do Ribeiro, Rio Grande do Sul, RS, com danos materiais e pessoais, mas sem registro de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: desequilíbrio do pescador, devido ao balanço da embarcação, enquanto puxava as redes de pesca; e c) decisão: julgar o fato da navegação, tipificado no art. 15, letra "e" (todos os fatos), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de caso fortuito, infortúnio da própria vítima, mandando arquivar os presentes autos, conforme pela Douta Procuradoria Especial da Marinha. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 4 de fevereiro de 2014.
Proc. nº 28.008/2013
Relator: Juiz Fernando Alves Ladeiras
EMENTA: B/P "NOSSA SENHORA DE FÁTIMA". Queda de tripulante a bordo, com entorse do tornozelo direito e incapacidade laborativa. Com pedido de arquivamento da D. Procuradoria. Caso fortuito. Infração à LESTA e ao RLESTA. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: queda de tripulante a bordo do B/P "NOSSA SENHORA DE FÁTIMA", nas proximidades da praia de Caúra, São José de Ribamar, MA, com lesão corporal grave, entorse do tornozelo direito, impossibilitando-o para a sua atividade laborativa, sem danos materiais e sem registro de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: desequilíbrio do tripulante ao pisar na tábua que estava escorregadia pela lama trazida pelas redes de pesca; e c) decisão: julgar o fato da navegação, tipificado no art. 15, letra "e" (exposição a risco), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de caso fortuito, mandando arquivar os presentes autos, conforme promoção da Douta Procuradoria Especial da Marinha. Oficiar à Capitania dos Portos do Maranhão, agente da Autoridade Marítima, para as sanções aplicáveis, a infração ao art. 8º, inciso V, letra "b", da LESTA, c/c o art. 24, do RLESTA (por não ter comunicado tempestivamente o fato em pauta, na Capitania), da res-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ponsabilidade do condutor e proprietário do B/M "NOSSA SENHORA DE FÁTIMA", Jorge Silva Frasão, POP. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 17 de dezembro de 2013.

Proc. nº 28.050/2013

Relator: Juiz Fernando Alves Ladeiras

EMENTA: L/M "ITAPUCA". Avaria de máquinas. Causa não apurada com precisão. Com pedido de arquivamento da D. Procuradoria Especial da Marinha. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: avaria de máquinas na L/M "ITAPUCA", nas proximidades do terminal de passageiros de Niterói, na baía de Guanabara, RJ, com danos materiais, sem danos pessoais e sem registro de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: não apurada com precisão; e c) decisão: julgar o acidente da navegação, tipificados no art. 14, letra "b" (avaria), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de causa indeterminada, mandando arquivar os presentes autos, conforme promoção da Douta Procuradoria Especial da Marinha. Oficiar à Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, agente da Autoridade Marítima, as divergências nas informações da embarcação, quanto às arqueações bruta e líquida e ano de construção (no REN, fl. 13, no Registro de Propriedade Marítima, fl. 15, e no CTS, fl. 17, constam 608 AB e 328,4 AL, ano de construção 1963, mas em todos os Certificados da Classificadora constam 1065 AB, 542 AL e ano de construção 1962, fls. 16, 21, 30, 32, 34, 36, 38, 40 e 43), para apurar possível alteração de projeto na embarcação ou erro de informação, enviando cópias das citadas folhas dos autos, para as providências devidas e correção de registro perante o Tribunal Marítimo. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 17 de dezembro de 2013.

Proc. nº 28.129/2013

Relator: Juiz Fernando Alves Ladeiras

EMENTA: Moto aquática "ATRATIVE". Colisão com banhista, criança que submergiu de repente, durante aproximação da margem direita do rio Purus, com motor desligado. Lesão corporal leve. Infortúnio da própria vítima. Com pedido de arquivamento da D. Procuradoria Especial da Marinha. Infrações ao RLESTA. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: colisão de banhista, criança, que sofreu lesões leves, com moto aquática, na margem direita do rio Purus, próximo à Praia do Gado, na cidade da Boca do Acre, AM, sem avarias na embarcação, e sem registro de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: mergulho de menor em direção à embarcação de forma submersa; e c) decisão: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (colisão), da Lei nº 2.180/54, como decorrente infortúnio da própria vítima, acolhendo a promoção por arquivamento da Douta Procuradoria Especial da Marinha. Oficiar à Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental, agente local da Autoridade Marítima, as infrações ao RLESTA: art. 11 (conduzir embarcação sem habilitação), art. 16, inciso I (deixar de inscrever a embarcação) e art. 19, inciso I, combinado com o art. 15, da Lei nº 8.374/91 (não apresentação de bilhete de seguro obrigatório DPEM em vigor na data do acidente), cometidas pelo proprietário da moto aquática "ATRATIVE", à época do evento, Sr. Emanuel do Bonfim Estevam da Silva. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 4 de fevereiro de 2014.

Proc. nº 21.040/2004 - Embargos Infringentes Nº 13/2013.

Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA: N/M "CAPE VICTORY". Recurso conhecido. Mantida a decisão atacada.

Embargos Infringentes nº 13/2013, interposto em 18 de abril de 2013, ao Acórdão de 23 de outubro de 2012 do Embargos de Declaração.

Embargante: Rich Ocean Carriers S.A. (Adv. Dr. Luiz Roberto Leven Siano - OAB/RJ Nº 94.122).

Embargados: Minerações Brasileiras Reunidas - MBR e Oreles da Conceição de Oliveira (Adv. Dr. Flávio Infante Vieira - OAB/RJ Nº 50.692).

Autora da Representação de Parte: Minerações Brasileiras Reunidas - MBR (Adv. Dr. Flávio Infante Vieira - OAB/RJ Nº 50.692).

Autora da Representação de Parte: Rich Ocean Carriers S.A. (Adv. Dr. Luiz Roberto Leven Siano - OAB/RJ Nº 94.122).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por maioria, nos termos do voto do Exmo. Sr. Juiz-Relator: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: xxx; b) quanto à causa determinante: xxx; e c) decisão: conhecer dos Embargos para julgá-los improcedentes, não acolhendo as razões apresentadas pelo Embargante e mantendo o Acórdão atacado, sendo acompanhado pelos Exmos. Srs. Juízes Geraldo de Almeida Padilha, Fernando Alves Ladeiras e Maria Cristina de Oliveira Padilha. O Exmo. Sr. Juiz-Revisor discordou do Exmo. Sr. Juiz-Relator e deu provimento nos termos do seu voto no que foi acompanhado pelo Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves, sendo ambos vencidos. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 18 de fevereiro de 2014.

Proc. nº 24.408/2009

Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA: N/M "ALIANÇA IPANEMA" e REM "JEAN FILHO LV". Acidente da navegação. Abalroamento entre embarcações brasileiras quando navegavam em águas interiores, sem registro de danos pessoais e nem ambientais. Rio Amazonas, Manaus, Amazonas. Erro de manobra. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representados: Renato do Amaral Vasconcelos (Comandante do comboio) (Advª. Drª. Amanda Fernandes Silva de Oliveira - DPU/RJ) e João Paulo Dias Souza (Prático a bordo do N/M "ALIANÇA IPANEMA") (Advª. Drª. Maria Altamira de Souza - OAB/AM Nº 6.959).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: abalroamento entre o N/M "ALIANÇA IPANEMA" e o comboio formado pelo REM "JEAN FILHO LV" com as balsas "JEANY SARON XXV" e "JEANY SARON XXVIII", quando navegavam no rio Amazonas a cerca de 40MN de Manaus, AM, sem registro de danos pessoais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: erro de manobra; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imprudência do 1º Representado, responsabilizando Renato do Amaral Vasconcelos, condenando-o à pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), com fundamento no art. 121, inciso VII e § 5º e art. 124, inciso I, todos da mesma lei. Custas na forma da lei. Exculpar o 2º Representado, João Paulo Dias Souza, por insuficiência de provas. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 28 de novembro de 2013.

Proc. nº 25.156/2010

Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA: Saveiro "CAMAMU" e veleiro "FULL TIME". Acidente e fato da navegação. Abalroamento entre embarcações brasileiras em águas interiores e ferimento em passageira, sem registro de danos ambientais. Niterói, Rio de Janeiro. Erro de manobra. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representado: Wilson Lima de Faria Júnior (Condutor/Proprietário do saveiro "CAMAMU") (Adv. Dr. Alexandre Magno Fraga de Faria Zanani - OAB/RJ Nº 106.092).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente e fato da navegação: abalroamento entre as embarcações "FULL TIME", que estava atracada, e a "CAMAMU", e ferimento em uma passageira, durante a manobra de atracação desta ao cais do Jurujuba Iate Clube, Niterói, RJ, sem registro de danos ambientais; b) quanto à causa determinante: erro de manobra do condutor da embarcação "CAMAMU"; e c) decisão: julgar o acidente e fato da navegação, capitulados no art. 14, alínea "a" e art. 15, alínea "e", da Lei nº. 2.180/54, como decorrentes de imprudência do Representado, responsabilizando Wilson Lima de Faria Júnior, condenando-o à pena de repreensão, com fundamento no art. 121, inciso I e art. 124, inciso I, todos da mesma lei. Custas na forma da lei. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 26 de novembro de 2013.

Proc. nº 27.659/2012

Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA: L/M "A BOA VIDA". Acidente da navegação. Naufrágio de embarcação brasileira em águas interiores, sem registro de danos pessoais e nem ambientais. Ubatuba, São Paulo. Causa não apurada. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: naufrágio da L/M "A BOA VIDA", quando navegava nas proximidades da praia do Tenório, Ubatuba, SP, sem registro de danos pessoais e nem ambientais, mas com a perda total da Embarcação; b) quanto à causa determinante: não apurada com a devida precisão; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 21 de novembro de 2013.

Proc. nº 27.694/2012

Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA: N/M "GENIUS STAR IX". Fato da navegação. Ferimento em tripulante a bordo de embarcação estrangeira em águas brasileiras durante manobra de sondagem do tanque de óleo, sem registro de danos materiais e nem ambientais. Litoral do Rio Grande do Norte. Causa não apurada. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: ferimento em tripulante durante manobra de sondagem do tanque de óleo do N/M "GENIUS STAR IX", quando navegava pelo litoral do Rio Grande do Norte, sem registro de danos materiais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: não apurada com a devida precisão; e c) decisão: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 12 de novembro de 2013.

Proc. nº 27.777/2013

Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA: Canoa sem nome. Materialidade do acidente e fato da navegação não comprovadas. Rio Amazonas, Itapiranga, Amazonas. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente e fato da navegação: xxx; b) quanto à causa determinante: xxx; e c) decisão: mandar arquivar os Autos, conforme a promoção da PEM, pois não restou comprovada a materialidade dos supostos acidente e fato da navegação. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 26 de novembro de 2013.

Proc. nº 27.790/2013

Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA: L/M "GALIZA". Acidente da navegação. Naufrágio de embarcação brasileira em águas interiores, sem registro de danos pessoais e nem ambientais. Praia de Conceição de Jacareí, Mangaratiba, Rio de Janeiro. Causa não apurada. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: naufrágio da embarcação "GALIZA", quando navegava nas proximidades da praia de Conceição de Jacareí, Mangaratiba, RJ, sem registro de danos pessoais, materiais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: não apurada acima de qualquer dúvida; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 24 de setembro de 2013.

Proc. nº 28.015/2013

Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA: Gaseiro "FORTE DE SÃO MARCOS". Acidente da navegação. Incêndio na caldeira de recuperação, sem registro de danos pessoais e nem ambientais. Área de fundeio Golf II do porto de Rio Grande, Rio Grande, Rio Grande do Sul. Causa não apurada. Infrações ao RLESTA. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: incêndio na caldeira de recuperação do gaseiro "FORTE DE SÃO MARCOS", quando fundeado na área Golf II do porto de Rio Grande, Rio Grande, RS, sem registro de danos pessoais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: não apurada com a devida precisão; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da PEM. Oficiar à Capitania dos Portos de Rio Grande, agente local da Autoridade Marítima, as infrações aos art. 21, inciso II, e art. 28, incisos I e II, do RLESTA, cometidas pelo proprietário, para as providências cabíveis. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 19 de dezembro de 2013.

Proc. nº 25.422/2010

Relator: Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho

EMENTA: Bote artesanal sem nome. Naufrágio. Condução da embarcação por pessoas embriagadas e que não faziam uso de material de salvatagem. Morte de dois participantes da aventura. Revelia. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representados: Luis Carlos Santos Ferreira, Revel, Adriano do Carmo Alves, Revel e Cláudio Santos Ferreira, Revel.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade quanto ao mérito e por maioria quanto à pena, nos termos do voto do Exmo. Sr. Juiz-Relator: a) quanto à natureza e extensão do acidente e do fato da navegação: naufrágio de canoa e exposição de vidas e fazendas de bordo a risco, que resultaram no óbito de duas pessoas e na perda da embarcação; b) quanto à causa determinante: navegação noturna por pessoas sem conhecimentos náuticos, que estavam embriagadas e que não faziam uso de coletes salva-vidas nem portavam a bordo qualquer outro material de salvatagem; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a" (naufrágio) e o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e" (exposição a risco), como decorrentes da imprudência dos representados Luis Carlos Santos Ferreira, Adriano do Carmo Alves e Cláudio Santos Ferreira, aplicando-lhes pena cumulada de repreensão e multa no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) para cada um, com fulcro no art. 121, incisos I e VII, c/c os arts. 124, inciso IX e 135, inciso II, todos os artigos da Lei nº 2.180/54. Custas divididas em partes iguais, no que foi seguido pelos Exmos. Srs. Juízes Fernando Alves Ladeiras, Marcelo David Gonçalves e Maria Cristina de Oliveira Padilha. O Exmo. Sr. Juiz-Revisor votou com o Exmo. Sr. Juiz-Relator, porém, aplicava somente a pena de repreensão, no que foi seguido pelo Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha, sendo ambos vencidos. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 26 de novembro de 2013.

Proc. nº 25.766/2011

Relator: Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho

EMENTA: Lancha "BOM JESUS 5º" e o comboio formado pelo R/E "EDIVALDO NETO" e balsa "LIVIA". Abalroamento. Navegação desatenta por condutor da lancha não habilitado que cortou a proa do comboio. Infrações ao RLESTA e à Lei nº 8.374/91. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representado: Geovane de Jesus Alves (Condutor inabilitado do B/M "BOM JESUS 5º"), Revel.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: abalroamento entre um comboio e uma lancha e naufrágio desta, com perda total da lancha, sem danos a pessoas ou poluição; b) quanto à

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

causa determinante: erro de manobra do condutor da lancha; e c) decisão: julgar o acidente da navegação constante do art. 14, alínea "a" (abalroamento) como decorrente da imprudência do representado, Sr. Geovane de Jesus Alves, condenando-o à pena de repreensão e multa no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) e ao pagamento das custas processuais, com fulcro no art. 121, incisos I e VII, c/c art. 124, inciso I, todos os artigos da Lei nº 2.180/54. Oficiar à Capitania dos Portos do Amapá para que aplique à proprietária da lancha, Sra. Maria Filomena de Jesus Almeida, as penas constantes do art. 11, do RLESTA, por ter permitido a condução da embarcação por pessoa sem habilitação e 15 da Lei nº 8.374/91, por não possuir seguro obrigatório DPEM, na data do acidente. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 21 de novembro de 2013.

Proc. nº 26.047/2011

Relator: Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho

EMENTA: N/M "GEIRANGER". Entrada de clandestino a bordo no porto de Santos. Aparente negligência da Guarda Portuária que não se comprovou. Clandestino com status de refugiado no Brasil e portador de carteira de Trabalhador Portuário Avulso. Providências de guarda e vigilância da embarcação pela tripulação consideradas satisfatórias. Ação dolosa do clandestino que não pode ser citado por ter sido repatriado. Arquivamento.

Com representação de autoria da Procuradoria Especial da Marinha contra Hydie Awid Inoferio (Comandante) e Dean Nodado Ortaliz (Imediato) e com despacho do Exmo. Sr. Juiz-Relator pela publicação de Nota para Arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: entrada e permanência de um clandestino a bordo de navio estrangeiro, que embarcou no porto de Santos e foi encontrado ainda na costa brasileira, sem ocorrência de danos de qualquer tipo; b) quanto à causa determinante: ato deliberado do clandestino de subir a bordo pela espia de proa durante a permanência do navio no porto; e c) decisão: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e", (exposição a risco), da Lei nº 2.180/54, como decorrente do aparente ato doloso do clandestino, Sr. Samuel Mack, haitiano, que se aproveitou do status de estrangeiro permanente no Brasil na condição de refugiado, obteve o registro de trabalhador portuário avulso e embarcou clandestinamente no navio. Não receber a representação proposta em face do comandante e do imediato, mandando arquivar os autos. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 10 de dezembro de 2013.

Proc. nº 26.382/2011

Relator: Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho

EMENTA: B/P "CELMAR III". Naufrágio. Uso indevido de embarcação em faina de reboque. Esforço estrutural excessivo que levou ao naufrágio. Revelia. Reconhecimento da coação sofrida pelo condutor da faina por parte de seu empregador, proprietário do barco. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representados: Celso de Castilho (Proprietário do B/P "CELMAR III"), Revel e Iraí Farias da Silva (Mestre do B/P "CELMAR III") (Advª. Drª. Amanda Fernandes Silva de Oliveira - DPU/RJ).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: naufrágio de barco de pesca durante faina de reboque, com perda total do barco e de seus pertences, sem danos pessoais ou poluição; b) quanto à causa determinante: esforço de tração excessivo exercido pelo barco rebocador; e c) decisão: Julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a" (naufrágio), como decorrente da imprudência dos representados, Celso de Castilho, proprietário e Iraí Farias da Silva, mestre, aplicando ao primeiro, pena de multa no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) e o pagamento integral das custas e ao segundo pena de repreensão, com fulcro nos artigos 121, incisos I e VII, c/c o art. 124, inciso IX e 139, inciso IV, alínea "b", todos os artigos da Lei nº 2.180/54. Oficiar à Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul, agente local da Autoridade Marítima, para que aplique ao proprietário do B/P "CELMAR III", Celso de Castilho, as penas dos artigos 11, 19, inciso III e 28, inciso I, do RLESTA. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 28 de novembro de 2013.

Proc. nº 27.126/2012

Relator: Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho

EMENTA: Rebocador "RIACHÃO". Incêndio. Causa não apurada com a devida precisão. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: incêndio a bordo de embarcação docada, acarretando danos materiais; b) quanto à causa determinante: não apurada com a devida precisão; e c) decisão: julgar o acidente da navegação, previsto no art. 14, alínea "a", (incêndio) da Lei n° 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar os autos conforme promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 04 de fevereiro de 2014.

Proc. nº 27.540/2012

Relator: Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho

EMENTA: Bote a motor sem nome e não inscrito. Queda na água de tripulante com óbito. Erro de manobra. Provável imprudência da própria vítima fatal. Infrações ao RLESTA e à Lei nº 8.374/91. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: queda na água de tripulante, provocando o seu óbito; b) quanto à causa determinante: erro de manobra; e c) decisão: julgar o fato da navegação, previsto no art. 15, alínea "e", (exposição das vidas de bordo a risco), ambos da Lei nº 2.180/54, como decorrente de provável atuação imprudente por parte do condutor da embarcação, vítima fatal, mandando arquivar os autos conforme promoção da PEM. Oficiar à Capitania Fluvial de Presidente Epitácio, agente local da Autoridade Marítima, a infração ao RLESTA, art. 16, inciso I (deixar de inscrever ou de registrar a embarcação) e infração à Lei nº 8.374/91 (não apresentação de bilhete de seguro obrigatório DPEM em vigor na data do acidente), cometidas pelo proprietário do barco a motor sem nome, Polícia Militar Ambiental do Estado do Mato Grosso do Sul. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 19 de novembro de 2013.

Proc. nº 27.711/2013

Relator: Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho

EMENTA: L/M "LAGOA" e L/M "VITAL BRAZIL". Abalroamento entre as duas embarcações, provocando avarias de pequena monta em ambas. Causa não apurada acima de qualquer dúvida. Infração ao RLESTA. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: abalroamento entre as duas embarcações, provocando avarias de pequena monta em ambas; b) quanto à causa determinante: não apurada acima de qualquer dúvida; e c) decisão: julgar o acidente da navegação, capitulado no art. 14, alínea "b" (abalroação...), da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM. Oficiar à Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, agente local da Autoridade Marítima, a infração ao art. 24, do RLESTA, (deixar de comunicar a Autoridade Marítima o disposto no art. 8º, inciso V, alínea "b", c/c art. 34, I, da Lei nº 9.537/97, LESTA) cometida respectivamente pelo Comandante da embarcação, Sr. Flávio Marcelino Nogueira e pelo proprietário e armador da embarcação "LAGOA", Barcas S/A. - Transportes Marítimos. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 28 de novembro de 2013.

Proc. nº 27.854/2013

Relator: Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho

EMENTA: B/P "NUBINHA". Naufrágio. Morte por afogamento de dois pescadores. Perda total da embarcação e das fazendas de bordo. Condições ambientais adversas características da fortuna do mar. Infração à Lei nº 8.374/91. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: naufrágio, provocando morte de dois pescadores e a perda total da embarcação; b) quanto à causa determinante: fortuna do mar; e c) decisão: julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, alínea "a" (naufrágio), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de fortuna do mar, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM. Oficiar à Capitania dos Portos do Ceará, agente local da Autoridade Marítima, a infração ao art. 15 da Lei nº 8.374/91, (não apresentação de bilhete de seguro obrigatório DPEM em vigor na data do acidente), cometida pelo proprietário do B/P "NUBINHA" à época do evento, Sr. Jorge da Silva. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 05 de dezembro de 2013.

Proc. nº 28.062/2013

Relator: Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho

EMENTA: Navio Supridor "DOCE RIVER". Avaria no leme que deixou a embarcação sem governo, seguida de colisão com pedras. Fadiga do mangote do sistema hidráulico da máquina do leme aliada às condições meteorológicas adversas. Caso fortuito. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: avaria de máquina na embarcação seguida de colisão, sem consequências; b) quanto à causa determinante: fadiga do mangote do sistema hidráulico da máquina do leme aliada às condições meteorológicas adversas; e c) decisão: julgar o acidente da navegação, capitulado no art. 14, alínea "b", da Lei nº 2.180/54, como de natureza fortuita, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 21 de novembro de 2013.

Proc. nº 28.089/2013

Relator: Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho

EMENTA: N/M "MYSTIC STRYKER". Morte de tripulante por causa natural de origem desconhecida. Não caracterização de acidente ou de fato da navegação. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente ou do fato da navegação: xxx; b) quanto à causa determinante: morte de tripulante apurada como natural por causa desconhecida; e c) decisão: morte de tripulante a bordo de navio mercante estrangeiro atracado que não se caracterizou como acidente ou fato da navegação, que impõe o arquivamento dos autos, conforme promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 28 de novembro de 2013.

Proc. nº 28.093/2013

Relator: Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho

EMENTA: N/M "SAINT DEMETRIOS". Fato da navegação caracterizado por um acidente de trabalho a bordo. Navio e tripulação estrangeiros. Faina executada pelo Engenheiro Eletricista de bordo que se feriu. Infortúnio da própria vítima. Arquivamento.

Com representação de autoria da Procuradoria Especial da Marinha contra Vasyl Korobko (Engenheiro Elétrico) e com despacho do Exmo. Sr. Juiz-Relator pela publicação de Nota para Arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: acidente de trabalho com tripulante a bordo de navio estrangeiro, com lesão corporal de natureza grave no tripulante, sem danos materiais ou poluição; b) quanto à causa determinante: infortúnio da própria vítima; e c) decisão: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e", (exposição a risco), da Lei nº 2.180/54, como decorrente do infortúnio da própria vítima, o Engenheiro Eletricista ucraniano Vasyl Korobko, não recebendo a representação, mandando arquivar os autos. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 21 de novembro de 2013.

Proc. nº 24.696/2010

Relator: Juiz Geraldo de Almeida Padilha

EMENTA: R/E "ALFANAVE CABO FRIO" x Plataforma "PETROBRAS XII". Abalroação envolvendo rebocador e plataforma, durante faina de embarque e desembarque de suprimentos, provocando danos materiais nas duas embarcações, sem danos pessoais ou ambientais. Desgaste da correia do atuador do "pitch propeller" do motor de BB do rebocador pela não realização de sua manutenção preventiva em face da não inclusão do atuador no Sistema de Manutenção Preventiva e no TM-Master de bordo pelo Armador e do manual do fabricante não conter a informação quanto à identificação de peças sobressalentes e sua rotina de troca. Arquivamento.

Autora: A Procuradoria.

Representados: Dayvison Sarah Lima (Comandante do Rb "ALFANAVE CABO FRIO") e Antonio Medeiros da Fonseca Júnior (Chefe de Máquinas do Rb "ALFANAVE CABO FRIO") (Adv. Dr. Marcello Fabiano Azevedo Trindade - OAB/RJ Nº 131.614).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: abalroação envolvendo rebocador e plataforma, durante faina de embarque e desembarque de suprimentos, provocando danos materiais nas duas embarcações, sem danos pessoais ou ambientais; b) quanto à causa determinante: desgaste da correia do atuador do "pitch propeller" do motor de BB do rebocador pela não realização de sua manutenção preventiva em face da não inclusão do atuador no Sistema de Manutenção Preventiva e no TM-Master de bordo pelo Armador e do manual do fabricante não conter a informação quanto à identificação de peças sobressalentes e sua rotina de troca; e c) decisão: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, exculpando os representados Dayvison Sarah Lima e Antonio Medeiros da Fonseca Júnior, como decorrente de ausência de dados e informações necessárias no manual técnico do fabricante, no Sistema de Manutenção Preventiva e no TM-Master, que permitisse a realização da manutenção preventiva do atuador do "pitch propeller", cumprindo com suas funções de tripulantes embarcados, mandando arquivar os autos. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 19 de novembro de 2013.

Proc. nº 25.088/2010

Relator: Juiz Geraldo de Almeida Padilha

EMENTA: L/M "IGO FILHO". Dupla colisão de embarcação com banco de areia, uma em seguida da outra, com água aberta após a segunda colisão e posterior naufrágio, durante navegação no rio Purus, sem ocorrência de danos pessoais, com danos materiais e com dano ambiental grave com derramamento de 25.000 litros de óleo no leito do rio. Erro de navegação. Imprudência e Negligência. Infração ao RLESTA e à Lei nº 8.374/91 - Seguro DPEM. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representados: José Milton Calixto da Silva (Comandante), Revel e Jozimar da Costa Moreira (Armador), Revel.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade quanto ao mérito e por maioria quanto à pena do segundo representado, nos termos do voto do Exmo. Sr. Juiz-Relator: a) quanto à natureza e extensão do acidente e fato da navegação: dupla colisão de embarcação com banco de areia, uma em seguida da outra, com água aberta após a segunda colisão e posterior naufrágio, durante navegação no rio Purus, sem ocorrência de danos pessoais, com danos materiais e com dano ambiental grave com derramamento de 25.000 litros de óleo no leito do rio; b) quanto à causa determinante: erro de navegação; e c) decisão: julgar o acidente e o fato da navegação, previstos nos artigos 14, alínea "a" e 15, alíneas "a" e "c" da Lei n° 2.180/54, como decorrentes de imprudência e negligência de José Milton Calixto da Silva e Jozimar da Costa Moreira, condenando o primeiro à pena de multa no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), de acordo com o art. 121, inciso VII, § 5°, art. 124, incisos I, II, III e IV, da Lei n° 2.180/54, com a redação dada pela Lei n° 8.969/94 e o segundo à pena de multa no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), de acordo com o art. 121, inciso VII, § 5°, art. 124, incisos I, II, III e IV, § 1°, da Lei n° 2.180/54, com a redação dada pela Lei n° 8.969/94. Pagamento proporcional das custas processuais, sendo acompanhado pelos Exmos. Srs. Juizes Nelson Cavalcante e Silva Filho, Sérgio Bezerra de Matos e Maria Cristina de Oliveira Padilha. O Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras acompanhou o voto do Exmo. Sr. Juiz-Relator, porém, condenava o segundo representado à pena de multa no valor de R$ 11.000,00 (onze mil reais), sendo acompanhado pelo Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves, ambos foram vencidos. Oficiar à Agência Fluvial de Boca do Acre, agente da Autoridade Marítima, as infrações ao RLESTA: art. 14 (não apresentar rol de equipagem) e art. 15 (não apresentar seguro DPEM), da Lei n° 8.374/91, sem nexo de causalidade com o acidente da navegação. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 12 de dezembro de 2013.

Proc. nº 25.591/2011

Relator: Juiz Geraldo de Almeida Padilha

EMENTA: Moto aquática "ANFÍBIO" e L/M "SACHA". Colisão de moto aquática com banhista sendo rebocado em uma boia por uma lancha, provocando-lhe ferimentos graves e posterior falecimento. Erro de manobra do condutor da lancha ao guinar bruscamente para bombordo não permitindo qualquer manobra por parte do condutor da moto aquática para evitar a colisão com a boia. Negligência e Imprudência. Condenação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Autora: A Procuradoria.

Representados: Luis Alberto Bona (Condutor da moto aquática "ANFÍBIO") (Adv. Dr. Altair Arantes Ferreira - OAB/GO Nº 11.778) e Marcelo Henrique Gimenes (Condutor da L/M "SACHA") (Adv. Dr. Eraldo Silva Júnior - DPU/RJ).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: colisão de moto aquática com banhista sendo rebocado em uma boia por uma lancha, provocando-lhe ferimentos graves e posterior falecimento; b) quanto à causa determinante: erro de manobra do condutor da lancha ao guinar bruscamente para bombordo não permitindo qualquer manobra por parte do condutor da moto aquática para evitar a colisão com a boia; e c) decisão: julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de negligência e imprudência, condenando Marcelo Henrique Gimenes à pena de multa de R$ 3.000,00 (três mil reais), e suspensão de 60 (sessenta) dias, de acordo com o art. 121, incisos II e VII, § 5º, combinado com o art. 124, inciso I, § 1º, agravado pelo art. 135, inciso II, da Lei nº 2.180/54 com a redação dada pela Lei nº 8.969/94 e ao pagamento das custas processuais. Exculpar Luis Alberto Bona. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 26 de novembro de 2013.

Proc. nº 26.174/2011

Relator: Juiz Geraldo de Almeida Padilha

EMENTA: Canoa sem nome. Naufrágio de canoa, provocando o óbito de um bebê de 3 meses e de duas crianças de 2 e 4 anos, com danos materiais porém sem danos ao meio hídrico. Excesso de carga da canoa, aliado às condições meteorológicas adversas. Imprudência e Negligência. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representado: Noel Matias Aguiar (Proprietário/Condutor não habilitado), Revel.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente: naufrágio de canoa, provocando o óbito de um bebê de 3 meses e o desaparecimento de duas crianças de 2 e 4 anos, com danos materiais, porém, sem danos ao meio hídrico; b) quanto a causa determinante: excesso de carga da canoa, aliado às condições meteorológicas adversas; e c) decisão: julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, alínea "a" da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imprudência e negligência, condenando Noel Matias de Aguiar deixando-lhe de aplicar a sanção administrativa, de acordo com o art. 143, da Lei nº 2.180/54, com a redação dada pela Lei nº 8.969/94, isentando-o das custas processuais. Oficiar à Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental, Agente local da Autoridade Marítima, as infrações ao RLESTA, art. 11, art. 15, inciso I e art. 16, inciso I e a infração ao art. 15 da Lei nº 8.374/91, cometidas pelo proprietário da canoa sem nome, Sr. Noel Matias de Aguiar. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 06 de fevereiro de 2014.

Proc. nº 26.254/2011

Relator: Juiz Geraldo de Almeida Padilha

EMENTA: B/M "DEUS QUE ME DEU". Colisão de embarcação com alto-fundo seguido de adernamento e naufrágio, provocando perda da carga transportada e a possível morte por afogamento de uma criança de 9 meses, sem danos ao meio hídrico. Erro de navegação. Imperícia. Negligência. Imprudência. Infrações ao RLESTA. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representado: José Nélio da Silva Lima (Advª. Drª. Kátia Maria Mendes Martins - OAB/PA Nº 5.121).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: colisão de embarcação com alto-fundo seguido de adernamento e naufrágio, provocando perda da carga transportada e a possível morte por afogamento de uma criança de 9 meses, sem danos ao meio hídrico; b) quanto à causa determinante: erro de navegação; e c) decisão: julgar o acidente da navegação, previsto no art. 14, alínea "a" e art. 15 alíneas "c" e "e" , da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imperícia, negligência e imprudência do condutor da embarcação, José Nélio da Silva Lima, condenando-o à pena de multa no valor de R$ 300,00 (trezentos reais) acumulada com a pena de repreensão, de acordo com o art. 121, incisos I e VII, art. 124, inciso I, da Lei n° 2.180/54, com a redação dada pela Lei nº 8.969/94 e pagamento das custas processuais. Oficiar à Capitania dos Portos da Amazônia Oriental, agente local da Autoridade Marítima, as seguintes infrações ao RLESTA: artigos 11, 15, inciso I, 16, inciso I e a infração ao art. 15 da Lei n° 8.374/91, cometidas pelo proprietário. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 17 de dezembro de 2013.

Proc. nº 26.425/2011

Relator: Juiz Geraldo de Almeida Padilha

EMENTA: Comboio R/E "SANTO ANTÔNIO II" e Balsa "SANTO ANTÔNIO V" x B/M "ISRAEL I". Abalroação de comboio com embarcação atracada e colisão com um trapiche, provocando danos materiais no trapiche e avarias no eixo e hélice na embarcação atracada, sem danos pessoais e sem danos ao meio hídrico. Erro de manobra. Imprudência. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representado: Jacivaldo Ferreira Brito (Comandante do comboio) (Adv. Dr. Max Gonçalves Alves Júnior - OAB/AP Nº 1.185).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: abalroação de comboio com embarcação atracada e colisão com um trapiche, provocando danos materiais no trapiche e avarias no eixo e hélice na embarcação atracada, sem danos pessoais e sem danos ao meio hídrico; b) quanto à causa determinante: erro de manobra; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imprudência, condenando Jacivaldo Ferreira Brito, à pena de repreensão, de acordo com o art. 121, inciso I, da Lei nº 2.180/54, com a redação dada pela Lei nº 8.969/94. Isento de pagamento de custas processuais em face da Lei n° 1.060/50 e por ser hipossuficiente economicamente. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 17 de dezembro de 2013.

Proc. nº 27.986/2013

Relator: Juiz Geraldo de Almeida Padilha

EMENTA: Plataforma "ENSCO 7500". Deriva da plataforma, expondo a risco a própria plataforma, as vidas e fazendas de bordo sem ocorrência de danos pessoais, materiais e sem registro de poluição ambiental. Falha na bomba de óleo combustível do motor do gerador n° 5 e a não atracação do seu relé de potência inversa seguida da queda de energia geral. Fortuidade. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: queda de energia ("black out") e deriva da plataforma, sem ocorrência de danos pessoais, materiais e sem registro de poluição ambiental; b) quanto à causa determinante: falha do material (a bomba de óleo combustível do motor do gerador n° 5 não funcionou corretamente e o relé de potência inversa não atracou); e c) decisão: julgar o fato da navegação, previsto no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de caso fortuito, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 06 de fevereiro de 2014.

Rio de Janeiro-RJ, em 20 de junho de 2014.

Ministério da Educação

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO DO PRÓ-REITOR

Instaura processo administrativo para apurar responsabilidades da Empresa MULT TÉCNICA ODONTO HOSPITALAR LTDA. - ME, quanto ao não cumprimento das obrigações assumidas no Contrato nº 10/214, referente à prestação de serviços de manutenção e automatização de grupo gerador, com fornecimento de peças, dá outras providências, na forma da lei.

O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO da UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD), no uso das atribuições legais e regimentais constantes da Portaria/RTR nº 793, de 18 de outubro de 2012.

CONSIDERANDO que a Empresa MULT TÉCNICA ODONTO HOSPITALAR LTDA. - ME, CNPJ nº 14.081.201/0001-75, sagrou-se vencedora do Pregão Eletrônico nº 01/2014, e, como consequência, firmou o Contrato nº 10/2014, para a prestação de serviços de manutenção e automatização de grupo gerador, com fornecimento de peças.

CONSIDERANDO que essa Empresa recebeu todos os documentos relativos à contratação dos serviços pactuados, enviados por meio dos correios eletrônicos multtecnica@live.com e multtecnicaassistencia@gmail.com, tais como o Contrato nº 10/2014 e a respectiva publicação do extrato deste no DOU, a ordem de serviço e a NE nº 2014NE800046, no valor de R$ 9.980,00; inclusive, ainda, foi apresentada à Empresa a possibilidade de indicação pela mesma de um preposto, que a representaria em algumas questões relativas ao serviço e mediaria a interlocução entre esta e o gestor do contrato indicado pela UFGD.

CONSIDERANDO que há os retornos da Empresa em 29/04/14 e em 05/05/14, via e-mails, confirmando o recebimento da documentação enviada e as providências da vinda do(s) responsável(is) pela Empresa a Dourados/MS, na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), para a finalidade proposta e pactuada, e a resposta de que aquela não indicaria nenhum preposto, ficando a cargo de seu representante o andamento do serviço a ser prestado.

CONSIDERANDO que no dia 05/05/14 o gestor do contrato solicitou, via correio eletrônico, a imediata realização dos serviços em proposição.

CONSIDERANDO que essa Empresa excedeu os prazos de envio da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e do início da execução do serviço contratado, e dessa forma fica restada a inexecução total do respectivo contrato, sem qualquer justificativa legal e lícita.

CONSIDERANDO que sendo o Contrato nº 10/2014 regulado pelo Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2014, que rege o serviço ora em tela, e pelo respectivo Termo de Referência que o tipifica, a Empresa deveria executar o serviço dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da solicitação e/ou da nota de empenho, o que compreende o período de 05 a 20/05/14.

CONSIDERANDO que foram empreendidos diversos contatos verbais e escritos, via telefonemas e correios eletrônicos, nos números e endereços virtuais constantes dos autos.

CONSIDERANDO que a partir de 15 de maio de 2014, havendo ainda tempo hábil para realização do serviço objeto do sobredito contrato, não foi mais possível tornar terminantes os contatos com a Empresa em vista de que os telefonemas não foram atendidos e os e-mails não respondidos.

CONSIDERANDO que a referida Empresa já fora notificada sobre essa inadimplência pelo gestor do contrato, fato ocorrido por meio da Notificação nº 01, de 22/05/14, apensada aos autos do processo administrativo, não obedecendo ao prazo estabelecido de 02 (dois) dias úteis para defesa, e que até o presente momento não se manifestou a respeito.

CONSIDERANDO que nos autos consta a cientificação do diretor comercial da Empresa contratada, Sr. Marcos José dos Santos, sobre o prazo da execução dos serviços em referência, em 05/05/14.

CONSIDERANDO que a conduta da Empresa importa em descumprimento total do contrato, o que implica a aplicação da Cláusula Décima Terceira - Da Rescisão, item 1 "A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93" (grifo nosso).

CONSIDERANDO que o serviço é de suma importância para o funcionamento da UFGD, sobretudo, porque impacta diretamente nos resultados de sua atividade finalística, sendo necessário, pois, a tomada de decisão para retomar alternativas para normalizar a prestação de serviço em tela.

CONSIDERANDO que tais fatos implicam, em tese, na tipificação de situações que levam a Administração a exercer o seu poder-dever de apurar o fato e, sendo o caso, aplicar eventuais penalidades administrativas à Empresa, na forma do art. 7º da Lei nº 10.520/2002, do art. 28 do Decreto nº 5.450/2005 e dos respectivos instrumentos contratuais.

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de se oportunizar à Empresa em tela o exercício do contraditório e da ampla defesa sobre os fatos acima relatados, resolve:

Art. 1º Fica determinada a instauração de processo administrativo para apurar e responsabilizar, caso seja comprovada a sua culpa, a conduta da Empresa MULT TÉCNICA ODONTO HOSPITALAR LTDA. - ME, inscrita no CNPJ sob nº 14.081.201/0001-75, pelos fatos acima referenciados.

Art. 2º O processo iniciará seu trâmite na Pró-Reitoria de Administração - PRAD.

Parágrafo único. Na instrução e condução do processo, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

I - após a autuação e numeração do caderno processual, juntar cópia deste ato e anexar em seguida, de forma ordenada, cópias dos seguintes documentos:

a) documentos que indiquem a materialidade dos fatos imputados à Empresa;

b) edital de licitação;

c) contrato celebrado com a Empresa; e

d) outros documentos que sejam pertinentes ao fato.

II - cumprido o inciso anterior, notificar à Empresa, via sedex com AR, para que apresente defesa escrita e instruída com documentos no prazo de 10 (dez) dias, assim como para que se requeira, no mesmo prazo, eventuais provas que pretenda produzir.

III - a notificação à Empresa para apresentar sua defesa deve ser acompanhada de uma cópia deste ato. Deverá ainda constar a informação de que os autos se encontram à sua disposição na sede da UFGD.

IV - apresentada a defesa, ou decorrido o seu prazo sem apresentação, produzidas as provas eventualmente requeridas e depois de intimada a Empresa para apresentar alegações finais, caso tenha havido produção de provas após a apresentação da defesa, a Pró-Reitoria de Administração - PRAD decidirá sobre a aplicação de eventuais penalidades à Empresa, ou encaminhará os autos à autoridade superior, caso o seu conteúdo leve à aplicação da penalidade de "inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública".

V - na sequência, a Empresa será comunicada da decisão por meio do Diário Oficial da União, caso em que caberá recurso ao Magnífico Reitor, no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 3º Este despacho decisório produzirá efeitos a partir de sua publicação no Diário Oficial da União.

SIDNEI AZEVEDO DE SOUZA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÕES DE 16 DE JUNHO DE 2014

Nº 5.791 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 336ª reunião ordinária, realizada em 16 de junho de 2014, no uso de suas atribuições legais, condiderando: que este concurso foi aprovado pelo Conselho Departamental da Escola de Direito, Turismo e Museologia, em 14 de maio de 2014; o disposto na documentação constante do processo UFOP nº 23109.000753/2014-16, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 04/2014, de 03 de fevereiro de 2014, publicado no DOU de 04.02.2014 e retificado no DOU de 13.02.2014, realizado para o cargo de Professor, Classe A, denominação Adjunto A, nível 1, área Museologia/Artes Visuais/História da Arte, em que foi aprovado o candidato Célio Macedo Alves. Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

Nº 5.792 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 336ª reunião ordinária, realizada em 16 de junho de 2014, no uso de suas atribuições legais, condiderando: que este concurso foi aprovado pelo Conselho Departamental da Escola de Direito, Turismo e Museologia, em 14 de maio de 2014; o disposto na documentação constante do processo UFOP nº 23109.000752/2014-71, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Homologar o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 04/2014, de 03 de fevereiro de 2014, publicado no DOU de 04.02.2014 e retificado no DOU de 13.02.2014, realizado para o cargo de Professor, Classe A, denominação Adjunto A, nível 1, área Antropologia / Arqueologia/Sociologia/Museologia, em que foi aprovada a candidata Márcia Maria Arcuri Suñer. Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

Nº 5.793 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 336ª reunião ordinária, realizada em 16 de junho de 2014, no uso de suas atribuições legais, condiderando: que este concurso foi aprovado pelo Conselho Departamental da Escola de Minas, em 22 de maio de 2014; o disposto na documentação constante do processo UFOP nº 23109.000741/2014-91, resolve:

Homologar o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 04/2014, de 03 de fevereiro de 2014, publicado no DOU de 04.02.2014 e retificado no DOU de 13.02.2014, realizado para o cargo de Professor, Classe A, denominação Assistente A, nível 1, área Arquitetura e Urbanismo/Projeto de Arquitetura e Urbanismo, em que não houve candidato aprovado.

Nº 5.794 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 336ª reunião ordinária, realizada em 16 de junho de 2014, no uso de suas atribuições legais, condiderando: que este concurso foi aprovado pelo Conselho Departamental da Escola de Minas, em 22 de maio de 2014; o disposto na documentação constante do processo UFOP nº 23109.000742/2014-36, resolve:

Homologar o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 04/2014, de 03 de fevereiro de 2014, publicado no DOU de 04.02.2014 e retificado no DOU de 13.02.2014, realizado para o cargo de Professor, Classe A, denominação Assistente A, nível 1, área Arquitetura e Urbanismo/Tecnologia de Arquitetura e Urbanismo, em que não houve candidato aprovado.

Nº 5.795 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 336ª reunião ordinária, realizada em 16 de junho de 2014, no uso de suas atribuições legais, condiderando: que este concurso foi aprovado pelo Conselho Departamental do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, em 07 de maio de 2014; o disposto na documentação constante do processo UFOP nº 23109.000754/2014-61, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 04/2014, de 03 de fevereiro de 2014, publicado no DOU de 04.02.2014 e retificado no DOU de 13.02.2014, realizado para o cargo de Professor, Classe A, denominação Assistente A, nível 1, área Serviço Social/Fundamentos do Serviço Social, em que foi aprovado o candidato Paulo Wescley Maia Pinheiro. Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

MARCONE JAMILSON FREITAS SOUZA
Presidente do Conselho

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÕES DE 23 DE MAIO DE 2014

Nº 1.626 - O Conselho Universitário da Universidade Federal de Ouro Preto, em reunião extraordinária, realizada em 23 de maio deste ano, no uso de suas atribuições legais, considerando o parecer final da Comissão Examinadora do referido Concurso e a documentação constante do processo UFOP nº 23109.000579/2014-10, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final do Concurso Público para Servidores Técnico-Administrativos em Educação de que trata o Edital PROAD nº 61, de 20 de dezembro de 2013, publicado no DOU em 23 de dezembro de 2013 e retificado no DOU de 09 de janeiro de 2014, realizado para o cargo de Médico/Clínica Médica, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Liana Maria Tavares Genovez, Zolder Marinho Silva, Karina Pedrosa Vieira e Jacques Gabriel Alvares Horta. Art. 2º O Concurso Público de que trata a presente Resolução terá validade de um ano, podendo ser prorrogado por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no Diário Oficial da União, conforme o disposto no Decreto nº 4.175, de 27 de março de 2002, e na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

Nº 1.627 - O Conselho Universitário da Universidade Federal de Ouro Preto, em reunião extraordinária, realizada em 23 de maio deste ano, no uso de suas atribuições legais, considerando o parecer final da Comissão Examinadora do referido Concurso e a documentação constante do processo UFOP nº 23109.000580/2014-36, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final do Concurso Público para Servidores Técnico-Administrativos em Educação de que trata o Edital PROAD nº 61, de 20 de dezembro de 2013, publicado no DOU em 23 de dezembro de 2013 e retificado em 09 de janeiro de 2014, realizado para o cargo de Pedagogo/Educação Especial, em que foram aprovadas, pela ordem de classificação, as candidatas Adriene Santanna, Letícia Pereira de Sousa e Rita de Cássia Silva Arruda. Art. 2º O Concurso Público de que trata a presente Resolução terá validade de um ano, podendo ser prorrogado por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no Diário Oficial da União, conforme o disposto no Decreto nº 4.175, de 27 de março de 2002, e na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

Nº 1.628 - O Conselho Universitário da Universidade Federal de Ouro Preto, em reunião extraordinária, realizada em 23 de maio deste ano, no uso de suas atribuições legais, considerando o parecer final da Comissão Examinadora do referido Concurso e a documentação constante do processo UFOP nº 23109.000577/2014-12, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final do Concurso Público para Servidores Técnico-Administrativos em Educação de que trata o Edital PROAD nº 61, de 20 de dezembro de 2013, publicado no DOU 23 de dezembro de 2013 e retificado em 09 de janeiro de 2014, realizado para o cargo de Produtor Cultural, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Hugo Xavier Guarilha, Anna Bastos Faria, Samira Cunha Vitral, Aline Monteiro Xavier Homssi Borges e Érika Horta Andrade. Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

Nº 1.629 - O Conselho Universitário da Universidade Federal de Ouro Preto, em reunião extraordinária, realizada em 23 de maio deste ano, no uso de suas atribuições legais, considerando a documentação constante do processo UFOP nº 23109.000577/2014-12 e as irregularidades ocorridas durante essa seleção, resolve:

Não homologar o resultado final do Concurso Público para Servidores Técnico-Administrativos em Educação de que trata o Edital PROAD nº 61, de 20 de dezembro de 2013, publicado no DOU 23 de dezembro de 2013 e retificado em 09 de janeiro de 2014, realizado para o cargo de Engenheiro de Segurança do Trabalho.

MARCONE JAMILSON FREITAS SOUZA
Presidente do Conselho

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

PORTARIA Nº 15, DE 24 DE JUNHO DE 2014

A DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE, da UFPI, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei nº 8.745/93, de 09/12/93, regulamentada pelas Leis nºs. 9.849/99, de 27/10/99 e 10.667/03, de 15/05/03 e Lei nº 12.425/11, de 17/06/11, o Decreto nº 6.944/09, de 21/08/09, e a Resolução nº 039/08-CONSUN/UFPI, de 11/09/08 e a Resolução 009/03, que altera o anexo III da Resolução nº 004/88-CONSUN/UFPI, de 11/11/88, observadas as disposições legais aplicáveis à espécie e as normas contidas no Edital nº 05/2014-CCS/UFPI, de 09/06/2014, publicado na Seção 3, do DOU, de 11/06/2014 e o Processo nº. 23111.034627/2013-35, resolve:

Art. 1° Homologar o resultado final do processo seletivo, para contratação de Professor Temporário, com lotação no Departamento de Medicina Comunitária, do Centro de Ciências da Saúde, Campus Min. Petrônio Portela, na cidade de Teresina-PI, correspondente à Classe Auxiliar, Nível I, em Regime de Parcial TP - 20 (vinte) horas semanais, na área de Atenção Básica em Saúde, habilitando e classificando para contratação NAYLA ANDRADE BARBOZA (1ª colocada).

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA FERRAZ MENDES

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 1.368, DE 18 DE JUNHO DE 2014

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, NO EXERCÍCIO DA REITORIA, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº. 23113.023615/2013-65, resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Núcleo de Medicina/Campus Universitário Prof. Antônio Garcia Filho, objeto do Edital nº. 028/2013, publicado no D.O.U. de 08/11/2013, conforme informações que seguem:

Matérias de Ensino	Todos os Ciclos de Medicina (sessões tutoriais, conferências, aulas em laboratórios, habilidades médicas e práticas de ensino na comunidade) com ênfase em Neurologia
Disciplinas	Todos os Ciclos de Medicina (sessões tutoriais, conferências, aulas em laboratórios, habilidades médicas e práticas de ensino na comunidade)
Cargo/Nível	Auxiliar - Nível 1
Regime de Trabalho	40 (quarenta) horas semanais
Resultado Final	1º LUGAR: GISELLE MELO FONTES SILVA- 68,85

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ MAURÍCIO CONCEIÇÃO DE SOUZA

PORTARIA Nº 1.369, DE 18 DE JUNHO DE 2014

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, NO EXERCÍCIO DA REITORIA, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº. 23113.019552/2013-42, resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Núcleo de Medicina/Campus Universitário Prof. Antônio Garcia Filho, objeto do Edital nº. 028/2013, publicado no D.O.U. de 08/11/2013, conforme informações que seguem:

Matérias de Ensino	Todos os Ciclos de Medicina (sessões tutoriais, conferências, aulas em laboratórios, habilidades médicas e práticas de ensino na comunidade) com ênfase em Oncologia
Disciplinas	Todos os Ciclos de Medicina (sessões tutoriais, conferências, aulas em laboratórios, habilidades médicas e práticas de ensino na comunidade)
Cargo/Nível	Auxiliar - Nível 1
Regime de Trabalho	40 (quarenta) horas semanais
Resultado Final	1º LUGAR: ANA MARIA FANTINI SILVA - 67,32

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ MAURÍCIO CONCEIÇÃO DE SOUZA

PORTARIA Nº 1.370, DE 18 DE JUNHO DE 2014

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, NO EXERCÍCIO DA REITORIA, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº. 23113.019556/2013-21, resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Núcleo de Medicina/Campus Universitário Prof. Antônio Garcia Filho, objeto do Edital nº. 028/2013, publicado no D.O.U. de 08/11/2013, conforme informações que seguem:

Matérias de Ensino	Todos os Ciclos de Medicina (sessões tutoriais, conferências, aulas em laboratórios, habilidades médicas e práticas de ensino na comunidade) com ênfase em Otorrinolaringologia
Disciplinas	Todos os Ciclos de Medicina (sessões tutoriais, conferências, aulas em laboratórios, habilidades médicas e práticas de ensino na comunidade)
Cargo/Nível	Auxiliar - Nível 1
Regime de Trabalho	40 (quarenta) horas semanais
Resultado Final	1º LUGAR: PATRICIA ARAUJO DE ANDRADE - 55,43

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ MAURÍCIO CONCEIÇÃO DE SOUZA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 1.371, DE 18 DE JUNHO DE 2014

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, NO EXERCÍCIO DA REITORIA, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº. 23113.005067/2014-72, resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Núcleo de Medicina/Campus Universitário Prof. Antônio Garcia Filho, objeto do Edital nº. 011/2014, publicado no D.O.U. de 12/03/2014, conforme informações que seguem:

Matérias de Ensino	Todos os Ciclos de Medicina (sessões tutoriais, conferências, aulas em laboratórios, habilidades médicas e práticas de ensino na comunidade) com ênfase em Saúde Coletiva
Disciplinas	Todos os Ciclos de Medicina (sessões tutoriais, conferências, aulas em laboratórios, habilidades médicas e práticas de ensino na comunidade)
Cargo/Nível	Auxiliar - Nível 1
Regime de Trabalho	40 (quarenta) horas semanais
Resultado Final	1º LUGAR: GIOVANA BACILIERI SOARES - 76,98 2º LUGAR: MÔNICA SAMPAIO DE CARVALHO - 74,95

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ MAURÍCIO CONCEIÇÃO DE SOUZA

PORTARIA Nº 1.374, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº. 23113.019555/2013-86, resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Núcleo de Medicina/Campus Universitário Prof. Antônio Garcia Filho, objeto do Edital nº. 028/2013, publicado no D.O.U. de 08/11/2013, conforme informações que seguem:

Matérias de Ensino	Todos os Ciclos de Medicina (sessões tutoriais, conferências, aulas em laboratórios, habilidades médicas e práticas de ensino na comunidade) com ênfase em Cardiologia
Disciplinas	Todos os Ciclos de Medicina (sessões tutoriais, conferências, aulas em laboratórios, habilidades médicas e práticas de ensino na comunidade)
Cargo/Nível	Auxiliar - Nível 1
Regime de Trabalho	40 (quarenta) horas semanais
Resultado Final	1º LUGAR: EDUARDO JOSÉ PEREIRA FERREIRA - 71,77

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

PORTARIA Nº 1.375, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº. 23113.015182/2013-74, resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Núcleo de Medicina/Campus Universitário Prof. Antônio Garcia Filho, objeto do Edital nº. 031/2013, publicado no D.O.U. de 09/12/2013, conforme informações que seguem:

Matérias de Ensino	II, III e IV Ciclos de Medicina (sessões tutoriais, conferências, aulas em laboratórios, habilidades médicas e práticas de ensino na comunidade) com ênfase em Pediatria
Disciplinas	II, III e IV Ciclos de Medicina (sessões tutoriais, conferências, aulas em laboratórios, habilidades médicas e práticas de ensino na comunidade)
Cargo/Nível	Auxiliar - Nível 1
Regime de Trabalho	20 (vinte) horas semanais
Resultado Final	1º LUGAR: ALINE DE SIQUEIRA ALVES LOPES - 59,64

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PORTARIA Nº 24, DE 25 DE JUNHO 2014

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, no uso de suas atribuições, resolve.

Art. 1° Divulgar o resultado final, concluída a fase de recursos dos aplicativos educativos para Tablets Android 4.0, objeto do Edital de Convocação nº 01, de 17 de junho de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 19 de junho de 2013, seção 3, páginas 32 a 38, com suas retificações posteriores, publicadas no Diário Oficial da União de 20 de agosto de 2013, seção 3, página 31 e no Diário Oficial da União de 16 de outubro de 2013, seção 3, página 34.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA BEATRIZ LUCE

ANEXO

PROPONENTE	APLICATIVO EDUCATIVO
Evobooks	Sistema do Corpo Humano
Ética	ECCOlógica
Markus Hohenwarler	GeoGebra
Redalgo	Alfabeto Melado
Flip	Desafio Tangram
Hand Talk Serviços Ltda	Hand Talk
Positivo S.A	O movimento da Terra
Positivo S.A	Hereditariedade Segundo Mendel
Instituto Lemann	Khan Português
Fundação Victor Civita	FVC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 652, DE 25 DE JUNHO DE 2014

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.021628/2014-13, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Biologia Celular, Embriologia e Genética, instituído pelo Edital nº 279/DDP/2014, de 29 de maio de 2014, publicado no Diário Oficial da União nº 102, Seção 3, de 30/05/2014.

Área/ Subárea de Conhecimento: Biologia Celular.

Regime de Trabalho: 20 (quarenta) horas semanais

N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Evelyn Winter da Silva	8,38
2º	Carolina Pereira Tavares Botelho	7,18
3°	Francisco Paulino Dubiela	7,03

BERNADETE QUADRO DUARTE

Ministério da Fazenda

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 4.342, DE 20 DE JUNHO DE 2014 (*)

Dispõe sobre ajustes nas normas de financiamento de custeio, de investimento e de comercialização com recursos do crédito rural, a partir de 1º de julho de 2014.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão extraordinária realizada em 20 de junho de 2014, tendo em vista as disposições do art. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, e dos arts. 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, resolveu:

Art. 1º A Seção 1 (Introdução) do Capítulo 1 (Disposições Preliminares) do Manual de Crédito Rural (MCR) passa a vigorar acrescida do item 14:

"14 - Considera-se ano agrícola, para os efeitos deste manual, o período de 1º de julho de cada ano a 30 de junho do ano seguinte." (NR)

Art. 2º O item 4-B da Seção 4 (Beneficiários) do Capítulo 1 do MCR passa a vigorar com a seguinte redação:

"4-B - A classificação do produtor é de responsabilidade da instituição financeira, que deve:

a) efetuá-la pelos meios ao seu alcance como parte integrante da ficha cadastral do mutuário, de que trata o MCR 2-1;

b) observar o limite de receita bruta de R$3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) para efeito da aplicação do disposto nos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002." (NR)

Art. 3º Os itens 8 e 14 da Seção 3 (Garantias) do Capítulo 2 (Condições Básicas) do MCR passam a vigorar com a seguinte redação:

"8 - O penhor rural, agrícola ou pecuário observará as seguintes condições:

a) o prazo do penhor não excederá o da obrigação garantida e, embora vencido, permanece a garantia, enquanto subsistirem os bens que a constituem;

b) a prorrogação do penhor, inclusive decorrente de prorrogação da obrigação garantida prevista na alínea "a", ocorre mediante a averbação à margem do registro respectivo, por requerimento do credor e do devedor." (NR)

"14 - A hipoteca pode ter prazo de até 30 (trinta) anos, renováveis por meio de novo título e de novo registro, se requerida por ambas as partes." (NR)

Art. 4º O inciso I da alínea "a" do item 3 da Seção 4 (Despesas) do Capítulo 2 (Condições Básicas) do MCR passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - obrigatórios (MCR 6-2): taxa efetiva de juros de 6,5% a.a. (seis inteiros e cinco décimos por cento ao ano) para as operações contratadas a partir de 1º/7/2014, permitida a sua redução, a critério da instituição financeira, em financiamentos de custeio rural a produtores e suas cooperativas de produção agropecuária em que o tomador dispuser de mecanismo de proteção de preço ou de seguro da produção esperada ou ao amparo do Programa de garantia da Atividade Agropecuária (Proagro);" (NR)

Art. 5º A Seção 2 (Créditos de Custeio) do Capítulo 3 (Operações) do MCR passa a vigorar com nova redação para o item 5 e acrescida do item 10-A:

"5 - O limite de crédito de custeio rural, por beneficiário, em cada safra e em todo o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), é de R$1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), devendo ser considerados, na apuração desse limite, os créditos de custeio tomados com recursos controlados, exceto aqueles tomados no âmbito dos fundos constitucionais de financiamento regional." (NR)

"10-A - A soma dos créditos de custeio rural ao amparo de recursos controlados, exceto aqueles tomados no âmbito dos fundos constitucionais de financiamento regional, fica limitada a R$4.400.000,00 (quatro milhões e quatrocentos mil reais) por beneficiário e ano agrícola, em todo o SNCR." (NR)

Art. 6° Os itens 12 e 14 da Seção 3 (Créditos de Investimento) do Capítulo 3 do MCR passam a vigorar com a seguinte redação:

"12 - O limite de crédito para investimento rural com recursos obrigatórios, por beneficiário, por ano agrícola, em todo o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), é de R$385.000,00 (trezentos e oitenta e cinco mil reais) independentemente dos créditos obtidos para outras finalidades." (NR)

"14 - O limite de que trata o item 12 pode ser elevado para até R$1.000.000,00 (um milhão de reais) por beneficiário, por ano agrícola, nos anos agrícolas 2011/2012 a 2014/2015, desde que, no mínimo, os recursos adicionais sejam direcionados exclusivamente para as finalidades previstas nas alíneas "a" e "b" do item 9, observadas, ainda, as seguintes condições específicas:

.....

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

b) quando se tratar de operação de investimento para a finalidade de que trata a alínea "b" do item 9, o valor do crédito previsto no caput fica limitado ao montante correspondente à renovação de, no máximo, 20% (vinte por cento) da área total cultivada, por beneficiário, por ano agrícola." (NR)

Art. 7º Os itens 3-A, 18, 23, 30 e 31 da Seção 4 (Créditos de Comercialização) do Capítulo 3 do MCR passam a vigorar com a seguinte redação:

"3-A - A soma dos créditos de comercialização ao amparo de recursos controlados nas modalidades de FGPP, de que trata o MCR 4-1, de desconto de títulos referidos no item 2-"b", e de Financiamento para Aquisição de Café (FAC), de que trata o MCR 9-4, fica limitada a R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) por beneficiário e ano agrícola, em todo o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), excetuadas as operações com cooperativas de produção agropecuária." (NR)

"18 - Sem prejuízo da possibilidade de a instituição financeira antecipar a realização do financiamento, o FEPM destinado a produtos classificados como semente, fica limitado a 80% (oitenta por cento) da quantidade identificada no termo de conformidade ou certificado de semente, não podendo ultrapassar R$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) por beneficiário, por ano agrícola e em todo o SNCR, observado ainda o seguinte:

.....

c) deverá ter como base, no mínimo, o preço mínimo dos produtos amparados pela PGPM de que tratam as alíneas "b" e "d" do item 30." (NR)

"23 - Embora de livre convenção entre as partes, as garantias do FEPM e do FEE devem incorporar o penhor dos produtos estocados ou seus derivados." (NR)

"30 - .....

a) Produtos da Safra de Verão e Regionais:

Produtos	Unidades da Federação/Regiões Amparadas	Período de contratação do financiamento
Algodão em caroço	Sul, Sudeste e BA-Sul	1º/3 a 28/2
	Centro-Oeste	1º/5 a 30/4
	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)	1º/7 a 30/6
Algodão em pluma	Sul, Sudeste e BA-Sul	1º/3 a 28/2
	Centro-Oeste	1º/5 a 30/4
	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)	1º/7 a 30/6
Alho	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste	1º/7 a 30/6
Amendoim	Todo o território nacional	1º/2 a 31/1
Arroz longo fino em casca	Todo o território nacional	1º/2 a 31/1
Arroz longo em casca	Todo o território nacional	1º/2 a 31/1
Café arábica e robusta beneficiados, grão cru e colhidos na safra	Todo o território nacional	1º/4 a 31/3
Borracha natural cultivada	Todo o território nacional	1º/1 a 31/12
Cacau cultivado (amêndoa)	Norte, Nordeste, Centro-Oeste e ES	1º/7/ a 30/6
Caroço de algodão	Sul, Sudeste e BA-Sul	1º/3 a 28/2
	Centro-Oeste	1º/5 a 30/4
	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)	1º/7 a 30/6
Castanha de caju	Norte e Nordeste	1º/7 a 30/6
Casulo de seda	PR e SP	1º/7 a 30/6
Carnaúba cultivada (cera)	Nordeste	1º/7 a 30/6
Farinha de mandioca	Todo o território nacional	1º/1 a 31/12
Fécula de mandioca	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	1º/1 a 31/12
Goma/Polvilho de mandioca	Norte e Nordeste	1º/1 a 31/12
Feijão preto e cores	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	1º/11 a 31/10
	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)	1º/1 a 31/12
Feijão caupi	Norte e Nordeste	1º/1 a 31/12
Guaraná	Norte, Nordeste e Centro-Oeste	1º/7 a 30/6
Juta/Malva embonecada	Norte	1º/1 a 31/12
Juta/Malva prensada		
Laranja	Todo o território nacional	1º/4 a 31/3
Leite	Todo o território nacional	1º/7 a 30/6
Mamona em baga	Todo o território nacional	1º/7 a 30/6
Milho	Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte, Oeste da BA, Sul do Maranhão e Sul do Piauí	1º/1 a 31/12
	Nordeste (exceto Oeste da BA, Sul do Maranhão e Sul do Piauí)	1º/6 a 31/5
Milho pipoca	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	1º/1 a 31/12
Raiz de mandioca	Todo o território nacional	1º/1 a 31/12
Sisal	BA, PB e RN	1º/7 a 30/6
Soja	Todo o território nacional	1º/1 a 31/12
Sorgo	Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte, Oeste da BA, Sul do Maranhão e Sul do Piauí	1º/1 a 31/12
	Nordeste (exceto Oeste da BA, Sul do Maranhão e Sul do Piauí)	1º/6 a 31/5
Uva Industrial	Sul, Sudeste e Nordeste	1º/1 a 31/12

b) Produtos da Safra de Verão - Sementes:

Produtos	Unidades da Federação/Regiões Amparadas	Período de contratação do financiamento
Algodão	Sul, Sudeste e BA-Sul	1º/3 a 28/2
	Centro-Oeste	1º/5 a 30/4
	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)	1º/7 a 30/6
Amendoim	Todo o território nacional	1º/2 a 31/1
Arroz longo fino	Todo o território nacional	1º/2 a 31/1
Arroz longo		
Feijão	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	1º/11 a 31/10
	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)	1º/1 a 31/12
Feijão caupi	Norte e Nordeste	1º/1 a 31/12
Juta/Malva	Norte	1º/1 a 31/12
Milho híbrido	Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte, Oeste da BA, Sul do Maranhão e Sul do Piauí	1º/1 a 31/12
	Nordeste (exceto Oeste da BA, Sul do Maranhão e Sul do Piauí)	1º/6 a 31/5
Milho variedade	Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte, Oeste da BA, Sul do Maranhão e Sul do Piauí	1º/1 a 31/12
	Nordeste (exceto Oeste da BA, Sul do Maranhão e Sul do Piauí)	1º/6 a 31/5
Soja	Todo o território nacional	1º/1 a 31/12
Sorgo híbrido	Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte, Oeste da BA, Sul do Maranhão e Sul do Piauí	1º/1 a 31/12
	Nordeste (exceto Oeste da BA, Sul do Maranhão e Sul do Piauí)	1º/6 a 31/5
Sorgo variedade	Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte, Oeste da BA, Sul do Maranhão e Sul do Piauí	1º/1 a 31/12
	Nordeste (exceto Oeste da BA, Sul do Maranhão e Sul do Piauí)	1º/6 a 31/5

c) Produtos da Safra de Inverno:

Produto	Regiões Amparadas	Período de contratação do financiamento
Trigo	Sul	1º/7 a 30/6
	Centro-Oeste, Sudeste e BA	1º/6 a 31/5
Aveia	Sul	1º/7 a 30/6
Canola	Centro-Oeste, Sudeste e Sul	1º/7 a 30/6
Cevada	Centro-Oeste, Sudeste e Sul	1º/7 a 30/6
Girassol	Centro-Oeste e Sul	1º/7 a 30/6
Triticale	Centro-Oeste, Sudeste e Sul	1º/7 a 30/6

d) Produtos da Safra de Inverno - Sementes:

Produtos	Regiões Amparadas	Período de contratação do financiamento
Aveia	Sul	1º/7 a 30/6
Cevada	Centro-Oeste, Sudeste e Sul	
Girassol	Centro-Oeste e Sul	
Trigo	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	
Triticale	Centro-Oeste, Sudeste e Sul	

e) Produtos Extrativistas:

Produtos	Unidades da Federação/Regiões Amparadas	Período de contratação do financiamento
Açaí (fruto)	Norte e Nordeste	1º/7 a 30/6
Andiroba (amêndoa)	Norte e Nordeste	
Babaçu (amêndoa)	Norte, Nordeste e MT	
Baru (fruto)	Bioma Cerrado	
Borracha natural (Cernambi)	Bioma Amazônico	
Cacau (amêndoa)	Norte	
Castanha-do-Brasil com casca	Norte e MT	
Cera de Carnaúba (Tipo 4)	Nordeste	
Juçara (fruto)	Sul, Sudeste e Nordeste	
Macaúba (fruto)	CE, MG e MS	
Mangaba (fruto)	Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste	
Pequi (fruto)	Centro-Oeste, Norte, Nordeste e Sudeste	
Piaçava (fibra)	BA e Norte	
Pinhão (fruto)	Sul, MG e SP	
Pó cerífero de carnaúba (tipo B)	Nordeste	
Umbu (fruto)	Nordeste e MG	

"(NR)

"31 - Os produtos amparados no FEE e valores de referência são:

PRODUTOS	VALORES DE REFERÊNCIA
Abacaxi	R$0,35/quilo
Acerola	R$0,70/quilo
Banana	R$0,20/quilo
Coco-da-baía	R$0,40/quilo
Goiaba	R$0,30/quilo
Maçã	R$0,75/quilo
Mamão	R$0,27/quilo
Manga	R$0,34/quilo
Maracujá	R$0,90/quilo
Morango	R$1,00/quilo
Pêssego	R$0,70/quilo
Tomate industrial	R$0,18/quilo
Mel de abelha	R$4,20/quilo
Lã ovina	
- Ideal e Merino	R$8,50/quilo
- Corriedale	R$5,50/quilo
- Romney e cruzamentos	R$4,00/quilo
- Demais	R$2,80/quilo
- Suíno vivo	R$2,68/quilo

"(NR)

Art. 8º O item 3 da Seção 1 (Financiamento para Garantia de Preços ao Produtor - FGPP) do Capítulo 4 (Finalidades Especiais) do MCR passa a vigorar com a seguinte redação:

"3- .....

a) .....

I - nas operações com recursos controlados: algodão em pluma ou em caroço, alho, amendoim, arroz, aveia, borracha natural cultivada, cacau cultivado, café, canola, caroço de algodão, castanha-de-caju, casulo de seda, cera de carnaúba, cevada, girassol, guaraná, juta/malva, laranja, leite, mamona, mandioca, milho, milho pipoca, sisal, sorgo, trigo, triticale e uva;"

.....

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

b) .....

.....

III - caso o preço médio pago ao produtor rural ultrapasse em 40% (quarenta por cento) o preço mínimo ou o preço de referência vigente na respectiva região, fica facultado à instituição financeira considerar como valor base para o financiamento até 80% (oitenta por cento) do preço médio pago aos produtores, devidamente comprovado por meio de documento fiscal de venda, ressalvado o disposto no MCR 9-3-1-"d" e 9-4-1-"e";

.....

d) .....

.....

II - 180 (cento e oitenta) dias para alho, amendoim, arroz, aveia, borracha natural cultivada, café, canola, casulo de seda, cevada, farinha de mandioca, fécula de mandioca, goma e polvilho, girassol, guaraná, juta e malva embonecada e prensada, mamona, milho, milho pipoca, sorgo, sisal, trigo, triticale, e para os produtos constantes no MCR 3-4-31;

.....

V - 120 (cento e vinte) dias para os demais produtos amparados;

....." (NR)

Art. 9º O item 1 da Seção 1 (Pronamp) do Capítulo 8 (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural - Pronamp) do MCR passa a vigorar com a seguinte redação:

"1 .....

.....

c) limites de crédito:

I - custeio: R$660.000,00 (seiscentos e sessenta mil reais) por beneficiário em cada safra, vedada à concessão de crédito de custeio, na mesma safra, nas condições estabelecidas no MCR 6-2 ou com recursos equalizados;

II - investimento: R$385.000,00 (trezentos e oitenta e cinco mil reais) por beneficiário, por ano agrícola;

.....

IV - a soma dos créditos de custeio rural, em cada ano agrícola, fica limitada a R$2.640.000,00 (dois milhões e seiscentos e quarenta mil reais), por beneficiário e em todo o SNCR, devendo ser considerados, na apuração desse limite, os créditos de custeio tomados com recursos controlados, exceto aqueles tomados no âmbito dos fundos constitucionais de financiamento regional.

d) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 5,5% a.a. (cinco inteiros e cinco décimos por cento ao ano) para as operações contratadas a partir de 1º.7.2014;

....." (NR)

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2014.

Art. 11. Ficam revogados os itens 10, 19 e 21 da Seção 4 (Créditos de Comercialização) do Capítulo 3 (Operações) do Manual do Crédito Rural (MCR).

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI
Presidente do Banco

(*) Republicada por ter saído no DOU de 25.6.2014, Seção 1, págs. 16 e 17, equivocadamente com a epígrafe "Resolução nº 3.442, de 20.6.2014".

RESOLUÇÃO Nº 4.343, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Dispõe sobre ajustes nas normas de financiamento de custeio, de investimento e de comercialização com recursos do crédito rural, a partir de 1º de julho de 2014.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 25 de junho de 2014, tendo em vista as disposições do art. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, e dos arts. 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, resolveu:

Art. 1º O item 5 da Seção 4 (Despesas) do Capítulo 2 (Condições Básicas) do Manual de Crédito Rural (MCR) passa a vigorar com a seguinte redação:

"5 - O instrumento de crédito referente a financiamento de investimento rural ao amparo de recursos obrigatórios (MCR 6-2) pode conter cláusula específica prevendo a redução automática da taxa de juros, que será aplicada conforme determinação do CMN, desde que a operação se encontre em situação de adimplência." (NR)

Art. 2º O item 9 da Seção 1 (Formalização) do Capítulo 3 (Operações) do MCR, passa a vigorar com a seguinte redação:

"9 - Deve ser incluída cláusula no instrumento de crédito ou ser acolhida declaração do mutuário sobre a inexistência ou existência de financiamentos "em ser" contratados com recursos controlados, no mesmo ano agrícola, em qualquer instituição financeira integrante do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), com a informação do valor e com o reconhecimento de que declaração falsa implica substituição, desde a data da contratação, da taxa de juros pactuada por taxa de mercado, sem prejuízo das demais sanções e penalidades previstas em lei e neste Manual." (NR)

Art. 3º O item 4 da Seção 4 (Créditos de Comercialização) do Capítulo 3 do MCR passa a vigorar com a seguinte redação:

"4 - As operações de desconto de DR e NPR representativas da comercialização de leite in natura para agroindústria, e a concessão de créditos a cooperativas para adiantamento a associados por conta de leite entregue para venda, ao amparo dos recursos controlados, exceto dos fundos constitucionais de financiamento regional, ficam restritas ao:

a) volume correspondente a até 20% (vinte por cento) da capacidade de recepção da respectiva agroindústria, por ano agrícola;

b) prazo de até 240 (duzentos e quarenta) dias." (NR)

Art. 4º O item 13 da Seção 6 (Normas Transitórias) do Capítulo 3 do MCR, passa a vigorar com a seguinte redação:

"13 - No ano agrícola 2014/2015, as operações de crédito rural realizadas por produtores cujo empreendimento esteja localizado em municípios do semiárido da área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com decretação de estado de calamidade ou situação de emergência em função de seca ou estiagem reconhecida pelo Ministério da Integração Nacional e vigente na data da contratação, ficam sujeitas às normas gerais do crédito rural e às seguintes condições específicas:

a) encargos financeiros:

I - taxa efetiva de juros de 6% a.a. (seis por cento ao ano) para operações de custeio; e

II - taxa efetiva de juros de 4,5% a.a. (quatro inteiros e cinco décimos por cento ao ano), para operações de investimento;

....." (NR)

Art. 5º O item 2 da Seção 2 (Normas Transitórias) do Capítulo 8 (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural - Pronamp) do MCR passa a vigorar com a seguinte redação:

"2 - No ano agrícola 2014/2015, as operações de crédito rural no âmbito do Pronamp realizadas por produtores cujo empreendimento esteja localizado em municípios do semiárido da área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com decretação de estado de calamidade ou situação de emergência em função de seca ou estiagem reconhecida pelo Ministério da Integração Nacional e vigente na data da contratação, ficam sujeitas às seguintes condições específicas:

a) encargos financeiros:

I - taxa efetiva de juros de 5% a.a. (cinco por cento ao ano), para operações de custeio; e

II - taxa efetiva de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano), para operações de investimento;

....." (NR)

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2014.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI
Presidente do Banco

RESOLUÇÃO Nº 4.344, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Dispõe sobre as normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de que trata o Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR), para aplicação a partir da Safra 2014/2015.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 25 de junho de 2014, tendo em vista as disposições do art. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, dos arts. 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e do Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003, resolveu:

Art. 1º Os itens 2 e 15 da Seção 1 (Disposições Gerais) do Capítulo 10 (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf) do Manual de Crédito Rural (MCR) passam a vigorar com a seguinte redação:

"2 - .....

a) .....

.....

V - quando financiados, devem ter seus custos calculados na forma do MCR 2-4, exceto para os financiamentos de que trata o MCR 10-16, 10-17 e 10-20, que têm custos específicos de assistência técnica;

....." (NR)

"15 - .....

.....

g) linha de crédito de investimento ao amparo e nas condições do MCR 13-2 ou do MCR 13-6 ou do MCR 13-10, quando relacionados às ações enquadradas na Linha de Crédito Pronaf Agroindústria, de que trata o MCR 10-6, destinada a cooperativa de produção, observado que ao optar por uma dessas modalidades de financiamento, o beneficiário fica impedido de contratar qualquer valor ao amparo do MCR 10-6 no mesmo ano agrícola." (NR)

Art. 2º O item 1 da Seção 14 (Crédito de Investimento para Agroecologia - Pronaf Agroecologia) do Capítulo 10 do MCR passa a vigorar com a seguinte redação:

"1 - .....

a) .....

I - sistemas de produção de base agroecológica, ou em transição para sistemas de base agroecológica, conforme normas estabelecidas pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA);

.....

b) finalidades: financiamento dos sistemas de base agroecológica ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento;

c) o limite por beneficiário e o prazo de reembolso são os estabelecidos no MCR 10-5-5, observado o MCR 10-1-34;

d) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 1% a.a. (um por cento ao ano);

e) assistência técnica: obrigatória." (NR)

Art. 3º Os itens 9 e 10 da Seção 18 (Normas Transitórias) do Capítulo 10 do MCR passam a vigorar com a seguinte redação:

"9 - No ano agrícola 2014/2015, as operações de crédito rural de custeio realizadas por agricultores familiares cujo empreendimento esteja localizado em municípios do semiárido da área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com decretação de estado de calamidade ou situação de emergência em função de seca ou estiagem reconhecida pelo Ministério da Integração Nacional e vigente na data da contratação, ficam sujeitas às normas gerais do Pronaf e às seguintes condições específicas:

....." (NR)

"10 - No ano agrícola 2014/2015, as operações de crédito rural de investimento realizadas por agricultores familiares cujo empreendimento esteja localizado em municípios do semiárido da área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com decretação de estado de calamidade ou situação de emergência em função de seca ou estiagem reconhecida pelo Ministério da Integração Nacional e vigente na data da contratação, ficam sujeitas às normas gerais do Pronaf e às seguintes condições específicas:

....." (NR)

Art. 4º O Capítulo 10 do MCR passa a vigorar acrescido da Seção 20 - Crédito Produtivo Orientado de Investimento (Pronaf Produtivo Orientado), conforme o Anexo a esta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 2014.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI
Presidente do Banco

ANEXO

TÍTULO : CRÉDITO RURAL

CAPÍTULO : Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) - 10

SEÇÃO : Crédito Produtivo Orientado de Investimento (Pronaf Produtivo Orientado) - 20

---

1 - Os financiamentos ao amparo da Linha de Crédito Produtivo Orientado de Investimento (Pronaf Produtivo Orientado) sujeitam-se às seguintes condições especiais:

a) beneficiários: produtores rurais e suas cooperativas, cujo empreendimento esteja localizado nas regiões de atuação dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE), do Norte (FNO) e do Centro-Oeste (FCO);

b) finalidades:

I - possibilitar o acesso ao crédito rural educativo, em que o suprimento de recursos será conjugado com a prestação de assistência técnica, compreendendo o planejamento, a orientação e a supervisão à unidade familiar de produção;

II - incorporar inovação tecnológica nas unidades familiares de produção, que possam facilitar a convivência com o bioma, aumentar a produtividade com a adoção de boas práticas agropecuárias e de gestão da propriedade rural e elevar a renda dos beneficiários;

III - possibilitar a implantação de Sistemas Agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, os planos de manejo e manejo florestal, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento;

IV - viabilizar a implantação de infraestrutura de captação, armazenamento e distribuição de água e agricultura irrigada;

V - estimular a exploração de sistemas produtivos com reserva de alimentos para os animais, observados os períodos de adversidades climáticas regionais;

VI - estimular o financiamento de sistemas de produção de base agroecológica ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento, de acordo com o disposto no MCR 10-14-1;

VII - apoiar a recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, para o cumprimento de legislação ambiental;

VIII - estimular o enriquecimento de áreas com cobertura florestal natural, por meio do plantio de uma ou mais espécie florestal, nativa do bioma;

IX - possibilitar a aquisição e a instalação de estruturas de cultivo protegido e de armazenagem de pequena escala;

X - apoiar a recuperação e fortalecimento da pecuária leiteira; e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

XI - financiar o pagamento dos serviços de assistência técnica e extensão rural;

c) limites por beneficiário: mínimo de R$18.000,00 (dezoito mil reais) e máximo de R$40.000,00 (quarenta mil reais) por operação, por ano agrícola, observado o disposto no MCR 10-1-22, e ainda que:

I - o crédito deve ser destinado, prioritariamente, à implantação, construção, ampliação, recuperação ou modernização da infraestrutura necessária para a convivência com o bioma; e

II - o valor restante do crédito deve ser destinado ao plantio, tratos culturais e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive aquisição de animais e remuneração da assistência técnica, em conformidade com o cronograma de liberação constante do projeto técnico;

d) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 1% a.a. (um por cento ao ano);

e) assistência técnica: obrigatória e remunerada durante os 3 (três) primeiros anos do projeto com valor fixo de R$1.100,00 (um mil e cem reais) por ano agrícola, podendo esse valor ser elevado para R$1.500,00 (um mil e quinhentos reais) quando a assistência técnica for prestada a unidades familiares de produção da região Norte;

f) o pagamento da assistência técnica será efetuado mediante a prévia apresentação de 2 (dois) laudos semestrais de acompanhamento, podendo o pagamento ser feito diretamente ao prestador dos serviços, mediante autorização do mutuário;

g) prazo de reembolso: até 10 (dez) anos, incluída a carência de 3 (três) anos; e

h) benefício: bônus de adimplência fixo de R$3.300,00 (três mil e trezentos reais), que pode ser elevado para R$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) quando o crédito for destinado a financiamentos de empreendimentos nos municípios da região Norte, concedido proporcionalmente a cada parcela da dívida (principal e encargos) paga até a data de vencimento.

2 - A mesma unidade familiar de produção pode manter "em ser" até 2 (dois) financiamentos na linha de que trata esta Seção, sendo que o segundo somente poderá ter financiada a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e fazer jus ao bônus de adimplência em valores proporcionais aos anos adicionais da assistência técnica financiada anteriormente e, ainda, à apresentação de laudo da assistência técnica que confirme a situação de regularidade do empreendimento financiado e capacidade de pagamento.

3 - Os financiamentos deverão prever a liberação de parcelas durante os 3 (três) primeiros anos do projeto.

4 - A análise prévia dos empreendimentos a serem financiados, assim compreendidos o diagnóstico, planejamento, elaboração dos projetos, ou planos simples de investimentos, o acompanhamento e supervisão da implantação dos projetos ou planos simples de investimento, a elaboração e envio dos laudos técnicos aos agentes financeiros e à Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), serão realizados na forma definida pela SAF/MDA, conforme disposto no MCR 10-1-2-"b".

5 - A fonte de recursos dos financiamentos e o bônus de adimplência concedidos nas operações desta linha serão amparados em recursos dos respectivos Fundos Constitucionais de Financiamento.

RESOLUÇÃO Nº 4.345, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Fixa a meta para a inflação e seu intervalo de tolerância para o ano de 2016.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 25 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999, resolveu:

Art. 1º É fixada, para o ano de 2016, a meta para a inflação de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento), com intervalo de tolerância de menos dois pontos percentuais e de mais dois pontos percentuais, de acordo com o § 2º do art. 1º do Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999.

Art. 2º Fica determinada ao Banco Central do Brasil a efetivação das necessárias modificações em regulamentos e normas, visando à execução do contido nesta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI
Presidente do Banco

RESOLUÇÃO Nº 4.346, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Define a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o terceiro trimestre de 2014.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 25 de junho de 2014, com base nas disposições da Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.183, de 12 de fevereiro de 2001, resolveu:

Art. 1º É fixada em 5,0 % a.a. (cinco por cento ao ano) a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) a vigorar no período de 1º de julho a 30 de setembro de 2014, inclusive.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada, a partir de 1º de julho de 2014 , a Resolução nº 4.321 de 27 de março de 2014.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI
Presidente do Banco

CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS
SECRETARIA EXECUTIVA

DECISÃO Nº 7, DE 4 DE JUNHO DE 2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO nº: 11893.000022/2013-10
INTERESSADOS: MPA2 COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE JOIAS LTDA. - EPP (CNPJ: 07.583.094/0001-18) E MIRIAM KIMELBLAT (CPF: 349.613.997-87).

SESSÃO DE JULGAMENTO: 4 DE JUNHO DE 2014.
RELATOR: Dionísio Carvallhêdo Barbosa.

A Secretaria Executiva do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF torna pública a seguinte Decisão prolatada pelo Plenário do Colegiado, facultado aos interessados interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN e apresentada ao COAF, no prazo de 15 (quinze) dias.

EMENTA: Comércio de Joias, Pedras e Metais Preciosos - Falhas na identificação e na manutenção de cadastro atualizado de empresas contratantes (infração caracterizada) - Não comunicação de operações passíveis de comunicação ao COAF (infração caracterizada).

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, decidiu, por unanimidade, acolher o voto do Relator pela responsabilidade administrativa de MPA2 Comércio e Exportação de Joias Ltda. - EPP e de Miriam Kimelblat, aplicando-lhes a penalidade de advertência, nos termos do § 1º do artigo 12 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, pela prática das seguintes infrações: a) ao artigo 10, inciso I, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, na forma do artigo 3º, inciso I, alínea "b" da Resolução COAF nº 4, de 2 de junho de 1999 - ausência do endereço dos clientes; b) ao artigo 10, inciso I, da Lei nº 9.613, de 1998, na forma do artigo 3º, inciso I, alínea "c" da Resolução COAF nº 4, de 1999 - ausência do número do documento de identificação, nome do órgão expedidor e data de expedição; c) ao artigo 10, inciso I, da Lei nº 9.613, de 1998, na forma do artigo 3º, inciso I, alínea "d" da Resolução COAF nº 4, de 1999 - ausência do número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF; e d) ao artigo 10, inciso I, da Lei nº 9.613, de 1998, na forma dos artigos 2º e 3º da Resolução COAF nº 4, de 1999, combinados com o artigo 2º, inciso II, alínea "a", da Resolução COAF nº 16, de 28 de março de 2007 - procedimentos de identificação de clientes e manutenção de cadastro não estruturados de forma a possibilitar a identificação de pessoas politicamente expostas. Ainda, por infração ao artigo 11, inciso II, da Lei nº 9.613, de 1998, na forma dos artigos 6º e 7º e o item 1 do Anexo da Resolução COAF nº 4, de 1999 - operações que deveriam ter sido comunicadas ao COAF e não o foram - restaram aplicadas, de acordo com o artigo 12, § 2º, inciso IV, da Lei nº 9.613, de 1998, multas pecuniárias, fixadas em percentuais sobre o montante das operações não comunicadas, sendo de 4%, equivalente a R$ 20.620,32 (vinte mil, seiscentos e vinte reais e trinta e dois centavos), em desfavor da empresa MPA2 Comércio e Exportação de Joias Ltda. - EPP, e de 2%, equivalente a R$ 10.310,16 (dez mil, trezentos e dez reais e dezesseis centavos), em desfavor da sócia administradora Miriam Kimelblat. A fixação de tais multas levou em consideração: o pequeno porte da empresa, a não reincidência, o fato de que os imputados demonstraram em sua Defesa que buscaram corrigir as impropriedades e que demonstram interesse em se adequar aos normativos legais e regulamentares. Conforme proposto pelo Relator, foi estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias para saneamento das irregularidades apontadas. Além do Presidente do Conselho, estiveram presentes os conselheiros Waldir de Jesus Nobre, Sérgio Djundi Taniguchi, Áderson Vieira Leite, Carlos Henrique de Paula Prata, Márcia Loureiro, Dionísio Carvallhêdo Barbosa e Flávia Maria Valente Carneiro.

RICARDO LIÃO
Secretário Executivo

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 25 de junho de 2014

Habilitação a exercer a atividade de distribuição e revenda de ECF.

Nº 112 - O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto na cláusula décima sétima do Convênio ICMS 09/09, de 03 de abril de 2009, torna público que estão habilitadas a exercer a atividade de distribuição e revenda de equipamentos Emissores de Cupom Fiscal (ECF) os seguintes estabelecimentos:

DENOMINAÇÃO	CNPJ	ENDEREÇO
FERNANDO BRAGA DE SOUSA ME	17.141.333/0001-33	RUA TEXEIRA DE FREITAS, Nº 277 - CENTRO QUIXERAMOBIM - CEARÁ CEP: 63800-000
GLAYSON J G DOS SANTOS	04.523.969/0001-06	RUA MOZART PINTO, 286 - CENTRO - CANINDÉ-CE CEP: 62700-000

Nº 113 - O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Linux Informática Ltda - ME	03.982.599/0001-02	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL1162014, nome: Automotivo PAF-ECF, versão: 01.00.06, código MD-5: 94C2F464DA354011970278C3A8E39D30 *AUTOMOTIVOPAF-ECF
Zanthus S/A Comercio e Serviços	50.245.869/0001-74	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL1472014, nome: ZEUS FRENTE DE LOJA, versão: 1.11W, código MD-5: 2F52FF87A6D06D8A341B94DAD99E140E *W_PAF
Anderson Fernandes dos Santos	20.244.690/0001-31	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL1302014, nome: Top PDV, versão: 1.0, código MD-5: 6C98F7C013BD28A08460812D788D2C00 * TOPPDV
VIATECH CONSULTORIA DE INFORMATICA LTDA	07.353.150/0001-28	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL1532014, nome: VIA PDV, versão: 1.0.0.0, código MD-5: 23257B5E8FB865A5FC158E043EF0EB30 *VIAPDV

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

S1 Software Ltda.	14.016.669/0001-86	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL1422014, nome: SGSECF, versão: SGS 14.01, código MD-5: 0A75573E88B1C7E5ACE6ADE7FE3BC8FD * SGSECF
MHACKER Consultoria e Auditoria de Sistemas Ltda. ME	01.112.035/0001-85	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL1032014, nome: Mhacker Stock Total ECF, versão: 2014 - 2015, código MD-5: E373D6D8B0BC67EB1CC00AF9BC816C89 *CAIXA
Ailton Domingos Reynaldo - ME	02.433.981/0001-96	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL0852014, nome: InovaFarma, versão: 1.0, código MD-5: b102a5153e29f99247b4defa45964834 *InovaFarma-PDV
Endesa Software Ltda.	10.892.513/0001-08	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL1322014, nome: FASHION SE/PDV, versão: 2.8.0.0, código MD-5: AFA71E06E508C4174B5D24740422A43D * PDV
WEgido Comércio e Representações Ltda.	03.448.868/0001-47	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL1442014, nome: DMA - Automação Comercial, versão: 1.0, código MD-5: 0035ED84338136E6D364F2CBCB8EDCAB * DMAFISCAL

2. Instituto de Tecnologia do Paraná - TEC

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Polígono Desenvolvimento e Comércio de Sistemas de Informática Ltda - EPP	83.798.447/0001-85	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: TEC0132014, nome: POLIGONO PDV, versão: 1.1406.1, código MD-5: 75D0DFA5914B99F3565F81AFEB5B9335

3. Universidade Católica Dom Bosco - UCDB

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
SCV SISTEMAS LTDA	18.561.938/0001-46	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número UDB0072014, nome: SISTEMAS CONTROLE DE VENDAS, versão: v1.0.1, código MD-5: B5ACE4E3BE996D1CE06E5B4D19C0067A

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

Nº 114 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais não consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Consinco S/A	39.010.418/0001-15	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL1192014, nome: AcruxPDV, versão: 14.4.0.0, código MD-5: 8269C156261D5158AC6BB248F8E32647 *AcruxPDV
Worldflex Computação Ltda	01.848.406/0001-91	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL2622013, nome: WF-Loja, versão: 3.20, código MD-5: E317E41A006443D71A3A13F92B91F61E *WfLoja
CONFEDERAÇÃO DAS UNIOES BRASILEIRAS DA IASD	33.871.088/0001-76	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL3362013R1, nome: ADVENTIST COMMERCIAL SYSTEM - PAF, versão: 2.2.0.0, código MD-5: 2d2198db02774d643665a7e27d370aac *WinACSPAF
Consinco S/A	39.010.418/0001-15	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL1182014, nome: AcruxPDV, versão: 14.3.0.0, código MD-5: 67A03B1C57D9DDD9031CFF99B75748AF *AcruxPDV
INTELIDATA INFORMATICA LTDA EPP	01.212.344/0001-27	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL1452014, nome: UNIPAF, versão: 5.1.1, código MD-5: DA96A3EFC6ECE6D42DF5AA63B9B4E07A *UNIPAF

2. Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Tampo Informática E Comércio Ltda	59.294.991/0001-05	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: IPT0632014, nome: GLV-Gerenciador de Lojas de Varejo, versão: 1.72, código: MD-5: b716fabfe1c2ccaefb39c951483cb31b

3. Sociedade Goiana de Cultura - UCG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Marcos Augusto Informática Ltda	04.539.073/0001-07	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: UCG0012012, nome: Tech Posto V6.1.19, versão: 6.1.19, código MD-5: 775A7CB39AF4E58673F015CDB36D0FB4

4. Universidade do Sul de Santa Catarina - UNS

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
JMV Comercio Varejista de Equipamentos de Informática Ltda	09.069.381/0001-30	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: UNS0252014, nome: SGAP, versão: 2.1, código MD5: e19edfebdcae286a3327a2bc0b54df7d PDVSGAP

5. Universidade Federal do Tocantins - UFT

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
IRMÃOS SAKAI LTDA	00.124.827/0001-07	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: UFT0012014, nome: Byte.Pdv.TeF, versão: 2.6, código MD5: 43b46185435645d79ac3f935d234de76

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Altera o Ato Declaratório Executivo RFB nº 4, de 6 de junho de 2013.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XXVI do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 355 e 372 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, declara:

Art. 1º O art. 1º do Ato Declaratório Executivo RFB nº 4, de 6 de junho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ....

III - Jogos Olímpicos de 2016, Jogos Paraolímpicos de 2016 e os respectivos eventos de teste." (NR)

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Declara baixada de ofício por determinação judicial a inscrição no CNPJ nº 06.075.573/0001-60 - Organização Não Governamental Casa de Apoio ao Renal Crônico de Campo Grande-MS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE - MS, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 302 e 303 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no Artigo 27, inciso IV e art. 31 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011 e o que consta no Processo nº 14116.720061/2014-16, declara:

Art. 1º BAIXADA DE OFÍCIO a inscrição no CNPJ 06.075.573/0001-60 atribuída à pessoa jurídica ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL CASA DE APOIO AO RENAL CRÔNICO DE CAMPO GRANDE-MS, aberta em 19.01.2004, com endereço na Rua Monalisa, 431, Jardim Tijuca, Campo Grande/MS, CEP 79094-550 por determinação judicial proferida nos autos de Procedimento Ordinário - código 0047773-14.2012.8.12.0001, do Juízo de Direito da 5ª Vara Cível de Campo Grande/MS, com trânsito em julgado em 02.08.2013.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO DE BARROS CUNHA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 95, DE 30 DE MAIO DE 2014

Reconhece o direito à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização total do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso da atribuição que lhe confere no artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, considerando o disposto no art. 1° da Medida Provisória n° 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei n° 11.196, de 21 de novembro de 2005, art. 3º do Decreto n° 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da Instrução Normativa SRF n° 267, de 23 de dezembro de 2002, declara:

Art. 1°. Fica reconhecido o direito da empresa ALL-AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S/A, CNPJ: 24.962.466/0001-36, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração dos resultados adicionais criados pelo projeto de modernização total da empresa na área de atuação da SUDAM, pelo prazo de 10 (dez) anos a partir do ano-calendário de 2014, com base no LAUDO CONSTITUTIVO N° 193/2013 da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e conforme consta no processo administrativo n° 10183.720147/2014-86:

I - CNPJ do Estabelecimento Incentivado: 24.962.466/0001-36;

II - Localização: Avenida Historiador Rubens Mendonça, 200 - Sala 308, Bosque da Saúde, Cuiabá/MT, CEP: 78.008-000;

III - Enquadramento do empreendimento: Inciso I, art. 2° do Decreto n° 4.212/2002 - "de infra-estrutura, representados pelos projetos de energia, telecomunicações, transportes, instalação de gasodutos, produção de gás, abastecimento de água e esgotamento sanitário";

IV - Serviço Incentivado: Transporte Ferroviário no Estado de Mato Grosso;

V - Capacidade instalada anual: 35.000.000 ton;

Art. 2º. O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto (art. 545 do Decreto n° 3.000, de 26 de março de 1999, Regulamento do Imposto de Renda - RIR):

I - a restituição de capital aos sócios, em casos de redução do capital social, até o montante do aumento com incorporação da reserva; e

II - a partilha do acervo líquido da sociedade dissolvida, até o valor do saldo da reserva de capital.

Art. 3°. A inobservância do disposto no artigo anterior, bem como a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º. Estão obrigadas à apuração do lucro real as pessoas jurídicas que usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou à redução do imposto.

Art. 5°. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELA MARIA LADISLAU DE MATOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BOA VISTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 19 DE MAIO DE 2014

Inclusão no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM BOA VISTA/RR, no uso da competência conferida pelo § 3º do artigo 810 do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro a seguinte pessoa:

NOME	CPF	PROCESSO
KASSIA KAMILA SOUZA ANACLETO	983.076.652-72	10245-720.421/2014-45

Art. 2º O Ajudante de Despachante Aduaneiro deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - sistema CAD-ADUANA, para fins de sua efetivação no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.273, de 06 de junho de 2012 e ADE COANA nº 16, de 08 de junho de 2012.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OMAR DE SOUZA RUBIM FILHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO VELHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 24 DE JUNHO DE 2014

Declara nula a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), de pessoa jurídica por vício.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO VELHO - RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos §§ 1º e 2º, inciso II, do art. 33, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, e o que consta do processo administrativo nº 10240.720729/2014-31, declara:

Art. 1º Nula a inscrição nº 14.588.923/0001-54, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, de EFRAIM DE SOUZA 89672208804, por vício no ato cadastral.

Art. 2º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDINEY CUBEIRO DOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 24 DE JUNHO DE 2014

Declara a exclusão do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, da empresa que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO VELHO-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e alterações posteriores, e considerando o disposto no art. 3º, § 4º, inciso V, e § 6º, da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, e, ainda, considerando os documentos constantes do processo administrativo nº 10241.720092/2014-72, resolve:

Art. 1º Excluir do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, a empresa AUTOVEMA COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP, CNPJ nº 04.120.045/0001-50.

Art. 2° A exclusão surtirá efeito retroativo a partir de 1º de julho de 2009, nos termos do art. 3º, § 6º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 3° Poderá o contribuinte, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da ciência deste, apresentar manifestação de inconformidade, dirigida à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Belém-PA, por meio dessa unidade, assegurados, portanto, o contraditório e a ampla defesa.

Art. 4° Não havendo manifestação no prazo estipulado, a exclusão tornar-se-á definitiva.

CLAUDINEY CUBEIRO DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.003, DE 17 DE JUNHO DE 2014

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

Ementa: IMOBILIÁRIA. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO. Para fins de apuração da base de cálculo do IRPJ pelo regime do lucro presumido, será aplicado o percentual de 8% (oito por cento), de que trata o art. 15 da Lei nº 9.249, de 1995, às receitas de juros e multa de mora decorrentes de atraso no pagamento de prestações relativas à comercialização de imóveis, auferidas por pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias referentes a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para a revenda, desde que esses acréscimos sejam apurados por meio de índices ou coeficientes previstos em contrato.

A pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, optante pela tributação do imposto sobre a renda com base no lucro presumido segundo o regime de caixa, reconhecerá a receita de venda de unidades imobiliárias à medida do seu recebimento, independentemente da conclusão ou entrega da unidade.

(SOLUÇÃO VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 151, DE 9 DE JUNHO DE 2014 (DOU de 13/06/2014))

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15; Lei nº 11.196, de 2005, art. 34; Decreto-lei nº 1.598, de 1977, arts. 27 a 29; Lei nº 8.981, de 1995, art. 30.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

Ementa: IMOBILIÁRIA. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO. Para fins de apuração da base de cálculo da CSLL pelo resultado presumido, será aplicado o percentual de 12% (doze por cento), de que trata o art. 20 da Lei nº 9.249, de 1995, às receitas de juros e multa de mora decorrentes de atraso no pagamento de prestações relativas à comercialização de imóveis, auferidas por pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para a revenda, desde que esses acréscimos sejam apurados por meio de índices ou coeficientes previstos em contrato.

A pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, optante pela tributação da CSLL com base no resultado presumido segundo o regime de caixa, reconhecerá a receita de venda de unidades imobiliárias à medida do seu recebimento, independentemente da conclusão ou entrega da unidade.

(SOLUÇÃO VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 151, DE 9 DE JUNHO DE 2014 (DOU de 13/06/2014))

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 20; Lei nº 11.196, de 2005, art. 34; Decreto-lei nº 1.598, de 1977, arts. 27 a 29; Lei nº 8.981, de 1995, art. 30.

ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA GONZAGA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.004, DE 17 DE JUNHO DE 2014

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

Ementa: IMOBILIÁRIA. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO. Para fins de apuração da base de cálculo do IRPJ pelo regime do lucro presumido, será aplicado o percentual de 8% (oito por cento), de que trata o art. 15 da Lei nº 9.249, de 1995, às receitas de juros e multa de mora decorrentes de atraso no pagamento de prestações relativas à comercialização de imóveis, auferidas por pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias referentes a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para a revenda, desde que esses acréscimos sejam apurados por meio de índices ou coeficientes previstos em contrato.

A pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, optante pela tributação do imposto sobre a renda com base no lucro presumido segundo o regime de caixa, reconhecerá a receita de venda de unidades imobiliárias à medida do seu recebimento, independentemente da conclusão ou entrega da unidade.

(SOLUÇÃO VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 151, DE 9 DE JUNHO DE 2014 (DOU de 13/06/2014))

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15; Lei nº 11.196, de 2005, art. 34; Decreto-lei nº 1.598, de 1977, arts. 27 a 29; Lei nº 8.981, de 1995, art. 30.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

Ementa: IMOBILIÁRIA. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO. Para fins de apuração da base de cálculo da CSLL pelo resultado presumido, será aplicado o percentual de 12% (doze por cento), de que trata o art. 20 da Lei nº 9.249, de 1995, às receitas de juros e multa de mora decorrentes de atraso no pagamento de prestações relativas à comercialização de imóveis, auferidas por pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para a revenda, desde que esses acréscimos sejam apurados por meio de índices ou coeficientes previstos em contrato.

A pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, optante pela tributação da CSLL com base no resultado presumido segundo o regime de caixa, reconhecerá a receita de venda de unidades imobiliárias à medida do seu recebimento, independentemente da conclusão ou entrega da unidade.

(SOLUÇÃO VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 151, DE 9 DE JUNHO DE 2014 (DOU de 13/06/2014))

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 20; Lei nº 11.196, de 2005, art. 34; Decreto-lei nº 1.598, de 1977, arts. 27 a 29; Lei nº 8.981, de 1995, art. 30.

ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA GONZAGA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.005, DE 17 DE JUNHO DE 2014

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

Ementa: IMOBILIÁRIA. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO. Para fins de apuração da base de cálculo do IRPJ pelo regime do lucro presumido, será aplicado o percentual de 8% (oito por cento), de que trata o art. 15 da Lei nº 9.249, de 1995, às receitas de juros e multa de mora decorrentes de atraso no pagamento de pres-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

tações relativas à comercialização de imóveis, auferidas por pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias referentes a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para a revenda, desde que esses acréscimos sejam apurados por meio de índices ou coeficientes previstos em contrato.

A pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, optante pela tributação do imposto sobre a renda com base no lucro presumido segundo o regime de caixa, reconhecerá a receita de venda de unidades imobiliárias à medida do seu recebimento, independentemente da conclusão ou entrega da unidade.

(SOLUÇÃO VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 151, DE 9 DE JUNHO DE 2014 (DOU de 13/06/2014))

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15; Lei nº 11.196, de 2005, art. 34; Decreto-lei nº 1.598, de 1977, arts. 27 a 29; Lei nº 8.981, de 1995, art. 30.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

Ementa: IMOBILIÁRIA. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO. Para fins de apuração da base de cálculo da CSLL pelo resultado presumido, será aplicado o percentual de 12% (doze por cento), de que trata o art. 20 da Lei nº 9.249, de 1995, às receitas de juros e multa de mora decorrentes de atraso no pagamento de prestações relativas à comercialização de imóveis, auferidas por pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para a revenda, desde que esses acréscimos sejam apurados por meio de índices ou coeficientes previstos em contrato.

A pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, optante pela tributação da CSLL com base no resultado presumido segundo o regime de caixa, reconhecerá a receita de venda de unidades imobiliárias à medida do seu recebimento, independentemente da conclusão ou entrega da unidade.

(SOLUÇÃO VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 151, DE 9 DE JUNHO DE 2014 (DOU de 13/06/2014))

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 20; Lei nº 11.196, de 2005, art. 34; Decreto-lei nº 1.598, de 1977, arts. 27 a 29; Lei nº 8.981, de 1995, art. 30.

ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA GONZAGA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.006, DE 17 DE JUNHO DE 2014

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

Ementa: IMOBILIÁRIA. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO. Para fins de apuração da base de cálculo do IRPJ pelo regime do lucro presumido, será aplicado o percentual de 8% (oito por cento), de que trata o art. 15 da Lei nº 9.249, de 1995, às receitas de juros e multa de mora decorrentes de atraso no pagamento de prestações relativas à comercialização de imóveis, auferidas por pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias referentes a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para a revenda, desde que esses acréscimos sejam apurados por meio de índices ou coeficientes previstos em contrato.

A pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, optante pela tributação do imposto sobre a renda com base no lucro presumido segundo o regime de caixa, reconhecerá a receita de venda de unidades imobiliárias à medida do seu recebimento, independentemente da conclusão ou entrega da unidade.

(SOLUÇÃO VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 151, DE 9 DE JUNHO DE 2014 (DOU de 13/06/2014))

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15; Lei nº 11.196, de 2005, art. 34; Decreto-lei nº 1.598, de 1977, arts. 27 a 29; Lei nº 8.981, de 1995, art. 30.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

Ementa: IMOBILIÁRIA. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO. Para fins de apuração da base de cálculo da CSLL pelo resultado presumido, será aplicado o percentual de 12% (doze por cento), de que trata o art. 20 da Lei nº 9.249, de 1995, às receitas de juros e multa de mora decorrentes de atraso no pagamento de prestações relativas à comercialização de imóveis, auferidas por pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias referentes a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para a revenda, desde que esses acréscimos sejam apurados por meio de índices ou coeficientes previstos em contrato.

A pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, optante pela tributação da CSLL com base no resultado presumido segundo o regime de caixa, reconhecerá a receita de venda de unidades imobiliárias à medida do seu recebimento, independentemente da conclusão ou entrega da unidade.

(SOLUÇÃO VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 151, DE 9 DE JUNHO DE 2014 (DOU de 13/06/2014))

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 20; Lei nº 11.196, de 2005, art. 34; Decreto-lei nº 1.598, de 1977, arts. 27 a 29; Lei nº 8.981, de 1995, art. 30.

ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA GONZAGA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.007, DE 17 DE JUNHO DE 2014

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

Ementa: IMOBILIÁRIA. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO. Para fins de apuração da base de cálculo do IRPJ pelo regime do lucro presumido, será aplicado o percentual de 8% (oito por cento), de que trata o art. 15 da Lei nº 9.249, de 1995, às receitas de juros e multa de mora decorrentes de atraso no pagamento de prestações relativas à comercialização de imóveis, auferidas por pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias referentes a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para a revenda, desde que esses acréscimos sejam apurados por meio de índices ou coeficientes previstos em contrato.

A pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, optante pela tributação do imposto sobre a renda com base no lucro presumido segundo o regime de caixa, reconhecerá a receita de venda de unidades imobiliárias à medida do seu recebimento, independentemente da conclusão ou entrega da unidade.

(SOLUÇÃO VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 151, DE 9 DE JUNHO DE 2014 (DOU de 13/06/2014))

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15; Lei nº 11.196, de 2005, art. 34; Decreto-lei nº 1.598, de 1977, arts. 27 a 29; Lei nº 8.981, de 1995, art. 30.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

Ementa: IMOBILIÁRIA. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO. Para fins de apuração da base de cálculo da CSLL pelo resultado presumido, será aplicado o percentual de 12% (doze por cento), de que trata o art. 20 da Lei nº 9.249, de 1995, às receitas de juros e multa de mora decorrentes de atraso no pagamento de prestações relativas à comercialização de imóveis, auferidas por pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias referentes a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para a revenda, desde que esses acréscimos sejam apurados por meio de índices ou coeficientes previstos em contrato.

A pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, optante pela tributação da CSLL com base no resultado presumido segundo o regime de caixa, reconhecerá a receita de venda de unidades imobiliárias à medida do seu recebimento, independentemente da conclusão ou entrega da unidade.

(SOLUÇÃO VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 151, DE 9 DE JUNHO DE 2014 (DOU de 13/06/2014))

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 20; Lei nº 11.196, de 2005, art. 34; Decreto-lei nº 1.598, de 1977, arts. 27 a 29; Lei nº 8.981, de 1995, art. 30.

ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA GONZAGA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.008, DE 17 DE JUNHO DE 2014

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

Ementa: IMOBILIÁRIA. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO. Para fins de apuração da base de cálculo do IRPJ pelo regime do lucro presumido, será aplicado o percentual de 8% (oito por cento), de que trata o art. 15 da Lei nº 9.249, de 1995, às receitas de juros e multa de mora decorrentes de atraso no pagamento de prestações relativas à comercialização de imóveis, auferidas por pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias referentes a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para a revenda, desde que esses acréscimos sejam apurados por meio de índices ou coeficientes previstos em contrato.

A pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, optante pela tributação do imposto sobre a renda com base no lucro presumido segundo o regime de caixa, reconhecerá a receita de venda de unidades imobiliárias à medida do seu recebimento, independentemente da conclusão ou entrega da unidade.

(SOLUÇÃO VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 151, DE 9 DE JUNHO DE 2014 (DOU de 13/06/2014))

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15; Lei nº 11.196, de 2005, art. 34; Decreto-lei nº 1.598, de 1977, arts. 27 a 29; Lei nº 8.981, de 1995, art. 30.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

Ementa: IMOBILIÁRIA. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO. Para fins de apuração da base de cálculo da CSLL pelo resultado presumido, será aplicado o percentual de 12% (doze por cento), de que trata o art. 20 da Lei nº 9.249, de 1995, às receitas de juros e multa de mora decorrentes de atraso no pagamento de prestações relativas à comercialização de imóveis, auferidas por pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para a revenda, desde que esses acréscimos sejam apurados por meio de índices ou coeficientes previstos em contrato.

A pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, optante pela tributação da CSLL com base no resultado presumido segundo o regime de caixa, reconhecerá a receita de venda de unidades imobiliárias à medida do seu recebimento, independentemente da conclusão ou entrega da unidade.

(SOLUÇÃO VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 151, DE 9 DE JUNHO DE 2014 (DOU de 13/06/2014))

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 20; Lei nº 11.196, de 2005, art. 34; Decreto-lei nº 1.598, de 1977, arts. 27 a 29; Lei nº 8.981, de 1995, art. 30.

ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA GONZAGA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.009, DE 17 DE JUNHO DE 2014

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

Ementa: IMOBILIÁRIA. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO. Para fins de apuração da base de cálculo do IRPJ pelo regime do lucro presumido, será aplicado o percentual de 8% (oito por cento), de que trata o art. 15 da Lei nº 9.249, de 1995, às receitas de juros e multa de mora decorrentes de atraso no pagamento de prestações relativas à comercialização de imóveis, auferidas por pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias referentes a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para a revenda, desde que esses acréscimos sejam apurados por meio de índices ou coeficientes previstos em contrato.

A pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, optante pela tributação do imposto sobre a renda com base no lucro presumido segundo o regime de caixa, reconhecerá a receita de venda de unidades imobiliárias à medida do seu recebimento, independentemente da conclusão ou entrega da unidade.

(SOLUÇÃO VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 151, DE 9 DE JUNHO DE 2014 (DOU de 13/06/2014))

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15; Lei nº 11.196, de 2005, art. 34; Decreto-lei nº 1.598, de 1977, arts. 27 a 29; Lei nº 8.981, de 1995, art. 30.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

Ementa: IMOBILIÁRIA. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO. Para fins de apuração da base de cálculo da CSLL pelo resultado presumido, será aplicado o percentual de 12% (doze por cento), de que trata o art. 20 da Lei nº 9.249, de 1995, às receitas de juros e multa de mora decorrentes de atraso no pagamento de prestações relativas à comercialização de imóveis, auferidas por pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para a revenda, desde que esses acréscimos sejam apurados por meio de índices ou coeficientes previstos em contrato.

A pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, optante pela tributação da CSLL com base no resultado presumido segundo o regime de caixa, reconhecerá a receita de venda de unidades imobiliárias à medida do seu recebimento, independentemente da conclusão ou entrega da unidade.

(SOLUÇÃO VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 151, DE 9 DE JUNHO DE 2014 (DOU de 13/06/2014))

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 20; Lei nº 11.196, de 2005, art. 34; Decreto-lei nº 1.598, de 1977, arts. 27 a 29; Lei nº 8.981, de 1995, art. 30.

ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA GONZAGA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.010, DE 17 DE JUNHO DE 2014

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

Ementa: IMOBILIÁRIA. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO. Para fins de apuração da base de cálculo do IRPJ pelo regime do lucro presumido, será aplicado o percentual de 8% (oito por cento), de que trata o art. 15 da Lei nº 9.249, de 1995, às receitas de juros e multa de mora decorrentes de atraso no pagamento de prestações relativas à comercialização de imóveis, auferidas por pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias referentes a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para a revenda, desde que esses acréscimos sejam apurados por meio de índices ou coeficientes previstos em contrato.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, optante pela tributação do imposto sobre a renda com base no lucro presumido segundo o regime de caixa, reconhecerá a receita de venda de unidades imobiliárias à medida do seu recebimento, independentemente da conclusão ou entrega da unidade.

(SOLUÇÃO VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 151, DE 9 DE JUNHO DE 2014 (DOU de 13/06/2014))

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15; Lei nº 11.196, de 2005, art. 34; Decreto-lei nº 1.598, de 1977, arts. 27 a 29; Lei nº 8.981, de 1995, art. 30.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

Ementa: IMOBILIÁRIA. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO. Para fins de apuração da base de cálculo da CSLL pelo resultado presumido, será aplicado o percentual de 12% (doze por cento), de que trata o art. 20 da Lei nº 9.249, de 1995, às receitas de juros e multa de mora decorrentes de atraso no pagamento de prestações relativas à comercialização de imóveis, auferidas por pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para a revenda, desde que esses acréscimos sejam apurados por meio de índices ou coeficientes previstos em contrato.

A pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, optante pela tributação da CSLL com base no resultado presumido segundo o regime de caixa, reconhecerá a receita de venda de unidades imobiliárias à medida do seu recebimento, independentemente da conclusão ou entrega da unidade.

(SOLUÇÃO VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 151, DE 9 DE JUNHO DE 2014 (DOU de 13/06/2014))

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 20; Lei nº 11.196, de 2005, art. 34; Decreto-lei nº 1.598, de 1977, arts. 27 a 29; Lei nº 8.981, de 1995, art. 30.

ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA GONZAGA
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 24 DE JUNHO DE 2014

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE SUBSTITUTO DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO - SACAT abaixo identificado, em exercício na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora, no uso da competência delegada pela Portaria DRF/JFA/MG nº 59, de 14 de junho de 2012, publicada no DOU de 19 de junho de 2012 e tendo em vista o disposto nos arts. 5º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora, no endereço: Avenida Barão do Rio Branco, n.º 372, bairro Manoel Honório, Juiz de Fora/MG, CEP 36045-120.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 4º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

ALMIR ANTÔNIO DE OLIVEIRA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).
Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 5º da Lei nº 10.684, de 2003.
Relação dos CNPJ/CEI das pessoas jurídicas e físicas excluídas

01.996.188/0001-32
17.687.625/0001-76
21.556.923/0001-02
50.009.49440-04
50.010.04843-00

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Declara INAPTA por inexistência de fato.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III e Caput do art. 224 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, com fundamento no art. 39, da IN RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 10725.721.296/2014-15, declara:

Art. 1º - INAPTA por inexistência de fato, a Pessoa Jurídica RECICLA 10 - RECICLAGEM INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXPORTAÇÃO LTDA,CNPJ 07.648.011/0001-21.

Art. 2º Este ato produzirá efeitos a partir da data de sua publicação.

QUÉOPS MONTEIRO DA SILVA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Cancela certidão negativa de débitos.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, bem como considerando o disposto no art.13 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3 de 02.05.2007, resolve:

Art. 1º CANCELAR a Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de número 80EB.D1BB.5C18.20F7, emitida indevidamente em 23/05/2014, em favor do contribuinte CARINO PRODUÇÕES E COMÉRCIO DE LIVROS LTDA, CNPJ 04.858.790/0001-00, tudo de acordo com o Despacho Decisório DEAC nº 06-0937-2014, exarado no processo nº 10730.722126/2014-51.

Art. 2º- Este Ato Declaratório Executivo entrará em vigor na data de sua publicação.

RICARDO ROMANINI ALCHAAR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 24 DE JUNHO DE 2014

Concede o Registro Especial para atividade de Importação de Papel Imune.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Vitória/ES, usando da competência que lhe foi conferida pelo artigo 302 inciso IX do Regime Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 203/2012, e tendo em vista o artigo 2º da Instrução Normativa RFB nº 976/2009 e as alterações das IN SRF nº 1.011/2010, e IN SRF nº 1.048/2010, e ainda, o resultado da diligência fiscal realizada e demais informações constantes do processo 13770.720.201/2014-61, declara que:

O estabelecimento da empresa SUZANO PAPEL e CELULOSE S/A, CNPJ - 16.404.287/0342-11, localizado à Rua Comendador Alcides Simão Helou, nº 196 - Setor 01 - Quadra 13H - CIVIT II - SERRA/ES, Cep 29.168-090, está habilitado ao REGISTRO ESPECIAL nº IP - 07201/00079 na atividade de Importador de Papel Imune (IP).

Esta autorização implica no cumprimento das obrigações citadas na IN SRF nº 976/2009, podendo ser cancelada, nos termos do seu artigo 7º.

Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ ANTONIO BOSSER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 24 DE JUNHO DE 2014

Concede o Registro Especial para atividade de Dinstribuição de Papel Imune.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Vitória/ES, usando da competência que lhe foi conferida pelo artigo 302 inciso IX do Regime Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 203/2012, e tendo em vista o artigo 2º da Instrução Normativa RFB nº 976/2009 e as alterações das IN SRF nº 1.011/2010, e IN SRF nº 1.048/2010, e ainda, o resultado da diligência fiscal realizada e demais informações constantes do processo 13770.720.201/2014-61, declara que:

O estabelecimento da empresa SUZANO PAPEL e CELULOSE S/A, CNPJ - 16.404.287/0342-11, localizado à Rua Comendador Alcides Simão Helou, nº 196 - Setor 01 - Quadra 13H - CIVIT II - SERRA/ES, Cep 29.168-090, está habilitado ao REGISTRO ESPECIAL nº DP - 07201/00080 na atividade de Distribuidor de Papel Imune (DP).

Esta autorização implica no cumprimento das obrigações citadas na IN SRF nº 976/2009, podendo ser cancelada, nos termos do seu artigo 7º.

Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ ANTONIO BOSSER

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 23 DE JUNHO DE 2014

Declara inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica e inidôneos os documentos fiscais por ela emitidos, conforme a IN RFB nº 1.470, de 2014.

O CHEFE SUBSTITUTO DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA/ES, no uso da competência prevista no art. 5º, da Portaria de Delegação de Competência nº 196, de 27 de dezembro de 2012, publicada no DOU de 28/12/2012, e no art. 302, inciso III, da Portaria MF nº 203 de 14 de maio de 2012 (Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil), publicada no DOU de 17/05/2012, e tendo em vista o disposto no art. 81, §5º da Lei nº 9.430/96, com a redação dada pela Lei nº 11.941/09, e o estabelecido no art. 37 c/c o art. 39, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, e considerando o que consta no Processo Administrativo Fiscal nº 15586.720279/2014-99, declara:

Art. 1º - Inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica a empresa BRACOF EIRELI, CNPJ nº 01.265.579/0001-87, em razão de não ter sido localizada no endereço informado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Art 2º - Inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos pela pessoa jurídica BRACOF EIRELI, CNPJ nº 01.265.579/0001-87, a partir da data de publicação deste ADE.

Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos constantes no art. 37, da IN RFB nº 1.470/2014.

ERIVAN LUIS GARIOLI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 142, DE 17 DE JUNHO DE 2014

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 10, caput da Instrução Normativa nº 1.446, de 17 de fevereiro de 2014, publicada no D.O.U. de 18 de fevereiro de 2014 e, considerando o que consta do dossiê nº 10010.013667/0614-90, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), instituído pela Lei nº 12.599/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.729/2012, consoante o disposto no artigo 10, caput, da Instrução Normativa nº 1.446/2014, nos termos da Portaria Ancine nº 32, de 21 de maio de 2014:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

INTERESSADO: DGT SERVIÇOS DE MONITORAMENTO LTDA.

CNPJ nº 15.691.691/0001-94

PROJETO: DIGITALIZAÇÃO - QUANTA DGT - 144 COMPLEXOS (FASE I)

ENQUADRAMENTO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS PARA LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO EM SALAS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA

OBJETO DO PROJETO: LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS PARA 72 (setenta e duas) EMPRESAS: 1)Luiz Gonzaga Martins Sampaio Cinema ME: 01 complexo; 2) Miguel Arcanjo Correa Cinema ME: 01 complexo; 3) Cine Teatro Lúmine Ltda. ME: 02 complexos; 4) Rede Oeste Paulista de Cinema Ltda. : 01 complexo; 5) Cine Colombo Ltda.: 04 complexos; 6) Cine Art Café São Lourenço Ltda.: 01 complexo; 7) Silvio Gutierris Brittis ME: 01 complexo; 8) Cine A. Lavras Ltda ME: 01 complexo; 9) Cine Art Café Ltda.: 01 complexo; 10) Cine Art Café Três Corações Ltda.: 01 complexo; 11) Cine Art Café Pouso Alegre Ltda.: 01 complexo; 12) Cine A Paraíso Ltda.: 01 complexo; 13) Empresa Cinematográfica Estação Ltda.: 01 complexo; 14) SQ Supermercados Ltda.: 03 complexos; 15) All Films de Caxias Ltda.: 01 complexo; 16) Vale do Café Cinemas Ltda.: 01 complexo; 17) Imperial Paracambi Cinemas Ltda.: 01 complexo; 18) Sul Fluminense Cinemas Ltda.: 01 complexo; 19) Associação Beneficente Adilson Moreira Theodoro: 01 complexo; 20) Cine Xin Ltda.: 01 complexo; 21) Top Filmes Marketing Ltda.: 02 complexos; 22) Cine São Mateus Ltda.: 01 complexo; 23) L.S. Cinematográfica Ltda.: 01 complexo; 24) Reserva Cultural de Cinema Ltda.: 01 complexo; 25) Cine 3 Rios Ltda.: 01 complexo; 26) J.R.A de Cassio ME: 01 complexo; 27) Jack J. de M. Silva ME: 01 complexo; 28) Complexo Cine TJ Ltda.: 01 complexo; 29) Cinematográfica Guarapari Ltda.: 01 complexo; 30) AFA Cinematográfica Ltda.: 01 complexo; 31) P. M. C. Cinemas do Brasil Ltda.: 03 complexos; 32) Cinematográfica Divinópolis Ltda.: 01 complexo; 33) Center Plaza Ltda.: 01 complexo; 34) Cinemaníaca Exibidora de Filmes Cinematográficos Ltda. - ME: 02 complexos; 35) MRM Cinematográfica Ltda. - EPP.: 01 complexo; 36) Exibidora Nacional de Filmes Ltda.: 04 complexos; 37) Empresa de Cinemas Sercla Ltda.: 02 complexos; 38) L B Cinemas Eireli: 02 complexos; 39) Caetano Soares Bonato - EPP: 03 complexos; 40) Casa Sunset - Instituto Naum Turquenitch de Cinema e Cultura: 01 complexo; 41) Promove Empreendimentos S/C Ltda - EPP: 01 complexo; 42) Cinematográfica Meyer Ltda - ME: 01 complexo; 43) Ibituruna Cinemas Ltda.: 01 complexo; 44) Cinematográfica Tadiotti Ltda.: 01 complexo; 45) Carvalho & Saravia Ltda.: 01 complexo; 46) Rodrigues e Belusso Ltda.: 01 complexo; 47) Noel Lázaro Taufic - Cinema - ME: 01 complexo; 48) Guaxupé Promoções e Eventos Ltda. - ME: 01 complexo; 49) Redecine SLZ Cinematográfica Ltda.: 02 complexos; 50) Redecine Rio Cinematográfica Ltda.: 04 complexos; 51) Redecine FLN Promoções Cinematográfica Ltda.: 01 complexo; 52) Redecine CWB Cinematográfica Ltda.: 03 complexos; 53) Redecine CRT Cinematográfica Ltda.: 01 complexo; 54) Redecine Hortolândia Cinematográfica Ltda.: 01 complexo; 55) Redecine Litoral Cinematográfica Ltda.: 01 complexo; 56) Redecine Leo Cinematográfica Ltda.: 01 complexo; 57) Inovação Cinemas S/A: 01 complexo; 58) Delta Filmes Ltda.: 10 complexos; 59) Praia de Belas Empreendimentos Cinematográficos Ltda.: 09 complexos; 60) Movie Shopping Cinemas Ltda.: 01 complexo; 61) Playarte Cinemas: 10 complexos; 62) Movie Arte Cinemas Ltda.: 03 complexos; 63) Circuito Entretenimento e Cinemas Ltda.: 03 complexos; 64) Cinema MF Ltda.: 01 complexo; 65) Empresa São Luiz de Cinemas Ltda.: 05 complexos; 66) Empresa Centerplex de Cinemas Ltda.: 03 complexos; 67) Empresa de Cinemas Fortaleza Ltda: 04 complexos; 68) Empresa Cine São Luiz Ltda.: 01 complexo; 69) Tatu Filmes Ltda.: 08 complexos; 70) Estação Cinema e Cultura Ltda.: 04 complexos; 71) Cineclube Pau Brasil: 01 complexo; 72) Viramundo Cinema e Participações Ltda.: 01 complexo.

Art. 2º - A suspensão de que trata o art. 2º da IN 1.446/2014, pode ser usufruída nas aquisições e importações de bens e materiais listados no Anexo ao Decreto nº 7.729/2012, vinculadas ao projeto aprovado e realizadas entre a data da habilitação ao regime e 26 de março de 2017.

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime, conforme artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

Art. 4º - Pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da conclusão do projeto de modernização ou do início da operação das salas de exibição, fica vedada a destinação dos complexos e dos equipamentos audiovisuais, adquiridos com benefício fiscal, em fins diversos dos previstos nos projetos credenciados ou aprovados pela ANCINE (art. 15 da Lei nº 12.599/2012).

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no D.O.U.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 143, DE 20 DE JUNHO DE 2014

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 10, caput da Instrução Normativa nº 1.446, de 17 de fevereiro de 2014, publicada no D.O.U. de 18 de fevereiro de 2014 e, considerando o que consta do dossiê nº 10010.030068/0514-78, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), instituído pela Lei nº 12.599/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.729/2012, consoante o disposto no artigo 10, caput, da Instrução Normativa nº 1.446/2014, nos termos da Portaria Ancine nº 26, de 08 de abril de 2014:

INTERESSADO: REDECINE - RIO CINEMATOGRÁFICA LTDA.

CNPJ nº 07.524.011/0001-10

PROJETO: CONSTRUÇÃO - CINESYSTEM- COMPLEXO CINEMATOGRÁFICO AMÉRICAS SHOPPING

ENQUADRAMENTO: CONSTRUÇÃO OU IMPLANTAÇÃO DE NOVOS COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA.

OBJETO: Construção de 01(um) complexo com 12(doze) salas, localizado à Avenida das Américas, nº 15.500 - loja 201 - Recreio dos Bandeirantes - Rio de Janeiro - RJ.

Art. 2º - A suspensão de que trata o art. 2º da IN 1.446/2014, pode ser usufruída nas aquisições e importações de bens e materiais listados no Anexo ao Decreto nº 7.729/2012, vinculadas ao projeto aprovado e realizadas entre a data da habilitação ao regime e 26 de março de 2017.

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime, conforme artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

Art. 4º - Pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da conclusão do projeto de modernização ou do início da operação das salas de exibição, fica vedada a destinação dos complexos e dos equipamentos audiovisuais, adquiridos com benefício fiscal, em fins diversos dos previstos nos projetos credenciados ou aprovados pela ANCINE (art.15 da Lei nº 12.599/2012).

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no D.O.U.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 144, DE 20 DE JUNHO DE 2014

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 10, caput da Instrução Normativa nº 1.446, de 17 de fevereiro de 2014, publicada no D.O.U. de 18 de fevereiro de 2014 e, considerando o que consta do dossiê nº 10010.034903/0514-49, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), instituído pela Lei nº 12.599/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.729/2012, consoante o disposto no artigo 10, caput, da Instrução Normativa nº 1.446/2014, nos termos da Portaria Ancine nº 25, de 08 de abril de 2014:

INTERESSADO: REDECINE - RIO CINEMATOGRÁFICA LTDA.

CNPJ nº 07.524.011/0001-10

PROJETO: CONSTRUÇÃO - CINESYSTEM- COMPLEXO CINEMATOGRÁFICO JARDIM SULACAP

ENQUADRAMENTO: CONSTRUÇÃO OU IMPLANTAÇÃO DE NOVOS COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA

OBJETO: Construção de 01(um) complexo com 12(doze) salas, localizado à Avenida Marechal Fontenele, nº 3545 - Jardim Sulacap - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ.

Art. 2º - A suspensão de que trata o art. 2º da IN 1.446/2014, pode ser usufruída nas aquisições e importações de bens e materiais listados no Anexo ao Decreto nº 7.729/2012, vinculadas ao projeto aprovado e realizadas entre a data da habilitação ao regime e 26 de março de 2017.

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime, conforme artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

Art. 4º - Pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da conclusão do projeto de modernização ou do início da operação das salas de exibição, fica vedada a destinação dos complexos e dos equipamentos audiovisuais, adquiridos com benefício fiscal, em fins diversos dos previstos nos projetos credenciados ou aprovados pela ANCINE (art. 15 da Lei nº 12.599/2012).

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no D.O.U.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 145, DE 20 DE JUNHO DE 2014

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 10, caput da Instrução Normativa nº 1.446, de 17 de fevereiro de 2014, publicada no D.O.U. de 18 de fevereiro de 2014 e, considerando o que consta do dossiê nº 10010.030096/0514-95, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), instituído pela Lei nº 12.599/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.729/2012, consoante o disposto no artigo 10, caput, da Instrução Normativa nº 1.446/2014, nos termos da Portaria Ancine nº 27, de 08 de abril de 2014.

INTERESSADO: REDECINE - RIO CINEMATOGRÁFICA LTDA.

CNPJ nº 07.524.011/0001-10

PROJETO: CONSTRUÇÃO - CINESYSTEM- COMPLEXO CINEMATOGRÁFICO ITABORAÍ PLAZA

ENQUADRAMENTO: CONSTRUÇÃO OU IMPLANTAÇÃO DE NOVOS COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA.

OBJETO: Construção de 01(um) complexo com 10(dez) salas, localizado à Rodovia Mario Covas BR - 101- Km 295 - sentido norte, loja 2014 - Três Pontes - Itaboraí - RJ

Art. 2º - A suspensão de que trata o art. 2º da IN 1.446/2014, pode ser usufruída nas aquisições e importações de bens e materiais listados no Anexo ao Decreto nº 7.729/2012, vinculadas ao projeto aprovado e realizadas entre a data da habilitação ao regime e 26 de março de 2017.

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime, conforme artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

Art. 4º - Pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da conclusão do projeto de modernização ou do início da operação das salas de exibição, fica vedada a destinação dos complexos e dos equipamentos audiovisuais, adquiridos com benefício fiscal, em fins diversos dos previstos nos projetos credenciados ou aprovados pela ANCINE (art. 15 da Lei nº 12.599/2012).

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no D.O.U.

MÔNICA PAES BARRETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 24 DE JUNHO DE 2014

Prorrogação da autorização a área segregada no terminal de Passageiros - TPS 4, em caráter excepcional, a realizar as operações que especifica.

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS (SP), no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 28 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, com a redação dada pela Portaria RFB nº 113, de 31 de janeiro de 2013, e conforme o art. 1º da Portaria SRRF08 nº 120/2013, declara:

Art. 1º Fica prorrogada até 19 de julho de 2014 a autorização concedida através do Ato Declaratório Executivo ALF/GRU Nº 21, de 30 de maio de 2014, publicado no Diário Oficial da União de 03 de junho de 2014, para a realização, em área segregada do Terminal de Passageiros - TPS 4 do Aeroporto Internacional de São Pau-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

lo/Guarulhos, em caráter excepcional, das operações de embarque e desembarque previstas no inciso XI do art. 28 da Portaria RFB nº 3518/2011, exclusivamente em relação aos membros das delegações das seleções nacionais "P.M.A. Participating Association Member".

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GERSON JOSÉ MORGADO DE CASTRO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 42, DE 24 DE JUNHO DE 2014

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O AUDITOR-FISCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL abaixo identificado, em exercício na Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos, no uso da competência delegada pela Portaria n.º 75, de 16 de maio de 2011, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art.1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art.2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art.3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos, à avenida Nove de Julho, 332, Vila Adyana, São José dos Campos - SP.

Art.4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art.5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS SEIJI MATUBARA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).
Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.
Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

66.645.813/0001-47		

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 43, DE 24 DE JUNHO DE 2014

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O AUDITOR-FISCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL abaixo identificado, em exercício na Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos, no uso da competência delegada pela Portaria n.º 75, de 16 de maio de 2011, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos arts. 6º a 13 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art.1º Ficam excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 2006, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial, ou somente uma parcela devedora há mais de dois meses, inexistindo parcelas a vencer.

Art.2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art.3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos, à avenida Nove de Julho, 332, Vila Adyana, São José dos Campos - SP.

Art.4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art.5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS SEIJI MATUBARA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paex).
Duas parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento parcial, ou
uma parcela devedora há mais de dois meses, inexistindo parcelas a vencer
Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

46.482.832/0001-92		

PORTARIA Nº 64, DE 24 DE JUNHO DE 2014

Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, e considerando o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no inciso II do art. 5º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - Inadimplência, por três meses consecutivos ou seis meses alternados, a pessoa jurídica relacionada no quadro abaixo, com efeitos a partir 01/07/2014, conforme despacho decisório exarado no processo administrativo a seguir indicado.

CNPJ	CONTRIBUINTE	PROCESSO
53.6593140001-67	STARFARMA COMERCIAL AGRO PECUARIOS LTDA - ME	13884.721049/2014-57

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO HINO

PORTARIA Nº 65, DE 24 DE JUNHO DE 2014

Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, e considerando o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no inciso II do art. 5º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - Inadimplência, por três meses consecutivos ou seis meses alternados, a pessoa jurídica relacionada no quadro abaixo, com efeitos a partir 01/07/2014, conforme despacho decisório exarado no processo administrativo a seguir indicado.

CNPJ	CONTRIBUINTE	PROCESSO
50.320.845/0001-32	COPIADORA CENTRAL DE SÃO SEBASTIÃO LTDA	16062.720135/2014-12

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO HINO

AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOGI DAS CRUZES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 44, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Declara a inaptidão da pessoa jurídica, nos termos da Instrução Normativa da RFB de número 1.470, de 30 de Maio de 2014.

A CHEFE DA AGENCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOGI DAS CRUZES, no uso da competência delegada e especificada pela Portaria DRF/SJC Nº 75, de 12/05/2011, com fundamento nos artigo 37, inciso II e artigo 39, inciso I e § 3º da Instrução Normativa RFB nº 1470 de 30/05/2014, e considerando o constante no processo administrativo nº 13896.720897/2013-29, resolve:

Art.1º Declarar INAPTA, a inscrição CNPJ nº 01.560.138/0001-08, referente a ITÁLICA SAÚDE LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL, por considerá-la não localizada.

Art.2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 25/10/2013.

LAURA MIYUKI YOKOJI WAKAMOTO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 44, DE 24 DE JUNHO DE 2014

Concede às empresas que especifica o regime especial de substituição tributária de que tratam o artigo 35, inciso II e parágrafo 2º, da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, o artigo 26 e o artigo 27, inciso I, do Decreto nº 7.212, de quinze de junho de 2010, e a Instrução Normativa RFB nº 1.081, de quatro de novembro de 2010.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, combinado com o artigo 1º, inciso I, da Portaria SRRF/8ª RF nº 80, de primeiro de agosto de 2012, e tendo em vista o disposto no despacho exarado no processo administrativo nº 10860.721938/2013-13, resolve:

Art. 1º Conceder o regime especial de substituição tributária à empresa SOLUÇÕES EM AÇO USIMINAS S.A, CNPJ nº 42.956.441/0018-50, na condição de contribuinte SUBSTITUTO, e à empresa USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS - USIMINAS, CNPJ nº 60.894.730/0025-82, na condição de contribuinte SUBSTITUÍDO, em consonância com o artigo 35, inciso II e parágrafo 2º, da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, o artigo 26 e o artigo 27, inciso I, do Decreto nº 7.212, de quinze de junho de 2010, e a Instrução Normativa RFB nº 1.081, de quatro de novembro de 2010.

Art. 2º Este regime aplica-se, exclusivamente, aos produtos a seguir relacionados, os quais serão remetidos com substituição do IPI pelo SUBSTITUÍDO ao SUBSTITUTO:

Descrição do Produto	Código TIPI
Bobina de piso	72081000
Bobina quente decapada	72082500
Bobina fina a quente decapada	72082610
Bobina quente decapada	72082690
Bobina a quente decapada	72082710
Bobina a quente decapada	72082790
Bobina grossa a quente	72083610
Bobina grossa	72083690
Bobina grossa	72083700
Bobina a quente	72083810
Bobina a quente	72083890
Bobina a quente	72083910
Bobina fina a quente	72083990
Chapa de piso	72084000
Chapa grossa	72085100
Chapa grossa	72085200
Chapa fina quente decapada	72085300
Chapa fina a quente	72085400
Bobina de mq lisa normal	72089000
Bobina a frio	72091500
Bobina a frio	72091600
Bobina a frio	72091700
Bobina a frio	72091800
Chapa fina a frio	72092500
Chapa fina a frio	72092600
Chapa fina a frio	72092700
Chapa fina a frio	72092800
Bobina a frio normal	72099000
Bobina eletrogalvanizada	72103010
Bobina galvanizada	72104910
Bobina elétrica	72251900
Bobina a quente	72253000
Chapa grossa	72254090
Bobina a frio	72255090
Bobina eletrogalvanizada	72259100
Bobina galvanizada	72259200

Art. 3º Os produtos constantes do artigo 2º serão recebidos pelo SUBSTITUTO com suspensão do IPI e utilizados na industrialização e/ou comercialização dos produtos abaixo:

Descrição do Produto	Código TIPI
Bobina de piso	72081000
Bobina quente decapada	72082500
Bobina fina a quente decapada	72082610
Bobina quente decapada	72082690
Bobina a quente decapada	72082710
Bobina a quente decapada	72082790
Bobina grossa a quente	72083610
Bobina grossa	72083690
Bobina grossa	72083700
Bobina a quente	72083810
Bobina a quente	72083890
Bobina a quente	72083910
Bobina fina a quente	72083990
Chapa de piso	72084000
Chapa grossa	72085100
Chapa grossa	72085200
Chapa fina quente decapada	72085300
Chapa fina a quente	72085400
Bobina de mq lisa normal	72089000
Bobina a frio	72091500
Bobina a frio	72091600
Bobina a frio	72091700
Bobina a frio	72091800
Chapa fina a frio	72092500
Chapa fina a frio	72092600
Chapa fina a frio	72092700

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Chapa fina a frio	72092800
Bobina a frio normal	72099000
Bobina eletrogalvanizada	72103010
Chapa eletrogalvanizada	72103090
Bobina galvanizada	72104910
Chapa galvanizada	72104990
Rolo grosso	72111400
Rolo a quente	72111900
Rolo a quente	72112300
Rolo a quente	72119090
Rolo eletrogalvanizado	72122010
Rolo galvanizado	72123000
Bobina elétrica	72251900
Bobina a quente	72253000
Chapa grossa	72254090
Bobina a frio	72255090
Bobina eletrogalvanizada	72259100
Bobina galvanizada	72259200
Chapa a quente	72269100
Chapa fria	72269200
Tubo com costura	73063000
Tubo com costura	73065000
Tubo quadrado ou retangular	73066100
Tubo com costura	73066900
Tubo para andaimes	73084000
Chapas/tubos para construções	73089010
Chapas/tubos/perfis	73089090

Art. 4º Este Ato Declaratório não convalida a classificação fiscal dos produtos, nem a correspondente alíquota, conforme relacionados pela pleiteante no Termo de Compromisso.

Art. 5º O regime especial não se aplica ao IPI devido no desembaraço aduaneiro de produtos de procedência estrangeira.

Art. 6º Este regime será concedido por tempo indeterminado, podendo ser, a qualquer momento, alterado, a pedido ou de ofício, cancelado a pedido, ou, ainda, cassado, caso ocorra alguma das hipóteses previstas no artigo 10 da IN RFB nº 1.081, de 2010.

Art. 7º Na Nota Fiscal de saída do contribuinte substituído deverá constar a expressão: "Saída com suspensão do IPI - ADE DRF/TAU nº xx, de xx/xx/xxxx, publicado no DOU de xx/xx/xxxx", sendo vedado o destaque do valor do imposto suspenso, bem como a sua utilização como crédito.

Art. 7º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARIA TERESA CAMARGO BARBOSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 45, DE 24 DE JUNHO DE 2014

Concede às empresas que especifica o regime especial de substituição tributária de que tratam o artigo 35, inciso II e parágrafo 2º, da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, o artigo 26 e o artigo 27, inciso I, do Decreto nº 7.212, de quinze de junho de 2010, e a Instrução Normativa RFB nº 1.081, de quatro de novembro de 2010.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, combinado com o artigo 1º, inciso I, da Portaria SRRF/8ª RF nº 80, de primeiro de agosto de 2012, e tendo em vista o disposto no despacho exarado no processo administrativo nº 10860.721939/2013-68, resolve:

Art. 1º Conceder o regime especial de substituição tributária à empresa SOLUÇÕES EM AÇO USIMINAS S.A, CNPJ nº 42.956.441/0018-50, na condição de contribuinte SUBSTITUTO, e à empresa USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS - USIMINAS, CNPJ nº 60.894.730/0037-16, na condição de contribuinte SUBSTITUÍDO, em consonância com o artigo 35, inciso II e parágrafo 2º, da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, o artigo 26 e o artigo 27, inciso I, do Decreto nº 7.212, de quinze de junho de 2010, e a Instrução Normativa RFB nº 1.081, de quatro de novembro de 2010.

Art. 2º Este regime aplica-se, exclusivamente, aos produtos a seguir relacionados, os quais serão remetidos com substituição do IPI pelo SUBSTITUÍDO ao SUBSTITUTO:

Descrição do Produto	Código TIPI
Bobina de piso	72081000
Bobina quente decapada	72082500
Bobina fina a quente decapada	72082610
Bobina quente decapada	72082690
Bobina a quente decapada	72082710
Bobina a quente decapada	72082790
Bobina grossa a quente	72083610
Bobina grossa	72083690
Bobina grossa	72083700
Bobina a quente	72083810
Bobina a quente	72083890
Bobina a quente	72083910
Bobina fina a quente	72083990
Chapa de piso	72084000
Chapa grossa	72085100
Chapa grossa	72085200
Chapa fina quente decapada	72085300
Chapa fina a quente	72085400
Bobina de mq lisa normal	72089000
Bobina a frio	72091500
Bobina a frio	72091600
Bobina a frio	72091700
Bobina a frio	72091800
Chapa fina a frio	72092500
Chapa fina a frio	72092600
Chapa fina a frio	72092700
Chapa fina a frio	72092800
Bobina a frio normal	72099000
Bobina eletrogalvanizada	72103010
Chapa eletrogalvanizada	72103090
Bobina galvanizada	72104910
Chapa galvanizada	72104990
Rolo grosso	72111400
Rolo a quente	72111900
Rolo a quente	72112300
Rolo a quente	72119090
Rolo eletrogalvanizado	72122010
Rolo galvanizado	72123000
Bobina elétrica	72251900
Bobina a quente	72253000
Chapa grossa	72254090
Bobina a frio	72255090
Bobina eletrogalvanizada	72259100
Bobina galvanizada	72259200
Chapa a quente	72269100
Chapa fria	72269200
Tubo com costura	73063000
Tubo com costura	73065000
Tubo quadrado ou retangular	73066100
Tubo com costura	73066900
Tubo para andaimes	73084000
Chapas/tubos para construções	73089010
Chapas/tubos/perfis	73089090

Art. 3º Os produtos constantes do artigo 2º serão recebidos pelo SUBSTITUTO com suspensão do IPI e utilizados na industrialização e/ou comercialização dos produtos abaixo:

Descrição do Produto	Código TIPI
Bobina de piso	72081000
Bobina quente decapada	72082500
Bobina fina a quente decapada	72082610
Bobina quente decapada	72082690
Bobina a quente decapada	72082710
Bobina a quente decapada	72082790
Bobina grossa a quente	72083610
Bobina grossa	72083690
Bobina grossa	72083700
Bobina a quente	72083810
Bobina a quente	72083890
Bobina a quente	72083910
Bobina fina a quente	72083990
Chapa de piso	72084000
Chapa grossa	72085100
Chapa grossa	72085200
Chapa fina quente decapada	72085300
Chapa fina a quente	72085400
Bobina de mq lisa normal	72089000
Bobina a frio	72091500
Bobina a frio	72091600
Bobina a frio	72091700
Bobina a frio	72091800
Chapa fina a frio	72092500
Chapa fina a frio	72092600
Chapa fina a frio	72092700
Chapa fina a frio	72092800
Bobina a frio normal	72099000
Bobina eletrogalvanizada	72103010
Chapa eletrogalvanizada	72103090
Bobina galvanizada	72104910
Chapa galvanizada	72104990
Rolo grosso	72111400
Rolo a quente	72111900
Rolo a quente	72112300
Rolo a quente	72119090
Rolo eletrogalvanizado	72122010
Rolo galvanizado	72123000
Bobina elétrica	72251900
Bobina a quente	72253000
Chapa grossa	72254090
Bobina a frio	72255090
Bobina eletrogalvanizada	72259100
Bobina galvanizada	72259200

Art. 4º Este Ato Declaratório não convalida a classificação fiscal dos produtos, nem a correspondente alíquota, conforme relacionados pela pleiteante no Termo de Compromisso.

Art. 5º O regime especial não se aplica ao IPI devido no desembaraço aduaneiro de produtos de procedência estrangeira.

Art. 6º Este regime será concedido por tempo indeterminado, podendo ser, a qualquer momento, alterado, a pedido ou de ofício, cancelado a pedido, ou, ainda, cassado, caso ocorra alguma das hipóteses previstas no artigo 10 da IN RFB nº 1.081, de 2010.

Art. 7º Na Nota Fiscal de saída do contribuinte substituído deverá constar a expressão: "Saída com suspensão do IPI - ADE DRF/TAU nº xx, de xx/xx/xxxx, publicado no DOU de xx/xx/xxxx", sendo vedado o destaque do valor do imposto suspenso, bem como a sua utilização como crédito.

Art. 7º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARIA TERESA CAMARGO BARBOSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 46, DE 24 DE JUNHO DE 2014

Concede às empresas que especifica o regime especial de substituição tributária de que tratam o artigo 35, inciso II e parágrafo 2º, da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, o artigo 26 e o artigo 27, inciso I, do Decreto nº 7.212, de quinze de junho de 2010, e a Instrução Normativa RFB nº 1.081, de quatro de novembro de 2010.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, combinado com o artigo 1º, inciso I, da Portaria SRRF/8ª RF nº 80, de primeiro de agosto de 2012, e tendo em vista o disposto no despacho exarado no processo administrativo nº 10860.721940/2013-92, resolve:

Art. 1º Conceder o regime especial de substituição tributária à empresa SOLUÇÕES EM AÇO USIMINAS S.A, CNPJ nº 42.956.441/0018-50, na condição de contribuinte SUBSTITUTO, e à empresa USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS - USIMINAS, CNPJ nº 60.894.730/0063-08, na condição de contribuinte SUBSTITUÍDO, em consonância com o artigo 35, inciso II e parágrafo 2º, da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, o artigo 26 e o artigo 27, inciso I, do Decreto nº 7.212, de quinze de junho de 2010, e a Instrução Normativa RFB nº 1.081, de quatro de novembro de 2010.

Art. 2º Este regime aplica-se, exclusivamente, aos produtos a seguir relacionados, os quais serão remetidos com substituição do IPI pelo SUBSTITUÍDO ao SUBSTITUTO:

Descrição do Produto	Código TIPI
Bobina de piso	72081000
Bobina quente decapada	72082500
Bobina fina a quente decapada	72082610
Bobina quente decapada	72082690
Bobina a quente decapada	72082710
Bobina a quente decapada	72082790
Bobina grossa a quente	72083610
Bobina grossa	72083690
Bobina grossa	72083700
Bobina a quente	72083810
Bobina a quente	72083890
Bobina a quente	72083910
Bobina fina a quente	72083990
Chapa de piso	72084000
Chapa grossa	72085100
Chapa grossa	72085200
Chapa fina quente decapada	72085300
Chapa fina a quente	72085400
Bobina de mq lisa normal	72089000
Bobina a frio	72091500
Bobina a frio	72091600
Bobina a frio	72091700
Bobina a frio	72091800
Chapa fina a frio	72092500
Chapa fina a frio	72092600
Chapa fina a frio	72092700
Chapa fina a frio	72092800
Bobina a frio normal	72099000
Bobina eletrogalvanizada	72103010
Chapa eletrogalvanizada	72103090
Bobina galvanizada	72104910
Chapa galvanizada	72104990
Rolo grosso	72111400
Rolo a quente	72111900
Rolo a quente	72112300
Rolo a quente	72119090
Rolo eletrogalvanizado	72122010
Rolo galvanizado	72123000
Bobina elétrica	72251900
Bobina a quente	72253000
Chapa grossa	72254090
Bobina a frio	72255090
Bobina eletrogalvanizada	72259100
Bobina galvanizada	72259200
Chapa a quente	72269100

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Chapa fria	72269200
Tubo com costura	73063000
Tubo com costura	73065000
Tubo quadrado ou retangular	73066100
Tubo com costura	73066900
Tubo para andaimes	73084000
Chapas/tubos para construções	73089010
Chapas/tubos/perfis	73089090

Art. 4º Este Ato Declaratório não convalida a classificação fiscal dos produtos, nem a correspondente alíquota, conforme relacionados pela pleiteante no Termo de Compromisso.

Art. 5º O regime especial não se aplica ao IPI devido no desembaraço aduaneiro de produtos de procedência estrangeira.

Art. 6º Este regime será concedido por tempo indeterminado, podendo ser, a qualquer momento, alterado, a pedido ou de ofício, cancelado a pedido, ou, ainda, cassado, caso ocorra alguma das hipóteses previstas no artigo 10 da IN RFB nº 1.081, de 2010.

Art. 7º Na Nota Fiscal de saída do contribuinte substituído deverá constar a expressão: "Saída com suspensão do IPI - ADE DRF/TAU nº xx, de xx/xx/xxxx, publicado no DOU de xx/xx/xxxx", sendo vedado o destaque do valor do imposto suspenso, bem como a sua utilização como crédito.

Art. 7º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARIA TERESA CAMARGO BARBOSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 47, DE 24 DE JUNHO DE 2014

Concede às empresas que especifica o regime especial de substituição tributária de que tratam o artigo 35, inciso II e parágrafo 2º, da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, o artigo 26 e o artigo 27, inciso I, do Decreto nº 7.212, de quinze de junho de 2010, e a Instrução Normativa RFB nº 1.081, de quatro de novembro de 2010.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, combinado com o artigo 1º, inciso I, da Portaria SRRF/8ª RF nº 80, de primeiro de agosto de 2012, e tendo em vista o disposto no despacho exarado no processo administrativo nº 10860.721941/2013-37, resolve:

Art. 1º Conceder o regime especial de substituição tributária à empresa SOLUÇÕES EM AÇO USIMINAS S.A, CNPJ nº 42.956.441/0018-50, na condição de contribuinte SUBSTITUTO, e à empresa USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS - USIMINAS, CNPJ nº 60.894.730/0040-11, na condição de contribuinte SUBSTITUÍDO, em consonância com o artigo 35, inciso II e parágrafo 2º, da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, o artigo 26 e o artigo 27, inciso I, do Decreto nº 7.212, de quinze de junho de 2010, e a Instrução Normativa RFB nº 1.081, de quatro de novembro de 2010.

Art. 2º Este regime aplica-se, exclusivamente, aos produtos a seguir relacionados, os quais serão remetidos com substituição do IPI pelo SUBSTITUÍDO ao SUBSTITUTO:

Descrição do Produto	Código TIPI
Bobina de piso	72081000
Bobina quente decapada	72082500
Bobina fina a quente decapada	72082610
Bobina quente decapada	72082690
Bobina a quente decapada	72082710
Bobina a quente decapada	72082790
Bobina grossa a quente	72083610
Bobina grossa	72083690
Bobina grossa	72083700
Bobina a quente	72083810
Bobina a quente	72083890
Bobina a quente	72083910
Bobina fina a quente	72083990
Chapa de piso	72084000
Chapa grossa	72085100
Chapa grossa	72085200
Chapa fina quente decapada	72085300
Chapa fina a quente	72085400
Bobina de mq lisa normal	72089000
Bobina a frio	72091500
Bobina a frio	72091600
Bobina a frio	72091700
Bobina a frio	72091800
Chapa fina a frio	72092500
Chapa fina a frio	72092600
Chapa fina a frio	72092700
Chapa fina a frio	72092800
Bobina a frio normal	72099000
Bobina eletrogalvanizada	72103010
Chapa eletrogalvanizada	72103090
Bobina galvanizada	72104910
Chapa galvanizada	72104990
Rolo grosso	72111400
Rolo a quente	72111900
Rolo a quente	72112300
Rolo a quente	72119090
Rolo eletrogalvanizado	72122010
Rolo galvanizado	72123000
Bobina elétrica	72251900
Bobina a quente	72253000
Chapa grossa	72254090
Bobina a frio	72255090
Bobina eletrogalvanizada	72259100
Bobina galvanizada	72259200
Chapa a quente	72269100
Chapa fria	72269200
Tubo com costura	73063000
Tubo com costura	73065000
Tubo quadrado ou retangular	73066100
Tubo com costura	73066900
Tubo para andaimes	73084000
Chapas/tubos para construções	73089010
Chapas/tubos/perfis	73089090

Art. 3º Os produtos constantes do artigo 2º serão recebidos pelo SUBSTITUTO com suspensão do IPI e utilizados na industrialização e/ou comercialização dos produtos abaixo:

Descrição do Produto	Código TIPI
Bobina de piso	72081000
Bobina quente decapada	72082500
Bobina fina a quente decapada	72082610
Bobina quente decapada	72082690
Bobina a quente decapada	72082710
Bobina a quente decapada	72082790
Bobina grossa a quente	72083610
Bobina grossa	72083690
Bobina grossa	72083700
Bobina a quente	72083810
Bobina a quente	72083890
Bobina a quente	72083910
Bobina fina a quente	72083990
Chapa de piso	72084000
Chapa grossa	72085100
Chapa grossa	72085200
Chapa fina quente decapada	72085300
Chapa fina a quente	72085400
Bobina de mq lisa normal	72089000
Bobina a frio	72091500
Bobina a frio	72091600
Bobina a frio	72091700
Bobina a frio	72091800
Chapa fina a frio	72092500
Chapa fina a frio	72092600
Chapa fina a frio	72092700
Chapa fina a frio	72092800
Bobina a frio normal	72099000
Bobina eletrogalvanizada	72103010
Chapa eletrogalvanizada	72103090
Bobina galvanizada	72104910
Chapa galvanizada	72104990
Rolo grosso	72111400
Rolo a quente	72111900
Rolo a quente	72112300
Rolo a quente	72119090
Rolo eletrogalvanizado	72122010
Rolo galvanizado	72123000
Bobina elétrica	72251900
Bobina a quente	72253000
Chapa grossa	72254090
Bobina a frio	72255090
Bobina eletrogalvanizada	72259100
Bobina galvanizada	72259200
Chapa a quente	72269100
Chapa fria	72269200
Tubo com costura	73063000
Tubo com costura	73065000
Tubo quadrado ou retangular	73066100
Tubo com costura	73066900
Tubo para andaimes	73084000
Chapas/tubos para construções	73089010
Chapas/tubos/perfis	73089090

Art. 4º Este Ato Declaratório não convalida a classificação fiscal dos produtos, nem a correspondente alíquota, conforme relacionados pela pleiteante no Termo de Compromisso.

Art. 5º O regime especial não se aplica ao IPI devido no desembaraço aduaneiro de produtos de procedência estrangeira.

Art. 6º Este regime será concedido por tempo indeterminado, podendo ser, a qualquer momento, alterado, a pedido ou de ofício, cancelado a pedido, ou, ainda, cassado, caso ocorra alguma das hipóteses previstas no artigo 10 da IN RFB nº 1.081, de 2010.

Art. 7º Na Nota Fiscal de saída do contribuinte substituído deverá constar a expressão: "Saída com suspensão do IPI - ADE DRF/TAU nº xx, de xx/xx/xxxx, publicado no DOU de xx/xx/xxxx", sendo vedado o destaque do valor do imposto suspenso, bem como a sua utilização como crédito.

Art. 7º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARIA TERESA CAMARGO BARBOSA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DE BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 24 DE JUNHO DE 2014

Declara inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

ZENILSON FERREIRA ALVES JUNIOR, AFRFB, matrícula SIAPECAD nº 1295402, no exercício da competência delegada pelo art. 5ª, inciso V da Portaria nº 05, de 3 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 3 de fevereiro de 2014, resolve:

Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica abaixo identificada, com fundamento no art. 81 da Lei nº 9430/96 c/c art. 23, § 2º do Decreto-lei nº 1455/76, com redações dadas pelos arts. 60 e 59 da Lei nº 10.637/02, regulamentados pelos arts. 40 a 45 da IN RFB nº 1.183/2011, por não restar comprovada a origem, disponibilidade e a efetiva transferência dos recursos empregados em suas operações de comércio exterior, e tudo o mais que consta no processo administrativo abaixo mencionado:

Processo: 10314.011926/2005-63

Empresa: LEFORT COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA.

CNPJ: 05.565.872/0001-10

Inidoneidade a partir de: 21/05/2004

ZENILSON FERREIRA ALVES JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 5 DE JUNHO DE 2014

Concede à pessoa jurídica que especifica habilitação ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL-PR, tendo em vista o disposto nos arts. 12 a 16 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, no Decreto nº 5.649, de 29 de dezembro de 2005, no art. 10, caput, da Instrução Normativa SRF nº 605, de 4 de janeiro de 2006, e considerando o que consta do processo administrativo nº 13924.720142/2014-21, resolve:,

Art. 1º Habilitar a empresa MARINI INDÚSTRIA DE COMPENSADOS LTDA - CNPJ 05.552.102/0001-33 ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap).

Art. 2º O benefício do Recap, que se extingue após decorridos 3 (três) anos contados da data da habilitação, aplica-se a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica requerente.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeito a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO SERGIO CORDEIRO BINI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 182, DE 24 DE JUNHO DE 2014

Concede habilitação ao Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (Retid).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.454, de 25 de fevereiro de 2014, e o que consta do Dossiê nº 10010.025983/0314-16, declara:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (Retid), instituído pelo Art. 7° da Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012, para empresa DIGITRO TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 83.472.803/0001-76, credenciada como Empresa Estratégica de Defesa pela Portaria nº 3.228, de 27 de novembro de 2013, do Ministério da Defesa.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 76, DE 23 DE JUNHO DE 2014

Declaração de Inaptidão de CNPJ.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA-PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do art. 302 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 e alterações posteriores; e, com fundamento nos artigos 81 e 82 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996; e art. 37, II e III, e art. 39, II da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, e o que consta do processo 11633.720.082/2014-96, declara:

Art. 1° - INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, da empresa CARVALHO & VALLEZI LTDA-ME, CNPJ n° 10.656.406/0001-80, por não ter sido localizada no endereço informado no respectivo CNPJ, bem como ter cometido irregularidade em operações de comércio exterior pela não comprovação das origens, disponibilidade e a efetiva transferência dos recursos empregados em operações de comércio exterior, na forma prevista em lei.

Art. 2° - São considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos a partir da data de publicação do presente ADE, conforme o disposto no art. 43, §3°, inciso I, da Instrução Normativa RFB n° 1.470/2011.

Art. 3° - Este Ato Declaratório Executivo entre em vigor na data de sua publicação.

DAVID JOSÉ DE OLIVEIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 362, DE 24 DE JUNHO DE 2014

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere o artigo 1º da Portaria STN nº 143 de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003 e em conformidade com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001 e com a Lei nº 13.000, de 18 de junho de 2014, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de 28.933.176 (vinte e oito milhões, novecentos e trinta e três mil, cento de setenta e seis) títulos, no valor econômico de R$ 29.999.999.427,84 (vinte e nove bilhões, novecentos e noventa e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, quatrocentos e vinte e sete reais e oitenta e quatro centavos), em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, conforme disposto no Contrato nº 962/PGFN/CAF de Financiamento, celebrado entre a União e o Banco, em 24 de junho de 2014, observadas as seguintes condições:

TÍTULO	EMISSÃO	VENCIMENTO	PREÇO UNITÁRIO (em R$)	QUANTIDADE	VALOR FINANCEIRO (em R$)
LTN	24/6/2014	1/10/2014	971,308672	2.059.077	1.999.999.346,41
LTN	24/6/2014	1/7/2015	898,582274	2.225.728	1.999.999.727,54
LTN	24/6/2014	1/4/2016	826,118003	5.447.164	4.500.000.245,69
LTN	24/6/2014	1/7/2016	802,933299	3.113.583	2.499.999.469,90
LTN	24/6/2014	1/7/2017	716,635063	5.581.643	4.000.001.082,94
NTN-F	24/6/2014	1/1/2021	969,908661	2.062.050	2.000.000.154,41
NTN-F	24/6/2014	1/1/2023	953,683790	4.194.262	3.999.999.680,41
NTN-F	24/6/2014	1/1/2025	936,543300	1.067.756	999.999.727,83
NTN-B	24/6/2014	15/8/2018	2.537,597040	788.147	1.999.999.494,28
NTN-B	24/6/2014	15/8/2020	2.532,453682	789.750	2.000.005.295,35
NTN-B	24/6/2014	15/8/2024	2.504,282551	798.631	1.999.997.677,98
NTN-B	24/6/2014	15/8/2030	2.483,281319	805.385	1.999.997.525,10
TOTAL:				28.933.176	29.999.999.427,84

§ 1º Os títulos LTN terão também as seguintes características:
I - modalidade: nominativa;
II - valor nominal: múltiplo de R$ 1.000,00 (mil reais);
III - rendimento: definido pelo deságio sobre o valor nominal;
IV - resgate: pelo valor nominal, na data de vencimento.
§ 2º Os títulos NTN-F terão também as seguintes características:
I - taxa de juros: dez por cento ao ano;
II - modalidade: nominativa;
III - valor nominal: múltiplo de R$ 1.000,00 (mil reais);
IV - rendimento: definido pelo deságio sobre o valor nominal;
V - pagamento de juros: semestralmente, com ajuste do prazo no primeiro período de fluência, quando couber. O primeiro cupom de juros a ser pago contemplará a taxa integral definida para seis meses, independentemente da data de emissão do título;
VI - resgate do principal: pelo valor nominal, na data do seu vencimento.
VII - os cupons de juros das NTN-F poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.
§ 3º Os títulos NTN- B terão também as seguintes características:
I - data base: 15 de julho de 2000;
II - taxa de juros: seis por cento ao ano;
III - valor nominal: R$ 1.000,00 (mil reais);
IV - modalidade: nominativa;
V - atualização do valor nominal: pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do mês anterior, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, desde a data base do título;
VI - pagamento de juros: semestralmente, com ajuste do prazo no primeiro período de fluência, quando couber. O primeiro cupom de juros a ser pago contemplará a taxa integral definida para seis meses, independentemente da data de emissão do título;
VII - resgate do principal: em parcela única, na data do seu vencimento;
VIII - os cupons de juros das NTN-B poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.101, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal e da competência expressamente delegada no Decreto nº 3.441, de 26 de abril de 2000;

Considerando os dispositivos do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 - Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro - e da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil -, aplicáveis às pessoas jurídicas estrangeiras de direito privado sem fins econômicos e do Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943;

Considerando o disposto na Portaria MJ nº 2.064, de 10 dezembro de 2007, na Portaria MJ nº 1.272, de 3 de julho de 2008 e na Portaria MJ nº 2.144, de 31 de outubro de 2008;

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 08071.001785/2009-52, no qual a entidade comprovou o interesse em cancelar seu registro como Organização Estrangeira em funcionamento no Brasil, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a autorização da entidade Foundation Terre des Hommes, Organização Estrangeira de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Suíça, para atuar no Brasil.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.102, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal e da competência expressamente delegada no Decreto nº 3.441, de 26 de abril de 2000;

Considerando os dispositivos do Decreto-lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942 - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, aplicáveis às pessoas jurídicas estrangeiras de direito privado sem fins econômicos, do Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943 e do Decreto nº 5.491, de 18 de julho de 2005;

Considerando o disposto na Portaria MJ nº 2.064, de 10 de dezembro de 2007, no art. 4º, § 1º, inciso III, a Portaria MJ nº 1.272, de 3 de julho de 2008 e a Portaria MJ nº 2.144 de 31 de outubro de 2008;

Considerando o que dispõe a Portaria SNJ nº 24, de 11 de outubro de 2007, com nova redação dada ao art. 8º pela Portaria SNJ nº 06, de 01 de fevereiro de 2012;

Considerando ainda o Processo Administrativo nº 08071.025371/2013-03, bem como o objetivo da Organização Estrangeira de promover a adoção internacional de crianças e adolescentes, resolve:

Art. 1º. Autorizar Hand in Hand International Adoptions, Organização Estrangeira de direito privado sem fins lucrativos, com sede na 2519 S. Shields, 106, Fort Collins, Colorado, Estados Unidos da América, a atuar no Brasil.

Art. 2º. A atuação em adoção internacional é condicionada ao credenciamento específico junto à Autoridade Central Administrativa Federal - ACAF - da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Art. 3º. As alterações nos atos constitutivos da entidade deverão ser comunicadas ao Ministério da Justiça, sob pena de cancelamento da autorização.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.103, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal e da competência expressamente delegada no Decreto nº 3.441, de 26 de abril de 2000;

Considerando os dispositivos do Decreto-lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942 - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, aplicáveis às pessoas jurídicas estrangeiras e do Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943;

Considerando o disposto na Portaria MJ nº 1.272, de 3 de julho de 2008 e na Portaria MJ nº 2.144 de 31 de outubro de 2008;

Considerando o que dispõe a Portaria SNJ nº 252, de 27 de dezembro de 2012;

Considerando ainda o Processo Administrativo nº 08000.006493/2013-26, bem como a finalidade de ajudar crianças do Terceiro Mundo, especialmente por meio da mediação de apadrinhamentos individuais de crianças e famílias, resolve:

Art. 1º. Autorizar a Rette ein Kinderleben e. V. (Salve a vida de uma criança), Organização Estrangeira com sede na 65556 Limburg an der Lahn, Alemanha, a atuar no Brasil.

Art. 2º. A Organização Estrangeira deverá apresentar ao Ministério da Justiça, no período de 1º abril a 30 de junho, relatório circunstanciado dos serviços e atividades prestados à coletividade no ano anterior, acompanhado de demonstrativo das receitas e despesas realizadas no período.

Art. 3º. As alterações nos atos constitutivos da entidade deverão ser comunicadas ao Ministério da Justiça, sob pena de cancelamento da autorização.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.104, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 1º do Decreto nº 3.453, de 9 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 10 de maio do mesmo ano, tendo em vista o constante dos respectivos processos administrativos que tramitaram no âmbito do Ministério da Justiça, resolve:

DECLARAR que readquiriram os direitos políticos, em virtude de haverem satisfeito as normas de alistamento militar, na forma da Lei nº 8.239, de 4 de outubro de 1991, e por se acharem prontos para suportar os ônus impostos pela lei aos brasileiros, dos quais se haviam eximido por decreto, os seguintes cidadãos:

DANIEL FERREIRA DOS SANTOS, filho de Napoleão dos Santos e de Ana Ferreira dos Santos, nascido em 13 de junho de 1958, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e residente na mesma cidade (Processo nº 08018.004295/2013-39);

FRANCISCO CARLOS DE REZENDE, filho de Osório Correia de Rezende e de Maria do Carmo Correira, nascido em 27 de junho de 1961, na cidade de Timóteo, Estado de Minas Gerais, e residente na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais (Processo nº 08018.007708/2013-37);

MANOEL RIBEIRO DE VASCONCELOS, filho de João Ribeiro de Vasconcelos Sobrinho e de Iris de Melo Ribeiro, nascido em 25 de dezembro de 1961, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, e residente na cidade de Ipojuca, Estado de Pernambuco (Processo nº 08001.018088/2013-41);

MILCIADES DA SILVA CORRÊA FILHO, filho de Milciades da Silva Corrêa e de Rubelinda de Brito Corrêa, nascido em 21 de julho de 1959, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, e residente na cidade de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco (Processo nº 08018.016077/2013-47);

REVAIR JOSÉ MUNIZ, filho de Oliveira José Muniz e de Maria Teófila Texeira Muniz, nascido em 26 de março de 1967, na cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais, e residente na cidade de Brasília, Distrito Federal (Processo nº 08000.014461/2013-02), e

ROBERTO GRECCO, filho de Oscar Grecco e de Dilma Eclair Grecco, nascido em 12 de agosto de 1961, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e residente na cidade de Ilha do Governador, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08018.013975/2013-43).

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.105, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 1º do Decreto nº 3.453, de 9 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 10 de maio do mesmo ano, tendo em vista o constante dos respectivos processos administrativos que tramitaram no âmbito do Ministério da Justiça, resolve:

DECLARAR que readquiriram os direitos políticos, em virtude de haverem satisfeito as normas de alistamento militar, na forma da Lei nº 8.239, de 4 de outubro de 1991, e por se acharem prontos para suportar os ônus impostos pela lei aos brasileiros, dos quais se haviam eximido por decreto, os seguintes cidadãos:

ALOISIO DOS SANTOS, filho de Euclides Francisco dos Santos e de Francisca Maria dos Santos, nascido em 11 de março de 1963, na cidade de Esplanada, Estado da Bahia, e residente na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (Processo nº 08015.001827/2014-97);

ALTEMAR DE OLIVEIRA, filho de Edilson de Oliveira e de Joselina Araujo de Oliveira, nascido em 2 de novembro de 1963, na cidade de Goio-Ere, Estado do Paraná, e residente na cidade de Santo André, Estado de São Paulo (Processo nº 08001.004028/2014-21);

DAVI MASCARENHAS CARNEIRO, filho de Sebastião Afonso Carneiro e de Miriam Macarenhas Carneiro, nascido em 8 de abril de 1963, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, e residente na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima (Processo nº 08018.004059/2014-01);

ELIAS GOMES DA SILVA, filho de Manoel Gomes da Silva e de Maria Ferreira de Souza, nascido em 5 de junho de 1960, na cidade de Calderões de Cima, Estado de Alagoas, e residente na cidade de Barueri, Estado de São Paulo (Processo nº 08001.012927/2013-17);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

JOAO BATISTA JONER SOUZA, filho de Pedro dos Santos Souza e de Celmira Joner Souza, nascido em 26 de julho de 1968, na cidade de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul, e residente na cidade de Parnambi, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08018.003343/2014-52), e

JOSÉ DO CARMO DE LISBOA, filho de José Bispo de Lisboa e de Rosa Santos de Jesus, nascido em 31 de março de 1964, na cidade de Lagarto, Estado de Sergipe, e residente na cidade de Goiânia, Estado de Goiás (Processo nº 08018.016657/2013-34).

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.106, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 1º do Decreto nº 3.453, de 9 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 10 de maio do mesmo ano, tendo em vista o constante dos respectivos processos administrativos que tramitaram no âmbito do Ministério da Justiça, resolve:

DECLARAR que readquiriram os direitos políticos, em virtude de haverem satisfeito as normas de alistamento militar, na forma da Lei nº 8.239, de 4 de outubro de 1991, e por se acharem prontos para suportar os ônus impostos pela lei aos brasileiros, dos quais se haviam eximido por decreto, os seguintes cidadãos:

MARCOS ANTONIO FERREIRA DE VARGAS, filho de José Carlos de Vargas e de Arlete Ferreira de Vargas, nascido em 5 de novembro de 1965, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e residente na mesma cidade (Processo nº 08018.002893/2014-54);

OSNI TADEU LOURENÇO, filho de Oswaldo Lourenço e de Clarice Lourenço, nascido em 9 de dezembro de 1960, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e residente na mesma cidade (Processo nº 08001.018226/2013-91);

RICARDO NOCITI, filho de Oaracil Nociti e de Clarice Nociti, nascido em 28 de setembro de 1958, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e residente na mesma cidade (Processo nº 08001.001087/2014-48);

ROBERTO CESAR DE SIQUEIRA, filho de Salomão Pessoa de Siqueira e de Isabel Cesar de Siqueira, nascido em 12 de fevereiro de 1963, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e residente na mesma cidade (Processo nº 08001.016216/2013-11);

SÉRGIO ABÍLIO DE SOUZA, filho de Espedito Abílio de Souza e de Auda Maganha de Souza, nascido em 17 de janeiro de 1962, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e residente na mesma cidade (Processo nº 08018.015652/2013-94), e

VICENTE SANTOS FONSECA, filho de Vicente Serafim Fonseca e de Maria Célia Santos Fonseca, nascido em 13 de março de 1961, na cidade de Santos, Estado de São Paulo, e residente na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (Processo nº 08001.001554/2014-30).

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.107, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 1º do Decreto nº 3.453, de 9 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 10 de maio do mesmo ano, tendo em vista o constante dos respectivos processos administrativos que tramitaram no âmbito do Ministério da Justiça, resolve:

DECLARAR que readquiriram os direitos políticos, em virtude de haverem satisfeito as normas de alistamento militar, na forma da Lei nº 8.239, de 4 de outubro de 1991, e por se acharem prontos para suportar os ônus impostos pela lei aos brasileiros, dos quais se haviam eximido por decreto, os seguintes cidadãos:

ALDÍSIO SOARES PEREIRA, filho de Pedro José Pereira e de Maria Elita Pereira, nascido em 6 de agosto de 1964, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, e residente na mesma cidade (Processo nº 08018.002277/2014-01);

EDSON DE SOUZA VIEIRA, filho de Hernane de Souza Vieira e de Arminda Texeira Vieira, nascido em 23 de agosto de 1962, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e residente na cidade de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08018.001858/2014-18);

JAILSON CANDIDO DE FREITAS, filho de Manoel Cândido de Freitas e de Adelaide Pereira de Freitas, nascido em 16 de março de 1963, na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, e residente na mesma cidade (Processo nº 08001.006199/2012-23);

JOÃO CARLOS DA SILVA, filho de Francisco Felix da Silva e de Terezinha Alexandrina da Silva, nascido em 20 de agosto de 1965, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e residente na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (Processo nº 08001.018228/2013-81);

MANOEL ISAÍAS FAGUNDES NUNES, filho de João de Campos Nunes e de Adelaide Fagundes Nunes, nascido em 25 de novembro de 1962, na cidade de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul, e residente na cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08018.002716/2014-78), e

MAURICIO APARECIDO CONTI, filho de Rafael Conti e de Santa Izabel Manderley Conti, nascido em 11 de outubro de 1964, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, e residente na mesma cidade (Processo nº 08018.002367/2014-94).

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.108, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 1º do Decreto nº 3.453, de 9 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 10 de maio do mesmo ano, tendo em vista o constante dos respectivos processos administrativos que tramitaram no âmbito do Ministério da Justiça, resolve:

DECLARAR que readquiriram os direitos políticos, em virtude de haverem satisfeito as normas de alistamento militar, na forma da Lei nº 8.239, de 4 de outubro de 1991, e por se acharem prontos para suportar os ônus impostos pela lei aos brasileiros, dos quais se haviam eximido por decreto, os seguintes cidadãos:

JONAS ESCORSE, filho de Sebastião Escorse e de Rita Kauffman Escorse, nascido em 31 de maio de 1960, na cidade de Carapicuíba, Estado de São Paulo, e residente na cidade de Brasilia, Distrito Federal (Processo nº 08000.005269/2014-06);

JORGE ALBERTO DOS SANTOS, filho de Isaias Manoel dos Santos e de Oscalina Martins dos Santos, nascido em 7 de março de 1960, na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, e residente na mesma cidade (Processo nº 08001.004983/2014-69);

JOSÉ ROBERTO JUSTINO CUNHA, filho de Sebastião Justino Cunha e de Marta Costalonga Cunha, nascido em 19 de dezembro de 1966, na cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais, e residente na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo (Processo nº 08018.003594/2014-37);

LUIZ CLAUDIO DE ANDRADE, filho de Reynaldo de Andrade e de Clelia Aliandro de Andrade, nascido em 26 de novembro de 1955, na cidade de Santos, Estado de São Paulo, e residente na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná (Processo nº 08018.015412/2013-90);

PEDRO DALMO DE ARAUJO, filho de Olintro Marcelino de Paula e de Alzira Martins de Paula, nascido em 29 de julho de 1965, na cidade de Aragoiania, Estado do Goiás, e residente na cidade de Goiania, Estado do Goiás (Processo nº 08018.004149/2014-94), e

VOLNEI ROSA E SILVA, filho de Vando Rosa e Silva e de Orábia Lima Silva, nascido em 13 de agosto de 1965, na cidade de Floranópolis, Estado de Santa Catarina, e residente na mesma cidade (Processo nº 08490.003324/2014-41).

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.109, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 1º do Decreto nº 3.453, de 9 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 10 de maio do mesmo ano, tendo em vista o constante dos respectivos processos administrativos que tramitaram no âmbito do Ministério da Justiça, resolve:

DECLARAR a perda da nacionalidade brasileira da pessoa abaixo relacionada, nos termos do art. 12, § 4º, inciso II, da Constituição, por ter adquirido outra nacionalidade na forma do art. 23, da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949:

JASON PAUL BOSMA, natural do Estado de Santa Catarina, nascido em 28 de maio de 1982, filho de Carl John Bosma e de Anneke Paulina Bosma, adquirindo a nacionalidade estadunidense (Processo nº 08000.000851/2014-78);

PAOLA FRANCO DE MIRANDA BARROS, natural do Estado de Goiás, nascida em 23 de março de 1982, filha de Wassy Lúcio Moreira Barros e de Sandra Franco de Miranda, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.027270/2013-01);

PAUL HOLAND MULHOLLAND, natural do Estado do Maranhão, nascido em 18 de fevereiro de 1955, filho de Dewey Martin Mulholland e de Edith Brock Mulholland, adquirindo a nacionalidade estadunidense (Processo nº 08000.004719/2014-35);

PEDRO HENRIQUE PERRELLA, que passou a assinar PETER HENRIK PERRELLA, natural do Estado de São Paulo, nascido em 27 de setembro de 1990, filho de Carmo Luiz Perrela e de Jacqueline Darli Negrão Perrella, adquirindo a nacionalidade estadunidense (Processo nº 08000.000853/2014-67);

SILVANIA LOPES SILVA, natural do Estado do Espírito Santo, nascida em 15 de dezembro de 1980, filha de Eduardo Lopes da Silva e de Olinda José de Souza, adquirindo a nacionalidade neerlandesa (Processo nº 08000.027259/2013-32), e

TIAGO GIOVANI CORRÊA MOORE, natural do Estado do Espírito Santo, nascido em 11 de março de 1992, filho de Julius Phillip Moore e de Sara Abreu Corrêa, adquirindo a nacionalidade estadunidense (Processo nº 08000.027273/2013-36).

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.110, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, usando da competência que lhe foi conferida pelo art. 1º, do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Cassar o Título de Utilidade Pública Federal da COMUNICAÇÃO E CULTURA, registrada no CNPJ sob o nº 63.375.299/0001-89, pelos fundamentos presentes no Processo Administrativo MJ nº 08071.001893/2014-92.

Art. 2º Nos termos do art. 59 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, assegura-se à entidade o direito de recorrer da decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.111, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL CARMO DA MATA-AACM, com sede na cidade de Carmo da Mata, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 08.234.059/0001-56 (Processo MJ nº 08071.018314/2013-60).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.112, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE UBERABA-CDL, com sede na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 18.256.255/0001-85 (Processo MJ nº 08071.001250/2013-68).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.113, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES PESQUEIRAS ARTESANAIS-FUNDIPESCA, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, registrada no CNPJ sob o nº 13.100.300/0001-94 (Processo MJ nº 08071.012925/2014-85).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.114, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DOS SURDOS DE BRASÍLIA-ADSB, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, registrada no CNPJ sob o nº 01.721.026/0001-91 (Processo MJ nº 08071.015978/2013-77).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 1.115, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a ASSOCIAÇÃO BENTOGONÇALVENSE DE CONVIVÊNCIA E APOIO À INFÂNCIA E JUVENTUDE-ASSOCIAÇÃO ABRAÇAÍ, com sede na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, registrada no CNPJ sob o nº 88.669.957/0001-76 (Processo MJ nº 08071.019439/2013-15).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.116, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TUNÁPOLIS-APAE DE TUNÁPOLIS com sede na cidade de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, registrada no CNPJ sob o nº 11.201.022/0001-36 (Processo MJ nº 08071.011375/2014-87).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.117, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a COMUNIDADE MISSIONÁRIA CORAÇÃO IMACULADO DE MARIA-COMUNIDADE CIM, com sede na cidade de Valparaíso, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 03.604.897/0001-50 (Processo MJ nº 08071.016329/2013-93).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.118, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a ASSOCIAÇÃO IRMÃOS DA SOLIDARIEDADE-AIDS, com sede na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, registrada no CNPJ sob o nº 39.228.648/0001-55 (Processo MJ nº 08071.020953/2013-95).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.119, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a FUNDAÇÃO BLUMENAUENSE DE ESTUDOS TÊXTEIS, com sede na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, registrada no CNPJ sob o nº 82.668.039/0001-46 (Processo MJ nº 08071.003878/2014-89).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.120, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a PRÓ-BEM ASSESSORIA E GESTÃO CRIANÇA, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 11.285.782/0001-79 (Processo MJ nº 08071.018423/2013-87).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.121, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS-S.O.S.-CASA ABRIGO MARGARET, com sede na cidade de Pereira Barreto, Estado de São Paulo, registrado no CNPJ sob o nº 51.096.600/0001-36 (Processo MJ nº 08071.011432/2013-47).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.122, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE APOIO À CRIANÇA-ASCAC, com sede na cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, registrada no CNPJ sob o nº 08.338.559/0001-38 (Processo MJ nº 08071.012297/2013-57).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.123, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL FRANCISCO CÂNDIDO XAVIER, com sede na cidade de Santa Inês, Estado do Maranhão, registrada no CNPJ sob o nº 11.033.525/0001-40 (Processo MJ nº 08071.010278/2013-96).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.124, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a ASSOCIAÇÃO AMOR PRA DOWN-AAPD, com sede na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, registrada no CNPJ sob o nº 04.132.172/0001-70 (Processo MJ nº 08071.019579/2013-85).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.125, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a CÁRITAS DIOCESANA DE APUCARANA-CDA, com sede na cidade de Apucarana, Estado do Paraná, registrada no CNPJ sob o nº 04.381.229/0001-74 (Processo MJ nº 08071.018324/2013-03).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.126, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal o JOVENS COM UMA MISSÃO-PITANGUI, com sede na cidade de Pitangui, Estado de Minas Gerais, registrado no CNPJ sob o nº 05.607.269/0001-54 (Processo MJ nº 08071.000608/2014-16).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.127, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal o HOSPITAL SÃO PATRÍCIO DE ITAQUI, com sede na cidade de Itaqui, Estado do Rio Grande do Sul, registrado. no CNPJ sob o nº 90.928.151/0001-05 (Processo MJ nº 08071.011423/2013-56).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.128, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a ASSOCIAÇÃO CARAÍVA VIVA-ACV, com sede na cidade de Porto Seguro, Estado da Bahia, registrada no CNPJ sob o nº 11.423.403/0001-60 (Processo MJ nº 08071.000626/2014-06).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.129, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a BARRA DO GARÇAS ASSOCIAÇÃO DE ATLETISMO-BARRA DO GARÇAS ATLETISMO, com sede na cidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, registrada no CNPJ sob o nº 08.046.405/0001-72 (Processo MJ nº 08071.004203/2014-57).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.130, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal o CENTRO DE APOIO E MONITORAMENTO PRÉ-PROFISSIONALIZANTE DE BARUERI, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, registrado no CNPJ sob o nº 51.245.348/0001-80 (Processo MJ nº 08071.020679/2013-54).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.131, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal o CONSELHO NOVA VIDA-CONVIDA, com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, registrado no CNPJ sob o nº 04.251.034/0001-00 (Processo MJ nº 08071.004197/2014-38).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.132, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal o CENTRO EXCURSIONISTA PETROPOLITANO-CEP, com sede na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, registrado no CNPJ sob o nº 30.238.950/0001-10 (Processo MJ nº 08071.012709/2013-59).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.133, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal o INSTITUTO IRMÃ GIULIANA GALLI, com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, registrado no CNPJ sob o nº 10.965.634/0001-32 (Processo MJ nº 08071.010116/2014-39).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.134, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE MÃOS UNIDAS, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, registrada no CNPJ sob o nº 07.208.941/0001-64 (Processo MJ nº 08071.014453/2013-14).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.135, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a CASA DE PROMOÇÃO E CAMINHO BEZERRA DE MENEZES, com sede na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 04.438.182/0001-38 (Processo MJ nº 08071.010110/2014-61).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.136, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a ASSOCIAÇÃO MÃO AMIGA RECANTO DA JANAINA-AMARJÁ, com sede na cidade de Franca, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 07.691.200/0001-87 (Processo MJ nº 08071.000696/2014-56).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.137, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a UNIÃO DOS MORADORES DO CRUZEIRO DE SANTA BÁRBARA, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, registrada no CNPJ sob o nº 06.955.132/0001-53 (Processo MJ nº 08001.014448/2013-35).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.138, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a CRECHE NOSSA SENHORA DO CARMO, com sede na cidade de Ituverava, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 50.306.208/0001-01 (Processo MJ nº 08071.023011/2013-69).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.139, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a SOCIEDADE ASSISTENCIAL DE CANDELÁRIA-RECANTO DA VIDA, com sede na cidade de Candelária, Estado do Rio Grande do Sul, registrada no CNPJ sob o nº 87.567.798/0001-36 (Processo MJ nº 08071.016078/2013-47).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.140, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal o LAR MADRE VINCENZA, com sede na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, registrado no CNPJ sob o nº 44.352.870/0001-03 (Processo MJ nº 08071.018385/2013-62).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.141, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a ASSOCIAÇÃO RUBIATABENSE DE RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS-VIDA NOVA, com sede na cidade de Rubiataba, Estado de Goiás, registrada no CNPJ sob o nº 09.346.568/0001-33 (Processo MJ nº 08071.003873/2014-56).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.142, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a ASSOCIAÇÃO OS AMIGOS DE CLARA AMIZADE BRASIL-BAHIA-AACBA, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, registrada no CNPJ sob o nº 04.087.181/0001-96 (Processo MJ nº 08071.003884/2014-36).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.143, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a ASSOCIAÇÃO SÃO VICENTE DE PAULO DE SILVIANÓPOLIS, com sede na cidade de Silvianópolis, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 19.036.524/0001-60 (Processo MJ nº 08071.023621/2013-62).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.144, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a ASSOCIAÇÃO DOM JOSÉ MAURO, com sede na cidade de Janaúba, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 08.776.245/0001-17 (Processo MJ nº 08071.014261/2013-16).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.145, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal o INSTITUTO CASA DE ADRIANA-ICAD, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, registrado no CNPJ sob o nº 08.331.876/0001-22 (Processo MJ nº 08071.012614/2013-35).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.146, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DOS PORTADORES DE PARKINSONISMO-APPP, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, registrada no CNPJ sob o nº 04.496.440/0001-32 (Processo MJ nº 08071.015331/2013-45).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.147, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal o CENTRO DE FORMAÇÃO EDUCATIVO COMUNITÁRIO-CEFEC, com sede na cidade de Santa Rita, Estado da Paraíba, registrado no CNPJ sob o nº 10.941.315/0001-97 (Processo MJ nº 08071.017962/2013-07).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.148, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do Título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE APOIO A REFORMA URBANA E AGRÁRIA-ANARUA, com sede na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 16.634.621/0001-67 (Processo MJ nº 08071.000400/2014-05).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.149, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do Título de Utilidade Pública Federal da CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 45.794.591/0001-54 (Processo MJ nº 08071.000609/2014-61).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.150, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de reconsideração do Título de Utilidade Pública Federal do CONSELHO CENTRAL DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO, com sede na cidade de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 17.750.969/0001-82 (Processo MJ nº 08071.016810/2013-89).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.151, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de reconsideração do Título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PRODUTORES RURAIS E MORADORES DO POVOADO SIEBRA, com sede na cidade de Malhador, Estado de Sergipe, registrada no CNPJ sob o nº 04.562.046/0001-55 (Processo MJ nº 08071.022127/2012-08).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.152, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de reconsideração do Título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE PARACATU-ADFP, com sede na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 20.583.548/0001-19 (Processo MJ nº 08071.003698/2012-35).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.153, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do Título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO PARTILHAR, com sede na cidade de Poxoréo, Estado de Mato Grosso, registrada no CNPJ sob o nº 07.780.379/0001-49 (Processo MJ nº 08071.004675/2014-18).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 1.154, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do Título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE SÃO JOÃO DO MANTENINHA-ACOSJM, com sede na cidade de São João do Manteninha, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 22.705.305/0001-31 (Processo MJ nº 08071.000650/2014-37).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.155, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do Título de Utilidade Pública Federal do LAR ESPIRÍTA FONTE DE LUZ, com sede na cidade de Sinop, Estado de Mato Grosso, registrado no CNPJ sob o nº 05.740.952/0001-65 (Processo MJ nº 08071.000780/2014-70).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.156, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do Título de Utilidade Pública Federal da CASA ARCO-ÍRIS, com sede na cidade de Andradas, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 19.054.527/0001-27 (Processo MJ nº 08071.004189/2014-91).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.157, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do Título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA, CULTURAL E DESPORTIVA GERAÇÃO 2000-A.D. GERAÇÕES, com sede na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, registrada no CNPJ sob o nº 03.917.352/0001-02 (Processo MJ nº 08071.000685/2014-76)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.158, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do Título de Utilidade Pública Federal da FUNDAÇÃO PADRE GABRIEL CORRER, com sede na cidade de Barretos, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 08.362.458/0001-00 (Processo MJ nº 08071.004609/2014-30).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.159, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do Título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO JUVENTUDE VIVA.ORG DE MINAS GERAIS-JVMG, com sede na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, registrado no CNPJ sob o nº 14.142.280/0001-87 (Processo MJ nº 08000.004482/2014-92).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.160, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do Título de Utilidade Pública Federal da FUNDAÇÃO CULTURAL, EDUCACIONAL E DE RADIODIFUSÃO IZAURA DA COSTA MATTOS-FCERICM, com sede na cidade de Saquarema, Estado do Rio de Janeiro, registrada no CNPJ sob o nº 03.654.408/0001-75 (Processo MJ nº 08071.000515/2014-91).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.161, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do Título de Utilidade Pública Federal da UNIÃO COMUNITÁRIA DO CÓRREGO DAS PALMEIRAS E ADJACÊNCIAS, com sede na cidade de Imbé de Minas, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 01.511.735/0001-42 (Processo MJ nº 08071.000882/2014-95).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.162, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do Título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO CÓRREGO DA MANGUEIRA, com sede na cidade de Inhapim, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 02.384.589/0001-02 (Processo MJ nº 08071.011358/2014-40).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.163, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do Título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA VIDA, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, registrada no CNPJ sob o nº 04.069.566/0001-20 (Processo MJ nº 08071.000763/2014-32).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.164, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do Título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO DA CRIANÇA, com sede na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 00.568.036/0001-76 (Processo MJ nº 08071.004628/2014-66).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.165, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do Título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DA IBITURUNA E DO MEIO AMBIENTE-ADIMA, com sede na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 21.296.405/0001-99 (Processo MJ nº 08071.000554/2014-99).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.166, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do Título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E AMBIENTAL CATAVENTO, com sede na cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, registrada no CNPJ sob o nº 05.831.982/0001-87 (Processo MJ nº 08071.003867/2014-07).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.167, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do Título de Utilidade Pública Federal do INSTITUTO SÓCIO-CULTURAL, AMBIENTAL E TECNOLÓGICO ARTHUR ANDRADE-INSTITUTO ARTHUR ANDRADE, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, registrado no CNPJ sob o nº 08.106.714/0001-90 (Processo MJ nº 08071.000472/2014-44).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.168, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de reconsideração do Título de Utilidade Pública Federal do CONSELHO CRISTÃO ANTI ÁLCOOL E DROGAS E APOIO A SUAS FAMILIAS-CCAAD, com sede na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, registrada no CNPJ sob o nº 12.530.107/0001-20 (Processo MJ nº 08071.016108/2013-15).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.169, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de reconsideração do Título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE DIVINÓPOLIS DE GOIÁS-AMDVG, com sede na cidade de Divinópolis, Estado de Goiás, registrada no CNPJ sob o nº 07.607.219/0001-00 (Processo MJ nº 08071.012169/2013-11).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.170, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de reconsideração do Título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO MÉDICA DE MINAS GERAIS-AMMG, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 17.217.969/0001-11 (Processo MJ nº 08071.006494/2013-37).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.171, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Indeferir o pedido do Título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE, INFÂNCIA E FAMÍLIA JOÃO E MARIA-APMIF JOÃO E MARIA, com sede na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, registrada no CNPJ sob o nº 80.240.948/0001-53 (Processo MJ nº 08071.000878/2014-27).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 24 de junho de 2014

Nº 709 - Processo Administrativo nº 08012.005799/2003-54. Representante: SDE ex officio. Representada: Petrobrás Distribuidora S/A. Advogados: Amadeu Carvalhaes Ribeiro, Bruno Dario Werneck, Frederico Carrilho Donas e outros. Intimo a Representada Petrobrás Distribuidora S/A para que tome conhecimento da Nota Técnica n.º 005/2014, juntada às fls. 885/911, exarada pelo Departamento de Estudos Econômicos do Cade e, caso seja do seu interesse, apresente manifestação sobre a mesma, no prazo de 30 (trinta) dias. Ao Setor Processual.

Nº 710 - Processo Administrativo nº 08012.001600/2006-61. Representante: Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda - SEAE/MF. Representados: 1) Sinto Brasil Prods. Ltda.; 2) IKK do Brasil Indústria e Comércio Ltda.; 3) Tupy Fundições Ltda.; 4) Granasa Minas Ind. E Com. Ltda.; 5) Vitor Luís Falcão Azevedo; 6) Francisco Buffolo; 7) Amauri Baggenstoss; e 8) Claudmir Amádio. Advogados: Fabio Francisco Beraldi; André Alencar Porto; Karina Schulte; Érica Sumie Yamashita; Carolina Maria Matos Vieira; Tito Amaral de Andrade; Heloisa Helena Monteiro de Lima; Maria Eugênia Novis; Victor Borges Cherulli; Luiz Gonzaga Peçanha Moraes; Camila B. Bueno de Moraes; Ana Cistina Pedroso Teodosio; Natalia Luciana Imparato, Michelle Reicher; Juliana Lourenço Mancini; Cristiana Taylor Martins; Fernanda Tribst Penteado; Aline Figueiredo Thomé; Fábio Alessandro Malatesta dos Santos; Mauro Grinberg; Patricia Avigni; Carolina Saito da Costa; Carlos Amadeu B. P. de Barros; Camilla Chagas Paoletti; Beatriz Malerba Cravo; Alberto de Madeiros Filho; Leonardo Maniglia Duarte; Lis de Oliveira Risso; Jessica de Pinho Affonso; Ana Carolina Chaves de Almeida; Leopoldo Ubiratan Carreiro Pagotto e outros. Acolho a Nota Técnica nº 175/2014, aprovada pelo Superintendente Adjunto, Dr. Diogo Thomson de Andrade, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica nº 175/2014, informo que os Representados responsáveis pelo depósito dos honorários referentes à produção de prova pericial são FRANCISCO EDUARDO BUFFOLO e IKK DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., nos termos do artigo 33 do CPC, e determino que o pagamento seja feito por meio de um único depósito, ou seja, o montante deve ser depositado por meio de uma única guia de recolhimento da União. Intimo os Representados mencionados para que comprovem o depósito em 5 (cinco) dias. Ao Setor Processual.

Nº 711 - Referência: Ato de Concentração nº 08700.004716/2014-04. Requerentes: Minerva S.A. e BRF S.A. Advogados: Camila Castanho Girardi, José Carlos da Matta Berardo e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

EDUARDO FRADE RODRIGUES
Interino

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL
DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 2.145, DE 4 DE JUNHO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/2264 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/1119-57 para atuar no Amazonas, com Certificado de Segurança nº 1273/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.237, DE 11 DE JUNHO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/3817 - DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO DO SHOPPING CENTER 3 AMERICAS, CNPJ nº 01.274.103/0001-02 para atuar no Mato Grosso.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.263, DE 12 DE JUNHO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/7367 - DPF/SNM/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa FIEL CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 09.130.520/0002-74, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
809 (oitocentas e nove) Munições calibre 12
18000 (dezoito mil) Espoletas calibre 38
4000 (quatro mil) Gramas de pólvora
15550 (quinze mil e quinhentos e cinquenta) Projéteis calibre 38
2018 (duas mil e dezoito) Espoletas calibre .380
2018 (dois mil e dezoito) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.304, DE 16 DE JUNHO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/4679 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LOCAL FRIO ARMAZENS GERAIS FRIGORIFICOS MOOCA, CNPJ nº 58.317.751/0001-16 para atuar em São Paulo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.323, DE 17 DE JUNHO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/6383 - DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa MEGA FORTES SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 16.458.830/0001-05, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal no Rio Grande do Norte.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.363, DE 23 DE JUNHO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/7301 - DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MARSEG VIGILANCIA LTDA - EPP, CNPJ nº 13.624.969/0001-85, sediada no Rio Grande do Norte, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
7 (sete) Revólveres calibre 38
105 (cento e cinco) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.366, DE 24 DE JUNHO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/4601 - DELESP/DREX/SR/DPF/RO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa IMPACTUAL VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 10.585.532/0001-91, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Rondônia, com Certificado de Segurança nº 1301/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.367, DE 24 DE JUNHO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/4744 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERVI-SAN VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 12.066.015/0006-46, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 1140/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.368, DE 24 DE JUNHO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/4908 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa NEW LINE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 08.931.820/0001-09, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
30 (trinta) Revólveres calibre 38
594 (quinhentas e noventa e quatro) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.374, DE 24 DE JUNHO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/7281 - DPF/NIG/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TECNOVIG SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA - ME, CNPJ nº 18.739.098/0001-69, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Da empresa cedente WEST BRASIL VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.599.077/0001-79:
10 (dez) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente WEST BRASIL VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.599.077/0001-79:
180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.375, DE 24 DE JUNHO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/7516 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SEG VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.875.027/0001-41, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
6 (seis) Revólveres calibre 38
108 (cento e oito) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.378, DE 24 DE JUNHO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/2614 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 11.179.264/0002-51, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar na Bahia com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 602/2014 (CNPJ nº 11.179.264/0002-51) e nº 1209/2014 (CNPJ nº 11.179.264/0006-85).

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ALVARÁ Nº 33.012, DE 20 DE JUNHO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08105.001746/2014-88 - CGCSP/DIREX, referente ao processo nº 2014/5123-GESP, resolve:

Conceder autorização à empresa C12 SEGURANCA E PROTECAO LTDA-ME, CNPJ/MF nº 18.783.532/0001-08, sediada no Acre, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) revólveres calibre.38

150 (cento e cinquenta) munições calibre .38.

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS

DESPACHO DO DIRETOR

Em estrita observância ao contido na Decisão exarada pelo MM. Juízo da 1ª Vara Federal de Foz de Iguaçu/PR, nos autos da Ação Ordinária nº 5012509-83.2011.404.7002, Anulo os atos publicados no Diário Oficial da União de 06/06/2011, Seção I, pág. 21 e 24/08/2011, Seção I, pág 35, a fim de proceder o reexame dos requisitos para a concessão da residência provisória. Processo Nº 08389.025811/2009-64 - YASSINE MOHAMAD.

JOÃO GUILHERME LIMA GRANJA XAVIER DA SILVA

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHO DA CHEFE

A Chefe da Divisão de Nacionalidade e Naturalização, do Departamento de Estrangeiros, da Secretaria Nacional de Justiça, no uso das suas atribuições legais, com fulcro no Art. 1º, da Portaria nº 02, de 21 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2012, resolve:

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional Boliviana LIDIA QUISPE QUISPE, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterada a data de nascimento constante do seu registro, passando de 07/07/1981 para 05/07/1981.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional Português JOSÉ DE SOUSA MARTINS, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterada a data de nascimento constante do seu registro, passando de 30/08/1946 para 30/08/1945.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional Americana GINA MARIELLE SHERAK FISCHER, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o seu nome e dos genitores constante do seu registro, passando de GINA MARIELLE SHERAK FISCHER para GINA MARIELLE SHERAK FISCHER SILVA e os genitores: KENNETH FISCHER e LUCY SHERAK para KENNETH ROBERT FISCHER e LUCY GAIL SHERAK .

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional Argentina JAQUELINE MARIEL BARRIGA MEDINA, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome da genitora constante do seu registro, passando de MARYLIN NADINE MEDINA FERREYRA para MARYLIN NADINE MEDINA FERREIRA.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional Paraguaio RUBEN DARIO ALMIRON ROLON, nos termos ao artigo 43, I, da Lei nº 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome da genitora constante do seu registro, passando de URSULINA ROLON DE ALMIRON para URSULINA ROLON MORAN DE ALMIRON.

SIMONE ELIZA CASAGRANDE

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DA CHEFE

DEFIRO os pedidos de transformação da Residência Provisória em permanente, abaixo relacionados, nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, ressaltando que o ato poderá ser revisto a qualquer tempo, caso verificada realidade diversa da declarada pelo requerente:

Processo Nº 08096.002512/2013-23 - LIZ MARIANE FLORENTIN DOMINGUEZ

Processo Nº 08102.005228/2013-82 - DANIELA VALERIA QUEREJETA

Processo Nº 08390.002057/2013-31 - ROBERTO ORLANDO JARA MONTIEL

Processo Nº 08460.007250/2013-98 - MARTIN SEBASTIAN MATEOS RUIZ DIAZ

Processo Nº 08460.007344/2013-67 - ANGELA CARINA RIBEIRO SILVEIRA

Processo Nº 08532.001479/2013-28 - ARIEL ORLANDO DESTEFANO

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08390.002041/2013-29 - SERGIO MIGUEL WDOVIAK

Processo Nº 08436.001764/2013-37 - PAOLA VANESA HUBSCHER.

DEFIRO o pedido de permanência nos termos da Resolução Normativa nº 108/14 do Conselho Nacional de Imigração. Processo Nº 08506.000194/2012-14 - ANA ROBERTINA VERANO CASAS.

DEFIRO o pedido de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736, de 12 de janeiro de 2009. Processo Nº 08096.001830/2013-77 - MARCELO FABIAN RIVERO.

INDEFIRO os pedidos de permanência, abaixo relacionados, tendo em vista o não cumprimento da (s) exigência(s) formulada(s) por esta Divisão:

Processo Nº 08280.036411/2009-92 - AHMAD BZIEH

Processo Nº 08280.037010/2009-50 - ALI ONAISSI

Processo Nº 08375.014854/2011-98 - ATILIO FRANCISCO MASSONI

Processo Nº 08433.016019/2009-36 - ABDOU CISSE

Processo Nº 08433.011934/2009-35 - ABDOULAYE NDIAYE

Processo Nº 08433.016035/2009-29 - ALASSANE SALL

Processo Nº 08433.016880/2009-02 - ADAMA DRAME

Processo Nº 08452.003852/2009-99 - ABDOU KHADRE BOUSSO

Processo Nº 08452.005736/2009-12 - ASSANE FAYE

Processo Nº 08505.040785/2009-21 - AHMAD ZAIOUN

Processo Nº 08505.040810/2009-76 - ALAA HALAWI

Processo Nº 08505.086331/2011-11 - ANTONIO SANTOS MOLLO

Processo Nº 08505.089852/2011-20 - ADELA CATIA CALLE.

FERNANDA R. SALDANHA DE AZEVEDO

Ministério da Pesca e Aquicultura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA N° 211, DE 24 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87 da Constituição Federal, o Decreto de 14 de março de 2014 e o art. 5º da Portaria n.º 264, publicada no Diário Oficial da União de 30 de julho de 2013, resolve:

Art. 1º Fixar e divulgar, na forma do Anexo desta Portaria, as metas globais de desempenho institucional a serem alcançadas no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura, para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, referente ao quarto ciclo de avaliação, e da Gratificação de Desempenho de Atividades de Cargos Específicos - GDACE, relativa ao segundo ciclo de avaliação.

Art. 2º O resultado da avaliação institucional, após apurado, deverá ser publicado por ato do Secretário-Executivo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO LOPES

ANEXO

Meta Global	Unidade de Medida	Meta	Secretaria
Celebração de instrumentos de repasse (convênios/termos de cooperação) para implantação e/ou aparelhamento de infraestrutura da cadeia produtiva pesqueira e aquícola ou de fomento à pesca e aquicultura	Instrumento celebrado	10 (dez)	SEIF
Análise de processos de permissionamento e licenças do Registro Geral da Atividade Pesqueira	N.º de processos analisados	15.000 (quinze mil)	SEMOC
Celebração de instrumentos de repasse (convênios/termos de cooperação) para apoio ao desenvolvimento da aquicultura familiar	Instrumento celebrado	5 (cinco)	SEPOA
Estabelecer e aprimorar as normas de ordenamento dos recursos pesqueiros	Norma publicada	5 (cinco)	SEPOP

SECRETARIA DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA

PORTARIA Nº 46, DE 24 DE JUNHO DE 2014

O SECRETÁRIO DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 257, de 10 de abril de 2014, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa MPA nº 6, de 16 de abril de 2014, e do que consta no Processo MPA nº 00350.004724/2011-13 e dos processos de embarcação de nº 21050.003336/99-12 e nº 21050.001576/2001-68, resolve:

Art. 1º Cancelar a Autorização Complementar de Pesca para a Captura de Tainha (Mugil platanus e M. Liza) da embarcação denominada "SIDCRIS I", de propriedade de Erivaldo da Silva, inscrita na Autoridade Marítima sob o nº 441-014058-2.

Art. 2º Conceder, em substituição à embarcação pesqueira denominada "SIDCRIS I", devido sua desistência, Autorização Complementar de Pesca para a captura de Tainha (Mugil platanus e M. Liza) à embarcação pesqueira denominada "JOSÉ AUGUSTO IV", autorizada a atuar na frota cerqueira para a captura de Sardinha-Verdadeira (Sadinella brasiliensis), de propriedade de Jose Augusto de Castro, inscrita na Autoridade Marítima nº 381-007294-0.

Art. 3º A emissão da Autorização Complementar de Pesca será realizada pelo Departamento de Registro da Pesca e Aquicultura/MPA.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FÁBIO DE CASTRO PATRÍCIO

Ministério da Previdência Social

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIAS DE 25 DE JUNHO DE 2014

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS 44000.003595/1981-81, sob o comando nº 378788144 e juntada nº 382268537, resolve:

Nº 313 - Art. 1º Aprovar o 1º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão celebrado entre as patrocinadoras S.A. "O Estado de São Paulo", Rádio Eldorado Ltda., Agência Estado Ltda., O.E.S.P Mídia S.A. (incorporadora das patrocinadoras O.E.S.P Gráfica S.A. e Estúdio Eldorado Ltda.) e Multipensions Bradesco - Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada, na qualidade de administradora do Plano de Benefícios OESPREV - CNPB nº 1995.0019-29.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 25, combinado com o inciso III do art. 33 e o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo PREVIC nº 44011.000554/2012-03, comando nº 358857538 e juntada nº 380000876, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 314 - Art. 1º Homologar o pedido de retirada parcial de patrocínio das empresas HSBC Finance (Brasil) S.A - Banco Múltiplo, HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., HSBC Leasing Arrendamento Mercantil (Brasil) S.A., Credival Participações, Administração e Assessoria Ltda., HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, HSBC Empresa de Capitalização Brasil Ltda., HSBC Serviços e Participações Ltda. e HSBC (Brasil) Administradora de Consórcios Ltda. do Plano de Benefícios HSBCPREV, CNPB nº 2001.0016-65, administrado pelo HSBC Fundo de Pensão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 301869/79, sob o comando nº 370626558 e juntada nº 382264043, resolve:

Nº 315 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a Empresa Itausa Empreendimentos S.A., na condição de patrocinadora do Plano de Previdência Unibanco - CNPB nº 1997.0040-38, e a Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 301869/79, sob o comando nº 370693628 e juntada nº 382266278, resolve:

Nº 316 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a Itausa Empreendimentos S.A., na condição de patrocinadora do Plano Itaubanco CD - CNPB nº 2009.0028-65, e a Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44011.000530/2012-46, sob o comando nº 378682139 e juntada nº 382751950, resolve:

Nº 317 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o Regulamento do Plano Executivo Federal - CNPB nº 2013.0003-83, administrado pela Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - FUNPRESP-EXE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 240.000001/0119-92, sob o comando nº 375080929 e juntada nº 382360898, resolve:

Nº 318 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o Regulamento do Plano de Contribuição Definida Diversey - CNPB nº 2007.0006-11, administrado pelo MULTIPREV - Fundo Múltiplo de Pensão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo Previc nº 00440.000017/2819-94, sob o comando nº 380307566 e juntada nº 382192170, resolve:

Nº 319 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o estatuto da ACESITA Previdência Privada - ACEPREV, nos termos do supracitado processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.334, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Habilita os Estados e Municípios a receberem recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

Considerando o artigo 52 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009; e

Considerando a Portaria nº 3.134/GM/MS, de 17 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros de investimento do Ministério da Saúde a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a expansão e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e cria a Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes financiáveis para o SUS (RENEM) e o Programa de Cooperação Técnica (PROCOT) no âmbito do Ministério da Saúde, resolve;

Art. 1º Ficam habilitados os Estados e Municípios descritos no anexo a esta Portaria, a receberem os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência dos recursos financeiros em parcela única, na modalidade fundo a fundo, para os Fundos de Saúde Estaduais e Municipais, após serem atendidas as condições previstas no art. 13 da Portaria nº 3.134/GM, de 17 de dezembro de 2013.

Art. 3º Os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, farão parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando os seguintes Programas de Trabalho:

I - 10.302.2015.8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde; e

II - 10.302.2015.8933 - Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

ESTADOS E MUNICÍPIOS HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

UF	MUNICIPIO	ENTIDADE	NUMERO DA PROPOSTA	EMENDA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	MANAUS	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO AMAZONAS	06023.708000/1140-05	21650008	3.343.000,00	10.302.2015.8535.0013
AP	MACAPA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO AMAPÁ	06023.582000/1140-09	29190011	1.796.960,00	10.302.2015.8535.0016
BA	BELO CAMPO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO CAMPO	14237.333000/1140-01	27410016	100.000,00	10.302.2015.8535.0029
BA	CAETITÉ	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAETITÉ	11418.640000/1140-02	32620007	500.000,00	10.302.2015.8535.0029
BA	ITAPEBI	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPEBI	10887.185000/1140-02	27440010	377.730,00	10.302.2015.8535.0029
BA	LAJEDO DO TABOCAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAJEDO DO TABOCAL	12202.782000/1140-01	27370004	149.925,00	10.302.2015.8535.0029
BA	MURITIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MURITIBA	13828.504000/1140-01	27370004	99.280,00	10.302.2015.8535.0029
BA	RETIROLÂNDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RETIROLÂNDIA	11377.650000/1140-05	27400006	472.750,00	10.302.2015.8535.0029
BA	RIACHÃO DAS NEVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIACHÃO DAS NEVES	11246.331000/1140-01	27480005	299.994,70	10.302.2015.8535.0029
BA	SALVADOR	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DA BAHIA	05816.630000/1140-55	26010011	135.000,00	10.302.2015.8535.0029
BA	TEOFILÂNDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TEOFILÂNDIA	12404.015000/1140-01	28710003	200.000,00	10.302.2015.8535.0029
CE	CARIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARIDADE	11267.917000/1140-01	27020003	500.000,00	10.302.2015.8535.0023
CE	CASCAVEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CASCAVEL	11412.197000/1140-05	27030008	100.000,00	10.302.2015.8535.0023
CE	CHOROZINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHOROZINHO	11420.962000/1140-02	24420002	400.000,00	10.302.2015.8535.0023
CE	VIÇOSA DO CEARÁ	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIÇOSA DO CEARÁ	11787.351000/1140-01	31220011	1.200.000,00	10.302.2015.8535.0023
CE	VIÇOSA DO CEARÁ	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIÇOSA DO CEARÁ	11787.351000/1140-02	27030008	100.000,00	10.302.2015.8535.0023
GO	ARUANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARUANA	12213.549000/1140-03	14780005	250.000,00	10.302.2015.8535.0052
GO	IPORÁ	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPORÁ	07861.703000/1140-02	28340018	999.220,00	10.302.2015.8535.0052
MA	BURITICUPU	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BURITICUPU	12036.458000/1140-01	26960005	399.980,00	10.302.2015.8535.0021
MS	MUNDO NOVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MUNDO NOVO	11306.864000/1140-02	20420008	500.000,00	10.302.2015.8535.0054

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MT	SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FELIX DO ARARGUAIA	97530.840000/1140-01	25470003	1.499.997,00	10.302.2015.8535.0051
PR	CRUZEIRO DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRUZEIRO DO OESTE	76381.854000/1140-01	36500016	150.000,00	10.302.2015.8535.0041
PR	PÉROLA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PÉROLA	09350.598000/1140-01	29400019	150.000,00	10.302.2015.8535.0041
PR	PRADO FERREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRADO FERREIRA	09102.090000/1140-01	34200014	100.000,00	10.302.2015.8535.4292
PR	TRÊS BARRAS DO PARANÁ	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ	09185.764000/1140-02	32200010	375.000,00	10.302.2015.8535.0041
RJ	SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA	11389.542000/1140-01	27910013	180.000,00	10.302.2015.8535.3344
RJ	SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA	11389.542000/1140-03	17750017	140.000,00	10.302.2015.8535.3344
RJ	TANGUÁ	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TANGUÁ	12246.631000/1140-09	24950006	470.000,00	10.302.2015.8535.0033
SP	IBITINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBITINGA	11976.658000/1140-01	23660008	250.000,00	10.302.2015.8933.0035
SP	IBITINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBITINGA	11976.658000/1140-01	23660008	250.000,00	10.302.2015.8933.0035
TOTAL				30	15.488.836,70	

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 16 DE MAIO DE 2014

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 397ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 26 de março de 2014, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração
33902.436672/2011-14	SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DOS EMPREGADOS DA IPIRANGA	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso referente às identificações, cujas decisões foram mantidas pelo Diretor da DIDES, mencionadas na Nota Técnica nº 87/2014/GERES/GGSUS/DIDES/ANS, observando a retificação do valor a ser ressarcido das AIHS citadas no Despacho nº 390/2014/DIPRO/ANS, reduzindo conforme o exposto na fundamentação, determinadas no juízo de retratação, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.436926/2011-96	UNIMED PAULISTANA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso referente às AIHS mencionadas na Nota Técnica nº 3853/2013/GGSUS/DIDES/ANS, observando a retificação do valor das AIHS cujos valores foram alterados, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.562079/2011-14	UNIMED DE PIRACICABA SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso referente às AIHS mencionadas na Nota Técnica nº 318/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO EM MINAS GERAIS

DECISÃO DE 18 DE JUNHO DE 2014

O Chefe do NUCLEO DA ANS MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 132, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/011/2012, seção 1, fl. 41, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25779.030913/2012-22	GEAP Fundação de Seguridade Social	323080	03.658.432/0001-82	Reduzir a capacidade da rede credenciada sem prévia autorização da ANS referente ao Hospital Fundação Geraldo Correa (Hospital São João de Deus) - CNES 2159252 - CNPJ 20146064/0001-02, a partir de agosto de 2012, conforme os autos do processo 25779030913/2012-22. (art. 17, §4°, da Lei 9656/98).	976.741,56 (novecentos e setenta e seis mil setecentos e quarenta e um reais e cinquenta e seis centavos)

RODOLFO LIMA SANTA ROSA

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PORTARIA Nº 1.072, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no D.O.U. de 12 de maio de 2014, e a Portaria MS/GM nº 912, de 12 de maio de 2014, tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e no inciso XIII do art. 13 do Decreto nº. 3.029, de 16 de abril de 1999, aliados aos incisos IX § 1º do art. 164 e inciso III, § 3º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 650, de 29 de maio de 2014, e suas alterações, e, ainda, as disposições contidas nos arts. 28 e 29 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº. 11, de 22 de março de 2011, resolve:

Art. 1º Fica delegada para o Gerente da Gerência-Geral de Fiscalização de Produtos Sujeitos à VISA (GGFIS) a competência para autorizar, em caráter excepcional, a dispensação do medicamento Talidomida, na forma prevista pelo artigo 28 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC da Anvisa nº. 11, de 22 de março de 2011.

§1º A delegação prevista no caput terá duração de 12 (doze) meses a contar da data de publicação desta Portaria, podendo ser revogada a qualquer momento.

§2º Dos atos praticados pelo Gerente no exercício da delegação de que trata o caput, caberá recurso, nos termos da Resolução-RDC/Anvisa nº. 25, de 4 de abril de 2008, que será submetido a análise e decisão pela Diretoria Colegiada, como última instância administrativa.

Art. 2º A autoridade delegatária deverá apresentar, semestralmente, à Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitário, relação de todas as solicitações concedidas com base no artigo 28 da Resolução-RDC/Anvisa nº. 11, de 2011, acompanhada das considerações que julgar pertinentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se a Portaria nº 1.727, publicada no DOU n° 246, de 21 de dezembro de 2012, Seção 1, pág. 780.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE CORRELATOS E ALIMENTOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.293, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O Superintendente de Correlatos e Alimentos, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1021, 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art.59 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014.

Considerando o art. 12,15 e o art. 33 e seguintes da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Indeferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TAVARES NETO

ANEXO

NOME DA EMPRESA: HD NOVAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA.
AUTORIZAÇÃO: 3.03647-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: DETERGENTE ÁCIDO NOVAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.845318/2008-17
NUMERO DE REGISTRO: 3.3647.0001.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2014
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3202011 DETERGENTES DESINCRUSTANTES ACIDOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 364469/08-3
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: DETERGENTE ÁCIDO NOVAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.845318/2008-17
NUMERO DE REGISTRO: 3.3647.0001.002-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2014
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3202011 DETERGENTES DESINCRUSTANTES ACIDOS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 364469/08-3
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DA EMPRESA: RODAGRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.03158-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: PERMETRINA AERO SYSTEM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.372414/2008-44
NUMERO DE REGISTRO: 3.3158.0001.001-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2019
APRESENTAÇÃO: TAMBOR METALICO + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 Modificação de Fórmula de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 475881/08-1
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DA EMPRESA: TEKSAN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME
AUTORIZAÇÃO: 3.03417-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: REMOTEK DETERGENTE REMOVEDOR
VERSÃO: REMOTEK DETERGENTE REMOVEDOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.749905/2008-17
NUMERO DE REGISTRO: 3.3417.0002.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2014
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3202038 REMOVEDOR
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 962092/08-3
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: AGUATEK
NUMERO DE PROCESSO: 25351.749971/2008-33
NUMERO DE REGISTRO: 3.3417.0001.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2014
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 962174/08-1
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.294, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O Superintendente de Correlatos e Alimentos, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1021, 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art.59 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014.

Considerando o art. 12 e o art. 33 e seguintes da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Deferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TAVARES NETO

ANEXO

NOME DA EMPRESA: ALVAMINE QUÍMICA COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA.
AUTORIZAÇÃO: 3.02797-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: LB ALVAMINE DETERGENTE ÁCIDO DESENCRUSTANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.476635/2009-37
NUMERO DE REGISTRO: 3.2797.0004.001-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 11/2019
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3201015 DETERGENTES DE USO PROFISSIONAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 617576/09-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: LB ALVAMINE DETERGENTE ÁCIDO DESENCRUSTANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.476635/2009-37
NUMERO DE REGISTRO: 3.2797.0004.002-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 11/2019
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3201015 DETERGENTES DE USO PROFISSIONAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 617576/09-7
NOME DA EMPRESA: BRASPOL - PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.01770-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA BRILHA SUL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.224575/2010-67
NUMERO DE REGISTRO: 3.1770.0018.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 06/2015
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 295213/10-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA BRILHA SUL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.224575/2010-67
NUMERO DE REGISTRO: 3.1770.0018.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 06/2015
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 295213/10-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA BRILHA SUL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.224575/2010-67
NUMERO DE REGISTRO: 3.1770.0018.003-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 06/2015
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 295213/10-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA BRILHA SUL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.224575/2010-67
NUMERO DE REGISTRO: 3.1770.0018.004-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 06/2015
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 295213/10-1
NOME DA EMPRESA: BRILHO 21 COMÉRCIO DE PRODUTOS LIMPEZA EM GERAL LTDA - ME
AUTORIZAÇÃO: 3.03841-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: BRILHO 21 - SIDER
NUMERO DE PROCESSO: 25351.083414/2009-12
NUMERO DE REGISTRO: 3.3841.0004.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 06/2019
APRESENTAÇÃO: TAMBOR METALICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 104424/09-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: BRILHO 21 - SIDER
NUMERO DE PROCESSO: 25351.083414/2009-12
NUMERO DE REGISTRO: 3.3841.0004.002-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 06/2019
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 104424/09-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: BRILHO 21 - SIDER
NUMERO DE PROCESSO: 25351.083414/2009-12
NUMERO DE REGISTRO: 3.3841.0004.003-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 06/2019
APRESENTAÇÃO: GALAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 104424/09-9
NOME DA EMPRESA: CERAS JOHNSON LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.00063-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: RAID PROTEÇÃO 24 HORAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.248351/2013-71
NUMERO DE REGISTRO: 3.0063.0558.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2018
APRESENTAÇÃO: FILME DE POLIETILENO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3208011 REPELENTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0349351/13-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: BAYGON PROTEÇÃO 24 HORAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.250839/2013-95
NUMERO DE REGISTRO: 3.0063.0557.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 07/2018
APRESENTAÇÃO: FILME DE POLIETILENO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3208011 REPELENTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0352725/13-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: RAID AUTOMATIC SISTEMA DE CONTROLE MULTI-INSETOS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.340925/2009-92
NUMERO DE REGISTRO: 3.0063.0507.001-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2019
APRESENTAÇÃO: LATA AEROSSOL + APARELHO + REFIL
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3206017 INSETICIDA DE VENDA LIVRE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 438496/09-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: RAID AUTOMATIC SISTEMA DE CONTROLE MULTI-INSETOS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.340925/2009-92
NUMERO DE REGISTRO: 3.0063.0507.002-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2019
APRESENTAÇÃO: LATA AEROSSOL
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3206017 INSETICIDA DE VENDA LIVRE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 438496/09-2
NOME DA EMPRESA: CITROMAX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.02923-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: INSETICIDA CITROMAX PLENO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.011685/2014-99
NUMERO DE REGISTRO: 3.2923.0038.001-2
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3874 Registro de Produto de Risco 2 - Inseticida para Empresas Especializadas
NOME DO PRODUTO E MARCA: INSETICIDA CITROMAX PLENO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.011685/2014-99
NUMERO DE REGISTRO: 3.2923.0038.002-0
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO COM VALVULA DOSADORA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3874 Registro de Produto de Risco 2 - Inseticida para Empresas Especializadas
NOME DO PRODUTO E MARCA: LESMECIDA IMBATIVEL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.011951/2014-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.2923.0039.001-8
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: POTE DE PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3874 Registro de Produto de Risco 2 - Inseticida para Empresas Especializadas
NOME DO PRODUTO E MARCA: LESMECIDA IMBATIVEL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.011951/2014-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.2923.0039.002-6
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: CAIXA DE CARTOLINA + CAIXA DE PAPELAO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA PARA TERCEIROS

VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3874 Registro de Produto de Risco 2 - Inseticida para Empresas Especializadas
NOME DO PRODUTO E MARCA: LESMECIDA IMBATIVEL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.011951/2014-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.2923.0039.003-4
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: SACO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3874 Registro de Produto de Risco 2 - Inseticida para Empresas Especializadas
NOME DO PRODUTO E MARCA: RATICIDA IMBATÍVEL PÓ DE CONTATO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.012234/2014-30
NUMERO DE REGISTRO: 3.2923.0040.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3207021 RATICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3893 Registro de Produto de Risco 2 - Raticida para Empresas Especializadas
NOME DO PRODUTO E MARCA: RATICIDA IMBATÍVEL PÓ DE CONTATO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.012234/2014-30
NUMERO DE REGISTRO: 3.2923.0040.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: SACO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3207021 RATICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3893 Registro de Produto de Risco 2 - Raticida para Empresas Especializadas
NOME DA EMPRESA: CLEANER INDÚSTRIA QUIMICA LTDA.
AUTORIZAÇÃO: 3.01838-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: DETERGENTE CLORADO CLEANER
NUMERO DE PROCESSO: 25351.061838/2014-56
NUMERO DE REGISTRO: 3.1838.0020.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: GALAO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3101010 DETERGENTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: DETERGENTE CLORADO CLEANER
NUMERO DE PROCESSO: 25351.061838/2014-56
NUMERO DE REGISTRO: 3.1838.0020.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3101010 DETERGENTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: DETERGENTE CLORADO CLEANER
NUMERO DE PROCESSO: 25351.061838/2014-56
NUMERO DE REGISTRO: 3.1838.0020.003-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3101010 DETERGENTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DA EMPRESA: COMMAR COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02177-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: QUICK STRIPP
NUMERO DE PROCESSO: 25351.014770/2014-48
NUMERO DE REGISTRO: 3.2177.0012.001-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3202038 REMOVEDOR
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: DECALC
VERSÃO: ÚNICA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.746403/2013-54
NUMERO DE REGISTRO: 3.2177.0011.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3203018 DETERGENTE PROFISSIONAL DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DA EMPRESA: DEXTER LATINA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02340-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: STRAIK LARVICIDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.264240/2014-65
NUMERO DE REGISTRO: 3.2340.0031.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3206017 INSETICIDA DE VENDA LIVRE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3881 Registro de Produto de Risco 2 - Inseticida de Venda Livre
NOME DA EMPRESA: DIVERSEY BRASIL INDUSTRIA QUIMICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02661-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: DIVOSAN SHP
NUMERO DE PROCESSO: 25351.012185/2013-85
NUMERO DE REGISTRO: 3.2661.0249.001-7
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 07/2018
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0017233/13-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DIVOSAN SHP
NUMERO DE PROCESSO: 25351.012185/2013-85
NUMERO DE REGISTRO: 3.2661.0249.002-5
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 07/2018
APRESENTAÇÃO: ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0017233/13-2
NOME DA EMPRESA: EKOTEK ESPECIALIDADES QUÍMICAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.05324-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: DEGRATEK
NUMERO DE PROCESSO: 25351.430437/2013-84
NUMERO DE REGISTRO: 3.5324.0003.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103071 DETERGENTE PARA LAVAR ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: DEGRATEK
NUMERO DE PROCESSO: 25351.430437/2013-84
NUMERO DE REGISTRO: 3.5324.0003.002-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103071 DETERGENTE PARA LAVAR ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DA EMPRESA: josé antonio pereira de oliveira
AUTORIZAÇÃO: 3.05481-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA GLOBO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.266707/2014-29
NUMERO DE REGISTRO: 3.5481.0001.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3871 Registro de Produto de Risco 2 - Água Sanitária
NOME DA EMPRESA: KI LIMPO DO BRASIL LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.05271-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA KLEAN KLOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.013240/2014-42
NUMERO DE REGISTRO: 3.5271.0007.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3871 Registro de Produto de Risco 2 - Água Sanitária
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA KLEAN KLOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.013240/2014-42
NUMERO DE REGISTRO: 3.5271.0007.002-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3871 Registro de Produto de Risco 2 - Água Sanitária
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA KLEAN KLOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.013240/2014-42
NUMERO DE REGISTRO: 3.5271.0007.003-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3871 Registro de Produto de Risco 2 - Água Sanitária
NOME DA EMPRESA: LSV INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.03209-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: LSV ALVCLOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.116205/2014-95
NUMERO DE REGISTRO: 3.3209.0009.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 4300215 ALVEJANTE CLORADO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3889 Registro de Produto de Risco 2 - Alvejante
NOME DA EMPRESA: MAKROQUÍMICA PRODUTOS QUIMICOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.01392-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: TOP WASH - REMOGRAX AC
NUMERO DE PROCESSO: 25351.165045/2014-02
NUMERO DE REGISTRO: 3.1392.0047.001-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3211042 DETERGENTE DESENGORDURANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: TOP WASH - REMOGRAX AC
NUMERO DE PROCESSO: 25351.165045/2014-02
NUMERO DE REGISTRO: 3.1392.0047.002-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3211042 DETERGENTE DESENGORDURANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DA EMPRESA: MENEGHETTI INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA ME
AUTORIZAÇÃO: 3.02882-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: PURY VITTA ÁLCOOL EM GEL BACTERICIDA 70° INPM
VERSÃO: TRADICIONAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.617031/2013-78
NUMERO DE REGISTRO: 3.2882.0010.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral
NOME DO PRODUTO E MARCA: PURY VITTA ÁLCOOL EM GEL BACTERICIDA 70° INPM
VERSÃO: FRESH
NUMERO DE PROCESSO: 25351.617031/2013-78
NUMERO DE REGISTRO: 3.2882.0010.002-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral
NOME DA EMPRESA: NAP QUIMICA INDUSTRIAL LTDA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AUTORIZAÇÃO: 3.02229-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: NAP 565
NUMERO DE PROCESSO: 25351.225677/2014-80
NUMERO DE REGISTRO: 3.2229.0011.001-5
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: GALAO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 3 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3883 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Indústria Alimentícia e Afins
NOME DO PRODUTO E MARCA: NAP 565
NUMERO DE PROCESSO: 25351.225677/2014-80
NUMERO DE REGISTRO: 3.2229.0011.002-3
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 3 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3883 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Indústria Alimentícia e Afins
NOME DA EMPRESA: P. GIOLO NETO - EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.02353-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: REMOV CIM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.273024/2014-18
NUMERO DE REGISTRO: 3.2353.0004.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: REMOV CIM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.273024/2014-18
NUMERO DE REGISTRO: 3.2353.0004.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DA EMPRESA: PEROL COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA - ME
AUTORIZAÇÃO: 3.02286-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: MAQLIMP
NUMERO DE PROCESSO: 25351.337428/2014-78
NUMERO DE REGISTRO: 3.2286.0036.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: MAQLIMP
NUMERO DE PROCESSO: 25351.337428/2014-78
NUMERO DE REGISTRO: 3.2286.0036.002-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: LR 400
NUMERO DE PROCESSO: 25351.337489/2014-14
NUMERO DE REGISTRO: 3.2286.0037.001-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3203018 DETERGENTE PROFISSIONAL DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: LR 400
NUMERO DE PROCESSO: 25351.337489/2014-14
NUMERO DE REGISTRO: 3.2286.0037.002-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3203018 DETERGENTE PROFISSIONAL DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DA EMPRESA: QUIMIWAY INDÚSTRIA QUIMICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.04819-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: INSETICIDA - KAPWAY
NUMERO DE PROCESSO: 25351.337449/2014-31
NUMERO DE REGISTRO: 3.4819.0025.001-1
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3874 Registro de Produto de Risco 2 - Inseticida para Empresas Especializadas
NOME DA EMPRESA: RODAGRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.03158-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: PERMETRINA AERO SYSTEM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.372414/2008-44
NUMERO DE REGISTRO: 3.3158.0001.001-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2019
APRESENTAÇÃO: TAMBOR METALICO + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 399 Cancelamento de Registro por Irregularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 475881/08-1
NOME DA EMPRESA: SANDET QUÍMICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.00970-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: SPLASH ALGICIDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.430503/2013-27
NUMERO DE REGISTRO: 3.0970.0098.001-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3210014 ALGICIDA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3872 Registro de Produto de Risco 2 - Algicida
NOME DO PRODUTO E MARCA: SPLASH ALGICIDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.430503/2013-27
NUMERO DE REGISTRO: 3.0970.0098.002-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3210014 ALGICIDA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3872 Registro de Produto de Risco 2 - Algicida
NOME DA EMPRESA: SUL BRASIL QUÍMICA LTDA - EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.02550-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: PLUS ULTRA SACHÊ
VERSÃO: AGUA BACTERICIDA ECOLOGICA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.067682/2014-65
NUMERO DE REGISTRO: 3.2550.0010.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: SACO PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral
NOME DO PRODUTO E MARCA: PLUS ULTRA SACHÊ
NUMERO DE PROCESSO: 25351.067682/2014-65
NUMERO DE REGISTRO: 3.2550.0010.002-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: SACO PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral
NOME DA EMPRESA: TDC ESPECIALIDADES INDUSTRIAIS LTDA - EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.01908-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: ATLAOXI F - DETERGENTE ÁCIDO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.448654/2009-76
NUMERO DE REGISTRO: 3.1908.0046.001-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2019
APRESENTAÇÃO: FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3202011 DETERGENTES DESINCRUSTANTES ACIDOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 581262/09-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: ATLAOXI F - DETERGENTE ÁCIDO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.448654/2009-76
NUMERO DE REGISTRO: 3.1908.0046.002-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2019
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3202011 DETERGENTES DESINCRUSTANTES ACIDOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 581262/09-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: ATLAOXI F - DETERGENTE ÁCIDO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.448654/2009-76
NUMERO DE REGISTRO: 3.1908.0046.003-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2019
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3202011 DETERGENTES DESINCRUSTANTES ACIDOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 581262/09-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: ATLAOXI F - DETERGENTE ÁCIDO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.448654/2009-76
NUMERO DE REGISTRO: 3.1908.0046.004-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2019
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3202011 DETERGENTES DESINCRUSTANTES ACIDOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 581262/09-3
NOME DA EMPRESA: VINIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.03775-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: G-IND PX 50
VERSÃO: GLIX QUÍMICA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.013190/2014-27
NUMERO DE REGISTRO: 3.3775.0040.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3102017 ALVEJANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3889 Registro de Produto de Risco 2 - Alvejante
NOME DO PRODUTO E MARCA: G-IND PX 50
VERSÃO: GLIX QUÍMICA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.013190/2014-27
NUMERO DE REGISTRO: 3.3775.0040.002-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3102017 ALVEJANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3889 Registro de Produto de Risco 2 - Alvejante
NOME DA EMPRESA: WFABRILL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02558-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: DETERGENTE PARA METAL E PEDRA WURTH
NUMERO DE PROCESSO: 25351.151183/2014-31
NUMERO DE REGISTRO: 3.2558.0028.001-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3203018 DETERGENTE PROFISSIONAL DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DA EMPRESA: ZEMA FABRICAÇÃO DE ACARICIDAS LTDA-ME
AUTORIZAÇÃO: 3.05667-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: FORMICIDA- FORMITREX GEL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

NUMERO DE PROCESSO: 25351.337443/2014-76
NUMERO DE REGISTRO: 3.5667.0004.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: SERINGA PLASTICA + SACO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3206017 INSETICIDA DE VENDA LIVRE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3881 Registro de Produto de Risco 2 - Inseticida de Venda Livre
NOME DA EMPRESA: 3M DO BRASIL LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.00378-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: SCOTCH-BRITE DETERGENTE ALCALINO PARA MÁQUINAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.020640/2014-79
NUMERO DE REGISTRO: 3.0378.0114.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 4300213 DETERGENTE PARA USO ESPECÍFICO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres

GERÊNCIA-GERAL DE COSMÉTICOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.292, DE 25 DE JUNHO DE 2014

A Gerente-Geral de Cosméticos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.059, de 20 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014, e suas alterações,

considerando a Resolução da Diretoria Colegiada n° 4, de 30 de janeiro de 2014, publicada em 31 de janeiro de 2014, e considerando o art. 12 e o art. 26 e seguintes da Lei nº 6.360 de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Deferir os registros dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSINEIRE MELO COSTA SALLUM

ANEXO

NOME DA EMPRESA AUTORIZAÇÃO
NOME DO PRODUTO E MARCA
COR E/OU TONALIDADE NUMERO DE PROCESSO NUMERO DE REGISTRO
LOCAL DE FABRICAÇÃO VENCIMENTO
DESTINAÇÃO PRAZO DE VALIDADE DO PRODUTO
GRUPO DO PRODUTO
EMBALAGEM PRIMÁRIA
EMBALAGEM SECUNDÁRIA
FORMA FÍSICA
ASSUNTO DA PETIÇÃO
RESTRIÇÃO DE USO
CONSERVAÇÃO
FLAGIAN IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA 2.00108-1
PEGOVA FULL MATT NUDE 0
25351.228998/2014-16 2.0108.0196.001-9
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 30 MESES
PROTETOR SOLAR
BISNAGA DE PLÁSTICO
CARTUCHO DE PAPELÃO
CREME
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
PROCOSA PRODUTOS DE BELEZA LTDA 2.00070-9
KÉRASTASE SPECIFIQUE SENSIDOTE DERMO-CALM
25351.228829/2014-41 2.0070.4166.001-1
L'ORÉAL ESPANHA/ESPANHA 06/2019
COMERCIAL 36 MESES
TÔNICO/LOÇÃO CAPILAR
FRASCO DE VIDRO GOTEJADOR
CARTUCHO DE CARTOLINA
LÍQUIDO VISCOSO
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NÃO SUPERIOR A 40ºC)
DOYTH COSMÉTICOS DO BRASIL LTDA - ME 2.03826-1
Desodorante Rollon Lavanda 70 ml - Poupa Farma
25351.228806/2014-11 2.3826.0027.001-1
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 24 MESES
DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE AXILAR
FRASCO DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
LÍQUIDO VISCOSO
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
Desodorante Rollon For Men Active - 70 ml - Poupa Farma
25351.228807/2014-24 2.3826.0028.001-7
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 24 MESES
DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE AXILAR
FRASCO DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
LÍQUIDO VISCOSO
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
Desodorante Rollon Women 55 ml - Ki Bella
25351.228867/2014-03 2.3826.0029.001-2
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 24 MESES
DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE AXILAR
FRASCO DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
LÍQUIDO VISCOSO
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
Desodorante Rollon Alfazema 55 ml - Ki Bella
25351.228924/2014-65 2.3826.0031.001-3
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 24 MESES
DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE AXILAR
FRASCO DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
LÍQUIDO VISCOSO
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
Desodorante Rollon Neutro - Ki Bella
25351.228908/2014-09 2.3826.0030.001-8
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 24 MESES
DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE AXILAR
FRASCO DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
LÍQUIDO VISCOSO
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
COLOR WAY INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA 2.03656-3
Donatti Colore Tonalizante
1.0 PRETO AZULADO 25351.226046/2014-42 2.3656.0305.001-2
SANTANA DE PARNAÍBA/SP 06/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
3.0 CASTANHO ESCURO 25351.226046/2014-42 2.3656.0305.002-0
SANTANA DE PARNAÍBA/SP 06/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
4.0 CASTANHO NATURAL 25351.226046/2014-42 2.3656.0305.003-9
SANTANA DE PARNAÍBA/SP 06/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
5.0 CASTANHO CLARO 25351.226046/2014-42 2.3656.0305.004-7
SANTANA DE PARNAÍBA/SP 06/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
6.0 LOURO ESCURO 25351.226046/2014-42 2.3656.0305.005-5
SANTANA DE PARNAÍBA/SP 06/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
7.0 LOURO NATURAL 25351.226046/2014-42 2.3656.0305.006-3
SANTANA DE PARNAÍBA/SP 06/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
6.7 LOURO ESCURO MARROM CHOCOLATE 25351.226046/2014-42 2.3656.0305.007-1
SANTANA DE PARNAÍBA/SP 06/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
5.56 CASTANHO CLARO ACAJÚ VERMELHO 25351.226046/2014-42 2.3656.0305.008-1
SANTANA DE PARNAÍBA/SP 06/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
7.66 LOURO VERMELHO PROFUNDO 25351.226046/2014-42 2.3656.0305.009-8
SANTANA DE PARNAÍBA/SP 06/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
DI FIORENA INDÚSTRIA COSMÉTICA LTDA EPP 2.03859-5
EMULSÃO OXIDANTE CREMOSA 40 VOLUMES WHITENING NEW EVOLUTION PROFESSIONAL
25351.228958/2014-61 2.3859.0427.001-6
FRANCA/SP 06/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
ÁGUA OXIGENADA 10 A 40 VOLUMES (INCLUÍDAS AS CREMOSAS EXCETO OS PRODUTOS DE USO MEDICINAL)
FRASCO DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
LOÇÃO
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
EMULSÃO OXIDANTE CREMOSA 30 VOLUMES WHITENING NEW EVOLUTION PROFESSIONAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

25351.228883/2014-98 2.3859.0426.001-0
FRANCA/SP 06/2019
PROFISSIONAL 36 MESES
ÁGUA OXIGENADA 10 A 40 VOLUMES (INCLUÍDAS AS CREMOSAS EXCETO OS PRODUTOS DE USO MEDICINAL)
FRASCO DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
LOÇÃO
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
DUETTO SUPER - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA ME 2.03968-1
COLORS TONALIZANTE DUETTO PROFESSIONAL
1.0 PRETO 25351.226013/2014-91 2.3968.0021.001-2
FRANCA/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 ANOS
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
3.0 CASTANHO ESCURO 25351.226013/2014-91 2.3968.0021.002-0
FRANCA/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 ANOS
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
4.0 CASTANHO MÉDIO 25351.226013/2014-91 2.3968.0021.003-9
FRANCA/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 ANOS
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
5.0 CASTANHO CLARO 25351.226013/2014-91 2.3968.0021.004-7
FRANCA/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 ANOS
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
6.0 LOURO ESCURO 25351.226013/2014-91 2.3968.0021.005-5
FRANCA/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 ANOS
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
7.0 LOURO MÉDIO 25351.226013/2014-91 2.3968.0021.006-3
FRANCA/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 ANOS
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
6.7 CHOCOLATE 25351.226013/2014-91 2.3968.0021.007-1
FRANCA/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 ANOS
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
7.1 LOURO MÉDIO CINZA 25351.226013/2014-91 2.3968.0021.008-1
FRANCA/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 ANOS
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
7.7 LOURO MÉDIO MARRON 25351.226013/2014-91 2.3968.0021.009-8
FRANCA/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 ANOS
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
8.2 LOURO CLARO VIOLETA 25351.226013/2014-91 2.3968.0021.001-0
FRANCA/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 ANOS
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
55.62 CASTANHO CLARO VERMELHO IRISADO ESPECIAL 25351.226013/2014-91 2.3968.0021.001-1
FRANCA/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 ANOS
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
66.46 CEREJA 25351.226013/2014-91 2.3968.0021.001-2
FRANCA/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 ANOS
TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA/PROGRESSIVA/PERMANENTE
BISNAGA DE ALUMÍNIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
FISIO LINE COSMETICOS IND E COM LTDA 2.03116-8
CRIO GEL PARA CELULITE - FISIO LINE COSMÉTICOS
25351.225872/2014-11 2.3116.0006.001-8
PIRACICABA/SP 06/2019
PROFISSIONAL 18 MESES
PRODUTO PARA O CORPO COM FINALIDADE ESPECÍFICA
POTE DE PLÁSTICO
FILME PLÁSTICO
GEL
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LOCAL FRESCO
BIO SCIENTIFIC INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA EPP 2.03264-9
MÁSCARA ANTIAGING HOLLYWOOD VIP CARE COSMETICS
25351.228878/2014-13 2.3264.0196.001-7
TABOÃO DA SERRA/SP 06/2019
PROFISSIONAL 24 MESES
PRODUTO PARA RUGAS
POTE DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
CREME
2002 - Registro do Produto
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NÃO SUPERIOR A 40ºC)

SUPERINTENDÊNCIA DE INSPEÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.259, DE 18 DE JUNHO DE 2014

A Superintendente Substituta de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 962, de 6 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014,

considerando o parecer da área técnica e que as empresas foram inspecionadas cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SIMONE DE OLIVEIRA REIS RODERO

ANEXO

Empresa Fabricante: B. Braun Melsungen AG	
Endereço: Mistelweg 2, 12357 Berlim - Alemanha	
País: Alemanha	
Empresa Importadora: Laboratórios B. Braun S/A	CNPJ: 31.673.254/0001-02
Autorização de Funcionamento nº: 1.00.085-3	Autorização Especial: 1.21.991-3
Processo(s): 25351.436127/2012-74	
Certificado de Boas Práticas para Insumo(s)/ Linha(s) de Produção:	
Produtos Estéreis: emulsão parenteral de pequeno volume com esterilização terminal.	

Empresa Fabricante: Baxter Oncology GmbH	
Endereço: Kantstrasse 2, 33790 Halle/Westfalen	
País: Alemanha	
Empresa Importadora: Schering-Plough Indústria Farmacêutica Ltda.	CNPJ: 03.560.974/0001-18
Autorização de Funcionamento nº: 1.00.171-1	
Processo(s): 25351.663199/2013-57	
Certificado de Boas Práticas para a(s) Linha(s) de Produção/ Forma(s) Farmacêutica(s):	
Produtos estéreis citotóxicos: pós liofilizados .	

Empresa: Boehringer Ingelheim do Brasil Química e Farmacêutica Ltda.		CNPJ: 60.831.658/0021-10
Endereço: Rodovia Régis Bittencourt BR116, km 286		
N.º: -	Bairro: Jardim Itapecerica	CEP: 06888-700
Município: Itapecerica da Serra		UF: SP
Autorização de Funcionamento n.º: 1.00367-8		
Autorização Especial n.º: 1.21121-8		
Processo(s): 25351.464980/2013-08 e 25351.464973/2013-67		
Certificado de Boas Práticas para a Linha de Produção/Formas Farmacêuticas:		
Sólidos não estéreis: comprimidos, comprimidos revestidos, cápsulas, drágeas, pastilhas, granulados, granulados efervescentes, sachês, pós e pós-efervescentes. Líquidos não estéreis: xaropes, soluções, suspensões, elixires e emulsões. Produtos estéreis: embalagem secundária.		

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Empresa Fabricante: Catalent France Beinheim SA
Endereço: 74, Rue Principale 67930 Benheim
País:França
Empresa Importadora: Schering-Phough Indústria Farmacêutica Ltda. | CNPJ: 03.560.974/0001-18
Autorização de Funcionamento nº: 1.00171-1 | Autorização Especial nº: 1.20284-5
Processo(s): 25351.585929/2013-09
Certificado de Boas Práticas para a(s) Linha(s) de Produção/ Forma(s) Farmacêutica(s):
Sólidos não estéreis: cápsulas moles (granel)

Empresa Fabricante: Claris Lifesciences Limited - Unidade 1 e 4
Endereço: Village Chacharwadi, Vasana, Taluka Sanand, Ahmedabad- 382 213, Gujarat State
País: Índia
Empresa Importadora: União Química Farmacêutica Nacional S/A | CNPJ: 60.665.981/0001-18
Autorização de Funcionamento nº: 1.00.497-7 | Autorização Especial nº: 1.20.083-0
Processo(s): 25351.640974/2013-72
Certificado de Boas Práticas para a(s) Linha(s) de Produção/ Forma(s) Farmacêutica(s):
Produtos estéreis: soluções parenterais de pequeno volume (com esterilização terminal), soluções parenterais de grande volume (com esterilização terminal), emulsões parenterais de pequeno volume (com esterilização terminal).

Empresa: Diffucap-Chemobras Química e Farmacêutica Ltda.		CNPJ: 42.457.796/0001-56
Endereço: Rua Goiás		
N.º: 1232	Bairro: Quintino Bocaiúva	CEP: 21.380-010
Município: Rio de Janeiro		UF: RJ
Autorização de Funcionamento n.º: 1.00.430-4		
Autorização Especial n.º: 1.20.071-9		
Processo(s): 25351.446703/2013-30		
Certificado de Boas Práticas para a Linha de Produção/Formas Farmacêuticas:		
Sólidos não estéreis: Cápsulas, comprimidos, comprimidos revestidos, grânulos.		

Empresa Fabricante: Eli Lilly and Company
Endereço: Lilly Corporate Center, Indiana 46285
País: Estados Unidos da América
Empresa Importadora: Biolab Sanus Farmacêutica Ltda | CNPJ: 49.475.833/0001-06
Autorização de Funcionamento nº: 1.00974-4 | Autorização Especial nº: 1.20221-7
Processo: 25351.647637/2013-50
Certificado de Boas Práticas para a Linha de Produção/Formas Farmacêuticas:
Sólidos não estéreis: cápsulas.

Empresa Fabricante: Emcure Pharmaceuticals Limited
Endereço: Plot No. P-2, I.T.B.T. Park, Phase - II, M.I.D.C. Hinjewadi, Pune - 411057.
País: Índia
Empresa Importadora: Avert Laboratórios Ltda | CNPJ: 44.211.936/0001-37
Autorização de Funcionamento nº: 1.00.174-0
Processo: 25351.645966/2013-11
Certificado de Boas Práticas para a(s) Linha(s) de Produção/ Forma(s) Farmacêutica(s):
Sólidos não estéreis: comprimidos e comprimidos revestidos.

Empresa: Instituto Terapêutico Delta Ltda.		CNPJ: 33.173.097/0002-74
Endereço: Alameda Capovilla		
N.º: 129	Bairro: Recreio Campestre Jóia	CEP: 13347-310
Município: Indaiatuba		UF: SP
Autorização de Funcionamento n.º: 1.00.440-9		
Autorização Especial n.º: 1.23.077-0		
Processo(s): 25351.598364/2013-79; 25351.598381/2013-25; 25351.598360/2013-62		
Certificado de Boas Práticas para a Linha de Produção/Formas Farmacêuticas:		
Líquidos não estéreis: elixires, emulsões, soluções, suspensões, xampus e xaropes. Semissólidos não estéreis: cremes, géis e pomadas. Sólidos não estéreis: cápsulas, comprimidos, comprimidos revestidos, comprimidos para suspensão Sólidos não estéreis: embalagem secundária. Sólidos não estéreis (embalagem primária): cápsulas moles.		

EMPRESA: Isofarma Industrial Farmacêutica Ltda		CNPJ: 02.281.006/0001-00
ENDEREÇO: Rua Manoel Mavignier		
N.º: 5000	BAIRRO: Precabura	CEP: 61760-000
MUNICÍPIO: Eusébio		UF: CE
Autorização de Funcionamento n.º: 1.05170-8		
Processo(s): 25351.364414/2013-50		
Certificado de Boas Práticas para as Linhas de Produção/Formas Farmacêuticas:		
Produtos estéreis: soluções parenterais de pequeno e grande volume (com esterilização terminal).		

Empresa Fabricante: MedImmune Pharma B.V
Endereço: Lagelandseweg, 78; 6545 CG, Nijmegen
País: Holanda
Empresa Importadora: Abbott Laboratórios do Brasil Ltda | CNPJ: 56.998.701/0001-16
Autorização de Funcionamento nº: 1.00553-1
Processo: 25351.649458/2013-04
Certificado de Boas Práticas para a Linha de Produção/ Forma Farmacêutica:
Produtos estéreis: Soluções parenterais de pequeno volume (com preparação asséptica)

Empresa Fabricante: MSD International GmbH
Endereço: Ballydine, Kilsheelan, Clonmel, Co. Tipperary
País: Irlanda
Empresa Importadora: Merck Sharp & Dohme Farmacêutica Ltda. | CNPJ: 45.987.013/0001-34
Autorização de Funcionamento nº: 1.00.029-0
Processo(s): 25351.452862/2013-17
Certificado de Boas Práticas para a Linha de Produção/ Forma Farmacêutica:
Sólidos não estéreis: comprimidos revestidos - granel

Empresa Fabricante: Neolpharma , Inc.
Endereço: 99 Jardines St., Caguas, 00725
País: Porto Rico
Empresa Importadora: Wyeth Indústria Farmacêutica Ltda | CNPJ: 61.072.393/0001-33
Autorização de Funcionamento nº: 1.02110-1 | Autorização Especial nº: 1.20306-1
Processo(s): 25351.676648/2013-73
Certificado de Boas Práticas para a(s) Linha(s) de Produção/ Forma(s) Farmacêutica(s):
Sólidos não estéreis: cápsulas (granel).

Empresa Fabricante: Octapharma Pharmazeutika Produktionsges m.b.H.
Endereço: Oberlaaer Strasse 235, A-1100 Viena
País: Áustria
Empresa Importadora: Octapharma Brasil Ltda | CNPJ: 02.552.927/0001-60
Autorização de Funcionamento nº: 1.03.971-2
Processo(s): 25351.648329/2013-60 e 25351.648307/2013-78
Certificado de Boas Práticas para Insumo(s)/ Linha(s) de Produção:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: albumina humana, fator VIII de coagulação, fator IX de coagulação, complexo protrombínico (fator II de coagulação / fator VII de coagulação / fator IX de coagulação / fator X), fator de von Willebrand e imunoglobulina humana. Produtos estéreis: soluções parenterais de pequeno volume (com preparação asséptica), soluções parenterais de grande volume (com preparação asséptica), suspensões parenterais de grande volume (com preparação asséptica) e pós liofilizados.

Empresa Fabricante: Pharmachemie B. V.
Endereço: Swensweg 5, 2031 GA Haarlem
País: Holanda
Empresa Importadora: Novartis Biociências S.A. | CNPJ: 56.994.502/0001-30
Autorização de Funcionamento nº: 1.00.068-5
Processo(s): 25351.744877/2013-27
Certificado de Boas Práticas para a Linha de Produção/ Forma Farmacêutica:
Sólidos não estéreis: cápsulas.

Empresa Fabricante: Pierre Fabre Medicament Production
Endereço: Avenue du Béarn, 64320 Idron
País: França
Empresa Importadora: Schering-Plough Indústria Farmacêutica Ltda. | CNPJ: 03.560.974/0001-18
Autorização de Funcionamento nº: 1.00171-1
Processo: 25351.676616/2013-60
Certificado de Boas Práticas para a(s) Linha(s) de Produção/ Forma(s) Farmacêutica(s):
Produtos estéreis: soluções parenterais de pequeno volume (com esterilização terminal).

Empresa Fabricante: S.C. Sindan-Pharma S.R.L.
Endereço: B-dul Ion Mihalache nr. 11, sector 1, Bucuresti, cod 011171
País: Romênia
Empresa Importadora: Actavis Farmacêutica Ltda | CNPJ: 33.150.764/0001-12
Autorização de Funcionamento nº: 1.00492.9
Processo: 25351111917/2013-62 e 25351.111912/2013-27
Certificado de Boas Práticas para a(s) Linha(s) de Produção/ Forma(s) Farmacêutica(s):
Produtos estéreis citotóxicos: soluções parenterais de pequeno volume (com preparação asséptica e com esterilização terminal) e pós liofilizados. Sólidos não estéreis citotóxicos : comprimidos revestidos .

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Empresa: Sandoz do Brasil Indústria Farmacêutica Ltda		CNPJ: 61.286.647/0001-16
Endereço: Rodovia Celso Garcia Cid, PR 445 - Km 87		
N.º: s/nº	Bairro: Ribeirão Jacutinga	CEP: 86183-600
Município: Cambé		UF: PR
Autorização de Funcionamento n.º: 1.00047.2		
Autorização Especial n.º: 1.21911.7		
Processo(s): 25351.681641/2013-73		
Certificado de Boas Práticas para a Linha de Produção/Formas Farmacêuticas:		
Sólidos não estéreis: cápsulas, comprimidos, comprimidos revestidos e pastilhas. Sólidos não estéreis hormonais: comprimidos e comprimidos revestidos.		

Empresa Fabricante: Sanofi Winthrop Industrie		
Endereço: 180 Rue Jean Jaurès - 94702 - Maisons Alfort		
País: França		
Empresa Importadora: Sanofi-Aventis Farmacêutica Ltda		CNPJ: 02.685.377/0001-57
Autorização de Funcionamento nº: 1.01300-3	Autorização Especial nº: 1.20167-1	
Processo: 25351.142441/2014-46		
Certificado de Boas Práticas para a Linha de Produção/Formas Farmacêuticas:		
Produtos estéreis: soluções parenterais de pequeno volume (com esterilização terminal). Produtos estéreis: embalagem secundária.		

Empresa Fabricante: Sanofi-Aventis S.P.A.		
Endereço: Loc. Valcanello, 03012 Anagni (FR)		
País: Itália		
Empresa Importadora: Sanofi-Aventis Farmacêutica Ltda.		CNPJ: 02.685.377/0001-57
Autorização de Funcionamento nº: 1.01.300-3		
Processos: 25351.480781/2013-92 e 25351.480774/2013-58		
Certificado de Boas Práticas para a(s) Linha(s) de Produção/ Forma(s) Farmacêutica(s):		
Produtos estéreis: soluções parenterais de pequeno volume (com preparação asséptica e com esterilização terminal) - diluentes e pós liofilizados.		

Empresa: Santisa Laboratório Farmacêutico S/A		CNPJ: 04.099.395/0001-82
Endereço: Rua Monsenhor Claro		
N.º: 6-90	Bairro: Centro	CEP: 1.70.151-30
Município: Bauru		UF: SP
Autorização de Funcionamento n.º: 1.00.186-2		
Autorização Especial n.º: 1.20.178-1		
Expedientes: 0399130/12-0, 0399149/12-1 e 344115/11-6		
Certificado de Boas Práticas para a Linha de Produção/Formas Farmacêuticas:		
Sólidos não estéreis: comprimidos. Líquidos não estéreis: soluções, suspensões e xaropes. Produtos estéreis: soluções parenterais de pequeno volume (com esterilização terminal).		

EMPRESA: Serpac Comércio e Indústria Ltda.		CNPJ: 47.239.058/0001-56
ENDEREÇO: Avenida Berna		
N.º: 193	BAIRRO: Veleiros	CEP: 04774020
MUNICÍPIO: São Paulo		UF: SP
Autorização de Funcionamento n.º: 1.00.109-7		
Processo(s): 25351.596985/2012-26 e 25351.598735/2012-12		
Certificado de Boas Práticas para as Linhas de Produção/Formas Farmacêuticas:		
Sólidos não estéreis (embalagem primária e secundária): comprimidos, comprimidos revestidos, cápsulas duras e cápsulas moles. Líquidos não estéreis: embalagem secundária.		

Empresa Fabricante: Strides Arcolab Limited		
Endereço: No. 36/7, Suragajakkanahalli, Indlavadi Cross, Anekal Taluk, Bangalore		
País: India		
Empresa Importadora: Aspen Pharma Industria Farmaceutica		CNPJ: 02.433.631/0001-20
Autorização de Funcionamento nº: 1.03764-8		
Processo(s): 25351.386643/2013-80		
Certificado de Boas Práticas para a(s) Linha(s) de Produção/ Forma(s) Farmacêutica(s):		
Sólidos não estéreis: comprimidos, comprimidos revestidos e cápsulas moles.		

Empresa Fabricante: Watson Pharma Private Limited.		
Endereço: A3 to A6, Phase 1-A, Verna Industrial Estate, Verna, Goa.		
País: Índia.		
Empresa Importadora: Actavis Farmacêutica Ltda.		CNPJ: 33.150.764/0001-12
Autorização de Funcionamento nº: 1.00.492-9	Autorização Especial nº: 1.20.183-6	
Processo: 25351.117944/2014-77		
Certificado de Boas Práticas para a(s) Linha(s) de Produção/ Forma(s) Farmacêutica(s):		
Sólidos não estéreis: cápsulas (granel), comprimidos (granel) e comprimidos revestidos (granel).		

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.295, DE 25 DE JUNHO DE 2014

A Superintendente Substituta de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014, e conforme determinação do Diretor Presidente, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente a Resolução n° 2.274 de 20 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 117, de 23 de junho de 2014, Seção 1, pág. 35 e Suplemento pág. 83.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SIMONE DE OLIVEIRA REIS RODERO

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

CONSULTA PÚBLICA N° 9, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O Secretário de Atenção à Saúde, nos termos do art. 34, inciso II, c/c art. 59 do Decreto nº 4.176, de 28 de março de 2002, submete à Consulta Pública minuta de Portaria que estabelece regulamento técnico, normas e critérios para a Atenção Especializada Hospitalar em Terapia Nutricional na Rede de Atenção à Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

O texto em apreço encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.saude.gov.br/consultapublica.

A relevância da matéria recomenda a sua ampla divulgação, a fim de que todos possam contribuir para o seu aperfeiçoamento. Sugestões de modificação, incorporação ou contestações poderão ser encaminhadas ao Ministério da Saúde até 45 (quarenta e cinco) dias a contar desta publicação, exclusivamente, para o endereço eletrônico: terapianutricional@saude.gov.br, especificando o número desta Consulta Pública e o nome do anexo no título da mensagem.

As contribuições deverão ser fundamentadas, preferencialmente com material científico que dê suporte às proposições. Solicita-se, quando possível, o envio da documentação de referência científica ou do endereço eletrônico correspondente para verificação via internet.

O Departamento de Atenção Básica e o Departamento de Atenção Especializada e Temática coordenarão a avaliação das proposições apresentadas, elaborando a versão final consolidada para que, findo o prazo estabelecido, seja aprovada e publicada, passando a vigorar em todo o território nacional.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

CONSULTA PÚBLICA N° 10, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O Secretário de Atenção à Saúde, nos termos do art. 34, inciso II, c/c art. 59 do Decreto nº 4.176, de 28 de março de 2002, submete à Consulta Pública minuta de Portaria que estabelece diretrizes para a organização da Terapia Nutricional na Rede de Atenção à Saúde no Sistema Único de Saúde - SUS e dá outras providencias.

O texto em apreço encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.saude.gov.br/consultapublica.

A relevância da matéria recomenda a sua ampla divulgação, a fim de que todos possam contribuir para o seu aperfeiçoamento. Sugestões de modificação, incorporação ou contestações poderão ser encaminhadas ao Ministério da Saúde até 45 (quarenta e cinco) dias a contar desta publicação, exclusivamente, para o endereço eletrônico: terapianutricional@saude.gov.br, especificando o número desta Consulta Pública e o nome do anexo no título da mensagem.

As contribuições deverão ser fundamentadas, preferencialmente com material científico que dê suporte às proposições.

O Departamento de Atenção Básica e o Departamento de Atenção Especializada e Temática coordenarão a avaliação das proposições apresentadas, elaborando a versão final consolidada para que, findo o prazo estabelecido, seja aprovada e publicada, passando a vigorar em todo o território nacional.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

PORTARIA Nº 510, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Habilita Unidade de Acolhimento para realizar procedimentos específicos previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando as diretrizes e orientações contidas na Portaria nº 3.088/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a necessidade de reforçar a rede de atenção à Saúde Mental nas grandes cidades;

Considerando as orientações contidas na Portaria nº 121/GM/MS, de 25 de janeiro de 2012, que define e caracteriza as modalidades das Unidades de Acolhimento na rede SUS;

Considerando a necessidade de aperfeiçoamento e adequação do modelo de atenção oferecida pelo SUS aos usuários de álcool e outras drogas e de estruturação e fortalecimento de uma rede de assistência centrada na atenção comunitária, associada à rede de serviços de saúde e sociais, com ênfase na reabilitação e reinserção social; e

Considerando a documentação apresentada pelo Município solicitando a habilitação da Unidade de Acolhimento e a correspondente avaliação pelo Departamento de Atenção Especializada e Temática - Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas - SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Unidade de Acolhimento a seguir relacionada para realizar os procedimentos específicos previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS):

UF	Tipo	Especifi-cação do Plano Interno	CNES CAPS de referên-cia	CGC/ CNPJ	Cód.	Munici-pio	IBGE	Gestão do município	Gestão do serviço
SC	UAA	RSM-Crack	5412439	80.636.475/0001-08	82.28	Chapecó	420420	Municipal	Municipal

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 344, DE 24 DE JUNHO DE 2014

Concede, em caráter excepcional, prazo para atendimento de condições suspensivas de Termo de Compromisso da Habitação firmado no âmbito da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, no uso da atribuição delegada pela Portaria nº 571, de 27 de novembro de 2012, e considerando a necessidade de operacionalizar deliberação do Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento - CGPAC, coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, quanto às condições estabelecidas na Portaria nº 646, de 23 de dezembro de 2010, com as alterações das Portarias nº 84, de 28 de fevereiro de 2011, nº 354, de 29 de julho de 2011 e nº 401, de 31 de agosto de 2011; na Portaria nº 40, de 31 de janeiro de 2011; na Portaria nº 410, de 5 de setembro de 2011, na Portaria nº 518, de 8 de novembro de 2011, e na Portaria nº 193, de 30 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º. Conceder, em caráter excepcional, prazo adicional de 6 (seis) meses para atendimento das condições suspensivas do Termo de Compromisso nº 0352.640-72, celebrado no exercício de 2011 com o Município de Santa Luzia/MG no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2, para Urbanização da Vila Íris e Conjunto Palmital, dispensando da aplicação do disposto no art. 2º, § 1º, da Portaria nº 518, de 8 de novembro de 2011, em razão das motivações expostas nos autos do Processo Administrativo nº 80000.022727/2011-48.

Parágrafo Único: A contagem do prazo adicional de que trata o caput deste artigo inicia-se a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANTÔNIO VIEIRA FERNANDES

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

RESOLUÇÃO Nº 496, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Altera o prazo previsto no artigo 21 da Resolução CONTRAN nº 466, que estabelece procedimentos para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular de 11 de dezembro de 2013 e dá outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12, da lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e conforme o Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da Coordenação do Sistema Nacional de Trânsito - SNT; e

Considerando o que consta do processo administrativo nº 80000.045476/2010-99; resolve:

Art. 1º O Art. 21 da Resolução CONTRAN nº 466, de 11 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 21. Esta Resolução entra em vigor em 1º de novembro de 2014"

Art. 2º Fica acrescido o Art. 21-A na Resolução CONTRAN nº 466 de 2013, com a seguinte redação:

"Art. 21-A Ficam revogadas a Resolução CONTRAN nº 5, de 23 de janeiro de 1998, e o art. 1º da Resolução CONTRAN nº 282, de 26 de junho de 2008".

Art. 3º A partir de 1º de novembro de 2014 ficam extintos todos os credenciamentos realizados pelo DENATRAN, que porventura ainda estejam vigentes, de Unidades de Gestão Central - UGC's, e de Empresas Credencias em Vistorias de Veículos.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MORVAM COTRIM DUARTE
Presidente do Conselho

PEDRO DE SOUZA DA SILVA
p/Ministério da Justiça

RICARDO SHINZATO
p/Ministério da Defesa

JOSÉ ANTÔNIO SILVEIRO
p/Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação

JOSÉ MARIA RODRIGUES DE SOUZA
p/Ministério da Educação

MARGARETE MARIA GANDINI
p/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MARCELO VINAUD PRADO
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO

PORTARIA Nº 327, DE 18 DE JUNHO DE 2014 (*)

Homologa e divulga o resultado dos pedidos de requalificação, formulados por entidades organizadoras, nos termos da Portaria nº 247, de 6 de maio de 2014, do Ministério das Cidades.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE HABITAÇÃO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, no uso da atribuição que lhe confere o subitem 1.4, do Capítulo II, do Manual de Instruções instituído pela Portaria nº 247, 6 de maio de 2014, do Ministério das Cidades, e tendo em vista as manifestações técnicas da Caixa Econômica Federal, constantes dos autos do processo administrativo nº 80000.020659/2014-25, resolve:

Art. 1º Fica homologado o resultado dos pedidos de requalificação das entidades organizadoras a seguir especificadas, habilitadas para atuarem no âmbito dos programas de habitação de interesse social, geridos pelo Ministério das Cidades:

Nº	ANO DE HABILITAÇÃO	UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	CNPJ	NÍVEL	ABRANGÊNCIA
1	2012	SP	São Paulo	Associação de Moradores Irmã Lucinda	03.235.418/0001-76	C	Guarulhos, Itaquaquecetuba e São Paulo
2	2013	SP	São Paulo	Associação Pastoral da Moradia Leste II	11.216.535/0001-10	C	Guarulhos, Itaquaquecetuba e São Paulo

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INÊS MAGALHÃES

(*) Republicada por ter saído, no DOU de 20-6-2014, Seção 1, pág. 98, com incorreção no original

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 126, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES Interino, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e considerando o disposto no Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, no Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007 e na Resolução da Comissão de Ética Pública da Presidência da República nº 10, de 29 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno da Comissão de Ética do Ministério das Comunicações.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE ÉTICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

CAPÍTULO I

FINALIDADE

Art. 1º. Este Regimento tem como finalidade regulamentar o funcionamento e o rito processual no âmbito da Comissão de Ética do Ministério das Comunicações.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Art. 2º Compete à Comissão de Ética do Ministério das Comunicações - CE/MC:

I - atuar como instância consultiva do Ministro de Estado das Comunicações e dos servidores do MC;

II - aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 1994, devendo:

a) submeter à Comissão de Ética Pública - CEP/PR propostas de aperfeiçoamento do Código de Ética Profissional;

b) apurar, de ofício ou mediante denúncia, fato ou conduta em desacordo com as normas éticas pertinentes;

c) recomendar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento de ações objetivando a disseminação, capacitação e treinamento sobre as normas de ética e disciplina;

III - representar o Ministério das Comunicações na Rede de Ética do Poder Executivo Federal a que se refere o art. 9º do Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007;

IV - supervisionar a observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal e comunicar à CEP/PR situações que possam configurar descumprimento de suas normas;

V - orientar e aconselhar sobre a conduta ética do servidor, inclusive no relacionamento com o cidadão e no resguardo do patrimônio público;

VI - responder consultas que lhes forem dirigidas;

VII - receber denúncias e representações contra servidores por suposto descumprimento às normas éticas, procedendo à apuração;

VIII - instaurar processo para apuração de fato ou conduta que possa configurar descumprimento ao padrão ético recomendado aos agentes públicos;

IX - convocar servidor e convidar outras pessoas a prestar informação;

X - requisitar às partes, aos agentes públicos e aos órgãos e entidades federais informações e documentos necessários à instrução de expedientes;

XI - requerer informações e documentos necessários à instrução de expedientes a agentes públicos e a órgãos e entidades de outros entes da federação ou de outros Poderes da República;

XII - realizar diligências e solicitar pareceres de especialistas;

XIII - esclarecer e julgar comportamentos com indícios de desvios éticos;

XIV - aplicar a penalidade de censura ética ao servidor e encaminhar cópia do ato à Unidade de Correição do Ministério e à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, para registro nos assentamentos funcionais do servidor, podendo também:

a) sugerir ao Ministro de Estado das Comunicações a exoneração de ocupante de cargo ou função de confiança;

b) sugerir ao Ministro de Estado das Comunicações o retorno do servidor ao órgão ou entidade de origem;

c) sugerir ao Ministro de Estado das Comunicações a remessa de expediente ao setor competente para exame de eventuais transgressões de naturezas diversas;

d) adotar outras medidas para evitar ou sanar desvios éticos, lavrando, se for o caso, o Acordo de Conduta Pessoal e Profissional - ACPP;

XV - arquivar os processos ou remetê-los ao órgão competente quando, respectivamente, não seja comprovado o desvio ético ou configurada infração cuja apuração seja da competência de órgão distinto;

XVI - notificar as partes sobre suas decisões;

XVII - dirimir dúvidas a respeito da interpretação das normas de conduta ética e deliberar sobre os casos omissos, observando as normas e orientações da CEP/PR;

XVIII - elaborar e propor alterações a este Regimento Interno;

XIX - dar ampla divulgação ao regramento ético;

XX - dar publicidade aos seus atos, observado o disposto no art. 13 do Decreto nº 6.029, de 2007;

XXI - requisitar agente público para prestar serviços transitórios técnicos ou administrativos à Comissão de Ética, mediante prévia autorização do Ministro de Estado das Comunicações;

XXII - elaborar e executar o plano de trabalho de gestão da ética; e

XXIII - indicar por meio de ato interno, representantes locais da Comissão de Ética, que serão designados pelo Ministro de Estado das Comunicações, para contribuir nos trabalhos de educação e de comunicação.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º A CE/MC será composta por três membros titulares e três membros suplentes, servidores públicos ocupantes de cargo efetivo ou emprego do quadro permanente do Ministério das Comunicações, designados por ato do Ministro.

§ 1º A atuação na CE/MC é considerada prestação de relevante serviço público e não enseja qualquer remuneração, devendo ser registrada nos assentamentos funcionais do servidor.

§ 2º O Ministro das Comunicações não poderá ser membro da Comissão de Ética.

§ 3º Não poderá integrar a Comissão o servidor que tiver sofrido penalidade ética ou disciplinar registrada em seu assentamento individual, observando-se, respectivamente, os termos do art. 31, § 1º, da Resolução CEP/PR nº 10, de 29 de setembro de 2008, e do art. 131, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 4º O Presidente da CE/MC será um dos seus membros, por eles escolhido, e terá mandato de um ano, permitida a recondução.

§ 5º O Presidente da Comissão será substituído pelo membro mais antigo, em caso de impedimento, suspeição ou afastamento temporário.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 6º No caso de vacância, o cargo de Presidente da Comissão será preenchido mediante nova escolha efetuada pelos seus membros.

§ 7º Na ausência de membro titular, um dos membros suplentes deve assumir imediatamente suas atribuições, sob a convocação do presidente da comissão.

§ 8º Cessará a investidura de membros da CE/MC com o término do mandato, por renúncia ou por desvio disciplinar ou ético reconhecido pela CEP/PR.

Art. 4º A CE/MC contará com uma Secretaria-Executiva, que terá como finalidade contribuir para a elaboração e o cumprimento do plano de trabalho da gestão da ética e prover apoio técnico e material necessário ao cumprimento das atribuições.

§ 1º O encargo de Secretário-Executivo recairá em detentor de cargo efetivo ou emprego público permanente na Administração Pública Federal, indicado pelos membros da CE/MC e designado pelo Ministro de Estado das Comunicações.

§ 2º Fica vedado ao Secretário-Executivo ser membro da Comissão de Ética.

§ 3º A Secretaria-Executiva é vinculada diretamente ao Ministro.

§ 4º Outros servidores do MC poderão ser requisitados, em caráter transitório, para realização de atividades administrativas perante a Secretaria-Executiva.

CAPÍTULO IV

DO FUNCIONAMENTO

Art. 5º As deliberações da CE/MC serão tomadas por votos da maioria de seus membros titulares ou dos suplentes que os substituírem em suas ausências, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, se houver empate.

Art. 6º A CE/MC reunir-se-á ordinariamente pelo menos uma vez por mês e, extraordinariamente, por iniciativa do Presidente, dos seus membros ou do Secretário-Executivo.

Art. 7º A pauta das reuniões da CE/MC será composta a partir de sugestões do Presidente, dos membros ou do Secretário-Executivo, sendo admitida a inclusão de novos assuntos no início da reunião.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 8º Compete ao Presidente da Comissão de Ética:

I - convocar e presidir as reuniões da Comissão;

II - convocar membro suplente em caso de ausência de membro titular;

III - representar a Comissão perante órgãos, entidades ou autoridades;

IV - determinar a instauração de processos para a apuração de prática contrária ao Código de Ética do Servidor Público, bem como diligências e convocações;

V - designar relator para os processos, inclusive dentre os membros suplentes da Comissão, justificadamente;

VI - orientar os trabalhos da CE/MC, ordenar os debates e concluir as deliberações;

VII - apurar os votos emitidos, proferir voto de qualidade e proclamar as decisões;

VIII - delegar competências para tarefas específicas aos demais integrantes da CE/MC; e

IX - praticar os demais atos de administração em geral, necessários ao funcionamento da comissão.

Parágrafo único. A decisão prevista no inciso VII deverá ser referendada pela Comissão na primeira sessão subsequente.

Art. 9º Compete aos demais membros da Comissão de Ética:

I - examinar as matérias que lhes forem submetidas, emitindo voto conclusivo e fundamentado;

II - solicitar informações a respeito de matérias sob exame da comissão;

III- pedir vista de matéria em deliberação;

IV - fazer relatórios;

V- justificar ao Presidente, antecipadamente e por escrito, eventuais ausências ou afastamentos; e

VI- representar a Comissão, por delegação de seu Presidente.

Art. 10. Compete ao Secretário-Executivo:

I - organizar a agenda e a pauta das reuniões e assegurar o apoio técnico operacional e logístico à Comissão;

II - proceder ao registro das reuniões e à elaboração de suas atas;

III - instruir as matérias submetidas à deliberação da CE/MC;

IV- solicitar a prévia manifestação da Consultoria Jurídica para dirimir dúvidas jurídicas sobre matéria a ser deliberada pela Comissão;

V - desenvolver ou supervisionar a elaboração de estudos e pareceres a serem utilizados como subsídios no processo de tomada de decisão da Comissão de Ética;

VI - coordenar o trabalho da Secretaria-Executiva, bem como o dos representantes locais;

VII - fornecer apoio técnico e administrativo à Comissão de Ética;

VIII - executar e dar publicidade aos atos de competência da Secretaria-Executiva;

IX - notificar as partes e oficiar agentes públicos, órgãos e entidades para apresentar as informações e subsídios visando à instrução de procedimento sob apreciação da comissão;

X - coordenar o desenvolvimento de ações objetivando a disseminação, capacitação e treinamento sobre ética no âmbito do Ministério das Comunicações; e

XI - executar outras atividades determinadas pela Comissão de Ética.

Parágrafo único. Compete aos demais integrantes da Secretaria-Executiva fornecer o suporte administrativo necessário ao desenvolvimento ou exercício das funções do Secretário-Executivo.

CAPÍTULO VI

DOS MANDATOS

Art. 11. Os membros da Comissão de Ética cumprirão mandatos, não coincidentes, de três anos, permitida uma única recondução.

§ 1º Os mandatos dos primeiros membros titulares e suplentes são de um, dois e três anos, estabelecidos no ato de designação.

§ 2º Poderá ser reconduzido uma única vez ao cargo de membro da Comissão de Ética o servidor público que for designado para cumprir o mandato complementar, caso o mesmo tenha se iniciado antes do transcurso da metade do período estabelecido no mandato originário.

§ 3º Na hipótese de o mandato complementar ter início após o transcurso da metade do período estabelecido no mandato originário, o membro da Comissão de Ética que o exercer poderá ser conduzido imediatamente ao posterior mandato regular de três anos, permitindo-lhe uma única recondução ao mandado regular.

CAPÍTULO VII

DEVERES E RESPONSABILIDADES DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE ÉTICA

Art. 12. Os trabalhos da Comissão devem ser desenvolvidos com celeridade e observância dos seguintes princípios:

I - proteção à honra e à imagem da pessoa investigada;

II - proteção à identidade do denunciante; e

III - independência e imparcialidade de seus membros na apuração dos fatos.

Art. 13. O membro da Comissão não poderá participar de procedimento no qual tenha sido identificado seu impedimento ou suspeição.

Parágrafo único. Eventuais impedimentos e suspeições, que possam surgir em função do exercício das atividades profissionais dos membros da Comissão deverão ser informados com antecedência aos demais integrantes do Colegiado.

Art. 14. Dá-se o impedimento do membro da Comissão de Ética quando:

I - tenha interesse direto ou indireto no feito;

II - o processo envolver servidor que lhe seja direta e hierarquicamente superior ou subordinado;

III - tenha participado ou venha a participar, em outro processo administrativo ou judicial, como perito, testemunha ou representante legal do denunciante, denunciado ou investigado, ou de seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau;

IV - esteja litigando judicial ou administrativamente com o denunciante, denunciado ou investigado, ou com os respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau; ou

V - for seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau o denunciante, denunciado ou investigado.

Art. 15. Ocorre a suspeição do membro quando:

I - for amigo íntimo ou notório desafeto do denunciante, denunciado ou investigado, ou de seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau; ou

II - for credor ou devedor do denunciante, denunciado ou investigado, ou de seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau.

Art. 16. As matérias examinadas nas reuniões da Comissão têm caráter sigiloso, até sua deliberação final, após, estarão acessíveis aos interessados conforme disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Parágrafo único. Os membros da Comissão não poderão manifestar-se publicamente sobre matéria que será objeto de deliberação formal do Colegiado.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. Estão sujeitos a este Regimento Interno os agentes públicos em exercício nas unidades administrativas do Ministério das Comunicações.

Parágrafo único. Entende-se por agente público, para os fins deste Regimento Interno, todo aquele que, por força de lei, contrato ou qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária, excepcional ou eventual, ainda que sem retribuição financeira, ligado direta ou indiretamente ao Ministério das Comunicações.

Art. 18. A Comissão observará as normas gerais de procedimento e de rito processual disciplinados pelas Resoluções da CEP/PR e documentos similares produzidos pela Secretaria Executiva da Comissão de Ética Pública da Casa Civil da Presidência da República.

Art. 19. Caberá à Comissão dirimir as dúvidas e resolver os casos omissos decorrentes da aplicação deste Regimento Interno.

PORTARIA Nº 419, DE 22 DE MAIO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.028384/2009, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação dos Músicos Caxiensis, com sede à Rua Tenente Coronel Souto Maior, nº 2596, bairro Pioneiro, na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar utilizando a frequência de 87,5 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3° do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 420, DE 22 DE MAIO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9o e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto no 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.064006/2012, resolve:

Art. 1o Outorgar autorização à Associação Tupiratins de Apoio a Educação Cultura e Lazer - ATAECL, com sede à Rua 08, Lote 23, Quadra 28 - Centro, na cidade de Tupiratins, Estado de Tocantins, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2o A entidade autorizada deverá operar utilizando a frequência de 87,5MHz.

Art. 3o Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3° do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 421, DE 22 DE MAIO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9o e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto no 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.064008/2012, resolve:

Art. 1o Outorgar autorização à Associação Santa Maria de Difusão e Cultura - ASMDDCEC, com sede à Rua 09, nº 19 - Centro, na cidade de Santa Maria do Tocantins, Estado do Tocantins, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2o A entidade autorizada deverá operar utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3o Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3° do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 422, DE 22 DE MAIO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.011728/10, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Paracambi, com sede na Rua Professora Iracema Barros da Silva, nº 80, Bairro Guarajuba, no Município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3° do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 423, DE 22 DE MAIO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9o e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto no 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.056160/2011-31, resolve:

Art. 1o Outorgar autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Matos Costa, com sede na Rua 7 de Setembro, 432, Centro, Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2o A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 26º 28' 24" S e longitude em 51º 08' 52" W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3o Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3° do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 424, DE 22 DE MAIO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9o e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto no 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.030111/2009, resolve:

Art. 1o Outorgar autorização à Associação Rádio Mangabeira de Todos, com sede na Rua Rita Xavier de Oliveira, nº 18 - Mangabeira 1, Município de João Pessoa, Estado da Paraíba, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2o A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado na Rua Rita Xavier de Oliveira, nº 18 - Mangabeira 1, nas coordenadas geográficas com latitude em 07º 09' 44"S e longitude em 34º 50' 11" W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3o Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3° do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO DE 24 DE JUNHO DE 2013

Nº 76/2013-CD - Processo nº 53500.014575/2011. Conselheiro Relator: Marcelo Bechara de Souza Hobaika. Fórum Deliberativo: Reunião nº 701, de 20 de junho de 2013.

EMENTA: ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. OFÍCIO CIRCULAR COM OBJETIVO DE SUSPENDER PRAZOS PREVISTOS EM REGULAMENTAÇÃO. CARACTERIZADO VÍCIO DE COMPETÊNCIA E FORMA. 1. O Ofício Circular nº 266/2010-UNACO/UNAC/SUN-Anatel, de 20 de dezembro de 2010, objeto da presente anulação, foi encaminhado às concessionárias de STFC objetivando suspender a campanha de divulgação das metas do Plano Geral de Metas para a Universalização - PGMU a que faz referência a Resolução nº 536, de 2009, até a definição de cronograma de implantação do novo PGMU, com vigência a partir de 2011. 2. Com a publicação da Resolução nº 569/2011, que especificamente prorrogou os prazos estabelecidos nos arts. 12, 17 e 18 da Resolução nº 536/2009, a dúvida suscitada pelo Sinditelebrasil relativamente ao cumprimento dos prazos previstos em tais dispositivos, restou ultrapassada e o Ofício Circular nº 266/2010 se tornou obsoleto. 3. A despeito disso, o referido Ofício deve ser retirado do mundo jurídico por padecer de vício de forma e de competência. O vício de forma pode ser verificado pelo fato de ter sido expedido Ofício para suspender obrigação prevista em Regulamento, aprovado por Resolução. Neste caso, a suspensão do cumprimento de prazos, como pretendido pelo Ofício Circular, deveria ter sido efetuada por meio de instrumento de igual ou superior hierarquia, ou seja, apenas por meio de outra Resolução as empresas poderiam ser dispensadas de observar os prazos previstos nos art. 12, 17 e 18 da Resolução nº 536/2009. 4. O Ofício Circular ainda padece de vício de competência, uma vez que apenas a autoridade que estabeleceu a obrigatoriedade de observância dos prazos previstos na Resolução nº 536/2009 poderia afastar sua observância. Isto porque, o Regimento é claro ao dispor que cabe, exclusivamente, ao Conselho Diretor da Anatel a expedição de Resoluções. Por consequência, considerando que seria necessário um instrumento deliberativo de igual ou superior hierarquia relativamente à Resolução nº 536/2009, apenas o Conselho Diretor poderia expedir nova Resolução suspendendo a obrigatoriedade de observância dos prazos previstos nos arts. 12, 17 e 18, hipótese que apenas ocorreu com a prorrogação dos prazos neles previstos, realizada pela Resolução nº 569/2011. 5. Pela anulação do Ofício Circular nº 266/2010-UNACO/UNAC/SUN-Anatel, de 20 de dezembro de 2010, considerado ilegal, por conter vício de competência e de forma.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 332/2013-GCMB, de 14 de junho de 2013, integrante deste acórdão, anular o Ofício Circular nº 266/2010-UNACO/UNAC/SUN-Anatel, de 20 de dezembro de 2010, por conter vício de competência e de forma, nos termos esclarecidos pela Procuradoria em seu Parecer nº 330/2013/LCP/PFE/ANATEL/PGF/AGU, de 9 de abril de 2013.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Jarbas José Valente, Marcelo Bechara de Souza Hobaika, Rodrigo Zerbone Loureiro e Marcus Vinícius Paolucci.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

ATO Nº 6.113, DE 24 DE JUNHO DE 2014

Processo 53500.021704/2010 Aprova a posteriori a transferência do controle da empresa 5 LINX Intermediação de Negócios Ltda, CNPJ n.º 10.522.070/0001-63, o qual passou a ser exercido pelo sócio Adriano Basso Garcia, que passou a deter 80% do capital social.

FILIPE SIMAS DE ANDRADE
Superintendente
Substituto

ATO Nº 6.129, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE COMPETIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL no uso de suas competências, consoante o disposto nos incisos dos arts. 159 e 242, do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, aprovado pela Resolução n.º 612, de 29 de abril de 2013; e,

CONSIDERANDO que a prestação do Serviço Móvel Pessoal é regido pela Lei Geral de Telecomunicações n.º 9.472, de 16 de julho de 1997; e,

CONSIDERANDO o que dispõe o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução n. 477, de 07/08/2007, resolve:

Art. 1º - Homologar o Plano Pré-Pago Alternativo de Serviço de número 056/PRÉ/SMP da Empresa CLARO S.A. - Reg. I, II e III (Termos de Autorização de número 007/2010, 009/2010 e 550/2012) autorizada do Serviço Móvel Pessoal, conforme consta do Processo n° 53500.013645/2014 em poder da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.

Parágrafo Único. Nos comunicados públicos, o número deste Plano de Serviço deverá ser sempre divulgado juntamente com o nome comercial a ser adotado.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MANUEL BAIGORRI

ATO Nº 6.130, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE COMPETIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL no uso de suas competências, consoante o disposto nos incisos dos arts. 159 e 242, do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, aprovado pela Resolução n.º 612, de 29 de abril de 2013; e,

CONSIDERANDO que a prestação do Serviço Móvel Pessoal é regido pela Lei Geral de Telecomunicações n.º 9.472, de 16 de julho de 1997; e,

CONSIDERANDO o que dispõe o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução n. 477, de 07/08/2007, resolve:

Art. 1º - Homologar o Plano Pós-Pago Alternativo de Serviço de número 055, 057 e 058/PÓS/SMP da Empresa CLARO S.A. - Reg. I, II e III (Termos de Autorização de número 007/2010, 009/2010 e 550/2012) autorizada do Serviço Móvel Pessoal, conforme consta do Processo n° 53500.014202/2014 em poder da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.

Parágrafo Único. Nos comunicados públicos, o número deste Plano de Serviço deverá ser sempre divulgado juntamente com o nome comercial a ser adotado.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MANUEL BAIGORRI

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 6.025, DE 17 DE JUNHO DE 2014

Processo n.º 53500.000345/2010. Declara extinta, por renúncia, a partir de 23 de maio de 2014, a autorização outorgada à UM NET COMERCIAL S.A., CNPJ/MF n.° 04.509.536/0001-98, por intermédio do Ato n.° 2.757, de 28 de abril de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 6 de maio de 2010, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, de interesse coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.123, DE 24 DE JUNHO DE 2014

Autorizar CHIMENTAO &DUARTE SOLUTION PROVIDERS LTDA, CNPJ nº 02.595.218/0001-61 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, , no período de 25/06/2014 a 14/07/2014.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 6.121, DE 24 DE JUNHO DE 2014

Processo nº 290000146511990. Outorga autorização para uso de radiofreqüência à SINDICATO DOS CONDUTORES AUTONOMOS DE VEICULOS RODOVIARIOS DE ITABUNA, CNPJ nº 14.789.192/0001-71, associada à autorização para exploração do Serviço de Radiotáxi Privado.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 6.124, DE 24 DE JUNHO DE 2014

Autorizar CHIMENTAO &DUARTE SOLUTION PROVIDERS LTDA, CNPJ nº 02.595.218/0001-61 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP e Porto Alegre/RS , no período de 25/06/2014 a 15/07/2014.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 6.138, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Processo n.º 53500.016086/2013 - Expede autorização à(ao) HOKALI COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA, CNPJ/CPF 16.754.776/0001-37, para explorar o Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, em âmbito nacional e internacional, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação do serviço todo território nacional. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s), à(ao) HOKALI COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA, CNPJ nº 16.754.776/0001-37, associada à autorização do Serviço Limitado Privado, na aplicação Supervisão e Controle, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, pelo prazo de 20 (vinte) anos, em caráter precário, prorrogável uma única vez, por igual período e de forma onerosa.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 6.139, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Autorizar RADIO VERDES MARES LTDA, CNPJ nº 07.199.656/0001-24 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA e Belo Horizonte/MG , no período de 27/06/2014 a 15/07/2014.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituto

Ministério de Minas e Energia

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 24 DE JUNHO DE 2014

Aprovar a contratação direta da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras para produção de petróleo, gás natural e hidrocarbonetos fluidos em áreas do pré-sal, no regime de partilha de produção, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA - CNPE, no uso das atribuições que lhe confere o caput do art. 2º da Lei nº 9.478, de 6 agosto de 1997, o art. 9º, inciso II, e art. 12 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, o art. 1º, inciso I, e o art. 2º , § 3º, inciso III, do Decreto nº 3.520, de

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

21 de junho de 2000, e o caput do art. 14 do Regimento Interno do CNPE, aprovado pela Resolução nº 7, de 10 de novembro de 2009, e tendo em vista as deliberações aprovadas na 28ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de junho de 2014, e considerando que

compete ao CNPE propor políticas nacionais e medidas específicas dirigidas ao aproveitamento racional das fontes de energia, visando à efetivação dos objetivos da Política Energética Nacional, entre os quais se destacam a preservação do interesse nacional, a promoção do desenvolvimento, a ampliação do mercado de trabalho e a valorização dos recursos energéticos;

a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, determina que a exploração e a produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos na área do pré-sal e em áreas estratégicas serão contratadas pela União sob o regime de partilha de produção;

o CNPE, nos termos da Resolução nº 2, de 1º de setembro de 2010, aprovou o Contrato de Cessão Onerosa do exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, celebrado entre a União e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, de que trata a Lei nº 12.276, de 30 de junho 2010;

essa cessão onerosa, em áreas não concedidas localizadas no pré-sal, deverá produzir efeitos até que a Petrobras extraia o número de barris equivalentes de petróleo, definido no Contrato de Cessão Onerosa, não podendo exceder a 5.000.000.000 (cinco bilhões) de barris equivalentes de petróleo, conforme aprovado pela Resolução CNPE nº 2, de 1º de setembro de 2010;

foram promovidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP estudos técnicos para subsidiar o Ministério de Minas e Energia na delimitação dos blocos que serão objeto de contrato de partilha de produção;

as estimativas efetuadas pela ANP, com base nos estudos realizados pela Petrobras, indicam que nas áreas contratadas sob o regime de cessão onerosa existem volumes que ultrapassam os limites de 5.000.000.000 (cinco bilhões) de barris equivalentes de petróleo, conforme se segue:

ÁREAS	Volumes Adicionais ao Contrato de Cessão Onerosa (milhões de barris equivalentes de petróleo)
Búzios	entre 6.500 e 10.000
Entorno de Iara	entre 2.500 e 4.000
Florim	entre 300 e 500
Nordeste de Tupi	entre 500 e 700

para essas áreas a Petrobras já efetuou as necessárias atividades exploratórias, no âmbito do Contrato de Cessão Onerosa;

os projetos para o desenvolvimento de cada uma dessas áreas poderão ser otimizados se elaborados para todo o volume a ser produzido e não apenas para a produção dos volumes contratados sob o regime de cessão onerosa;

o Ministério de Minas e Energia, para planejar o aproveitamento do petróleo e do gás natural nessas áreas, encaminhou proposta ao CNPE para a contratação direta da Petrobras, sob o regime de partilha de produção, nos termos do art. 10, incisos I e II, da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010;

cabe ao CNPE propor à Excelentíssima Senhora Presidenta da República os casos em que, visando à preservação do interesse nacional e ao atendimento dos demais objetivos da Política Energética Nacional, a contratação direta da Petrobras, pela União, para a exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, na forma do art. 9 inciso II, e do art. 12 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e

O CNPE, na 28ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de junho de 2014, deliberou propor à Presidenta da República a contratação direta da Petrobras para produção de petróleo, gás natural e hidrocarbonetos fluidos, em regime de partilha de produção, dos volumes que ultrapassem os limites contratados sob o regime de cessão onerosa objeto da Resolução CNPE nº 2, de 1º de setembro de 2010, na forma do art. 32 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Aprovar a contratação direta da Petrobras para produção de petróleo, gás natural e hidrocarbonetos fluidos, em regime de partilha de produção, dos volumes que ultrapassem os limites contratados sob o regime de cessão onerosa, objeto da Resolução CNPE nº 2, de 1º de setembro de 2010, das seguintes áreas:

I - Búzios, antiga área denominada Franco;

II - Entorno de Iara;

III - Florim; e

IV - Nordeste de Tupi.

Art. 2º A contratação direta deverá atender às seguintes diretrizes:

I - os volumes contratados, sob o regime de cessão onerosa, deverão ser priorizados até o limite da curva de produção do Contrato de Cessão Onerosa;

II - os volumes que extrapolarem a curva de produção mencionada no inciso I, para cada área contratada, serão contabilizados sob o regime de partilha de produção;

III - os investimentos, afretamentos e custos operacionais considerados no cálculo dos valores devidos pela cessão onerosa, não serão computados para efeito de obtenção do custo em óleo, no regime de partilha de produção;

IV - nas situações em que a produção compartilhada de volumes sob os dois regimes de produção determinar a ampliação da capacidade do equipamento ou instalação considerada na apuração dos valores devidos no regime de cessão onerosa, somente serão computados para o regime de partilha os acréscimos de custos efetivamente incorridos;

V - alcançada a produção limite prevista no Contrato de Cessão Onerosa de cada área, toda a produção posterior será considerada no regime de partilha de produção, passando a ser contabilizada como custo em óleo apenas os investimentos realizados posteriormente, os custos operacionais e os afretamentos;

VI - não haverá atividade de exploração; e

VII - os contratos de partilha de produção terão vigência de trinta e cinco anos, contados a partir do início da produção de óleo, sob o regime de cessão onerosa, para cada uma das áreas contratada.

Art. 3º Aprovar os seguintes parâmetros técnicos e econômicos do contrato, no regime de partilha de produção, a ser celebrado pela União com a Petrobras:

I - os percentuais do excedente em óleo da União, definidos para o preço do barril de petróleo de US$ 105.00 (cento e cinco dólares norte-americanos) e a produção média de 11.000 (onze mil) barris por dia, por poço produtor ativo, serão de:

a) Búzios: 51,37% (cinquenta e um vírgula trinta e sete por cento);

b) Entorno de Iara: 50,60% (cinquenta vírgula sessenta por cento);

c) Florim: 51,20% (cinquenta e um vírgula vinte por cento); e

d) Nordeste de Tupi: 51,48% (cinquenta e um vírgula quarenta e oito por cento).

II - a contratada, a cada mês, poderá apropriar-se do valor correspondente ao custo em óleo respeitando o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor bruto da produção nos dois primeiros anos de produção e de 30% (trinta por cento) nos anos seguintes;

III - os custos que ultrapassem os limites definidos no inciso II serão acumulados para apropriação nos anos subsequentes, sem atualização monetária;

IV - após o início da produção, caso os gastos registrados como custo em óleo não sejam recuperados no prazo de dois anos, a contar da data do seu reconhecimento como crédito para o contratado, o limite de 30% (trinta por cento) previsto no inciso II será aumentado no período seguinte para até 50% (cinquenta por cento), permanecendo nesse patamar até que os respectivos gastos sejam recuperados.

V - o conteúdo local mínimo obedecerá aos seguintes critérios:

a) 55% (cinquenta e cinco por cento) para os módulos da Etapa de Desenvolvimento que iniciarem a produção até 2021;

b) 59% (cinquenta e nove por cento) para os módulos da Etapa de Desenvolvimento que iniciarem a produção a partir de 2022;

c) os valores percentuais, de conteúdo local, dos itens e subitens de engenharia básica e engenharia de detalhamento não poderão ser revistos e, se forem ultrapassados, o adicional poderá ser transferido, a este título, para os módulos subsequentes multiplicados por dois;

VI - os valores a serem pagos a título de bônus de assinatura de cada área serão:

a) Búzios: R$ 1.250.000.000,00 (um bilhão e duzentos e cinquenta milhões de reais);

b) Entorno de Iara: R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais);

c) Florim: R$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais); e

d) Nordeste de Tupi: R$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais).

VII - a parcela do bônus de assinatura a ser destinada à Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA será igual a R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

VIII - a União poderá requerer da Petrobras a antecipação de parte de seu excedente em óleo, a ser repassada em moeda corrente no valor correspondente aos seguintes volumes de óleo:

ÁREA	BARRIS DE PETROLEO (mil)			
	ANO			
	2015	2016	2017	2018
Búzios	5.869	8.804	11.738	11.738
Entorno de Iara	2.348	3.521	4.695	4.695
Florim	587	880	1.174	1.174
Nordeste de Tupi	587	880	1.174	1.174

IX - o valor a ser repassado, da antecipação prevista no inciso VIII, será calculado com base na cotação do petróleo Brent do mês imediatamente anterior à data do pagamento, reduzida em 7,80% (sete vírgula oitenta por cento);

X - caso a União requeira a antecipação prevista no inciso VIII, os novos percentuais do excedente em óleo da União, definidos para o preço do barril de petróleo de US$ 105.00 (cento e cinco dólares norte-americanos) e a produção média de 11.000 (onze mil) barris por dia, por poço produtor ativo, serão os seguintes:

a) Búzios: 47,42% (quarenta e sete vírgula quarenta e dois por cento);

b) Entorno de Iara: 48,53% (quarenta e oito vírgula cinquenta e três por cento);

c) Florim: 46,53% (quarenta e seis vírgula cinquenta e três por cento); e

d) Nordeste de Tupi: 47,62% (quarenta e sete vírgula sessenta e dois por cento).

Art. 4º A ANP deverá elaborar a minuta do contrato de partilha de produção e submetê-la à aprovação do Ministério de Minas e Energia.

§ 1º O contrato deverá conter, entre outras, cláusulas que estabeleçam:

I - a identificação e a delimitação geográfica das respectivas áreas; e

II - que as áreas serão consideradas intransferíveis.

§ 2º A produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos será realizada pela Petrobras, por sua exclusiva conta e risco.

§ 3º As possíveis revisões ou alterações do contrato deverão ser submetidas à prévia aprovação do CNPE.

Art. 5º A PPSA será a responsável pela gestão dos contratos de partilha de produção e de comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos de propriedade da União.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.751, DE 24 DE JUNHO DE 2014

Homologa as Tarifas de Energia - TEs e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSDs referentes ao Departamento Municipal de Energia de Ijuí - Demei e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, na cláusula sétima do Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 85/2000, com a redação dada pelos seus Termos Aditivos, e com base nos autos do Processo nº 48500.000594/2014-58, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado do reajuste tarifário anual de 2014 do Departamento Municipal de Energia de Ijuí - Demei, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2º As tarifas da base econômica do Demei, constantes das Tabelas 1, Grupo A, e 2, Grupo B, da Resolução Homologatória nº 1.562, de 27 de junho de 2013, ficam, em média, reajustadas em 15,63% (quinze vírgula sessenta e três por cento), sendo 22,26% (vinte e dois vírgula vinte e seis por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e -6,63% (seis vírgula sessenta e três por cento negativos) relativos aos componentes financeiros pertinentes.

Art. 3º As tarifas de aplicação constantes das Tabelas 1, Grupo A, e 2, Grupo B, que contemplam o reajuste tarifário anual econômico e os componentes financeiros pertinentes, estarão em vigor de acordo com as especificações a seguir:

I - as tarifas de aplicação para a geradora em regime anual de cotas, UHE Passo de Ajuricaba, estarão em vigor no período de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015; e

II - as demais tarifas de aplicação de que trata o caput estarão em vigor no período de 29 de junho de 2014 a 28 de junho de 2015.

§ 1º No período de vigência do Ano-Teste das Bandeiras Tarifárias, de que trata o Submódulo 7.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, a TE de aplicação corresponde à da Bandeira Verde.

§ 2º Findo o período do Ano-Teste das Bandeiras Tarifárias, a TE de aplicação corresponderá à da Bandeira indicada em Despacho publicado mensalmente pela ANEEL.

§ 3º No período de 29 de junho de 2014 a 30 de junho de 2014, aplica-se à geradora de que trata o inciso I as respectivas tarifas constantes da Tabela I da Resolução Homologatória nº 1.562, de 2013.

Art. 4º As tarifas da base econômica constantes das Tabelas 1, Grupo A, e 2, Grupo B, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, deverão constituir a base de cálculos tarifários subsequentes.

Art. 5º Definir, na Tabela 3, os percentuais de descontos relativos aos benefícios tarifários incidentes sobre as tarifas de aplicação.

Art. 6º Aprovar os novos valores integrantes das Tabelas 4, 5 e 6, com vigência no período de 29 de junho de 2014 a 28 de junho de 2015, relativos aos Serviços Cobráveis e aos parâmetros de cálculo do Encargo de Responsabilidade da Distribuidora - ERD e do Ressarcimento à distribuidora pela migração de unidades consumidores para o sistema de transmissão.

Art. 7º Publicar, para fins de controle e acompanhamento, o valor mensal constante da Tabela 7, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica da DEMEI, que são cobertos pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, conforme art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

§1º O valor mensal de que trata o caput contempla o ajuste referente à diferença entre os valores previstos e os realizados no período de fevereiro de 2013 a maio de 2014, bem como a previsão para o período de junho de 2014 a maio de 2015.

§2º O saldo negativo apurado neste processo tarifário será considerado no cálculo do valor mensal a ser repassado pela Eletrobrás à DEMEI a partir do reajuste tarifário de 2015.

Art. 8º Homologar o valor mensal de R$ 375.771,64 (trezentos e setenta e cinco mil, setecentos e setenta e um reais e sessenta e quatro centavos), a ser repassado pela Eletrobras ao Demei, no período de competência de junho de 2014 a maio de 2015, até o 10º dia útil do mês subsequente, referente ao equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição, conforme previsto no art. 13, inciso VIII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 12.839, de 9 de julho de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 4º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Art. 9º Fixar o valor de R$ 1.769.626,44 (um milhão, setecentos e sessenta e nove mil, seiscentos e vinte e seis reais e quarenta e quatro centavos), atualizado pelo IGP-M e inclusos PIS/Pasep e Cofins, que deverá ser repassado à Rio Grande Energia S.A. - RGE pelo Demei, em 12 (doze) parcelas mensais iguais, a partir de julho de 2014, referente ao passivo financeiro previsto no art. 5º da Resolução Normativa nº 243, 19 de dezembro de 2006.

Art. 10. Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor/usuário, das despesas do PIS/Pasep e da Cofins efetivamente incorridas pelo Demei, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/Pasep e da Cofins, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor, a Concessionária poderá compensar essas eventuais diferenças no mês subsequente.

Art. 11. A íntegra desta Resolução e seus anexos encontram-se juntados aos autos, bem como estão disponíveis no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.752, DE 24 DE JUNHO DE 2014

Homologa as Tarifas de Energia - TE e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição ? TUSD e estabelece a revisão das receitas das instalações de conexão referentes à CERMISSÕES COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES LTDA., CERMISSÕES, dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Contrato de Permissão de Distribuição nº 30/2010 e com base nos autos do Processo n° 48500.000585/2014-67, resolve:

Art. 1° Homologar o resultado do reajuste tarifário anual da CERMISSÕES, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2º As tarifas da CERMISSÕES, constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 1.618, de 17 de setembro de 2013, ficam, em média, reposicionadas em 7,78% (sete vírgula setenta e oito por cento), sendo 8,37% (oito vírgula trinta e sete por cento) referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -0,59% (zero vírgula cinquenta e nove por cento negativos).

Art. 3º As tarifas de aplicação constam das Tabelas 1, Grupo A, e 2, Grupo B, respectivamente, e contemplam o reposicionamento da tarifa econômica e os componentes financeiros pertinentes, devendo vigorar de 30 de junho de 2014 a 29 de junho de 2015.

Art. 4° As tarifas da base econômica, constantes nas Tabelas 1, Grupo A, e 2, Grupo B, contemplam o reposicionamento da tarifa econômica e deverão constituir a base de cálculos tarifários subsequentes.

Art. 5º Definir, na Tabela 3, os percentuais de descontos relativos aos benefícios tarifários incidentes sobre as tarifas de aplicação.

Art. 6º Aprovar os novos valores integrantes das Tabelas 4, 5 e 6, com vigência no período de 30 de junho de 2014 a 29 de junho de 2015, relativos aos Serviços Cobráveis, aos parâmetros de cálculo do Encargo de Responsabilidade da Distribuidora - ERD e do Ressarcimento à distribuidora pela migração de unidades consumidores para o sistema de transmissão.

Art. 7º. Fixar o valor da quota anual da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - e Programa de Incentivo as Fontes Alternativas de Energia Elétrica- PROINFA constantes na Tabela 7.

Art. 8º. Homologar o valor mensal constante da Tabela 8, a ser repassado pela Eletrobras à CERMISSÕES, no período de competência de junho de 2014 a maio de 2015, até o 10º dia útil do mês subsequente, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Parágrafo único. O valor mensal de que trata o caput contempla o ajuste referente à diferença entre os valores previstos e os realizados no período de abril de 2013 a maio de 2014, bem como a previsão para o período de junho de 2014 a maio de 2015.

Art. 9º. Homologar a Tarifa de Energia Elétrica - TE e a Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da distribuidora supridora RIO GRANDE ENERGIA - RGE para a CERMISSÕES, constante na Tabela 9.

Art. 10. Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor, das despesas do PIS/PASEP e da COFINS efetivamente incorridas pela CERMISSÕES, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor, a Permissionária poderá compensar essas eventuais diferenças no mês subsequente.

Art. 11. A íntegra desta Resolução e seus anexos encontram-se juntados aos autos, bem como estão disponíveis no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.753, DE 24 DE JUNHO DE 2014

Homologa as Tarifas de Energia - TE e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição ? TUSD e estabelece a revisão das receitas das instalações de conexão referentes à CERILUZ COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA, CERILUZ, dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Contrato de Permissão de Distribuição nº 036/2010 e com base nos autos do Processo n° 48500.000576/2014-76, resolve:

Art. 1° Homologar o resultado da primeira revisão tarifária periódica da CERILUZ, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2º As tarifas da CERILUZ, constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 1.557, de 27 de junho de 2013, ficam, em média, reposicionadas em -0,35% (zero vírgula trinta e cinco por cento negativos), sendo -3,88% (três vírgula oitenta e oito por cento negativos) referentes ao reposicionamento tarifário econômico e 3,53% (três vírgula cinquenta e três por cento) relativos aos componentes financeiros pertinentes.

Art. 3º Estabelecer os valores dos componentes Pd e T do Fator X em 1,15% (um vírgula quinze por cento) e 0,00% (zero por cento), respectivamente, a serem aplicados na atualização da "Parcela B", nos reajustes tarifários da CERILUZ de 2015 a 2017.

Art. 4º O nível regulatório de perdas de energia elétrica a ser adotado nos reajustes tarifários da CERILUZ de 2015 a 2017, fica definido em 7,16% (sete vírgula dezesseis por cento) para as perdas sobre a energia injetada.

Art. 5º As tarifas de aplicação constam das Tabelas 1, Grupo A, e 2, Grupo B, respectivamente, e contemplam o reposicionamento da tarifa econômica e os componentes financeiros pertinentes, devendo vigorar de 30 de junho de 2014 a 29 de junho de 2015.

Art. 6° As tarifas da base econômica, constantes nas Tabelas 1, Grupo A, e 2, Grupo B, contemplam o reposicionamento da tarifa econômica e deverão constituir a base de cálculos tarifários subsequentes.

Art. 7º Definir, na Tabela 3, os percentuais de descontos relativos aos benefícios tarifários incidentes sobre as tarifas de aplicação.

Art. 8º Estabelecer a receita anual constante da Tabela 4, referente às instalações de conexão da concessionária de transmissão Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, relativas às Demais Instalações de Transmissão - DIT de uso exclusivo dedicadas à CERILUZ, que estarão em vigor no período de 30 de junho de 2014 a 29 de junho de 2015.

Parágrafo único. Fica autorizada, quando cabível, a inclusão dos valores referentes às alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins, necessários à cobertura dos dispêndios destes tributos, nas faturas relativas à receita anual de que trata o caput.

Art. 9º Aprovar os novos valores integrantes das Tabelas 5 a 7, com vigência no período de 30 de junho de 2014 a 29 de junho de 2015, relativos aos Serviços Cobráveis, aos parâmetros de cálculo do Encargo de Responsabilidade da Distribuidora - ERD e do Ressarcimento à distribuidora pela migração de unidades consumidoras para o sistema de transmissão.

Art. 10º. Fixar o valor da quota anual da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - e Programa de Incentivo as Fontes Alternativas de Energia Elétrica- PROINFA constantes na Tabela 8.

Art. 11. Homologar o valor mensal constante da Tabela 9, a ser repassado pela Eletrobras à CERILUZ, no período de competência de junho de 2014 a maio de 2015, até o 10º dia útil do mês subsequente, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Parágrafo único. O valor mensal de que trata o caput contempla o ajuste referente à diferença entre os valores previstos e os realizados no período de abril de 2013 a maio de 2014, bem como a previsão para o período de junho de 2014 a maio de 2015.

Art. 12. Homologar a Tarifa de Energia Elétrica - TE e a Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da distribuidora supridora RIO GRANDE ENERGIA - RGE para a CERILUZ, constante na Tabela 10.

Art. 13. Fixar os descontos aplicados às tarifas da supridora Rio Grande Energia - RGE a serem adotados nos reajustes tarifários da Permissionária de 2015 a 2017, constantes na Tabela 11.

Art. 14. Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor, das despesas do PIS/PASEP e da COFINS efetivamente incorridas pela CERILUZ, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor, a Permissionária poderá compensar essas eventuais diferenças no mês subsequente.

Art. 15. O horário de ponta para a área de permissão da CERILUZ compreende o período entre as 18 horas e 00 minutos e 20 horas e 59 minutos.

Parágrafo único. Se aplicada na área de permissão da CERILUZ a hora de verão, conforme disposto no Decreto nº 6.558, de 8 de setembro de 2008, o horário de ponta compreende o período entre 19 horas e 00 minutos e 21 horas e 59 minutos.

Art. 16. A íntegra desta Resolução e seus anexos encontram-se juntados aos autos, bem como estão disponíveis no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

Art. 17. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.754, DE 24 DE JUNHO DE 2014

Homologa as Tarifas de Energia - TE e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição ? TUSD e estabelece a revisão das receitas das instalações de conexão referentes à CRELUZ-D COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA CRELUZ-D, CRELUZ, dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Contrato de Permissão de Distribuição nº 039/2010 e com base nos autos do Processo n° 48500.000573/2014-32, resolve:

Art. 1° Homologar o resultado da primeira revisão tarifária periódica da CRELUZ, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2º As tarifas da CRELUZ, constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 1.545, de 25 de junho de 2013, ficam, em média, reposicionadas em 10,33% (dez vírgula trinta e três por cento), sendo 9,74% (nove vírgula setenta e quatro por cento) referentes ao reposicionamento tarifário econômico e 0,59% (zero vírgula cinquenta e nove por cento) relativos aos componentes financeiros pertinentes.

Art. 3º Estabelecer os valores dos componentes Pd e T do Fator X em 1,15% (um vírgula quinze por cento) e 0,00% (zero por cento), respectivamente, a serem aplicados na atualização da "Parcela B", nos reajustes tarifários da CRELUZ de 2015 a 2017.

Art. 4º O nível regulatório de perdas de energia elétrica a ser adotado nos reajustes tarifários da CRELUZ de 2015 a 2017, fica definido em 11,11% (onze vírgula onze por cento) para as perdas sobre a energia injetada.

Art. 5º As tarifas de aplicação constam das Tabelas 1, Grupo A, e 2, Grupo B, respectivamente, e contemplam o reposicionamento da tarifa econômica e os componentes financeiros pertinentes, devendo vigorar de 30 de junho de 2014 a 29 de junho de 2015.

Art. 6° As tarifas da base econômica, constantes nas Tabelas 1, Grupo A, e 2, Grupo B, contemplam o reposicionamento da tarifa econômica e deverão constituir a base de cálculos tarifários subsequentes.

Art. 7º Definir, na Tabela 3, os percentuais de descontos relativos aos benefícios tarifários incidentes sobre as tarifas de aplicação.

Art. 8º Aprovar os novos valores integrantes das Tabelas 4 a 6, com vigência no período de 30 de junho de 2014 a 29 de junho de 2015, relativos aos Serviços Cobráveis, aos parâmetros de cálculo do Encargo de Responsabilidade da Distribuidora - ERD e do Ressarcimento à Permissionária pela migração de unidades consumidoras para o sistema de transmissão.

Art. 9. Fixar o valor da quota anual da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - e Programa de Incentivo as Fontes Alternativas de Energia Elétrica- PROINFA constantes na Tabela 7.

Art. 10. Homologar o valor mensal constante da Tabela 8, a ser repassado pela Eletrobras à CRELUZ, no período de competência de junho de 2014 a maio de 2015, até o 10º dia útil do mês subsequente, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Parágrafo único. O valor mensal de que trata o caput contempla o ajuste referente à diferença entre os valores previstos e os realizados no período de abril de 2013 a maio de 2014, bem como a previsão para o período de junho de 2014 a maio de 2015.

Art. 11. Homologar a Tarifa de Energia Elétrica - TE e a Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da distribuidora supridora RIO GRANDE ENERGIA - RGE para a CRELUZ, constante na Tabela 9.

Art. 12. Fixar os descontos aplicados às tarifas da supridora RGE a serem adotados nos reajustes tarifários da CRERAL de 2015 a 2017, constantes na Tabela 10.

Art. 13. Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor, das despesas do PIS/PASEP e da COFINS efetivamente incorridas pela CRELUZ, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor, a Permissionária poderá compensar essas eventuais diferenças no mês subsequente.

Art. 14. O horário de ponta para a área de permissão da CRELUZ compreende o período entre as 18 horas e 00 minutos e 20 horas e 59 minutos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Parágrafo único. Se aplicada na área de permissão da CRELUZ a hora de verão, conforme disposto no Decreto nº 6.558, de 8 de setembro de 2008, o horário de ponta compreende o período entre 19 horas e 00 minutos e 21 horas e 59 minutos.

Art. 15. A íntegra desta Resolução e seus anexos encontram-se juntados aos autos, bem como estão disponíveis no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.758, DE 24 DE JUNHO DE 2014

Estabelece o valor das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão - TUST de energia elétrica, componentes do Sistema Interligado Nacional e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no art. 9º da Lei nº 9.648, de 28 de maio de 1998, nos art. 13, § 1º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e pelo art. 13 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, nos arts. 8º e 9º da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, no art. 14 do Decreto-Lei nº 2.432, de 17 de maio de 1988, nos arts. 2º e 7º do Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998, no art. 21 do Decreto nº 7.246, de 28 de julho de 2010, na Resolução Normativa nº 67, de 8 de junho de 2004, na Resolução Normativa nº 320, de 10 de junho de 2008, na Resolução Normativa nº 349, de 13 de janeiro de 2009, Resolução Normativa nº 427, de 22 de fevereiro de 2011, na Resolução Normativa nº 442, de 26 de julho de 2011, na Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, no Decreto 7.805, de 14 de setembro de 2012, Resolução Normativa nº 559, de 27 de junho de 2014, o que consta do Processo nº 48500.000612/2014-00, e considerando que:

os contratos de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica estabelecem a data de 1º de julho de cada ano como data de referência para o reajuste da Receita Anual Permitida - RAP, resolve:

Art. 1º Estabelecer o valor das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão - TUST de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional, com vigência no período de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015, conforme Anexos I, II, II-A, III e V desta Resolução, que deverão ser aplicados da seguinte forma:

I - às centrais geradoras, conforme Anexo I;

II - aos consumidores e autoprodutores com unidades de consumo com acesso à Rede Básica, conforme Anexos II e II-A;

III - aos importadores e exportadores de energia, conforme o Anexo III; e

IV - às distribuidoras de energia elétrica, conforme Anexo V.

§ 1º As TUST aplicam-se à contratação do uso do sistema de transmissão pelos usuários.

§ 2º As TUST dispostas no Anexo II-A referem-se à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e contemplam os dois regimes de tributação dos Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, aplicáveis aos usuários de que trata o Anexo II.

§ 3º As TUST do Anexo V incorporam os custos do serviço de transmissão associados às Demais Instalações de Transmissão - DIT de âmbito próprio do concessionário de distribuição utilizadas pelas distribuidoras em caráter compartilhado, de acordo com o art. 5º, inciso II, da Resolução Normativa nº 67, de 8 de junho de 2004.

Art. 2º Fixar, conforme Anexo VI, os valores dos encargos de uso do sistema de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, para o período de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015, que deverão ser mensalmente aplicados às distribuidoras com centrais geradoras em suas áreas de concessão com nível de tensão de conexão de 138 kV e 88 kV, de acordo com os arts. 7º e 8º da Resolução Normativa nº 349, de 13 de janeiro de 2009.

Parágrafo único. Os encargos de que trata o caput destinam-se ao custeio de instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e do orçamento do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Art. 3º Estabelecer em R$ 1.652,59/MW (Mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e nove centavos por megawatt) o valor da tarifa mensal de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional, com vigência no período de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015, a ser aplicada aos seus cotistas.

§ 1º Os encargos decorrentes da aplicação da tarifa de transporte deverão ser pagos a Furnas Centrais Elétricas S.A., pelo uso das instalações de conexão dedicadas à Itaipu Binacional.

§ 2º A tarifa a que se refere o caput não incorporam os custos decorrentes do PIS/Pasep e da Cofins, instituídos pelas Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, respectivamente.

Art. 4º Estabelecer, conforme Anexo IV, os valores das Receitas Anuais Permitidas das instalações destinadas a Interligações Internacionais, com vigência no período de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015.

Parágrafo Único. O ONS fica autorizado a calcular o valor do Adicional de Tarifa de Uso Específico - ADTUE, para o ciclo tarifário entre 1º de julho de 2014 e 30 de junho de 2015, a partir do somatório de receitas estabelecido no caput.

Art. 5º Autorizar o ONS a modular o orçamento anual reconhecido, com vigência desde 1º de julho de 2014, ao dispêndio mensal.

Art. 6º Aprovar a base de dados de cálculo da TUST, com vigência no período de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015, conforme os critérios estabelecidos nas Resoluções nº 281, de 1999, nº 67, de 2004, nº 349, de 2009, nº 399, de 2010, nº 429, de 2011, nº 442, de 2011 e nº 559, de 2013.

Art. 7º Fica revogada a Resolução Homologatória nº 1.555, de 27 de junho de 2013.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 25 de junho de 2014

Nº 2.036 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999 e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, revisada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, e no que consta no Processo nº 48500.003748/2002-21, resolve conceder efeito suspensivo ao recurso da RIMA ENERGÉTICA LTDA, interposto em face do Despacho nº 1.850, de 17 de junho de 2014, por se encontrarem presentes os requisitos ensejadores da suspensividade.

Nº 2.037 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999 e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, revisada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, e no que consta nos Processos nºs 48500.000597/2014-91; 48500.000580/2014-34;48500.000587/2014-56 e 48500.000584/2014-12,e por se encontrarem presentes os requisitos ensejadores da suspensividade, resolve: i) conceder efeito suspensivo ao recurso interposto pela Copel Distribuição S.A - COPEL-DIS, em face da Resolução Homologatória nº 1.740, de 24 de junho de 2014; ii) por extensão, suspender, de ofício, as Resoluções Homologatórias nºs 1.741, 1.742 e 1.749, de 24 de junho de 2014, relativas, respectivamente, aos IRTs da Companhia Campolarguense de Energia - Cocel, da Companhia Força e Luz do Oeste - CFLO e da Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti - Ceral Dis., supridas da COPEL -DIS;e iii) prorrogar as Resoluções Homologatórias nºs 1.541 e 1.542, de 20 de junho de 2013, 1.568, de 9 de julho de 2013, e 1.543, de 25 de junho de 2013.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Autorizativa nº 4.679, de 27 de maio de 2014, constante no Processo n° 48500.004592/2006-93, publicada em resumo no DOU nº 106, de 05 de junho de 2014, Seção 1, página 83, onde se lê: "a) Início da montagem eletromecânica: até 1º março de 2015 ", leia-se: "a) Início da montagem eletromecânica: até 1º março de 2016. ".

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 25 de junho de 2014

Nº 1.997 - Processo nº 48500.001545/2014-32. Interessado: Paraipaba Geração de Energia Ltda. Decisão: Prorrogar o prazo de vigência, até a realização do Leilão A-5/2014 ou do Leilão de Energia de Reserva LER/2014, do Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga nº 980, emitido em 4 de abril de 2014, referente à EOL Paraipaba I, com 24.300 kW de Potência Instalada, localizada no município de Paraipaba, estado do Ceará.

Nº 1.998 - Processo nº 48500.001546/2014-87. Interessado: Paraipaba Geração de Energia Ltda. Decisão: Prorrogar o prazo de vigência, até a realização do Leilão A-5/2014 ou do Leilão de Energia de Reserva LER/2014, do Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga nº 981, emitido em 4 de abril de 2014, referente à EOL Paraipaba II, com 24.300 kW de Potência Instalada, localizada no município de Paraipaba, estado do Ceará.

Nº 1.999 - Processo nº 48500.001551/2014-90. Interessado: Paraipaba Geração de Energia Ltda. Decisão: Prorrogar o prazo de vigência, até a realização do Leilão A-5/2014 ou do Leilão de Energia de Reserva LER/2014, do Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga nº 982, emitido em 4 de abril de 2014, referente à EOL Paraipaba III, com 21.600 kW de Potência Instalada, localizada no município de Paraipaba, estado do Ceará.

Nº 2.000 - Processo nº 48500.001547/2014-21. Interessado: Paraipaba Geração de Energia Ltda. Decisão: Prorrogar o prazo de vigência, até a realização do Leilão A-5/2014 ou do Leilão de Energia de Reserva LER/2014, do Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga nº 983, emitido em 4 de abril de 2014, referente à EOL Paraipaba IV, com 29.700 kW de Potência Instalada, localizada no município de Paraipaba, estado do Ceará.

Nº 2.001 - Processo nº 48500.001393/2014-78. Interessado: Paraipaba Geração de Energia Ltda. Decisão: Prorrogar o prazo de vigência, até a realização do Leilão A-5/2014 ou do Leilão de Energia de Reserva LER/2014, do Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga nº 984, emitido em 4 de abril de 2014, referente à EOL Paraipaba V, com 29.700 kW de Potência Instalada, localizada no município de Paraipaba, estado do Ceará.

Nº 2.002 - Processo nº 48500.001342/2014-46. Interessado: Paraipaba Geração de Energia Ltda. Decisão: Prorrogar o prazo de vigência, até a realização do Leilão A-5/2014 ou do Leilão de Energia de Reserva LER/2014, do Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga nº 985, emitido em 4 de abril de 2014, referente à EOL Paraipaba VI, com 29.700 kW de Potência Instalada, localizada no município de Paraipaba, estado do Ceará.

Nº 2.003 - Processo nº 48500.001067/2013-80. Interessado: Renova Energia S. A.. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Unha de Gato, com 18.900 kW de Potência Instalada, localizada no município de Caetité, estado da Bahia.

Nº 2.004 - Processo nº 48500.002257/2013-14. Interessado: Renova Energia S. A.. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Claraíba, com 13.500 kW de Potência Instalada, localizada no município de Guanambi, estado da Bahia.

Nº 2.005 - Processo nº 48500.001056/2013-08. Interessado: Renova Energia S. A.. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Mulungu, com 14.700 kW de Potência Instalada, localizada no município de Guanambi, estado da Bahia.

Nº 2.006 - Processo nº 48500.001065/2013-91. Interessado: Renova Energia S. A.. Decisão: Prorrogar o prazo de vigência, até a realização do Leilão A-5/2014 ou do Leilão de Energia de Reserva LER/2014, do Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga nº 1.006, emitido em 4 de abril de 2014, referente à da EOL Pau Santo, com 18.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Pindaí, estado da Bahia.

Nº 2.007 - Processo nº 48500.001473/2014-23. Interessado: Parque Eólico Ventos da Bahia Ltda. Decisão: Alterar o Despacho nº 1.085, de 4 de abril de 2014, a fim de registrar a alteração do posicionamento georreferenciado dos aerogeradores da EOL Ventos da Bahia XIII, localizada no município de Souto Soares, estado da Bahia.

Nº 2.008 - Processo nº 48500.002703/2014-71. Interessado: Eletricidade do Brasil S.A. Decisão: indeferir a solicitação de emissão do Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga da usina termelétrica Ebrasil NE, localizada no município de Santa Rita, estado da Paraíba.

Nº 2.009 - Processo nº 48500.002762/2014-40. Interessado: Eletricidade do Brasil S.A. Decisão: indeferir a solicitação de emissão do Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga da usina termelétrica Ebrasil NE I, localizada no município de Santa Rita, estado da Paraíba.

Nº 2.010 - Processo nº 48500.002705/2014-61. Interessado: Eletricidade do Brasil S.A. Decisão: indeferir a solicitação de emissão do Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga da usina termelétrica Ebrasil NE II, localizada no município de Santa Rita, estado da Paraíba.

Nº 2.011 - Processo nº 48500.002884/2014-36. Interessado: DC Energia e Participações S.A. Decisão: indeferir a solicitação de emissão do Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga da usina termelétrica Ebrasil NE III, localizada no município de Penedo, estado do Alagoas.

Nº 2.012 - Processo nº 48500.002706/2014-13. Interessado: DC Energia e Participações S.A. Decisão: indeferir a solicitação de emissão do Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga da usina termelétrica Ebrasil NE IV, localizada no município de Penedo, estado do Alagoas.

Nº 2.013 - Processo nº 48500.002704/2014-16. Interessado: DC Energia e Participações S.A. Decisão: indeferir a solicitação de emissão do Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga da usina termelétrica Ebrasil NE V, localizada no município de Penedo, estado do Alagoas.

Nº 2.014 - Processo nº 48500.001312/2014-30. Interessado: Portal do Delta do Parnaíba Participações Ltda. Decisão: Prorrogar o prazo de vigência, até a realização do Leilão A-5/2014 ou do Leilão de Energia de Reserva LER/2014, do Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga nº 989/2014, referente à EOL Portal do Delta I, localizada no município de Luís Correia, estado do Piauí.

Nº 2.015 - Processo nº 48500.001311/2014-95. Interessado: Portal do Delta do Parnaíba Participações Ltda. Decisão: Prorrogar o prazo de vigência, até a realização do Leilão A-5/2014 ou do Leilão de Energia de Reserva LER/2014, do Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga nº 990/2014, referente à EOL Portal do Delta II, localizada no município de Luís Correia, estado do Piauí.

Nº 2.016 - Processo nº 48500.001388/2014-65. Interessado: Portal do Delta do Parnaíba Participações Ltda. Decisão: Prorrogar o prazo de vigência, até a realização do Leilão A-5/2014 ou do Leilão de Energia de Reserva LER/2014, do Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga nº 991/2014, referente à EOL Portal do Delta III, localizada no município de Luís Correia, estado do Piauí.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 2.017 - Processo nº 48500.001549/2014-11. Interessado: Portal do Delta do Parnaíba Participações Ltda. Decisão: Prorrogar o prazo de vigência, até a realização do Leilão A-5/2014 ou do Leilão de Energia de Reserva LER/2014, do Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga nº 992/2014, referente à EOL Portal do Delta IV, localizada no município de Luís Correia, estado do Piauí.

Nº 2.018 - Processo nº 48500.001538/2014-31. Interessado: Portal do Delta do Parnaíba Participações Ltda. Decisão: Prorrogar o prazo de vigência, até a realização do Leilão A-5/2014 ou do Leilão de Energia de Reserva LER/2014, do Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga nº 993/2014, referente à EOL Portal do Delta V, localizada no município de Luís Correia, estado do Piauí.

Nº 2.019 - Processo nº 48500.001346/2014-24. Interessado: Portal do Delta do Parnaíba Participações Ltda. Decisão: Prorrogar o prazo de vigência, até a realização do Leilão A-5/2014 ou do Leilão de Energia de Reserva LER/2014, do Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga nº 994/2014, referente à EOL Portal do Delta VI, localizada no município de Luís Correia, estado do Piauí.

Nº 2.020 - Processo nº 48500.001548/2014-76. Interessado: Portal do Delta do Parnaíba Participações Ltda. Decisão: Prorrogar o prazo de vigência, até a realização do Leilão A-5/2014 ou do Leilão de Energia de Reserva LER/2014, do Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga nº 995/2014, referente à EOL Portal do Delta VII, localizada no município de Luís Correia, estado do Piauí.

Nº 2.021 - Processo nº: 48500.006349/2013-73. Interessado: Fotowatio do Brasil Projetos de Energias Renováveis II Ltda. Decisão: Registrar o requerimento de outorga da UFV FRV Picos, com 30.000 kW de potência instalada, localizada no município de Picos, estado do Piauí.

Nº 2.022 - Processo nº: 48500.002219/2014-42. Interessado: Fotowatio do Brasil Projetos de Energias Renováveis IV Ltda. Decisão: Registrar o requerimento de outorga da UFV FRV Buriti, com 30.000 kW de potência instalada, localizada no município de Dom Expedito Lopes, estado do Piauí.

Nº 2.023 - Processo nº: 48500.006348/2013-29. Interessado: Fotowatio do Brasil Projetos de Energias Renováveis Ltda. Decisão: Registrar o requerimento de outorga da UFV FRV Massapê, com 30.000 kW de potência instalada, localizada no município de Massapê, estado do Ceará.

Nº 2.024 - Processo nº: 48500.002168/2014-59. Interessado: Fotowatio do Brasil Projetos de Energias Renováveis III Ltda. Decisão: Registrar o requerimento de outorga da UFV FRV Banabuiú, com 30.000 kW de potência instalada, localizada no município de Banabuiú, estado do Ceará.

Nº 2.025 - Processo nº 48500.007053/2013-70. Interessado: Elecnor Transmissão de Energia S.A. Decisão: Registrar o requerimento de outorga da UFV Etesa 3 - Manga de Baixo - Belém de São Francisco I, com 30.000 kW de potência instalada, localizada no município de Belém de São Francisco, estado de Pernambuco..

Nº 2.026 - Processo nº 48500.007005/2013-81. Interessado: Elecnor Transmissão de Energia S.A. Decisão: Registrar o requerimento de outorga da UFV Etesa 4 - Manga de Baixo - Belém de São Francisco II, com 30.000 kW de potência instalada, localizada no município de Belém de São Francisco, estado de Pernambuco.

Nº 2.027 - Processo nº 48500.007118/2013-87. Interessado: Elecnor Transmissão de Energia S.A. Decisão: Registrar o requerimento de outorga da UFV Etesa 5 - Manga de Baixo - Belém de São Francisco III, com 30.000 kW de potência instalada, localizada no município de Belém de São Francisco, estado de Pernambuco.

Nº 2.028 - Processo nº 48500.007007/2013-71. Interessado: Elecnor Transmissão de Energia S.A. Decisão: Registrar o requerimento de outorga da UFV Etesa 6 - Manga de Baixo - Belém de São Francisco IV, com 30.000 kW de potência instalada, localizada no município de Belém de São Francisco, estado de Pernambuco.

Nº 2.029 - Processo nº: 48500.003294/2014-21. Interessado: Kroma Comercializadora de Energia Ltda. Decisão: Registrar o requerimento de outorga da UFV São Pedro e Paulo II, com 29.250 kW de potência instalada, localizada no município de Flores, estado de Pernambuco..

Nº 2.030 - Processo nº 48500.003291/2014-97. Interessado: Rio Monsarás Participações S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da UTE Linhares 2, com 184.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Linhares, estado do Espírito Santo.

Nº 2.031 - Processo nº 48500.003391/2014-13. Interessado: Rio Monsarás Participações S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da UTE Linhares III, com 102.065 kW de Potência Instalada, localizada no município de Linhares, estado do Espírito Santo.

Nº 2.032 - Processo nº: 48500.003392/2014-68. Interessado Ebrasil Gás e Energia S.A. Decisão: Indeferir o pleito de emissão do Despacho de Recebimento de Requerimento de Outorga da usina termelétrica Ebrasil Cabedelo, localizada no município de Cabedelo, estado da Paraíba.

Nº 2.033 - Processo nº 48500.003390/2014-79. Interessado: Agro Energia Piauí S.A. Decisão: Indeferir o pleito de emissão do Despacho de Recebimento de Requerimento de Outorga da usina termelétrica Toscana 1, localizada no município de Canto do Buriti, estado do Piauí.

Nº 2.034 - Processo nº 48500.003389/2014-44. Interessado: Agro Energia Piauí S.A. Decisão: Indeferir o pleito de emissão do Despacho de Recebimento de Requerimento de Outorga da usina termelétrica Toscana 2, localizada no município de Canto do Buriti, estado do Piauí.

Nº 2.035 - Processo nº 48500.003396/2014-46. Interessado: Agro Energia Piauí S.A. Decisão: Indeferir o pleito de emissão do Despacho de Recebimento de Requerimento de Outorga da usina termelétrica Toscana 3, localizada no município de Canto do Buriti, estado do Piauí.

A íntegra destes Despachos consta nos autos e encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 25 de junho de 2014

Nº 1.994 - Processo nº: 48500.004147/2012-14. Interessada: Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A. Decisão: aprovar a conformidade das características técnicas do projeto básico das instalações de transmissão do empreendimento Subestação Niquelândia 230/69 kV - (3+1)x10 MVA e Subestação Luziânia 500/138 kV - (3+1)x75 MVA, proposto pela Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A., com as especificações e requisitos técnicos das instalações de transmissão descritas no Anexo I do Contrato de Concessão de Transmissão nº 010/2012-ANEEL.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 25 de junho de 2014

Nº 1.988 Processo nº 48500.001204/2012-03. Interessado: CHESF. Decisão: Reconsiderar parcialmente a decisão constante do AI nº 1001/2014-SFE, alterando-a para R$ 3.133.532,93 (três milhões, cento e trinta e três mil, quinhentos e trinta e dois reais e noventa e três centavos), com base no art. 34 da Res. 63/2004.

A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e está disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

JOSÉ MOISES MACHADO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 25 de junho de 2014

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação em teste a partir do dia 26 de junho de 2014.

Nº 1.995 - Processo nº 48500.000152/2012-40. Interessado: Central Eólica Palmas Ltda. Usina: EOL Boca do Córrego. Unidades Geradoras: UG1 a UG9, totalizando 24.300 kW. Localização: Município de Amontada, Estado do Ceará.

Nº 1.996 - Processo nº 48500.000214/2012-13. Interessado: Central Eólica Ilha Grande Ltda. Usina: EOL Ilha Grande. Unidades Geradoras: UG1 a UG11, totalizando 29.700 kW. Localização: Município de Amontada, Estado do Ceará.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CAMILLA DE ANDRADE GONÇALVES FERNANDES
Substituta

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 25 de junho de 2014

Nº 1.986 - Processo nº 48500.002534/2014-70. Interessadas: Cemig Distribuição S.A. e CEMIG Geração e Transmissão S.A. Decisão: não anuir ao pedido das Interessadas para celebrar contrato, com a empresa Ativas Data Center S.A., de prestação de serviços de hospedagem e operação do datacenter de Tecnologia de Informação e de backup-site do Centro de Operação do Sistema - COS (Ambiente SCADA) haja vista: (i) a ausência de demonstração fática de comutatividade da avença, nos termos exigidos pela Resolução Normativa nº 334, de 21 de outubro de 2008; e (ii) a falta de demonstração de pertinência e razoabilidade da referida contratação, no que se refere aos critérios de normalidade, usualidade e necessidade à manutenção de suas atividades, conforme exigido no art. 16 da Resolução citada.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 25 de junho de 2014

Nº 1.952 - Processos nº 48500.003719/2011-59. Decisão: (i) - revogar o Despacho nº 3.332, de 15 de agosto de 2011, bem como o Despacho nº 2.942, de 21 de setembro de 2012, e transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da PCH Rio das Pacas, situada no rio Vermelho, sub-bacia 82, no Estado de Santa Catarina, concedido à empresa Construbrás Construtora de Obras Rodoviárias Ltda., devido o não atendimento ao disposto no § 3º, do art. 7º, da Resolução ANEEL nº 343/2008.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 1.989 - Processo: 48500.001742/2011-17. Decisão: (i) prorrogar para 10/12/2014 o prazo estabelecido no Despacho n° 4.364, de 23 de dezembro de 2013, para entrega dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Canamã, sub-bacia 15, localizado no Estado de Mato Grosso, solicitado pela empresa Novo Norte Energia e Consultoria Ltda.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 1.990 - Processo: 48500.004319/2012-41. Decisão: (i) prorrogar para 15/12/2014 o prazo estabelecido no Despacho n° 2.849, de 13 de setembro de 2012, para entrega da Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Juína, no trecho entre a montante do remanso da PCH Juína I até a sua nascente, sub-bacia 17, localizado no Estado de Mato Grosso, solicitado pelo Senhor Osvaldo Kenhiti Kasicawa.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ODENIR JOSÉ DOS REIS

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS COMERCIAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 25 de junho de 2014

Nº 1.991 - Decisão: (i) definir o prazo limite de universalização rural dos municípios das Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA; e (ii) determinar que a CELPA encaminhe, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, as metas de ligação por município.

A íntegra deste Despacho e o seu anexo constam do processo 48500.003259/2003-04 e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 1.992 - Decisão: (i) definir o prazo limite de universalização rural dos municípios da Eletrobras Amazonas Energia; e (ii) determinar que a Eletrobras Amazonas Energia encaminhe, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, as metas de ligação por município.

A íntegra deste Despacho e o seu anexo constam do processo 48500.004357/2003-51 e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 1.993 - Decisão: (i) definir o prazo limite de universalização rural dos municípios da Eletrobras Distribuição Acre; e (ii) determinar que a Eletrobras Distribuição Acre encaminhe, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, as metas de ligação por município.

A íntegra deste Despacho e o seu anexo constam do processo 48500.002475/2004-97 e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

MARCOS BRAGATTO

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A
CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A
NIRE 53300002819 - CNPJ 00.357.038/0001-16

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2014

Aos treze dias do mês de junho do ano dois mil e quatorze, às 09 horas, no escritório-sede da Empresa, no SCN, Quadra 06, Conjunto "A", Blocos "B" e "C", Entrada Norte 2, em Brasília-DF, reuniram-se na sala 409-B, os acionistas da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, regularmente convocados por edital publicado nos dias 04, 05 e 06 de junho de 2014 no Diário Oficial da União e no Jornal de Brasília, para examinar, discutir e votar a Ordem do Dia. Representando o acionista majoritário, compareceu à Assembleia o advogado CLEBER MARQUES REIS, OAB/RJ 75.413. Na ausência do Presidente do Conselho de Ad-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ministração, foi escolhido para assumir a presidência da Assembleia, na forma prevista no art. 8º do Estatuto, o Diretor-Presidente da Eletronorte, JOSIAS MATOS DE ARAUJO, representado pelo advogado ANDREI BRAGA MENDES, OAB/DF 21.545, que agradeceu a presença dos acionistas. Em seguida, verificando o "Livro de Presença", o Sr. Presidente constatou que estavam representados mais de dois terços do capital votante, número suficiente à instalação da Assembleia. Abrindo a sessão, para secretariar a reunião convidou a mim, CLEBER MARQUES REIS, ficando então constituída a Mesa. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente determinou-me que fizesse a leitura do Edital de Convocação, o que fiz e passo a transcrever: "CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE - (CONTROLADA DA ELETROBRÁS) CNPJ 00357038/0001-16 ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Ficam convocados os Senhores Acionistas da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 13 de junho de 2014, às 09 horas, na sede social da Empresa, SCN Quadra 06, Conjunto "A", Bloco B, Entrada Norte 2, Asa Norte, em Brasília - DF, na sala 409, nesta cidade, instalando-se a Assembleia, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, o número legal do capital social votante e, em segunda convocação, meia hora depois, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: - eleição de membro do Conselho de Administração. Brasília, 03 de junho de 2014. (Ass.) JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES. Presidente do Conselho de Administração". Solicitando a palavra, o advogado CLEBER MARQUES REIS, representante da Eletrobras, propôs e votou, em conformidade com o que lhe foi determinado pela Resolução de Diretoria da Eletrobras RES-384/2014, de 10.06.2014, para compor o Conselho de Administração da Eletronorte, pelo prazo remanescente do mandato a findar-se em 2015, no Sr. TITO CARDOSO DE OLIVEIRA NETO. O eleito substitui o Sr. JOSIAS MATOS DE ARAUJO e tem a seguinte qualificação: TITO CARDOSO DE OLIVEIRA NETO, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade nº 5217016 - Instituto de Identificação - PA, e do CPF nº 000.479.612-87, residente e domiciliado à Travessa Padre Eutíquio, 1572 - ap. 701 - Batista Campos - Belém-PA - CEP: 66.025-230. Retomando a palavra, o Sr. Presidente declarou a proposta aprovada por unanimidade. Em seguida, os trabalhos foram suspensos pelo tempo suficiente à lavratura da presente Ata por mim redigida. Reaberta a sessão, depois de lida e achada conforme, vai a Ata assinada pelo Sr. Presidente, por mim, Secretário, e pelos demais acionistas presentes, dela se extraindo as cópias necessárias para os fins legais. (Ass.) JOSIAS MATOS DE ARAUJO - p.p. ANDREI BRAGA MENDES - Presidente, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras - p.p. CLEBER MARQUES REIS - Secretário da Assembleia. Declaramos, na qualidade de Presidente e Secretário da presente Assembleia, que o texto acima é cópia integral e fiel da Ata transcrita às fls. 151 a 152 do Livro nº 05 de Atas das Assembleias Gerais da Eletronorte. REGISTRO E ARQUIVAMENTO NA JCDF: Registrada sob o nº 20140472592, de 18.06.2014.

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

PORTARIA Nº 78, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.046/2006, resolve:

Art. 1° Fica retificada a concessão de lavra outorgada pela Portaria nº 185, de 16 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 21 de novembro de 2011, de que é titular Indústria e Comércio de Alimentos Saudável Ltda., para lavrar Água Mineral, no Município de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná, numa área de 50,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 25°26'32,765"S / 52°53'40,555"W; 25°26'00,268"S / 52°53'40,555"W; 25°26'00,267"S / 52°53'22,661"W; 25°26'32,764"S / 52°53'22,660"W; 25°26'32,765"S / 52°53'40,555"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 92,0m, no rumo verdadeiro de 31°59'59"863 NE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 25°26'35,300"S e Long. 52°53'42,300"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1000,0m-N; 500,0m-E; 1000,0m-S; 500,0m-W.

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 6,03 ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 25°26'32,370"S / 52°53'39,710"W; 25°26'22,610"S / 52°53'39,710"W; 25°26'22,610"S / 52°53'32,520"W; 25°26'32,370"S / 52°53'32,520"W; 25°26'32,370"S / 52°53'39,710"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 25°26'32,370"S e Long. 52°53'39,710"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 300,3m-N; 200,9m-E; 300,3m-S; 200,9m-W.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.95)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 79, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.092/2008, resolve:

Art. 1° Outorgar à Itajara Minérios Ltda., concessão para lavrar Talco, nos Municípios de Doutor Ulysses e Castro/PR, numa área de 830,78ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 24°41'43,000"S / 49°34'00,300"W; 24°41'42,996"S / 49°32'57,534"W; 24°42'17,095"S / 49°32'57,529"W; 24°42'17,097"S / 49°33'15,317"W; 24°42'56,097"S / 49°33'15,313"W; 24°42'56,093"S / 49°32'40,246"W; 24°43'52,994"S / 49°32'40,236"W; 24°43'52,999"S / 49°33'24,716"W; 24°43'20,499"S / 49°33'24,718"W; 24°43'20,499"S / 49°34'35,882"W; 24°42'15,499"S / 49°34'35,876"W; 24°42'15,500"S / 49°34'00,300"W; 24°41'43,000"S / 49°34'00,300"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 24°41'43,000"S e Long. 49°34'00,300"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1764,4m-E; 1049,2m-S; 500,0m-W; 1200,0m-S; 985,6m-E; 1750,8m-S; 1250,0m-W; 1000,0m-N; 2000,0m-W; 2000,0m-N; 1000,0m-E; 1000,0m-N.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 80, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.100/2004, resolve:

Art. 1° Outorgar à Cerâmica Gnatta Ltda., concessão para lavrar Argila, no Município de Irati, Estado do Paraná, numa área de 10,67ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 25°29'55,579"S / 50°38'50,397"W; 25°30'11,827"S/ 50°38'50,396"W; 25°30'11,827"S / 50°38'59,348"W; 25°30'29,376"S/ 50°38'59,348"W; 25°30'36,200"S / 50°38'59,347"W; 25°30'36,200"S/ 50°39'08,300"W; 25°30'28,076"S / 50°39'08,300"W; 25°30'28,076"S/ 50°39'00,064"W; 25°30'11,178"S / 50°39'00,064"W; 25°30'11,177"S/ 50°38'51,112"W; 25°30'00,778"S / 50°38'51,112"W; 25°30'00,779"S/ 50°38'55,409"W; 25°29'55,579"S / 50°38'55,409"W; 25°29'55,579"S/ 50°38'50,397"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 25°29'55,579"S e Long. 50°38'50,397"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 500,0m-S; 250,0m-W; 540,0m-S; 210,0m-S; 250,0m-W; 250,0m-N; 230,0m-E; 520,0m-N; 250,0m-E; 320,0m-N; 120,0m-W; 160,0m-N; 140,0m-E.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 81, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.354/2002, resolve:

Art. 1° Outorgar à Helena Maria de Oliveira Cunha ME, concessão para lavrar Argila, no Município de Guaporema, Estado do Paraná, numa área de 50,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 23°18'04,518"S/52°44'08,744"W; 23°18'11,013"S/52°44'08,744"W; 23°18'11,013"S/52°44'05,225"W; 23°18'19,140"S/52°44'05,225"W; 23°18'19,140"S/52°44'01,709"W; 23°18'21,500"S/52°44'01,709"W; 23°18'21,500"S/52°44'03,117"W; 23°18'22,067"S/52°44'03,117"W; 23°18'22,067"S/52°44'04,877"W; 23°18'23,692"S/52°44'04,877"W; 23°18'23,692"S/52°44'18,955"W; 23°18'22,879"S/52°44'18,955"W; 23°18'22,879"S/52°44'20,187"W; 23°18'21,904"S/52°44'20,187"W; 23°18'21,904"S/52°44'21,243"W; 23°18'20,604"S/52°44'21,243"W; 23°18'20,604"S/52°44'32,505"W; 23°18'22,067"S/52°44'32,505"W; 23°18'22,067"S/52°44'36,728"W; 23°18'21,417"S/52°44'36,728"W; 23°18'21,417"S/52°44'37,256"W; 23°18'20,767"S/52°44'37,256"W; 23°18'20,767"S/52°44'38,312"W; 23°18'17,841"S/52°44'38,312"W; 23°18'17,841"S/52°44'32,720"W; 23°18'12,152"S/52°44'39,720"W; 23°18'12,152"S/52°44'42,184"W; 23°18'19,141"S/52°44'42,184"W; 23°18'19,141"S/52°44'41,128"W; 23°18'24,992"S/52°44'41,128"W; 23°18'24,992"S/52°44'46,584"W; 23°18'20,441"S/52°44'46,584"W; 23°18'20,441"S/52°44'45,880"W; 23°18'18,490"S/52°44'45,880"W; 23°18'18,490"S/52°44'43,592"W; 23°18'17,840"S/52°44'43,592"W; 23°18'17,840"S/52°44'44,296"W; 23°18'17,027"S/52°44'44,296"W; 23°18'17,027"S/52°44'45,000"W; 23°18'16,377"S/52°44'45,000"W; 23°18'16,377"S/52°44'45,704"W; 23°18'15,889"S/52°44'45,704"W; 23°18'15,889"S/52°44'46,760"W; 23°18'14,914"S/52°44'46,760"W; 23°18'14,914"S/52°44'49,224"W; 23°18'15,402"S/52°44'49,224"W; 23°18'15,402"S/52°44'50,632"W; 23°18'16,052"S/52°44'50,632"W; 23°18'16,052"S/52°44'53,720"W; 23°18'15,402"S/52°44'53,720"W; 23°18'15,402"S/52°44'55,832"W; 23°18'14,589"S/52°44'55,832"W; 23°18'14,589"S/52°44'57,240"W; 23°18'14,264"S/52°44'57,240"W; 23°18'14,264"S/52°45'01,463"W; 23°18'13,126"S/52°45'01,463"W; 23°18'13,126"S/52°45'03,927"W; 23°18'14,752"S/52°45'03,927"W; 23°18'14,752"S/52°45'03,223"W; 23°18'15,402"S/52°45'03,223"W; 23°18'15,402"S/52°45'02,519"W; 23°18'16,215"S/52°45'02,519"W; 23°18'16,215"S/52°45'01,815"W; 23°18'16,865"S/52°45'01,815"W; 23°18'16,865"S/52°45'01,111"W; 23°18'20,441"S/52°45'01,111"W; 23°18'20,441"S/52°45'03,399"W; 23°18'21,091"S/52°45'03,399"W; 23°18'21,091"S/52°45'06,039"W; 23°18'21,741"S/52°45'06,039"W; 23°18'21,741"S/52°45'07,799"W; 23°18'24,342"S/52°45'07,799"W; 23°18'24,342"S/52°45'11,319"W; 23°18'12,965"S/52°45'11,319"W; 23°18'12,965"S/52°44'52,666"W; 23°18'12,640"S/52°44'52,666"W; 23°18'12,640"S/52°44'46,683"W; 23°18'11,990"S/52°44'46,683"W; 23°18'11,990"S/52°44'33,310"W; 23°18'11,340"S/52°44'33,310"W; 23°18'11,340"S/52°44'30,670"W; 23°18'14,103"S/52°44'30,670"W; 23°18'14,103"S/52°44'31,374"W; 23°18'16,866"S/52°44'31,374"W; 23°18'16,866"S/52°44'32,430"W; 23°18'20,442"S/52°44'32,430"W; 23°18'20,442"S/52°44'21,168"W; 23°18'17,191"S/52°44'21,168"W; 23°18'17,191"S/52°44'23,280"W; 23°18'15,728"S/52°44'23,280"W; 23°18'15,728"S/52°44'24,160"W; 23°18'14,103"S/52°44'24,160"W; 23°18'14,103"S/52°44'25,040"W; 23°18'12,478"S/52°44'25,040"W; 23°18'12,478"S/52°44'25,920"W; 23°18'10,853"S/52°44'25,920"W; 23°18'10,853"S/52°44'26,976"W; 23°18'08,415"S/52°44'26,976"W; 23°18'08,415"S/52°44'24,864"W; 23°18'07,767"S/52°44'24,864"W; 23°18'07,767"S/52°44'19,300"W; 23°18'05,491"S/52°44'19,300"W; 23°18'05,491"S/52°44'15,780"W; 23°18'04,518"S/52°44'15,780"W; 23°18'04,518"S/52°44'08,744"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 23°18'04,518"S e Long. 52°44'08,744"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 199,8m-S; 100,0m-E; 250,0m-S; 99,9m-E; 72,6m-S; 40,0m-W; 17,4m-S; 50,0m-W; 50,0m-S; 400,0m-W; 25,0m-N; 35,0m-W; 30,0m-N; 30,0m-W; 40,0m-N; 320,0m-W; 45,0m-S; 120,0m-W; 20,0m-N; 15,0m-W; 20,0m-N; 30,0m-W; 90,0m-N; 40,0m-W; 175,0m-N; 70,0m-W; 215,0m-S; 30,0m-E; 180,0m-S; 155,0m-W; 140,0m-N; 20,0m-E; 60,0m-N; 65,0m-E; 20,0m-N; 20,0m-W; 25,0m-N; 20,0m-W; 20,0m-N; 20,0m-W; 15,0m-N; 30,0m-W; 30,0m-N; 70,0m-W; 15,0m-S; 40,0m-W; 20,0m-S; 87,7m-W; 20,0m-N; 60,0m-W; 25,0m-N; 40,0m-W; 10,0m-N; 120,0m-W; 35,0m-N; 70,0m-W; 50,0m-S; 20,0m-E; 20,0m-S; 20,0m-E; 25,0m-S; 20,0m-E; 20,0m-S; 20,0m-E; 110,0m-S; 65,0m-W; 20,0m-S; 75,0m-W; 20,0m-S; 50,0m-W; 80,0m-S; 100,0m-W; 350,0m-N; 530,0m-E; 10,0m-N; 170,0m-E; 20,0m-N; 380,0m-E; 20,0m-N; 75,0m-E; 85,0m-S; 20,0m-W; 85,0m-S; 30,0m-W; 110,0m-S; 320,0m-E; 100,0m-N; 60,0m-W; 45,0m-N; 25,0m-W; 50,0m-N; 25,0m-W; 50,0m-N; 25,0m-W; 50,0m-N; 30,0m-W; 75,0m-N; 60,0m-E; 19,9m-N; 158,1m-E; 70,0m-N; 100,0m-E; 29,9m-N; 199,9m-E.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 82, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.733/2010, resolve:

Art. 1° Outorgar à Mineração Morretes Ltda., concessão para lavrar Areia e Argila, no Município de Morretes, Estado do Paraná, numa área de 49,80ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 25°31'03,045"S/48°44'45,956"W; 25°31'01,582"S/48°44'45,956"W; 25°31'01,582"S/48°44'49,354"W; 25°30'59,955"S/48°44'49,354"W; 25°30'59,955"S/48°44'52,398"W; 25°30'54,753"S/48°44'52,398"W; 25°30'54,753"S/48°44'50,065"W; 25°30'53,294"S/48°44'50,065"W; 25°30'53,294"S/48°44'48,631"W; 25°30'51,670"S/48°44'48,631"W; 25°30'51,670"S/48°44'47,197"W; 25°30'50,047"S/48°44'47,197"W; 25°30'50,047"S/48°44'45,763"W; 25°30'48,424"S/48°44'45,763"W; 25°30'48,424"S/48°44'44,329"W; 25°30'46,801"S/48°44'44,329"W; 25°30'46,801"S/48°44'42,896"W; 25°30'45,180"S/48°44'42,896"W; 25°30'45,180"S/48°44'39,313"W; 25°30'45,993"S/48°44'39,313"W; 25°30'45,993"S/48°44'31,903"W; 25°30'43,888"S/48°44'31,903"W; 25°30'43,888"S/48°44'30,362"W; 25°30'43,564"S/48°44'30,362"W; 25°30'43,564"S/48°44'29,824"W; 25°30'42,428"S/48°44'29,824"W; 25°30'42,428"S/48°44'29,465"W; 25°30'39,504"S/48°44'29,465"W; 25°30'39,504"S/48°44'30,715"W; 25°30'40,153"S/48°44'30,715"W; 25°30'40,153"S/48°44'31,790"W; 25°30'40,639"S/48°44'31,790"W; 25°30'40,639"S/48°44'32,864"W; 25°30'41,450"S/48°44'32,864"W; 25°30'41,450"S/48°44'33,939"W; 25°30'42,262"S/48°44'33,939"W; 25°30'42,262"S/48°44'35,372"W; 25°30'43,235"S/48°44'35,372"W; 25°30'43,235"S/48°44'37,163"W; 25°30'44,208"S/48°44'37,163"W; 25°30'44,208"S/48°44'38,596"W; 25°30'44,857"S/48°44'38,596"W; 25°30'44,857"S/48°44'40,029"W; 25°30'43,556"S/48°44'40,029"W; 25°30'43,556"S/48°44'38,954"W; 25°30'42,257"S/48°44'38,954"W; 25°30'42,257"S/48°44'36,804"W; 25°30'40,634"S/48°44'36,804"W; 25°30'40,634"S/48°44'33,938"W; 25°30'39,338"S/48°44'33,938"W; 25°30'39,338"S/48°44'31,789"W; 25°30'38,040"S/48°44'31,789"W; 25°30'38,040"S/48°44'29,747"W; 25°30'36,744"S/48°44'29,747"W; 25°30'36,744"S/48°44'28,206"W; 25°30'35,282"S/48°44'28,206"W; 25°30'35,282"S/48°44'27,309"W; 25°30'29,109"S/48°44'27,309"W; 25°30'29,109"S/48°44'21,933"W; 25°30'30,089"S/48°44'21,933"W; 25°30'30,089"S/48°44'20,502"W; 25°30'31,389"S/48°44'20,502"W; 25°30'31,389"S/48°44'19,071"W;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014062600050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

25°30'32,690"S/48°44'19,071"W; 25°30'32,690"S/48°44'16,924"W; 25°30'33,991"S/48°44'16,924"W; 25°30'33,991"S/48°44'15,493"W; 25°30'36,754"S/48°44'15,493"W; 25°30'36,754"S/48°44'17,644"W; 25°30'41,301"S/48°44'17,644"W; 25°30'41,301"S/48°44'18,365"W; 25°30'43,087"S/48°44'18,365"W; 25°30'43,087"S/48°44'20,336"W; 25°30'43,573"S/48°44'20,336"W; 25°30'43,573"S/48°44'23,917"W; 25°30'45,682"S/48°44'23,917"W; 25°30'45,682"S/48°44'26,067"W; 25°30'47,304"S/48°44'26,067"W; 25°30'47,304"S/48°44'27,500"W; 25°30'48,278"S/48°44'27,500"W; 25°30'48,278"S/48°44'28,755"W; 25°30'50,551"S/48°44'28,755"W; 25°30'50,551"S/48°44'27,683"W; 25°30'51,202"S/48°44'27,683"W; 25°30'51,202"S/48°44'26,431"W; 25°30'52,829"S/48°44'26,431"W; 25°30'52,829"S/48°44'24,284"W; 25°30'58,352"S/48°44'24,284"W; 25°30'58,352"S/48°44'25,367"W; 25°31'01,600"S/48°44'25,367"W; 25°31'01,600"S/48°44'26,091"W; 25°31'03,045"S/48°44'26,091"W; 25°31'03,045"S/48°44'45,956"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 25°31'03,045"S e Long. 48°44'45,956"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 45,0m-N; 94,9m-W; 50,1m-N; 85,0m-W; 160,1m-N; 65,1m-E; 44,9m-N; 40,0m-E; 50,0m-N; 40,1m-E; 49,9m-N; 40,0m-E; 49,9m-N; 40,0m-E; 50,0m-N; 40,0m-E; 49,9m-N; 100,1m-E; 25,0m-S; 206,9m-E; 64,8m-N; 43,0m-E; 10,0m-N; 15,0m-E; 35,0m-N; 10,0m-E; 90,0m-N; 34,9m-W; 20,0m-S; 30,0m-W; 15,0m-S; 30,0m-W; 25,0m-S; 30,0m-W; 25,0m-S; 40,0m-W; 29,9m-S; 50,0m-W; 29,9m-S; 40,0m-W; 20,0m-S; 40,0m-W; 40,0m-N; 30,0m-E; 40,0m-N; 60,0m-E; 49,9m-N; 80,0m-E; 39,9m-N; 60,0m-E; 39,9m-N; 57,0m-E; 39,9m-N; 43,0m-E; 45,0m-N; 25,1m-E; 190,0m-N; 150,1m-E; 30,2m-S; 40,0m-E; 40,0m-S; 40,0m-E; 40,0m-S; 60,0m-E; 40,0m-S; 40,0m-E; 85,0m-S; 60,1m-W; 139,9m-S; 20,1m-W; 55,0m-S; 55,0m-W; 15,0m-S; 100,0m-W; 64,9m-S; 60,0m-W; 49,9m-S; 40,0m-W; 30,0m-S; 35,1m-W; 70,0m-S; 29,9m-E; 20,0m-S; 35,0m-E; 50,1m-S; 60,0m-E; 170,0m-S; 30,2m-W; 100,0m-S; 20,2m-W; 44,5m-S; 554,7m-W.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 83, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 820.519/2007, resolve:

Art. 1° Outorgar à Água Mineral Jarinú Ltda., concessão para lavrar Água Mineral, nos Municípios de Campo Limpo Paulista e Jarinu, Estado de São Paulo, numa área de 9,90ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 23°10'40,753"S / 46°45'12,724"W; 23°10'40,753"S / 46°45'00,066"W; 23°10'49,692"S / 46°45'00,066"W; 23°10'49,692"S / 46°45'12,724"W; 23°10'40,753"S / 46°45'12,724"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 23°10'40,753"S e Long. 46°45'12,724"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 360,0m-E; 275,0m-S; 360,0m-W; 275,0m-N.

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 36,64 ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 23°10'40,753"S / 46°45'12,724"W; 23°10'50,993"S / 46°45'12,724"W; 23°10'50,992"S / 46°44'53,737"W; 23°10'28,238"S / 46°44'53,738"W; 23°10'28,238"S / 46°45'11,669"W; 23°10'40,753"S / 46°45'11,669"W; 23°10'40,753"S/46°45'12,724"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 23°10'40,753"S e Long. 46°45'12,724"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 315,0m-S; 540,0m-E; 700,0m-N; 510,0m-W; 385,0m-S; 30,0m-W.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 84, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.355/2003, resolve:

Art. 1° Outorgar à Mineração de Areia Malassise Ltda. - Me, concessão para lavrar Areia, no Município de Londrina, Estado do Paraná, numa área de 40,09ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 23°43'48,295"S/50°54'07,647"W; 23°43'49,040"S/50°54'07,647"W; 23°43'49,040"S/50°54'03,763"W; 23°43'56,061"S/50°54'03,763"W; 23°43'56,061"S/50°53'59,668"W; 23°44'07,535"S/50°53'59,667"W; 23°44'07,535"S/50°53'55,713"W; 23°44'11,175"S/50°53'55,713"W; 23°44'11,175"S/50°53'51,758"W; 23°44'13,255"S/50°53'51,758"W; 23°44'13,255"S/50°53'48,227"W; 23°44'15,335"S/50°53'48,227"W; 23°44'15,335"S/50°53'44,343"W; 23°44'19,918"S/50°53'44,343"W; 23°44'19,918"S/50°53'41,342"W; 23°44'24,826"S/50°53'41,342"W; 23°44'24,826"S/50°53'37,881"W; 23°44'27,882"S/50°53'37,881"W; 23°44'27,881"S/50°53'34,527"W; 23°44'33,180"S/50°53'34,526"W; 23°44'33,179"S/50°53'32,408"W; 23°44'40,152"S/50°53'32,407"W; 23°44'40,152"S/50°53'37,714"W; 23°44'40,311"S/50°53'37,638"W; 23°44'40,340"S/50°53'37,686"W; 23°44'38,290"S/50°53'38,690"W; 23°44'38,263"S/50°53'38,752"W; 23°44'37,409"S/50°53'38,752"W; 23°44'36,234"S/50°53'38,443"W; 23°44'36,312"S/50°53'38,752"W; 23°44'34,483"S/50°53'38,752"W; 23°44'34,483"S/50°53'39,787"W; 23°44'31,850"S/50°53'39,788"W; 23°44'31,851"S/50°53'42,259"W; 23°44'29,673"S/50°53'42,259"W; 23°44'29,673"S/50°53'44,272"W; 23°44'27,560"S/50°53'44,272"W; 23°44'27,560"S/50°53'46,709"W; 23°44'23,172"S/50°53'46,709"W; 23°44'23,172"S/50°53'48,792"W; 23°44'20,799"S/50°53'48,792"W; 23°44'20,799"S/50°53'51,864"W; 23°44'18,849"S/50°53'51,864"W; 23°44'18,849"S/50°53'55,042"W; 23°44'16,802"S/50°53'55,042"W; 23°44'16,802"S/50°53'58,573"W; 23°44'14,299"S/50°53'58,573"W; 23°44'14,299"S/50°54'01,751"W; 23°44'11,796"S/50°54'01,751"W; 23°44'11,796"S/50°54'04,575"W; 23°44'08,643"S/50°54'04,575"W; 23°44'08,643"S/50°54'07,400"W; 23°44'03,800"S/50°54'07,400"W; 23°44'03,800"S/50°54'10,507"W; 23°43'52,976"S/50°54'10,507"W; 23°43'52,976"S/50°54'14,038"W; 23°43'48,295"S/50°54'14,038"W; 23°43'48,295"S/50°54'07,647"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 23°43'48,295"S e Long. 50°54'07,647"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 22,9m-SW 00°00'00"000; 110,0m-NE 90°00'00"000; 216,0m-SW 00°00'00"000; 116,0m-NE 90°00'00"000; 353,0m-SW 00°00'00"000; 112,0m-NE 90°00'00"000; 112,0m-SW 00°00'00"000; 112,0m-NE 90°00'00"000; 64,0m-SW 00°00'00"000; 100,0m-NE 90°00'00"000; 64,0m-SW 00°00'00"000; 110,0m-SE 89°59'41"249; 141,0m-SW 00°00'00"000; 85,0m-NE 90°00'00"000; 151,0m-SW 00°00'00"000; 98,0m-NE 90°00'00"000; 94,0m-SW 00°00'00"000; 95,0m-NE 90°00'00"000; 163,0m-SW 00°00'00"000; 60,0m-NE 90°00'00"000; 214,5m-SW 00°00'00"000; 150,3m-SW 90°00'00"000; 5,3m-SE 23°46'37"312; 1,6m-SW 55°49'09"834; 69,2m-NW 24°15'54"425; 1,9m-NW 65°17'12"563; 26,3m-NE 00°00'00"000; 37,2m-NE 13°38'24"551; 9,1m-SW 74°41'42"506; 56,3m-NE 00°00'00"000; 29,3m-SW 90°00'00"000; 81,0m-NE 00°00'00"000; 70,0m-SW 90°00'00"000; 67,0m-NE 00°00'00"000; 57,0m-SW 90°00'00"000; 65,0m-NE 00°00'00"000; 69,0m-SW 90°00'00"000; 135,0m-NE 00°00'00"000; 59,0m-SW 90°00'00"000; 73,0m-NE 00°00'00"000; 87,0m-SW 90°00'00"000; 60,0m-NE 00°00'00"000; 90,0m-NW 89°59'37"082; 63,0m-NE 00°00'00"000; 100,0m-NW 89°59'39"374; 77,0m-NE 00°00'00"000; 90,0m-SW 90°00'00"000; 77,0m-NE 00°00'00"000; 80,0m-SW 90°00'00"000; 97,0m-NE 00°00'00"000; 80,0m-SW 90°00'00"000; 149,0m-NE 00°00'00"000; 88,0m-SW 90°00'00"000; 333,0m-NE 00°00'00"000; 100,0m-SW 90°00'00"000; 144,0m-NE 00°00'00"000; 181,0m-NE 90°00'00"000.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 25 de junho de 2014

FASE DE REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE LAVRA
Indefere o requerimento de concessão de lavra. (3.90)

O Processo permanecerá nesta Secretaria durante o prazo recursal, para vista e cópias.

810.535/2005 - Bebidas Verasul Ltda.

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 423, do Secretário de Geologia, Mineração e Produção Mineral, de 6 de novembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2006, Seção 1, pág. 138, onde se lê: "Art. 1º ...nos Municípios de Aracruz e Ibiraçu, Estado do Espirito Santo" leia-se: "Art. 1º ...no Município de Aracruz, Estado do Espirito Santo".

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 171, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, parágrafo único, da Portaria MME nº 440, de 20 de julho de 2012, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.007278/2013-26, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada EOL Mussambê, de titularidade da empresa Mussambê Energética S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.353.849/0001-77, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput foi autorizado por meio da Portaria MME nº 67, de 21 de fevereiro de 2014, sendo alcançado pelo art. 4º, inciso I, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de novembro de 2013 e são de exclusiva responsabilidade da Mussambê Energética S.A., cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Mussambê Energética S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, no prazo de até trinta dias da sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto aprovado nesta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOACIR CARLOS BERTOL

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA					
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA					
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO					
01	Nome Empresarial Mussambê Energética S.A.			02	CNPJ 19.353.849/0001-77
03	Logradouro Avenida Engenheiro Domingos Ferreira			04	Número 2.589
05	Complemento 8º Andar, Parte	06	Bairro/Distrito Boa Viagem	07	CEP 51020-031
08	Município Recife	09	UF PE	10	Telefone (81) 2137-7010
11	DADOS DO PROJETO				
Nome do Projeto	EOL Mussambê (Autorizada pela Portaria MME nº 67, de 21 de fevereiro de 2014 - Leilão nº 05/2013-ANEEL).				
Descrição do Projeto	Central Geradora Eólica denominada EOL Mussambê, compreendendo: I - Central Geradora Eólica constituída de onze Unidades Geradoras de 2.700 kW, totalizando 29.700 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito formado por uma Subestação Elevadora de 34,5/230 kV, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 230 kV, com cerca de cinquenta e oito quilômetros e duzentos metros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação Sobradinho, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf.				
Período de Execução	De 27/2/2014 a 30/8/2015.				
Localidade do Projeto [Município/UF]	Município de Sento Sé, Estado da Bahia.				
12	PRESIDENTE, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA				
Nome: José Antêmio Alves Arruda.				CPF: 071.379.234-53.	
Nome: Carlos Rogério Freire de Carvalho.				CPF: 338.172.195-04.	
Nome: Amilton Queiroz da Silva.				CPF: 594.453.004-91.	
13	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens	86.966.666,67.				
Serviços	17.366.666,67.				
Outros	....				
Total (1)	104.333.333,34.				

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

14	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)
Bens	78.937.666,67.
Serviços	16.062.416,67.
Outros	....
Total (2)	95.000.083,34.

PORTARIA Nº 172, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, parágrafo único, da Portaria MME nº 440, de 20 de julho de 2012, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.002790/2014-67, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de transmissão de energia elétrica, correspondente ao Lote A do Leilão nº 07/2013-ANEEL, de titularidade da empresa Mata de Santa Genebra Transmissão S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.699.063/0001-06, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput é objeto do Contrato de Concessão nº 01/2014-ANEEL, de 14 de maio de 2014, e alcançado pelo art. 4º, inciso II, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de abril de 2014 e são de exclusiva responsabilidade da Mata de Santa Genebra Transmissão S.A., cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em operação comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Termo de Liberação Definitivo emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, no prazo de até trinta dias da sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOACIR CARLOS BERTOL

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA					
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA					
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO					
01	Nome empresarial			02	CNPJ
	Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.				19.699.063/0001-06
03	Logradouro			04	Número
	Rua Real Grandeza				274
05	Complemento	06	Bairro/Distrito	07	CEP
	Parte		Botafogo		22281-036
08	Município	09	UF	10	Telefone
	Rio de Janeiro		RJ		(21) 2528-6265
11	DADOS DO PROJETO				
Nome do Projeto	Lote A do Leilão nº 07/2013-ANEEL (Contrato de Concessão nº 01/2014-ANEEL, de 14 de maio de 2014).				
Descrição do Projeto	Projeto de Transmissão de Energia Elétrica, relativo ao Lote A do Leilão nº 07/2013-ANEEL, compreendendo: I - Linha de Transmissão Itatiba - Bateias, em 500 kV, Circuito Simples, com extensão aproximada de trezentos e noventa e nove quilômetros, com origem na Subestação Itatiba e término na Subestação Bateias; II - Linha de Transmissão Araraquara 2 - Itatiba, em 500 kV, Circuito Simples, com extensão aproximada de duzentos e sete quilômetros, com origem na Subestação Araraquara 2 e término na Subestação Itatiba; III - Linha de Transmissão Araraquara 2 - Fernão Dias, em 500 kV, Circuito Simples, com extensão aproximada de duzentos e quarenta e um quilômetros, com origem na Subestação Araraquara 2 e término na Subestação Fernão Dias; IV - Subestação Fernão Dias, em 500/440/13,8 kV, (9+1R) x 400 MVA, com Equipamentos de Compensação Reativa e respectivas Conexões, incluindo: a) 1ª Etapa: um Módulo Geral, 500 kV; uma Interligação de Barras, 500 kV; uma Entrada de Linha, 500 kV; quatro Autotransformadores Monofásicos 500/440/13,8 kV 400 MVA cada (3+1R); uma Conexão de Transformador, 500 kV; quatro Reatores Monofásicos 45,3 Mvar (3+1R); uma Conexão de Reator de Linha, 500 kV; duas Interligações de Barras, 440 kV, e uma Conexão de Transformador, 440 kV; e b) 2ª Etapa: duas Interligações de Barras, 500 kV; seis Autotransformadores Monofásicos 500/400/13,8 kV (400 MVA); duas Conexões em 500 kV; uma Interligação de Barras, 440 kV; e duas Conexões de Transformador, 440 kV; V - Entradas de Linha, Interligações de Barramentos, Barramentos, Equipamentos de Compensação Reativa nas Subestações Araraquara 2, Itatiba, Santa Bárbara D'Oeste, Bateias, Fernão Dias e respectivas Conexões, instalações vinculadas e demais instalações necessárias as funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio; VI - Trecho de Linha de Transmissão em 500 kV, Circuito Duplo, com extensão aproximada de três quilômetros e quinhentos metros, compreendido entre o Ponto de Seccionamento da Linha de Transmissão, em 500 kV, Campinas - Cachoeira Paulista e a Subestação Fernão Dias, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Fernão Dias, e a aquisição dos Equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas Entradas de Linha das Subestações Campinas e Cachoeira Paulista; e VII - Trecho de Linha de Transmissão em 440 kV, Circuito Duplo, com extensão aproximada de novecentos metros, compreendido entre o Ponto de Seccionamento da Linha de Transmissão, em 440 kV, Bom Jardim - Taubaté e a Subestação Fernão Dias, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Fernão Dias, e a aquisição dos Equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas Entradas de Linha das Subestações Born Jardim e Taubaté.				
Período de Execução	De 14/5/2014 a 14/5/2018 - item IV-b; e De 14/5/2014 a 14/11/2017 - demais itens.				
Localidade do Projeto [Município(s)/UF(s)]	Municípios de Araraquara, Boa Esperança do Sul, Ribeirão Bonito, Ibaté, São Carlos, Itirapina, Analândia, Corumbataí, Rio Claro, Leme, Araras, Engenheiro Coelho, Conchal, Mogi Mirim, Artur Nogueira, Holambra, Santo Antônio de Posse, Amparo, Jaguariúna, Pedreira, Campinas, Morungaba, Valinhos, Itatiba, Tuiuti, Monte Alegre do Sul, Atibaia, Bragança Paulista, Vinhedo, Louveira, Jundiaí, Itupeva, Indaiatuba, Itu, Cabreúva, Mairinque, Alumínio, Sorocaba, Votorantin, Salto de Pirapora, Piedade, Pilar do Sul, São Miguel Arcanjo, Ribeirão Grande, Capão Bonito, Guapiara, Iporanga, Ribeirão Branco, Apiaí, Itaóca, Barra do Chapéu, Ribeira e Santa Bárbara D'Oeste, Estado de São Paulo e Adrianópolis, Cerro Azul, Dr. Ulisses, Rio Branco do Sul, Itaperuçu, Almirante Tamandaré, Campo Magro e Campo Largo, Estado do Paraná.				
12	PRESIDENTE, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA				
Nome: Sergio Cardinali.					CPF 483.324.707-06
Nome: Carlos Agenor Magalhães da Trindade.					CPF 213.721.956-53
Nome: Ronaldo Borges Andrade.					CPF 435.567.877-68
13	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens	660.877.132,37.				
Serviços	687.107.468,85.				
Outros	347.499.974,39.				
Total (1)	1.695.484.575,61.				
14	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens	599.745.997,63.				
Serviços	623.550.027,98.				
Outros	347.499.974,39.				
Total (2)	1.570.796.000,00.				

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 83, DE 25 DE JUNHO DE 2014

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 379/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.088810/2009-74, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida tempestivamente pela Casa da Juventude Barra do Piraí, Barra do Piraí/RJ, CNPJ: 27.965.854/0001-69, com validade de 20/09/2010 a 19/09/2015, nos termos do § único do art. 38-A da Lei nº 12.101/2009.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 84, DE 25 DE JUNHO DE 2014

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 121/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.052079/2009-49, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.052079/2009-49.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS/MDS nº 1.562, de 06/12/2012, publicada no DOU de 10/12/2012, que indeferiu o pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social.

Art. 3º Deferir a renovação intempestiva da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Associação Municipal de Apoio Comunitário - AMAC, Juiz de Fora/MG, CNPJ: 20.439.311/0001-69, a validade da certificação renovada dar-se-á por 5 (cinco) anos, nos termos do § único, do art. 38-A, da Lei nº 12.101/2009, contada da data da publicação no DOU da presente Portaria, nos termos do § 2º, art. 3º, do Decreto nº 2.536/1998.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/2009.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Portaria SNAS/MDS nº 1.562 de 06/12/2012, DOU de 10/12/2012.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 85, DE 25 DE JUNHO DE 2014

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 400/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71010.001839/2009-31, resolve:

Art. 1º Declarar, por força do art. 41 da MP nº 446/2008, prorrogada por 12 (doze) meses a validade da certificação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Coqueiral, deferida por meio da Resolução CNAS nº 3/2009, publicada no DOU de 26/01/2009, que passa a ter validade de 19/09/2006 a 18/09/2010.

Art. 2º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida tempestivamente pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Coqueiral, Coqueiral/MG, CNPJ: 25.660.440/0001-04, com validade de 19/09/2010 a 18/09/2015, nos termos do § único, do art. 38-A, da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/2009.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 86, DE 25 DE JUNHO DE 2014

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 397/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71010.004182/2009-63, resolve:

Art. 1º Deferir a concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Iraí de Minas, Iraí de Minas/MG, CNPJ: 02.061.266/0001-70, com validade de 03 (três) anos, a contar da data da publicação no DOU da presente Portaria, nos termos do §2º, art. 3º, do Decreto nº 2.536/1998.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 87, DE 25 DE JUNHO DE 2014

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Indeferir o pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades, por contrariarem requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009:

1)FUNDAÇÃO CULTURAL OBOÉ, CNPJ 08.222.591/0001-53, Fortaleza/CE, processo nº 71010.005095/2009-23, parecer técnico nº 137/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, por contrariar o disposto no § 3º do artigo 35 do Decreto nº 7.237/2010.

2)CENTRO DE REVITALIZAÇÃO E VALORIVAÇÃO DA VIDA, CNPJ 05.698.387/0001-15, Recife/PE, processo nº 71000.000514/2010-93, parecer técnico nº 446/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, por contrariar o disposto no § 3º do art. 35, do Decreto nº 7.237/2010.

3)CRUZ VERMELHA BRASILEIRA, CNPJ 08.743.027/0001-86, Salvador/BA, processo nº 71010.005006/2009-49, parecer técnico nº 175/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, por contrariar o disposto no art. 18, § 1º da Lei nº 12.101/2009 c/c art. 33, § 1º do Decreto 7.237/2010.

4)FUNDAÇÃO REDENTORISTA DE COMUNICAÇÕES SOCIAIS, CNPJ 77.082.014/0001-26, Paranaguá/PR, processo nº 71000.115001/2009-42, parecer técnico nº 176/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, por contrariar o disposto no inciso II do art. 34 e § 3º do art. 35 do Decreto nº 7.237/2010.

Art. 2º Indeferir o pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades, por contrariarem requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009:

1)OBRAS SOCIAIS DA PARÓQUIA DE SÃO BENTO DO SUL, CNPJ 86.050.077/0001-91, São Bento de Sul/SC, processo nº 71010.005039/2009-99, parecer técnico nº 180/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, por contrariar o disposto no art. 18, § 1º da Lei nº 12.101/2009 c/c art. 33, § 1º do Decreto 7.237/2010.

2)SERVIÇO INTERCONFESSIONAL DE ACONSELHAMENTO - SICA, CNPJ 92.963.156/0001-96, Porto Alegre/RS, processo nº 71000.115985/2009-61, parecer técnico nº 146/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, por contrariar ao disposto no § 1º do art. 18 da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Abrir prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, para que a entidade apresente recurso contra a decisão, sem efeito suspensivo.

Art. 4º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil acerca dos indeferimentos relacionados no art. 2º.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 88, DE 25 DE JUNHO DE 2014

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades por atenderem os requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009:

1)ASSOCIAÇÃO ILHEENSE DE ASSISTÊNCIA A MENORES, CNPJ 14.173.587/0001-45, Ilhéus/BA, processo nº 71000.114437/2009-14, parecer técnico nº 23/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, validade de 01/01/2010 a 31/12/2014.

2)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LORENA, CNPJ 51.785.590/0001-46, Lorena/SP, processo nº 71000.115005/2009-21, parecer técnico nº 154/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, validade de 29/12/2009 a 28/12/2014.

3)FUNDAÇÃO JOVEM PROFISSIONAL, CNPJ 62.203.427/0001-44, São Paulo/SP, processo nº 71000.114684/2009-11, parecer técnico nº 170/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, validade de 01/01/2010 a 31/12/2014.

4)CONGREGAÇÃO ISRAELITA PAULISTA, CNPJ 60.766.060/0001-41, São Paulo/SP, processo nº 71000.116080/2009-17, parecer técnico nº 440/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, validade de 01/01/2010 a 31/12/2014.

5)SOCIEDADE BENEFICIENTE CRISTÃ, CNPJ 44.998.144/0001-54, Bauru/SP, processo nº 71000.115958/2009-99, parecer técnico nº 428/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, validade de 01/01/2010 a 31/12/2014.

6)INSTITUIÇÃO SOCIAL SÃO VICENTE E SANTO ANTÔNIO, CNPJ 25.763.640/0001-84, Uberlândia/MG, processo nº 71000.115139/2009-41, parecer técnico nº 132/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, validade de 01/01/2010 a 31/12/2014.

7)CASA MARIA AUXILIADORA, CNPJ 03.487.147/0001-46, Cuiabá/MT, processo nº 71010.005085/2009-98, parecer técnico nº 416/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, validade de 01/01/2010 a 31/12/2014.

8)SOCIEDADE ESPIRITA OBREIROS DA VIDA ETERNA, CNPJ 82.898.230/0001-84, Florianópolis/SC, processo nº 71000.115137/2009-52, parecer técnico nº 155/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, validade de 07/12/2009 a 06/12/2014.

9)SOCIEDADE DE PROTECAO A MATERNIDADE E A CRIANCA, CNPJ 45.030.368/0001-30, Bauru/SP, processo nº 71000.115959/2009-33, parecer técnico nº 336/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, validade de 01/01/2010 a 31/12/2014.

10)CASA DOS AMIGOS DE SANTO ANTÔNIO, CNPJ 92.859.008/0001-26, Porto Alegre/RS, processo nº 71000.115839/2009-36, parecer técnico nº 443/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, validade de 01/01/2010 a 31/12/2014.

11)SOCIEDADE BENEFICENTE DELFINO OLIVEIRA, CNPJ 49.063.910/0001-02, Catanduva/SP, processo nº 71000.116348/2009-11, parecer técnico nº 442/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, validade de 08/12/2009 a 07/12/2014.

12)ASSOCIAÇÃO JEQUIEENSE DE CEGOS, CNPJ 42.718.171/0001-09, Jequié/BA, processo nº 71000.116140/2009-93, parecer técnico nº 215/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, validade de 01/12/2009 a 30/11/2014.

13)MITRA ARQUIEPISCOPAL DO RIO DE JANEIRO, CNPJ 33.593.575/0001-14, Rio de Janeiro/RJ, processo nº 71010.005177/2009-78, parecer técnico nº 120/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, validade de 01/01/2010 a 31/12/2014.

14)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GURUPI, CNPJ 25.042.383/0001-91, Gurupi/TO, processo nº 71000.115844/2009-49, parecer técnico nº 429/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, validade de 23/12/2009 a 22/12/2014.

15)CASA DA CRIANCA, CNPJ 90.843.202/0001-98, Iraí/RS, processo nº 71000.115957/2009-44, parecer técnico nº 181/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, validade de 01/01/2010 a 15/12/2011.

16)AMPARO SANTA CRUZ ORIONOPOLIS, CNPJ 92.808.617/0001-56, Porto Alegre/RS, processo nº 71010.005157/2009-05, parecer técnico nº 447/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, validade de 01/01/2010 a 31/12/2014.

17)ASSOCIAÇÃO AMIZADE DA TERCEIRA IDADE DE LARANJAL PAULISTA, CNPJ 02.170.340/0001-96, Laranjal Paulista/SP, processo nº 71000.104240/2009-77, parecer técnico nº 462/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, validade de 17/11/2009 a 16/11/2014.

18)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CENTRALINA, CNPJ 23.094.329/0001-64, Centralina/MG, processo nº 71000.115971/2009-48, parecer técnico nº 176/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, validade de 07/10/2010 a 06/10/2015.

19)CORPORAÇÃO DE GUIAS MIRINS, CNPJ 46.444.170/0001-66, Socorro/SP, processo nº 71000.115888/2009-79, parecer técnico nº 166/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, validade de 16/05/2010 a 15/05/2015.

20)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, CNPJ 24.988.651/0001-08, São José de Quatro Marcos/MT, processo nº 71000.051501/2009-49, parecer técnico nº 72/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, validade de 22/02/2010 a 21/02/2015.

21)FEDERAÇÃO DE ORGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL, CNPJ 33.700.956/0001-55, Rio de Janeiro/RJ, processo nº 71000.115605/2009-99, parecer técnico nº 190/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, validade de 01/01/2010 a 31/12/2014.

22)LAR SÃO VICENTE DE PAULO, CNPJ 51.504.017/0001-17, Manduri/SP, processo nº 71000.115565/2009-85, parecer técnico nº 206/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, validade de 26/10/2010 a 25/10/2015.

23)LIONS CLUBE DE POÇOS DE CALDAS - URÂNIO, CNPJ 18.625.327/0001-14, Poços de Caldas/MG, processo nº 71000.115976/2009-71, parecer técnico nº 149/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, validade de 12/01/2010 a 11/01/2015.

24)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ROLÂNDIA, CNPJ 75.342.691/0001-00, Rolândia/PR, processo nº 23123.001752/2010-87, parecer técnico nº 021/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, validade de 01/01/2010 a 31/12/2014.

25)SOCIEDADE DO BEM ESTAR DO MENOR, CNPJ 18.565.697/0001-03, Barão de Cocais, processo nº 71000.115962/2009-57, parecer técnico nº 158/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, validade de 19/12/2009 a 18/12/2014.

26)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL VERA VIANNA BAPTISTA, CNPJ 80.613.292/0001-77, Primeiro de Maio/PR, processo nº 71000.116078/2009-30, parecer técnico nº 139/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, validade de 01/01/2010 a 31/12/2014.

27)AÇÃO COMUNITÁRIA PAROQUIAL, CNPJ 92.925.726/0001-53, Porto Alegre/RS, processo nº 71010.005161/2009-65, parecer técnico nº 250/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, validade de 01/01/2010 a 31/12/2014.

28)MISSAO ESPERANCA, CNPJ 23.098.494/0001-94, Uberlândia/MG, processo nº 71000.115966/2009-35, parecer técnico nº 87/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, validade de 19/12/2009 a 18/12/2014.

29)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CHAPADAO DO SUL, CNPJ 37.541.513/0001-10, Chapadão do Sul/MS, processo nº 71010.005145/2009-72, parecer técnico nº 162/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, validade de 28/01/2010 a 27/01/2015.

30)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRANCA, CNPJ 45.316.338/0001-95, Franca/SP, processo nº 71010.005143/2009-83, parecer técnico nº136/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, validade de 01/01/2010 a 31/12/2014.

31)ASSISTÊNCIA SOCIAL MARIANA DE PACAEMBU-ASMP, CNPJ 53.526.281/0001-87, Pacaembu/SP, processo nº 71000.115055/2009-16, parecer técnico nº 171/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, validade de 30/11/2009 a 29/11/2014.

32)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VISCONDE DO RIO BRANCO, CNPJ 26.140.772/0001-12, Visconde de Rio Branco/MG, processo nº 71000.114742/2009-14, parecer técnico nº 295/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, validade de 23/12/2009 a 22/12/2014.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 89, DE 25 DE JUNHO DE 2014

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 115/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.058534/2009-10, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.058534/2009-10.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS/MDS nº 1.557, de 06/12/2012, DOU de 10/12/2012, que indeferiu o pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Associação de Assistência e Proteção ao Adolescente Trabalhador, Sertãozinho/SP, CNPJ: 66.995.713/0001-40, com validade de 17/11/2009 a 16/11/2014, nos termos do § único, do art. 38-A, da Lei nº 12.101/2009.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/2009.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Portaria SNAS/MDS nº 1.557 de 06/12/2012, DOU de 10/12/2012.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 90, DE 25 DE JUNHO DE 2014

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados, resolve:

Art. 1º Deferir a concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades por atenderem os requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009, com validade de três anos a partir da publicação desta portaria no D.O.U., nos termos do art. 7º, inc. II, do Decreto nº 7237/2010:

1)CIRCULO DOS AMIGOS DO MENINO PATRULHEIRO VILA DA PENHA, CNPJ 73.264.293/0001-98, Rio de Janeiro/RJ, processo nº 71000.115991/2009-19, parecer técnico nº 208/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

2)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAPELA DO ALTO, CNPJ 60.115.391/0001-11, Capelo Alta/SP, processo nº 71010.005147/2009-61, parecer técnico nº 194/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

3)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GRÃO PARA, CNPJ 95.781.076/0001-08, Grão Pará/SC, processo nº 71010.005148/2009-14, parecer técnico nº 148/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

4)AÇÃO COMUNITÁRIA SÃO BENEDITO, CNPJ 43.039.916/0001-68, São Paulo/SP, processo nº 71000.115842/2009-50, parecer técnico nº 286/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

5)APRENDER PRODUZIR JUNTOS, CNPJ 22.057.335/0001-89, Teófilo Otoni/MG, processo nº 71000.115194/2009-31, parecer técnico nº 160/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

6)ASSOCIAÇÃO MEDIANEIRENSE DE OTIMIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM, CNPJ 07.736.225/0001-50, Medianeira/PR, processo nº 71000.115990/2009-74, parecer técnico nº 138/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

7)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE DEODÁPOLIS, CNPJ 01.651.099/0001-54, Deodápolis, processo nº 71010.005142/2009-39, parecer técnico nº 147/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

8)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PASSOS MAIA, CNPJ 05.793.301/0001-33, Passos Maia/SC, processo nº 71000.116209/2009-89, parecer técnico nº 453/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

9)ASSOCIAÇÃO CIVIL QUINTAL DA CASA DE ANA, CNPJ 06.655.276/0001-94, Niterói/RJ, processo nº 71010.005119/2009-44, parecer técnico nº 417/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

10)CRECHE BOM PASTOR, CNPJ 16.749.426/0001-82, Ibirite/MG, processo nº 71000.115849/2009-71, parecer técnico nº 152/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

11)INSTITUTO MÉDICO PSICO PEDAGÓGICO, CNPJ 17.688.094/0001-36, Suzano/SP, processo nº 71000.115857/2010-51, parecer técnico nº 203/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º Pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

PORTARIA Nº 91, DE 25 DE JUNHO DE 2014

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, em cumprimento à decisão judicial liminar proferida nos autos da Ação Declaratória - processo nº 00002000-04.2013.403.6120, em trâmite perante a 1ª V.F. de Araraquara/SP, resolve:

Art. 1º Declarar que a certificação da entidade Lar da Criança Renascer, CNPJ 74.493.065/0001-52, Araraquara/SP, deferida pela Portaria SNAS nº 1.261/2012, de 22/11/2012, D.O.U. de 26/11/2012, terá validade pelo período de 06/07/2009 a 25/11/2015, alterando o art. 1º da citada Portaria SNAS nº 1.261/2012.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 38, DE 24 DE JUNHO DE 2014

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, em consonância com o disposto no Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994 e o contido no Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995, especialmente o previsto nos arts. 3º e 39, e tendo em vista o constante no Processo MDIC/SECEX 52272.002125/2012-10, decide prorrogar por até seis meses, a partir de 8 de julho de 2014, o prazo para conclusão da investigação de prática de dumping, de dano à indústria doméstica e de relação causal entre esses, nas exportações para o Brasil de porcelanato técnico, comumente classificadas no item 6907.90.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da República Popular da China, iniciada por intermédio da Circular SECEX nº 34, de 5 de julho de 2013, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 8 de julho de 2013.

MÁRCIO LUIZ DE FREITAS NAVES DE LIMA

CIRCULAR Nº 39, DE 24 DE JUNHO DE 2014

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, em consonância com o disposto no Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994 e o contido no Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995, especialmente o previsto nos arts. 3º e 39, e tendo em vista o constante no Processo MDIC/SECEX 52272.000328/2013-52, decide prorrogar por até seis meses, a partir de 15 de julho de 2014, o prazo para conclusão da investigação de prática de dumping, de dano à indústria doméstica e de relação causal entre esses, nas exportações para o Brasil de vidros planos flotados incolores, comumente classificadas no item 7005.29.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da Reino da Arábia Saudita, da República Árabe do Egito, dos Emirados Árabes Unidos, dos Estados Unidos da América, da República Popular da China e dos Estados Unidos, iniciada por intermédio da Circular SECEX nº 38, de 12 de julho de 2013, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 15 e julho de 2013.

MÁRCIO LUIZ DE FREITAS NAVES DE LIMA

PORTARIA Nº 20, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Estabelece critérios para alocação de cota para importação de outros trigos e misturas de trigo com centeio, determinada pela Resolução CAMEX nº 42, de 20 de junho de 2014.

A SECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTA, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e XIX do art. 15 do Anexo I ao Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, tendo em consideração a Resolução CAMEX nº 42, de 20 de junho de 2014, resolve:

Art. 1º O inciso XXVIII do art. 1º do Anexo III da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"XXVIII - Resolução CAMEX nº 42, de 20 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 23 de junho de 2014:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
1001.99.00	Outros trigos e misturas de trigo com centeio (méteil).	0%	1.000.000 t	23 de junho de 2014 a 15 de agosto de 2014

a) a distribuição de 90% da cota global, a ser utilizada para emissão de LI no SISCOMEX, será efetuada de acordo com a proporção das importações do produto, em quilogramas, de cada empresa interessada em relação à quantidade total do produto importado pelo Brasil no período entre 1º de junho de 2013 e 31 de maio de 2014 e contemplará as empresas que importaram, nesse período, quantidade do produto igual ou superior a 1,3% do total;

b) a quantidade remanescente de 10% constituirá reserva técnica para atender a situações não previstas, podendo ser destinada, ainda, para amparar importações de empresas que importaram quantidade inferior a 1,3% do total das importações brasileiras no período referido na alínea acima;

b.1) na análise e deferimento dos pedidos, será obedecida a ordem de registro das LI no SISCOMEX e a cota inicial a ser concedida a cada empresa será limitada a 20.000 toneladas;

b.2) novas concessões para a mesma empresa beneficiada com a distribuição da reserva técnica estarão condicionadas à comprovação do efetivo despacho para consumo das mercadorias objeto das concessões anteriores, mediante a apresentação de cópia do CI e da DI correspondentes, e a quantidade liberada será no máximo igual à parcela já desembaraçada;

c) caso seja constatado o esgotamento da cota, o DECEX não emitirá novas LI referentes a ela, ainda que já registrado pedido de licença no SISCOMEX." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA JUNQUEIRA PESSOA

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 201, DE 23 DE JUNHO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 18 do Decreto nº 4.628, de 21 de março de 2003, e o §§ 2º e 5° do art. 33 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006,

CONSIDERANDO a constatação de regularização da inadimplência referente aos investimentos em pesquisa e desenvolvimento na Amazônia, como contrapartida do usufruto dos incentivos fiscais previstos no art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, pela empresa CONTINENTAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AUTOMOTIVOS LTDA produtora de bens de informática na Zona Franca de Manaus;

CONSIDERANDO que a empresa apresentou em tempo hábil a documentação necessária para cumprimento da obrigação com investimento em atividades de pesquisa e desenvolvimento referente ao ano-calendário 2012, e a renovação do plano de P&D, resolve:

Art. 1º REESTABELECER, com base no art. 33 do Decreto n° 6.008, de 29 de dezembro de 2006, os incentivos fiscais concedidos a linha do produto de informática da empresa CONTINENTAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AUTOMOTIVOS LTDA, beneficiária do incentivo previsto no art. 2° da Lei n° 8.387, de 30 de dezembro de 1991, listadas no anexo desta Portaria, por apresentar o Relatório Demonstrativo, ano-calendário 2012, em conformidade ao art. 29 do Decreto n° 6.008, de 2006, realizar a renovação do Plano de P&D conforme dispõe o art. 19 do Decreto n° 6.008, de 2006.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA

ANEXO

LINHA DE PRODUTO DA EMPRESA CONTINENTAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AUTOMOTIVOS LTDA PRODUTORA DE BENS DE INFORMÁTICA DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS.

	PRODUTO
1.	Placa de Circuito Impresso Montada (de uso em informática), código Suframa 0361
2.	Rastreador/Imobilizador para Veículos Automotivos com GPS e Comunicação via Telefone Celular, código Suframa 1561
3.	Aparelho de Transmissão de Dados para Tacógrafo Digital, código Suframa 1830

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

RESOLUÇÃO Nº 898, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Dispõe sobre a prorrogação da redução temporária da vazão mínima afluente à barragem de Santa Cecília, no Rio Paraíba do Sul.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 63, incisos IV e XVII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 567, de 17 de agosto de 2009, torna público, ad referendum da diretoria colegiada, que

considerando o disposto no art. 4º, inciso XII e § 3º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, que estabelece caber à ANA definir e fiscalizar as condições de operação de reservatórios por agentes públicos e privados, visando a garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos, conforme estabelecido nos planos de recursos hídricos das respectivas bacias hidrográficas, e que no caso de reservatórios de aproveitamentos hidrelétricos a definição será efetuada em articulação com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

considerando a importância de se preservar os estoques de água disponíveis no reservatório equivalente da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, composto pelos reservatórios de Paraibuna, Santa Branca, Jaguari e Funil, face à atual desfavorável situação hidrometeorológica pela qual passa a bacia;

considerando a Nota Técnica ONS 0043/2014 - Revisão 2 e a Carta nº 021/2014/PRES-CEIVAP;

considerando a importância da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul para o abastecimento de várias cidades, inclusive para a Região Metropolitana do Município do Rio de Janeiro, e que as regras de operação para os reservatórios do sistema devem preservar o uso múltiplo dos recursos hídricos, resolve:

Art. 1º Prorrogar, até 31 de julho de 2014, a redução do limite mínimo de vazão afluente à barragem de Santa Cecília, no rio Paraíba do Sul, de 190 m³/s para 173 m³/s autorizada por intermédio da Resolução ANA nº 700, de 27 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, seção 1, página 93.

Parágrafo único. Mantém-se as demais condições estabelecidas na Resolução ANA nº 700, de 2014, que possibilitaram a redução da vazão mínima afluente à Santa Cecília.

Art. 2º Enquanto esta Resolução estiver em vigor, ficam suspensos os limites estabelecidos no Art. 1º, inciso I, alíneas "e" e "f" e inciso III, da Resolução Nº 211, de 26 de maio de 2003.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VICENTE ANDREU

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 22 da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2007, e o disposto no artigo 111 do Regimento Interno IBAMA, aprovado pela Portaria GM/MMA nº 341 de 31 de agosto de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 1º de setembro de 2011, e tendo em vista a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012;

Considerando os termos do art. 2º da Portaria MMA nº 253, de 18 de agosto de 2006, que instituiu a obrigatoriedade do uso do Documento de Origem Florestal - DOF para o controle de origem, transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais e atribuiu ao Ibama a competência para regulamentar os procedimentos necessários à sua implementação;

Considerando a necessidade de extensão do prazo previsto no art. 35 da Instrução Normativa nº 21, de 26 de dezembro de 2013, para a operacionalização do uso obrigatório da certificação digital;

Considerando o que consta nos autos do processo administrativo n° 02001.000401/2014-99, resolve:

Art. 1º Os arts. 35 e 36 da Instrução Normativa nº 21, de 26 de dezembro de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 35. A partir de 4 de agosto de 2014 o uso de certificação digital para validação de acesso ao Sistema DOF será obrigatório, cabendo aos usuários, pessoas físicas ou jurídicas, providenciarem seus próprios certificados conforme especificações fornecidas pelo Ibama.

§ 1º Até que se inicie a obrigatoriedade prevista no caput, o uso da certificação digital é facultativa.

§ 2º A partir da data prevista no caput, o IBAMA poderá obstar o acesso ao Sistema DOF do empresário individual ou da sociedade em comum que não possuam inscrição no CNPJ, nos termos da legislação civil e tributária, quando entendida obrigatória a referida inscrição em vista da atividade econômica desempenhada pelo usuário.

....." (NR)

"Art. 36. .....

.....

II- Demais usuários, a partir de 30 de junho de 2014" (NR)

Art. 2º Revogar a Instrução Normativa nº 7 de 28 de março de 2014.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

VOLNEY ZANARDI JUNIOR

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 69, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Aprovar o Plano de Manejo Reserva Particular do Patrimônio Natural - Olho-de-fogo-Rendado/BA. Processo nº 02070.000390/2014-23.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições previstas pelo Decreto nº. 7.515, de 08 de julho de 2011, e pela Portaria nº. 304, de 28 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012;

Considerando o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC;

Considerando que o art. 16 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, prevê que o Plano de Manejo aprovado deve estar disponível para consulta na sede da unidade de conservação e no centro de documentação do órgão executor;

Considerando que a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Olho-de-fogo-rendado, criada através da Portaria nº 28, de 10 de maio de 2011, atendeu ao art. 27 da Lei nº 9.985, de 10 de junho de 2000, no que concerne à elaboração de seu Plano de Manejo;

Considerando os pronunciamentos técnicos e jurídicos contidos no processo nº 02070.000390/2014-23, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural, Olho-de-fogo-rendado, localizada no município de São Sebastião do Passé, no estado da Bahia.

§1º A aprovação do Plano de Manejo não exime o proprietário de seguir todos os trâmites técnicos e legais necessários à aprovação de projetos, programas e planos junto aos órgãos ou instituições ambientais competentes, em atendimento à legislação vigente e aos usos permitidos na RPPN, conforme o Decreto nº 5.746, de 06 de abril de 2006.

Art. 2º A RPPN será administrada pelos proprietários do imóvel, ou pelo representante legal, que será responsável pelo cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e no Decreto nº 5.746, de 06 de abril de 2006.

Art. 3º As condutas e atividades lesivas à área da RPPN Olho-de-fogo-rendado sujeitarão os infratores às sanções cabíveis previstas na Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 4º O Plano de Manejo da RPPN Olho-de-fogo-rendado estará disponível na sede da Unidade de Conservação e na sede do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 220, DE 25 DE JUNHO DE 2014

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 56 do Anexo I ao Decreto nº 8.189, 21 de janeiro de 2014, resolve:

Art. 1º Ficam aprovados os Regimentos Internos das unidades integrantes da estrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), na forma dos Anexos I a XIII a esta Portaria:

I - Gabinete do Ministro (GM);
II - Secretaria-Executiva (SE);
III - Consultoria Jurídica (CONJUR);
IV - Assessoria Econômica (ASSEC);
V - Assessoria Especial para Modernização da Gestão (ASEGE);
VI - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI);
VII - Secretaria de Orçamento Federal (SOF);
VIII - Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN);
IX - Secretaria de Gestão Pública (SEGEP);
X - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI);
XI - Secretaria de Relações de Trabalho no Serviço Público (SRT);
XII - Secretaria do Patrimônio da União (SPU); e
XIII - Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento (SEPAC).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas:
I - a Portaria MP nº 272, de 16 de novembro de 2001;
II - a Portaria MP nº 86, de 26 de fevereiro de 2003;
III - a Portaria MP nº 232, de 3 de agosto de 2005;
IV - a Portaria MP nº 162, de 6 de abril de 2010;
V - a Portaria MP nº 248, de 28 de maio de 2010;
VI - a Portaria MP nº 253, de 1º de junho de 2010;
VII - a Portaria MP nº 326, de 12 de julho de 2010;
VIII - a Portaria MP nº 369, de 26 de agosto de 2010;
IX - a Portaria MP nº 370, de 26 de agosto de 2010;
X - a Portaria MP nº 2, de 3 de janeiro de 2013; e
XI - os incisos I e II e o § 1º e § 2º do art. 5º, e os incisos I e II do art. 6º da Portaria MP nº 304, de 24 de agosto de 2013.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO DO GABINETE DO MINISTRO

CAPITULO I
CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º O Gabinete do Ministro, órgão subordinado diretamente ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, tem por finalidade:

I - assistir o Ministro de Estado em sua representação política e social, ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho do seu expediente pessoal;

II - acompanhar a tramitação legislativa dos projetos de interesse do Ministério, observadas as competências dos órgãos essenciais da Presidência da República, e coordenar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional; e

III - planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento das atividades de comunicação social e as publicações oficiais do Ministério.

CAPITULO II
ORGANIZAÇÃO

Art. 2º O Gabinete do Ministro - GM tem a seguinte estrutura:

I - Assessoria Técnica e Administrativa - ASTEC:
a) Serviço de Revisão de Atos - SERAT;
b) Coordenação de Informática - COINF:
1. Divisão de Desenvolvimento de Sistemas - DIDES; e
2. Divisão de Atendimento e Suporte - DIASU;
c) Coordenação de Assuntos Administrativos - COAAD:
1. Serviço de Atividades Auxiliares - SEAUX;
d) Coordenação de Documentação e Informação - CODIN:
1. Serviço de Documentação - SEDOC;
II - Assessoria de Comunicação Social - ASCOM:
a) Divisão de Imprensa - DIIMP;
b) Divisão de Divulgação - DIDIV;
c) Coordenação de Internet e Produção Gráfica - COINT; e
d) Coordenação de Publicidade e Promoção - COPUB:
1. Divisão de Promoção e Eventos - DIPRO;
III - Assessoria Parlamentar - ASPAR:
a) Coordenação de Análise e Acompanhamento Legislativo na Câmara dos Deputados - COACD:
1. Divisão de Acompanhamento Legislativo na Câmara dos Deputados - DIACD; e
2. Serviço de Apoio às Atividades na Câmara dos Deputados - SEACD;
b) Coordenação de Análise e Acompanhamento Legislativo no Senado Federal - COASF:
1. Divisão de Acompanhamento Legislativo no Senado Federal - DIASF;
c) Coordenação de Administração - COADM:
1. Serviço de Controle de Documentos e Informação - SEADM.

Art. 3º O Gabinete será dirigido por Chefe de Gabinete; as Assessorias, por Chefes de Assessorias; as Coordenações, por Coordenadores e as Divisões e os Serviços, por Chefes.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos no art. 3º serão substituídos, em seus afastamentos ou impedimentos legais, por servidores designados na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO III
COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 5º À Assessoria Técnica e Administrativa compete:

I - assistir diretamente o Chefe de Gabinete no preparo do expediente pessoal e da pauta de despachos do Ministro de Estado;

II - controlar, examinar e promover o encaminhamento da documentação recebida e expedida pelo GM;

III - coordenar e controlar o desenvolvimento das atividades de análise técnica, de informática e administrativa do GM; e

IV - controlar os expedientes a serem submetidos ao Ministro.

Art. 6º Ao Serviço de Revisão de Atos compete:

I - digitar, conferir e revisar documentos e expedientes em geral a serem submetidos à assinatura do Ministro de Estado e do Chefe de Gabinete; e

II - padronizar modelos de documentos, de acordo com as normas e padrões oficiais.

Art. 7º À Coordenação de Informática compete:

I - observar e aplicar as diretrizes estabelecidas pela Diretoria de Tecnologia da Informação da Secretaria-Executiva - DTI/SE;

II - supervisionar os trabalhos da Divisão de Desenvolvimento de Sistemas e da Divisão de Atendimento e Suporte;

III - promover a gestão e renovação dos equipamentos de informática do GM;

IV - manter articulação com as demais unidades de informática do Ministério visando ao aprimoramento dos serviços;

V - identificar novas tecnologias de forma a garantir a qualidade das informações e promover a automação dos processos; e

VI - coordenar a manutenção dos equipamentos de informática do GM, no que diz respeito a aplicativos e a sistema operacional.

Art. 8º À Divisão de Desenvolvimento de Sistemas compete:

I - desenvolver aplicativos com base nas necessidades das unidades que compõem a estrutura do GM;

II - acompanhar a evolução das atividades desenvolvidas no GM, visando à melhoria de processos;

III - acompanhar as evoluções e tendências tecnológicas na área de desenvolvimento de aplicativos; e

IV - elaborar procedimentos para a segurança no acesso, salvaguarda e integridade das informações relativas aos aplicativos desenvolvidos.

Art. 9º À Divisão de Atendimento e Suporte compete:

I - apoiar os usuários de informática do GM, incluindo orientação para o uso de equipamentos e aplicativos, promovendo o monitoramento do atendimento;

II - providenciar instalações e manutenção de equipamentos;

III - acompanhar a atualização tecnológica em equipamentos e aplicativos; e

IV - coordenar o acesso à rede do MP e aos repositórios de dados no âmbito do GM.

Art. 10. À Coordenação de Assuntos Administrativos compete coordenar, controlar e acompanhar a execução de serviços concernentes à administração de pessoal, material, patrimônio e serviços gerais do GM, observadas as normas vigentes.

Art. 11. Ao Serviço de Atividades Auxiliares compete, no âmbito do GM:

I - fazer levantamento dos materiais de consumo necessários à execução das atividades e requisitá-los junto à unidade competente em conformidade com as normas vigentes;

II - organizar e controlar o consumo de materiais;

III - requisitar, acompanhar e controlar a distribuição e movimentação dos materiais permanentes e bens móveis;

IV - realizar, anualmente, inventário dos materiais permanentes;

V - zelar pela manutenção e conservação dos equipamentos eletrônicos;

VI - providenciar as propostas de concessão de diárias e passagens nacionais e internacionais, bem como elaborar a correspondente prestação de contas;

VII - informar as unidades responsáveis acerca do controle de frequência dos servidores e prestadores de serviços;

VIII - encaminhar à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da Diretoria de Administração - COGEP/DIRAD os atestados e licenças médicas recebidos dos servidores;

IX - acompanhar a execução das atividades de ascensorista, copeiragem, vigilância e limpeza;

X - solicitar e acompanhar os serviços de telefonia, reprografia, lavanderia, bem como aqueles relativos a manutenção geral;

XI - controlar e distribuir o Diário Oficial da União e periódicos;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

XII - controlar o recebimento, distribuição e encaminhamento das faturas das contas telefônicas, TV por assinatura e Internet; e

XIII - implementar a política de gestão de pessoas.

Art. 12. À Coordenação de Documentação e Informação compete, no âmbito do GM:

I - coordenar as atividades de recebimento, registro e controle da tramitação e expedição de processos e documentos em geral;

II - assistir as Assessorias quanto às atividades de protocolo e arquivo;

III - coordenar as atividades de ordenação, classificação, acondicionamento físico, eliminação, recuperação de informação e transferência documental do arquivo corrente para o intermediário, relativo ao acervo sob guarda do GM;

IV - atender ao público interno e externo, a partir da prestação de informações sobre a tramitação de documentos e processos;

V - participar das discussões acerca de normas e procedimentos para a gestão de documentos e garantir a aplicação de critérios de normalização e de uniformização no tratamento da documentação do arquivo; e

VI - providenciar a publicação de atos no Diário Oficial da União e no Boletim de Pessoal e Serviço.

Art. 13. Ao Serviço de Documentação compete:

I - proceder ao registro, à autuação, à tramitação e à distribuição de documentos e demais expedientes no âmbito do GM;

II - organizar e manter atualizado o arquivo corrente e os sistemas de informação e realizar empréstimos de processos e documentos; e

III - acompanhar publicações relativas ao GM, a fim de assegurar o atendimento das consultas, assim como permitir a recuperação de processos e documentos.

Art. 14. À Assessoria de Comunicação Social compete:

I - planejar, coordenar e executar a política de comunicação social do Ministério em consonância com as diretrizes definidas pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; e

II - assistir o Ministro de Estado e as demais unidades administrativas do Ministério nos assuntos de comunicação social - imprensa, publicidade, promoção e eventos, bem como nas ações de comunicação que utilizem os meios eletrônicos internet e intranet.

Art. 15. À Divisão de Imprensa compete:

I - assessorar as unidades administrativas do Ministério no relacionamento com a imprensa;

II - atender solicitações dos veículos de comunicação;

III - propor, coordenar e acompanhar entrevistas, individuais e coletivas, de autoridades do Ministério;

IV - acompanhar, para posterior divulgação aos órgãos de imprensa e internet, eventos promovidos ou que tenham a participação de autoridades e técnicos do Ministério;

V - fazer o acompanhamento fotográfico das solenidades e eventos do Ministério;

VI - elaborar e manter arquivo fotográfico das atividades do Ministério; e

VII - manter atualizado o clipping eletrônico dos eventos e entrevistas concedidas pelo Ministro de Estado e demais autoridades do Ministério.

Art. 16. À Divisão de Divulgação compete:

I - acompanhar, selecionar e analisar o noticiário diário;

II - elaborar o clipping diário, regional e nacional, das notícias de interesse do Ministério;

III - manter atualizado arquivo de notícias do Ministério; e

IV - acompanhar e avaliar o noticiário impresso e eletrônico sobre o Ministério, suas políticas públicas e seus integrantes.

Art. 17. À Coordenação de Internet e Produção Gráfica compete:

I - elaborar e manter a home page do Ministério;

II - elaborar e manter a intranet;

III - coordenar os sites filiados quanto à apresentação e ao conteúdo;

IV - orientar as ações de comunicação que utilizem os meios eletrônicos;

V - promover a criação e produção de material gráfico para o Ministério; e

VI - administrar as caixas de correio eletrônico sob a supervisão da ASCOM e as correspondências destinadas ao Ministro de Estado enviadas por populares.

Art. 18. À Coordenação de Publicidade e Promoção compete:

I - planejar, coordenar e executar as atividades de publicidade e promoção do Ministério;

II - propor ações publicitárias de interesse do Ministério;

III - administrar o contrato de publicidade;

IV - propor e supervisionar eventos e promoções para divulgação dos programas e projetos do Ministério; e

V - propor, acompanhar e aprovar a elaboração de material impresso de divulgação.

Art. 19. À Divisão de Promoção e Eventos compete:

I - promover e coordenar a participação do Ministério em simpósios, seminários, congressos, feiras e outros eventos;

II - manter atualizado banco de dados de autoridades públicas e do setor privado; e

III - propor e supervisionar as atividades de relações públicas voltadas para o público interno do Ministério.

Art. 20. À Assessoria Parlamentar compete:

I - planejar e coordenar, de acordo com os interesses do Ministério, as atividades relacionadas à ação parlamentar, ao processo legislativo e à conjuntura política no Congresso Nacional;

II - assessorar o Ministro de Estado e demais autoridades do Ministério sobre o processo legislativo e seus relacionamentos com os membros do Congresso Nacional;

III - acompanhar e assistir às autoridades do Ministério quando de audiências com parlamentares e em suas visitas ao Congresso Nacional;

IV - coordenar e acompanhar a tramitação de requerimentos e outras solicitações do Congresso Nacional às unidades administrativas do Ministério e às suas entidades vinculadas;

V - interagir com os demais órgãos e entidades, tendo em vista os objetivos gerais e a uniformidade das ações do Governo sobre matérias legislativas.

Art. 21. À Coordenação de Análise e Acompanhamento Legislativo na Câmara dos Deputados compete:

I - coordenar o acompanhamento da tramitação das proposições de interesse do Ministério na Câmara dos Deputados;

II - acompanhar e analisar as atividades dos Deputados a fim de estudar a receptividade das matérias de interesse do Ministério;

III - acompanhar e analisar os pronunciamentos dos Deputados sobre assuntos de interesse do Ministério e, quando necessário, fornecer subsídios para a elaboração de respostas a esses pronunciamentos;

IV - intermediar o relacionamento entre os Deputados e as autoridades do Ministério;

V - solicitar, por intermédio da COADM, pareceres de matérias em acompanhamento na Câmara dos Deputados para as unidades administrativas do Ministério e entidades a ele vinculadas e fornecer os subsídios necessários para as respectivas análises;

VI - acompanhar e assistir as autoridades do Ministério nas reuniões, nas audiências públicas e nas visitas realizadas à Câmara dos Deputados; e

VII - acompanhar e analisar o processo legislativo nas Comissões Mistas e no Plenário do Congresso Nacional com ênfase à tramitação dos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias, à Lei de Orçamento Anual, aos créditos adicionais e à apreciação das Medidas Provisórias e vetos, quando relacionados a este Ministério.

Art. 22. À Divisão de Acompanhamento Legislativo na Câmara dos Deputados compete:

I - acompanhar e analisar a tramitação das matérias de interesse do Ministério na Câmara dos Deputados; e

II - acompanhar, analisar e atuar no processo político da Câmara dos Deputados quando se tratar de assuntos de interesse do Ministério.

Art. 23. Ao Serviço de Apoio às Atividades na Câmara dos Deputados compete:

I - prestar apoio às atividades da ASPAR junto à Câmara dos Deputados; e

II - coletar dados, publicações e informações de interesse do Ministério na Câmara dos Deputados.

Art. 24. À Coordenação de Análise e Acompanhamento Legislativo no Senado Federal compete:

I - coordenar o acompanhamento da tramitação das proposições de interesse do Ministério no Senado Federal;

II - acompanhar e analisar as atividades dos Senadores a fim de estudar o direcionamento da sua ação política e a receptividade das matérias de interesse do Ministério;

III - acompanhar e analisar os pronunciamentos dos Senadores sobre assuntos de interesse do Ministério e, quando necessário, fornecer subsídios para a elaboração de respostas a esses pronunciamentos;

IV - intermediar o relacionamento entre os Senadores e as autoridades do Ministério;

V - solicitar, por intermédio da COADM, pareceres de matérias em acompanhamento no Senado Federal para as unidades administrativas do Ministério e entidades a ele vinculadas e fornecer os subsídios necessários para as respectivas análises; e

VI - acompanhar e assistir as autoridades do Ministério nas reuniões, audiências públicas e visitas realizadas no Senado Federal.

Art. 25. À Divisão de Acompanhamento Legislativo no Senado Federal compete:

I - acompanhar e analisar a tramitação das matérias de interesse do Ministério no Senado Federal; e

II - acompanhar, analisar e atuar no processo político do Senado Federal, quando se tratar de assuntos de interesse do Ministério.

Art. 26. À Coordenação de Administração compete, no âmbito da ASPAR:

I - gerenciar os bancos de dados necessários ao controle e processamento de informações;

II - planejar e coordenar as atividades administrativas e de logística;

III - coordenar o fluxo da documentação;

IV - elaborar as correspondências;

V - coordenar a organização e o controle dos arquivos dos documentos administrativos e legislativos;

VI - coordenar a tramitação das solicitações de pareceres da COACD e da COASF sobre matérias tramitando no Congresso Nacional; e

VII - acompanhar a tramitação, no âmbito do Ministério, das solicitações sobre matérias legislativas e adotar ações para o cumprimento dos prazos legais, com ênfase nos requerimentos de informação e nas matérias em fase de sanção presidencial.

Art. 27. Ao Serviço de Controle de Documentos e Informação compete, no âmbito da ASPAR:

I - receber, expedir e controlar os documentos e manter atualizado o sistema informatizado de gestão documental;

II - organizar e controlar os arquivos físicos dos documentos administrativos e legislativos;

III - preparar e controlar os expedientes; e

IV - requisitar e controlar o material de expediente.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 28. Ao Chefe de Gabinete incumbe:

I - coordenar as atividades desenvolvidas pelas unidades integrantes da estrutura do GM;

II - assistir o Ministro de Estado em sua representação política e social;

III - coordenar a pauta de trabalho do Ministro de Estado e prestar assistência em seus despachos;

IV - analisar, em articulação com as demais unidades do Ministério, o encaminhamento dos assuntos a serem submetidos ao Ministro de Estado;

V - agendar os pedidos de audiência do Ministro de Estado;

VI - autorizar, nos termos da legislação vigente, interrupção de férias dos servidores que lhe sejam subordinados;

VII - propor a nomeação ou exoneração de ocupantes de cargos em comissão, funções de confiança e funções comissionadas técnicas;

VIII - atuar como titular da unidade administrativa do GM;

IX - firmar e rescindir contratos, convênios, ajustes, acordos ou outros instrumentos congêneres, na sua área de atuação, desde que não dispenda recurso orçamentário;

X - encaminhar projeto básico, termo de referência e plano de trabalho no âmbito de sua área de atuação para providências da unidade responsável; e

XI - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Ministro de Estado.

Art. 29. Aos Chefes de Assessoria incumbe:

I - planejar e coordenar a execução das atividades a cargo das respectivas unidades subordinadas;

II - assistir o Chefe de Gabinete nos assuntos de sua competência;

III - encaminhar ao Chefe de Gabinete os assuntos de suas respectivas unidades dependentes de decisão superior;

IV - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação; e

V - desempenhar outras atribuições que lhes forem atribuídas pelo Chefe de Gabinete.

Art. 30. Aos Coordenadores incumbe:

I - coordenar, acompanhar e controlar as atividades das unidades subordinadas;

II - atender ao superior imediato nos assuntos pertinentes à sua esfera de decisão;

III - controlar o desenvolvimento das atividades da Coordenação e das unidades subordinadas;

IV - propor o estabelecimento de normas e procedimentos que visem a melhoria e o aperfeiçoamento dos trabalhos realizados; e

V - desempenhar outras atribuições que lhes forem cometidas pelo superior imediato.

Art. 31. Ao Coordenador de Assuntos Administrativos da ASTEC incumbe, ainda, exercer a função de gestor setorial de capacitação junto à COGEP/DIRAD.

Art. 32. Aos Chefes de Divisão e de Serviço incumbe:

I - promover e executar as atividades de sua esfera de competência e das unidades subordinadas;

II - decidir sobre os assuntos pertinentes às respectivas unidades e encaminhar ao chefe imediato os pendentes de decisão superior;

III - zelar pelo uso correto dos equipamentos, pela ordem dos trabalhos e pela guarda dos materiais da unidade; e

IV - exercer outras atividades que lhes forem determinadas pelo seu superior imediato.

Art. 33. Aos Assessores, aos Gerentes de Projeto, aos Assessores Técnicos, aos Assistentes e Assistentes Técnicos incumbe assessorar, orientar e executar as atividades conforme as atribuições que lhes forem cometidas.

Art. 34. Ao Assessor Técnico definido pela Chefia de Gabinete incumbe, ainda, coordenar e executar as atividades de cerimonial do GM na forma que lhe for determinada.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35. Serão de responsabilidade do GM o controle e a fiscalização de contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, referentes às demandas de sua área de competência.

Art. 36. Os casos omissos e as eventuais dúvidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pela Chefia de Gabinete do Ministro.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO II

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA-EXECUTIVA

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1° A Secretaria-Executiva, órgão subordinado diretamente ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, tem por finalidade:

I - assistir o Ministro de Estado na definição de diretrizes e na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas; e

II - orientar, no âmbito do Ministério, a execução das atividades de administração patrimonial e as relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos, de organização e inovação institucional e de serviços gerais.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva exerce, ainda, a função de órgão setorial dos Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Organização e Inovação Institucional - SIORG, de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Serviços Gerais - SISG, de Contabilidade Federal e de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, por intermédio das Diretorias de Planejamento e Gestão, de Administração e de Tecnologia da Informação.

Art. 2° Para consecução de suas finalidades, compete, ainda, à Secretaria-Executiva:

I - assistir o Ministro de Estado na implementação das ações da área de competência do Ministério; e

II - coordenar e supervisionar, no âmbito do Ministério, as atividades de correição.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 3° A Secretaria-Executiva - SE tem a seguinte estrutura:

I - Gabinete - GABIN:

a) Divisão de Apoio ao Gabinete - DIVAG;

II - Assessoria Técnica e Administrativa - ASTEC:

a) Coordenação de Gestão Interna - COGEI:

1. Divisão de Apoio Operacional - DIAPO:

1.1. Serviço de Informática - SEINF;

b) Coordenação Técnica - COTEC:

1. Divisão de Documentação e Informação - DIDOC:

1.1. Serviço de Documentação e Protocolo - SEDOP; e

2. Divisão de Colegiados - DICOL;

III - Corregedoria - COGED;

IV - Diretoria de Planejamento e Gestão - DIPLA:

a) Divisão de Apoio Técnico e Administrativo - DIATE;

b) Coordenação de Transparência e Acesso à Informação - COINF;

1. Divisão de Apoio ao Serviço de Informações ao Cidadão - DISIC;

c) Coordenação-Geral de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - CGPLA;

1. Coordenação de Planejamento e Projetos Estratégicos - COPES:

1.1. Divisão de Monitoramento e Avaliação - DIMAV;

2. Coordenação de Melhoria e Inovação de Processos - COMIP;

3. Coordenação de Documentação e Informação - CODIN;

3.1. Divisão de Arquivo e Protocolo - DIARP:

3.1.1. Serviço de Arquivo - SEARQ; e

3.1.2. Serviço de Protocolo - SEPRO;

d) Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - CGEOR:

1. Coordenação de Orçamento - COORÇ:

1.1. Divisão de Programação Orçamentária - DIPOG;

1.2. Divisão de Execução da Programação Orçamentária - DIEPO; e

1.3. Seção de Disponibilidade Orçamentária - SEDOR;

2. Coordenação de Programação Financeira - COFIN:

2.1. Divisão de Acompanhamento e Controle da Programação Financeira - DIPRF; e

2.2. Divisão de Execução da Programação Financeira - DIPFI;

3. Coordenação de Contabilidade - CCONT:

3.1. Divisão de Acompanhamento Contábil - DICOT; e

3.2. Divisão de Verificação e Análise - DIVAN;

V - Diretoria de Administração - DIRAD:

a) Coordenação de Gabinete - COGAB;

1. Divisão de Apoio Administrativo - DIVAD;

b) Coordenação-Geral de Administração Predial - CGDAP:

1. Coordenação Técnica de Manutenção Predial - COTEP:

1.1. Divisão de Projetos - DIPRO; e

1.2. Divisão de Suporte Técnico - DITEC:

1.2.1. Serviço de Telecomunicações - SETEL;

1.2.2. Serviço de Manutenção e Engenharia - SEMAE; e

1.2.3. Serviço de Manutenção Técnica - SEMAT;

2. Coordenação de Serviços Administrativos - COSAD:

2.1. Divisão de Atividades Gerais - DIAGE:

2.1.1. Serviço de Atividades Auxiliares - SEAUX;

2.1.2. Serviço de Atividades Administrativas - SEAAD; e

2.1.3. Serviço de Transportes - SETRA;

3. Coordenação de Administração de Material e Patrimônio - COMAP:

3.1. Divisão de Patrimônio - DIPAT:

3.1.1. Serviço de Classificação e Registro Patrimonial - SERPA;

3.2. Divisão de Material - DIMAT:

3.2.1. Serviço de Almoxarifado - SEMOX;

c) Coordenação-Geral de Aquisições - CGEAQ:

1. Divisão de Apoio Técnico - DIATE;

2. Coordenação de Compras - CCOMP:

2.1. Serviço de Apoio e Acompanhamento das Contratações - SEACC;

2.2. Serviço de Cadastro de Fornecedores - SECAF;

2.3. Divisão de Licitação - DILIC;

2.4. Divisão de Contratações Diretas e Convênios - DICON; e

2.5. Divisão de Contratação com Recursos Externos - DICRE;

d) Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP:

1. Serviço Técnico de Informações e Controle - SETIC;

2. Serviço de Apoio Técnico e Administrativo - SEATA;

3. Coordenação de Legislação e Informações Judiciais de Pessoal - COLIP:

3.1. Divisão de Legislação Aplicada - DILEA; e

3.2. Divisão de Informações Judiciais de Pessoal - DIJUP;

4. Coordenação de Acompanhamento Funcional e Pagamento - COAFP:

4.1. Serviço de Execução Orçamentária e Financeira - SEOFI;

4.2. Divisão de Acompanhamento Funcional - DIAFI:

4.2.1. Serviço de Concessões de Direitos e Vantagens - SECON;

4.3. Divisão de Pagamento - DIPAG;

5. Coordenação de Prevenção e Promoção à Saúde, Aposentadoria e Pensão - COSAP:

5.1. Serviço de Prevenção e Promoção à Saúde - SEPPS; e

5.2. Divisão de Aposentadoria e Pensão - DIAPE;

6. Coordenação de Capacitação, Avaliação, Cargos e Carreiras - COCAR:

6.1. Divisão de Capacitação - DICAP; e

6.2. Divisão de Avaliação, Cargos e Carreiras - DICAR;

e) Coordenação-Geral de Gestão de Contratos - CGCON:

1. Serviço de Apoio e Verificação - SEVER;

2. Coordenação de Supervisão de Pagamentos de Contratos - COSUC; e

3. Coordenação de Análise de Contratos - COOAC:

3.1. Divisão de Repactuação e Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos - DIREC; e

3.2. Serviço de Apoio Técnico - SETEC;

f) Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira - CGEOF:

1. Coordenação de Execução de Recursos Financeiros - CEOFI:

1.1. Divisão de Execução Orçamentária - DIORC; e

1.2. Divisão de Execução Financeira - DIEFI;

2. Coordenação de Recursos Externos - COREX:

2.1. Divisão de Execução da Programação com Recursos Externos - DIPRE; e

2.2. Divisão de Execução de Recursos de Organismos Internacionais - DIORG;

3. Divisão de Suporte Documental - DISOD;

VI - Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI:

a) Coordenação-Geral de Governança de Tecnologia da Informação - CGGOV:

1. Divisão de Modernização de Sistemas - DIMOS; e

2. Divisão de Segurança da Informação e Comunicações - CeTRA;

b) Coordenação-Geral de Sistemas - CGSIS:

1. Serviço de Informações Estratégicas - SINFE; e

2. Coordenação de Aquisições, Contratos e Orçamento - COACO;

c) Coordenação-Geral de Serviços de Tecnologia da Informação - CGSTI:

1. Serviço de Suporte ao Usuário - SESUP;

2. Serviço de Apoio, Planejamento e Projetos - SEAPP; e

3 Coordenação de Infraestrutura - INFRA;

VII - Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST:

a) Coordenação de Apoio Administrativo - COADM;

b) Coordenação-Geral de Orçamentos - CGORI:

1. Coordenação de Planejamento e Avaliação Orçamentária - COPOR;

c) Coordenação-Geral de Política Salarial e Benefícios - CGPOL:

1. Coordenação de Acompanhamento de Negociações Coletivas de Trabalho - CONEC;

d) Coordenação-Geral de Previdência Complementar - CGPCE:

1. Coordenação de Análise e Acompanhamento de Previdência Complementar - COAPE;

e) Coordenação-Geral de Projetos Especiais - CGPES;

f) Coordenação-Geral de Gestão Corporativa das Estatais - CGCOR:

1. Coordenação de Articulação da Gestão - COARG;

g) Coordenação-Geral de Avaliação de Empresas - CGAVE:

1. Coordenação de Suporte à Avaliação de Empresas Estatais - COSAV;

h) Coordenação-Geral de Gestão de Informação das Empresas Estatais - CGINE:

1. Coordenação de Sistematização de Informação das Empresas Estatais - COSIS;

VIII - Departamento de Órgãos Extintos - DEPEX:

a) Coordenação de Manutenção do Sistema de Complementação de Aposentadorias e Pensões - COSIS:

1. Divisão de Apoio Técnico - DITEC;

b) Coordenação-Geral de Gestão da Complementação - CGCAP:

1. Coordenação de Gestão de Informações sobre Complementações de Aposentadorias e Pensões Ferroviárias - COFER:

1.1. Serviço de Atendimento e Instrução Processual - SEINP;

1.2. Serviço de Cadastro e Atendimento a ex-Ferroviários - SECAD;

1.3. Serviço de Cálculos e Elaboração de Planilhas Financeiras - SEFIN; e

1.4. Serviço de Análise de Benefícios de ex-Ferroviários - SEFER;

c) Coordenação-Geral de Gestão de Estatutários - CGGES:

1. Divisão de Cadastro e Lotação de Pessoal - DICLP;

2. Divisão de Pagamento de Pessoal - DIPAG;

3. Divisão de Acompanhamento Processual Judicial - DIAPJ;

4. Divisão de Aposentadorias e Pensões - DIVAP;

5. Serviço de Recadastramento de Aposentados e Pensionistas - SEREC;

6. Serviço de Pessoal no Pará - SEPPA; e

7. Serviço de Pessoal em Pernambuco - SEPPE;

d) Coordenação-Geral de Órgãos Extintos no Rio de Janeiro - CGERJ:

1. Divisão de Benefícios de Estatutários no Rio de Janeiro - DIEST;

2. Divisão de Cadastro e Lotação de Estatutários no Rio de Janeiro - DICLE;

e) Coordenação-Geral de Planejamento e Administração - CGEAD:

1. Divisão de Acompanhamento das Ações dos Órgãos de Controle - DICON;

2. Divisão de Logística - DILOG:

2.1. Serviço de Administração de Pessoal - SEPES; e

2.2. Serviço de Apoio Administrativo - SERAP;

f) Coordenação-Geral de Acervos e Convênios - CGEAC:

1. Serviço de Controle de Expedição de Diligências e Informações - SEDIN;

2. Coordenação de Acervos e Processos de Extinção - COAPE:

2.1. Divisão de Controle e Acompanhamento das Extinções - DICAE:

2.1.1. Serviço de Acompanhamento Normativo - SENOR; e

2.1.2. Serviço de Controle de Acervo - SEACE;

2.2. Divisão de Acompanhamento de Contas e CADIN - DICAD:

2.2.1. Serviço de Execução Contábil - SECON;

3. Coordenação de Acompanhamento de Convênios - COAAC:

3.1. Divisão de Análise de Prestações de Contas e Atendimento de Diligências Externas - DICOD:

3.1.1. Serviço de Verificação de Prestações de Contas de Convênios - SEVEC;

3.1.2. Serviço de Controle de Arquivo de Convênios - SECAC; e

3.1.3. Serviço de Atendimento a Diligências Externas - SEADE.

Art. 4° A Secretaria-Executiva será dirigida por Secretário-Executivo; os Departamentos e as Diretorias, por Diretores; as Coordenações-Gerais, por Coordenadores-Gerais; as Coordenações, por Coordenadores; o Gabinete, a Assessoria, a Corregedoria, as Divisões, os Serviços e a Seção, por Chefes.

Art. 5° O Secretário-Executivo será substituído pelo Secretário-Executivo Adjunto.

Art. 6° O Diretor de Administração será substituído pelo Diretor-Adjunto.

Art. 7° O Diretor do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais será substituído pelo Coordenador-Geral de Projetos Especiais.

Parágrafo único. Os demais ocupantes dos cargos previstos no art. 4° serão substituídos, em seus afastamentos ou impedimentos legais, por servidores designados na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 8° Ao Gabinete compete:

I - assessorar e prestar assistência direta ao Secretário-Executivo;

II - despachar com o Secretário-Executivo e dar tratamento aos processos e expedientes submetidos à Secretaria-Executiva;

III - assistir o Secretário-Executivo em sua pauta de trabalho e coordenar a agenda de compromissos diários;

IV - assistir o Secretário-Executivo na coordenação de estudos e na elaboração de portaria e atos normativos diretamente relacionados à SE;

V - prover o Secretário-Executivo de informações necessárias à tomada de decisões, auxiliando na coordenação das tarefas a cargo da SE;

VI - preparar e acompanhar as nomeações e exonerações de ocupantes de cargos em comissão, funções de confiança, funções comissionadas técnicas e gratificações de exercícios no âmbito da SE, além de coordenar as atividades relacionadas às indicações das representações do Ministério em órgãos colegiados;

VII - promover a articulação entre os diferentes órgãos supervisionados pela SE; e

VIII - coordenar e supervisionar a execução das ações técnicas e de gestão interna da SE, especialmente o desenvolvimento institucional, da comunicação administrativa e da gestão.

Art. 9º À Divisão de Apoio ao Gabinete compete:

I - prestar apoio técnico e administrativo ao Gabinete da SE;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II - gerenciar o correio eletrônico institucional da SE; e

III - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Chefe de Gabinete.

Art. 10. À Assessoria Técnica e Administrativa compete:

I - assistir o Chefe de Gabinete na preparação do expediente pessoal e da pauta de despachos do Secretário-Executivo;

II - coordenar e supervisionar o desenvolvimento das atividades de análise técnica, de informática e administrativa do Gabinete da SE;

III - planejar, coordenar e executar as atividades de gestão relativas à comunicação administrativa, ao fluxo e à formatação de documentos, ao cadastro e registro de informações corporativas e ao relacionamento institucional, estabelecendo procedimentos para a implantação das atividades de gestão da SE;

IV - planejar, coordenar e executar as atividades administrativas necessárias à consecução das ações da SE; e

V - subsidiar o Gabinete no estudo de processos, documentos, legislações, instruções e na elaboração de pareceres técnicos e correspondências em articulação com as áreas técnicas pertinentes do Ministério.

Art. 11. À Coordenação de Gestão Interna compete:

I - coordenar, controlar e acompanhar o desenvolvimento e a execução das atividades e dos serviços concernentes à administração de pessoal, informática, material, patrimônio e serviços gerais da SE, observadas as normas vigentes;

II - controlar, examinar e promover o encaminhamento da documentação, recebida e expedida pelo Gabinete, referente a pessoal, orçamento e finanças, material e patrimônio, serviços gerais e informática;

III - exercer a função de gestor setorial de capacitação junto à COGEP/DIRAD;

IV - coordenar, em articulação com a DTI, as ações relativas à informação e informática no âmbito da SE com vistas ao aprimoramento dos serviços;

V - acompanhar e atender as demandas do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, no âmbito da SE;

VI - providenciar o preparo dos atos necessários à autorização de afastamento do País, de servidores do Ministério; e

VII - exercer outras atividades que lhe forem cometidas pelo Chefe de Gabinete.

Art. 12. À Divisão de Apoio Operacional compete:

I - requisitar, distribuir e controlar, junto ao setor competente e dentro das normas vigentes, os materiais de consumo necessários ao desenvolvimento das atividades da SE;

II - requisitar, acompanhar e controlar a distribuição e movimentação dos equipamentos e materiais permanentes necessários e manter atualizados os registros de localização;

III - executar, em articulação com a COGEP/DIRAD, as atividades de gestão de recursos humanos e manter atualizadas as informações dos servidores;

IV - controlar, preparar e encaminhar ao setor competente, o controle de frequência, a programação e as notificações de férias dos servidores;

V - controlar, distribuir e encaminhar as faturas telefônicas da SE;

VI - supervisionar os serviços de segurança, copa, limpeza e conservação, telefonia e energia elétrica nas dependências da SE;

VII - processar a documentação necessária à concessão de passagens aéreas e diárias, nacionais e internacionais da SE, bem como a correspondente prestação de contas; e

VIII - controlar a utilização do serviço de transportes da SE.

Art. 13. Ao Serviço de Informática compete:

I - aplicar, observar e supervisionar o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela DTI;

II - exercer a administração da rede de computadores e manter atualizado o parque de equipamentos e aplicativos de informática e do material eletrônico necessário ao desempenho das atividades da SE;

III - implementar sistemas gerenciais complementares e providenciar as instalações e a manutenção de aplicativos e equipamentos de informática; e

IV - dar apoio aos usuários de informática, no âmbito da SE, compreendendo orientações para uso de equipamentos e aplicativos.

Art. 14. À Coordenação Técnica compete:

I - coordenar e controlar o desenvolvimento das atividades de recebimento, exame, registro, controle de tramitação e expedição de documentos, processos, correspondências e demais expedientes da SE, bem como efetuar o controle de indicações das representações do Ministério em órgãos colegiados;

II - promover as atividades de redação e revisão de documentos, expedientes e atos normativos a serem submetidos à assinatura do Secretário-Executivo obedecendo aos padrões oficiais e normas vigentes;

III - coordenar as atividades de ordenação, classificação, registro, guarda em meio físico e eletrônico, eliminação, recuperação de informação e transferência documental do acervo sob responsabilidade da SE;

IV - promover a guarda da documentação de caráter confidencial de interesse da SE; e

V - exercer outras atividades que lhe forem cometidas pela ASTEC.

Art. 15. À Divisão de Documentação e Informação compete:

I - receber, analisar, classificar e registrar os documentos, processos, correspondências e demais expedientes destinados à SE;

II - organizar e manter atualizado o sistema de arquivo físico e eletrônico da documentação de interesse da SE;

III - providenciar a publicação de atos no Diário Oficial da União e no Boletim de Pessoal e Serviço;

IV - promover o arquivamento e desarquivamento de processos e documentos em geral;

V - orientar a expedição de correspondências e documentos em geral; e

VI - manter e disponibilizar acervo de atos, normas, orientações, medidas legais e infralegais produzidas pela SE, visando a sua disponibilização de forma rápida e automática.

Art. 16. Ao Serviço de Documentação e Protocolo compete:

I - proceder ao registro, à autuação, à tramitação e à distribuição de documentos, processos, correspondências e demais expedientes no âmbito da SE; e

II - executar a distribuição de diários oficiais, revistas, jornais e periódicos da SE.

Art. 17. À Divisão de Colegiados compete:

I - proceder à leitura do Diário Oficial da União, destacar as matérias relativas à criação e encerramento de trabalhos de colegiados, assim como as nomeações e dispensas dos representantes dos Colegiados;

II - providenciar o expediente necessário à indicação de representantes do Ministério nos órgãos colegiados;

III - acompanhar as atividades relacionadas à representatividade do Ministério em órgãos colegiados e grupos de trabalho;

IV - registrar e acompanhar os processos e documentos despachados pela SE aos órgãos pertencentes à estrutura do Ministério, relativos à indicação de representantes em órgãos colegiados observando o cumprimento dos prazos estabelecidos;

V - organizar banco de dados relativo aos órgãos colegiados em que o Ministério tem participação, realizando controle permanente do registro de dados cadastrais e informações gerenciais decorrentes;

VI - operar o Sistema de Gerenciamento de Órgãos Colegiados, prestando informações aos representantes ou partes interessadas; e

VII - emitir relatório do Sistema de Gerenciamento de Órgãos Colegiados, quando for solicitado pela autoridade competente ou pelo representante ou pela parte interessada.

Art. 18. À Corregedoria, enquanto unidade seccional do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal e órgão diretamente subordinado ao Secretário-Executivo compete:

I - analisar as representações e as denúncias que lhe forem encaminhadas, relacionadas aos servidores do Ministério;

II - promover as atividades disciplinares e de correição a serem desenvolvidas no âmbito do Ministério;

III - manter registro atualizado do resultado dos processos disciplinares no Ministério;

IV - promover, isoladamente ou em parceria com outros órgãos ou entidades públicas, o treinamento dos servidores que serão designados para atuar nas comissões de sindicância e de processo administrativo disciplinar;

V - supervisionar as atividades disciplinares e de correição desempenhadas pelas entidades vinculadas do Ministério; e

VI - promover ações destinadas à valorização e ao cumprimento de preceitos relativos à conduta disciplinar dos servidores.

Art. 19. À Diretoria de Planejamento e Gestão compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de organização e inovação institucional e de gestão de documentos de arquivo, no âmbito do Ministério;

II - promover a articulação com o órgão central dos sistemas referidos no inciso I e informar e orientar as unidades e as entidades vinculadas do Ministério quanto ao cumprimento das normas vigentes;

III - elaborar, coordenar e monitorar a execução das atividades e projetos relacionados ao Planejamento Estratégico Institucional, integrando-o aos objetivos do Ministério expressos no Plano Plurianual;

IV - elaborar a programação orçamentária do Ministério e entidades vinculadas, de forma alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional, e monitorar as atividades de execução orçamentária e financeira;

V - coordenar a elaboração e a consolidação dos planos e programas anuais e plurianuais, submetê-los à decisão superior, e monitorar e avaliar suas metas e resultados em articulação com as demais Secretarias e entidades vinculadas ao Ministério; e

VI - desenvolver ações relativas à gestão da informação e à promoção da transparência e realizar iniciativas voltadas à produção de conteúdo informacional para que o órgão identifique a qualidade de seu desempenho institucional e das políticas e programas que realiza, promovendo melhorias relacionadas aos seus processos e aos resultados de suas ações.

Art. 20. À Divisão de Apoio Técnico e Administrativo compete:

I - assistir o Diretor, preparar os documentos administrativos a serem assinados ou chancelados, organizar as agendas de compromissos e atualizar as informações referentes aos contatos profissionais;

II - controlar os encaminhamentos visando ao cumprimento dos prazos legais para remessa de informações aos órgãos de controle e judiciais;

III - atender e prestar informações aos interessados, no limite de sua competência, sobre processos em análise na DIPLA;

IV - administrar o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens e atividades relacionadas, no âmbito da DIPLA;

V - executar atividades de recebimento, registro, cadastramento, tramitação, expedição, classificação, autuação, destinação e arquivo de processos e documentos; e

VI - executar as atividades de apoio à administração de pessoal, de material e patrimônio e de serviços gerais.

Art. 21. À Coordenação de Transparência e Acesso à Informação compete:

I - assegurar o atendimento dos pedidos de informação recebidos pelo Ministério com fundamento na Lei n° 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso a Informação;

II - promover a transparência ativa de informações relacionadas à atuação do Ministério ou por ele custodiadas, independentemente de requerimentos, em local de fácil acesso, bem como zelar pela qualidade da Seção de Acesso a Informação do Portal do MP;

III - orientar e fornecer suporte necessário às unidades administrativas quanto ao cumprimento da Lei de Acesso à Informação; e

IV - fomentar a política de gestão da informação, no âmbito do Ministério.

Art. 22. À Divisão de Apoio ao Serviço de Informações ao Cidadão compete:

I - atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;

II - informar sobre a tramitação de documentos nas unidades;

III - receber e registrar pedidos de acesso à informação;

IV - analisar, cadastrar e atender as solicitações feitas presencialmente, por correspondência física ou por meio eletrônico;

V - responder aos pedidos de acesso cujas informações se encontrem disponíveis em fontes de consultas institucionais, prestando atendimento imediato sempre que possível;

VI - operacionalizar o sistema e-SIC;

VII - solicitar às unidades administrativas as informações necessárias ao atendimento;

VIII - gerenciar o sistema informatizado interno, examinando os registros de consultas e respostas e o cumprimento dos prazos; e

IX - manter controles estatísticos sobre os atendimentos realizados.

Art. 23. À Coordenação-Geral de Planejamento e Desenvolvimento Institucional compete:

I - coordenar a execução das atividades relacionadas ao Planejamento Estratégico e ao ciclo de gestão do Plano Plurianual, no âmbito do Ministério e de suas entidades vinculadas, observando as diretrizes do Ministério e do órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;

II - assessorar o Diretor de Planejamento e Gestão e o Secretário-Executivo nos assuntos referentes ao Planejamento Estratégico Institucional, ao Plano Plurianual do Ministério, e demais temas na área de sua competência;

III - acompanhar estudos e discussões visando ao aprimoramento das políticas públicas relacionadas ao Ministério;

IV - promover a articulação entre as unidades administrativas do Ministério e entidades vinculadas, visando assegurar a integração das ações do processo de planejamento e orçamento;

V - planejar, coordenar e avaliar a execução das atividades relacionadas ao Planejamento Estratégico Institucional, integrando-o aos objetivos do Ministério expressos no Plano Plurianual;

VI - promover o gerenciamento do desenvolvimento dos projetos estratégicos, auxiliando metodologicamente as unidades administrativas na tomada de decisão e informando o andamento às instâncias decisoras, de forma a manter a conformidade entre as expectativas e os resultados apresentados;

VII - exercer, no âmbito do Ministério, as atividades de unidade setorial do SIORG;

VIII - planejar e propor metodologias para a execução das atividades relacionadas à melhoria, à inovação e ao gerenciamento de processos institucionais do Ministério;

IX - desenvolver as atividades de gestão documental, incluindo protocolo, arquivo e biblioteca e promover o alinhamento e a convergência dos fluxos informacionais do Ministério;

X - incentivar e acompanhar o desenvolvimento de sistemas de gestão visando à execução de atividades de apoio à decisão gerencial, à administração de dados e à disseminação de informações; e

XI - propor estratégias e mecanismos de integração e fortalecimento do Ministério e de suas entidades vinculadas.

Art. 24. À Coordenação de Planejamento e Projetos Estratégicos compete:

I - coordenar a execução das atividades relacionadas ao Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, observando as diretrizes dos órgãos centrais;

II - coordenar a elaboração, a consolidação, o monitoramento e a avaliação do Plano Plurianual do Ministério, em articulação com as unidades administrativas, as entidades vinculadas ao Ministério e ao órgão central de planejamento, bem como disponibilizar informações gerenciais;

III - propor metodologias, acompanhar as atividades e disponibilizar informações gerenciais relacionadas ao Planejamento Estratégico Institucional do Ministério;

IV - propor e implementar a sistematização e o monitoramento dos indicadores de desempenho e de gestão e do Planejamento Estratégico, em conjunto com as unidades administrativas do Ministério;

V - exercer o papel de Escritório de Projetos Estratégicos no âmbito do Ministério, bem como acompanhar e avaliar o respectivo portfólio;

VI - propor e disseminar metodologias e ferramentas de acompanhamento e avaliação de projetos estratégicos, bem como delinear em conjunto com as unidades administrativas o escopo, os objetivos e as entregas, com os requisitos de qualidade;

VII - auxiliar no desenvolvimento de termos de referência, quando verificada a necessidade de contratação de serviços, na sua área de competência.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 25. À Divisão de Monitoramento e Avaliação compete orientar, monitorar e avaliar a execução das atividades relacionadas ao Planejamento Estratégico e ao ciclo de gestão do Plano Plurianual, no âmbito do Ministério e de suas entidades vinculadas, observando as diretrizes do Ministério e do órgão central de planejamento.

Art. 26. À Coordenação de Melhoria e Inovação de Processos compete:

I - exercer, no âmbito do Ministério, as atividades de unidade setorial do SIORG e o papel de Escritório de Processos;

II - propor, coordenar e acompanhar planos, programas, projetos e atividades para promover o desenvolvimento institucional;

III - orientar, acompanhar e participar da elaboração, manutenção e atualização de arranjos de estrutura organizacional, da estrutura regimental do Ministério, de regimentos internos, de normas, de manuais e dos demais instrumentos de racionalização administrativa;

IV - propor metodologias relativas ao gerenciamento de processos institucionais do Ministério;

V - orientar e acompanhar as unidades administrativas do Ministério no desenvolvimento de atividades que visem à simplificação, automação e racionalização de procedimentos, métodos e fluxos de trabalho e à sistematização, padronização e implantação de técnicas e instrumentos de gestão que visem à melhoria dos processos;

VI - propor e implementar a sistematização e o monitoramento de indicadores de desempenho dos processos institucionais em conjunto com as unidades administrativas do Ministério; e

VII - auxiliar no desenvolvimento de termos de referência, quando verificada a necessidade de contratação de serviços, na sua área de competência.

Art. 27. À Coordenação de Documentação e Informação compete:

I - planejar, coordenar e definir, no âmbito do Ministério, as atividades referentes:

a) à política e ao controle da gestão documental arquivística e bibliográfica em diferentes suportes;

b) à implementação e utilização dos Sistemas informatizados de gestão documental Arquivística, Bibliográfica e Legislativa;

c) à promoção do inter-relacionamento com as unidades administrativas e entidades vinculadas ao Ministério para assegurar o intercâmbio e a integração sistemática das atividades;

d) à promoção e manutenção de intercâmbio e de cooperação técnica com instituições e sistemas afins, nacionais e internacionais;

e) ao Sistema de Arquivo - SIARQ, à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Arquivísticos - CPAD, à Subcomissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SubSIGA e à Comissão Permanente de Seleção de Publicações;

f) à promoção de eventos técnicos e socioculturais relacionados à área de documentação e informação;

g) à promoção de capacitação de servidores das unidades administrativas e entidades vinculadas ao Ministério que atuam na área de gestão documental;

h) à recomendação de providências relativas aos atos lesivos à Política Nacional e Institucional de Arquivos; e

i) à normatização da gestão documental arquivística e bibliográfica;

II - definir, implementar e supervisionar o processo de indexação da legislação emanada do Ministério, publicada no Diário Oficial da União e no Boletim de Pessoal e Serviço, por meio da utilização de metodologias e tecnologias para melhor gestão e recuperação da informação;

III - auxiliar no desenvolvimento de termos de referência, quando verificada a necessidade de contratação de serviços, na sua área de competência; e

IV - planejar, coordenar, acompanhar e controlar as atividades de Biblioteca do Ministério.

Art. 28. À Divisão de Arquivo e Protocolo compete:

I - gerenciar a utilização do sistema informatizado de gestão documental do Ministério e definir melhorias a serem implementadas;

II - definir as atividades de capacitação de servidores que atuam na área de gestão documental arquivística;

III - coordenar a execução das atividades do protocolo geral do Ministério, com o objetivo de garantir o controle do recebimento, do registro, triagem, expedição e tramitação de documentos;

IV - definir os procedimentos para elaboração, publicação e divulgação de atos administrativos e normativos no Sistema eletrônico de Boletim de Pessoal e - e-BPS;

V - acompanhar e controlar a execução dos serviços postais de fornecimento de jornais e revistas;

VI - acompanhar e controlar a execução dos serviços de organização de acervos arquivísticos sob a responsabilidade do Ministério;

VII - definir normas para o cumprimento das rotinas de protocolo e dos procedimentos e operações técnicas, referentes à gestão documental; e

VIII - garantir a guarda e preservação e o acesso aos documentos de arquivo, em diferentes suportes, que estejam sob custódia do Arquivo Central.

Art. 29. Ao Serviço de Arquivo compete:

I - elaborar e manter atualizados, em conjunto com a CPAD, o Código de Classificação de Documentos de Arquivo e a Tabela de Temporalidade referente às atividades finalísticas do Ministério;

II - disseminar, promover e monitorar a aplicação das normas e procedimentos de gestão documental arquivística, bem como do Código de Classificação de Documentos de Arquivo e da Tabela de Temporalidade de Documentos das atividades meio e fim;

III - realizar as atividades de suporte técnico do sistema informatizado de gestão documental;

IV - orientar as unidades administrativas acerca da transferência e destinação final dos acervos arquivísticos, bem como recebê-los e mantê-los sob a guarda do Arquivo Central;

V - promover o recolhimento dos documentos de valor permanente para o Arquivo Nacional;

VI - atender as demandas de pesquisa, dos usuários internos e externos, no que concerne às informações constantes dos acervos documentais sob a guarda do Arquivo Central;

VII - manter o Arquivo Central nas condições físicas apropriadas ao armazenamento e conservação dos documentos;

VIII - realizar capacitação dos servidores das unidades administrativas quanto aos procedimentos técnicos arquivísticos e à operacionalização do sistema informatizado de gestão documental;

IX - elaborar projetos básicos e especificações para a contratação de serviços de organização de acervos arquivísticos sob a responsabilidade do Ministério; e

X - fiscalizar e atestar a execução de serviços prestados por terceiros, tais como organização de acervos arquivísticos.

Art. 30. Ao Serviço de Protocolo compete:

I - executar as atividades de recebimento, registro, triagem, expedição e tramitação de documentos;

II - gerenciar o e-BPS e prestar apoio técnico necessário à publicação de atos administrativos e normativos;

III - elaborar projetos básicos e especificações para a contratação de serviços postais e fornecimento de jornais e revistas; e

IV - fiscalizar e atestar a execução de serviços prestados por terceiros, tais como serviços postais e fornecimento de jornais e revistas.

Art. 31. À Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças compete:

I - exercer as atividades de órgão setorial do Ministério, na estrutura dos Sistemas Federais de Orçamento, de Administração Financeira e de Contabilidade;

II - elaborar a programação orçamentária do Ministério e entidades vinculadas, de forma alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional, em conjunto com a CGPLA;

III - manter e divulgar informações atualizadas sobre orçamento e finanças relativas às unidades e às entidades vinculadas ao Ministério;

IV - apoiar a Secretaria-Executiva no processo de alocação de recursos e na elaboração de relatórios institucionais no âmbito do Ministério; e

V - assessorar o Diretor na área de sua competência.

Art. 32. À Coordenação de Orçamento compete:

I - coordenar a elaboração das propostas orçamentárias das unidades e entidades vinculadas ao Ministério, compatibilizando-as com os objetivos, metas e alocação de recursos em conformidade com a política governamental;

II - coordenar a elaboração das ações orçamentárias do Ministério e entidades vinculadas, segundo as orientações do órgão central de orçamento e em consonância com o planejamento estratégico;

III - coordenar a consolidação dos orçamentos anuais, observadas as diretrizes emanadas do órgão central;

IV - orientar e acompanhar os processos orçamentários e de programação orçamentária das unidades e entidades vinculadas ao Ministério;

V - adotar os procedimentos necessários às descentralizações orçamentárias; e

VI - analisar a conformidade documental das prestações de contas relacionadas às descentralizações orçamentárias externas.

Art. 33. À Divisão de Programação Orçamentária compete:

I - orientar a elaboração das propostas orçamentárias das unidades e entidades vinculadas ao Ministério, observadas as diretrizes emanadas do órgão central;

II - subsidiar a elaboração da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;

III - analisar as solicitações de alterações orçamentárias, de programação e execução orçamentária sob os aspectos legais e promover as alterações pertinentes;

IV - analisar e acompanhar o fluxo de receita das unidades e entidades vinculadas ao Ministério;

V - analisar e acompanhar a evolução das despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - acompanhar a legislação que disciplina as atividades na área de sua competência; e

VII - orientar as unidades e entidades vinculadas ao Ministério nos assuntos relativos à programação orçamentária, observadas as diretrizes emanadas do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal.

Art. 34. À Divisão de Execução da Programação Orçamentária compete:

I - analisar as solicitações de descentralizações internas e externas e promover o atendimento quando autorizadas;

II - analisar e manifestar-se sobre as solicitações de disponibilidade orçamentária;

III - analisar e acompanhar a execução orçamentária das ações do Ministério, visando à identificação de possíveis alterações orçamentárias;

IV - elaborar, analisar e disponibilizar demonstrativos gerenciais;

V - acompanhar a legislação que disciplina as atividades na área de sua competência; e

VI - orientar as unidades e entidades vinculadas ao Ministério nos assuntos relativos à execução da programação orçamentária, observadas as diretrizes emanadas do órgão central.

Art. 35. À Seção de Disponibilidade Orçamentária compete:

I - coordenar ações de melhoria e de novas funcionalidades dos instrumentos de informação setorial;

II - promover, no âmbito da administração direta, o monitoramento e a programação da execução orçamentária e financeira; e

III - elaborar, analisar e disponibilizar demonstrativos gerenciais, visando ao subsídio de tomada de decisão.

Art. 36. À Coordenação de Programação Financeira compete:

I - coordenar a execução das atividades relacionadas com o Sistema de Administração Financeira Federal, observadas as diretrizes emanadas do órgão central;

II - coordenar e acompanhar as atividades de programação financeira, bem como a execução orçamentária e financeira das unidades e entidades vinculadas ao Ministério; e

III - orientar as unidades e entidades vinculadas ao Ministério na área de sua competência.

Art. 37. À Divisão de Acompanhamento e Controle da Programação Financeira compete:

I - analisar e consolidar as propostas de programação financeira das unidades e entidades vinculadas ao Ministério;

II - analisar os pedidos de alteração de programação financeira das unidades e entidades vinculadas ao Ministério e propor as medidas cabíveis;

III - solicitar ao órgão central os recursos financeiros necessários aos pagamentos de despesas do Ministério;

IV - elaborar, analisar e disponibilizar demonstrativos gerenciais;

V - acompanhar a legislação relativa à programação financeira; e

VI - orientar as unidades e entidades vinculadas ao Ministério nos assuntos relativos à programação financeira.

Art. 38. À Divisão de Execução da Programação Financeira compete:

I - efetuar liberações de recursos financeiros às unidades e entidades vinculadas ao Ministério, bem como acompanhar o fluxo de caixa visando à tomada de decisão quanto a futuras liberações;

II - analisar e acompanhar a execução orçamentária e financeira das unidades e entidades vinculadas ao Ministério, inclusive dos recursos orçamentários recebidos por movimentação externa de crédito;

III - acompanhar a legislação relativa à execução da programação financeira;

IV - elaborar, analisar e disponibilizar demonstrativos gerenciais; e

V - orientar as unidades e entidades vinculadas ao Ministério nos assuntos relativos à execução da programação financeira.

Art. 39. À Coordenação de Contabilidade compete:

I - coordenar a execução das atividades relacionadas ao Sistema de Contabilidade Federal, observadas as diretrizes emanadas do órgão central;

II - elaborar, analisar e disponibilizar demonstrativos gerenciais; e

III - orientar as unidades e entidades vinculadas na área de sua competência.

Art. 40. À Divisão de Acompanhamento Contábil compete:

I - analisar balanços, balancetes e demais demonstrações contábeis das unidades e entidades vinculadas ao Ministério e solicitar a regularização de eventuais inconsistências;

II - orientar as unidades e entidades vinculadas ao Ministério e os responsáveis por bens, direitos e obrigações da União, ou pelos quais responda;

III - realizar a conformidade contábil dos atos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos, de acordo com os princípios e as normas contábeis aplicadas ao setor público; e

IV - efetuar, quando necessário, registros contábeis nas unidades e entidades vinculadas ao Ministério.

Art. 41. À Divisão de Verificação e Análise compete:

I - orientar as unidades e entidades vinculadas ao Ministério e os responsáveis por bens, direitos e obrigações da União, ou pelos quais responda;

II - verificar a conformidade de registro de gestão efetuada pelas unidades e entidades vinculadas ao Ministério;

III - efetuar os registros pertinentes, em conformidade com apurações de atos inquinados de ilegalidades ou irregulares;

IV - realizar tomada de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, limitando-se às seguintes atividades:

a) efetuar o registro contábil dos responsáveis pelo débito apurado;

b) verificar o cálculo do débito; e

c) efetuar a baixa contábil pelo recebimento ou cancelamento do débito;

V - acompanhar a legislação relativa à contabilidade pública e demais assuntos a ela relacionados;

VI - analisar, em conjunto com a unidade setorial orçamentária, os dados do Orçamento Geral da União publicados no Diário Oficial da União e garantir a fidedignidade dos registros contábeis ocorridos no SIAFI, das unidades e entidades vinculadas ao Ministério; e

VII - realizar o cadastramento e o controle de acesso e navegação no Sistema de Segurança, Navegação e Habilitação do SIAFI - SENHA, no âmbito de órgão superior e unidades gestoras.

Art. 42. À Diretoria de Administração compete:

I - planejar, coordenar, supervisionar e executar, no âmbito do Ministério, as atividades relacionadas com os sistemas de serviços gerais e de pessoal civil da administração federal; e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II - promover a articulação com o órgão central dos sistemas federais referidos no inciso I e informar e orientar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas.

Art. 43. À Coordenação de Gabinete compete:

I - assistir o Diretor e o Diretor-Adjunto, preparar os documentos administrativos a serem assinados ou chancelados e organizar as agendas de compromissos;

II - controlar os encaminhamentos visando ao cumprimento dos prazos legais para remessa de informações aos órgãos de controle e judiciais;

III - atender e prestar informações aos interessados, no limite de sua competência, sobre processos em análise na DIRAD;

IV - organizar, em conjunto com outras unidades da DIRAD, seminários, palestras e debates sobre temas de interesse e elaborar a programação de eventos;

V - auxiliar o Diretor e o Diretor-Adjunto quando vierem a ministrar ou participar de eventos;

VI - elaborar programação de viagens nacionais e internacionais e administrar o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens no âmbito da DIRAD;

VII - fiscalizar o contrato de passagens aéreas nacionais e internacionais para servidores e colaboradores eventuais, no âmbito da DIRAD;

VIII - solicitar a emissão de passagens, providenciar diárias e respectiva prestação de contas de servidores e colaboradores eventuais da DIRAD;

IX - controlar os prazos legais referente ao fornecimento de passagens e solicitar relatórios e documentos comprobatórios de viagem;

X - assessorar o Diretor, o Diretor-Adjunto e os demais servidores nos assuntos que envolvam missões internacionais, providenciando junto aos órgãos competentes a emissão de passaportes, a prorrogação de validade dos mesmos e os vistos de entrada nos países;

XI - analisar os processos de afastamento do país dos servidores das unidades e entidades vinculadas ao Ministério, verificando a conformidade das propostas com base nas normas legais e administrativas visando à sua aprovação;

XII - controlar os bens patrimoniais da COGAB;

XIII - instruir os processos administrativos de aplicação de penalidades a licitantes, executores de obras, e fornecedores de bens ou serviços; e

XIV - providenciar o envio ao órgão competente dos nomes dos responsáveis pela inclusão das informações dos executores de obras e fornecedores de bens ou serviços no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN.

Art. 44. À Divisão de Apoio Administrativo compete, no âmbito da DIRAD:

I - executar atividades de recebimento, registro, cadastramento, tramitação, expedição, classificação, autuação e destinação de processos e documentos;

II - controlar a numeração de documentos originários da DIRAD e suas unidades;

III - receber e enviar matérias para publicação na Imprensa Nacional e no Boletim de Pessoal e Serviço;

IV - executar as atividades de apoio à administração de pessoal e de material de expediente;

V - solicitar e atestar os serviços de transporte de servidores da COGAB;

VI - organizar, manter e controlar o Arquivo Setorial; e

VII - receber as solicitações formuladas no sistema SPOA e-pedidos e reencaminhá-las à unidade responsável por sua execução.

Art. 45. À Coordenação-Geral de Administração Predial compete planejar, coordenar e acompanhar, no âmbito do Ministério, as atividades relativas à administração e manutenção predial e administração de materiais e patrimônio e serviços gerais.

Art. 46. À Coordenação Técnica de Manutenção Predial compete planejar, coordenar e acompanhar as atividades relativas à manutenção das instalações prediais, telecomunicações, execução de obras e serviços de engenharia e elaboração de projetos arquitetônicos dos imóveis do Ministério sob responsabilidade da DIRAD.

Art. 47. À Divisão de Projetos compete:

I - elaborar especificações e projetos de arquitetura de exteriores e interiores, mobiliário, paisagismo e sinalização;

II - inspecionar e manter atualizado o sistema de sinalização visual dos edifícios;

III - projetar alterações de leiaute e executar a remoção, desmontagem e montagem de divisórias;

IV - fiscalizar, no âmbito de sua competência, os serviços realizados por terceiros;

V - elaborar, guardar e atualizar as plantas arquitetônicas dos edifícios; e

VI - registrar e catalogar todas as plantas as built da construção, manuais técnicos, catálogos, fotografias e vídeos técnicos, disquetes, fitas e documentos de interesse técnico e histórico referentes aos edifícios.

Art. 48. À Divisão de Suporte Técnico compete desenvolver as atividades de:

I - planejamento e supervisão de obras, manutenção e conservação concernentes às instalações prediais, sistemas e equipamentos; e

II - elaboração de projetos básicos e termos de referência pertinentes a sua área de atuação.

Art. 49. Ao Serviço de Telecomunicações compete:

I - atender às solicitações relativas aos sistemas de telefonia fixa e móvel, e de comunicação de dados e voz;

II - inspecionar as instalações, os equipamentos e os serviços de reparo dos sistemas de telecomunicações;

III - instalar os equipamentos de telefonia fixa e habilitar os equipamentos de telefonia celular;

IV - programar, acompanhar e fiscalizar, diretamente ou por meio de contratos de prestação de serviços, a execução de manutenções preventivas e corretivas, bem como a prestação de serviços para os sistemas de telecomunicações;

V - gerenciar o tráfego de PABX;

VI - acompanhar e controlar os custos praticados pelas empresas de telefonia e o cumprimento dos contratos;

VII - controlar e atestar as faturas das contas telefônicas e encaminhar, para ressarcimento, o montante das ligações declaradas particulares;

VIII - coordenar a distribuição de linhas e aparelhos de voz e dados;

IX - orientar os usuários sobre os recursos disponíveis nos aparelhos de telefonia;

X - propor normas que regulamentem o uso do sistema de telecomunicações; e

XI - fiscalizar, no âmbito de sua competência, os serviços realizados por terceiros.

Art. 50. Ao Serviço de Manutenção e Engenharia, no âmbito do Bloco K, e ao Serviço de Manutenção Técnica, no âmbito do Bloco C, compete:

I - acompanhar, fiscalizar e promover a execução dos contratos inerentes aos serviços de manutenção predial, obras e instalações; e

II - emitir ordens de serviços, visando ao atendimento das solicitações feitas pelas unidades.

Art. 51. À Coordenação de Serviços Administrativos compete, no âmbito dos imóveis do Ministério localizados em Brasília, planejar e coordenar as atividades relacionadas à frota de veículos oficiais, a transportes de materiais, à segurança patrimonial, ao controle e acesso às dependências, à copeiragem, à limpeza e conservação, à jardinagem e ao controle dos murais, dentre outros.

Art. 52. À Divisão de Atividades Gerais compete supervisionar a execução dos serviços de segurança, de brigada de incêndio, de limpeza e conservação, de copas, de restaurantes e lanchonetes, de jardinagem, de transportes, de auditórios, de murais e afins.

Art. 53. Ao Serviço de Atividades Auxiliares, no âmbito do Bloco K, e ao Serviço de Atividades Administrativas, no âmbito do Bloco C, compete:

I - controlar a correta utilização das áreas comuns dos prédios, em especial os auditórios, salas de conferência e garagens; e

II - acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos administrativos, no âmbito da administração predial, bem como os contratos de concessão de uso das instalações, firmados pelo Ministério.

Art. 54. Ao Serviço de Transportes compete:

I - realizar a gestão da frota de veículos, bem como da força de trabalho;

II - promover e acompanhar o registro, o licenciamento e o emplacamento dos veículos oficiais;

III - fiscalizar e controlar o consumo de combustíveis, óleos lubrificantes e demais insumos utilizados pela frota;

IV - acompanhar e controlar o atendimento das solicitações de transportes, das unidades do Ministério; e

V - propor aquisição, alienação, desfazimento e baixa de veículos oficiais.

Art. 55. À Coordenação de Administração de Material e Patrimônio compete supervisionar, controlar e promover a execução das atividades relacionadas à aquisição, controle, guarda, distribuição e proposição de alienação de material, bem como ao recebimento, registro e cadastramento dos bens móveis e imóveis pertencentes ao patrimônio do Ministério.

Art. 56. À Divisão de Patrimônio compete:

I - controlar o sistema de administração de patrimônio;

II - identificar e instruir processos de alienação de bens patrimoniais;

III - proceder ao enquadramento, à cessão e alienação de bens patrimoniais;

IV - organizar e manter atualizada a documentação e o cadastro dos bens patrimoniais e o controle de emissão dos termos de responsabilidades;

V - promover a manutenção, conservação e recuperação dos bens patrimoniais; e

VI - analisar e propor medidas para os casos de dano, desaparecimento, extravio ou outras irregularidades relacionadas à guarda ou uso de bens patrimoniais.

Art. 57. Ao Serviço de Classificação e Registro Patrimonial compete:

I - implementar e manter atualizado o controle da movimentação dos bens patrimoniais, emitindo os respectivos termos de responsabilidade;

II - classificar, registrar e tombar os bens patrimoniais na forma da legislação;

III - efetuar o registro de ocorrência de danos, extravios ou mudanças de localização física dos bens patrimoniais;

IV - providenciar a recuperação de bens móveis;

V - implementar e manter atualizado o controle físico de bens patrimoniais armazenados em depósito sob sua guarda;

VI - realizar as mudanças de mobiliário e equipamentos;

VII - fornecer, mediante autorização, bens patrimoniais guardados no depósito;

VIII - realizar o inventário dos bens patrimoniais; e

IX - elaborar Relatório Mensal de Bens - RMB contemplando entradas e saídas de bens patrimoniais.

Art. 58. À Divisão de Material compete:

I - estabelecer os procedimentos para programação de aquisição de materiais de consumo e permanente;

II - controlar os prazos de entrega dos materiais de consumo pelos fornecedores e, em caso de inadimplência, identificar e notificar à COMAP;

III - avaliar a qualidade e garantias de fabricação dos materiais adquiridos;

IV - controlar o material disponível em estoque;

V - estabelecer programação para distribuição dos materiais estocados;

VI - zelar pelo armazenamento, organização, segurança e preservação do estoque de material;

VII - emitir pedidos de compra de material para atender requisições de materiais não estocados;

VIII - fixar e manter os estoques mínimos de materiais de consumo; e

IX - elaborar inventários, anuais ou periódicos, dos materiais de consumo.

Art. 59. Ao Serviço de Almoxarifado compete:

I - emitir pedidos de compras de materiais para suprimento dos estoques;

II - conferir, receber, controlar e distribuir materiais;

III - classificar, catalogar e codificar os materiais, obedecendo ao plano de contas da União;

IV - controlar e acompanhar as entregas de materiais de consumo adquiridos; e

V - elaborar Relatório Mensal de Almoxarifado - RMA contemplando entradas e saídas de materiais de consumo.

Art. 60. À Coordenação-Geral de Aquisições compete:

I - planejar, coordenar e acompanhar as ações destinadas à realização das contratações de interesse do Ministério, zelando pelo cumprimento do rito formal, com o objetivo de garantir sua efetivação;

II - propor a apuração de responsabilidades dos licitantes e respectiva aplicação de penalidade em eventuais falhas ou desvios nos procedimentos de contratações na sua área de competência;

III - supervisionar a análise de recursos administrativos e representações relativos a compras e contratações;

IV - promover o encaminhamento das contratações diretas, nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, quando cabíveis; e

V - subsidiar a DIRAD em todos os atos relativos a licitações.

Art. 61. À Divisão de Apoio Técnico compete:

I - acompanhar a tramitação das demandas encaminhadas à Coordenação-Geral e a evolução de assuntos determinados pelo Coordenador-Geral;

II - promover o levantamento e a organização das informações relativas aos temas de interesse da Coordenação-Geral e atender a eventuais solicitações de informação;

III - receber e submeter ao Coordenador-Geral as demandas encaminhadas pelas unidades do Ministério;

IV - coordenar a execução das atividades de secretaria da Coordenação-Geral; e

V - elaborar documentos de encaminhamento dos assuntos de responsabilidade do Coordenador-Geral.

Art. 62. À Coordenação de Compras compete:

I - coordenar a consolidação das demandas de contratação do Ministério que irão compor o seu Plano Anual de Contratações, em articulação com as demais unidades administrativas;

II - coordenar e acompanhar a execução dos procedimentos destinados às contratações de interesse do Ministério;

III - analisar as demandas de contratação propondo às áreas demandantes eventuais adequações, quando cabíveis, bem como deliberar quanto aos procedimentos a serem adotados;

IV - coordenar a análise e instrução dos processos de contratação sob sua responsabilidade;

V - promover os atos necessários à celebração de contratações com recursos oriundos de organismos internacionais;

VI - submeter ao Coordenador-Geral a indicação de pregoeiro, leiloeiros, equipe de apoio, membros de comissões de licitação e membros para compor eventuais grupos de trabalho;

VII - propor a abertura, a revogação e a anulação de procedimentos de licitação;

VIII - comunicar à Coordenação-Geral, quando for o caso, o descumprimento por parte de licitantes das obrigações decorrentes de instrumentos convocatórios ou da legislação vigente, para que seja providenciada a instauração do respectivo procedimento apuratório;

IX - providenciar, junto ao SECAF/CQEAQ/DIRAD, o registro no Sistema Integrado de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, das penalidades aplicadas a licitantes; e

X - coordenar a elaboração da pesquisa de preços destinada à instrução processual das contratações a serem realizadas.

Art. 63. Ao Serviço de Apoio e Acompanhamento das Contratações compete:

I - auxiliar na execução das atividades desenvolvidas na Coordenação;

II - realizar o acompanhamento dos procedimentos de contratação conduzidos pela Coordenação; e

III - promover a gestão das informações e gerar relatórios referentes às contratações sob a responsabilidade da Coordenação.

Art. 64. Ao Serviço de Cadastro de Fornecedores compete:

I - orientar o fornecedor quanto aos requisitos e exigências para sua inscrição no SICAF e no Sistema de Gestão de Convênios e Contrato de Repasse - SICONV;

II - receber e conferir a autenticidade da documentação entregue pelo fornecedor para efeito de registro ou atualização de dados cadastrais no SICAF e no SICONV;

III - realizar diligências para fins de constatação da veracidade das informações cadastrais prestadas por fornecedores quando, motivadamente, entender necessário;

IV - propor ao Coordenador-Geral a instauração de processo administrativo, objetivando a apuração de irregularidades praticadas por fornecedores no cadastramento, para fins de aplicação de penalidades, quando cabível;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

V - registrar no SICAF, as penalidades aplicadas a participantes de procedimentos de contratação, em decorrência do descumprimento das obrigações constantes dos instrumentos convocatórios ou da legislação vigente, no âmbito do Ministério;

VI - incluir as informações referentes aos executores de obras e fornecedores de bens ou serviços em débito com o Ministério no CADIN; e

VII - prestar auxílio complementar à Coordenação em suas atividades e atender às demais demandas de serviço estabelecidas pela Coordenação-Geral, sem prejuízo de suas atribuições.

Art. 65. À Divisão de Licitação compete:

I - analisar e instruir os processos de contratação sob sua responsabilidade;

II - executar os procedimentos concernentes à seleção de fornecedores para a aquisição de bens e contratação de serviços;

III - proceder à divulgação dos procedimentos de contratação sob responsabilidade da Coordenação e dos eventuais esclarecimentos requeridos;

IV - elaborar minutas de edital, atos, contratos ou outros instrumentos congêneres relativos a procedimentos de contratações sob responsabilidade da Coordenação; e

V - atender às demandas das comissões de licitação e pregoeiros, nos procedimentos de contratações por eles conduzidos.

Art. 66. À Divisão de Contratações Diretas e Convênios compete:

I - planejar, coordenar e executar as atividades relativas aos procedimentos de contratação direta e de convênios;

II - analisar e instruir os processos de contratação sob sua responsabilidade;

III - elaborar minutas de atos e contratos, bem como os demais instrumentos congêneres relativos aos procedimentos de contratação direta e de convênios;

IV - providenciar as contratações de bens e serviços por meio de dispensa, inexigibilidade de licitação, utilização ou adesão às atas de registro de preços;

V - realizar aquisições de pequena monta por meio de suprimento de fundos; e

VI - elaborar, quando cabível, os atos de ratificação das contratações realizadas por meio de dispensa ou inexigibilidade, bem como providenciar sua publicação na forma da legislação vigente.

Art. 67. À Divisão de Contratação com Recursos Externos compete:

I - executar os procedimentos concernentes à seleção de fornecedores para aquisição de bens e contratação de serviços com recursos oriundos de organismos internacionais;

II - analisar e instruir os processos de contratação sob sua responsabilidade;

III - divulgar os procedimentos de contratação sob responsabilidade da Coordenação e dos eventuais esclarecimentos requeridos; e

IV - elaborar minutas de edital, atos, contratos ou outros instrumentos congêneres relativos a procedimentos de contratações com recursos de organismos internacionais, sob responsabilidade da Coordenação.

Art. 68. À Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, na sua área de atuação, compete:

I - planejar, coordenar e acompanhar a execução, seguindo diretrizes emanadas do órgão central do Sistema de Pessoal Civil e dos órgãos de controle, quanto às atividades de:

a) gestão e desenvolvimento de pessoas;

b) aplicação da legislação de pessoal; e

c) gerenciamento das ações de prevenção e promoção à saúde;

II - propor à DIRAD a edição de atos normativos relativos à matéria de pessoal;

III - atender diligências e determinações dos órgãos judiciais e de controle; e

IV - subsidiar a DIRAD e as unidades do Ministério quando da elaboração de atos concernentes à matéria de pessoal:

Art. 69. Ao Serviço Técnico de Informações e Controle, na sua área de atuação, compete:

I - auxiliar a COGEP na consolidação do relatório de gestão no tocante à extração de dados dos sistemas de pessoal;

II - auxiliar a COGEP por meio da disponibilização de informações dos sistemas de pessoal; e

III - subsidiar a COGEP na elaboração de atos no âmbito de sua competência, nos assuntos concernentes a tecnologia da informação - TI, e na elaboração de relatórios gerenciais.

Art. 70. Ao Serviço de Apoio Técnico e Administrativo, na sua área de atuação, compete:

I - executar as atividades de apoio técnico e administrativo para o titular da Coordenação-Geral;

II - preparar e despachar o expediente;

III - monitorar a disponibilidade dos cargos comissionados, funções gratificadas, funções comissionadas técnicas, Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE, e Gratificação Temporária do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática - GSISP;

IV - propor à autoridade competente o atendimento das demandas contidas no Sistema de Informação e Gestão para a Governabilidade - SIGOB, relativas aos atos de provimento e vacância dos cargos e funções comissionados, funções gratificadas e das gratificações, no âmbito do Ministério; e

V - subsidiar a COGEP na elaboração de atos no âmbito de sua competência e na consolidação dos relatórios gerenciais.

Art. 71. À Coordenação de Legislação e Informações Judiciais de Pessoal, na sua área de atuação, compete:

I - orientar e acompanhar os pronunciamentos sobre a aplicação da legislação de pessoal, a prestação de informações em matéria fática para a elaboração da defesa da União à Consultoria Jurídica do Ministério, e o cumprimento das diligências judiciais, em conformidade com as orientações emanadas das unidades competentes;

II - orientar a elaboração de propostas de atos normativos de matéria de pessoal e de contratos e instrumentos congêneres; e

III - subsidiar a COGEP na elaboração de atos no âmbito de sua competência e na elaboração de relatórios gerenciais.

Art. 72. À Divisão de Legislação Aplicada, na sua área de atuação, compete:

I - emitir pronunciamento, no âmbito setorial do SIPEC, quanto aos questionamentos sobre a aplicação da legislação de pessoal;

II - elaborar propostas de atos normativos de matéria de pessoal, e de minutas de contratos e instrumentos congêneres; e

III - subsidiar a COLIP na elaboração de atos no âmbito de sua competência.

Art. 73. À Divisão de Informações Judiciais de Pessoal, na sua área de atuação, compete:

I - prestar informações à Consultoria Jurídica do Ministério, em matéria fática, para a elaboração da defesa da União;

II - analisar diligências judiciais orientando as unidades da COGEP acerca de seu correto cumprimento, em conformidade com as orientações emanadas das unidades competentes;

III - analisar requerimentos administrativos relativos a controvérsias acerca do cumprimento de decisões judiciais;

IV - atualizar as determinações judiciais relativas a servidores vinculados à unidade pagadora da COGEP em sistema de cadastro de ações judiciais; e

V - subsidiar a COLIP na elaboração de atos no âmbito de sua competência.

Art. 74. À Coordenação de Acompanhamento Funcional e Pagamento, na sua área de atuação, compete:

I - supervisionar e controlar as atividades operacionais e gerenciais relativas à pessoal ativo e aos temporários;

II - programar as despesas orçamentárias relacionadas à pessoal ativo e aos temporários;

III - coordenar as ações relativas ao ingresso em cargos públicos e à movimentação de pessoal ativo e de temporários;

IV - promover o cumprimento das decisões oriundas de diligências judiciais;

V - auxiliar a COLIP prestando informações para a defesa da União em processos judiciais e na elaboração de propostas de atos normativos e de minutas de contratos e instrumentos congêneres; e

VI - subsidiar a COGEP na elaboração de atos no âmbito de sua competência e na elaboração de relatórios gerenciais assim como às unidades do Ministério com informações necessárias à realização de concurso público.

Art. 75. Ao Serviço de Execução Orçamentária e Financeira, na sua área de atuação, compete:

I - programar e controlar as dotações orçamentárias e as despesas de pessoal do Ministério;

II - acompanhar o desembolso da execução orçamentária e financeira relativa à despesa de pessoal;

III - acompanhar diariamente a conformidade de registros de gestão no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI;

IV - manter atualizadas as informações referentes a despesas com pessoal e custeio em sistemas de dados orçamentários;

V - executar as atividades operacionais e gerenciais relativas ao SIAFI; e

VI - subsidiar a COAFP na elaboração de atos no âmbito de sua competência.

Art. 76. À Divisão de Acompanhamento Funcional, na sua área de atuação, compete:

I - gerenciar os registros funcionais nos sistemas de cadastro dos servidores ativos e dos temporários;

II - instruir e analisar processos e demandas concernentes a ingresso e movimentação;

III - acompanhar a instrução e análise de processos e demandas concernentes à concessão de direitos e vantagens relativos a servidores ativos e a temporários;

IV - fornecer certidões e declarações aos servidores;

V - manter atualizado sistema de registro de atos de admissão e concessões, no que se refere a ativos e temporários;

VI - manter atualizados os sistemas de cadastro e pagamento dos servidores ativos e dos temporários;

VII - organizar, controlar e manter o acervo funcional dos servidores ativos e dos temporários; e

VIII - subsidiar a COAFP na elaboração de atos no âmbito de sua competência.

Art. 77. Ao Serviço de Concessões de Direitos e Vantagens, na sua área de atuação, compete:

I - instruir e analisar processos concernentes à concessão de direitos e vantagens relativos a servidores ativos e a temporários;

II - fornecer certidões de tempo de serviço e declarações a ex-servidores;

III - manter atualizado o sistema de cadastro dos servidores ativos e dos temporários; e

IV - subsidiar a DIAFI na elaboração de atos no âmbito de sua competência.

Art. 78. À Divisão de Pagamento, na sua área de atuação, compete:

I - instruir e analisar processos relativos ao pagamento de servidores ativos, de temporários e de estagiários, e ao ressarcimento de servidores requisitados;

II - controlar o ressarcimento de servidores cedidos;

III - manter atualizado o sistema de pagamento dos servidores ativos temporários e dos estagiários;

IV - executar as ações relativas à folha de pagamento no sistema de pessoal;

V - fornecer aos servidores declarações concernentes às atividades da Divisão;

VI - atualizar a base de dados do arquivo - "Relação Anual de Informações Sociais - RAIS" e enviar ao Ministério do Trabalho e Emprego;

VII - atualizar mensalmente o Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - SEFIP;

VIII - atualizar a base de dados referente à Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte - DIRF e enviar ao Ministério da Fazenda; e

IX - subsidiar a COAFP na elaboração de atos no âmbito de sua competência.

Art. 79. À Coordenação de Prevenção e Promoção à Saúde, Aposentadoria e Pensão, na sua área de atuação, compete:

I - gerenciar e promover as atividades inerentes à concessão e revisão de aposentadoria e pensão;

II - gerenciar as ações de prevenção e de promoção à saúde e os contratos e outros instrumentos congêneres com instituições prestadoras de serviço de saúde;

III - acompanhar a efetivação de contratos;

IV - promover o cumprimento das decisões oriundas de diligências judiciais;

V - auxiliar a COLIP prestando informações para a defesa da União em processos judiciais e na elaboração de propostas de atos normativos e de minutas de contratos e instrumentos congêneres; e

VI - subsidiar a COGEP na elaboração de atos no âmbito de sua competência e na elaboração de relatórios de gestão.

Art. 80. Ao Serviço de Prevenção e Promoção à Saúde, na sua área de atuação, compete:

I - executar atos inerentes a auxílio de caráter indenizatório relativo à saúde;

II - fomentar ações de promoção à saúde, prevenção de doenças e melhoria da qualidade de vida dos servidores do Ministério;

III - homologar licenças médicas e realizar perícias médicas no âmbito da competência do respectivo núcleo Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor - SIASS;

IV - manter atualizadas as informações no sistema de atenção à saúde do servidor público federal;

V - mapear as ocorrências de afastamentos médicos dos servidores com base nas informações do SIASS;

VI - administrar a inclusão, manutenção e exclusão dos servidores do Ministério e dos beneficiários de pensão junto às operadores de plano de saúde nas modalidades de convênios e contratos; e

VII - subsidiar a COSAP na elaboração de atos no âmbito de sua competência.

Art. 81. À Divisão de Aposentadoria e Pensão, na sua área de atuação, compete:

I - instruir, analisar e propor a concessão e revisão de aposentadoria, pensão e auxílio-funeral;

II - manter atualizado sistema de registro de atos de admissão e concessões, no que se refere à aposentadoria e à pensão;

III - manter atualizado o sistema de cadastro e pagamento dos servidores inativos e dos beneficiários de pensão;

IV - instruir e analisar processos e demandas concernentes a servidores inativos e beneficiários de pensão;

V - organizar, controlar e manter o acervo funcional dos servidores inativos e dos instituidores de pensão; e

VI - subsidiar a COSAP na elaboração de atos no âmbito de sua competência.

Art. 82. À Coordenação de Capacitação, Avaliação, Cargos e Carreiras, na sua área de atuação, compete:

I - promover a gestão por competência;

II - orientar o mapeamento de competências institucionais e setoriais e a elaboração do plano de capacitação;

III - promover o cumprimento das ações definidas no plano de capacitação;

IV - orientar e acompanhar as demandas de capacitação das unidades do Ministério;

V - gerir parcerias e acordos ou termos de cooperação técnica com escolas de governo, órgãos e entidades que executem ações de capacitação e aperfeiçoamento profissional;

VI - propor elaboração de atos normativos que definam critérios para a avaliação de desempenho individual dos servidores;

VII - atender as demandas dos órgãos supervisores das carreiras;

VIII - conduzir as ações de evolução funcional dos cargos e carreiras do Ministério;

IX - coordenar as ações do Programa de Aceitação de Estagiários na Administração Pública federal, no âmbito do Ministério;

X - promover o cumprimento das decisões oriundas de diligências judiciais;

XI - auxiliar a COLIP prestando informações para a defesa da União em processos judiciais e na elaboração de propostas de atos normativos e de minutas de contratos e instrumentos congêneres; e

XII - subsidiar a COGEP na elaboração de relatórios gerenciais, na programação de despesas orçamentárias e na elaboração de atos no âmbito de sua competência.

Art. 83. À Divisão de Capacitação, na sua área de atuação, compete:

I - implementar e acompanhar as ações relacionadas à gestão por competência;

EXEMPLAR DE ASSINANTE IMPRENSA NACIONAL

II - elaborar, em conjunto com as unidades, o plano de capacitação do Ministério;

III - consolidar o plano de capacitação do Ministério;

IV - instruir e analisar as demandas de capacitação das unidades do Ministério;

V - executar as ações do Programa de Aceitação de Estagiários na Administração Pública federal, no âmbito do Ministério;

VI - manter atualizados os sistemas de cadastro dos servidores e estagiários; e

VII - subsidiar a COCAR na elaboração de atos no âmbito de sua competência.

Art. 84. À Divisão de Avaliação, Cargos e Carreiras compete, na sua área de atuação:

I - promover e executar as atividades relacionadas às avaliações de desempenho para estágio probatório, progressão e promoção funcionais e gratificações e à classificação de cargos e enquadramento em cargos e carreiras dos servidores;

II - manter atualizadas as informações no sistema de cadastro dos servidores; e

III - subsidiar a COCAR na elaboração de atos no âmbito de sua competência.

Art. 85. À Coordenação-Geral de Gestão de Contratos compete:

I - planejar e coordenar as atividades relativas à gestão e ao acompanhamento de contratos e convênios administrativos no âmbito do Ministério;

II - emitir atestado de capacidade técnica às empresas contratadas;

III - aprovar as solicitações de reajustamentos de preços e de reequilíbrio econômico-financeiro feitos por fornecedores;

IV - proceder aos atos necessários à formalização de contratos, convênios, Termos Aditivos e Apostilamentos; e

V - remeter à área demandante, após a assinatura, cópia dos instrumentos contratuais e via original à Contratada.

Art. 86. Ao Serviço de Apoio e Verificação compete:

I - realizar e controlar a numeração dos instrumentos contratuais;

II - acompanhar a tramitação das solicitações feitas à Coordenação-Geral e a evolução de assuntos determinados pelo Coordenador-Geral;

III - obter informações nas coordenações sobre o andamento de assuntos de interesse da Coordenação-Geral e providenciar as respostas às demandas feitas pelas unidades do Ministério;

IV - coordenar a execução das atividades de secretaria da Coordenação-Geral;

V - preparar os expedientes de responsabilidade do Coordenador-Geral;

VI - analisar o desempenho das atividades da Coordenação-Geral e, se necessário, propor alternativas de melhoria na qualidade dos serviços; e

VII - verificar a conformidade documental para fins de liberação dos processos de pagamento.

Art. 87. À Coordenação de Supervisão de Pagamentos de Contratos compete:

I - acompanhar o cumprimento das disposições contratuais;

II - comunicar à Coordenação-Geral qualquer irregularidade que vier a ser constatada;

III - elaborar atestado de capacidade técnica às empresas contratadas;

IV - propor à Coordenação-Geral a expedição de ofícios às empresas contratadas;

V - acompanhar as audiências trabalhistas de empregados alocados nos contratos de mão de obra;

VI - acompanhar e informar trimestralmente aos fiscais de contrato os saldos dos contratos vigentes, bem como quaisquer eventualidades durante sua execução;

VII - analisar a conformidade documental para fins de liberação dos processos de pagamento;

VIII - elaborar relatório com as informações necessárias ao pagamento das despesas e encaminhar à unidade de execução orçamentária; e

IX - verificar, previamente à emissão do processo de pagamento, a regularidade fiscal das empresas bem como solicitar à empresa sua regularização, se for o caso.

Art. 88. À Coordenação de Análise de Contratos compete:

I - analisar os contratos e emitir parecer sobre a possibilidade de prorrogação, alteração, acréscimos e supressões;

II - consultar a Contratada sobre a prorrogação da vigência do contrato;

III - elaborar e propor as assinaturas dos termos aditivos e apostilamentos dos contratos;

IV - propor a aprovação das solicitações de reajustamentos de preços e de reequilíbrio econômico-financeiro feitos por fornecedores;

V - acompanhar os prazos das vigências dos contratos e garantias face à viabilidade legal de prorrogação;

VI - alertar as unidades interessadas, com a razoável antecedência, acerca do prazo de vigência dos contratos que lhes forem afetos, bem como da possibilidade de prorrogação ou rescisão;

VII - analisar alterações contratuais solicitadas tanto pelas áreas demandantes como pelos fornecedores;

VIII - verificar a regularidade fiscal das empresas, previamente à assinatura dos termos aditivos;

IX - providenciar a publicação na imprensa oficial de termos aditivos e demais instrumentos estabelecidos na legislação;

X - realizar pesquisas de preços junto aos órgãos da Administração Pública e às empresas privadas, quando necessário;

XI - operar e manter atualizado os registros contratuais nos sistemas estruturantes; e

XII - consultar a Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - CGEOR quanto à disponibilidade orçamentária, se for o caso.

Art. 89. À Divisão de Repactuação e Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos:

I - analisar as solicitações de reajustamentos de preços e de reequilíbrio econômico-financeiro feitas por fornecedores;

II - solicitar à Contratada os documentos necessários à análise do pleito, se for o caso;

III - consultar a Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - CGEOR quanto à disponibilidade orçamentária, se for o caso;

IV - elaborar os instrumentos necessários à formalização do ato, se for o caso; e

V - informar à Contratada o resultado do pleito e, em caso de deferimento, encaminhar o instrumento de formalização à área demandante.

Art. 90. Ao Serviço de Apoio Técnico compete:

I - requerer à unidade demandante a indicação do fiscal de contratos;

II - elaborar as portarias de designação de fiscais de contratos, com anuência dos titulares das unidades do Ministério, aos quais estejam subordinados;

III - inserir e vincular os fiscais aos respectivos contratos nos sistemas estruturantes;

IV - acompanhar a tramitação das solicitações feitas à COOAC e a evolução de assuntos determinados pelo Coordenador; e

V - obter informações nas coordenações sobre o andamento de assuntos de interesse da Coordenação e providenciar as respostas às demandas feitas pelas unidades do Ministério.

Art. 91. À Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira compete:

I - planejar e coordenar os processos referentes à gestão da execução orçamentária e financeira dos créditos orçamentários disponibilizados à Unidade Gestora Executora 201013, ou outra que venha substituí-la, bem como:

a) dos recursos decorrentes de contratos de empréstimos externos, no âmbito do Ministério;

b) das contribuições aos organismos internacionais, no âmbito do Poder Executivo federal;

c) da integralização de cotas às agências ou organismos internacionais, no âmbito do Ministério; e

d) às ações inerentes a registros e garantias contratuais e de instrumentos congêneres;

II - orientar os gestores quanto à liquidação da despesa;

III - promover e acompanhar a execução das atividades de apoio operacional e administrativo;

IV - reconhecer, em conjunto com a CGCON, despesas de exercícios anteriores, exceto despesas de pessoal;

V - coordenar a prestação de contas anual dos programas e projetos na sua área de atuação; e

VI - assessorar o Diretor na área de sua competência.

Art. 92. À Coordenação de Execução de Recursos Financeiros compete:

I - coordenar a execução orçamentária e financeira dos créditos orçamentários disponibilizados à Unidade Gestora Executora 201013, ou outra que venha substituí-la e sua contabilização;

II - solicitar ao órgão setorial recursos orçamentários e financeiros necessários aos pagamentos de despesas;

III - promover a execução orçamentária e financeira decorrente dos contratos e instrumentos similares, de conformidade com a legislação vigente;

IV - subsidiar a elaboração da proposta orçamentária e da tomada de contas anuais, no âmbito de sua atuação;

V - avaliar, por meio do acompanhamento da execução, os resultados obtidos com a implantação dos planos e programas anuais e plurianuais, conciliando sua execução e sua contabilização;

VI - acompanhar o cumprimento das metas a serem atingidas na execução orçamentária e financeira; e

VII - orientar as unidades administrativas do Ministério na área de sua competência.

Art. 93. À Divisão de Execução Orçamentária compete:

I - acompanhar a execução orçamentária, visando à sua programação e possíveis alterações;

II - proceder aos registros da execução orçamentária dos créditos disponibilizados, e especialmente:

a) emitir empenhos e anulações de empenhos;

b) controlar as disponibilidades orçamentárias; e

c) efetivar ajustes decorrentes da movimentação dos créditos orçamentários;

III - subsidiar a consolidação das propostas para programações e alterações orçamentárias; e

IV - implementar acertos contábeis da unidade gestora.

Art. 94. À Divisão de Execução Financeira compete:

I - acompanhar a execução financeira visando à elaboração de proposta de programação financeira, assim como atualizá-la, periodicamente, junto ao órgão setorial financeiro;

II - analisar e executar em conformidade com a legislação vigente, as atividades inerentes ao processo de liquidação da despesa e proceder ao seu pagamento;

III - acompanhar e controlar o fluxo de caixa visando à tomada de decisão quanto aos futuros pagamentos, observando os limites estabelecidos pelo decreto de programação financeira; e

IV - acompanhar e controlar os recursos financeiros em poder de agentes responsáveis.

Art. 95. À Coordenação de Recursos Externos compete:

I - coordenar a execução orçamentária e financeira dos recursos relativos aos organismos internacionais e dos decorrentes de contratos de empréstimos externos;

II - subsidiar a elaboração da proposta orçamentária anual; e

III - orientar as unidades administrativas do Ministério na área de sua competência.

Art. 96. À Divisão de Execução da Programação com Recursos Externos compete:

I - solicitar ao órgão setorial recursos orçamentários e financeiros necessários aos pagamentos decorrentes de contratos e instrumentos congêneres relativos aos contratos de empréstimos externos, bem como promover sua execução;

II - acompanhar a execução orçamentária e financeira dos contratos de empréstimos externos, visando à sua programação e possíveis alterações;

III - acompanhar o fluxo de caixa visando à tomada de decisão quanto aos futuros pagamentos; e

IV - registrar no SIAFI documentos de comprovação de gastos, oriundos dos contratos de empréstimos externos, visando à recomposição da conta especial de conformidade com solicitações dos gerentes dos projetos.

Art. 97. À Divisão de Execução de Recursos de Organismos Internacionais compete:

I - solicitar ao órgão setorial recursos orçamentários e financeiros necessários aos pagamentos de despesas relativas a organismos internacionais, bem como promover sua execução;

II - acompanhar a execução orçamentária e financeira relativa aos organismos internacionais, visando à sua programação e possíveis alterações; e

III - acompanhar o fluxo de caixa visando à tomada de decisão quanto aos futuros pagamentos.

Art. 98. À Divisão de Suporte Documental compete:

I - proceder à conferência dos documentos referentes à execução orçamentária e financeira;

II - registrar, diariamente, a conformidade de suporte documental;

III - arquivar os processos de pagamento ou documentação equivalente;

IV - controlar a retirada e a devolução de qualquer documento arquivado; e

V - executar as ações de registros e baixa de calções e garantias contratuais.

Art. 99. À Diretoria de Tecnologia da Informação compete:

I - planejar, coordenar e controlar as atividades relacionadas à TI no Ministério, efetuadas diretamente ou por meio da contratação de serviços de terceiros;

II - participar da elaboração do Planejamento Estratégico e suas revisões, em conjunto com as áreas de TI das demais unidades do Ministério;

III - planejar, coordenar e controlar a execução de serviços de terceiros relacionados à utilização de recursos de TI no Ministério;

IV - planejar o desenvolvimento de tecnologia de captação e disseminação de informações, para aperfeiçoamento dos sistemas de informações do Ministério;

V - apoiar o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação do Ministério;

VI - participar da elaboração e acompanhamento do orçamento quanto a rubricas relativas a atividades de TI;

VII - prestar apoio técnico aos demais órgãos do Ministério na implantação de sistemas de informação, inclusive propondo normas de utilização dos recursos computacionais;

VIII - planejar, desenvolver, implantar e manter os sistemas de informação necessários ao funcionamento do Ministério, com recursos internos ou terceirizados;

IX - estabelecer padrões, instrumentos e metodologias próprias para o desenvolvimento das atividades da DTI;

X - propor à área de gestão de pessoas o plano anual de treinamento, desenvolvimento e educação dos servidores de TI do Ministério e acompanhar sua execução;

XI - estabelecer normas de segurança da informação e dos recursos computacionais no Ministério, observada a legislação;

XII - planejar, coordenar e controlar redes locais e de longa distância;

XIII - propor a escolha e implementação de metodologias, sistemas, plataformas e bases tecnológicas a serem adotadas pelo Ministério;

XIV - planejar, implementar e manter, com recursos próprios ou de terceiros, a plataforma computacional do Ministério; e

XV - demonstrar os resultados financeiros relativos aos investimentos com ampliação da capacidade operacional de TI.

Art. 100. À Coordenação-Geral de Governança de Tecnologia da Informação compete:

I - coordenar e acompanhar as ações de governança de TI que assegurem a padronização de controles e o alinhamento dos objetivos com as políticas, padrões, regras e regulamentos pertinentes;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

II - coordenar a prospecção de novas tecnologias de gestão administrativa para o suporte necessário ao cumprimento dos objetivos organizacionais;

III - apoiar a DTI e a Secretaria-Executiva na tomada de decisão sobre gestão e governança de TI;

IV - articular-se com as demais áreas do Ministério nos assuntos relacionados à TI;

V - coordenar a gestão do conhecimento da DTI e sua disponibilidade na rede interna do Ministério;

VI - coordenar a comunicação interna e a publicidade sobre as atividades da DTI;

VII - planejar e coordenar a execução das atividades e das ações de TI necessárias ao funcionamento das equipes sob sua coordenação geral;

VIII - assessorar o Diretor em assuntos referentes às áreas de competência da CGGOV; e

IX - exercer atribuições complementares determinadas pelo Diretor da DTI.

Art. 101. À Divisão de Modernização de Sistemas compete:

I - monitorar a execução do processo de desenvolvimento de sistemas de informação;

II - mapear processos de negócios relativos a projetos de desenvolvimento, evolução e manutenção de sistemas de informação;

III - gerenciar projetos de desenvolvimento e implantação de soluções de sistemas de informação;

IV - elaborar e manter manuais de sistema para usuários finais;

V - elaborar roteiros de atendimento de primeiro nível para uso pela CGSTI durante e após a implantação de novos sistemas;

VI - planejar, desenvolver e realizar capacitações relacionadas aos projetos de sistemas de informação;

VII - elaborar e revisar roteiros para implantação de sistemas em ambiente de homologação e produção;

VIII - propor mudanças nos processos de análise de requisitos de sistemas de informação;

IX - analisar requisitos técnicos e funcionais e traduzir os requisitos de negócio em especificação de projeto;

X - preparar detalhamento do projeto e dos requisitos dos sistemas de informação;

XI - gerenciar requisitos das aplicações e manter sua rastreabilidade;

XII - propor mudanças nos processos de implementação de sistemas de informação;

XIII - implementar e customizar as funcionalidades dos sistemas de informação;

XIV - atualizar o repositório de configuração de software;

XV - propor mudanças nos processos de testes de sistemas de informação;

XVI - monitorar os testes realizados nos sistemas, desenvolvendo planos de ações baseados em seus resultados;

XVII - manter plano para manutenção dos sistemas de informação;

XVIII - gerir incidentes ocorridos nos sistemas de informação;

XIX - executar o atendimento de segundo e terceiro níveis para sistemas de informação;

XX - desenvolver estratégias para operacionalizar soluções de problemas relacionados a sistemas de informação; e

XXI - exercer atribuições complementares determinadas pelo Coordenador-Geral.

Art. 102. À Divisão de Segurança da Informação e Comunicações compete, no âmbito do Ministério:

I - disseminar a cultura de Segurança da Informação e Comunicações - SIC e monitorar a infraestrutura de TI, visando garantir sua disponibilidade;

II - analisar, tratar e reportar incidentes relacionados à segurança da informação;

III - analisar e buscar soluções para mitigar vulnerabilidades detectadas;

IV - coordenar o Centro de Tratamento e Resposta a Ataques - CeTRA;

V - coordenar os serviços de detecção de intrusão;

VI - avaliar os riscos de segurança de nível operacional, mantendo o equilíbrio dos investimentos em soluções de controle, de acordo com os danos que podem ser causados aos negócios do Ministério, em função de potenciais falhas de segurança;

VII - configurar, manter e monitorar o funcionamento das ferramentas de segurança da informação instaladas na rede MP;

VIII - propor a Política de Segurança da Informação e Comunicações - PoSIC;

IX - desenvolver e testar periodicamente o plano de continuidade, a partir da análise de riscos, objetivando eliminar ou minimizar ocorrências de interrupção das atividades;

X - assessorar o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações - CSIC nas questões que envolvem novas tecnologias em segurança da informação e comunicações;

XI - coordenar e acompanhar a execução das ações deliberadas no âmbito do CSIC;

XII - auditar, diagnosticar e avaliar os níveis de segurança da informação;

XIII - realizar testes de segurança em código de programação junto às equipes de desenvolvimento de sistemas, visando identificar possíveis falhas de segurança nas aplicações em construção;

XIV - monitorar disponibilidade, vulnerabilidade, ataques e riscos nos sistemas de informação;

XV - propor normas e procedimentos que visem à segurança da informação no ambiente e na infraestrutura;

XVI - promover campanhas de divulgação, visando à disseminação da PoSIC e da cultura de segurança da informação junto aos usuários de recursos de TI;

XVII - promover a visibilidade da segurança da informação, destacando sua importância para o suporte aos negócios;

XVIII - propor e acompanhar o planejamento e a execução de eventos de Treinamento, Desenvolvimento e Educação - TD&E em segurança da informação;

XIX - atestar a conformidade dos processos relativos à sua área;

XX - assessorar o Coordenador-Geral em assuntos referentes às áreas de competência da equipe; e

XXI - exercer atribuições complementares determinadas pelo Coordenador-Geral.

Art. 103. À Coordenação-Geral de Sistemas compete:

I - planejar e coordenar a execução das atividades e das ações de TI necessárias ao funcionamento das equipes que compõem a Coordenação-Geral;

II - apoiar a CGGOV na elaboração de metodologias e padrões e viabilizar sua implementação por meio de sistemas de informação quando necessário;

III - propor capacitações relacionadas as atividades da CGSIS;

IV - apoiar a CGGOV na avaliação e seleção de fornecedores;

V - propor contratação de ferramentas e soluções necessárias à atuação da CGSIS;

VI - manter alinhamento com as iniciativas, padrões e metodologias estabelecidos pela CGGOV;

VII - participar dos comitês que tratem de assuntos relacionados a sistemas de informação;

VIII - promover a aderência necessária dos sistemas de informação às necessidades de negócio do Ministério e de suas unidades;

IX - apoiar a CGGOV na elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, definindo prioridades relacionadas à CGSIS;

X - gerenciar o relacionamento com as empresas contratadas para execução dos serviços complementares às atividades da CGSIS;

XI - monitorar a entrega dos serviços dos fornecedores;

XII - manter informações da arquitetura dos sistemas de informação;

XIII - promover a integração entre as soluções implementadas nas unidades do Ministério;

XIV - planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas à gestão da arquitetura dos sistemas;

XV - prospectar, selecionar, planejar, homologar, implantar e disponibilizar soluções baseadas em sistemas de informação otimizados para atender necessidades de TI e de negócio;

XVI - manter plano de garantia de qualidade de software para os projetos de TI;

XVII - planejar e executar a gestão do ciclo de vida de sistemas de informação;

XVIII - gerenciar a configuração e as mudanças dos sistemas de informação;

XIX - gerenciar os processos de software;

XX - planejar e executar os processos de integração de sistemas de informação;

XXI - gerir os modelos de dados dos sistemas de informação;

XXII - manter os dicionários de dados corporativos e o modelo de informação corporativa;

XXIII - manter regras e processo para modelagem de dados dos sistemas de informação;

XXIV - traduzir os requisitos de armazenamento e retenção de dados em procedimentos;

XXV - gerenciar e configurar os aplicativos de portais de conteúdo do Ministério;

XXVI - aplicar o padrão de interface de portais definido para utilização pelo Ministério;

XXVII - gerir os procedimentos de segurança das aplicações;

XXVIII - planejar e implementar controles nos sistemas de informação para proteger a comunicação de dados nas redes; e

XXIX - exercer atribuições complementares determinadas pelo Diretor da DTI.

Art. 104. Ao Serviço de Informações Estratégicas compete:

I - gerenciar o relacionamento com as empresas contratadas para execução dos serviços de manipulação de dados e informações;

II - planejar e executar atividades de desenvolvimento, manutenção e suporte de sistemas de tomada de decisão;

III - realizar mapeamento e harmonização de processos e conceitos estruturantes de governo;

IV - organizar as fontes de dados e informações e contextos relacionados;

V - planejar e executar atividades relacionadas ao repositório de arquivos e dados do Ministério;

VI - apoiar as unidades administrativas do Ministério que realizam a gestão de outros sistemas de apoio à tomada de decisão; e

VII - exercer atribuições complementares determinadas pelo Coordenador-Geral.

Art. 105. À Coordenação de Aquisições, Contratos e Orçamento compete:

I - realizar, no âmbito do Ministério, as seguintes atividades de Escritório de Aquisições de TI:

a) prospectar e desenvolver parcerias com entidades públicas e privadas conforme a necessidade indicada no PDTI-MP;

b) elaborar os artefatos necessários ao planejamento da contratação das aquisições/contratações previstas no PDTI-MP;

c) apoiar as demais áreas do Ministério na elaboração dos artefatos necessários ao planejamento da contratação das aquisições/contratações, de interesse específico das áreas, previstas no PDTI-MP;

d) promover a padronização dos processos de aquisição/contratação de TI;

e) validar e encaminhar os processos de aquisição/contratação de TI para a unidade do Ministério responsável por executar o processo de aquisição;

f) acompanhar e apoiar os processos de aquisição/contratação de TI em execução;

g) identificar as necessidades de investimentos, aquisições e contratações de TI; e

h) realizar prospecção de fornecedores e de intenção de aquisições junto a outros órgãos públicos, mantendo registro atualizado;

II - realizar as seguintes atividades de gestão orçamentária e de contratos:

a) acompanhar a execução do orçamento sob responsabilidade da DTI, realizando a prestação de contas periódica;

b) acompanhar a gestão dos contratos e termos de cooperação que utilizam recursos geridos pela DTI, atuando na fiscalização quando necessário;

c) manter atualizadas e disponíveis as informações sobre orçamento, contratos e aquisições; e

d) elaborar a proposta orçamentária da DTI; e

III - exercer atribuições complementares determinadas pelo Coordenador-Geral.

Art. 106. À Coordenação-Geral de Serviços de Tecnologia da Informação compete planejar, coordenar e acompanhar as ações relativas aos serviços de TI no âmbito do Ministério, em consonância com as diretrizes da DTI e ainda:

I - implementar e monitorar a conformidade das políticas de uso da TI;

II - planejar, coordenar e controlar a execução das atividades e das ações de TI necessárias à atuação das equipes sob sua responsabilidade;

III - planejar, coordenar e controlar o suporte aos usuários de serviços de TI, considerando a utilização de recursos internos e/ou terceirizados;

IV - planejar, coordenar e controlar a implementação e manutenção da infraestrutura de TI;

V - planejar, coordenar e controlar as ações associadas a Segurança da Informação e Comunicações - SIC;

VI - acompanhar, em conjunto com a CGGOV, a execução dos contratos e convênios de prestação de serviços na DTI;

VII - formular estratégias de relacionamento com os usuários e prestadores de serviços na DTI;

VIII - participar da elaboração e das propostas dos orçamentos anuais e plurianuais de TI, visando garantir os recursos computacionais adequados;

IX - aprovar as proposições para aquisição de bens e serviços de TI sob sua coordenação;

X - assessorar o Diretor em assuntos referentes às áreas de competência da CGSTI; e

XI - exercer atribuições complementares determinadas pelo Diretor da DTI.

Art. 107. Ao Serviço de Suporte ao Usuário compete:

I - garantir a disponibilidade de hardware, aplicativos, links de dados e demais serviços de TI, mantendo controle dos chamados de usuários, agendamento das tarefas e acompanhamento da execução dos serviços;

II - assegurar o cumprimento dos acordos de nível de serviço internos;

III - receber e organizar as demandas apresentadas pelos usuários;

IV - atender as demandas sob responsabilidade do SESUP até sua efetiva conclusão;

V - acompanhar e monitorar o atendimento das demandas redirecionadas às demais equipes internas da DTI e aos prestadores terceirizados, até sua conclusão, observando os níveis de serviço acordados;

VI - organizar e garantir a disponibilidade das estações de trabalho e respectivos aplicativos instalados, em articulação com os usuários;

VII - planejar e executar as atividades necessárias à continuidade do funcionamento das estações de trabalho;

VIII - planejar e executar a distribuição e instalação dos equipamentos de TI em uso no Ministério;

IX - participar, juntamente com as demais Coordenações da DTI, da definição de recursos necessários à implantação dos sistemas de informação, inclusive análise de impacto;

X - prestar assistência técnica de TI nas dependências do Ministério relacionadas às instalações de hardwares, softwares, configurações e otimizações de aplicativos;

XI - efetuar análise do desempenho do parque computacional do Ministério, com o objetivo de propor sua evolução tecnológica;

XII - elaborar especificação técnica de estações de trabalho a serem adquiridas;

XIII - propor capacitações aos usuários do Ministério;

XIV - apoiar a CGSIS na implantação de sistemas de informação, de acordo com os padrões estabelecidos;

XV - atestar a conformidade dos processos relativos à sua área;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

XVI - assessorar o Coordenador-Geral em assuntos referentes às áreas de competência do SESUP; e

XVII - exercer atribuições complementares determinadas pelo Coordenador-Geral.

Art. 108. Ao Serviço de Apoio, Planejamento e Projetos compete, no âmbito da DTI:

I - realizar as seguintes atividades de apoio à gestão:

a) receber, analisar, classificar, registrar, distribuir e encaminhar os documentos, processos, correspondência, faturas telefônicas e demais expedientes recebidos e expedidos;

b) revisar documentos, expedientes e atos normativos obedecendo aos padrões oficiais;

c) solicitar e controlar os serviços de reprografia e encadernação de documentos;

d) providenciar a publicação na Imprensa Nacional dos atos e despachos que devam atender a essa exigência;

e) promover a guarda da documentação, processos, correspondências e demais expedientes;

f) organizar e manter atualizado o sistema de arquivo da documentação;

g) promover o arquivamento e desarquivamento de processos e documentos em geral;

h) prever e requisitar os materiais de consumo necessários ao desenvolvimento das atividades;

i) organizar e controlar o estoque de materiais de consumo, distribuindo-os conforme requisitado;

j) solicitar e controlar a distribuição dos equipamentos e materiais permanentes necessários, mantendo atualizado o registro de localização;

k) acompanhar e controlar as ações e atividades diárias da DTI;

l) realizar a comunicação interna e promover a publicidade das iniciativas da DTI;

m) realizar a gestão do portal da DTI na intranet;

n) secretariar os comitês coordenados pela DTI;

o) apoiar os eventos com logística, elaboração de agenda, convocação e controle da confirmação de presença dos participantes; e

p) gerir o suprimento de fundos;

II - realizar as seguintes atividades de gestão de pessoas:

a) atuar como gestor setorial de capacitação;

b) prospectar e divulgar as oportunidades de capacitações, elaborar proposta de plano de capacitação e controlar as capacitações realizadas pelos servidores;

c) executar as atividades de gestão de recursos humanos e manter atualizadas as informações de servidores;

d) preparar os controles de frequência e as notificações de férias, e encaminhar ao setor competente; e

e) processar a documentação necessária à concessão de passagens aéreas e diárias, nacionais e internacionais, bem como a correspondente prestação de contas;

III - realizar as seguintes atividades de planejamento e controle:

a) coordenar a elaboração e revisão do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI-MP, em conformidade com as diretrizes do Planejamento Estratégico Institucional - PEI-MP e da Estratégia Geral de Tecnologia da Informação para o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - EGTI-SISP;

b) coordenar a elaboração e revisão do PDTI-MP, em conformidade com as diretrizes do PETI-MP;

c) atuar como representante do Ministério na elaboração da EGTI-SISP;

d) atuar como interlocutor junto aos órgãos de controle e ao órgão central do SISP, prestando o suporte necessário aos interessados;

e) acompanhar a implementação das recomendações e determinações emitidas pelos órgãos de controle e órgão central do SISP;

f) realizar atividade de controle interno nos processos de gestão de TI;

g) promover a articulação, a cooperação técnica e o intercâmbio de experiências e informações com o órgão central e com os demais setoriais integrantes do SISP; e

h) propor parcerias e intercâmbios de recursos, informações, tecnologias, produtos e serviços com empresas públicas e privadas, instituições de ensino e de pesquisa;

IV - realizar as seguintes atividades de Escritório de Projetos:

a) monitorar a execução dos projetos definidos no PETI-MP e no PDTI-MP, bem como dos projetos internos da DTI;

b) homologar os termos de abertura e encerramento dos projetos inclusos em seu portfólio;

c) verificar o cumprimento e propor mudanças na Metodologia de Gerenciamento de Projetos do Ministério - MGP-MP, promovendo sua melhoria contínua;

d) apoiar a implantação de unidades de gerenciamento de projetos correlatas com capacitação e mentoring;

e) promover capacitação e mentoring em gerenciamento de projetos de TI no âmbito do Ministério; e

f) prospectar e homologar ferramentas de gestão de portfólio e gerenciamento de projetos, garantindo a compatibilidade e integração;

V - realizar, no âmbito das competências da DTI, as seguintes atividades de normatização:

a) mapear e elaborar processos de TI e participar de projetos para elaboração de processos de TI;

b) propor normativos de TI e participar de projetos para elaboração de normativos de TI, como meio de padronizar metodologias, procedimentos, documentos e arquiteturas de TI;

c) realizar a gestão e atualização do ambiente de Normativos de TI - NorTI - do portal da DTI na intranet;

d) prospectar metodologias e práticas sobre métricas de mercado utilizadas em TI;

e) propor métricas para a aferição da qualidade de produtos e serviços de TI adquiridos;

f) promover a validação das métricas utilizadas nos contratos de TI; e

g) realizar estudos visando ao permanente aperfeiçoamento da governança de TI; e

VI - exercer atribuições complementares determinadas pelo Coordenador-Geral.

Art. 109. À Coordenação de Infraestrutura compete, no âmbito do Ministério:

I - gerenciar e monitorar a infraestrutura de TI, garantindo desempenho e disponibilidade conforme os acordos de níveis de serviços e operações;

II - implantar e manter infraestrutura de TI, garantindo sua qualidade, disponibilidade e funcionalidade;

III - coordenar site redundante para garantir o espelhamento das informações e integridade dos serviços oferecidos;

IV - elaborar a especificação técnica dos equipamentos da rede de comunicação de dados e imagem;

V - implantar procedimentos de gerenciamento da rede e de segurança da informação;

VI - monitorar a execução dos contratos pertinentes à infraestrutura de TI;

VII - avaliar propostas de projetos de atualização tecnológica quanto aos eventuais impactos no serviço prestado e propor medidas e ajustes visando à sua efetiva implantação;

VIII - manter atualizada a descrição dos processos relativos aos serviços de gestão da infraestrutura de TI;

IX - manter atualizada a política de back-up;

X - prover suporte técnico de segundo nível aos serviços de infraestrutura de TI;

XI - articular-se com a Coordenação-Geral de Administração Predial - CGDAP/DIRAD em temas relacionados à infraestrutura de energia elétrica estabilizada, no que se refere a no-breaks, geradores e sala de gerenciamento;

XII - efetuar análise do desempenho da infraestrutura de rede, com o objetivo de propor sua evolução tecnológica;

XIII - coordenar a realização dos serviços prestados por terceiros, de manutenção preventiva/corretiva de equipamentos de rede e de servidores;

XIV - prospectar novas tecnologias a fim de propor projetos de evolução tecnológica da rede;

XV - gerenciar as redes sem fio instaladas nas dependências do Ministério, garantindo dimensionamento adequado e disponibilidade;

XVI - atestar a conformidade dos processos relativos à sua área;

XVII - assessorar o Coordenador-Geral em assuntos referentes às áreas de competência da equipe; e

XVIII - exercer atribuições complementares determinadas pelo Coordenador-Geral.

Art. 110. Ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais compete:

I - coordenar a elaboração do Programa de Dispêndios Globais e da proposta do Orçamento de Investimento das empresas estatais, compatibilizando-os com o Plano Plurianual e com as metas de resultado primário fixadas, bem como acompanhar a respectiva execução orçamentária;

II - promover a articulação e a integração das políticas das empresas estatais, propondo diretrizes e parâmetros de atuação, inclusive sobre a política salarial e de benefícios e vantagens e negociação de acordos ou convenções coletivas de trabalho;

III - processar e disponibilizar informações econômico-financeiras encaminhadas pelas empresas estatais;

IV - manifestar-se sobre os seguintes assuntos relacionados às empresas estatais:

a) criação de empresa estatal ou assunção, pela União ou empresa estatal, do controle acionário de empresas;

b) operações de reestruturação societária, envolvendo fusão, cisão ou incorporação;

c) alteração do capital social e emissão de debêntures, conversíveis ou não em ações, ou quaisquer outros títulos e valores mobiliários;

d) estatutos sociais e suas alterações;

e) destinação dos lucros e reservas;

f) patrocínio de planos de benefícios administrados por entidades fechadas de previdência complementar, no tocante à assunção de compromissos e aos convênios de adesão a serem firmados pelas patrocinadoras, aos estatutos das entidades, à instituição e adesão a planos de benefícios, assim como aos respectivos regulamentos e planos de custeio e à retirada do patrocínio;

g) propostas, encaminhadas pelos respectivos Ministérios setoriais, de quantitativo de pessoal próprio, acordo ou convenção coletiva de trabalho, programa de desligamento de empregados, planos de cargos e salários, criação e remuneração de cargos comissionados, inclusive os de livre nomeação e exoneração e participação dos empregados nos lucros ou resultados das empresas; e

h) remuneração dos administradores e conselheiros, bem como da participação dos dirigentes nos lucros ou resultados das empresas;

V - operacionalizar a indicação e coordenar e orientar a atuação dos representantes do Ministério nos conselhos de administração de empresas;

VI - coordenar o Grupo Executivo da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR e exercer as atribuições de Secretaria-Executiva da Comissão;

VII - exercer as funções de planejamento, coordenação e supervisão relativas aos processos de liquidação de empresas estatais federais;

VIII - acompanhar e orientar as atividades relacionadas com a preparação e a organização de acervo documental de empresas estatais federais submetidas a processos de liquidação, até a sua entrega aos órgãos responsáveis pela guarda e manutenção;

IX - promover o acompanhamento e a orientação dos procedimentos dos inventariantes e dos liquidantes nos processos em que atuem;

X - incumbir-se, junto a órgãos e entidades da administração federal, da regularização de eventuais pendências decorrentes dos processos de liquidação em que haja atuado na forma do inciso VII do caput; e

XI - contribuir para o aumento da eficiência e transparência das empresas estatais e para o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de monitoramento econômico-financeiro, bem como para o aperfeiçoamento da gestão dessas empresas.

Art. 111. À Coordenação de Apoio Administrativo compete:

I - prestar apoio e gerenciar as atividades relativas a suporte logístico e administrativo, no âmbito do DEST;

II - executar e avaliar as atividades de apoio administrativo relacionadas com pessoal, inclusive no que diz respeito às ocorrências funcionais dos servidores e ao acompanhamento da legislação de pessoal e na orientação de sua aplicação;

III - gerenciar a política e o Plano Anual de Capacitação dos servidores, conforme orientações do Diretor;

IV - gerenciar, em articulação com a CGPES, os processos de avaliação de desempenho individual e institucional do DEST;

V - participar de comitês que envolvam políticas e diretrizes de recursos humanos;

VI - coordenar e participar do processo de planejamento e promoção de eventos institucionais no que se refere às ações de comunicação e divulgação;

VII - dar apoio ao Diretor, em conjunto com a área técnica responsável, em assuntos relacionados à publicação dos atos oficiais, relatórios, informações e outros documentos do DEST; e

VIII - desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Diretor.

Art. 112. À Coordenação-Geral de Orçamentos compete:

I - atuar de forma a contribuir para aumentar a eficiência e a transparência das ações e políticas das empresas estatais, visando ao aperfeiçoamento e à integração dos sistemas de monitoramento econômico-financeiro dessas empresas;

II - analisar propostas das empresas estatais federais relativas aos seguintes assuntos:

a) elaboração e reprogramação do Programa de Dispêndios Globais - PDG, e o remanejamento dos itens do PDG, nos limites dos dispêndios aprovados;

b) elaboração do Orçamento de Investimento - OI e suas alterações; e

c) política de aplicações das agências financeiras oficiais de fomento;

III - propor metas de resultado primário das empresas estatais, segundo o conceito de Necessidade de Financiamento Líquido, e efetuar o acompanhamento do desempenho mensal dessas empresas;

IV - acompanhar o PDG e o OI das empresas estatais e sugerir medidas corretivas, visando à compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA e com os limites e as metas de resultado primário fixadas por empresa do setor produtivo e com a política de aplicações das agências financeiras oficiais de fomento;

V - subsidiar a elaboração dos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual - LOA;

VI - elaborar estudos e informes internos relativos à execução orçamentária das empresas estatais, à evolução de seus projetos de capital e à política de aplicações das agências financeiras oficias de fomento;

VII - elaborar informes técnicos para a divulgação bimestral da execução do Orçamento de Investimento e da política de aplicações das agências financeiras oficiais de fomento e o relatório anual da execução orçamentária das empresas estatais;

VIII - coordenar, em articulação com a CGINE, o desenvolvimento de aplicativos do Sistema de Informações das Estatais - SIEST e promover o seu gerenciamento;

IX - gerenciar, em articulação com a CGINE, os sistemas informatizados do DEST em todos os seus aspectos, compreendendo a manutenção e aperfeiçoamento dos sistemas existentes e o desenvolvimento de novas soluções em tecnologia da informação;

X - representar o DEST no Comitê Estratégico de Tecnologia de Informação e no Comitê de Segurança da Informação e Comunicações deste Ministério;

XI - coordenar a elaboração da proposta orçamentária, no que se refere aos programas e ações de responsabilidade do DEST, e acompanhar a sua respectiva execução orçamentária e financeira;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

XII - coordenar, em articulação com as demais áreas envolvidas, as informações sobre riscos fiscais das empresas estatais para compor o Anexo de Riscos Fiscais da LDO;

XIII - apreciar e preparar a manifestação do DEST, em articulação com a CGAVE, sobre os seguintes assuntos:

a) contratação de operação de crédito de longo prazo, inclusive operações de arrendamento mercantil de empresas estatais; e

b) emissão de debêntures, conversíveis ou não em ações, por empresas estatais;

XIV - colaborar com a CGAVE, na avaliação de desempenho das empresas estatais e na proposição de melhorias nos assuntos relacionados ao seu escopo de atuação; e

XV - desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Diretor.

Art. 113. À Coordenação de Planejamento e Avaliação Orçamentária compete:

I - coordenar a execução de atividades relacionadas ao planejamento e avaliação orçamentária;

II - dar suporte ao Coordenador-Geral na elaboração dos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias e à LOA;

III - assistir o Coordenador-Geral nos assuntos relacionados à sua área de atuação; e

IV - monitorar a execução e o cumprimento das metas institucionais sob a responsabilidade da Coordenação-Geral.

Art. 114. À Coordenação-Geral de Política Salarial e Benefícios compete:

I - coordenar as atividades relativas à promoção da articulação e da integração de políticas das empresas estatais, relacionadas aos benefícios e vantagens concedidos, e propor diretrizes e parâmetros de atuação visando às negociações de acordos ou convenções coletivas de trabalho;

II - apreciar e preparar a manifestação do DEST sobre propostas de empresas estatais, encaminhadas pelos respectivos Ministérios setoriais, relativas aos seguintes assuntos:

a) à revisão e à implantação de planos de cargos e salários;

b) à criação e remuneração de cargos comissionados, inclusive os de livre nomeação e exoneração, e valores de funções gratificadas;

c) aos programas de participação dos empregados nos lucros ou resultados das empresas;

d) à renovação de acordos ou convenções coletivas de trabalho;

e) à implementação de programas de desligamento incentivado de empregados; e

f) à fixação e alteração de quantitativo de pessoal próprio;

III - colaborar com a CGAVE, na avaliação de desempenho das empresas estatais e na proposição de melhorias nos assuntos relacionados ao seu escopo de atuação; e

IV - desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Diretor.

Art. 115. À Coordenação de Acompanhamento de Negociações Coletivas de Trabalho compete:

I - coordenar as atividades relacionadas à formulação de diretrizes e parâmetros de atuação das empresas estatais no que diz respeito às políticas de pessoal e de negociações coletivas de trabalho;

II - dar suporte ao Coordenador-Geral no acompanhamento de negociações coletivas de trabalho;

III - assistir o Coordenador-Geral nos assuntos relacionados à sua área de atuação; e

IV - monitorar a execução e o cumprimento das metas institucionais sob a responsabilidade da Coordenação-Geral.

Art. 116. À Coordenação-Geral de Previdência Complementar compete:

I - apreciar e preparar a manifestação do DEST sobre as seguintes propostas das empresas estatais relativas ao patrocínio de planos de benefícios administrados por entidades fechadas de previdência complementar:

a) instituição de planos de benefícios ou adesão a planos já existentes, seus respectivos regulamentos, convênios de adesão e planos de custeio;

b) alterações nos regulamentos dos planos de benefícios;

c) alterações nos planos de custeio dos planos de benefícios;

d) alterações nos convênios de adesão;

e) alterações nos estatutos das entidades;

f) assunção de compromissos, assim entendidos os passivos atuariais e as dívidas, pelas patrocinadoras estatais federais;

g) retirada de patrocínio; e

h) modificações nos planos de previdência, resultante de reorganizações societárias;

II - colaborar com a CGAVE, na avaliação de desempenho das empresas estatais e na proposição de melhorias nos assuntos relacionados ao seu escopo de atuação; e

III - desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Diretor.

Art. 117. À Coordenação de Análise e Acompanhamento de Previdência Complementar compete:

I - coordenar as atividades relacionadas à análise e ao acompanhamento de previdência complementar das empresas estatais;

II - assistir o Coordenador-Geral nos assuntos relacionados à sua área de atuação; e

III - monitorar a execução e o cumprimento das metas institucionais sob a responsabilidade da Coordenação-Geral.

Art. 118. À Coordenação-Geral de Projetos Especiais compete:

I - manifestar-se sobre propostas relativas a matérias de interesse das empresas estatais, submetidas à consideração do Ministério, que não se enquadrem nas competências das demais Coordenações-Gerais do DEST;

II - subsidiar o Diretor do DEST nos assuntos concernentes ao Programa Nacional de Desestatização visando ao assessoramento do Ministro de Estado;

III - monitorar a execução e o cumprimento das metas institucionais de responsabilidade do DEST, em articulação com a COADM;

IV - coordenar a elaboração do Relatório de Gestão do DEST;

V - subsidiar e prestar informações para atendimento de demandas da Assessoria de Assuntos Parlamentares do Gabinete do Ministério - ASPAR/GM;

VI - elaborar, em conjunto com as outras áreas do DEST, e propor ao Diretor a agenda/programação e o conteúdo programático de seminários, workshops e outras atividades inerentes a esses eventos; e

VII - desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Diretor.

Art. 119. À Coordenação-Geral de Gestão Corporativa das Estatais compete:

I - apreciar e preparar a manifestação do DEST sobre propostas de empresas estatais relativas às seguintes matérias:

a) à criação de empresa estatal ou de assunção, pela União ou por empresa estatal, do controle acionário de empresa;

b) às operações de reestruturação societária, envolvendo fusão, cisão ou incorporação;

c) à alteração do capital social;

d) aos estatutos sociais e suas alterações;

e) à destinação do lucro e reservas;

f) à remuneração dos administradores e conselheiros, bem como a participação dos dirigentes nos lucros ou resultados das empresas; e

g) aos demais atos societários submetidos à manifestação do DEST;

II - operacionalizar a indicação, coordenar e orientar a atuação dos representantes do Ministério nos conselhos de administração de empresas;

III - assistir o Diretor junto ao Grupo-Executivo da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participação Societária da União - CGPAR e a outras instâncias colegiadas ou grupos de trabalho que envolvam matéria de responsabilidade desta Coordenação-Geral;

IV - atuar de forma a contribuir para aumentar a eficiência e a transparência das ações e políticas das empresas estatais visando ao fortalecimento dos instrumentos de gestão corporativa entre as empresas estatais, tendo em vista os objetivos de Governo;

V - assessorar o Diretor no exercício dos seguintes assuntos:

a) planejamento, coordenação e supervisão relativos aos processos de liquidação de empresas estatais federais;

b) acompanhamento e orientação das atividades relacionadas a empresas estatais federais submetidas a processos de liquidação;

c) acompanhamento e orientação dos procedimentos dos inventariantes e dos liquidantes nos processos em que atuem; e

d) regularização, junto a órgãos e entidades da administração federal, de eventuais pendências decorrentes dos processos de liquidação em que haja atuado na forma da alínea "a" deste inciso;

VI - organizar e manter, em articulação com a CGINE, o Cadastro Geral de Empresas Estatais;

VII - colaborar com a CGAVE na avaliação de desempenho das empresas estatais e na proposição de melhorias nos assuntos relacionados ao seu escopo de atuação; e

VIII - desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Diretor.

Art. 120. À Coordenação de Articulação da Gestão compete:

I - coordenar as atividades relacionadas a identificar e promover a disseminação de experiências de governança corporativa bem sucedidas, na forma das melhores práticas de gestão;

II - assistir o Coordenador-Geral nos assuntos relacionados à sua área de atuação; e

III - monitorar a execução e o cumprimento das metas institucionais sob a responsabilidade da Coordenação-Geral.

Art. 121. À Coordenação-Geral de Avaliação de Empresas compete:

I - avaliar o desempenho econômico-financeiro, institucional e social de empresas estatais e propor medidas que influenciem positivamente seus resultados;

II - acompanhar e avaliar ações das empresas estatais federais, visando à:

a) identificação e disseminação de experiências de gestão bem sucedidas;

b) promoção do alinhamento da gestão das empresas estatais com as políticas de Governo; e

c) otimização do uso dos recursos disponíveis nas empresas estatais;

III - analisar e elaborar, em articulação com a CGORI, manifestação do DEST sobre a contratação de operações de crédito de longo prazo por empresas estatais, inclusive operações de arrendamento mercantil;

IV - acompanhar o endividamento das empresas estatais federais;

V - organizar e colocar disponível as informações econômico-financeiras encaminhadas pelas empresas estatais;

VI - instituir, manter e aprimorar dados das empresas estatais que permitam produzir informações técnicas e gerenciais necessárias à avaliação de empresas estatais, à tomada de decisão e à supervisão do DEST, em articulação com a CGINE; e

VII - desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Diretor.

Art. 122. À Coordenação de Suporte à Avaliação de Empresas Estatais compete:

I - coordenar as atividades relacionadas à avaliação do desempenho econômico-financeiro, institucional e social de empresas estatais;

II - assistir o Coordenador-Geral nos assuntos relacionados à sua área de atuação; e

III - monitorar a execução e o cumprimento das metas institucionais sob a responsabilidade da Coordenação-Geral.

Art. 123. À Coordenação-Geral de Gestão de Informação das Empresas Estatais compete:

I - acompanhar as ações de desenvolvimento, manutenção e aprimoramento de sistemas e de informações do DEST, em articulação com:

a) a CGORI, no desenvolvimento de aplicativos do Sistema de Informações das Estatais;

b) a CGCOR, na organização do Cadastro Geral de Empresas Estatais; e

c) a CGAVE no aprimoramento de dados das empresas estatais que permitam produzir informações técnicas e gerenciais necessárias à avaliação de empresas estatais, à tomada de decisão e à supervisão do DEST;

II - coordenar as ações que envolvam a elaboração do despacho do expediente do Diretor e sua representação político-social e institucional;

III - coordenar as atividades de relacionamento externo do Diretor;

IV - acompanhar o andamento dos projetos de interesse do DEST;

V - planejar e executar ações de comunicação e divulgar assuntos institucionais do DEST, em articulação com a Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Ministro - ASCOM/GM, bem como assessorar o Diretor em assuntos correlatos;

VI - coordenar as atividades concernentes a relações públicas do DEST;

VII - promover a transmissão das instruções e orientações do Diretor às unidades subordinadas, bem como zelar pelo seu cumprimento;

VIII - acompanhar a tramitação de documentos e processos, pleitos e requerimentos de informação de competência do DEST, bem como promover a articulação com as demais unidades administrativas do Ministério e público externo;

IX - organizar e controlar as atividades relacionadas à participação do DEST em órgãos colegiados;

X - auxiliar o Diretor em palestras e eventos em que vier a participar ou que for ministrar; e

XI - desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Diretor.

Art. 124. À Coordenação de Sistematização de Informação das Empresas Estatais compete:

I - coordenar as atividades relacionadas à sistematização de informação das empresas estatais;

II - assistir o Coordenador-Geral nos assuntos relacionados à sua área de atuação; e

III - monitorar a execução e o cumprimento das metas institucionais de responsabilidade da Coordenação-Geral.

Art. 125. Ao Departamento de Órgãos Extintos compete:

I - exercer as funções de planejamento, coordenação e supervisão relativas aos processos de extinção de órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

II - acompanhar e orientar as atividades relacionadas com a preparação e a organização de acervo documental de órgãos e entidades da administração pública federal submetidos a processos de extinção, até sua entrega aos órgãos responsáveis pela guarda e manutenção;

III - incumbir-se, junto a órgãos e entidades da administração pública federal, da regularização de pendências decorrentes dos processos de extinção em que haja atuado na forma do inciso I do caput;

IV - promover análise, aprovação e demais providências relativas às prestações de contas dos convênios e instrumentos similares celebrados:

a) pelos extintos Ministérios do Bem-Estar Social e da Integração Regional;

b) pela extinta Fundação Legião Brasileira de Assistência;

c) pelo extinto Ministério do Bem-Estar Social, relativos a projetos habitacionais integrados, financiados com recursos do Fundo de Custeio de Programas de Habitação Popular - FEHAP repassados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e

d) pela extinta Secretaria Especial de Políticas Regionais, nos exercícios de 1995 a 1999;

V - executar as atividades relacionadas com cadastro, concessão de benefícios e pagamento de pessoal de órgãos e entidades extintos da administração direta, autárquica e fundacional;

VI - executar as atividades relacionadas com cadastro e concessão de complementação de aposentadorias e pensões dos ferroviários de que tratam as Leis n° 8.186, de 21 de maio de 1991, e n° 10.478, de 28 de junho de 2002;

VII - cuidar do pagamento da parcela sob encargo da União relativa a proventos de inatividade e demais direitos referidos no inciso II do art. 118 da Lei n° 10.233, de 5 de junho de 2001; e

VIII - fornecer ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS informações sobre os valores das remunerações constantes do plano de cargos e salários da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, para efeito de cálculo da complementação de aposentadorias e pensões à conta da União, de conformidade com o disposto nas Leis n° 8.186, de 1991, e n° 10.478, de 2002.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Parágrafo único. As competências de que trata o inciso V estão limitadas aos servidores oriundos de órgãos e entidades extintos da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional vinculados às Unidades Pagadoras da CGGES.

Art. 126. À Coordenação de Manutenção do Sistema de Complementação de Aposentadorias e Pensões compete:

I - preparar e encaminhar ao INSS as informações financeiras referentes aos benefícios concedidos, para fins de atualização cadastral e inclusão em folha; e

II - elaborar planilhas de cálculos, para pagamento de diferenças de direitos ou para reposição ao erário, relativo aos aposentados e pensionistas da extinta RFFSA alcançados pelo benefício de complementação.

Art. 127. À Divisão de Apoio Técnico compete:

I - elaborar relatórios periódicos de natureza gerencial sobre matérias específicas;

II - realizar atividades de redação e revisão de documentos e expedientes que lhe forem demandados;

III - analisar o desempenho das atividades da unidade e, se necessário, propor alternativas de melhoria na qualidade dos serviços; e

IV - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas.

Art. 128. À Coordenação-Geral de Gestão da Complementação compete:

I - coordenar a análise e a concessão do benefício de complementação de aposentadorias e pensões a ex-ferroviários da RFFSA e suas subsidiárias;

II - coordenar as atividades relacionadas com o cadastramento das alterações, inclusões e exclusões de benefícios no Sistema de Aposentadorias e Pensões - SICAP;

III - orientar sobre a aplicação das normas e demais atos legais relativos às atividades desenvolvidas na unidade; e

IV - oferecer subsídios à Advocacia Geral da União - AGU, para fins de defesa da União em demandas judiciais envolvendo o benefício da complementação administrado pelo DEPEX.

Art. 129. À Coordenação de Gestão de Informações sobre Complementações de Aposentadorias e Pensões Ferroviárias compete:

I - analisar os requerimentos de complementação de aposentadorias e pensões da categoria dos ferroviários ou de seus dependentes;

II - gerir as atividades de registros cadastrais de aposentados e pensionistas da categoria dos ferroviários alcançados pelo benefício de complementação; e

III - coordenar as atividades de atendimento aos beneficiários de aposentadoria e pensão complementadas.

Art. 130. Ao Serviço de Atendimento e Instrução Processual compete:

I - recepcionar e instruir os processos de complementação de aposentadorias e pensões de ex-empregados da extinta RFFSA; e

II - apresentar informações e subsídios para o atendimento de demandas internas e externas, envolvendo aposentados e pensionistas alcançados pelos benefícios de complementação de aposentadorias e pensões.

Art. 131. Ao Serviço de Cadastro e Atendimento a ex-Ferroviários compete:

I - efetuar e manter atualizados os registros cadastrais de aposentados e pensionistas da extinta RFFSA, alcançados pelo benefício de complementação;

II - manter sob guarda, de acordo com as normas do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, o acervo funcional localizado no Rio de Janeiro dos aposentados e pensionistas da extinta RFFSA alcançados pelo benefício de complementação; e

III - manter atualizados os registros de arquivamento e desarquivamento de processos e documentos, para o atendimento de demandas internas e externas.

Art. 132. Ao Serviço de Cálculos e Elaboração de Planilhas Financeiras compete:

I - elaborar planilhas de cálculos para subsidiar a decisão sobre o valor inicial do benefício da complementação de aposentadorias e pensões; e

II - elaborar planilhas de cálculos, para juntada a processos judiciais, visando subsidiar a defesa da União e o cumprimento de decisões judiciais, concernentes a servidores, aposentados e pensionistas.

Art. 133. Ao Serviço de Análise de Benefícios de ex-Ferroviários compete:

I - recepcionar e instruir processos de complementação de aposentadorias e pensões de ex-empregados da extinta RFFSA no Rio de Janeiro;

II - fornecer informações e subsídios para o atendimento de demandas internas e externas envolvendo aposentados e pensionistas alcançados pelo benefício de complementação de aposentadorias e pensões; e

III - atender e prestar informações a aposentados e pensionistas da extinta RFFSA alcançados pelo benefício de complementação.

Art. 134. À Coordenação-Geral de Gestão de Estatutários compete:

I - coordenar as atividades relacionadas com cadastro, concessão e revisão de benefícios e com o pagamento a servidores e a aposentados e pensionistas dos quadros de órgãos extintos administrados pelo DEPEX;

II - orientar sobre a aplicação das normas e demais atos legais relativos às atividades desenvolvidas na unidade administrativa; e

III - oferecer subsídios aos órgãos do Poder Judiciário e à AGU, para fins de defesa da União em demandas judiciais envolvendo servidores, aposentados e pensionistas dos quadros de órgãos extintos administrados pelo DEPEX.

Art. 135. À Divisão de Cadastro e Lotação de Pessoal compete:

I - cadastrar, controlar e manter atualizados os registros funcionais e de frequência de servidores de órgãos extintos, executando as rotinas operacionais do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE;

II - preparar atos relativos a afastamento, movimentação e desligamento de servidores;

III - manter informada a área de pagamento sobre as ocorrências decorrentes de revisões e concessões de auxílios e benefícios;

IV - analisar e executar as atividades relacionadas à concessão e revisão de auxílios e benefícios previstos em lei, concernentes aos servidores;

V - executar as atividades de emissão de atos, certidões e declarações;

VI - emitir informações visando subsidiar processos judiciais;

VII - emitir certidões e declarações, relativas a servidores e ex-servidores cujos dossiês funcionais encontrem-se sob a guarda e responsabilidade do DEPEX;

VIII - coordenar e consolidar as avaliações de desempenho dos servidores das Unidades Pagadoras - UPAG do DEPEX; e

IX - analisar processos e manifestar-se conclusivamente quanto à concessão de auxílio-funeral em razão do falecimento de servidores ativos.

Art. 136. À Divisão de Pagamento de Pessoal compete:

I - preparar a folha de pagamento do pessoal ativo, de aposentados e pensionistas;

II - executar as rotinas operacionais da folha de pagamento, em decorrência dos atos administrativos que concedam, alterem ou excluam direitos e obrigações relativos a servidores, aposentados e pensionistas;

III - elaborar planilhas de cálculos para pagamento ou reposição ao erário de diferenças relativas a direitos ou obrigações referentes a servidores, aposentados e pensionistas;

IV - elaborar planilhas de cálculos em processos judiciais, visando subsidiar a defesa da União e o cumprimento de decisões judiciais, em relação a servidores, aposentados e pensionistas;

V - emitir informações visando subsidiar processos judiciais;

VI - efetuar pagamentos extra SIAPE relativos:

a) à concessão de auxílio-funeral;

b) à liberação, por alvará judicial, de valores relativos a passivos administrativos;

c) ao cumprimento de decisões judiciais; e

d) a acertos decorrentes de erros detectados no processamento da folha de pagamento;

VII - executar os procedimentos necessários à remessa da declaração Relação Anual de Informações Sociais - RAIS ao Ministério do Trabalho e Emprego;

VIII - executar os procedimentos necessários à remessa da Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte - DIRF à Secretaria da Receita Federal do Brasil;

IX - adotar os procedimentos administrativos necessários ao ressarcimento de despesas com o pagamento de servidores cedidos, conforme o caso;

X - registrar no SIAFI, a Conformidade de Registros de Gestão, para os atos praticados no âmbito da CGGES; e

XI - instruir processos relativos à reversão de créditos indevidos, em razão do falecimento de aposentados e pensionistas, quando for o caso.

Art. 137. À Divisão de Acompanhamento Processual Judicial compete:

I - prestar informações e subsídios à AGU e aos órgãos do Poder Judiciário envolvendo servidores, aposentados e pensionistas vinculados às Unidades Pagadoras da CGGES;

II - analisar processos e emitir notas técnicas visando ao cumprimento das determinações judiciais, verificando se existem pendências ou diligências administrativas a serem sanadas, antes do cumprimento das decisões;

III - promover o registro e manter atualizadas as ações cadastradas no módulo do Sistema de Cadastro de Ações Judiciais - SICAJ, do SIAPE; e

IV - promover a instrução de processos relativos a inscrição de débitos na Dívida Ativa da União.

Art. 138. À Divisão de Aposentadorias e Pensões compete:

I - analisar e manifestar-se conclusivamente quanto à concessão e revisão de aposentadorias e pensões;

II - analisar processos e manifestar-se conclusivamente quanto à concessão de auxílio-funeral, isenção de imposto de renda e outras vantagens, em relação a aposentados e pensionistas;

III - coordenar o recadastramento anual dos aposentados e pensionistas;

IV - elaborar Mapas de Tempo de Serviço, atos de concessão, abonos provisórios, Títulos de Inatividade e apostilamentos;

V - manter atualizados os módulos de aposentadoria e de pensão do SIAPE, em conformidade com os atos administrativos relativos a aposentadorias e pensões;

VI - atender a diligências dos órgãos de controle, relativas a aposentados e pensionistas;

VII - registrar, no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões do Tribunal de Contas da União - SISAC/TCU, os atos e alterações referentes a aposentadorias e pensões; e

VIII - manter informada a área de pagamento sobre as ocorrências referentes a aposentadorias e pensões e as alterações decorrentes das revisões de benefícios.

Art. 139. Ao Serviço de Recadastramento de Aposentados e Pensionistas compete:

I - acompanhar o recadastramento anual de aposentados e pensionistas, adotando as medidas necessárias ao cumprimento das orientações normativas aplicáveis; e

II - efetuar o controle dos óbitos e, quando for o caso, comunicar à DIPAG a necessidade de instruir processos relativos à reversão de créditos indevidos em razão do falecimento de aposentados e pensionistas.

Art. 140. Aos Serviços de Pessoal no Pará e em Pernambuco compete:

I - manter atualizados os registros funcionais dos servidores oriundos, respectivamente, das extintas Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, inclusive os relativos ao controle de frequência e escala de férias;

II - atualizar o cadastro de aposentados e pensionistas oriundos das extintas SUDAM e SUDENE;

III - emitir certidões e declarações relativas aos ex-servidores, aos servidores e aos aposentados e pensionistas oriundos das extintas SUDAM e SUDENE;

IV - efetuar a prévia instrução de processos relativos à concessão de direitos, vantagens e obrigações, em relação aos servidores e aos aposentados e pensionistas oriundos, respectivamente, das extintas SUDAM e SUDENE, submetendo-os à análise e manifestação da CGGES;

V - encaminhar à CGGES documentos e informações que visem a fornecer subsídios à AGU, à Consultoria Jurídica do Ministério e aos órgãos do Poder Judiciário, para defesa da União nos processos judiciais impetrados por ex-servidores, servidores, aposentados e pensionistas oriundos das extintas SUDAM e SUDENE; e

VI - promover a guarda e a manutenção do acervo funcional dos ex-servidores, servidores, aposentados e pensionistas oriundos das extintas SUDAM e SUDENE.

Art. 141. À Coordenação-Geral de Órgãos Extintos no Rio de Janeiro compete:

I - coordenar as atividades de cadastro, concessão e revisão de benefícios e o pagamento a servidores, aposentados e pensionistas oriundos de órgãos extintos no Rio de Janeiro;

II - coordenar a gestão do acervo documental de servidores e de aposentados e pensionistas de órgãos extintos no Rio de Janeiro;

III - encaminhar ao Diretor do DEPEX documentos e informações que visem a fornecer subsídios à AGU e aos órgãos do Poder Judiciário em assuntos relativos a servidores, aposentados e pensionistas sob sua competência; e

IV - coordenar as atividades de movimentação dos servidores oriundos de órgãos extintos no Rio de Janeiro.

Art. 142. À Divisão de Benefícios de Estatutários no Rio de Janeiro compete:

I - analisar e executar as atividades relacionadas com a concessão e revisão de auxílios e benefícios previstos em lei, em relação aos aposentados e pensionistas de órgãos extintos no Rio de Janeiro;

II - instruir, analisar e emitir parecer em processos relativos à concessão de auxílio funeral, isenção de imposto de renda e outras vantagens em relação aos aposentados e pensionistas de órgãos extintos no Rio de Janeiro;

III - atualizar o cadastro de aposentados e pensionistas de órgãos extintos no Rio de Janeiro;

IV - elaborar Mapas de Tempo de Serviço, atos de concessão, abono provisório e Títulos de Inatividade dos aposentados e pensionistas de órgãos extintos no Rio de Janeiro;

V - promover a implantação, alteração e manutenção, no SIAPE, do cadastro e das revisões de aposentadorias e pensões de órgãos extintos no Rio de Janeiro;

VI - prestar informações para subsidiar processos judiciais e atender a diligências relacionadas com aposentados e pensionistas de órgãos extintos no Rio de Janeiro;

VII - cadastrar no SISAC/TCU os atos de concessão de aposentadorias e pensões de órgãos extintos no Rio de Janeiro;

VIII - analisar e executar as atividades relacionadas à concessão e revisão de auxílios e benefícios previstos em lei, concernentes aos aposentados e pensionistas de órgãos extintos no Rio de Janeiro;

IX - elaborar planilhas de cálculos, para pagamento de diferenças de direitos ou para reposição ao erário, concernentes aos aposentados e pensionistas de órgãos extintos no Rio de Janeiro; e

X - registrar no SIAPE os atos de pagamentos dos aposentados e pensionistas de órgãos extintos no Rio de Janeiro.

Art. 143. À Divisão de Cadastro e Lotação de Estatutários no Rio de Janeiro compete:

I - cadastrar, controlar e manter atualizados os registros funcionais e de frequência de servidores oriundos de órgãos extintos do Rio de Janeiro, executando as rotinas operacionais do SIAPE;

II - elaborar e encaminhar para publicação atos sobre alterações funcionais dos servidores de órgãos extintos sob a sua jurisdição;

III - efetuar avaliação de desempenho dos servidores oriundos de órgãos extintos sob a sua jurisdição;

IV - instruir e analisar os processos de movimentação, direitos e vantagens de servidores oriundos de órgãos extintos sob a sua jurisdição;

V - analisar e executar as atividades relacionadas com a concessão e revisão de auxílios e benefícios previstos em lei, em relação aos servidores de órgãos extintos no Rio de Janeiro;

VI - executar as atividades de emissão de atos, certidões e declarações relativos aos servidores de órgãos extintos no Rio de Janeiro;

VII - emitir informações visando subsidiar processos judiciais dos servidores de órgãos extintos no Rio de Janeiro;

VIII - elaborar planilhas de cálculos para pagamento de diferenças de direitos ou para reposição ao erário concernentes aos servidores de órgãos extintos no Rio de Janeiro; e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

IX - registrar, no SIAPE, atos de pagamento dos servidores de órgãos extintos no Rio de Janeiro.

Art. 144. À Coordenação-Geral de Planejamento e Administração compete:

I - supervisionar as atividades relativas ao desenvolvimento de recursos humanos e com a gestão documental, patrimonial, de serviços gerais e à organização e modernização administrativa;

II - consolidar e propor ao Diretor a proposta orçamentária para as despesas administrativas do exercício seguinte, e monitorar a sua execução;

III - consolidar as informações do DEPEX para subsidiar a elaboração do Relatório Anual de Atividades, Balanço Geral da União, Relatório de Gestão e Tomada de Contas Anual;

IV - acompanhar as ações de controle interno e externo, no âmbito do DEPEX; e

V - auxiliar o Diretor na definição de diretrizes e na implementação das ações estratégicas do DEPEX.

Art. 145. À Divisão de Acompanhamento das Ações dos Órgãos de Controle compete:

I - acompanhar o atendimento, consolidar e manter registro das diligências dos órgãos de controle interno e externo e das informações prestadas para atendimento;

II - elaborar estratégias e metodologias de acompanhamento das ações de controle interno e externo, no âmbito do DEPEX;

III - registrar e monitorar a instauração dos processos administrativos disciplinares instruídos no âmbito do DEPEX;

IV - preparar as informações do DEPEX para subsidiar a elaboração do Relatório Anual de Atividades, Balanço Geral da União, Relatório de Gestão e Tomada de Contas Anual; e

V - acompanhar, no Diário Oficial da União, as publicações dos órgãos de controle interno e externo, de interesse do DEPEX.

Art. 146. À Divisão de Logística compete:

I - gerir as atividades dos servidores em exercício no DEPEX, relativas a recursos humanos;

II - viabilizar apoio técnico e logístico às unidades do DEPEX situadas em Brasília e nos Estados;

III - elaborar projetos básicos e termos de referência para aquisição de bens e contratação de serviços de interesse do DEPEX, bem como acompanhar a execução dos respectivos contratos;

IV - controlar a movimentação dos bens móveis do DEPEX em Brasília e auxiliar na elaboração do inventário anual;

V - providenciar e acompanhar a execução de serviços gerais;

VI - manter sob guarda e administrar o fornecimento de assentamentos funcionais e de outros documentos existentes no Acervo Documental, de acordo com as normas do CONARQ;

VII - registrar e monitorar o atendimento às demandas de serviços de informática, de telefonia e elétricos;

VIII - efetuar os registros de cessão, nomeação, exoneração, designação e dispensa de pessoal junto ao SIGOB; e

IX - orientar e acompanhar os atos e as atividades relativas a suprimentos de fundos e à concessão de diárias e passagens.

Art. 147. Ao Serviço de Administração de Pessoal compete:

I - controlar a movimentação de pessoal no âmbito do DEPEX;

II - monitorar e consolidar os registros de frequência, férias e atestados médicos para encaminhamento à COGEP/DIRAD;

III - acompanhar os lançamentos e a apuração das metas dos Planos de Trabalho Individuais do pessoal em exercício no DEPEX;

IV - acompanhar as ações de capacitação necessárias ao desenvolvimento dos recursos humanos em exercício no DEPEX;

V - realizar as pesquisas e proceder aos lançamentos e monitoramento dos deslocamentos dos servidores do DEPEX no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP;

VI - elaborar e encaminhar para publicação as Portarias de interesse da CGEAD; e

VII - monitorar o programa de estágio do DEPEX e emitir relatório sobre o desempenho dos estagiários.

Art. 148. Ao Serviço de Apoio Administrativo compete:

I - executar as atividades relacionadas com a recepção, triagem e distribuição de documentos, processos, correspondências e demais expedientes;

II - autuar e numerar documentos e processos e executar as atividades relacionadas à sua expedição;

III - registrar, no Sistema de Controle de Processos e Documentos - CPROD, os atos enumerados nos incisos anteriores;

IV - executar e fiscalizar a movimentação de malotes entre as unidades do DEPEX situadas em Brasília e as unidades descentralizadas, mantendo o controle junto à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT;

V - organizar e manter atualizados os arquivos de documentos correntes;

VI - controlar os prazos estabelecidos para resposta das demandas judiciais encaminhadas ao DEPEX; e

VII - recepcionar os pedidos, requisitar e distribuir os materiais de expediente utilizados pelo DEPEX, em Brasília e nas unidades descentralizadas.

Art. 149. À Coordenação-Geral de Acervos e Convênios compete:

I - acompanhar as atividades relativas aos processos de extinção de órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

II - orientar os inventariantes nos procedimentos de gestão;

III - acompanhar a preparação e a organização do acervo documental dos órgãos e das entidades submetidas a processos de extinção;

IV - regularizar eventuais pendências decorrentes de processos de extinção junto a órgãos e entidades públicas;

V - coordenar e controlar a execução da contabilidade analítica relacionada às suas atividades;

VI - promover a formalização e instrução dos processos de Tomadas de Contas Especiais;

VII - coordenar e controlar as análises das prestações de contas de convênios e instrumentos congêneres originários de órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional extintos, incumbindo-se de sua regularização;

VIII - aprovar ou rejeitar, mediante manifestação expressa e fundamentada, as prestações de contas de convênios e instrumentos congêneres analisadas e adotar as providências administrativas cabíveis decorrentes desses atos;

IX - expedir ou propor diligências destinadas à regularização das prestações de contas analisadas;

X - atender as diligências procedentes de órgãos externos, bem como de requerimentos que se relacionem às suas atividades;

XI - promover a guarda e conservação de processos relativos a convênios e instrumentos congêneres;

XII - proceder ao arquivamento de processos de prestação de contas de convênios e instrumentos similares, em conformidade com as normas vigentes; e

XIII - coordenar e controlar a execução das atividades de fiscalização destinadas a comprovar a regularidade e eficácia de obras e serviços de engenharia relacionadas aos convênios e instrumentos congêneres analisados.

Art. 150. Ao Serviço de Controle de Expedição de Diligências e Informações compete realizar pesquisas de legislação para subsidiar os trabalhos da unidade e manter o controle e o acompanhamento das diligências de origens interna e externa relativas a convênios.

Art. 151. À Coordenação de Acervos e Processos de Extinção compete:

I - fixar diretrizes relativas às atividades de inventariança de órgãos da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

II - orientar os procedimentos concernentes aos inventários;

III - manter a articulação com os órgãos da administração pública federal;

IV - acompanhar os processos de sindicâncias instalados durante as inventarianças;

V - coordenar e controlar os trabalhos de consolidação e codificação de documentos que compõem os acervos dos órgãos e entidades extintos;

VI - analisar relatórios de atividades de inventariantes visando à catalogação de informações relevantes aos processos de extinção; e

VII - controlar a execução contábil e a instauração das Tomadas de Contas Especiais relativas a convênios e instrumentos congêneres analisados.

Art. 152. À Divisão de Controle e Acompanhamento das Extinções compete:

I - organizar e manter arquivo da documentação recebida e expedida pelo DEPEX relativa aos processos de extinção;

II - analisar relatórios periódicos sobre os atos das inventarianças e propor medidas saneadoras a serem tratadas junto às partes, sendo inventariantes, órgãos e/ou entidades públicas;

III - elaborar e manter documento consolidado sobre os procedimentos usualmente praticados nos processos de inventariança; e

IV - atender diligências externas relativas aos processos de inventariança de órgãos e entidades.

Art. 153. Ao Serviço de Acompanhamento Normativo compete:

I - acompanhar a legislação aplicável aos processos de inventariança de órgãos e entidades; e

II - elaborar relatórios periódicos sobre os atos das inventarianças até a apresentação do relatório final pelo inventariante.

Art. 154. Ao Serviço de Controle de Acervo compete:

I - viabilizar junto ao inventariante o acesso aos acervos documentais dos órgãos e entidades em processo de inventário;

II - organizar as atividades de codificação de documentos que compõem os acervos dos órgãos e entidades em processo de inventário; e

III - subsidiar as demais unidades com documentos necessários ao atendimento de demandas internas e externas relativas aos processos de inventariança de órgãos e entidades.

Art. 155. À Divisão de Acompanhamento de Contas e CADIN compete:

I - acompanhar os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial na ação de extinção de órgãos no SIAFI e no CADIN; e

II - instruir os processos de Tomadas de Contas Especiais relativos a convênios e instrumentos congêneres analisados.

Art. 156. Ao Serviço de Execução Contábil compete:

I - registrar os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial que se referem à ação de extinção de órgãos, à instrução dos processos de Tomadas de Contas Especiais e ao CADIN; e

II - registrar no SIAFI, a Conformidade de Registros de Gestão, para os atos praticados no âmbito da CGEAC.

Art. 157. À Coordenação de Acompanhamento de Convênios compete:

I - examinar e emitir informações quanto à regularidade ou não da execução físico-financeira demonstrada nas prestações de contas analisadas;

II - propor a expedição de diligências destinadas ao saneamento de impropriedades e/ou irregularidades verificadas nas prestações de contas analisadas; e

III - analisar e propor resposta às diligências relativas a convênios.

Art. 158. À Divisão de Análise de Prestações de Contas e Atendimento de Diligências Externas compete avaliar a coerência documental e a regularidade físico-financeira das prestações de contas de convênios e indicar as providências administrativas respectivas.

Art. 159. Ao Serviço de Verificação de Prestações de Contas de Convênios compete elaborar pareceres relativos à análise das prestações de contas de convênios e indicar as providências administrativas respectivas.

Art. 160. Ao Serviço de Controle de Arquivo de Convênios compete:

I - executar a tramitação de processos de convênios no âmbito do DEPEX; e

II - organizar e controlar os processos relativos a convênios e instrumentos congêneres.

Art. 161. Ao Serviço de Atendimento a Diligências Externas compete subsidiar as demais unidades com documentos necessários ao atendimento de diligências externas relacionadas a convênios.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 162. Ao Secretário-Executivo incumbe:

I - coordenar, consolidar e submeter ao Ministro de Estado o plano de ação global do Ministério;

II - supervisionar e avaliar a execução dos programas e atividades do Ministério;

III - supervisionar e coordenar a articulação dos órgãos do Ministério com os órgãos centrais dos sistemas afetos à área de competência da SE;

IV - aprovar contratos, acordos, ajustes e convênios, relativos a atividades inerentes à SE; e

V - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Art. 163. Ao Secretário-Executivo Adjunto incumbe:

I - assessorar e prestar assistência direta ao Secretário-Executivo na supervisão e coordenação de suas atividades;

II - supervisionar a elaboração da proposta orçamentária da SE, bem como acompanhar e controlar a sua execução;

III - supervisionar e coordenar as atividades da DIPLA, DIRAD e DTI;

IV - substituir o Secretário-Executivo nos seus afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares e na vacância do cargo; e

V - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário-Executivo.

Art. 164. Ao Chefe de Gabinete incumbe:

I - assistir o Secretário-Executivo na execução de suas atribuições;

II - coordenar as atividades desenvolvidas pelas unidades integrantes da estrutura da SE;

III - despachar com o Secretário-Executivo os expedientes e processos, procedendo à prévia articulação com as demais unidades do Ministério, sempre que necessária, e dar encaminhamento aos assuntos tratados no Gabinete;

IV - organizar a agenda do Secretário-Executivo, no País e no exterior, coordenar a pauta de trabalho e prestar assistência em seus despachos e reuniões;

V - entender-se sobre assuntos submetidos ao Secretário-Executivo, quando por este determinado, com os dirigentes das unidades administrativas do Ministério e das entidades vinculadas;

VI - autorizar, nos termos da legislação vigente, interrupção de férias dos servidores em exercício na SE;

VII - propor a nomeação ou exoneração de ocupantes de cargos em comissão, funções de confiança e funções comissionadas técnicas;

VIII - supervisionar as atividades de secretaria e de apoio do Gabinete, inclusive as relacionadas com realização de viagens, afastamentos, férias, controle de frequência e capacitação de pessoal, fornecimento de materiais e suporte logístico a reuniões;

IX - atender às partes interessadas em assuntos a cargo do Gabinete;

X - praticar os atos de administração geral do Gabinete; e

XI - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Secretário-Executivo.

Art. 165. Aos Diretores de Programa incumbe:

I - planejar, coordenar e avaliar o desenvolvimento de estudos e projetos no âmbito da SE e acompanhar os projetos prioritários do Ministério;

II - promover as articulações necessárias e desenvolver ações visando à integração das funções de planejamento, orçamento e gestão; e

III - exercer outras atividades que lhes forem cometidas pelo Secretário-Executivo.

Art. 166. Ao Diretor de Planejamento e Gestão incumbe:

I - assessorar o Secretário-Executivo na supervisão das unidades do Ministério, no âmbito da sua área de competência;

II - coordenar as ações das unidades que compõem a DIPLA e promover o seu inter-relacionamento com as demais unidades do Ministério;

III - apresentar ao Secretário-Executivo a programação orçamentária e financeira anual das unidades e entidades vinculadas ao Ministério;

IV - praticar, no âmbito do Ministério, os atos de gestão orçamentária e financeira decorrentes das competências definidas para a DIPLA;

V - firmar e rescindir instrumentos relativos a destaques e descentralizações orçamentárias e praticar os atos decorrentes;

VI - aprovar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência, no âmbito de sua área de atuação;

VII - propor a nomeação ou exoneração de ocupantes de cargos em comissão, funções de confiança e funções comissionadas técnicas da DIPLA;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VIII - autorizar, nos termos da legislação vigente, interrupção de férias dos servidores que lhe sejam subordinados;

IX - editar os atos normativos de caráter administrativo referentes aos assuntos de competência da DIPLA; e

X - praticar todos os demais atos de administração necessários à consecução das competências da DIPLA.

Art. 167. Ao Diretor de Administração incumbe:

I - assessorar o Secretário-Executivo na supervisão administrativa das unidades do Ministério;

II - coordenar as ações das unidades que compõem a DIRAD e promover o seu inter-relacionamento com as demais unidades do Ministério;

III - elaborar a programação de recursos orçamentários para funcionamento da DIRAD;

IV - apresentar ao Secretário-Executivo a programação orçamentária e financeira, bem como a previsão anual de despesas das unidades sob a sua responsabilidade;

V - autorizar no âmbito do Ministério e na qualidade de ordenador de despesas as contratações de serviços, inclusive de engenharia, e as aquisições de materiais;

VI - praticar, no âmbito do Ministério, os atos de gestão orçamentária e financeira decorrentes das competências definidas para a DIRAD;

VII - aprovar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência, no âmbito de sua área de atuação;

VIII - autorizar e ratificar as contratações diretas, nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação;

IX - autorizar a abertura de processo licitatório;

X - constituir comissões, designar pregoeiros e leiloeiros e suas respectivas equipes de apoio, bem como supervisores e fiscais de contratos e de outros instrumentos congêneres;

XI - homologar as licitações, bem como adjudicá-las nos casos previstos em lei;

XII - anular e revogar licitações;

XIII - celebrar ou rescindir contratos, convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, nos assuntos afetos à DIRAD ou nos casos de despesas que onerem o Ministério;

XIV - determinar a instauração de processo, visando à aplicação de penalidades relacionadas às atividades de licitações e contratos;

XV - analisar e manifestar-se em primeira instância sobre recursos nos processos de penalização relacionadas às atividades de licitações e contratos;

XVI - aplicar as penalidades cabíveis decorrentes de processos relacionados às atividades de licitações e contratos;

XVII - determinar que se proceda à cobrança administrativa, no âmbito de sua área de atuação, inclusive de agente público, nos casos de ocorrência de danos que resultem em prejuízo ao Erário;

XVIII - instaurar processo de Tomada de Contas Especial, no âmbito de sua área de atuação;

XIX - propor a nomeação ou exoneração de ocupantes de cargos em comissão, funções de confiança e funções comissionadas técnicas da DIRAD;

XX - autorizar, nos termos da legislação vigente, interrupção de férias dos servidores em exercício na DIRAD;

XXI - praticar, no âmbito do Ministério, os atos relativos à remoção de servidores;

XXII - aprovar o Plano de Capacitação dos servidores do Ministério;

XXIII - autorizar a participação de servidores do Ministério em eventos de capacitação;

XXIV - editar os atos normativos de caráter administrativo referentes aos assuntos de competência da DIRAD; e

XXV - praticar todos os demais atos de administração necessários à consecução dos objetivos da DIRAD.

Parágrafo único. A autorização para participação de servidores do Ministério em eventos de capacitação no exterior estará condicionada à autorização de afastamento do País.

Art. 168. Ao Diretor de Administração Adjunto incumbe:

I - substituir o Diretor de Administração;

II - aprovar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência, no âmbito de atuação da DIRAD;

III - homologar as licitações, bem como adjudicá-las nos casos previstos em lei;

IV - autorizar a abertura de processo licitatório;

V - anular e revogar licitações;

VI - praticar, no âmbito do Ministério, os atos de gestão orçamentária e financeira decorrentes das competências definidas para a DIRAD;

VII - celebrar e rescindir contratos, convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, nos assuntos afetos à DIRAD ou nos casos de despesas que onerem o Ministério; e

VIII - analisar e manifestar-se em primeira instância sobre recursos nos processos administrativos de penalização, relacionadas às atividades de licitações e contratos.

Art. 169. Ao Diretor de Tecnologia da Informação incumbe:

I - planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das Coordenações-Gerais e equipes da DTI, bem como programas e projetos do Ministério na sua área de atuação;

II - promover a articulação e integração, interna e externamente, visando à implementação de programas e projetos de interesse da DTI;

III - propor a nomeação ou exoneração de ocupantes de cargos em comissão, funções de confiança e funções comissionadas técnicas da DTI;

IV - autorizar, nos termos da legislação vigente, interrupção de férias dos servidores que lhe sejam subordinados;

V - aprovar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação, além das aquisições de TI no âmbito do Ministério; e

VI - firmar e rescindir contratos, convênios, ajustes, acordos ou outros instrumentos congêneres, na sua área de atuação, desde que não dispenda recurso orçamentário.

Art. 170. Ao Diretor do DEST incumbe coordenar e avaliar a execução das atividades das unidades do DEST e, especificamente:

I - coordenar o processo de elaboração e execução de programas e projetos do Ministério voltados para a coordenação e a governança das empresas estatais;

II - expedir normas sobre os assuntos de competência do DEST;

III - promover ações e desenvolver atividades de articulação e integração, interna e externa, visando à implementação efetiva de programas e projetos de interesse do DEST;

IV - representar o DEST, ou designar prepostos, nos contatos com autoridades, órgãos e entidades governamentais;

V - autorizar, nos termos da legislação vigente, interrupção de férias dos servidores que lhe sejam subordinados;

VI - deliberar sobre pleitos das empresas estatais a que se referem os incisos I a VI do art. 1° do Decreto n° 3.735, de 24 de janeiro de 2001;

VII - praticar os atos necessários à divulgação da execução bimestral do Orçamento de Investimento, conforme dispõe o § 3° do art. 165 da Constituição Federal;

VIII - coordenar o Grupo Executivo da CGPAR;

IX - aprovar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação;

X - firmar e rescindir contratos, convênios, ajustes, acordos ou outros instrumentos congêneres, na sua área de atuação, desde que não dispenda recurso orçamentário;

XI - exercer as atribuições que lhe forem expressamente delegadas, admitida, no que couber, a subdelegação à autoridade diretamente subordinada; e

XII - praticar os demais atos necessários ao atendimento das finalidades e ao cumprimento das competências do DEST.

Art. 171. Ao Diretor do DEPEX incumbe planejar e supervisionar as atividades da unidade e, ainda:

I - assistir o Secretário-Executivo em assuntos de competência do DEPEX;

II - submeter ao Secretário-Executivo programas, planos, projetos e relatórios referentes à área de atuação do DEPEX, bem como acompanhar e avaliar os respectivos resultados;

III - assinar termos de cessão e transferência de domínio e posse definitiva de bens móveis e acervos documentais oriundos de órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional extintos;

IV - aprovar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência, no âmbito de sua área de atuação;

V - firmar e rescindir contratos, convênios, ajustes, acordos ou outros instrumentos congêneres, na sua área de atuação, desde que não dispenda recurso orçamentário; e

VI - autorizar, nos termos da legislação vigente, interrupção de férias dos servidores que lhe sejam subordinados.

Art. 172. Ao Chefe de Assessoria, aos Coordenadores-Gerais, aos Coordenadores, aos Chefes de Divisão e de Serviço incumbe:

I - planejar e coordenar a execução das atividades afetas à sua área de competência;

II - emitir parecer e relatório de trabalho sobre assuntos pertinentes à sua unidade;

III - propor normas e rotinas que maximizem os resultados pretendidos;

IV - assistir a seus superiores nos assuntos pertinentes a sua área de atuação;

V - praticar os demais atos administrativos necessários à implementação das competências da respectiva unidade; e

VI - exercer outras atribuições que lhes forem cometidas por seus superiores.

Art. 173. Ao Chefe da Corregedoria incumbe:

I - instaurar, de ofício ou por determinação superior, investigação preliminar, sindicância investigativa, sindicância acusatória ou processo administrativo disciplinar no âmbito do Ministério;

II - proferir julgamento e aplicar penalidades nas hipóteses do inciso III do art. 141 da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, inclusive nos processos disciplinares oriundos dos ex-Territórios Federais do Amapá, Acre, Rondônia e Roraima e nos processos instaurados para apurar as condutas dos servidores que compõem as carreiras de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, de que trata a Lei nº 7.834, de 6 de outubro de 1989, de Analista Técnico em Políticas Sociais, de que trata a Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009, de Analista de Infra-Estrutura e o cargo isolado de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, de que trata a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, e de Analista de Planejamento e Orçamento e de Técnico em Planejamento e Orçamento, de que trata o Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987;

III - implantar a Política de Uso e atuar como Coordenador do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD no âmbito do Ministério e das entidades vinculadas; e

IV - convocar servidores das unidades integrantes do Ministério, inclusive as de natureza descentralizada ou regional, em caráter irrecusável, para compor as Comissões de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar por ele instauradas.

§ 1o A convocação de que trata o inciso IV independe de prévia autorização da autoridade a que estiver subordinado o servidor e será comunicada ao titular da respectiva unidade.

§ 2o O titular da unidade de exercício do servidor convocado deverá adotar as providências necessárias à redistribuição interna dos serviços.

§ 3o O titular da unidade a que se subordina o servidor convocado poderá, de forma fundamentada, alegar necessidade de serviço, oferecendo indicação de outro servidor, cuja apreciação conclusiva caberá ao Chefe da Corregedoria.

Art. 174. Ao Coordenador-Geral de Administração Predial da DIRAD incumbe, ainda:

I - praticar os atos necessários a doações, recebimentos e incorporações de bens móveis e imóveis, cessão, alienação e outras formas de desfazimento de materiais inservíveis; e

II - responder pela Unidade Gestora relacionada à sua área de atuação.

Art. 175. Ao Coordenador-Geral de Aquisições da DIRAD incumbe, ainda:

I - praticar os atos necessários à realização das contratações sob sua responsabilidade;

II - emitir parecer de conformidade referente ao cumprimento dos dispositivos legais vigentes para subsidiar a tomada de decisão quanto à homologação dos procedimentos de contratação;

III - reconhecer, quando cabível, as contratações diretas, nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, e propor a autorização da despesa e a ratificação pela autoridade superior; e

IV - responder pela Unidade Gestora relacionada a sua área de atuação.

Art. 176. Ao Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas da DIRAD incumbe, ainda:

I - praticar atos inerentes a:

a) concessão e revisão de direitos e vantagens;

b) expedição de documentos de identidade funcional para servidores;

c) declaração de vacância de cargos efetivos;

d) designação e dispensa de funções e de gratificações;

e) designação e dispensa de encargos de substitutos de servidores investidos em cargos em comissão do Grupo DAS e funções gratificadas;

f) assinatura dos termos de posse dos servidores nomeados para cargos efetivos e em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS, do Ministério;

g) celebração e rescisão de contratos temporários, de excepcional interesse público, regidos pela Lei n° 8.745, de 9 de dezembro de 1993;

h) elaboração de proposta orçamentária, em sua área e atuação;

i) conformidade dos registros de gestão em relação à folha de pessoal; e

j) demais atos relativos a área de gestão de pessoas;

II - reconhecer, quando cabível, as contratações diretas relacionadas às capacitações e propor a autorização da despesa e a ratificação pela autoridade superior; e

III - responder pela Unidade Gestora relacionada à sua área de atuação.

Art. 177. Ao Coordenador-Geral de Execução Orçamentária e Financeira da DIRAD incumbe, ainda, praticar os atos necessários a execução orçamentária e financeira, na qualidade de gestor financeiro:

I - dos recursos alocados na Unidade Gestora Executora 201013, ou outra que venha substituí-la;

II - dos recursos decorrentes de contratos de empréstimos externos, no âmbito do Ministério;

III - das contribuições aos organismos internacionais, no âmbito do Poder Executivo federal; e

IV - da integralização de cotas às agências ou organismos internacionais, no âmbito do Ministério.

Art. 178. Ao Coordenador-Geral de Projetos Especiais do DEST incumbe, ainda, substituir o Diretor do DEST em seus afastamentos ou impedimentos legais.

Art. 179. Aos Assessores, Assessores Técnicos, Assistentes e Assistentes Técnicos incumbe assessorar, orientar e executar as atividades conforme as atribuições que lhes forem cometidas.

Art. 180. Ao Assistente do Diretor do DEST incumbe, especificamente:

I - controlar o recebimento e a expedição da documentação e das correspondências oficiais do DEST;

II - protocolar e autuar a documentação destinada à formação de processos;

III - gerenciar o processo de comunicação interna do DEST e realizar o controle das correspondências;

IV - orientar os servidores que executam as atividades relacionadas ao serviço de protocolo;

V - realizar o controle da produção, do trato, dos prazos de guarda e das formas de armazenamento do acervo documental e bibliográfico do DEST, com a aplicação de técnicas e recursos tecnológicos e de acordo com os prazos pré-fixados na Tabela de Temporalidade;

VI - participar da Comissão Permanente de Avaliação Documental do Ministério;

VII - promover a gestão e a preservação do acervo documental e bibliográfico do DEST, garantindo o acesso às informações nele contidas;

VIII - preparar e organizar o acervo documental de empresas estatais federais submetidas a processos de liquidação, até a sua entrega aos órgãos responsáveis pela guarda e manutenção;

IX - organizar e manter arquivo de documentos de uso corrente;

X - dar apoio ao Diretor no que diz respeito à organização e modernização do arquivo do DEST; e

XI - executar outras atividades determinadas pelo Diretor.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 181. Serão de responsabilidade da SE, da Corregedoria, da DIPLA, da DIRAD, da DTI, do DEST e do DEPEX o controle, a fiscalização e a prestação de contas de contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, referentes às demandas de suas áreas de competência.

Art. 182. As unidades integrantes do Ministério, inclusive as de natureza descentralizada ou regional, deverão prestar todo o apoio logístico, material e de pessoal necessário para garantir a celeridade e o bom andamento dos trabalhos de apuração dos processos disciplinares e de correição.

Art. 183. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário-Executivo.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO III

REGIMENTO INTERNO DA CONSULTORIA JURÍDICA

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º A Consultoria Jurídica órgão setorial da Advocacia-Geral da União, administrativamente subordinado ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme art. 2º, inciso II, alínea "b", e art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, tem por finalidade:

I - prestar assessoria e consultoria jurídica no âmbito do Ministério;

II - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos, a ser uniformemente seguida na área de atuação do Ministério quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

III - atuar, em conjunto com os órgãos técnicos do Ministério, na elaboração de propostas de atos normativos que serão submetidas ao Ministro de Estado;

IV - realizar revisão final da técnica legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a constitucionalidade, a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de atos normativos;

V - assistir o Ministro de Estado no controle interno da legalidade administrativa dos atos do Ministério e das entidades a ele vinculadas; e

VI - examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do Ministério:

a) os textos de edital de licitação e dos respectivos contratos ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados; e

b) os atos pelos quais se reconheça a inexigibilidade ou se decida a dispensa de licitação.

Art. 2º Como órgão de execução da Advocacia-Geral da União - AGU, compete, ainda, à Consultoria Jurídica:

I - orientar, quando for o caso, quanto à forma pela qual devam ser prestadas informações e cumpridas decisões judiciais que as unidades da AGU entendam exequíveis, observados os atos normativos que regem a matéria;

II - prestar subsídios, com os elementos necessários, à atuação judicial dos membros da AGU nas questões relacionadas às competências do Ministério, observados os atos normativos que regem a matéria;

III - atuar em conjunto com os representantes judiciais da União, especialmente quanto ao preparo de teses jurídicas;

IV - fornecer subsídios para a atuação da Consultoria-Geral da União em assuntos de sua competência;

V - promover o intercâmbio de dados e informações com outras unidades da AGU e com unidades jurídicas de outros órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dos demais Poderes; e

VI - zelar pelo cumprimento e observância das orientações emanadas dos órgãos de direção da AGU.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 3º A Consultoria Jurídica - CONJUR tem a seguinte estrutura:

I - Gabinete - GABIN:

a) Divisão de Pessoal e Material - DIMAP;

II - Coordenação de Documentação e Informação - CODIN:

a) Divisão de Protocolo - DIPRO;

III - Coordenação de Logística e Tecnologia - COTEC;

IV - Coordenação-Geral Jurídica de Atos Normativos - CGJAN:

a) Coordenação de Assuntos Especiais em Atos Normativos - COATN; e

b) Divisão de Estudos e Pesquisas em Atos Normativos - DIATN;

V - Coordenação-Geral Jurídica de Assuntos Orçamentários, Econômicos e Internacionais - CGJOE:

a) Divisão de Estudos e Pesquisas em Assuntos Orçamentários, Econômicos e Internacionais - DIORE;

VI - Coordenação-Geral Jurídica de Recursos Humanos - CGJRH:

a) Divisão de Estudos e Pesquisas em Recursos Humanos - DIREH;

VII - Coordenação-Geral Jurídica de Patrimônio Imobiliário da União - CGJPU:

a) Divisão de Estudos e Pesquisas em Patrimônio Imobiliário da União - DIPAT;

VIII - Coordenação-Geral Jurídica de Contencioso Judicial e Administrativo - CGJCJ:

a) Coordenação de Assuntos Especiais em Contencioso Judicial e Administrativo - COCON;

IX - Coordenação-Geral Jurídica de Licitação, Contratos e Convênios - CGJLC:

a) Coordenação de Assuntos Especiais em Licitação, Contratos e Convênios - COLIC;

X - Coordenação-Geral Jurídica de Suporte à Central de Compras e Contratações - CGJSC:

a) Coordenação de Suporte Especial à Central de Compras e Contratações - COESC.

Art. 4º A Consultoria Jurídica será dirigida por Consultor Jurídico; as Coordenações-Gerais, por Coordenadores-Gerais; as Coordenações, por Coordenadores e o Gabinete e as Divisões, por Chefes.

Art. 5° O Consultor Jurídico será substituído pelo Consultor Jurídico Adjunto.

Parágrafo único. Os demais ocupantes dos cargos previstos no art. 4º serão substituídos, em seus afastamentos ou impedimentos legais, por servidores designados na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 6º Ao Gabinete compete:

I - coordenar as atividades desenvolvidas pela Coordenação de Logística e Tecnologia e pela Coordenação de Documentação e Informação e respectiva Divisão;

II - coordenar a distribuição de processos e documentos destinados ao Consultor Jurídico, Consultor Jurídico Adjunto, Assessores, Coordenadores-Gerais e Coordenadores;

III - acompanhar o fluxo dos processos e respectivos encaminhamentos, objetivando o cumprimento de prazos para a remessa de informações no que concerne a Mandados de Segurança, reclamações e Ações Diretas de Inconstitucionalidade;

IV - assessorar de forma direta e imediata o Consultor Jurídico e o Consultor Jurídico Adjunto na coordenação das atividades administrativas da CONJUR;

V - praticar atos de administração geral do gabinete objetivando a melhoria das condições físicas dos gabinetes do Consultor Jurídico e do Consultor Jurídico Adjunto;

VI - elaborar, de acordo com as orientações do Consultor Jurídico, o plano de ação da CONJUR e relatórios sobre as atividades da CONJUR;

VII - auxiliar o Consultor Jurídico e o Consultor Jurídico Adjunto em palestras e eventos em que vierem e participar ou ministrar;

VIII - elaborar e acompanhar o Plano Anual de Capacitação dos servidores em exercício na CONJUR, assim como propiciar os meios necessários a sua execução;

IX - elaborar a programação de viagens nacionais e internacionais e administrar o Sistema de Diárias e Passagens - SCDP no âmbito da CONJUR;

X - assessorar o Consultor Jurídico, o Consultor Jurídico Adjunto e demais servidores nos assuntos que envolvam missões internacionais, providenciando junto aos órgãos competentes a emissão de passaportes, a prorrogação da validade de passaportes e a concessão dos vistos de entrada nos países de destino;

XI - coordenar a seleção de estagiários oriundos da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da Diretoria de Administração - COGEP/DIRAD, acompanhando o quadro de vagas em conjunto com os Coordenadores-Gerais;

XII - organizar, em conjunto com outras unidades da CONJUR, seminários, palestras e debates sobre temas de interesse da CONJUR e elaborar a programação de eventos;

XIII - organizar e coordenar as atividades desenvolvidas pelas secretárias quanto à eficiência e eficácia do atendimento junto ao público externo e interno;

XIV - despachar os documentos administrativos a serem assinados ou chancelados pelo Consultor Jurídico;

XV - encaminhar à Coordenação-Geral de Administração Predial - CGDAP/DIRAD solicitações de acesso de servidores às instalações da CONJUR em feriados e finais de semana, para realização de trabalhos; e

XVI - coordenar as atividades administrativas relacionadas a pessoal, material e patrimônio.

Art. 7º À Divisão de Material e Pessoal compete:

I - coordenar as atividades de administração de material de expediente no âmbito da CONJUR;

II - supervisionar e controlar a entrada e saída de bens patrimoniais no âmbito da CONJUR;

III - encaminhar e acompanhar o trâmite das matérias para publicação no Boletim de Pessoal e Serviço;

IV - gerenciar e manter o controle das pastas de documentos funcionais, férias e frequência dos servidores da CONJUR;

V - promover a gestão das atividades relacionadas às contas dos telefones fixos e móveis;

VI - gerenciar a capacitação dos servidores da CONJUR;

VII - desenvolver as atividades relativas ao processo de alocação de imóveis funcionais a servidores da CONJUR;

VIII - gerenciar o Sistema de Controle de Diárias e Passagens no âmbito da CONJUR;

IX - desenvolver as atividades relativas às nomeações, exonerações e designações de servidores da CONJUR; e

X - desenvolver as atividades concernentes às contratações dos estagiários da CONJUR.

Art. 8° À Coordenação de Documentação e Informação compete:

I - receber dos integrantes da CONJUR, os processos administrativos instruídos com suas manifestações jurídicas, e encaminhá-las as unidades responsáveis por suas execuções;

II - realizar, sempre que solicitado pelos integrantes da CONJUR, pesquisas sobre legislação, jurisprudência e doutrina;

III - coletar e sistematizar, mediante solicitação e orientação dos integrantes da CONJUR, material destinado à elaboração de estudos e manifestações;

IV - preparar os documentos administrativos a serem assinados ou chancelados pelo Consultor Jurídico;

V - atender os interessados e prestar-lhes informações, no limite de sua competência, sobre documentos e processos em análise na CONJUR, primando pela preservação do profissional a quem o processo tenha sido distribuído;

VI - organizar, arquivar e preservar em meio eletrônico as manifestações jurídicas, assim como, os expedientes administrativos;

VII - executar atividades de apoio para os integrantes da CONJUR, em relação as pesquisas processuais;

VIII - executar e manter o controle das atividades dos serviços de reprografia e digitalização;

IX - promover o encaminhamento de processos e documentos destinados às unidades internas e externas;

X - organizar e manter o Arquivo Setorial da CONJUR; e

XI - elaborar relatórios periódicos de natureza gerencial sobre demandas submetidas e solucionadas pela CONJUR.

Art. 9° À Divisão de Protocolo compete:

I - executar atividades de recebimento, triagem, registro, cadastramento, classificação, tramitação, autuação e destinação de processos e documentos no âmbito da CONJUR;

II - despachar os processos administrativos e documentos recebidos na CONJUR, com o Chefe de Gabinete ou seu substituto; e

III - realizar pesquisas nos sistemas informatizados da CONJUR para complementação de informações processuais que auxiliem a análise das manifestações jurídicas.

Art. 10. À Coordenação de Logística e Tecnologia compete:

I - prestar apoio técnico ao Gabinete e às Coordenações-Gerais;

II - coordenar projetos na área de Tecnologia da Informação;

III - elaborar relatórios periódicos de natureza gerencial sobre matérias específicas de interesse do Consultor Jurídico e do Consultor Jurídico Adjunto;

IV - promover o desenvolvimento e a implantação de soluções que possibilitem o incremento da produtividade e subsidiem a tomada de decisões do Consultor Jurídico e do Consultor Jurídico Adjunto;

V - formular e propor políticas, diretrizes, normas e procedimentos relativos aos sistemas implantados na CONJUR;

VI - elaborar e propor, junto à CGDAP/DIRAD, alterações de leiaute e adequação do espaço físico da CONJUR;

VII - promover, junto às áreas responsáveis do Ministério, a manutenção e a conservação das instalações e equipamentos eletrônicos;

VIII - aplicar e observar as diretrizes estabelecidas pela Diretoria de Tecnologia da Informação da Secretaria-Executiva - DTI/SE;

IX - planejar, supervisionar e controlar os equipamentos de informática, os aplicativos e sistemas desenvolvidos para a CONJUR;

X - estabelecer formas de articulação e relacionamento com as demais unidades de informática do Ministério visando à uniformização de procedimentos;

XI - identificar, em articulação com a DTI/SE, novas tecnologias para automação das informações e processamento dos dados utilizados pela CONJUR; e

XII - realizar estudos para atualização tecnológica em sistemas e acompanhar as evoluções e tendências de informática.

Art. 11. À Coordenação-Geral Jurídica de Atos Normativos compete:

I - elaborar estudos e pareceres sobre projetos de atos normativos a serem submetidos pelo Ministro de Estado ao Presidente da República;

II - elaborar estudos e pareceres sobre projetos de atos normativos em tramitação no Congresso Nacional ou submetidos à sanção presidencial, quando solicitado pelo Gabinete do Ministro - GM;

III - elaborar estudos e pareceres sobre projetos de atos normativos a serem editados pelo Ministro de Estado, isoladamente, ou em conjunto com outros Ministros de Estado, pelas demais unidades do Ministério e por órgão colegiado do qual o Ministro de Estado e demais autoridades do Ministério participem, como membros, quando solicitado; e

IV - atuar, quando for o caso, na análise dos projetos de atos normativos, de forma articulada com as demais Coordenações-Gerais Jurídicas, conforme o assunto envolvido.

Art. 12. À Coordenação de Assuntos Especiais em Atos Normativos compete coordenar e executar as atividades urgentes e relevantes que lhe sejam distribuídas pelo Coordenador-Geral, pelo Consultor Jurídico e pelo Consultor Jurídico Adjunto.

Art. 13. À Divisão de Estudos e Pesquisas em Atos Normativos compete elaborar estudos e pesquisas com o objetivo de fornecer informações e subsídios para embasar as manifestações jurídicas da Coordenação-Geral, por determinação do Coordenador-Geral, do Consultor Jurídico e do Consultor Jurídico Adjunto.

Art. 14. À Coordenação-Geral Jurídica de Assuntos Orçamentários, Econômicos e Internacionais compete:

I - elaborar estudos e pareceres sobre matérias de natureza jurídica relativas a orçamento público e assuntos econômicos e internacionais;

II - elaborar pareceres sobre projetos de atos normativos em matéria de orçamento público, em especial sobre os projetos de Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Orçamentária Anual - LOA e créditos adicionais; e

III - elaborar pareceres sobre matérias que envolvam o relacionamento institucional do Estado brasileiro com organizações internacionais, articulando-se, quando for o caso, com a Coordenação-Geral Jurídica de Licitação, Contratos e Convênios.

Art. 15. À Divisão de Estudos e Pesquisas em Assuntos Orçamentários, Econômicos e Internacionais compete elaborar estudos e pesquisas com o objetivo de fornecer informações e subsídios para embasar as manifestações jurídicas da Coordenação-Geral, por determinação do Coordenador-Geral, do Consultor Jurídico e do Consultor Jurídico Adjunto.

Art. 16. À Coordenação-Geral Jurídica de Recursos Humanos compete:

I - elaborar estudos e pareceres sobre a interpretação e aplicação da legislação federal de pessoal;

II - auxiliar a Coordenação-Geral Jurídica de Atos Normativos na análise de projetos de atos normativos sobre matéria de pessoal;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

III - elaborar pareceres sobre atos de competência do Ministério relativos às autorizações para abertura de concursos públicos, provimento de cargos efetivos e contratação de pessoal por tempo determinado; e

IV - coordenar e executar a análise dos processos administrativos disciplinares e sindicâncias, dos recursos, dos pedidos de reconsideração, dos pedidos de revisão e de outros procedimentos similares no âmbito do Ministério, sempre que a competência para o julgamento for de autoridade do Ministério.

Art. 17. À Divisão de Estudos e Pesquisas em Recursos Humanos compete elaborar estudos e pesquisas com o objetivo de fornecer informações e subsídios para embasar as manifestações jurídicas da Coordenação-Geral, por determinação do Coordenador-Geral, do Consultor Jurídico e do Consultor Jurídico Adjunto.

Art. 18. À Coordenação-Geral Jurídica de Patrimônio Imobiliário da União compete:

I - elaborar estudos e pareceres sobre matérias de natureza jurídica relativas ao patrimônio imobiliário da União;

II - auxiliar a Coordenação-Geral Jurídica de Atos Normativos na análise de projetos de atos normativos sobre matérias relativas ao patrimônio imobiliário da União; e

III - elaborar pareceres sobre atos de competência do Ministério que envolvam a gestão de bens do patrimônio imobiliário da União.

Art. 19. À Divisão de Estudos e Pesquisas em Patrimônio Imobiliário da União compete elaborar estudos e pesquisas com o objetivo de fornecer informações e subsídios para embasar as manifestações jurídicas da Coordenação-Geral, por determinação do Coordenador-Geral, do Consultor Jurídico e do Consultor Jurídico Adjunto.

Art. 20. À Coordenação-Geral Jurídica de Contencioso Judicial e Administrativo compete:

I - coordenar a elaboração das informações a serem prestadas em mandado de segurança e reclamação quando figurarem como impetradas as autoridades do Ministério;

II - coordenar e orientar as unidades do Ministério, quanto aos elementos e informações relativos às ações judiciais de interesse da União, concernentes à competência, a serem remetidas à AGU para subsidiar a defesa da União;

III - acompanhar e orientar o cumprimento das decisões judiciais no âmbito do Ministério, nos termos dos atos normativos que regem à matéria;

IV - elaborar estudos e propor medidas visando à prevenção de litígios e ao aprimoramento do desempenho das atividades do contencioso judicial e administrativo;

V - promover a articulação com as unidades da AGU, visando à otimização dos esforços destinados à elaboração da defesa da União;

VI - auxiliar a Consultoria-Geral da União na elaboração das informações a serem prestadas pelo Presidente da República nas ações declaratórias de constitucionalidade, nas ações diretas de inconstitucionalidade, nas ações de arguição de descumprimento de preceito fundamental e nos mandados de injunção, quando a matéria for de competência do Ministério;

VII - acompanhar as decisões e os processos administrativos de interesse do Ministério junto aos demais órgãos e instituições, tais como Tribunal de Contas da União - TCU e Ministério Público;

VIII - auxiliar a representação das autoridades do Ministério pela AGU, nos termos da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995;

IX - acompanhar os representantes do Ministério nos casos submetidos à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCAF da AGU; e

X - auxiliar as demais Coordenações-Gerais desta CONJUR quando houver judicialização das matérias correlatas.

Art. 21. À Coordenação de Assuntos Especiais em Contencioso Judicial e Administrativo compete coordenar e executar as atividades urgentes e relevantes que lhe sejam distribuídas pelo Coordenador-Geral, pelo Consultor Jurídico e pelo Consultor Jurídico Adjunto.

Art. 22. À Coordenação-Geral Jurídica de Licitação, Contratos e Convênios compete:

I - elaborar estudos e pareceres sobre matérias de natureza jurídica relativas a licitação, contratos acordos, convênios, ajustes e outros instrumentos congêneres;

II - auxiliar a Coordenação-Geral Jurídica de Atos Normativos na análise de projetos de atos normativos sobre matérias relativas a licitação, contratos, acordos, convênios, ajustes e outros instrumentos congêneres;

III - coordenar e executar a análise prévia e conclusiva dos editais de licitação e das minutas de contratos, acordos, convênios, ajustes e outros instrumentos congêneres a serem publicados ou celebrados no âmbito do Ministério;

IV - coordenar e executar a análise dos atos pelos quais se vá reconhecer a inexigibilidade, ou decidir a dispensa de licitação; e

V - elaborar pareceres sobre matérias de natureza jurídica relativas a licitações e contratos internacionais, articulando-se, quando for o caso, com a Coordenação-Geral Jurídica de Assuntos Orçamentários, Econômicos e Internacionais.

Art. 23. À Coordenação de Assuntos Especiais em Licitação, Contratos e Convênios compete coordenar e executar as atividades urgentes e relevantes que lhe sejam distribuídas pelo Coordenador-Geral, pelo Consultor Jurídico e pelo Consultor Jurídico Adjunto.

Art. 24. À Coordenação-Geral Jurídica de Suporte à Central de Compras e Contratações compete:

I - prestar assessoramento jurídico à Central de Compras e Contratações do Ministério no tocante ao desenvolvimento de modelos, mecanismos, processos e procedimentos para aquisição e contratação centralizadas de bens e serviços de uso em comum pelos órgãos e entidades, no âmbito do Poder Executivo federal;

II - fornecer suporte jurídico às atividades relacionadas à inteligência e à estratégia de licitação, aquisição e contratação de bens e serviços de uso em comum pelos órgãos e entidades, no âmbito do Poder Executivo federal;

III - examinar em conjunto com a Coordenação-Geral Jurídica de Atos Normativos os projetos de normas complementares às normas gerais definidas pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério para efetivação de suas atribuições;

IV - examinar e aprovar, prévia e conclusivamente, as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres a serem expedidos ou celebrados no âmbito da Central de Compras e Contratações;

V - examinar, conclusivamente, a instrução dos processos de aquisição e contratação direta dos bens e serviços de uso em comum sob responsabilidade da Central de Compras e Contratações;

VI - examinar, prévia e conclusivamente, os atos pelos quais se vá reconhecer a inexigibilidade, ou decidir a dispensa, de licitação, no âmbito da Central de Compras e Contratações;

VII - prestar assessoramento jurídico à Central de Compras e Contratações do Ministério no que concerne ao acompanhamento da formalização dos contratos referentes aos bens e serviços sob sua responsabilidade junto aos órgãos e entidades; e

VIII - prestar assessoramento jurídico à Central de Compras e Contratações do Ministério quando da orientação dos órgãos e entidades quanto à gestão contratual.

Art. 25. À Coordenação de Suporte Especial à Central de Compras e Contratações do Ministério compete executar as atividades jurídicas urgentes e relevantes que lhe sejam distribuídas pelo Coordenador-Geral Jurídico de Suporte à Central de Compras e Contratações, pelo Consultor Jurídico e pelo Consultor Jurídico Adjunto do Ministério.

Art. 26. Às Coordenações-Gerais compete, ainda, em relação às matérias inseridas no âmbito das suas atividades regimentais específicas:

I - acompanhar as decisões e os processos administrativos que envolvam matéria de natureza jurídica de interesse do Ministério junto ao TCU e ao Ministério Público da União - MPU; e

II - acompanhar os representantes do Ministério nos casos submetidos à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCAF da AGU.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 27. Ao Consultor Jurídico incumbe:

I - planejar, coordenar e avaliar as atividades desenvolvidas pela CONJUR;

II - zelar pelo cumprimento e observância das orientações normativas editadas pela AGU;

III - apreciar e aprovar os pareceres, as notas, as informações e outros trabalhos jurídicos elaborados no âmbito da CONJUR, podendo delegar essa competência ao Consultor Jurídico Adjunto e aos Coordenadores-Gerais;

IV - submeter os pareceres elaborados no âmbito da CONJUR à apreciação do Advogado-Geral da União, quando for o caso;

V - indicar servidores em exercício na CONJUR para representá-lo nas reuniões de grupo de trabalho, atribuir-lhes serviço, missão ou estudo em qualquer parte do território nacional ou no exterior;

VI - designar servidores para o exercício de funções no âmbito da CONJUR;

VII - indicar membros e servidores em exercício na CONJUR para participar de programas e cursos de treinamento ou aperfeiçoamento;

VIII - distribuir internamente os membros e servidores em exercício na CONJUR visando ao seu regular funcionamento;

IX - receber citações, notificações e intimações dirigidas ao Ministro de Estado;

X - autorizar, nos termos da legislação vigente, interrupção de férias dos servidores que lhe sejam subordinados;

XI - coordenar as demandas administrativas encaminhadas pela AGU;

XII - aprovar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência, no âmbito de sua área de atuação;

XIII - firmar e rescindir contratos, convênios, ajustes, acordos ou outros instrumentos congêneres, na sua área de atuação, desde que não dispenda recurso orçamentário;

XIV - promover o atendimento aos pedidos de informações formulados pelas autoridades da AGU;

XV - atuar na uniformização das manifestações jurídicas produzidas internamente;

XVI - encaminhar ao Departamento de Orientação e Coordenação de Órgãos Jurídicos - DECOR, da Consultoria-Geral da União, a controvérsia jurídica estabelecida entre a CONJUR e as demais unidades da AGU;

XVII - atribuir encargos e atividades às unidades técnicas e aos servidores sob sua supervisão, bem como redistribuir trabalhos, de modo a evitar o acúmulo de serviço ou a perda de prazos;

XVIII - expedir normas e instruções complementares a este Regimento Interno, estabelecendo normas operacionais para a execução de serviços afetos à CONJUR; e

XIX - dirigir-se diretamente aos titulares das unidades administrativas do Ministério e suas entidades vinculadas, podendo, quando necessário, estabelecer prazo para cumprimento de diligências ou prestação de informações necessárias à instrução de procedimentos administrativos ou processos judiciais submetidos à sua apreciação.

Art. 28. Ao Consultor Jurídico Adjunto incumbe:

I - substituir o Consultor Jurídico nos seus afastamentos, impedimentos regulamentares e na vacância do cargo;

II - substituir o Consultor Jurídico, fora da hipótese especificada no inciso I deste artigo, nos atos e condições por ele previamente determinados, objetivando o cumprimento tempestivo da missão institucional da CONJUR;

III - auxiliar o Consultor Jurídico na coordenação das atividades administrativas da CONJUR;

IV - submeter ao Consultor Jurídico pareceres, informações, notas e planos de trabalho, bem como relatórios das atividades desenvolvidas;

V - supervisionar a distribuição de trabalhos no âmbito da CONJUR;

VI - acompanhar, por solicitação do Consultor Jurídico, quaisquer assuntos de interesse da CONJUR; e

VII - exercer quaisquer outras atividades determinadas pelo Consultor Jurídico.

Art. 29. Aos Assessores, ao Chefe de Gabinete e aos Coordenadores-Gerais incumbe:

I - assistir o Consultor Jurídico nos assuntos de sua competência;

II - coordenar as atividades afetas à sua área de competência;

III - submeter ao Consultor Jurídico pareceres, informações, notas e planos de trabalho, bem como relatórios das atividades desenvolvidas nas respectivas áreas;

IV - acompanhar e orientar a aplicação dos pareceres normativos de matérias concernentes à sua área de atuação; e

V - realizar outras atividades que lhes forem determinadas pelo Consultor Jurídico e pelo Consultor Jurídico Adjunto.

Art. 30. Aos Coordenadores e aos Chefes de Divisão incumbe exercer as atribuições que lhes forem cometidas em suas áreas de competência pelos Coordenadores-Gerais, pelo Consultor Jurídico Adjunto e pelo Consultor Jurídico.

Art. 31. Aos Assistentes e Assistentes Técnicos incumbe assessorar, orientar e executar as atividades conforme as atribuições que lhes forem cometidas pelos Coordenadores-Gerais, pelo Consultor Jurídico Adjunto e pelo Consultor Jurídico.

CAPÍTULO V

ATRIBUIÇÕES GERAIS DOS INTEGRANTES DA CONSULTORIA JURÍDICA

Art. 32. Aos Advogados da União, membros da AGU, incumbe:

I - elaborar estudos e manifestações jurídicas sobre as questões suscitadas nos documentos e processos que lhes sejam distribuídos para análise, submetendo-os ao seu superior hierárquico, observado o disposto neste regimento interno e nas demais normas que regem a matéria; e

II - cumprir os encargos e demais atividades jurídicas correlatas que lhes sejam atribuídas pelo Consultor Jurídico e demais dirigentes.

Art. 33. Aos demais integrantes da CONJUR compete executar as atividades que lhes sejam atribuídas pelo Consultor Jurídico e demais dirigentes.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34. Serão analisados pela CONJUR os expedientes e as consultas encaminhados pelo Ministro de Estado, pelo Secretário-Executivo, pelo Secretário-Executivo Adjunto, pelos titulares das Secretarias, da Assessoria Especial para a Modernização da Gestão e da Assessoria Econômica, ou por seus substitutos eventuais, pelo Chefe de Gabinete do Ministro, pelo Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva, pelos Assessores Especiais, pelos Diretores dos Departamentos de Coordenação e Governança das Empresas Estatais e de Órgãos Extintos e pelos Diretores das Diretorias de Planejamento e Gestão, de Administração e de Tecnologia da Informação.

§ 1º Os expedientes e consultas oriundos das unidades administrativas do Ministério e de suas entidades vinculadas serão encaminhados à CONJUR devidamente autuados e numerados em processo administrativo específico, que deverão conter, além da respectiva instrução e dos demais documentos previstos na legislação pertinente:

I - a identificação do setor de origem responsável pela propositura;

II - a exposição do questionamento jurídico objeto de consulta, acompanhada, quando for o caso, da indicação dos atos normativos que regem a matéria; e

III - quando o pronunciamento for originário de setor subordinado, a aprovação expressa da autoridade competente.

§ 2º Os processos que tratarem de gestão de recursos financeiros, além do pronunciamento da unidade técnica, deverão estar instruídos com manifestação do setor orçamentário-financeiro, contendo, obrigatoriamente, entre outros aspectos pertinentes, a indicação funcional-programática dos recursos financeiros por onde correrão as despesas.

§ 3º A CONJUR poderá restituir à origem, para completar a instrução na forma deste artigo, os processos insuficientemente instruídos submetidos a seu exame.

Art. 35. As manifestações jurídicas deverão ser elaboradas no prazo específico previsto na legislação.

Parágrafo único. Casos específicos poderão ser tratados como urgentes, conforme avaliação do Consultor Jurídico e dos demais dirigentes, a fim de que o parecer seja elaborado em prazo inferior ao previsto no caput deste artigo.

Art. 36. O parecer da CONJUR, aprovado pelo Ministro de Estado, adquire caráter normativo no âmbito do Ministério e das entidades vinculadas, conforme previsto no art. 42 da Lei Complementar nº 73, de 1993.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 37. Na distribuição dos processos e das consultas, serão observados o volume de serviço e sua complexidade, assim como as competências das unidades e dos membros da AGU.

Art. 38. Sempre que a demanda de trabalho exigir, os servidores em exercício na CONJUR, mediante ato do Consultor Jurídico ou do Consultor Jurídico Adjunto, deverão receber e analisar os processos relativos a matérias afetas a qualquer das Coordenações-Gerais, visando à otimização dos recursos humanos e ao cumprimento tempestivo da missão institucional da CONJUR.

Art. 39. Serão de responsabilidade da CONJUR o controle, a fiscalização e a prestação de contas de contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, referentes às demandas de sua área de competência.

Art. 40. Os casos omissos e as eventuais dúvidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Consultor Jurídico.

ANEXO IV

REGIMENTO INTERNO DA ASSESSORIA ECONÔMICA

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º A Assessoria Econômica, órgão subordinado diretamente ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, tem por finalidade:

I - assessorar o Ministro de Estado e os representantes do Ministério no acompanhamento e na condução da política econômica;

II - apreciar e emitir pareceres técnicos, nos seus aspectos econômicos, sobre projetos de legislação ou regulamentação de iniciativa do Ministério ou submetidos à sua apreciação;

III - acompanhar e projetar a evolução de indicadores econômicos e sociais selecionados;

IV - elaborar relatórios periódicos sobre a evolução da conjuntura econômica;

V - participar da elaboração e/ou apreciar propostas de política econômica que tenham impacto sobre o desenvolvimento econômico e a política fiscal, de iniciativa do Ministério ou a este submetidos, procedendo ao acompanhamento das medidas aprovadas e à avaliação dos respectivos resultados;

VI - participar, no âmbito do Ministério, da elaboração de estudos ou propostas relacionados com a modernização do Estado e ao planejamento e orçamento governamental;

VII - assessorar o Comitê Gestor de Parceria Público Privada - CGP nos aspectos de competência do Ministério estabelecidos na legislação pertinente; e

VIII - auxiliar os órgãos da administração direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, na preparação e acompanhamento de projetos de parceria público-privada, conforme as prioridades estabelecidas pelo Ministério.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Assessoria Econômica - ASSEC será dirigida por Chefe da Assessoria Econômica.

Parágrafo único. Para o desempenho de suas funções, o Chefe da Assessoria Econômica contará com um Chefe da Assessoria Econômica-Adjunto, um Diretor de Programa, quatro Gerentes de Projeto, seis Assessores, um Assessor Técnico e quatro Assistentes Técnicos.

CAPÍTULO III

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 3º Ao Chefe da Assessoria Econômica incumbe:

I - planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das atividades da ASSEC;

II - assistir o Ministro de Estado em assuntos pertinentes à área de competência da ASSEC;

III - coordenar, decidir e referendar os atos propostos pelos Assessores e subordinados decorrentes dos trabalhos a eles submetidos para exame e parecer;

IV - propor treinamento de servidor e aprovar o plano anual de capacitação da ASSEC;

V - autorizar férias regulamentares dos servidores;

VI - autorizar, nos termos da legislação vigente, interrupção de férias dos servidores que lhe sejam subordinados;

VII - aprovar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência, no âmbito de sua área de atuação;

VIII - firmar e rescindir contratos, convênios, ajustes, acordos ou outros instrumentos congêneres, na sua área de atuação, desde que não dispenda recurso orçamentário; e

IX - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Art. 4º Ao Chefe da Assessoria Econômica-Adjunto incumbe:

I - substituir o Chefe da ASSEC nos seus afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares e na vacância do cargo; e

II - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Chefe da ASSEC.

Art. 5º Ao Diretor de Programa incumbe planejar, coordenar e avaliar o desenvolvimento de estudos e projetos sob sua responsabilidade e desenvolver outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Chefe da ASSEC.

Art. 6º Aos Gerentes de Projeto incumbe coordenar e acompanhar o desenvolvimento de projetos no âmbito da ASSEC e, ainda:

I - supervisionar a execução das atividades afetas à sua área de competência;

II - emitir parecer e relatório de trabalho sobre assuntos pertinentes à sua unidade;

III - propor normas e rotinas que maximizem os resultados pretendidos; e

IV - desempenhar outras atividades que lhes forem determinadas pelo superior imediato.

Art. 7º O Chefe da ASSEC poderá delegar a servidor ocupante de cargo em comissão as seguintes atribuições:

I - prestar assistência direta e imediata ao Chefe da ASSEC no desempenho de suas funções;

II - coordenar as atividades administrativas relativas a controle de férias, frequência de servidor, concessão de benefícios, avaliação de desempenho e recrutamento de pessoal administrativo;

III - controlar a execução de serviços de transporte;

IV - desenvolver, em articulação com a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da Diretoria de Administração - COGEP/DIRAD, as atividades relativas à capacitação de pessoal;

V - manter controle das faturas de ligações telefônicas;

VI - promover gestão para o suprimento de material permanente, de consumo e de equipamentos de informática;

VII - assistir o Chefe da Assessoria Econômica no preparo do expediente pessoal e da pauta de trabalho;

VIII - acompanhar a tramitação de documentos, examinar processos e preparar pareceres e despachos;

IX - providenciar a documentação para a realização de viagens nacionais e internacionais;

X - elaborar programação de viagens nacionais e internacionais e de eventos da ASSEC;

XI - organizar e manter arquivo sobre a legislação pertinente à área econômica;

XII - manter controle da participação, no âmbito da ASSEC, em grupos de trabalho e órgãos colegiados; e

XIII - desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Chefe da ASSEC.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º Serão de responsabilidade da ASSEC o controle, a fiscalização e a prestação de contas de contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, referentes às demandas de sua área de competência.

Art. 9º Os casos omissos e as eventuais dúvidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Chefe da Assessoria Econômica.

ANEXO V

REGIMENTO INTERNO DA ASSESSORIA ESPECIAL PARA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º A Assessoria Especial para Modernização da Gestão, órgão subordinado diretamente ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, tem por finalidade assessorar o Ministro de Estado na coordenação, gerenciamento e apoio técnico a projetos especiais de modernização da gestão pública relacionados a temas e áreas estratégicas de governo.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Assessoria Especial para Modernização da Gestão - ASEGE possui a seguinte estrutura:

I - Coordenação de Gestão Interna - COGIN;

II - Central de Compras e Contratações - CENTRAL:

a) Coordenação-Geral de Inteligência de Compras - CGINC:

1. Divisão de Apoio Administrativo - DIAPA;

2. Coordenação de Estratégias de Aquisição e Contratação - COEAC:

2.1. Núcleo de Atendimento - NUCAT;

3. Coordenação de Gestão de Fornecedores - COGEF; e

4. Coordenação de Padronização, Catalogação e Banco de Preços - COPAC;

b) Coordenação-Geral de Licitações - CGLIC:

1. Divisão de Apoio Administrativo - DIAAD; e

2. Coordenação de Licitações e Contratações - COLIC;

c) Coordenação-Geral de Gestão de Atas e Contratos - CGGAC:

1. Divisão de Apoio Administrativo - DIVAD;

2. Coordenação de Atas de Registro de Preços - COARP; e

3. Coordenação de Monitoramento de Contratos - COMOC.

Art. 3° A Assessoria Especial para Modernização da Gestão será dirigida por Chefe de Assessoria, a Central de Compras e Contratações, por Diretor, as Coordenações-Gerais, por Coordenadores-Gerais, as Coordenações por Coordenadores, e as Divisões e o Núcleo, por Chefes cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente.

Art. 4° O Chefe da ASEGE será substituído pelo Diretor de Programa e o Diretor da Central de Compras e Contratações, pelo Diretor Adjunto.

Parágrafo único. Os demais ocupantes dos cargos previstos no art. 3° anterior serão substituídos, em seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares e na vacância do cargo, por servidores por eles indicados e previamente designados na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 5° À Coordenação de Gestão Interna compete:

I - planejar, coordenar, controlar e acompanhar o desenvolvimento e a execução das atividades e dos serviços concernentes à administração de pessoal, informática, material, patrimônio e serviços gerais da ASEGE, observadas as normas dos respectivos órgãos setoriais do Ministério;

II - controlar, examinar e promover o encaminhamento da documentação, recebida e expedida;

III - executar as atividades de redação e de revisão de documentos, expedientes e atos normativos obedecendo aos padrões oficiais;

IV - apoiar, logisticamente, eventos de iniciativa da ASEGE; e

V - desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Chefe da ASEGE.

Art. 6º À Central de Compras e Contratações compete:

I - desenvolver, propor e implementar modelos, mecanismos, processos e procedimentos para aquisição e contratação centralizadas de bens e serviços de uso em comum pelos órgãos e entidades;

II - planejar, coordenar, controlar e operacionalizar as atividades relacionadas à inteligência e à estratégia de licitação, aquisição e contratação de bens e serviços de uso em comum a partir da demanda estimada pelos órgãos e entidades;

III - coordenar o processo de padronização e catalogação de itens sob sua responsabilidade no catálogo de materiais e serviços;

IV - gerenciar os preços praticados nas licitações e contratações sob sua responsabilidade;

V - gerir fornecedores associados aos bens e serviços de uso em comum sob sua responsabilidade quanto aos atos de sua competência;

VI - realizar as licitações para aquisição e contratação de bens e serviços de uso em comum sob sua responsabilidade;

VII - instruir os processos de aquisição e contratação direta dos bens e serviços de uso em comum sob sua responsabilidade;

VIII - gerenciar as atas de registro de preço referentes aos bens e serviços sob sua responsabilidade;

IX - acompanhar a formalização dos contratos referentes aos bens e serviços sob sua responsabilidade junto aos órgãos e entidades, orientando-os no tocante à gestão contratual; e

X - expedir normas complementares para efetivação de suas atribuições, observadas as normas gerais definidas pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 7º À Coordenação-Geral de Inteligência de Compras compete:

I - planejar, coordenar e acompanhar a execução de atividades relacionadas à inteligência e à estratégia de licitação, aquisição e contratação de bens e serviços de uso em comum;

II - gerenciar o Planejamento Anual de Compras e Contratações em coordenação com os órgãos e entidades da Administração Pública federal do Poder Executivo;

III - planejar, coordenar e acompanhar atividades relacionadas à padronização e catalogação de itens;

IV - coordenar as atividades relacionadas à gestão de preços praticados nas licitações e contratações;

V - acompanhar as atividades relacionadas à gestão de fornecedores associados aos bens e serviços de uso em comum no tocante aos atos de sua competência;

VI - acompanhar as normas e legislação vigentes relativas aos procedimentos de licitação e contratação na Administração Pública, propondo o seu aperfeiçoamento, modernização, padronização e racionalização; e

VII - exercer outras atividades que lhe forem cometidas pelo Diretor.

Art. 8º À Divisão de Apoio Administrativo compete:

I - coordenar a execução das atividades de secretaria e de apoio da Coordenação-Geral; e

II - exercer outras atividades que lhe forem cometidas pelo Coordenador-Geral.

Art. 9º À Coordenação de Estratégias de Aquisição e Contratação compete:

I - analisar o histórico de demandas dos órgãos e entidades observando a evolução das compras e contratações considerando aspectos como criticidade, complementariedade, similaridade e sazonalidade;

II - elaborar o Planejamento Anual de Compras e Contratações considerando as demandas dos órgãos e entidades, bem como as vigências das atas de registros de preços e dos contratos a que se referem;

III - realizar pesquisas de boas práticas e estudos relacionados a comportamentos de mercado quanto a preços, especificações, logísticas e características de bens e de serviços;

IV - promover parceria com órgãos governamentais e organizações especializadas objetivando subsidiar os processos de compras e contratação de serviços;

V - modelar estratégias de aquisição e contratação atentando-se para critérios de sustentabilidade, eficiência administrativa, ganhos de escala e de qualidade;

VI - elaborar cadernos técnicos que consolidem as estratégias de aquisição e contratação, mantendo-os atualizados;

VII - propor a dispensa e o reconhecimento das situações de inexigibilidade de licitações;

VIII - elaborar minutas de projetos básicos, termos de referências e outros documentos técnicos necessários para instruir os processos de aquisição de bens e contratação de serviços;

IX - realizar, junto aos órgãos e entidades, o levantamento de suas necessidades para compor as licitações e contratações;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

X - subsidiar a Coordenação-Geral de Licitações nos assuntos referentes às suas competências, bem como prestar-lhe apoio técnico e administrativo;

XI - manter histórico analítico acerca dos processos de compras e contratações registrando prazos, procedimentos, quantitativos e valores gerados pelos certames;

XII - coordenar grupos de trabalho e comitês técnicos referentes aos bens e serviços de uso em comum;

XIII - avaliar o resultado da execução das aquisições e das contratações, como forma de realimentar o processo;

XIV - operar os sistemas de informação que suportam suas competências, zelando pela atualização e confiabilidade dos dados;

XV - elaborar relatórios periódicos de natureza gerencial sobre matérias de sua competência;

XVI - prestar informações e orientar o Núcleo de Atendimento quanto a matérias de sua competência;

XVII - estudar e acompanhar as normas e regulamentações relativas aos processos de compras governamentais, elaborando e propondo melhorias;

XVIII - propor minutas de atos normativos:

a) para disciplinar as estratégias de compras e contratações definidas pela CENTRAL; e

b) de orientação e padronização de procedimentos afetos às estratégias de compras e contratações no âmbito da CENTRAL;

XIX - exercer outras atividades que lhe forem cometidas pelo Coordenador-Geral.

Art. 10. Ao Núcleo de Atendimento compete:

I - prestar atendimento:

a) aos órgãos e entidades, atuando como canal de envio e recebimento de informações; e

b) aos fornecedores, atuando como canal de envio e recebimento de informações;

II - receber documentações externas de órgãos, entidades e fornecedores;

III - encaminhar internamente as comunicações conforme as competências das unidades da CENTRAL;

IV - acompanhar e manter controle sobre os atendimentos realizados;

V - analisar os resultados obtidos com a aplicação dos padrões, sistemas, métodos de avaliação de produtividade, resolutividade e qualidade do atendimento, elaborando relatórios sobre o desempenho e propondo ações de melhoria; e

VI - exercer outras atividades que lhe forem cometidas pelo Coordenador-Geral.

Art. 11. À Coordenação de Gestão de Fornecedores compete:

I - orientar o fornecedor quanto aos requisitos e exigências para sua inscrição no Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores - SICAF;

II - receber e analisar a documentação entregue pelo fornecedor para efeito de registro ou atualização de dados cadastrais no SICAF;

III - atender pedidos de emissão de extrato de cadastramento efetuados pelo fornecedor ou seu representante legal;

IV - proceder à distribuição de manuais de cadastramento, bem como fornecer orientações complementares que facilitem o processo de cadastramento;

V - propor a realização de diligências para fins de constatação da veracidade das informações cadastrais prestadas por fornecedores quando, motivadamente, entender necessário;

VI - subsidiar a Coordenação-Geral de Licitações com informações do cadastro de fornecedores;

VII - consolidar informações sobre os fornecedores a partir das avaliações de acordos de nível de serviço, execução de atas de registro de preço e execuções contratuais;

VIII - registrar a atuação dos fornecedores e propor a instauração de processo administrativo objetivando a apuração, para fins de aplicação de penalidade cabível, quando for o caso, de irregularidades no cadastramento, na vigência da ata de registro de preços e na execução contratual;

IX - controlar e emitir certificação de capacidade técnica e qualidade de fornecedores com atas registradas junto à CENTRAL;

X - operar os sistemas de informação que dão suporte às atividades desta Coordenação de Gestão de Fornecedores, zelando pela atualização e confiabilidade dos dados;

XI - elaborar relatórios periódicos de natureza gerencial sobre matérias de sua competência;

XII - prestar informações e orientar o Núcleo de Atendimento quanto a matérias de sua competência; e

XIII - exercer outras atividades que lhe forem cometidas pelo Coordenador-Geral.

Art. 12. À Coordenação de Padronização, Catalogação e Banco de Preços compete:

I - estudar especificações técnicas e padronização de produtos, bens e serviços;

II - produzir tabelas comparativas e elaborar notas técnicas relativas a produtos, bens e serviços, incluindo os aspectos de logística de fornecimento e distribuição;

III - promover parceria com órgãos governamentais e organizações especializadas objetivando subsidiar suas atividades;

IV - dar suporte à elaboração e consolidação de projetos básicos e termos de referência;

V - elaborar e propor formas de controle de testes e análises relativas à qualidade de produtos, bens e serviços;

VI - controlar e emitir certificação de capacidade técnica e qualidade de produtos, bens e serviços;

VII - coordenar e promover a manutenção do cadastro de preços praticados nas licitações e contratações, propondo medidas voltadas para seu aperfeiçoamento; e

VIII - exercer outras atividades que lhe forem cometidas pelo Coordenador-Geral.

Art. 13. À Coordenação-Geral de Licitações compete:

I - participar da execução do Planejamento Anual de Compras e Contratações, gerenciando o cronograma das licitações e das contratações;

II - acompanhar o andamento dos procedimentos preliminares necessários nos processos de licitação e contratação em parceria com a Coordenação-Geral de Inteligência de Compras;

III - supervisionar a instrução dos procedimentos de licitação e contratação e ações de elaboração dos editais de licitação para a aquisição de bens e serviços, bem como os contratos, convênios, acordos e ajustes;

IV - propor consultas técnicas à Consultoria Jurídica do Ministério, relacionadas aos processos de licitação e de contratação direta;

V - submeter à aprovação do Diretor da CENTRAL as propostas de aquisições de bens e contratações de serviços por dispensa ou inexigibilidade de processo licitatório; e

VI - exercer outras atividades que lhe forem cometidas pelo Diretor.

Art. 14. À Divisão de Apoio Administrativo compete:

I - coordenar a execução das atividades de secretaria e de apoio da Coordenação-Geral; e

II - exercer outras atividades que lhe forem cometidas pelo Coordenador-Geral.

Art. 15. À Coordenação de Licitações e Contratações compete:

I - analisar os termos de referência e projetos básicos elaborados pela Coordenação-Geral de Inteligência de Compras, contribuindo para seu aperfeiçoamento e adesão aos procedimentos de licitação e contratação;

II - elaborar os instrumentos convocatórios necessários à licitação e contratação de bens e serviços;

III - elaborar minutas-padrão de editais, contratos e instrumentos essenciais à contratação, em observância às normas pertinentes e às peculiaridades de cada tipo de bem ou serviço contratado;

IV - analisar pedidos e elaborar parecer técnico quanto às propostas de dispensa e inexigibilidade de licitação;

V - instruir, sob o aspecto formal, os processos licitatórios para a aquisição e contratação de bens e serviços comuns, inclusive os de dispensa e inexigibilidade de licitação;

VI - subsidiar o pregoeiro e as comissões de licitação com as informações pertinentes e necessárias às contratações;

VII - instruir e responder recursos relativos à licitação e auxiliar nos trabalhos do pregoeiro e das comissões de licitação;

VIII - proceder à divulgação necessária, legal e obrigatória, por meio da publicação de extratos e matérias pertinentes a licitações e contratações, acompanhando as publicações no Diário Oficial da União e em outros meios de comunicação;

IX - encaminhar aos órgãos participantes a documentação necessária para formalização de dispensas ou inexigibilidades de licitação;

X - convocar os fornecedores para assinatura das atas de registro de preços;

XI - encaminhar os documentos finais das contratações para a Coordenação-Geral de Gestão de Atas e Contratos;

XII - elaborar relatórios periódicos de natureza gerencial sobre matérias de sua competência;

XIII - prestar informações e orientar o Núcleo de Atendimento quanto a matérias de sua competência;

XIV - propor minutas de atos normativos de orientação e padronização de procedimentos afetos às estratégias de compras e contratações no âmbito da CENTRAL; e

XV - exercer outras atividades que lhe forem cometidas pelo Coordenador-Geral.

Art. 16. À Coordenação-Geral de Gestão de Atas e Contratos compete:

I - gerenciar as atas de registros de preços;

II - acompanhar a formalização dos contratos referentes aos bens e serviços junto aos órgãos e entidades, prestando-lhes orientação no tocante à gestão contratual;

III - submeter à aprovação, pedidos de remanejamento de cotas entre os participantes da ata, bem como solicitações de adesão;

IV - participar da execução do Planejamento Anual de Compras e Contratações, gerenciando as vigências das atas de registro de preços e dos contratos;

V - monitorar o consumo dos bens e serviços junto aos órgãos, a evolução das demandas, analisar a possibilidade de tornar os procedimentos mais eficientes e buscar a otimização dos gastos;

VI - gerir a renovação, transição e encerramento das atas e dos contratos; e

VII - exercer outras atividades que lhe forem cometidas pelo Diretor.

Art. 17. À Divisão de Apoio Administrativo compete:

I - coordenar a execução das atividades de secretaria e de apoio da Coordenação-Geral; e

II - exercer outras atividades que lhe forem cometidas pelo Coordenador-Geral.

Art. 18. À Coordenação de Atas de Registro de Preços compete:

I - acompanhar a vigência das atas de registro de preços, sinalizando à Coordenação-Geral de Inteligência de Compras a necessidade de iniciar novo processo de contratação;

II - gerenciar o saldo dos itens registrados na ata;

III - acompanhar a formalização dos contratos vinculados às atas de registro de preços;

IV - analisar os pedidos de remanejamento de cotas entre os participantes da ata, e as solicitações de adesão;

V - monitorar os preços registrados em relação aos praticados no mercado, tomando as providências previstas na legislação vigente;

VI - analisar situações que demandam cancelamento do registro de preços ou rescisão da ata;

VII - manter a Coordenação de Gestão de Fornecedores informada quanto ao comportamento dos fornecedores, indicando situações de descumprimento do pactuado na ata de registro de preços;

VIII - assistir o pregoeiro e as comissões de licitação, subsidiando-os visando promover as medidas de caráter preventivo e corretivo inerentes às formalidades necessárias aos procedimentos licitatórios;

IX - promover diligência nas atas de registro de preço, observando as vigências e os prazos estabelecidos para adimplemento das obrigações;

X - encaminhar aos órgãos e entidades os documentos necessários à formalização das contratações vinculadas a atas de registros de preços;

XI - manter o procedimento administrativo relativo aos atos da licitação e gerenciamento da ata de registro de preços devidamente autuado, protocolado e numerado, concedendo vistas aos interessados, sempre que solicitado;

XII - elaborar relatórios periódicos de natureza gerencial sobre matérias de sua competência;

XIII - prestar informações e orientar o Núcleo de Atendimento quanto a matérias de sua competência;

XIV - propor minutas de atos normativos para orientação e padronização de procedimentos afetos às estratégias de compras e contratações no âmbito da CENTRAL; e

XV - exercer outras atividades que lhe forem cometidas pelo Coordenador-Geral.

Art. 19. À Coordenação de Monitoramento de Contratos compete:

I - cadastrar e manter atualizados os registros referentes aos contratos pelos órgãos e entidades, organizando e mantendo toda documentação pertinente às contratações;

II - proceder ao controle das contratações executadas por dispensa e inexigibilidade de licitação;

III - orientar e apoiar os órgãos e entidades na fiscalização e gestão contratual segundo a metodologia definida pela CENTRAL, acompanhando inclusive o cumprimento de prazos e especificações gerais, propondo medidas voltadas para o seu aperfeiçoamento;

IV - acompanhar junto aos órgãos e entidades a disponibilidade orçamentária, os empenhos e a execução orçamentária e financeira dos contratos zelando pelos pagamentos dos bens e serviços contratados;

V - acompanhar as solicitações de repactuação de preços, reajustes, revisões ou reequilíbrio econômico-financeiro e as pertinentes planilhas de cálculos, em conformidade com as cláusulas contratuais;

VI - acompanhar os contratos quanto às possibilidades de prorrogação, alteração, acréscimos e supressões;

VII - alertar as unidades interessadas, com a razoável antecedência, acerca do prazo de vigência dos contratos que lhes forem afetos, bem como da possibilidade de prorrogação, extinção ou rescisão;

VIII - monitorar a execução dos contratos, a evolução das demandas e a execução dos acordos de nível de serviço, analisando a possibilidade de melhoria de eficiência e otimização dos gastos e dos procedimentos;

IX - assistir o pregoeiro e as comissões de licitação quando demandada;

X - promover diligência nos contratos administrativos, observando, inclusive, as vigências e os prazos estabelecidos para adimplemento das obrigações e prestar apoio técnico aos respectivos gestores;

XI - propor a adoção de providências legais que se fizerem necessárias na hipótese de inadimplemento contratual;

XII - comunicar à Coordenação de Gestão de Fornecedores qualquer irregularidade que vier a ser constatada;

XIII - sugerir medidas corretivas e preventivas visando à perfeita execução dos contratos;

XIV - elaborar relatórios periódicos de natureza gerencial sobre matérias de sua competência;

XV - prestar informações e orientar o Núcleo de Atendimento quanto a matérias de sua competência;

XVI - propor minutas de atos normativos para orientação e padronização de procedimentos afetos às estratégias de compras e contratações no âmbito da CENTRAL; e

XVII - exercer outras atividades que lhe forem cometidas pelo Coordenador-Geral.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÃO DOS DIRIGENTES E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 20. Ao Chefe da Assessoria incumbe:

I - planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das atividades da ASEGE;

II - assistir o Ministro de Estado em assuntos pertinentes à área de competência da ASEGE;

III - atuar como titular da unidade administrativa da ASEGE;

IV - autorizar, nos termos da legislação vigente, a interrupção de férias dos diretores que lhe sejam subordinados;

V - propor a nomeação ou exoneração de ocupantes de cargos em comissão, funções de confiança e funções comissionadas técnicas;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

VI - propor a celebração e a rescisão de contratos, convênios, termos de execução descentralizada e de parceria, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, inclusive seus aditivos, necessários à execução das atividades de sua competência;

VII - celebrar acordos de cooperação e demais instrumentos congêneres, que não envolvam transferência de recursos orçamentários e financeiros, necessários à execução das atividades de sua competência; e

VIII - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Art. 21. Ao Diretor de Programa incumbe:

I - planejar, coordenar e avaliar o desenvolvimento dos projetos e atividades sob sua responsabilidade;

II - assistir o Chefe da ASEGE nos assuntos de sua competência;

III - supervisionar as atividades desenvolvidas pelos Gerentes de Projeto;

IV - autorizar, nos termos da legislação vigente, a interrupção de férias dos servidores que lhe sejam subordinados; e

V - desenvolver outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Chefe da ASEGE.

Art. 22. Aos Gerentes de Projeto incumbe:

I - coordenar e acompanhar o desenvolvimento dos projetos e atividades no âmbito da ASEGE, e, quando for o caso, supervisionar a sua execução;

II - emitir parecer e relatório de trabalho sobre assuntos pertinentes às suas atividades;

III - propor normas e rotinas que maximizem os resultados pretendidos; e

IV - desempenhar outras atividades que lhes forem determinadas pelo superior imediato.

Art. 23. Ao Coordenador da COGIN incumbe:

I - coordenar e acompanhar o desenvolvimento das atividades da Coordenação;

II - propor o estabelecimento de normas e procedimentos que visem a melhoria e o aperfeiçoamento dos trabalhos realizados; e

III - desempenhar outras atribuições que lhes forem cometidas pelo superior imediato.

Art. 24. Ao Diretor da CENTRAL incumbe, no âmbito de competência da unidade:

I - planejar, coordenar, acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas;

II - coordenar, decidir e referendar os atos propostos pelos assessores e subordinados decorrentes dos trabalhos a eles submetidos para exame e parecer;

III - promover o relacionamento entre a CENTRAL e os órgãos e entidades da Administração Pública federal do Poder Executivo;

IV - promover o diálogo com instituições governamentais e organizações especializadas objetivando subsidiar as atividades desenvolvidas;

V - constituir comissões, designar pregoeiros e leiloeiros e suas respectivas equipes de apoio;

VI - aprovar projetos básicos, planos de trabalho e termos de referência;

VII - autorizar a abertura de processo licitatório;

VIII - autorizar e ratificar as contratações diretas, nos casos dispensas e inexigibilidades de licitação;

IX - adjudicar, homologar, anular e revogar licitações;

X - celebrar e rescindir atas de registro de preços, convênios, termos de parceria, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, que não envolvam transferência de recursos orçamentários e financeiros, inclusive seus aditivos, necessários à execução das atividades da CENTRAL;

XI - cancelar registro de preços;

XII - atuar como autoridade competente em sede de recursos administrativos nos termos da legislação vigente;

XIII - determinar a instauração de processo visando à aplicação de penalidades relacionadas às atividades da CENTRAL;

XIV - aplicar ou retirar penalidades cabíveis decorrentes de processos relacionados às atividades da CENTRAL;

XV - zelar pela observância das normas emanadas dos órgãos centrais dos sistemas estruturantes da Administração Pública;

XVI - editar atos normativos de caráter administrativo nos assuntos de competência da CENTRAL;

XVII - autorizar, nos termos da legislação vigente, interrupção de férias dos servidores que lhe sejam subordinados; e

XVIII - praticar todos os demais atos de administração necessários à consecução dos objetivos da CENTRAL.

Art. 25. Ao Diretor Adjunto da CENTRAL incumbe:

I - substituir o Diretor nos seus afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares e na vacância do cargo;

II - aprovar projetos básicos, planos de trabalho e termos de referência;

III - adjudicar, homologar, anular e revogar licitações;

IV - autorizar a abertura de processo licitatório;

V - celebrar e rescindir atas de registro de preços, convênios, termos de parceria, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, que não envolvam transferência de recursos orçamentários e financeiros, inclusive seus aditivos, necessários à execução das atividades da CENTRAL;

VI - cancelar registro de preços;

VII - atuar como autoridade competente em sede de recursos administrativos nos termos da legislação vigente; e

VIII - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Diretor.

Art. 26. Aos Coordenadores-Gerais, Coordenadores e Chefes, no âmbito da CENTRAL, incumbe:

I - assistir o superior imediato nos assuntos de sua competência;

II - coordenar as atividades afetas a sua área de competência;

III - submeter ao superior imediato documentos, informações, notas e planos de trabalho, bem como relatórios das atividades desenvolvidas nas respectivas áreas;

IV - notificar o superior imediato quanto à ocorrência de quaisquer irregularidades no âmbito de sua área de competência, inclusive inadimplementos contratuais e legais por parte de fornecedores; e

V - realizar quaisquer atividades que lhes forem determinadas pelo superior imediato.

Art. 27. Ao Coordenador-Geral de Inteligência de Compras incumbe, ainda:

I - submeter ao Diretor da CENTRAL proposta de aprovação de projetos básicos e termos de referência; e

II - propor ao Diretor da CENTRAL a instauração de processo administrativo para apuração de fatos e aplicação de penalidade a fornecedores de bens ou serviços por descumprimento de obrigações contratuais e legais.

Art. 28. Ao Coordenador-Geral de Licitações incumbe, ainda:

I - aprovar minutas-padrão de editais, contratos e instrumentos essenciais à contratação; e

II - submeter ao Diretor da CENTRAL propostas de adjudicação, homologação, anulação e revogação de procedimentos licitatórios.

Art. 29. Ao Coordenador-Geral de Gestão de Atas e Contratos incumbe, ainda:

I - submeter ao Diretor da CENTRAL propostas de cancelamento de registro de preços e de rescisão de atas de registro de preços;

II - propor mecanismos de avaliação da qualidade dos processos de registro de preços, sugerindo ações voltadas para a modernização dos procedimentos, padronização e racionalização de rotinas; e

III - acompanhar a execução dos mecanismos de avaliação da qualidade, dos objetos, das atas de registro de preços e monitorar as medidas corretivas.

Art. 30. Ao Assessor, Assessores Técnicos e Assistente Técnico incumbe assessorar o superior imediato, bem como executar as atividades ou orientar sua execução, conforme as atribuições que lhes forem cometidas.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31. Serão de responsabilidade da ASEGE o controle, a fiscalização e a prestação de contas, quando for o caso, no âmbito técnico, dos instrumentos a que se referem os incisos VI e VII do art. 20.

Art. 32. Os casos omissos e as eventuais dúvidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Chefe da Assessoria Especial para Modernização da Gestão.

ANEXO VI

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º A Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, órgão subordinado diretamente ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, tem por finalidade:

I - coordenar o planejamento das ações de governo, em articulação com os órgãos setoriais integrantes do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;

II - estabelecer diretrizes e normas, coordenar, orientar e supervisionar a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Plurianual e a gestão de risco dos respectivos programas e do planejamento territorial;

III - disponibilizar informações sobre a execução dos programas e ações do Governo federal integrantes do Plano Plurianual, inclusive relativas aos seus impactos socioeconômicos;

IV - realizar estudos especiais para a formulação de políticas públicas;

V - identificar, analisar e avaliar os investimentos estratégicos governamentais, inclusive quanto ao seu impacto territorial, suas fontes de financiamento e sua articulação com os investimentos dos demais entes federativos e com os investimentos privados; e

VI - exercer a supervisão da Carreira de Analista de Planejamento e Orçamento, em articulação com a Secretaria de Orçamento Federal, observadas as diretrizes emanadas do Comitê de Gestão das Carreiras do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 2º Para consecução de suas finalidades, à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos compete, ainda:

I - orientar e coordenar os órgãos integrantes do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;

II - subsidiar a elaboração da Mensagem Presidencial prevista no art. 84, inciso XI, da Constituição Federal;

III - fortalecer a interface entre Estado e sociedade por meio da organização, tratamento, produção e disseminação de conhecimento sobre a formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas, em prol da participação social no ciclo e gestão do planejamento;

IV - exercer as atribuições concernentes à Unidade Técnica Nacional do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL - FOCEM;

V - presidir a Comissão Nacional de Cartografia - CONCAR;

VI - exercer as atividades concernentes ao Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento - COSIPLAN;

VII - orientar o planejamento das ações de governo e aprimorar os instrumentos de formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas;

VIII - promover o fortalecimento da territorialização da atuação governamental, visando à redução das desigualdades regionais, com base em princípios da cooperação federativa e da participação social;

IX - coordenar o Sistema de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual;

X - gerir sistema de informações gerenciais e de planejamento para apoio à gestão do Plano Plurianual; e

XI - examinar e dar parecer, no âmbito da Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX, quanto aos pleitos de contratação de crédito externo.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art.3º A Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI tem a seguinte estrutura:

I - Gabinete - GABIN:

a) Divisão de Apoio Administrativo - DIVAD; e

b) Serviço de Documentação - SEDOC;

II - Departamento de Planejamento - DEPLA:

a) Coordenação-Geral de Gestão Estratégica - CGEST:

1. Coordenação de Estudos em Planejamento - COPLA; e

2. Coordenação de Temas Estratégicos - COEST;

b) Coordenação-Geral de Gestão do Conhecimento - CGCON:

1. Coordenação da Gestão da Informação - COGIN; e

2. Coordenação da Disseminação da Informação - CODIN;

III - Departamento de Gestão do Ciclo do Planejamento - DECIP:

a) Coordenação-Geral de Gestão de Sistemas de Planejamento - CGSIP:

1. Coordenação de Desenvolvimento e Suporte de Sistemas de Planejamento - COSIP; e

2. Coordenação de Monitoramento do Plano - COMOP;

b) Coordenação-Geral de Qualidade do Plano - CGPLA:

1. Coordenação de Metodologia - COMET;

2. Coordenação de Elaboração e Revisão - COERE;

3. Coordenação de Avaliação - COAVA; e

4. Coordenação de Apoio à Comissão de Monitoramento e Avaliação - COCMA;

IV - Departamento de Temas Sociais - DESOC:

a) Coordenação de Temas Sociais 1 - COSO1;

b) Coordenação de Temas Sociais 2 - COSO2;

c) Coordenação de Temas Sociais 3 - COSO3;

d) Coordenação de Temas Sociais 4 - COSO4; e

e) Coordenação de Temas Sociais 5 - COSO5;

V - Departamento de Temas Econômicos e Especiais - DECON:

a) Coordenação de Temas Econômicos e Especiais 1 - COEE1;

b) Coordenação de Temas Econômicos e Especiais 2 - COEE2;

c) Coordenação de Temas Econômicos e Especiais 3 - COEE3; e

d) Coordenação de Temas Econômicos e Especiais 4 - COEE4;

VI - Departamento de Temas de Infraestrutura - DEINF:

a) Coordenação de Temas de Infraestrutura 1 - COIN1;

b) Coordenação de Temas de Infraestrutura 2 - COIN2;

c) Coordenação de Temas de Infraestrutura 3 - COIN3; e

d) Coordenação de Temas de Infraestrutura 4 - COIN4.

Art. 4º A Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos será dirigida por Secretário; os Departamentos, por Diretores; as Coordenações-Gerais, por Coordenadores-Gerais; as Coordenações, por Coordenadores e o Gabinete, a Divisão e o Serviço, por Chefes.

Art. 5º O Secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos será substituído por um Diretor de Departamento da SPI.

Parágrafo único. Os demais ocupantes dos cargos previstos no artigo anterior serão substituídos, em seus afastamentos ou impedimentos legais, por servidores designados na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 6º Ao Gabinete compete assistir o Secretário no preparo e despacho do seu expediente e, ainda, supervisionar o gerenciamento dos assuntos políticos e administrativos.

Art. 7º À Divisão de Apoio Administrativo compete realizar atividades administrativas capazes de viabilizar o funcionamento da SPI.

Art. 8º Ao Serviço de Documentação compete exercer as atividades de protocolo e controle de documentos, bem como promover o encaminhamento da correspondência recebida e expedida pela SPI.

Art. 9º Ao Departamento de Planejamento compete:

I - prover a SPI dos conhecimentos e modelos necessários à consecução de suas atividades;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II - organizar prêmios, cursos, estudos, pesquisas e publicação de artigos sobre planejamento, políticas públicas e desenvolvimento;

III - apoiar a organização de eventos sobre planejamento, políticas públicas e desenvolvimento; e

IV - organizar grupos de discussão sobre temáticas associadas ao planejamento, às políticas públicas e ao desenvolvimento.

Art. 10. À Coordenação-Geral de Gestão Estratégica compete:

I - realizar estudos para aprimoramento do planejamento governamental, com base em experiências nacionais e internacionais, bem como sobre os problemas recorrentes que o afetam;

II - realizar o monitoramento, a avaliação e a revisão da dimensão estratégica do Plano Plurianual, considerando o cenário macroeconômico, os investimentos estratégicos e a geração de produtos para a sociedade;

III - avaliar, juntamente com os departamentos temáticos, a alocação dos recursos em razão das prioridades e objetivos de governo; e

IV - planejar, coordenar, acompanhar e avaliar as atividades relacionadas ao planejamento territorial.

Art. 11. À Coordenação de Estudos em Planejamento compete coordenar as atividades relacionadas ao aprimoramento da capacidade de planejamento.

Art. 12. À Coordenação de Temas Estratégicos compete coordenar a elaboração de análises pertinentes às diretrizes expressas no Plano Plurianual e nas agendas prioritárias de governo.

Art. 13. À Coordenação-Geral de Gestão do Conhecimento compete:

I - mapear a produção de conhecimento em relação aos temas e núcleos temáticos objeto de trabalho da SPI e promover sua disseminação;

II - propor os padrões de qualidade dos produtos da SPI e zelar pelo seu cumprimento;

III - mapear os perfis e as competências organizacionais da SPI e propor plano de capacitação à área competente; e

IV - zelar pela manutenção da memória, do conhecimento e dos produtos gerados pela SPI e responsabilizar-se pelo seu compartilhamento e disseminação.

Art. 14. À Coordenação da Gestão da Informação compete gerir a organização da informação temática da SPI.

Art. 15. À Coordenação da Disseminação da Informação compete coordenar a divulgação interna e externa das informações e dos produtos da SPI.

Art. 16. Ao Departamento de Gestão do Ciclo do Planejamento compete:

I - desenvolver estudos e pesquisas para a definição dos processos de elaboração e de revisão do plano plurianual;

II - propor aprimoramentos na metodologia de elaboração, revisão, monitoramento e avaliação do plano plurianual;

III - preparar manuais sobre elaboração, revisão, monitoramento e avaliação do plano plurianual; e

IV - elaborar proposta da mensagem presidencial do plano plurianual.

Art. 17. À Coordenação-Geral de Gestão de Sistemas de Planejamento compete:

I - planejar, coordenar e promover o aperfeiçoamento do monitoramento da Dimensão Tático-Operacional do Plano Plurianual;

II - elaborar e atualizar os manuais e informativos relativos aos métodos e procedimentos para o monitoramento da Dimensão Tático-Operacional do Plano Plurianual;

III - planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a gestão de serviços de manutenção e aperfeiçoamento de sistemas de informações de planejamento;

IV - promover a integração de sistemas de informações de planejamento a outros sistemas estruturantes de Governo federal;

V - planejar, revisar e monitorar contratos de prestação de serviços relativos ao desenvolvimento e manutenção de sistemas de informações de planejamento;

VI - fornecer orientação e suporte aos usuários para operação de sistemas de informações de planejamento;

VII - coordenar a disponibilização de informações gerenciais para subsidiar processos de planejamento e prover mecanismos para pesquisa e recuperação de dados dos sistemas de planejamento; e

VIII - participar da formulação de modelo de contratação de desenvolvimento de sistemas, de metodologias de desenvolvimento de sistemas e de outros padrões pertinentes à tecnologia de sistemas de informações, em parceria com outras secretarias do Ministério, assim como zelar pela sua aplicação.

Art. 18. À Coordenação de Desenvolvimento e Suporte de Sistemas de Planejamento compete coordenar as atividades relacionadas à operação, manutenção e atualização de sistemas de informações de planejamento.

Art. 19. À Coordenação de Monitoramento do Plano compete coordenar as atividades relacionadas ao monitoramento da Dimensão Tático-Operacional do Plano Plurianual e seu aperfeiçoamento.

Art. 20. À Coordenação-Geral de Qualidade do Plano compete:

I - coordenar o desenvolvimento e a aplicação de novas metodologias do ciclo do planejamento;

II - traçar as diretrizes e coordenar os processos do ciclo de gestão do planejamento;

III - propor e elaborar normativos referentes ao planejamento da ação pública; e

IV - coordenar as atividades dos colegiados vinculados ao planejamento governamental.

Art. 21. À Coordenação de Metodologia compete coordenar atividades, estudos e pesquisas para o desenvolvimento de metodologias de planejamento, elaboração e avaliação de programas.

Art. 22. À Coordenação de Elaboração e Revisão compete coordenar as atividades relacionadas à elaboração e revisão do Plano Plurianual e seu aperfeiçoamento.

Art. 23. À Coordenação de Avaliação compete coordenar as atividades relacionadas à avaliação do Plano Plurianual e seu aperfeiçoamento.

Art. 24. À Coordenação de Apoio à Comissão de Monitoramento e Avaliação compete auxiliar as atividades desenvolvidas pela Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual.

Art. 25. Ao Departamento de Temas Sociais compete orientar, coordenar e supervisionar a elaboração de programas, o monitoramento e a avaliação relacionados aos temas sociais e desenvolver estudos e projetos que contribuam para a melhoria dos processos de planejamento, gestão e análise das políticas e programas sociais.

Art. 26. Às Coordenações de Temas Sociais 1, 2, 3, 4 e 5 compete acompanhar os temas, os programas e as ações de núcleos temáticos das áreas sociais 1, 2, 3, 4 e 5, respectivamente, conforme definido pela SPI.

Art. 27. Ao Departamento de Temas Econômicos e Especiais compete orientar, coordenar e supervisionar a elaboração de programas, o monitoramento e a avaliação relacionados aos temas econômicos e desenvolver estudos e projetos que contribuam para a melhoria dos processos de planejamento, gestão e análise das políticas e programas econômicos e especiais.

Art. 28. Às Coordenações de Temas Econômicos e Especiais 1, 2, 3 e 4 compete acompanhar os temas, os programas e as ações de núcleos temáticos das áreas econômicas e especiais 1, 2, 3 e 4, respectivamente, conforme definido pela SPI.

Art. 29. Ao Departamento de Temas de Infraestrutura compete orientar, coordenar e supervisionar a elaboração de programas, o monitoramento e a avaliação relacionados aos temas de infraestrutura e desenvolver estudos e projetos que contribuam para a melhoria dos processos de planejamento, gestão e análise das políticas e programas de infraestrutura.

Art. 30. Às Coordenações de Temas de Infraestrutura 1, 2, 3 e 4 compete acompanhar os temas, os programas e as ações de núcleos temáticos das áreas de infraestrutura 1, 2, 3 e 4, respectivamente, conforme definido pela SPI.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 31. Ao Secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos incumbe:

I - assistir o Ministro de Estado em assuntos relacionados ao planejamento federal e às atividades da SPI;

II - planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das atividades que integram a SPI;

III - apresentar à autoridade superior o projeto de Lei do Plano Plurianual da União e os respectivos produtos associados à gestão do Plano;

IV - promover ações de articulação interna e externa, visando à implementação efetiva das atividades de interesse da SPI;

V - participar de ações visando apoiar a implementação efetiva dos programas de interesse do Governo;

VI - aprovar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência, no âmbito de sua área de atuação;

VII - firmar e rescindir contratos, convênios, ajustes, acordos ou outros instrumentos congêneres, na sua área de atuação, desde que não despenda recurso orçamentário;

VIII - exercer as atribuições que lhe forem expressamente delegadas, admitida a subdelegação à autoridade diretamente subordinada; e

IX - praticar os demais atos inerentes ao exercício de suas funções.

Art. 32. Aos Diretores de Departamento incumbe planejar e dirigir as atividades relativas às suas áreas de competência a partir da racionalização de métodos e processos de trabalho para produzir subsídios que ampliem a capacidade de formulação e implementação das políticas públicas.

Art. 33. Aos Coordenadores-Gerais incumbe executar as atividades da respectiva unidade para produzir subsídios que ampliem a capacidade de formulação e implementação das políticas públicas, além de gerir os projetos que lhes forem atribuídos e exercer outras atribuições correlatas que lhes forem designadas.

Art. 34. Aos Gerentes de Projetos incumbe coordenar e acompanhar o desenvolvimento de projetos no âmbito da SPI e exercer outras atribuições que lhes forem designadas.

Art. 35. Aos Coordenadores incumbe a execução das atividades da respectiva unidade visando produzir subsídios que ampliem a capacidade do Estado de formular e implementar políticas públicas e exercer outras atribuições correlatas que lhes forem designadas.

Art. 36. Ao Chefe de Gabinete incumbe planejar, coordenar e controlar a execução das atividades e o funcionamento das unidades sob sua responsabilidade a partir da racionalização de métodos e processos de trabalho, além de exercer outras atribuições que lhe forem designadas.

Art. 37. Ao Chefe de Divisão e de Serviço incumbe a execução das atividades da respectiva unidade a partir da racionalização de métodos e processos de trabalho, além de exercer outras atribuições correlatas que lhes forem designadas.

Art. 38. Aos Assessores incumbe assessorar o Secretário no que tange à elaboração de análises e relatórios específicos por demanda, além de executar outras atribuições que lhes forem designadas, e ainda:

I - acompanhar e coordenar assuntos relacionados à interface entre o planejamento, o Plano Plurianual e a sociedade civil; e

II - acompanhar e coordenar assuntos relacionados ao FOCEM, COSIPLAN e à integração sul-americana no âmbito das atribuições da SPI.

Art. 39. Aos Assistentes e Assistentes Técnicos incumbe as atividades que lhes forem cometidas pelos responsáveis pelas áreas a que estiverem vinculados, com atenção à racionalização de métodos e processos de trabalho.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40. Aos servidores da SPI incumbe executar as atividades de modo a aprimorar e ampliar a base de conhecimentos sobre as razões do atual estágio de desenvolvimento no Brasil visando a criar inovações que viabilizem a qualificação e a expansão da ação pública.

Art. 41. Serão de responsabilidade da SPI o controle, a fiscalização e a prestação de contas de contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, referentes às demandas de sua área de competência.

Art. 42. Fica o Secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos autorizado a regulamentar os atos administrativos necessários à plena observância deste Regimento Interno, inclusive por meio de manual específico, se necessário.

Art. 43. Os casos omissos e as eventuais dúvidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

ANEXO VII

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º A Secretaria de Orçamento Federal, órgão específico do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, subordinada diretamente ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, tem por finalidade:

I - coordenar, consolidar e supervisionar a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da proposta orçamentária da União, compreendendo os orçamentos fiscal e da seguridade social;

II - estabelecer as normas necessárias à elaboração e à implementação dos orçamentos federais sob sua responsabilidade;

III - proceder, sem prejuízo da competência atribuída a outros órgãos, ao acompanhamento da execução orçamentária;

IV - realizar estudos e pesquisas concernentes ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento do processo orçamentário federal;

V - orientar, coordenar e supervisionar tecnicamente os órgãos setoriais de orçamento;

VI - exercer a supervisão da Carreira de Analista de Planejamento e Orçamento, em articulação com a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, observadas as diretrizes emanadas do Comitê de Gestão das Carreiras do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

VII - estabelecer as classificações orçamentárias da receita e da despesa; e

VIII - acompanhar e avaliar o comportamento da despesa pública e de suas fontes de financiamento, bem como desenvolver e participar de estudos econômico-fiscais, voltados ao aperfeiçoamento do processo de alocação de recursos.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria de Orçamento Federal - SOF tem a seguinte estrutura:

I - Gabinete - GABIN;

II - Coordenação-Geral de Consolidação - CGCON:

a) Coordenação de Avaliação da Execução Orçamentária - COAVE; e

b) Coordenação de Análise e Consolidação - COANA;

III - Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação de Programações Estratégicas - CGAPE:

a) Coordenação Técnica de Acompanhamento e Avaliação - COTAV;

IV - Coordenação-Geral de Normas - CGNOR:

a) Coordenação de Elaboração de Normas e Orientação Técnica - CONOT; e

b) Coordenação de Sistematização e Integração do Processo Orçamentário - COSIP;

V - Coordenação-Geral de Avaliação Macroeconômica - CGMAC:

a) Coordenação de Avaliação Macro Fiscal - COFIS; e

b) Coordenação de Estudos Fiscais - COEST;

VI - Coordenação-Geral de Avaliação da Receita Pública - CGARP:

a) Coordenação de Acompanhamento, Análise, Avaliação e Desempenho das Receitas Públicas - COREP;

VII - Coordenação-Geral de Despesas com Pessoal e Sentenças - CGDPS:

a) Coordenação de Acompanhamento e Avaliação das Despesas com Pessoal e Sentenças - COAPE;

VIII - Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional - CGDIN:

a) Coordenação de Gestão de Pessoas - COPES:

1. Divisão de Desenvolvimento de Pessoas - DIDPE; e

2. Divisão de Administração de Pessoas - DIAPE:

2.1. Serviço de Acompanhamento de Pessoal - SEAPE;

b) Coordenação de Administração e Logística - COLOG:

1. Divisão de Apoio Administrativo - DIVAD:

1.1. Serviço de Atividades Auxiliares - SERAT;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

c) Coordenação de Gestão Estratégica e Modernização - COGEM:

1. Divisão de Gerenciamento Estratégico - DIGET;

IX - Coordenação-Geral de Tecnologia e da Informação - CGTEC:

a) Coordenação de Serviços e Operações - COSOP;

b) Coordenação de Desenvolvimento e Inovação - CODIN; e

c) Coordenação de Gestão da Informação e Documentação - COGED;

X - Coordenação-Geral de Inovação e Assuntos Orçamentários e Federativos - CGOFI:

a) Coordenação de Educação e Disseminação Orçamentária - COEDO; e

b) Coordenação de Inovação, Transparência Orçamentária e Qualidade do Gasto - COQIT;

XI - Departamento de Programas da Área Econômica - DECON;

a) Coordenação de Programas da Área Econômica 1 - COAE1;

b) Coordenação de Programas da Área Econômica 2 - COAE2;

c) Coordenação de Programas da Área Econômica 3 - COAE3; e

d) Coordenação de Programas da Área Econômica 4 - COAE4;

XII - Departamento de Programas Especiais - DEPES:

a) Coordenação de Programas da Área Especial 1 - COES1;

b) Coordenação de Programas da Área Especial 2 - COES2;

c) Coordenação de Programas da Área Especial 3 - COES3; e

d) Coordenação de Programas da Área Especial 4 - COES4;

XIII - Departamento de Programas de Infraestrutura - DEINF:

a) Coordenação de Programas da Área de Infraestrutura 1 - COIN1;

b) Coordenação de Programas da Área de Infraestrutura 2 - COIN1;

c) Coordenação de Programas da Área de Infraestrutura 3 - COIN3; e

d) Coordenação de Programas da Área de Infraestrutura 4 - COIN4;

XIV - Departamento de Programas Sociais - DESOC:

a) Coordenação de Programas da Área Social 1 - COAS1;

b) Coordenação de Programas da Área Social 2 - COAS2;

c) Coordenação de Programas da Área Social 3 - COAS3; e

d) Coordenação de Programas da Área Social 4 - COAS4.

Art. 3º A Secretaria de Orçamento Federal será dirigida por Secretário; os Departamentos, por Diretores; as Coordenações-Gerais, por Coordenadores-Gerais; as Coordenações, por Coordenadores e o Gabinete, as Divisões e os Serviços, por Chefes.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos no art. 3º serão substituídos, em seus afastamentos ou impedimentos legais, por servidores designados na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 5º Ao Gabinete compete:

I - planejar e coordenar as atividades técnicas e administrativas de apoio ao Secretário, bem como as ações que envolvam sua representação político-social e institucional;

II - coordenar as atividades de relacionamento externo do Secretário;

III - promover, em conjunto com a área técnica responsável, a publicação dos atos oficiais da SOF;

IV - coordenar as atividades concernentes a relações públicas, à elaboração e ao despacho do expediente do Secretário;

V - promover a transmissão às unidades subordinadas das instruções e orientações do Secretário, bem como zelar pelo seu cumprimento;

VI - coordenar, junto à Assessoria Parlamentar do Gabinete do Ministro - ASPAR/GM, as ações e demandas provenientes do Congresso Nacional no âmbito da SOF;

VII - acompanhar a tramitação de documentos e processos, pleitos e requerimentos de informação de interesse da SOF, bem como promover a articulação com os demais órgãos da Administração Pública e público externo;

VIII - coordenar e sistematizar o atendimento de diligências, solicitações, demandas de outros órgãos e entidades da Administração Pública federal; e

IX - desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Secretário.

Art. 6º À Coordenação-Geral de Consolidação compete:

I - assessorar e subsidiar o Secretário e o Secretário-Adjunto responsável pelos assuntos de Gestão Orçamentária nas matérias relacionadas à:

a) avaliação da execução orçamentária e financeira do orçamento fiscal e da seguridade social;

b) consolidação da proposta orçamentária anual; e

c) consolidação das demandas dos órgãos setoriais quanto à abertura de créditos adicionais e à fixação e ajuste de limite para a execução orçamentária da despesa;

II - elaborar estudos, estatísticas e relatórios de acompanhamento e de avaliação do comportamento da execução da despesa pública e em especial das Despesas Discricionárias, de Custeio e Investimentos, do Poder Executivo;

III - elaborar propostas de referenciais monetários para os Projetos de Lei Orçamentária e as propostas de limites de empenho dos decretos de programação orçamentária e financeira, em articulação com a CGMAC;

IV - acompanhar, por Item da Necessidade de Financiamento do Governo Central - NFGC, em especial as despesas discricionárias, de custeio e investimentos do Poder Executivo, desde o empenho até o pagamento efetivo a despesa total constante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social;

V - coordenar a elaboração dos atos de detalhamento, ampliação e remanejamento de limites da execução orçamentária que devam ser editados no âmbito do Ministério;

VI - acompanhar a execução da despesa, comparativamente aos limites orçamentários disponibilizados e suas alterações posteriores, bem como o saldo de limite a programar, quando houver;

VII - acompanhar a execução orçamentária e financeira dos créditos especiais e extraordinários, assim como de outros itens específicos da despesa, conforme orientação do Secretário e do Secretário-Adjunto responsável pelos assuntos de Gestão Orçamentária;

VIII - acompanhar a contabilização, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, da execução orçamentária e financeira, inclusive com o monitoramento da disponibilização dos limites de empenho e pagamento;

IX - proceder, quando necessário, à apuração dos saldos de empenho disponíveis para eventuais ajustes e remanejamentos;

X - orientar as demais áreas da SOF visando ao aperfeiçoamento e racionalização do processo de produção e utilização de informações gerenciais mediante emprego dos recursos tecnológicos disponibilizados; e

XI - elaborar informes relativos à execução orçamentária, para divulgação para unidades internas da SOF.

Art. 7º À Coordenação de Avaliação da Execução Orçamentária compete:

I - promover o acompanhamento e a avaliação periódica da execução orçamentária, em termos dos grandes agregados;

II - elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento da avaliação da execução orçamentária e do processo orçamentário; e

III - analisar e consolidar, em conjunto com os Departamentos de Programas, o processo relativo à captação das informações complementares aos projetos de leis orçamentárias anuais.

Art. 8º À Coordenação de Análise e Consolidação compete:

I - consolidar demandas por créditos adicionais e limites orçamentário dos órgãos setoriais;

II - elaborar portarias de detalhamento, ampliação, remanejamento e consolidação de limites orçamentários;

III - controlar os limites orçamentários disponibilizados e suas alterações posteriores, bem como o saldo da reserva orçamentária constituída; e

IV - coordenar o processo de captação dos referenciais monetários da dívida contratual interna e externa.

Art. 9º À Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação de Programações Estratégicas compete:

I - assistir e subsidiar o Secretário e o Secretário-Adjunto responsável pelos assuntos de Gestão Orçamentária em sua participação em instâncias deliberatórias sobre questões relacionadas aos projetos e programações estratégicas, notadamente os investimentos públicos, em especial nos processos referentes às etapas de seleção, implementação, monitoramento e avaliação de projetos;

II - apoiar e subsidiar os Departamentos de Programas:

a) durante o processo de elaboração e execução orçamentária no tocante aos projetos e programações estratégicas; e

b) na adequação e realocação de créditos orçamentários relativamente às dotações consignadas para projetos e programações estratégicas;

III - representar a SOF nos fóruns próprios relacionados aos projetos e programações estratégicas, notadamente os investimentos públicos, tais como grupos executivos, salas de situação, grupos de trabalho, comissões e outros; e

IV - articular-se com o órgão central dos Sistemas de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal, de Planejamento Federal e de Controle Interno e com os órgãos setoriais, visando aprimorar, sistematizar, transferir e difundir os produtos gerados no processo de atuação da Coordenação-Geral.

Art. 10. À Coordenação Técnica de Acompanhamento e Avaliação compete:

I - propor a construção de meios para permitir a análise da proposta e da execução orçamentária e financeira dos projetos e programações estratégicas;

II - avaliar a prioridade dos projetos e programações estratégicas submetidos à apreciação da Coordenação-Geral;

III - analisar projetos e programações estratégicas das diferentes modalidades de investimento submetidas à apreciação da Coordenação-Geral;

IV - acompanhar e avaliar os registros, no SIAFI, referentes à execução orçamentária e financeira, dos projetos e programações estratégicas, propondo alteração quando couber;

V - propor e coordenar a estruturação de sistema de informações gerenciais dos projetos e programações estratégicas;

VI - propor melhorias nos instrumentos de programação, acompanhamento e avaliação da execução orçamentária e financeira dos projetos e programações estratégicas;

VII - opinar sobre estudos de viabilidade técnica e econômica de projetos e programações estratégicas submetidos à apreciação da Coordenação-Geral; e

VIII - acompanhar e propor, no âmbito de suas atribuições, normas reguladoras e disciplinadoras relativas aos investimentos públicos em suas diferentes modalidades.

Art. 11. À Coordenação-Geral de Normas compete:

I - planejar o processo de elaboração dos projetos da LDO e do texto do Projeto da Lei Orçamentária Anual - PLOA;

II - planejar o processo de elaboração do texto do decreto de programação orçamentária e financeira anual e de suas alterações;

III - propor normas, procedimentos e orientações para elaboração do PLOA da União;

IV - supervisionar o desenvolvimento de estudos para o aprimoramento de técnicas orçamentárias;

V - acompanhar e avaliar a eficácia das normas gerais de direito financeiro e propor medidas para o seu aperfeiçoamento, quando necessário; e

VI - supervisionar, no âmbito da SOF, o atendimento às demandas do órgão de controle externo.

Art. 12. À Coordenação de Elaboração de Normas e Orientação Técnica compete:

I - elaborar proposta de regulamentação ou de alteração das normas gerais de direito financeiro relativa à matéria orçamentária;

II - aperfeiçoar o sistema de classificações orçamentárias, propondo as reformulações necessárias;

III - coordenar as atividades relacionadas ao processo de elaboração do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO;

IV - elaborar ou atualizar normas, instruções, manuais e outros instrumentos normativos destinados aos órgãos integrantes do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal;

V - revisar, quanto aos aspectos legais, as minutas de atos de alterações orçamentárias, como projetos de lei, decretos e portarias relacionados com a abertura de créditos adicionais elaborados pelos Departamentos de Programa;

VI - orientar os órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, na aplicação das normas, instruções e manuais relacionados com o processo orçamentário; e

VII - orientar as unidades internas da SOF a respeito da interpretação de atos e normas legais relacionados com o processo orçamentário.

Art. 13. À Coordenação de Sistematização e Integração do Processo Orçamentário compete:

I - coordenar as atividades relacionadas à fase qualitativa de elaboração da proposta orçamentária anual;

II - consolidar e divulgar as orientações a serem observadas na fase qualitativa da elaboração da proposta orçamentária anual e suas alterações, definidas pela direção da SOF;

III - definir e orientar o processo de publicação anual do Cadastro de Ações;

IV - elaborar, em conjunto com a CONOT, as orientações que integrarão o Manual Técnico de Orçamento; e

V - realizar estudos e pesquisas sobre melhoria da programação orçamentária.

Art. 14. À Coordenação-Geral de Avaliação Macroeconômica compete:

I - planejar, coordenar, acompanhar e avaliar as atividades relacionadas com a projeção e acompanhamento dos principais agregados da despesa;

II - realizar a programação orçamentária de despesas obrigatórias da União; e

III - realizar estudos econômico-fiscais.

Art. 15. À Coordenação de Avaliação Macro Fiscal compete:

I - elaborar e acompanhar a necessidade de financiamento do Governo central, inclusive de longo prazo;

II - acompanhar, avaliar e elaborar projeções sobre o comportamento das despesas obrigatórias da União, bem como coordenar o processo de elaboração e modificação de seus orçamentos;

III - estabelecer parâmetros para a compatibilização dos grandes agregados da despesa com a receita nas fases de elaboração e programação orçamentárias;

IV - acompanhar e indicar ao Secretário de Orçamento Federal a necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira caso se verifique que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais da LDO do

exercício, conforme disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF; e

V - elaborar relatórios, pareceres e notas técnicas sobre despesas obrigatórias e assuntos econômico-fiscais.

Art. 16. À Coordenação de Estudos Fiscais compete:

I - elaborar estudos, pesquisas e relatórios de natureza econômica e fiscal visando à formulação de políticas e diretriz orçamentárias;

II - representar a SOF em grupos de trabalho e fóruns de discussão que envolva aspectos econômicos, fiscais e contábeis dos orçamentos públicos federais;

III - coordenar o processo de adequação dos instrumentos orçamentários brasileiros aos paradigmas internacionais; e

IV - desenvolver e aperfeiçoar metodologias de cálculo de indicadores fiscais.

Art. 17. À Coordenação-Geral de Avaliação da Receita Pública compete:

I - planejar, coordenar, acompanhar e avaliar as atividades relacionadas com a projeção e acompanhamento da receita pública;

II - estabelecer a classificação das receitas orçamentárias; e

III - realizar estudos e pesquisas concernentes ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento do processo orçamentário da receita pública.

Art. 18. À Coordenação de Acompanhamento, Análise, Avaliação e Desempenho das Receitas Públicas compete:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

I - manter atualizada base de dados de ordem legal e técnica referente às receitas da União;

II - elaborar e/ou avaliar a projeção das receitas orçamentárias da União e acompanhar sua realização;

III - elaborar relatórios, pareceres e notas técnicas sobre a classificação, projeção e alocação de receitas orçamentárias da União, bem como sobre proposições legislativas que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem alteração de receita da União;

IV - acompanhar e avaliar alterações na legislação tributária e em outras normas que possam afetar a arrecadação; e

V - acompanhar a evolução e as projeções dos parâmetros macroeconômicos.

Art. 19. À Coordenação-Geral de Despesas com Pessoal e Sentenças compete planejar, coordenar, acompanhar e avaliar as atividades relacionadas com a projeção, acompanhamento e programação orçamentária das despesas de pessoal, dos benefícios ao servidor, dos benefícios de legislação especial, das requisições de pequeno valor e das sentenças judiciais.

Art. 20. À Coordenação de Acompanhamento e Avaliação das Despesas com Pessoal e Sentenças compete:

I - acompanhar, avaliar e projetar as despesas com pessoal e encargos sociais e benefícios ao servidor e seus dependentes, e benefícios de legislação especial;

II - acompanhar a execução de despesas com requisições de pequeno valor e de sentenças judiciais;

III - coordenar o processo de elaboração e modificação dos orçamentos das despesas com pessoal, encargos sociais, benefícios ao servidor e de legislação especial, e sentenças judiciais; e

IV - elaborar relatórios, pareceres e notas técnicas sobre as despesas com pessoal e encargos sociais, benefícios aos servidores e seus dependentes, benefícios de legislação especial, requisições de pequeno valor e sentenças judiciais.

Art. 21. À Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional compete:

I - coordenar e avaliar o planejamento estratégico da SOF;

II - coordenar os processos de planejamento, elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano Plurianual - PPA e a execução orçamentário-financeira, no que se refere a programas e ações de responsabilidade da SOF, em articulação com a Diretoria de Planejamento e Gestão da Secretaria-Executiva - DIPLA/SE;

III - planejar, coordenar e avaliar o processo de organização e modernização administrativa da SOF, em articulação com a DIPLA/SE;

IV - planejar e avaliar os processos de avaliação individual e institucional da SOF, em articulação com a Diretoria de Administração da Secretaria-Executiva - DIRAD/SE e com a DIPLA/SE;

V - planejar e avaliar as atividades relativas ao recrutamento, desenvolvimento, manutenção e monitoramento dos recursos humanos, notadamente dos servidores da carreira de planejamento e orçamento lotados na SOF;

VI - exercer a supervisão da carreira de planejamento e orçamento, em articulação com a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI, observadas as diretrizes emanadas do Comitê de Gestão das Carreiras do Ministério;

VII - supervisionar e avaliar as atividades relativas a suporte administrativo;

VIII - planejar e avaliar ações de modernização da gestão da SOF, no que tange a aplicação de políticas, pessoas, processos, estrutura organizacional, informação e ferramentas de trabalho; e

IX - planejar e avaliar ações de comunicação, bem como divulgar assuntos institucionais da SOF, em articulação com a Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Ministro - ASCOM/GM.

Art. 22. À Coordenação de Gestão de Pessoas compete, conforme diretrizes da Secretaria de Gestão Pública - SEGEP e em articulação com a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da Diretoria de Administração - COGEP/DIRAD:

I - executar, controlar e avaliar as atividades de apoio administrativo relacionadas com pessoal;

II - acompanhar e executar o processo de avaliação de desempenho institucional e individual;

III - elaborar expedientes e preparar atos relacionados à aplicação da legislação de pessoal;

IV - acompanhar a legislação de pessoal e orientar sua aplicação;

V - articular-se com a SPI e com a COGEP/DIRAD, quanto às ocorrências funcionais dos servidores lotados na SOF, em especial da carreira de planejamento e orçamento;

VI - propor plano de capacitação e desenvolvimento gerencial e técnico dos servidores;

VII - planejar e elaborar a programação de capacitação, em articulação com a COGEP/DIRAD;

VIII - propor, em articulação com a SPI, diretrizes concernentes a recrutamento e seleção de servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento;

IX - propor e implementar diretrizes de mobilidade e sucessão dos servidores da SOF;

X - coordenar as atividades da Comissão de Gestão de Pessoas - CGP, incluindo proposição e execução de atividades relacionadas à gestão de pessoas da Carreira de Planejamento e Orçamento, no âmbito da SOF;

XI - monitorar e aprimorar o Programa de Qualidade de Vida da SOF, em parceria com a COGEP/DIRAD;

XII - promover o intercâmbio de informações e conhecimentos com outros órgãos de gestão de recursos humanos e a cooperação técnica com outras instituições públicas ou privadas; e

XIII - implementar outras políticas de recursos humanos, no âmbito da SOF, observadas as diretrizes emanadas da SEGEP.

Art. 23. À Divisão de Desenvolvimento de Pessoas compete:

I - planejar, coordenar e desenvolver as atividades relativas ao processo de recrutamento e seleção, para concurso público e programa de estágio, formação, capacitação e educação continuada de recursos humanos da SOF de acordo com o Plano Anual de Capacitação, em consonância com as diretrizes da COGEP/DIRAD;

II - promover e viabilizar ações que possibilitem a promoção de saúde e contribuam para melhoria da qualidade de vida dos servidores da SOF, em articulação com a COGEP/DIRAD;

III - promover a gestão de competências profissionais e organizacionais a partir de um programa de mobilidade interna e de reconhecimento de servidores na SOF;

IV - auxiliar no estabelecimento e na implementação de convênios e acordos de cooperação técnica, ou instrumentos congêneres, a serem firmados pela SOF, com órgãos e entidades que tenham por objeto a capacitação de pessoas, bem como zelar pela sua adequada execução;

V - estruturar e manter atualizado o Banco de Talentos dos servidores da SOF;

VI - manter atualizado o Código de Ética e Conduta dos servidores da SOF, em consonância com as diretrizes da SEGEP; e

VII - promover a disseminação dos Valores e Condutas dos servidores da SOF.

Art. 24. À Divisão de Administração de Pessoas, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela COGEP/DIRAD, compete:

I - receber, instruir e proceder ao encaminhamento à COGEP/DIRAD, das demandas relativas à cessão de servidor, registro de frequência, férias, afastamentos, licenças, benefícios, bem como aqueles correlatos à progressão e promoção de servidores na carreira, nomeação e exoneração para cargos em comissão e providências relativas à identificação funcional do servidor;

II - acompanhar a publicação de documentos e expedientes de interesse dos servidores da SOF, procedendo às providências correspondentes que se façam necessárias;

III - acompanhar, atualizar e divulgar atos referentes à área de serviços de pessoal, bem como orientar as unidades da SOF quanto ao cumprimento das normas estabelecidas pela COGEP/DIRAD;

IV - acompanhar e operacionalizar o processo de avaliação de desempenho e estágio probatório dos servidores da SOF; e

V - acompanhar a instrução processual e zelar pelo fiel cumprimento das providências decorrentes de processos disciplinares abertos em nome de servidores em exercício na SOF, em consonância com a Corregedoria do Ministério.

Art. 25. Ao Serviço de Acompanhamento de Pessoal compete:

I - manter atualizadas as informações funcionais dos servidores lotados na SOF;

II - executar os procedimentos necessários a consolidação da frequência dos servidores em exercício na SOF; e

III - opinar sobre atos, pareceres, informações e expedientes diversos acerca dos direitos, deveres e obrigações dos servidores.

Art. 26. À Coordenação de Administração e Logística compete:

I - coordenar as atividades de administração de material e serviços gerais;

II - coordenar e controlar a execução das atividades relacionadas à administração geral, obras e serviços e fiscalização das atividades de manutenção predial; e

III - acompanhar a execução das atividades de transportes, telecomunicações, segurança, copeiragem, jardinagem e limpeza e conservação.

Art. 27. À Divisão de Apoio Administrativo compete:

I - realizar a provisão e o controle da utilização dos materiais de consumo necessários à SOF;

II - fiscalizar a execução dos serviços prestados pelas empresas terceirizadas nas áreas de apoio administrativo;

III - fiscalizar a execução das atividades de recepção, limpeza e conservação, dedetização e desratização, garçons e copeiragem, vigilância e operação de elevadores;

IV - promover a gestão dos veículos à disposição da SOF, estabelecendo escala de serviços, utilização, distribuição e conduta dos motoristas;

V - acompanhar a execução dos serviços de coleta, transporte e entrega de documentos e de pequenos volumes;

VI - solicitar a emissão de passagens, providenciar diárias e respectiva prestação de contas de servidores e colaboradores eventuais da SOF;

VII - providenciar junto aos órgãos competentes a emissão de passaportes de serviço, prorrogação de validade dos mesmos e os vistos de entrada nos países, acompanhando as etapas do processo; e

VIII - controlar a distribuição e a utilização de vagas para veículos na garagem e no estacionamento do pátio.

Art. 28. Ao Serviço de Atividades Auxiliares compete:

I - zelar pelo patrimônio da SOF e pelos recursos de comunicações telefônicas, fixa, móvel e fax;

II - promover, junto às áreas responsáveis do Ministério, a manutenção e a conservação das instalações, bens móveis e equipamentos;

III - fiscalizar a execução de serviços prestados por terceiros, nas áreas de manutenção predial, energia elétrica e ar condicionado;

IV - fiscalizar a execução de serviços prestados por terceiros, nas áreas de telefonia, brigada de incêndio, consumo de água, saneamento e manutenção dos elevadores;

V - fiscalizar a prestação de serviços técnicos de operação, apoio e manutenção preventiva e corretiva dos sistemas elétricos/hidráulicos, proteção contra descargas atmosféricas e aterramento - SPDA, bombas de recalque de água potável, esgoto e água pluvial, grupo gerador e sistema de esgotamento a vácuo;

VI - disciplinar a utilização de áreas comuns, em especial o auditório e promover, junto às áreas responsáveis do Ministério a reserva de salas e equipamentos audiovisuais; e

VII - organizar e manter atualizadas informações sobre contratos e convênios sob sua supervisão em que a SOF seja parte.

Art. 29. À Coordenação de Gestão Estratégica e Modernização compete, no âmbito da SOF:

I - coordenar o processo de Gestão Estratégica;

II - propor as reuniões de acompanhamento, de liderança e de divulgação do Planejamento Estratégico;

III - planejar, elaborar, executar e acompanhar o processo de organização e modernização administrativa;

IV - coordenar ações de mapeamento de processos de trabalho;

V - organizar informações sobre estrutura organizacional, normas, rotinas e manuais de procedimentos relativos à modernização administrativa;

VI - buscar soluções tecnológicas e instrumentais metodológicos destinados ao planejamento, execução e controle das atividades de organização e modernização administrativas;

VII - analisar e manifestar-se sobre propostas de alteração da estrutura organizacional; e

VIII - gerenciar os processos de planejamento, elaboração, acompanhamento e avaliação do PPA e a execução orçamentário-financeira, no que se refere a programas e ações, em articulação com a DIPLA/SE.

IX - apoiar acordos de cooperação técnica, ou instrumentos congêneres, a serem firmados pela SOF, bem como zelar pela sua adequada execução.

Art. 30. À Divisão de Gerenciamento Estratégico compete, no âmbito da SOF:

I - auxiliar a COGEM:

a) no acompanhamento do processo de Gestão Estratégica da SOF;

b) na promoção das reuniões de acompanhamento, de liderança e de divulgação do Planejamento Estratégico no escopo da SOF;

c) na avaliação das ações de mapeamento e racionalização de processos de trabalho;

d) na divulgação das informações sobre estrutura organizacional, normas, rotinas e manuais de procedimentos relativos à modernização administrativa da SOF;

e) na disseminação de soluções tecnológicas e instrumentais metodológicos destinados ao planejamento, execução e controle das atividades de organização e modernização administrativas; e

f) no acompanhamento e avaliação do PPA e da execução orçamentário-financeira, no que se refere a programas e ações.

Art. 31. À Coordenação-Geral de Tecnologia e da Informação, em articulação com a Diretoria de Tecnologia da Informação da Secretaria-Executiva - DTI/SE, compete, no âmbito da SOF:

I - coordenar, projetar, viabilizar, desenvolver e executar atividades ou soluções relativas à tecnologia da informação - TI, visando facilitar e agilizar o cumprimento da missão institucional da SOF;

II - indicar membros representantes da SOF para compor comitês ou grupos técnicos de trabalho de TI, inclusive o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação - CETI do Ministério;

III - integrar e participar de seminários, eventos, fóruns e grupos de trabalho relacionados a TI, representando a SOF;

IV - atuar como Secretaria-Executiva da Comissão de Gestão da Informação - CGI da SOF, apoiando-a nas suas atividades institucionais;

V - exercer outras atribuições que lhe venham a ser deferidas pela CGI; e

VI - praticar todos os atos de gestão administrativa, orçamentária financeira e operacional no que couber.

Parágrafo único. À Coordenação-Geral de Tecnologia e da Informação poderá:

I - prestar os serviços sob sua atribuição para outros órgãos ou entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital ou municipal mediante convênios ou acordos de cooperação que venham a ser celebrados entre estes e a SOF;

II - repassar em todo ou em parte a prestação de serviços sob sua atribuição para outros órgãos ou entidades públicos ou privados com os quais o Ministério, ou a SOF, mantenha convênios, acordos de cooperação ou contratos; e

III - estabelecer formas de articulação e relacionamento com órgãos ou entidades com os quais a SOF mantenha convênios ou acordos de cooperação, oferecendo reciprocamente o apoio necessário à formulação e execução de programas de capacitação, o estágio de pessoal, o estudo de novos métodos de trabalho e de gestão, ou ainda outras atividades afins.

Art. 32. À Coordenação de Serviços e Operações compete:

I - assessorar o Coordenador-Geral da CGTEC nas questões de TI relativas a organização, processos, normas, planejamento, controle, orçamento, monitoração, acompanhamento e outras afins;

II - orientar as áreas da CGTEC quanto à correta execução dos processos de trabalho de TI e realizar auditorias periódicas para assegurar a observância desses processos;

III - definir, implementar e administrar ferramentas de apoio à gestão dos processos de trabalho da CGTEC, em coordenação com as áreas responsáveis pela execução dos processos;

IV - elaborar, atualizar e administrar as políticas de TI, inclusive os planos Estratégico de TI e Diretor de TI, da SOF;

V - acompanhar e controlar a execução das ações a cargo da CGTEC definidas no PPA;

VI - elaborar e executar o Plano de Capacitação dos profissionais de TI;

VII - atualizar e monitorar o portfólio de projetos de TI da SOF;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

VIII - avaliar, analisar previamente e propor projetos de soluções de TI para a priorização e deliberação pela CGI;

IX - orientar e executar as atividades de gerenciamento de projetos e de governança de TI na SOF, fornecendo suporte técnico e metodológico, acompanhando e comunicando o desempenho dos projetos da CGTEC, bem como acompanhar e priorizar demandas de manutenções corretivas e evolutivas dos sistemas sob responsabilidade da SOF;

X - definir os sistemas ou módulos que serão desenvolvidos ou mantidos por fábrica de software, em conjunto com a CODIN;

XI - propor diretrizes para pesquisar, avaliar, adquirir, desenvolver, homologar e implantar metodologias e técnicas de gestão, bem como produtos e serviços de TI para suporte às atividades da SOF;

XII - prospectar e propor a aplicação de boas práticas de gestão e governança de TI aos processos de trabalho executados pela CGTEC, apoiando a definição e implantação de processos e de normas técnicas de TI, implementando melhorias nos processos de gestão de TI e zelando pela sua governança, aplicabilidade, qualidade, cumprimento e aderência às necessidades institucionais;

XIII - implementar melhorias na comunicação entre as coordenações de TI;

XIV - planejar e elaborar os documentos para aquisição de bens e serviços de TI, bem como receber fornecedores e acompanhar os processos de aquisição, fornecendo informações acerca do estágio em que se encontram os processos correspondentes;

XV - elaborar e encaminhar a previsão da despesa anual e de investimentos de TI;

XVI - atuar como fiscal demandante nos contratos de prestação de serviços relacionados a sua área de atuação, acompanhando a execução dos contratos e validando as métricas e os valores das faturas dos fornecedores;

XVII - elaborar e manter o portfólio de serviços e soluções de TI da SOF;

XVIII - gerenciar e manter acordos de níveis de serviços com usuários e clientes, bem como mensurar os níveis de serviços efetivamente entregues pelos fornecedores internos e externos;

XIX - gerenciar os requisitos de integração de dados entre os sistemas da SOF, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, do Congresso, e de outros órgãos;

XX - planejar e definir os testes de sistemas desenvolvidos internamente ou por fábrica de software, inclusive Portal SOF e Ensino a Distância - EAD, em conjunto com a CODIN;

XXI - elaborar manuais e tutoriais de sistemas;

XXII - realizar o suporte ao EAD e ao Portal do Orçamento Federal;

XXIII - planejar, viabilizar, ministrar e gerenciar a capacitação dos usuários dos sistemas, serviços, ferramentas e aplicativos de TI de responsabilidade da SOF, em articulação com as demais áreas e outras organizações interessadas;

XXIV - organizar e coordenar a Central de Atendimento aos Usuários - Central 2121, bem como realizar os atendimentos de primeiro e segundo níveis de sistemas e de hardware e software das estações de trabalho;

XXV - delegar à CODIN o atendimento de sistemas de terceiro nível, mantendo o conhecimento gerado pelo serviço de atendimento;

XXVI - emitir e analisar os relatórios dos chamados de suporte recebidos, bem como detectar e sugerir necessidades de informatização ou de melhorias nos serviços e sistemas de TI da SOF em produção;

XXVII - gerenciar a ferramenta de Business Intelligence - BI da SOF provendo as informações orçamentárias previamente estruturadas e o extrator de dados do orçamento e garantindo a qualidade das informações apresentadas;

XXVIII - projetar, gerenciar e manter o painel gerencial, bem como elaborar e gerenciar cubos para consultas de dados orçamentários, elaborando e disponibilizando informações e relatórios em atendimento a demandas internas e externas;

XXIX - gerenciar e manter a aplicação de dados abertos do orçamento;

XXX - acompanhar o recebimento de dados da execução orçamentária e a atualização das bases de dados da SOF;

XXXI - analisar as informações orçamentárias emitidas e garantir a sua qualidade e veracidade;

XXXII - definir, implementar, coordenar e gerenciar a infraestrutura tecnológica necessária à implantação e operação dos sistemas e soluções informatizadas sob responsabilidade da SOF;

XXXIII - administrar e executar a publicação de novas versões de software nos ambientes de desenvolvimento, teste, homologação e produção;

XXXIV - elaborar e manter manuais de operação dos sistemas hospedados pela SOF em conjunto com a CODIN;

XXXV - gerenciar a rede local e atribuir e controlar as permissões de acesso a recursos de rede e sistemas, bem como elaborar, executar, e manter rotinas e procedimentos operacionais necessários à operação dos sistemas hospedados pela SOF;

XXXVI - administrar e elaborar mecanismos de monitoramento e alerta de problemas de infraestrutura, dos serviços de rede e dos sistemas hospedados na SOF;

XXXVII - acompanhar a execução das políticas de backup dos sistemas e serviços providos pela coordenação;

XXXVIII - elaborar e manter documentação dos ativos, rotinas, serviços e normas operacionais da sua área de atuação;

XXXIX - gerenciar a infraestrutura de energia (gerador e nobreak);

XL - gerenciar a capacidade e desempenho dos sistemas e equipamentos;

XLI - planejar e gerenciar as mudanças;

XLII - gerenciar a homologação, a instalação e a liberação de novas versões das aplicações, incluindo a elaboração e aplicação dos respectivos testes de segurança e estresse;

XLIII - criar ambientes de processamento: desenvolvimento, testes, homologação, produção e outros, bem como instalar e configurar softwares de apoio a execução de aplicações;

XLIV - analisar, suportar e solucionar problemas relacionados aos ambientes de processamento e respectivas aplicações;

XLV - executar ações de planejamento, implantação, execução e gestão de Sistemas de Gerenciamento de Segurança da Informação e Comunicações - SGSIC;

XLVI - planejar, avaliar, definir, implementar, manter e testar os procedimentos para a recuperação de desastres, a manutenção da disponibilidade dos sistemas e serviços da SOF e a continuidade dos negócios;

XLVII - gerenciar ativos de informação da SOF, planejando, estabelecendo e mantendo os respectivos controles de segurança;

XLVIII - definir, implementar, configurar e manter, em conjunto com as outras áreas da COSOP, parâmetros de segurança de recursos de rede, sistemas operacionais, equipamentos, estações de trabalho, softwares de segurança, aplicativos e processos, bem como parâmetros de segurança dos sistemas críticos, baseados em normas, padrões e práticas consolidadas de segurança;

XLIX - manter alinhados os planos e políticas de segurança da informação da SOF à legislação pertinente e às diretrizes do Ministério;

L - promover a cultura de segurança na SOF adotando e estimulando o uso de boas práticas em segurança da informação;

LI - contribuir para a garantia da autenticidade, confidencialidade e disponibilidade dos ativos de informação da SOF;

LII - analisar ataques e intrusões na rede SOF;

LIII - executar ações necessárias para tratar quebras de segurança e recuperar os sistemas afetados;

LIV - facilitar e coordenar as atividades de tratamento e resposta a incidentes de segurança;

LV - obter informações quantitativas e qualitativas acerca dos incidentes ocorridos e descrever sua natureza, causas, data de ocorrência, frequência e custos resultantes;

LVI - agir proativamente com o intuito de evitar a ocorrência de incidentes de segurança, divulgando práticas e recomendações de Sistemas de Informação e Comunicação - SIC e avaliando as condições de segurança de redes por meio de análises de risco e verificações de conformidade;

LVII - manter constante trabalho de pesquisa e inovação, nos assuntos e tecnologias relacionados à SIC, para aplicabilidade no âmbito da SOF e orientar as respectivas ações de investimentos;

LVIII - participar de comunidades, eventos e didáticas cujo objetivo seja a segurança da informação;

LIX - gerenciar a solução de banco de dados da SOF, mantendo sua disponibilidade, integridade, consistência e atualidade;

LX - instalar, configurar, gerenciar, monitorar, ajustar, atualizar, testar, homologar e implantar novas versões de sistemas gerenciadores de banco de dados - SGDB e de softwares relacionados;

LXI - monitorar a utilização de recursos de hardware nos servidores de bancos de dados e ajustar o desempenho (tuning) do SGBD e das aplicações que os acessam (otimização de queries e tuning de aplicação);

LXII - executar os procedimentos de backup, restore, cópias de segurança e transferência entre servidores das bases de dados e sistema de arquivos da SOF;

LXIII - planejar, controlar, coordenar, executar e manter os processos de replicação ou migração de bases de dados entre diferentes ambientes e apoiar a implantação das bases de dados dos sistemas da SOF em ambientes externos;

LXIV - criar, manter, analisar e modelar os bancos de dados das aplicações e sistemas da SOF, em cooperação com a CODIN, mantendo sua coerência, padronização e organização;

LXV - controlar e manter as regras, padrões e nomenclatura para a criação de objetos de banco de dados;

LXVI - homologar projetos de banco de dados;

LXVII - criar, manter e organizar objetos de banco de dados e controlar sua utilização;

LXVIII - controlar o acesso aos ambientes de banco de dados, as permissões de objetos do banco de dados, bem como criar e executar estratégias de auditoria e segurança de bancos de dados;

LXIX - instalar e configurar ferramentas de Extração, Transformação e Carga - ETL, bem como criar, padronizar, manter e executar rotinas de processos de ETL da SOF e criar e manter sua documentação;

LXX - realizar o suporte técnico de banco de dados da SOF aos usuários finais, às equipes de desenvolvimento da SOF e de outras secretarias do Ministério;

LXXI - emitir pareceres técnicos, relatórios e documentos relativos aos procedimentos e controles das bases de dados;

LXXII - disponibilizar e configurar estações de trabalho para os usuários finais;

LXXIII - acompanhar a impressão e distribuir relatórios emitidos pelos usuários nas impressoras centrais;

LXXIV - emitir e analisar criticamente os relatórios de utilização das impressoras;

LXXV - controlar a documentação de localização de equipamentos, estações de trabalho e respectivos usuários; e

LXXVI - realizar serviços de reprografia.

Art. 33. À Coordenação de Desenvolvimento e Inovação compete:

I - conceber, levantar requisitos, projetar a solução informatizada, elaborar o projeto gráfico, prototipar as telas, coordenar, acompanhar e supervisionar o desenvolvimento e a manutenção dos sistemas sob a responsabilidade da SOF;

II - acompanhar e regulamentar o desenvolvimento, manutenção e uso do Sistema Integrado de Planejamento e Dados Orçamento - SIOP, zelando por sua confiabilidade e disponibilidade, em articulação com a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI e o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST;

III - desenvolver, manter e testar os módulos e componentes do SIOP e de outros sistemas sob sua responsabilidade;

IV - desenvolver e manter os componentes do Portal do Orçamento Federal e da Escola Virtual da SOF - EAD;

V - avaliar a adequação de soluções de sistemas livres ou licenciadas às necessidades da SOF, realizando adequações, quando necessário;

VI - planejar e definir os testes de sistemas desenvolvidos internamente ou por fábrica de software, inclusive para o Portal SOF e o EAD, em conjunto com a COSOP e executar os testes de sistemas;

VII - aferir a qualidade do código dos componentes e sistemas desenvolvidos por fábrica de software, atestando sua aderência aos requisitos funcionais, bem como aos padrões técnicos e requisitos não funcionais em vigor na CGTEC;

VIII - realizar o suporte de sistemas de terceiro nível dos sistemas sob sua responsabilidade;

IX - atuar como ponto focal na relação entre a CGTec e fábrica de software, acompanhando a execução das ordens de serviço, o cumprimento dos prazos, a validação da solução técnica e a validação das quantidades de pontos de função apontadas pelo fornecedor contratado;

X - definir os sistemas ou módulos que serão desenvolvidos ou mantidos por fábrica de software, em conjunto com a COSOP;

XI - definir e manter a arquitetura de sistemas;

XII - realizar o gerenciamento da configuração dos sistemas; e

XIII - realizar pesquisas sobre novas tecnologias e avaliar a pertinência de sua aplicação aos sistemas sob responsabilidade da SOF, de modo a mantê-los atualizados.

Art. 34. À Coordenação de Gestão da Informação e Documentação compete:

I - organizar o conhecimento;

II - apresentar a experiência da SOF em gestão do conhecimento para o público externo;

III - definir a estratégia de gestão de conhecimento;

IV - planejar e coordenar a criação, disseminação e utilização do conhecimento na SOF;

V - exercer a função de ponto focal da SOF para atendimento das demandas recebidas pelo Serviço de Informação ao Cidadão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SIC/MP;

VI - gerenciar a biblioteca da SOF, mantendo o acervo bibliográfico, atendendo demandas por novas publicações e realizando o atendimento ao público;

VII - gerenciar e administrar o sistema de arquivos da SOF;

VIII - orientar e capacitar usuários do sistema de arquivos;

IX - gerenciar o protocolo, cadastrando documentos no sistema, orientando usuários no trâmite de documentos, recebendo e expedindo documentos oficiais da SOF;

X - centralizar e disponibilizar as informações referentes a leis e normas sobre assuntos de interesse da SOF;

XI - gerenciar a preservação dos documentos recebidos, produzidos e expedidos conforme as normas vigentes, no âmbito da SOF, garantindo o acesso a informações deles decorrentes;

XII - prospectar novas tecnologias de gestão do conhecimento;

XIII - produzir análises e estudos de legislação;

XIV - atender demandas de informação das unidades da SOF; e

XV - analisar e sugerir a aplicação de práticas gerenciais, técnicas, metodologias, projetos e atividades visando facilitar a organização, o armazenamento e o compartilhamento das informações, estimulando a criação, ampliação e o aproveitamento do conhecimento organizacional, bem como a geração de produtos e serviços informacionais.

Art. 35. À Coordenação-Geral de Inovação e Assuntos Orçamentários e Federativos compete:

I - planejar, executar, monitorar e avaliar iniciativas que promovam inovações no orçamento público federal, gerindo, em conjunto com as outras unidades da SOF, ações que visam à melhoria do processo orçamentário;

II - fomentar processo de produção e disseminação de conhecimento orçamentário;

III - desenvolver projetos de interesse estratégico da SOF, relacionados ao contínuo desenvolvimento orçamentário;

IV - manter e aperfeiçoar o relacionamento institucional da SOF com as Secretarias de Planejamento e Orçamento dos Estados, Municípios e Distrito Federal, ou entidades equivalentes, de forma a promover intercâmbio de experiências e aprimoramentos dos orçamentos públicos aos três entes da federação;

V - manter e aprimorar os processos orçamentários, em conjunto com as Coordenações-Gerais e os Departamentos de Programas; e

VI - realizar estudos e pesquisas que contribuam para a melhoria da qualidade do gasto público na administração pública federal, visando o aperfeiçoamento do processo orçamentário e transparência do orçamento.

Art. 36. À Coordenação de Educação e Disseminação Orçamentária compete:

I - planejar, coordenar, executar, monitorar e avaliar atividades, eventos, concursos e premiações que incentivem a melhoria na elaboração do orçamento, no gerenciamento do ciclo orçamentário e na qualificação de projetos de incentivos à inovação do orçamento público e à pesquisa científica;

II - coordenar e promover ações de interesses comuns da SOF e dos Estados, Distrito Federal e Municípios e nos assuntos inovadores relacionados ao orçamento público;

III - promover e coordenar cursos na modalidade de EAD visando favorecer a melhoria da gestão orçamentária em âmbito federal, estadual, distrital e municipal; e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014062600077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - desenvolver e coordenar ações que promovam a disseminação da educação orçamentária junto à sociedade.

Art. 37. À Coordenação de Inovação, Desenvolvimento Orçamentário e Qualidade do Gasto compete:

I - desenvolver estudos, metodologias e propostas de inovação nos assuntos relativos ao orçamento público federal e que contribuam para o aprimoramento do gasto público; e

II - coordenar e promover ações de interesses comuns a SOF e aos órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal em assuntos inovadores relacionados ao orçamento público.

Art. 38. Aos Departamentos de Programas da Área Econômica, de Programas Especiais, de Programas de Infraestrutura e de Programas Sociais, na sua área de atuação compete orientar, coordenar, supervisionar e controlar os orçamentos setoriais, bem como desenvolver estudos e projetos visando racionalizar o processo de alocação e utilização dos recursos orçamentários, e ainda:

I - acompanhar e avaliar a execução orçamentária, sem prejuízo da competência atribuída a outros órgãos, enfatizando o cumprimento das ações prioritárias de governo;

II - avaliar, à luz das prioridades e metas fixadas, as propostas orçamentárias apresentadas pelos órgãos e entidades;

III - supervisionar e coordenar os órgãos setoriais de orçamento, no que se refere aos aspectos técnicos da matéria orçamentária, na elaboração e execução de seus orçamentos;

IV - analisar sistematicamente a adequação do programa de trabalho das unidades e dos órgãos e promover as revisões necessárias;

V - organizar e manter atualizado cadastro dos órgãos e unidades, contendo informações acerca de sua estrutura, atribuições, normas e procedimentos; e

VI - manter base atualizada da legislação, bem como de planos, programas e relatórios de assuntos relacionados à atuação dos órgãos e unidades cujo acompanhamento esteja sob responsabilidade da área.

Art. 39. Às Coordenações dos Departamentos de Programas da SOF compete:

I - elaborar estudos voltados à definição e alteração de referenciais monetários para o PLOA e de limites para movimentação e empenho;

II - receber, analisar, propor ajustes e proceder às adequações no cadastro de ações;

III - manifestar entendimento sobre a contratação de operações de crédito;

IV - analisar as propostas orçamentárias, quando da elaboração do PLOA, quanto aos seus aspectos formais e a sua adequabilidade às diretrizes governamentais e aos recursos disponíveis e, quando necessário, propor modificações aos órgãos setoriais;

V - acompanhar, avaliar e, quando necessário, propor medidas para o aperfeiçoamento da execução orçamentária;

VI - analisar as solicitações de créditos adicionais e de ampliação ou remanejamento de limites de movimentação e empenho, e elaborar os atos respectivos nos casos de atendimento;

VII - realizar estudos, pesquisas, analisar e elaborar documentos técnicos oficiais relativos ao orçamento público;

VIII - analisar o autógrafo referente à Lei Orçamentária Anual, verificando sua adequação legal e propor erratas ao Congresso Nacional ou veto pelo Poder Executivo, quando necessário;

IX - auxiliar na elaboração do projeto da LDO;

X - participar da elaboração, monitoramento, avaliação e revisão do PPA;

XI - analisar os aspectos orçamentários das proposições oriundas do Congresso Nacional e apresentar as sugestões de correção ou de vetos; e

XII - subsidiar outras unidades da SOF com informações concernentes à área de atuação.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 40. Ao Secretário de Orçamento Federal incumbe planejar e coordenar a execução, acompanhar e avaliar as atividades das unidades integrantes da estrutura da SOF e, especificamente:

I - assessorar o Ministro de Estado em assuntos de competência da SOF;

II - apresentar conforme a legislação vigente e as políticas e diretrizes governamentais, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Proposta Orçamentária da União;

III - propor alterações na estrutura organizacional e no regimento interno da SOF;

IV - aprovar, em consonância com as diretrizes da COGEP/DIRAD, programas e projetos específicos visando à seleção, admissão, capacitação, movimentação, formação, aperfeiçoamento ou à especialização dos servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento, lotados na SOF;

V - aprovar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência, no âmbito de sua área de atuação;

VI - firmar e rescindir contratos, convênios, ajustes, acordos ou outros instrumentos congêneres, na sua área de atuação, desde que não dispenda recurso orçamentário;

VII - representar a SOF em atividades nacionais e internacionais;

VIII - expedir normas sobre os assuntos de competência da SOF;

IX - autorizar, nos termos da legislação vigente, interrupção de férias dos servidores que lhe sejam subordinados;

X - exercer as atribuições que lhe forem expressamente delegadas, admitida a subdelegação à autoridade diretamente subordinada; e

XI - praticar os demais atos necessários ao alcance das finalidades e ao cumprimento das competências da SOF.

Art. 41. Ao Chefe de Gabinete incumbe planejar e coordenar a execução, acompanhar e avaliar as atividades de apoio logístico ao Secretário desenvolvidas no Gabinete e, especificamente:

I - coordenar o apoio administrativo ao Secretário;

II - supervisionar as atividades de competência do Gabinete do Secretário;

III - coordenar as atividades ligadas ao relacionamento externo do Secretário;

IV - promover a divulgação dos atos do Secretário;

V - supervisionar, em conjunto com a área técnica responsável, a publicação dos atos oficiais do Secretário;

VI - coordenar as ações de relacionamento com os demais gabinetes das unidades administrativas do Ministério e com os gabinetes de outros órgãos governamentais;

VII - coordenar o assessoramento ao Secretário nos assuntos parlamentares e com a imprensa, articulando-se com a Assessoria Parlamentar - ASPAR/GM e a ASCOM/GM;

VIII - analisar e controlar o trâmite de expedientes recebidos e expedidos pelo Secretário;

IX - organizar o despacho de processos, documentos e expedientes do Secretário, encaminhar e acompanhar os assuntos tratados no Gabinete e os documentos distribuídos;

X - coordenar a agenda de trabalho do Secretário, bem como preparar despachos e audiências; e

XI - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Secretário.

Art. 42. Aos Secretários-Adjuntos, doravante identificados por assuntos de Gestão Orçamentária, Gestão Fiscal e de Gestão Corporativa, incumbe:

I - assessorar o Secretário nos assuntos de sua competência;

II - definir, planejar e avaliar, em conjunto com o Secretário, as diretrizes gerais de atuação da SOF e verificar, no âmbito das unidades que estejam sob sua supervisão direta, seu cumprimento, inclusive das determinações do Secretário;

III - dirimir dúvidas relativas a questões pertinentes às competências da SOF;

IV - acompanhar e avaliar o cumprimento da missão institucional da SOF; e

V - representar o Secretário nos assuntos de competência relacionada às atribuições das unidades da SOF que estejam sob sua supervisão direta.

§ 1º Ao Secretário-Adjunto responsável pelos assuntos de Gestão Orçamentária incumbe, ainda, supervisionar as atividades dos Departamentos de Programas; planejar, coordenar, acompanhar e avaliar as atividades das Coordenações-Gerais de Consolidação, de Acompanhamento e Avaliação de Programações Estratégicas, de Normas, e as atividades dos assessores, dos assessores técnicos e do assistente do Secretário.

§ 2º Ao Secretário-Adjunto responsável pelos assuntos de Gestão Fiscal incumbe, ainda, planejar, coordenar, acompanhar e avaliar as atividades das Coordenações-Gerais de Despesas com Pessoal e Sentenças; de Avaliação da Receita Pública; e de Avaliação Macroeconômica.

§ 3º Ao Secretário-Adjunto responsável pelos assuntos de Gestão Corporativa incumbe, ainda, planejar, coordenar, acompanhar e avaliar as atividades das Coordenações-Gerais de Desenvolvimento Institucional; de Inovação e Assuntos Orçamentários e Federativos; e de Tecnologia e da Informação.

Art. 43. Aos Diretores de Departamento incumbe:

I - assistir o Secretário em assuntos de sua área de competência;

II - planejar e coordenar as atividades sob sua responsabilidade;

III - definir, planejar e avaliar, em conjunto com o Secretário, as diretrizes gerais de atuação da SOF e verificar seu cumprimento, no âmbito das unidades que estejam sob sua supervisão direta;

IV - estabelecer a programação de trabalho de sua área de atuação;

V - aprovar e encaminhar ao Secretário o relatório anual de atividades do seu Departamento;

VI - estruturar grupos de trabalho para desenvolver estudos e projetos de interesse da SOF; e

VII - submeter à apreciação superior propostas de racionalização de métodos e processos de trabalho.

Art. 44. Aos Coordenadores-Gerais incumbe planejar e coordenar a execução, das atividades das respectivas unidades e, especificamente:

I - assessorar o Secretário nos assuntos de sua competência;

II - estabelecer a programação de trabalho e coordenar as atividades técnicas das respectivas áreas;

III - promover a integração operacional entre as unidades da Coordenação-Geral;

IV - identificar as necessidades e propor programa anual de capacitação e de aperfeiçoamento dos servidores das respectivas áreas;

V - coordenar a elaboração de atos administrativos;

VI - verificar o cumprimento das diretrizes gerais e das determinações do Secretário; e

VII - representar o Secretário nos assuntos de sua competência.

Art. 45. Aos Coordenadores incumbe planejar e coordenar a execução das atividades das respectivas unidades e, especificamente:

I - responder, junto ao titular da unidade, pela regularidade dos trabalhos e outros encargos afetos a sua área;

II - administrar os recursos humanos, materiais e tecnológicos;

III - elaborar o relatório anual de atividades da Coordenação; e

IV - exercer outras atribuições que lhes forem delegadas.

Art. 46. Aos Chefes de Divisão incumbe:

I - submeter à apreciação superior métodos e processos de racionalização dos trabalhos sob a sua área de atuação;

II - emitir pareceres e sugestões sobre assuntos afetos à sua Divisão; e

III - exercer outras atividades que lhes forem atribuídas pelo seu superior imediato.

Art. 47. Aos Chefes de Serviço incumbe:

I - executar os trabalhos sob sua responsabilidade;

II - propor a racionalização de métodos e processos de trabalho; e

III - exercer outras atividades que lhes forem atribuídas pelo seu superior imediato.

Art. 48. Ao Assessor responsável pelas atividades de Comunicação Social incumbe, em articulação com a ASCOM/GM:

I - prestar apoio às unidades da SOF nos assuntos relacionados à comunicação social;

II - produzir e divulgar notícias na Internet e Intranet do Ministério e no Portal Orçamento Federal;

III - produzir, montar, diagramar e revisar o Boletim Informativo Interno SOF NOTÍCIAS;

IV - gerenciar o conteúdo do Portal Orçamento Federal;

V - coordenar e acompanhar a logística de eventos da SOF;

VI - atender à Imprensa; e

VII - exercer suas atividades sob a supervisão da CGDIN.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 49. Ficam instituídas, no âmbito da SOF, as Comissões de Gestão da Informação e de Pessoas - CGI e CGP, com os objetivos de disciplinar a execução, respectivamente, das atividades relacionadas à Tecnologia da Informação e de Recursos Humanos da SOF, em consonância com as diretrizes da COGEP/DIRAD/SE, da DTI/SE, da SEGEP e da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI.

Parágrafo único. As Comissões de que trata o caput deste artigo serão compostas pelos Secretários-Adjuntos e pelos Diretores dos Departamentos de Programas e serão regulamentadas por ato específico do Secretário.

Art. 50. Fica instituído o Comitê Técnico de Orçamento - CTO com o objetivo de promover e fomentar a integração dos órgãos e unidades que compõem o Sistema de Orçamento Federal, visando ao cumprimento do disposto no inciso V do art. 1º.

§ 1º O Comitê de que trata o caput deste artigo será constituído pelo Secretário de Orçamento Federal, que o presidirá, os Secretários-Adjuntos, os Diretores dos Departamentos de Programas, os Gerentes de Projetos e os Coordenadores-Gerais da SOF, bem como os Coordenadores-Gerais de Orçamento e Finanças ou cargos equivalentes dos órgãos setoriais dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

§ 2º O Secretário de Orçamento Federal expedirá norma específica regulamentando o funcionamento e as atribuições do CTO.

Art. 51. A SOF deverá manter estreito relacionamento cooperativo com os órgãos centrais dos demais sistemas da Administração federal, em especial com o de Administração Financeira, tendo em vista a sua integração operacional.

Art. 52. Serão de responsabilidade da SOF o controle, a fiscalização e a prestação de contas de contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, referentes às demandas de sua área de competência, no que couber.

Art. 53. Fica o Secretário de Orçamento Federal autorizado a definir quais órgãos comporão as coordenações dos departamentos de programas, constantes dos incisos XI a XIV, do art. 2º, deste Anexo.

Art. 54. Fica o Secretário de Orçamento Federal autorizado a expedir as normas necessárias à plena observância deste Regimento Interno.

Art. 55. Os casos omissos e as eventuais dúvidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário de Orçamento Federal.

ANEXO VIII

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º A Secretaria de Assuntos Internacionais, órgão subordinado diretamente ao Ministro de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, tem por finalidade:

I - formular diretrizes, planejar, coordenar as políticas e ações para a negociação de programas e projetos do setor público, vinculadas a fontes externas;

II - avaliar pleitos de programas ou projetos do setor público, vinculados a fontes externas, mediante informações prestadas por mutuários;

III - assegurar que os contratos a serem negociados tenham projetos compatíveis com a autorização dada pela Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX;

IV - acompanhar a execução de programas e projetos aprovados pela COFIEX, mediante informações prestadas por mutuários ou órgãos executores e por organismos ou agências internacionais e recomendar, quando necessário, alterações em sua implementação;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

V - manifestar-se formalmente sobre a conveniência e a oportunidade de inclusão de contribuições obrigatórias e voluntárias a organismos internacionais nas propostas orçamentárias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

VI - coordenar o processo prévio de apreciação orçamentária pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de novas contribuições obrigatórias e voluntárias a organismos internacionais e de aumentos reais em relação ao período precedente, nos termos do art. 1º do Decreto nº 92.392, de 7 de fevereiro de 1986;

VII - instruir o processo de pagamento das integralizações de cotas e das contribuições voluntárias e obrigatórias aos organismos internacionais, observadas as diretrizes estabelecidas em ato do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;

VIII - no âmbito de competência do Ministério, acompanhar e avaliar as políticas e diretrizes globais de organismos multilaterais de desenvolvimento e a posição brasileira nesses organismos;

IX - participar, no âmbito da União, da elaboração do plano plurianual, do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e da proposta orçamentária; e

X - assessorar o Ministro de Estado em atividades internacionais.

Art. 2º Para consecução de suas finalidades, compete, ainda, à Secretaria de Assuntos Internacionais:

I - prover informações e prestar apoio técnico-administrativo necessário ao Secretário-Executivo do Ministério e ao Secretário de Assuntos Internacionais na qualidade, respectivamente, de Presidente e Secretário-Executivo da Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX;

II - atuar como Secretaria-Executiva da COFIEX, conforme Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000;

III - apoiar tecnicamente as atividades internacionais do Ministério;

IV - efetuar as integralizações de capital do Brasil aos organismos financeiros de desenvolvimento nos quais o Ministério seja o órgão de enlace;

V - coordenar o processo de pagamento das contribuições aos organismos internacionais no âmbito do Poder Executivo federal;

VI - coordenar as reuniões de missões de programação de organismos e de agências internacionais com o Brasil, no âmbito de sua atuação;

VII - administrar o relacionamento institucional e representar o Brasil nas Diretorias Executivas não-residentes de organismos internacionais em que o Ministério seja o órgão de enlace;

VIII - acompanhar, subsidiar e representar, quando necessário, o Ministério na formulação da posição brasileira em fóruns internacionais relacionados aos temas de comércio exterior, financiamento e garantia às exportações, recuperação de créditos externos e competitividade industrial;

IX - representar o Ministério em órgãos colegiados nacionais que tratam dos temas definidos no inciso VIII; e

X - subsidiar o Ministro de Estado e o Secretário-Executivo no que diz respeito aos temas nacionais mencionados no inciso VIII.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 3 A Secretaria de Assuntos Internacionais - SEAIN tem a seguinte estrutura:

I - Gabinete - GABIN:

a) Coordenação de Apoio Administrativo - COADM;

b) Divisão de Protocolo e Arquivo - DIPAR; e

c) Divisão de Processamento de Informações - DIPRI;

II - Coordenação de Apoio a Secretariados - COASE;

III - Coordenação-Geral de Financiamentos Externos - COGEX:

a) Coordenação de Projetos de Infraestrutura - COOPI;

b) Coordenação de Projetos Sociais - COPSO; e

c) Coordenação de Projetos de Desenvolvimento Institucional e Reforma do Estado - CORES;

IV - Coordenação-Geral de Relacionamentos com Organismos Internacionais - COGER:

a) Coordenação de Política com Organismos Internacionais - COPOG; e

b) Coordenação de Administração de Pagamentos a Organismos Internacionais - COPAG;

V - Coordenação-Geral de Comércio Exterior e Assessoria Internacional - COGEA.

Art. 4º A Secretaria de Assuntos Internacionais será dirigida por Secretário; as Coordenações-Gerais, por Coordenadores-Gerais; as Coordenações, por Coordenadores e o Gabinete e as Divisões, por Chefes.

Art. 5º O Secretário de Assuntos Internacionais será substituído pelo Secretário-Adjunto.

Parágrafo único. Os demais ocupantes dos cargos previstos no artigo anterior serão substituídos, em seus afastamentos ou impedimentos legais, por servidores designados na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 6º Ao Gabinete compete:

I - assistir o Secretário e o Secretário-Adjunto, preparar os despachos de expediente, organizar as agendas de compromissos e atualizar as informações referentes aos contatos profissionais;

II - auxiliar o Secretário e o Secretário-Adjunto em palestras e eventos em que vierem a participar ou ministrar;

III - organizar e controlar as atividades relacionadas à participação da SEAIN em órgãos colegiados;

IV - elaborar relatórios periódicos de natureza gerencial sobre matérias específicas de interesse da SEAIN;

V - elaborar a programação de recursos orçamentários para funcionamento da SEAIN;

VI - elaborar a programação de viagens nacionais e internacionais e de eventos da SEAIN;

VII - supervisionar as atividades de apoio logístico da SEAIN; e

VIII - supervisionar as atividades da Coordenação de Apoio a Secretariados.

Art. 7º À Coordenação de Apoio Administrativo compete:

I - executar as atividades de controle dos recursos humanos em exercício na SEAIN;

II - planejar e promover, em articulação com a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da Diretoria de Administração da Secretaria-Executiva - COGEP/DIRAD/SE, programas de treinamento visando ao aperfeiçoamento técnico profissional dos servidores da SEAIN;

III - realizar a provisão e o controle da utilização dos materiais de consumo e bens patrimoniais necessários à SEAIN;

IV - zelar pela guarda, conservação e substituição, reparo e reforma dos bens patrimoniais;

V - auxiliar na elaboração da programação orçamentária da SEAIN;

VI - auxiliar na elaboração da programação de viagens nacionais e internacionais da SEAIN;

VII - preparar a documentação necessária ao deslocamento de servidores da SEAIN, bem como solicitar a concessão de diárias nacionais e internacionais, a emissão de passagens e respectivas prestações de contas;

VIII - providenciar, junto aos órgãos competentes, a emissão e prorrogação de validade dos passaportes, bem como os vistos de entrada nos países, acompanhando todas as etapas do processo;

IX - registrar os afastamentos e fornecer subsídios para os processos de autorização de viagens a serviço de servidores da SEAIN;

X - controlar e executar os serviços de requisição de transportes;

XI - promover, junto às áreas responsáveis do Ministério, a reserva de salas e equipamentos audiovisuais;

XII - receber e enviar matérias, no âmbito da SEAIN, para publicação na Imprensa Nacional;

XIII - receber das subunidades da SEAIN as solicitações diversas para posterior encaminhamento à unidade responsável por sua execução através do sistema SPOA e- Pedidos; e

XIV - executar e controlar os serviços de reprografia da SEAIN.

Art. 8º À Divisão de Protocolo e Arquivo compete:

I - receber e registrar correspondências, bem como controlar a sua tramitação e expedição;

II - organizar e manter arquivo de documentos de uso corrente;

III - classificar e arquivar os documentos de uso corrente de acordo com o código de classificação de assuntos;

IV - recuperar a informação sobre a localização e conteúdo dos documentos;

V - atender pedidos de informação sobre o andamento de processos e documentos, mantendo o sigilo previsto em cada caso;

VI - registrar e controlar o empréstimo de documentos arquivados;

VII - colaborar com a Coordenação-Geral de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da Diretoria de Planejamento e Gestão da Secretaria-Executiva - CGPLA/DIPLA/SE, na elaboração do plano de destinação de documentos;

VIII - identificar documentos que devam ser preservados e encaminhá-los à CGPLA/DIPLA/SE para arquivamento;

IX - manter contato com a CGPLA/DIPLA/SE no sentido de receber assistência técnica e orientação quanto aos procedimentos relacionados às técnicas arquivísticas; e

X - operacionalizar os serviços de processamento de dados relativos ao protocolo e arquivo no Sistema de Controle de Processos e Documentos do Ministério - CPROD, bem como no Sistema de Gerenciamento Integrado da Secretaria - SIGS, conforme Portaria SEAIN/MP nº 1, de 21 de março de 2013.

Art. 9º À Divisão de Processamento de Informações compete:

I - acompanhar as ações de desenvolvimento, manutenção e aprimoramento do funcionamento de sistemas e aplicativos em microcomputadores visando ao atendimento das demandas da SEAIN;

II - receber informações das unidades da SEAIN e manter atualizada a base de dados dos sistemas;

III - administrar a rede local de processamento de dados;

IV - prestar suporte técnico aos usuários internos e externos do SIGS, conforme Portaria SEAIN/MP nº 1, de 2013; e

V - participar como representante da SEAIN nos Comitês de Segurança da Informação.

Art. 10. À Coordenação de Apoio a Secretariados compete:

I - planejar, coordenar e acompanhar a execução das atividades de apoio técnico-administrativo, relativas à COFIEX e de seus Grupos Técnicos;

II - secretariar e consolidar as atas das reuniões da COFIEX e de seus Grupos Técnicos;

III - manter atualizados os arquivos relativos à COFIEX e a seus Grupos Técnicos;

IV - preparar os textos referentes às decisões resultantes das reuniões da COFIEX e de seus Grupos Técnicos;

V - publicar no Diário Oficial da União os Comunicados da COFIEX; e

VI - secretariar outros grupos técnicos e de trabalhos relacionados com as áreas em que a SEAIN venha a participar ou coordenar.

Art. 11. À Coordenação-Geral de Financiamentos Externos compete:

I - coordenar e implementar ações relativas à avaliação de pleitos referentes a programas e projetos do setor público vinculados a fontes externas;

II - acompanhar as ações relativas à preparação de programas e projetos do setor público, de interesse ou que disponham de garantia da União, recomendados pela COFIEX;

III - coordenar e acompanhar as ações relativas à negociação de programas e projetos do setor público, de interesse ou que disponham de garantia da União, recomendados pela COFIEX;

IV - elaborar posição técnica sobre pleitos, programas e projetos do setor público vinculado a fontes externas, de interesse ou que disponham de garantia da União, visando subsidiar as decisões do Secretário de Assuntos Internacionais;

V - assegurar que os contratos a serem negociados tenham os respectivos projetos compatíveis com a recomendação dada pela COFIEX;

VI - consolidar informações relativas à execução de programas e projetos do setor público vinculados a fontes externas, de interesse ou que disponham de garantia da União, mediante informações prestadas por mutuários, órgãos executores, organismos ou agências internacionais e analisar e recomendar, quando pertinente, alterações em sua implementação;

VII - promover, no âmbito da União, o acompanhamento dos programas e projetos vinculados a fontes externas, de forma a subsidiar as decisões quanto às prioridades na alocação dos respectivos recursos orçamentários;

VIII - subsidiar as reuniões de programação e de revisão de carteira dos organismos financeiros internacionais de desenvolvimento e das agências governamentais estrangeiras relativas às suas respectivas operações;

IX - subsidiar a elaboração de plano plurianual, no âmbito da União, com informações relativas a projetos e programas vinculados a fontes externas, em execução, ou cuja preparação tenha sido recomendada pela COFIEX;

X - coordenar o Grupo de Trabalho Interministerial para Análise de Projetos de Meio Ambiente - GTAP; e

XI - coordenar o Grupo Técnico da COFIEX - GTEC.

Art. 12. Às Coordenações de Projetos de Infraestrutura, de Projetos Sociais e de Projetos de Desenvolvimento Institucional e Reforma do Estado compete no âmbito de suas atuações:

I - acompanhar as ações relativas à execução de programas e projetos do setor público vinculados a fontes externas, de interesse ou que disponham de garantia da União, mediante informações prestadas por mutuários ou órgãos executores, ou por organismos e agências internacionais;

II - acompanhar os trabalhos das missões dos organismos e das agências internacionais, relativos a programas e projetos do setor público vinculados a fontes externas, de interesse ou que disponham de garantia da União;

III - manter base de dados sobre programas e projetos do setor público vinculados a fontes externas em tramitação na SEAIN;

IV - analisar e subsidiar tecnicamente as decisões do Secretário de Assuntos Internacionais quanto à avaliação de pleitos relativos a programas e projetos do setor público vinculados a fontes externas; e

V - analisar e subsidiar tecnicamente as decisões do Secretário de Assuntos Internacionais quanto à avaliação da implementação de programas e projetos vinculados a fontes externas de interesse ou que disponham de garantia da União.

Art. 13. À Coordenação-Geral de Relacionamentos com Organismos Internacionais compete:

I - planejar, em consonância com as políticas macroeconômicas e setoriais do Governo, a execução das atividades de análise de estratégias dos organismos financeiros internacionais de desenvolvimento, nos quais o Ministério seja o órgão de enlace;

II - formular posições do Governo Brasileiro em organismos financeiros internacionais de desenvolvimento, nos quais o Ministério seja o órgão de enlace;

III - coordenar e acompanhar o processo de negociação, aprovação e implementação dos compromissos financeiros assumidos pelo Ministério em organismos financeiros internacionais de desenvolvimento, nos quais o Ministério seja o órgão de enlace;

IV - coordenar e acompanhar o processo de pagamento das integralizações de cotas e contribuições a organismos internacionais a cargo do Ministério;

V - acompanhar e participar das atividades dos organismos financeiros internacionais de desenvolvimento, no âmbito da competência do Ministério; e

VI - subsidiar o Ministro de Estado e o Secretário de Assuntos Internacionais, ou seus representantes, na formulação da posição brasileira em organismos financeiros internacionais de desenvolvimento.

Art. 14. À Coordenação de Política com Organismos Internacionais compete:

I - acompanhar e analisar as políticas e as atividades dos organismos financeiros internacionais de desenvolvimento e avaliar suas implicações em áreas de interesse do Governo;

II - participar da formulação de posições para subsidiar a atuação do Governo junto a organismos financeiros internacionais de desenvolvimento, especialmente aqueles em que o Ministério seja o órgão de enlace;

III - administrar os processos inerentes aos pagamentos das integralizações de cotas a organismos internacionais nos quais este Ministério seja o órgão de enlace; e

IV - promover estudos e formular propostas destinadas ao apoio, informação e orientação da participação da SEAIN em temas relacionados com organismos financeiros internacionais de desenvolvimento e agências governamentais estrangeiras.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 15. À Coordenação de Administração de Pagamentos a Organismos Internacionais compete administrar o processo de pagamento das contribuições a organismos internacionais sob responsabilidade deste Ministério.

Art. 16. À Coordenação-Geral de Comércio Exterior e Assessoria Internacional compete:

I - preparar documentos para subsidiar o Ministro de Estado e o Secretário de Assuntos Internacionais na formulação da posição brasileira em fóruns de negociação de acordos bilaterais, regionais e internacionais relacionados com os temas de comércio exterior, financiamento e garantia às exportações, recuperação de créditos externos e competitividade industrial, bem como na participação em órgãos colegiados relacionados a tais temas;

II - promover estudos, formular propostas e iniciativas internas destinadas ao apoio, informação e orientação da participação da SEAIN em negociações internacionais;

III - acompanhar os temas de relevância para o Ministério junto a fóruns e comitês internacionais da Organização Mundial do Comércio - OMC, da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE e da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento - UNCTAD;

IV - representar a SEAIN em reuniões, grupos técnicos interministeriais e demais atividades relacionadas com comércio exterior;

V - assessorar o Secretário em assuntos relacionados a comércio exterior e economia brasileira e internacional;

VI - articular a participação do Secretário em atividades relacionadas a comércio exterior e economia internacional; e

VII - planejar a recepção de delegações estrangeiras articulando-se com outras Secretarias do Ministério em coordenação com o Gabinete da SEAIN.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 17. Ao Secretário de Assuntos Internacionais incumbe:

I - planejar, coordenar e controlar as atividades das unidades da SEAIN;

II - assistir o Ministro de Estado e o Secretário-Executivo do Ministério nos assuntos relativos às atividades que lhes são afetas;

III - aprovar planos, programas e normas da SEAIN;

IV - submeter o programa de trabalho anual da SEAIN ao Ministro de Estado;

V - articular-se com autoridades do País e do exterior sobre assuntos de interesse da SEAIN;

VI - baixar portarias, instruções, circulares e outros instrumentos referentes aos atos de competência da SEAIN;

VII - subsidiar, no âmbito de sua competência, os esforços de planejamento interno, em especial mediante a apresentação de informações e análises sobre a economia internacional e suas repercussões na economia brasileira;

VIII - providenciar o apoio técnico e administrativo para as atividades da COFIEX e assessorar o Secretário-Executivo do Ministério, na qualidade de seu Presidente;

IX - autorizar, nos termos da legislação vigente, interrupção de férias dos servidores que lhe sejam subordinados;

X - aprovar projetos básicos, planos de trabalho e termos de referência, no âmbito de sua área de atuação;

XI - firmar e rescindir contratos, convênios, ajustes, acordos ou outros instrumentos congêneres, na sua área de atuação, desde que não dispenda recurso orçamentário;

XII - aprovar e praticar os atos necessários ao desempenho de suas atribuições; e

XIII - substituir o Ministro de Estado em suas atribuições como Governador junto aos organismos internacionais nos quais este Ministério seja o órgão de enlace.

Art. 18. Ao Secretário-Adjunto incumbe:

I - promover a articulação entre as unidades da SEAIN, inclusive no que se refere aos planos globais e setoriais, aos programas de trabalho anuais, aos sistemas de informação e às atividades de apoio técnico e operacional à participação da SEAIN na COFIEX;

II - substituir o Secretário nos termos do art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e

III - promover e supervisionar o processo de avaliação da carteira de empréstimos externos, visando melhorar o seu desempenho.

Art. 19. Aos Coordenadores-Gerais incumbe:

I - planejar e coordenar as atividades de sua área de competência;

II - assistir o Secretário e o Secretário-Adjunto nos assuntos afetos às atividades de sua competência;

III - prestar informações, emitir opinião e decidir sobre assuntos da sua área de competência;

IV - promover estudos e análises visando dar cumprimento à legislação pertinente à sua área de competência;

V - submeter ao Secretário relatório das atividades desenvolvidas pelas unidades da respectiva Coordenação-Geral;

VI - fornecer subsídios para elaboração da proposta orçamentária da União; e

VII - articular e prestar assistência aos proponentes e executores de projetos e programas em tramitação na SEAIN.

Art. 20. Ao Chefe de Gabinete incumbe:

I - coordenar e controlar as atividades afetas ao gabinete da SEAIN;

II - promover análise da legislação pertinente à sua área de competência;

III - assessorar o Secretário e o Secretário-Adjunto nas atividades por eles indicadas; e

IV - submeter ao Secretário o plano de trabalho de sua área de competência e apresentar relatório das atividades.

Art. 21. Aos Coordenadores incumbe:

I - coordenar e acompanhar a execução das atividades relativas à sua área de competência; e

II - assessorar o respectivo Coordenador-Geral.

Art. 22. Aos Chefes de Divisão incumbe coordenar e controlar a execução das atividades relativas à sua área de competência, bem como subsidiar a Coordenação na execução das atividades que lhes são afetas.

Art. 23. Ao Assessor, Assessores Técnicos, Assistentes e Assistentes Técnicos incumbe assessorar o superior imediato, bem como executar as atividades ou orientar sua execução, conforme as atribuições que lhes forem cometidas.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24. Serão de responsabilidade da SEAIN o controle, a fiscalização e a prestação de contas de contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, referentes às demandas de sua área de competência.

Parágrafo único. Será de responsabilidade dos órgãos ou entidades da Administração Pública federal o controle, a fiscalização e a prestação de contas de contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, referentes às demandas originadas de ações orçamentárias sob responsabilidade da SEAIN, no que se refere a repasses, integralizações e pagamentos para organismos, organizações, fundos e entidades internacionais, nos quais aqueles sejam os órgãos de enlace.

Art. 25. Os casos omissos e as eventuais dúvidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário de Assuntos Internacionais.

ANEXO IX

REGIMENTO DA SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º A Secretaria de Gestão Pública, órgão subordinado diretamente ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, tem por finalidade:

I - formular políticas e diretrizes para a gestão pública, no âmbito da Administração Pública federal, compreendendo:

a) gestão de pessoas, nos aspectos relativos a:

1. planejamento e dimensionamento da força de trabalho;
2. concurso público e contratação por tempo determinado;
3. cargos, planos de cargos e de carreiras;
4. cargos comissionados e funções de confiança;
5. estrutura remuneratória;
6. avaliação de desempenho;
7. desenvolvimento profissional;
8. atenção à saúde e segurança do trabalho; e
9. previdência, benefícios e auxílios ao servidor;

b) organização e funcionamento da Administração Pública, em especial quanto a modelos jurídico-institucionais, estruturas organizacionais e cargos em comissão, funções de confiança e funções comissionadas de natureza técnica;

c) pactuação de resultados e sistemas de incentivos e de gestão de desempenho; e

d) aperfeiçoamento e inovação da gestão dos órgãos e entidades da Administração Pública federal;

II - atuar como órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC e do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG;

III - exercer a competência normativa e orientadora em matéria de pessoal civil no âmbito da Administração federal direta, das autarquias, incluídas as de regime especial, e das fundações públicas;

IV - propor, coordenar e apoiar a implementação de planos, programas, projetos e ações estratégicos de inovação e aperfeiçoamento da gestão pública;

V - promover a gestão do conhecimento e a cooperação em gestão pública;

VI - coordenar as ações do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - GESPÚBLICA, instituído pelo Decreto nº 5.378, de 23 de fevereiro de 2005;

VII - atuar como órgão supervisor das Carreiras de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - EPPGG, conforme disposto no art. 4º da Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998, e de Analista de Infraestrutura e do cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior, de que trata a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007;

VIII - gerir, no que couber, a Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais de que trata a Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009;

IX - coordenar e monitorar a elaboração das folhas de pagamento de pessoal no âmbito da Administração federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e sociedades de economia mista que recebam dotações do Orçamento Geral da União para despesas com pessoal, por meio de controle sistêmico e administração de cadastro de pessoal;

X - promover o acompanhamento da evolução quantitativa e qualitativa da força de trabalho dos órgãos e entidades integrantes da Administração federal e da remuneração e das despesas de pessoal;

XI - monitorar a qualidade da folha de pagamentos, apontando inconsistências e indícios de irregularidades para os órgãos e entidades integrantes do SIPEC e para o órgão de controle interno para apuração, quando for o caso, acompanhar a regularização de pagamentos incorretos ou indevidos e corrigir erros nas folhas de pagamento de pessoal civil da Administração Pública federal, no caso de omissão do órgão setorial ou seccional correspondente; e

XII - assessorar o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão na análise de propostas de criação, transformação ou reestruturação de cargos, carreiras e remunerações dos servidores e militares da área de Segurança Pública do Distrito Federal, das Forças Armadas, dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União.

§ 1º As competências da Secretaria de Gestão Pública abrangem ainda os atos, inclusive os de natureza disciplinar, relativos aos servidores ativos, inativos e pensionistas oriundos dos ex-territórios do Acre, Amapá, Roraima e Rondônia e do antigo Distrito Federal, inclusive os da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios, ressalvado o disposto no § 1º do art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, e no art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 2º É permitida a delegação da competência de que trata o § 1º, inclusive para órgãos e unidades de outros Ministérios, exceto quanto à competência normativa.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria de Gestão Pública - SEGEP tem a seguinte estrutura:

I - Gabinete - GABIN:

a) Coordenação Administrativa e de Informação - COADI:

1. Divisão de Assuntos Administrativos - DIADI;
2. Serviço de Informação e Suporte Operacional - SEISO;
3. Divisão de Documentação e Protocolo - DIDOC; e
4. Serviço de Gestão Documental e Arquivo - SEGEA;

b) Coordenação de Comunicação Organizacional e Eventos - COOEV; e

c) Coordenação de Apoio à Gestão Interna - COGIN;

II - Coordenação-Geral de Modelos Organizacionais e de Planejamento da Força de Trabalho - CGMFT:

a) Coordenação de Planejamento da Força de Trabalho - COPFT; e

b) Coordenação de Modelos Organizacionais - COMOR;

III - Departamento de Modelos Organizacionais e Força de Trabalho dos Setores Social e de Desenvolvimento Econômico e Produtivo - DESEP:

a) Coordenação-Geral do Setor Social I - CGSS1;

b) Coordenação-Geral do Setor Social II - CGSS2;

c) Coordenação-Geral do Setor de Desenvolvimento Econômico e Produtivo I - CGDE1; e

d) Coordenação-Geral do Setor de Desenvolvimento Econômico e Produtivo II - CGDE2;

IV - Departamento de Modelos Organizacionais e Força de Trabalho dos Setores de Infraestrutura e de Articulação Governamental - DESIG:

a) Coordenação-Geral do Setor de Infraestrutura I - CGIF1;

b) Coordenação-Geral do Setor de Infraestrutura II - CGIF2;

c) Coordenação-Geral do Setor de Articulação Governamental I - CGOV1; e

d) Coordenação-Geral do Setor de Articulação Governamental II - CGOV2;

V - Departamento de Desenvolvimento e Desempenho Institucional - DEDDI:

a) Coordenação-Geral de Aperfeiçoamento de Modelos e Referenciais de Gestão Pública - CGAPE;

b) Coordenação-Geral do PROSIS - CGPRO;

c) Coordenação-Geral de Cooperação Técnica Internacional - CGCIN;

d) Coordenação-Geral de Gestão por Resultados - CGGPR;

e) Coordenação-Geral de Políticas de Desempenho e de Desenvolvimento de Pessoas - CGPDD:

1. Coordenação de Gestão do Desempenho - CODES; e
2. Coordenação de Gestão do Desenvolvimento de Pessoal - CODEP;

VI - Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais de Pessoal - DENOP:

a) Coordenação-Geral de Elaboração, Consolidação e Sistematização das Normas - CGECS:

1. Divisão de Consolidação e Sistematização da Legislação de Gestão de Pessoas - DILEG; e
2. Divisão de Elaboração de Atos Normativos - DIEAN;

b) Coordenação-Geral de Aplicação das Normas - CGNOR:

1. Divisão de Planos de Cargos e Carreiras - DIPCC;
2. Divisão de Direitos, Vantagens, Licenças e Afastamentos - DILAF; e
3. Divisão de Provimentos, Vacâncias e Benefícios da Seguridade Social - DIPVS;

c) Coordenação-Geral de Extintos Territórios, Empregados Públicos e Militares - CGEXT:

1. Divisão de Extintos Territórios - DIEXT; e
2. Divisão de Empregados Públicos - DIEMP;

d) Coordenação-Geral de Procedimentos Judiciais - CGPJU:

1. Divisão de Orientação e Aplicação de Decisões Judiciais na Folha de Pagamento - DIAJU; e
2. Divisão de Orientação e Aplicação de Decisões Judiciais no Cadastro - DICJU;

VII - Departamento de Políticas de Saúde, Previdência e Benefícios do Servidor - DESAP:

a) Coordenação-Geral de Atenção à Saúde e à Segurança do Trabalho do Servidor - CGSET:

1. Divisão de Promoção à Saúde, Segurança e Vigilância de Ambientes de Trabalho - DIPRO;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

b) Coordenação-Geral de Previdência e Benefícios do Servidor - CGPRE:

1. Divisão de Previdência do Servidor - DIPRE;

2. Divisão de Perícia Oficial em Saúde - DIPOS; e

3. Divisão de Benefícios e Auxílios - DIBEN;

c) Coordenação-Geral da Rede SIASS - CGRED:

1. Divisão de Apoio à Informação do SIASS - DIASS;

VIII - Departamento de Gestão dos Sistemas e Informações das Estruturas e da Força de Trabalho - DESIN:

a) Coordenação-Geral de Gestão do Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas - CGDMS:

1. Coordenação de Gestão de Sistemas - COGSI;

b) Coordenação-Geral de Soluções de Tecnologia da Informação para Suporte a Novos Projetos - CGSTI:

1. Coordenação de Tecnologia - COTEC; e

2. Coordenação de Administração e Qualidade de Dados - COQDA:

2.1. Divisão de Administração de Dados Gerenciais - DIADG; e

2.2. Divisão de Gestão em Segurança da Informação - DIGSI:

2.2.1. Serviço de Monitoramento de Acessos - SEMON;

c) Coordenação-Geral de Inovação Tecnológica - CGNOV;

d) Coordenação-Geral de Gestão da Informação - CGINF:

1. Coordenação de Informações - COINF:

1.1. Divisão de Produção de Informações de Pessoal e Organizacional - DIPRI;

IX - Departamento de Gestão de Pessoal Civil e Carreiras Transversais - DEGEP:

a) Coordenação-Geral de Manutenção de Cadastros - CGCAD:

1. Coordenação de Cadastro - COCAD:

1.1. Serviço de Cadastro de Consignatárias - SECON;

1.2. Divisão de Cadastro de Estruturas Organizacionais - DICEO; e

1.3. Divisão de Cadastro de Ativos, Inativos e Aposentados - DIPAI;

b) Coordenação-Geral de Gestão de Rotinas da Folha de Pagamento - CGFOP:

1. Coordenação de Rotinas da Folha de Pagamento - COFOP:

1.1. Divisão de Produção da Folha - DIPFO:

1.1.1. Serviço de Exercícios Anteriores e SICAJ - SEASI; e

1.1.2. Serviço de Rotinas Anuais e Atendimento às Empresas - SEATE;

2. Coordenação de Produção da Folha de Pagamento de Benefícios Indenizatórios - COBIN:

2.1. Divisão de Anistiados - DIAPO; e

2.2. Divisão de Pagamento - DIPAG:

2.2.1. Serviço de Execução Orçamentária e Financeira - SEOFI;

c) Coordenação-Geral de Gestão das Carreiras Transversais - CGCAT:

1. Coordenação de Carreiras Transversais - COCAT:

1.1. Divisão de Acompanhamento das Carreiras Transversais - DICAT;

d) Coordenação-Geral de Movimentação, Atendimento e Controles - CGATC:

1. Divisão de Controle de Cargos, Funções e Gratificações - DICAF;

2. Divisão de Movimentação de Pessoal - DIMOV;

3. Divisão de Divulgação de Atos Normativos - DIMAN; e

4. Coordenação de Atendimento e Capacitação - COATE:

4.1. Divisão de Formação e Capacitação - DICAP; e

4.2. Divisão de Atendimento - DIATE;

e) Coordenação-Geral de Inteligência e Auditoria Preventiva da Folha de Pagamento - CGAUD:

1. Coordenação de Inteligência e de Auditoria de Informações Sistêmicas - COAIS; e

2. Coordenação de Auditoria Preventiva e da Folha de Pagamento - COAUD.

Art. 3º A Secretaria de Gestão Pública será dirigida por Secretário; os Departamentos, por Diretores; as Coordenações-Gerais, por Coordenadores-Gerais; as Coordenações, por Coordenadores e o Gabinete, as Divisões e os Serviços, por Chefes.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos no art. 3º serão substituídos, em seus afastamentos ou impedimentos legais, por servidores designados na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 5º Ao Gabinete compete:

I - coordenar e controlar as atividades administrativas da SEGEP, em especial as concernentes a pessoal, patrimônio, comunicação e eventos, tecnologia da informação e administração do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens;

II - organizar a agenda e os contatos do Secretário e Secretários-Adjuntos;

III - coordenar o trâmite documental e providenciar a publicação oficial e a divulgação de matérias;

IV - assistir o Secretário e os Secretários-Adjuntos em sua representação e conduzir as atividades de relações públicas; e

V - prestar assessoria em assuntos que envolvam missões internacionais, providenciando junto aos órgãos competentes a emissão, renovação e prorrogação de passaportes e de vistos.

Art. 6º À Coordenação Administrativa e de Informação compete planejar e coordenar a execução das atividades referentes à administração de material, pessoal, patrimônio, transporte, telefonia, arquivo e protocolo e concessão de diárias e passagens.

Art. 7º À Divisão de Assuntos Administrativos compete executar as atividades referentes à gestão de pessoas, telefonia e à concessão de diárias e passagens.

Art. 8º Ao Serviço de Informação e Suporte Operacional compete gerir materiais de consumo, patrimônio, serviços de reprografia e de transporte e promover a publicação de atos oficiais.

Art. 9º À Divisão de Documentação e Protocolo compete executar as atividades relativas à gestão documental e ao envio de documentos ao Protocolo Geral para expedição.

Art. 10. Ao Serviço de Gestão Documental e Arquivo compete executar as atividades de gestão documental e arquivística.

Art. 11. À Coordenação de Comunicação Organizacional e Eventos compete:

I - orientar, propor diretrizes e padrões, planejar e implementar as ações de comunicação, eventos e identidade visual impressa e eletrônica da SEGEP; e

II - acompanhar a formalização e execução dos contratos de comunicação e eventos.

Art. 12. À Coordenação de Apoio à Gestão Interna compete apoiar, fornecer subsídios, orientar, executar, monitorar e controlar a gestão interna, no âmbito da SEGEP, especialmente as atividades relacionadas a planejamento; gestão orçamentária e financeira; gestão do desempenho, em particular os ciclos de avaliação de desempenho; desenvolvimento das equipes e lideranças; e contratações, aquisições e parcerias.

Art. 13. À Coordenação-Geral de Modelos Organizacionais e de Planejamento da Força de Trabalho compete:

I - propor políticas, diretrizes e modelos para o aperfeiçoamento do planejamento da força de trabalho, da arquitetura de cargos e carreiras e suas remunerações, dos processos de recrutamento e seleção, dos modelos institucionais e da organização administrativa da Administração Pública federal;

II - conduzir estudos e projetos para o aperfeiçoamento do planejamento da força de trabalho dos modelos institucionais e da organização administrativa no âmbito da Administração Pública federal;

III - conduzir estudos e projetos especiais, especificamente designados pelo Secretário, para o aperfeiçoamento dos processos de gestão da força de trabalho e da organização administrativa no âmbito da Administração Pública federal; e

IV - acompanhar a evolução da força de trabalho e dos modelos institucionais.

Art. 14. À Coordenação de Planejamento da Força de Trabalho compete:

I - propor políticas, diretrizes e modelos para o aperfeiçoamento do planejamento da força de trabalho, inclusive a organização sistêmica dos planos, cargos e carreiras e suas remunerações e dos processos de recrutamento e seleção de pessoas;

II - promover a realização de estudos, pesquisas e projetos que contribuam para o aperfeiçoamento do planejamento da força de trabalho, no âmbito da Administração Pública federal;

III - promover a realização de estudos, pesquisas e projetos especiais, especificamente designados pelo Secretário, que contribuam para o aperfeiçoamento dos processos de gestão da força de trabalho, no âmbito da Administração Pública federal; e

IV - acompanhar a evolução da força de trabalho em seus aspectos quantitativos e qualitativos e do conjunto de cargos e carreiras e suas remunerações.

Art. 15. À Coordenação de Modelos Organizacionais compete:

I - propor políticas e diretrizes relativas aos modelos institucionais da Administração Pública e suas relações com outros entes, bem como à organização e funcionamento do Poder Executivo federal;

II - promover a realização de estudos, pesquisas e projetos relacionados ao aperfeiçoamento dos modelos institucionais e da organização administrativa da Administração Pública;

III - promover a realização de estudos, pesquisas e projetos especiais, especificamente designados pelo Secretário, relacionados ao aperfeiçoamento da gestão da organização administrativa do Poder Executivo federal; e

IV - acompanhar a evolução dos modelos institucionais da Administração Pública federal.

Art. 16. Ao Departamento de Modelos Organizacionais e Força de Trabalho dos Setores Social e de Desenvolvimento Econômico e Produtivo compete, em relação aos órgãos e entidades autárquicas e fundacionais do Poder Executivo federal que integram os respectivos setores:

I - propor diretrizes para a elaboração das estruturas regimentais e acompanhar a sua aplicação;

II - orientar, analisar, emitir parecer e desenvolver propostas de revisão, aperfeiçoamento e racionalização das estruturas organizacionais;

III - orientar, analisar e emitir parecer sobre propostas para a realização de concursos públicos e de processos seletivos para contratação de pessoal por tempo determinado;

IV - orientar, analisar e emitir parecer sobre propostas para criação, reestruturação, organização, classificação e reclassificação e avaliação de planos, cargos e carreiras e de suas remunerações;

V - acompanhar a evolução dos setores sob sua responsabilidade com relação a modelos organizacionais, estruturas, força de trabalho e remuneração, com o objetivo de orientar a proposição de políticas, diretrizes e aperfeiçoamentos; e

VI - orientar, analisar e emitir parecer sobre propostas de modelos jurídico-institucionais de atuação da administração pública e de cooperação ou colaboração com outros entes.

Art. 17. À Coordenação-Geral do Setor Social I compete assessorar o Diretor e executar as atividades relacionadas às competências descritas no art. 16 para os órgãos e entidades sob sua responsabilidade.

Art. 18. À Coordenação-Geral do Setor Social II compete assessorar o Diretor e executar as atividades relacionadas às competências descritas no art. 16 para os órgãos e entidades sob sua responsabilidade.

Art. 19. À Coordenação-Geral do Setor de Desenvolvimento Econômico e Produtivo I compete assessorar o Diretor e executar as atividades relacionadas às competências descritas no art. 16 para os órgãos e entidades sob sua responsabilidade.

Art. 20. À Coordenação-Geral do Setor de Desenvolvimento Econômico e Produtivo II compete assessorar o Diretor e executar as atividades relacionadas às competências descritas no art. 16 para os órgãos e entidades sob sua responsabilidade.

Art. 21. Ao Departamento de Modelos Organizacionais e Força de Trabalho dos Setores de Infraestrutura e de Articulação Governamental compete, no tocante aos órgãos e entidades autárquicas e fundacionais do Poder Executivo federal que integram os respectivos setores:

I - propor diretrizes para a elaboração das estruturas regimentais e acompanhar a sua aplicação;

II - orientar, analisar, emitir parecer e desenvolver propostas de revisão, aperfeiçoamento e racionalização das estruturas organizacionais;

III - orientar, analisar e emitir parecer sobre propostas para a realização de concursos públicos e de processos seletivos para contratação de pessoal por tempo determinado;

IV - orientar, analisar e emitir parecer sobre propostas para criação, reestruturação, organização, classificação e reclassificação e avaliação de planos, cargos e carreiras e de suas remunerações;

V - acompanhar a evolução dos setores sob sua responsabilidade com relação a modelos organizacionais, estruturas, força de trabalho e remuneração, com o objetivo de orientar a proposição de políticas, diretrizes e aperfeiçoamentos; e

VI - orientar, analisar e emitir parecer sobre propostas de modelos jurídico-institucionais de atuação da administração pública e de cooperação ou colaboração com outros entes.

Art. 22. À Coordenação-Geral do Setor de Infraestrutura I compete assessorar o Diretor e executar as atividades relacionadas às competências descritas no art. 21 para os órgãos e entidades sob sua responsabilidade.

Art. 23. À Coordenação-Geral do Setor de Infraestrutura II compete assessorar o Diretor e executar as atividades relacionadas às competências descritas no art. 21 para os órgãos e entidades sob sua responsabilidade.

Art. 24. À Coordenação-Geral do Setor de Articulação Governamental I compete assessorar o Diretor e executar as atividades relacionadas às competências descritas no art. 21 para os órgãos e entidades sob sua responsabilidade.

Art. 25. À Coordenação-Geral do Setor de Articulação Governamental II compete assessorar o Diretor e executar as atividades relacionadas às competências descritas no art. 21 para os órgãos e entidades sob sua responsabilidade.

Art. 26. Ao Departamento de Desenvolvimento e Desempenho Institucional compete:

I - propor políticas, diretrizes e mecanismos para a gestão por resultados, gestão do desempenho e para incentivar o melhor uso dos recursos públicos e acompanhar, identificar e disseminar melhores práticas relacionadas aos temas;

II - orientar, articular e promover a integração das unidades do SIORG, no âmbito da Administração federal direta, autárquica e fundacional;

III - propor políticas, diretrizes e normas e desenvolver programas e ações para o desenvolvimento de pessoal da Administração Pública federal;

IV - propor políticas, diretrizes e normas relativas à gestão de desempenho institucional e dos servidores;

V - acompanhar e prestar apoio técnico aos órgãos e entidades da Administração Pública federal quanto à implementação das medidas de gestão de desempenho institucional e dos servidores;

VI - gerenciar o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - GESPÚBLICA;

VII - promover e apoiar ações voltadas à melhoria da gestão pública e acompanhar e disseminar melhores práticas relacionadas ao tema;

VIII - organizar, atualizar, disseminar e disponibilizar ferramentas, tecnologias e referenciais voltados à melhoria da gestão das organizações públicas;

IX - fomentar, apoiar e gerenciar, técnica e administrativamente, projetos de modernização e inovação da gestão pública implementados sob a égide da cooperação técnica e financeira internacional; e

X - propor diretrizes, normas e regulamentação para as progressões, promoções e gratificações de desempenho das carreiras.

Art. 27. À Coordenação-Geral de Aperfeiçoamento de Modelos e Referenciais de Gestão Pública compete auxiliar o Diretor no gerenciamento do GESPÚBLICA, na promoção das ações e na organização, atualização, disseminação de ferramentas, tecnologias e referenciais voltadas à melhoria da gestão pública.

Art. 28. À Coordenação-Geral do PROSIS compete:

I - coordenar e gerenciar, técnica e administrativamente, o Programa de Modernização dos Instrumentos e Sistemas da Gestão da Administração Pública Federal - PROSIS; e

II - apoiar e gerenciar, técnica e administrativamente, a cooperação técnica com a União Europeia.

Art. 29. À Coordenação-Geral de Cooperação Técnica Internacional compete fomentar, apoiar e gerenciar, técnica e administrativamente, projetos de modernização e inovação da gestão pública implementados por meio da cooperação técnica e financeira internacional.

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VEDADA A IMPRENSA NACIONAL

Art. 30. À Coordenação-Geral de Gestão por Resultados compete:

I - propor medidas para o fortalecimento da gestão estratégica nos órgãos e entidades do Poder Executivo federal;

II - orientar, articular e promover a integração das unidades do SIORG, no âmbito da Administração Pública federal;

III - orientar os órgãos e entidades da Administração Pública federal quanto à implementação das políticas de gestão por resultados e de gestão de desempenho institucional; e

IV - subsidiar a avaliação de propostas de contratos que tenham por objeto a fixação de metas de desempenho institucional, como contratos de gestão e congêneres.

Art. 31. À Coordenação-Geral de Políticas de Desempenho e de Desenvolvimento de Pessoas compete:

I - propor políticas, diretrizes e normas para gestão do desempenho individual e das equipes e do desenvolvimento de pessoas na Administração Pública federal;

II - orientar os órgãos e entidades da Administração Pública federal quanto à implementação das políticas de gestão de desempenho individual e das equipes e de gestão de desenvolvimento de pessoas;

III - promover a articulação e a integração entre os órgãos e entidades integrantes do SIPEC para a implementação das políticas de desenvolvimento de pessoas e de gestão de desempenho;

IV - propor diretrizes e normas para gratificação por desempenho individual;

V - propor diretrizes, normas e regulamentação para o estágio probatório dos servidores e as progressões, promoções e gratificações de desempenho das carreiras; e

VI - disseminar boas práticas em gestão de desempenho individual e de equipes e em desenvolvimento de pessoas, no âmbito da Administração Pública federal.

Art. 32. À Coordenação de Gestão do Desempenho compete:

I - desenvolver ações e projetos para o aperfeiçoamento da gestão do desempenho dos servidores;

II - propor diretrizes, critérios e normas de avaliação do desempenho dos servidores para fins de estágio probatório, progressão e promoção nos cargos e carreiras, e gratificação de desempenho individual;

III - apoiar o desenvolvimento e implantação de mecanismos para a gestão do desempenho nos órgãos e entidades; e

IV - orientar os órgãos e entidades quanto à gestão de desempenho dos servidores e das equipes.

Art. 33. À Coordenação de Gestão do Desenvolvimento de Pessoal compete:

I - propor ações para desenvolvimento e difusão da gestão por competências nos órgãos e entidades da Administração Pública federal;

II - desenvolver ações e projetos para o aperfeiçoamento do desenvolvimento de pessoas da Administração Pública federal;

III - propor diretrizes, critérios e normas para o aperfeiçoamento da gestão do desenvolvimento de pessoas na Administração Pública federal;

IV - propor diretrizes e normas para a progressão e a promoção dos servidores nos cargos e carreiras; e

V - apoiar o desenvolvimento e a implantação de mecanismos para a gestão do desenvolvimento de pessoas nos órgãos e entidades.

Art. 34. Ao Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais de Pessoal compete:

I - orientar e dirimir dúvidas acerca da aplicação da legislação e propor atos normativos e normas complementares e procedimentais relativos à aplicação e ao cumprimento uniformes da legislação no que concerne:

a) ao pessoal civil da administração pública federal;

b) ao pessoal civil e aos militares oriundos dos ex-territórios federais do Acre, Amapá, Roraima e Rondônia e do antigo Distrito Federal; e

c) aos empregados públicos vinculados à Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, inclusive em relação aos anistiados, em conformidade com a Lei n° 8.878, de 11 de maio de 1994;

II - desenvolver pesquisas, estudos e ações destinados à sistematização, revisão e consolidação da legislação de gestão de pessoas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

III - orientar os órgãos e entidades do SIPEC, em articulação com a Advocacia-Geral da União e seus órgãos vinculados, quanto ao cumprimento, cadastramento, controle e acompanhamento de ações judiciais relativas ao pessoal civil do Poder Executivo federal na Administração direta, autárquica e fundacional;

IV - subsidiar órgãos de assessoramento jurídico e representação judicial do Poder Executivo federal com o fornecimento de informações técnicas necessárias à elaboração da defesa da União, suas autarquias, incluídas as em regime especial, e suas fundações públicas, em matérias relacionadas à gestão de pessoas do SIPEC;

V - assessorar o Secretário de Gestão Pública na análise da legislação e de informações de pessoal dos militares vinculados às Forças Armadas; e

VI - assessorar o Secretário de Gestão Pública no exercício da competência relativa aos processos de natureza disciplinar referentes ao pessoal civil oriundo dos ex-territórios federais do Acre, Amapá, Roraima e Rondônia e do antigo Distrito Federal.

Art. 35. À Coordenação-Geral de Elaboração, Consolidação e Sistematização das Normas compete:

I - propor atos normativos e normas complementares e procedimentais relativos à aplicação uniforme da legislação de gestão de pessoas;

II - subsidiar a elaboração, proposição, análise e avaliação de legislação e atos normativos a serem editados pela SEGEP relacionados a políticas e diretrizes de gestão de pessoas; e

III - conduzir e orientar ações visando à sistematização e consolidação da legislação de gestão de pessoas no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional.

Art. 36. À Divisão de Consolidação e Sistematização da Legislação de Gestão de Pessoas compete desenvolver ações técnicas destinadas à sistematização e consolidação da legislação de gestão de pessoas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 37. À Divisão de Elaboração de Atos Normativos compete propor atos normativos e normas complementares e procedimentais relativos à legislação de gestão de pessoas do Poder Executivo federal.

Art. 38. À Coordenação-Geral de Aplicação das Normas compete:

I - orientar quanto à aplicação da legislação de gestão de pessoas, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional; e

II - subsidiar o aperfeiçoamento da legislação de gestão de pessoas quando identificadas lacunas, sobreposições e dificuldades de entendimentos, no exercício da competência constante do inciso I.

Art. 39. À Divisão de Planos de Cargos e Carreiras compete orientar quanto à aplicação da legislação de gestão de pessoas no que concerne:

I - ao enquadramento, classificação, reclassificação de cargos, no âmbito de todos os Planos de Classificação de Cargos do Poder Executivo federal, bem como em carreiras deste Poder;

II - à progressão funcional e promoção de servidores;

III - à jornada de trabalho;

IV - à acumulação de cargos e proventos;

V - aos quintos e décimos e opção de função;

VI - à readaptação;

VII - à redistribuição;

VIII - ao exercício provisório para acompanhar cônjuge; e

IX - ao tempo de serviço, nos limites de sua competência.

Art. 40. À Divisão de Direitos, Vantagens, Licenças e Afastamentos compete orientar quanto à aplicação da legislação de gestão de pessoas no que concerne:

I - aos direitos, vantagens, licenças e afastamentos;

II - aos afastamentos para servir a outro órgão ou entidade;

III - à requisição;

IV - à remoção;

V - às movimentações de servidores;

VI - ao estágio de estudante;

VII - tempo de serviço, nos limites de sua competência; e

VIII - ao contrato temporário, nos limites de sua competência.

Art. 41. À Divisão de Provimentos, Vacâncias e Benefícios da Seguridade Social compete orientar quanto à aplicação da legislação de gestão de pessoas no que concerne:

I - aos benefícios da Seguridade Social;

II - ao provimento;

III - à vacância;

IV - ao estágio probatório e estabilidade;

V - à substituição;

VI - ao tempo de serviço, nos limites de sua competência; e

VII - ao contrato temporário, nos limites de sua competência.

Art. 42. À Coordenação-Geral de Extintos Territórios, Empregados Públicos e Militares compete:

I - orientar quanto à aplicação da legislação de gestão de pessoas no que concerne a:

a) ao pessoal civil oriundo dos ex-Territórios Federais, e do antigo Distrito Federal, desde que integrem o quadro em extinção da União;

b) ao policial militar e ao bombeiro militar oriundos dos ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal, desde que integrem o quadro em extinção da União; e

c) aos empregados públicos vinculados à Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, inclusive àqueles que retornaram na forma da Lei nº 8.878, 11 de maio de 1994;

II - assessorar o Diretor no exercício da competência relativa aos processos de natureza disciplinar referentes ao pessoal civil oriundo dos ex-territórios federais do Acre, Amapá, Roraima e Rondônia e do antigo Distrito Federal;

III - subsidiar o aperfeiçoamento da legislação de gestão de pessoas quando identificadas lacunas, sobreposições e dificuldades de entendimentos, no exercício da competência constante do inciso I; e

IV - assessorar o Diretor na análise da legislação e de informações de pessoal dos militares vinculados às Forças Armadas.

Art. 43. À Divisão de Extintos Territórios compete:

I - orientar quanto à aplicação da legislação de gestão de pessoas no que concerne:

a) ao pessoal civil oriundo dos ex-Territórios Federais, e do antigo Distrito Federal, desde que integrem o quadro em extinção da União; e

b) ao policial militar e ao bombeiro militar oriundos dos ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal, desde que integrem o quadro em extinção da União;

II - assessorar o Coordenador-Geral no exercício da competência relativa aos processos de natureza disciplinar referentes ao pessoal civil oriundo dos ex-Territórios federais do Acre, Amapá, Roraima e Rondônia e do antigo Distrito Federal; e

III - assessorar o Coordenador-Geral na análise da legislação e de informações de pessoal dos militares vinculados às Forças Armadas.

Art. 44. À Divisão de Empregados Públicos compete orientar quanto à aplicação da legislação de gestão de pessoas relativa aos empregados públicos vinculados à Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, inclusive àqueles que retornaram na forma da Lei nº 8.878, de 1994.

Art. 45. À Coordenação-Geral de Procedimentos Judiciais compete:

I - propor, elaborar e disseminar orientações aos órgãos e entidades integrantes do SIPEC, quanto ao correto cumprimento de determinações judiciais relacionadas à administração de gestão de pessoas;

II - gerenciar o sistema de cadastro e controle de ações judiciais;

III - suscitar aos órgãos da AGU e aos Órgãos Setoriais do SIPEC a adoção de providências em assuntos relacionados ao correto cumprimento de decisões judiciais afetas à administração de gestão de pessoas do SIPEC; e

IV - subsidiar o aperfeiçoamento da legislação de gestão de pessoas quando identificadas lacunas, sobreposições e dificuldades de entendimentos, no exercício da competência constante do inciso I.

Art. 46. À Divisão de Orientação e Aplicação de Decisões Judiciais na Folha de Pagamento compete:

I - propor, elaborar e disseminar orientações aos órgãos e entidades integrantes do SIPEC, quanto ao correto cumprimento de determinações judiciais de caráter financeiro, relacionadas à administração de gestão de pessoas; e

II - auxiliar o Coordenador-Geral no gerenciamento do sistema de cadastro e controle de ações judiciais.

Art. 47. À Divisão de Orientação e Aplicação de Decisões Judiciais no Cadastro compete:

I - propor, elaborar e disseminar orientações aos órgãos e entidades integrantes do SIPEC, quanto ao correto cumprimento de determinações judiciais de caráter cadastral, relacionadas à administração de gestão de pessoas; e

II - auxiliar o Coordenador-Geral no gerenciamento do sistema de cadastro e controle de ações judiciais.

Art. 48. Ao Departamento de Políticas de Saúde, Previdência e Benefícios do Servidor compete:

I - propor diretrizes referentes às políticas de atenção à saúde e segurança do trabalho, de previdência, de benefícios e de auxílios dos servidores civis da Administração Pública federal;

II - propor normas referentes à perícia oficial em saúde, vigilância e promoção à saúde, previdência, concessões de benefícios e auxílios e adicionais ocupacionais;

III - orientar, articular e promover a integração das unidades do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor - SIASS, no âmbito da Administração federal direta, autárquica e fundacional;

IV - fomentar, coordenar e participar da elaboração de projetos de atenção à saúde, dos regimes de previdência, da política de concessão de adicionais ocupacionais, benefícios e auxílios dos servidores públicos federais e de políticas afirmativas de equidade, visando à melhoria da qualidade de vida no trabalho;

V - realizar estudos e análises sobre saúde e segurança do trabalho; e

VI - estabelecer políticas de comunicação e de capacitação em assuntos relativos à saúde, à previdência e aos benefícios e auxílios dos servidores.

Art. 49. À Coordenação-Geral de Atenção à Saúde e à Segurança do Trabalho do Servidor compete:

I - propor diretrizes para o cumprimento da Política de Atenção à Saúde e à Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal;

II - propor e analisar normas de segurança do trabalho, de promoção à saúde, de adicionais ocupacionais e de vigilância aos ambientes e processos de trabalho, a serem aplicadas no âmbito do Serviço Público federal;

III - fomentar, coordenar, analisar e elaborar projetos de atenção à saúde, concessão de adicionais ocupacionais e de vigilância aos ambientes e processos de trabalho;

IV - realizar estudos e análises das informações relacionadas à saúde e à segurança do trabalho do servidor, que possam contribuir para oferta de ações de promoção à saúde e intervenção para melhoria das condições e do ambiente de trabalho; e

V - propor a sistematização de informações e a capacitação de servidores em assuntos relativos à promoção da saúde e à segurança do trabalho.

Art. 50. À Divisão de Promoção à Saúde, Segurança e Vigilância de Ambientes de Trabalho compete:

I - propor normas, orientar e organizar ações, no âmbito do SIPEC, relacionadas à promoção da saúde, à vigilância aos ambientes e processos de trabalho, à segurança do trabalho, aos exames médicos periódicos e à investidura dos servidores;

II - realizar estudos das informações obtidas a partir da extração de dados dos sistemas informatizados, com a finalidade de propor ações visando à melhoria dos ambientes e processos de trabalho no Serviço Público federal;

III - propor e elaborar normas e orientar tecnicamente as concessões de adicionais de insalubridade, periculosidade, radiação ionizante e gratificação por trabalhos com raios-x ou substâncias radioativas no âmbito dos órgãos do SIPEC;

IV - propor normas, fomentar projetos e realizar atividades técnicas relacionadas à promoção da saúde, segurança do trabalho e melhoria da qualidade de vida nos ambientes e processos de trabalho; e

V - contribuir para a especificação, o desenvolvimento e a atualização dos sistemas informatizados de registro das informações relativas à concessão de adicionais ocupacionais, de vigilância aos ambientes e processos de trabalho, de promoção à saúde, de exames médicos periódicos e de investidura em cargo público.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 51. À Coordenação-Geral de Previdência e Benefícios do Servidor compete:

I - apreciar e emitir posicionamento técnico acerca de propostas de alteração da legislação previdenciária federal que afetem o servidor público;

II - orientar, no âmbito de suas atribuições, quanto a questões relacionadas ao regime de previdência complementar;

III - integrar o Conselho Nacional de Dirigentes de Regimes Próprios - CONAPREV;

IV - propor normas referentes à saúde suplementar, aos auxílios alimentação, transporte e pré-escolar e aos benefícios dos servidores e seus dependentes;

V - propor, elaborar e atualizar as normas referentes à perícia oficial em saúde dos servidores públicos federais; e

VI - propor a sistematização de informações e a capacitação em assuntos relativos à previdência, perícia oficial em saúde e assistência à saúde suplementar.

Art. 52. À Divisão de Previdência do Servidor compete:

I - realizar estudos para o gerenciamento de ações relativas ao regime próprio de previdência do servidor público federal;

II - analisar os aspectos técnicos e administrativos das normas referentes ao regime próprio de previdência do servidor público federal;

III - orientar os órgãos e entidades do SIPEC quanto às questões relativas à política de previdência própria do servidor; e

IV - auxiliar, no âmbito de suas atribuições, no esclarecimento das dúvidas relacionadas ao regime de previdência complementar e subsidiar o encaminhamento de informações ao órgão fiscalizador das entidades fechadas de previdência complementar, nos termos do regulamento.

Art. 53. À Divisão de Perícia Oficial em Saúde compete:

I - propor a elaboração e atualização das normas referentes à perícia oficial em saúde para as concessões inerentes ao regime jurídico e previdenciário dos servidores públicos federais;

II - propor mudanças na legislação de forma a uniformizar condutas e procedimentos periciais em todos os órgãos e entidades do SIPEC;

III - propor fluxos de comunicação à autoridade competente das doenças de notificação compulsória; e

IV - emitir orientações relativas à perícia oficial em saúde no âmbito dos órgãos e entidades do SIPEC.

Art. 54. À Divisão de Benefícios e Auxílios compete:

I - propor e acompanhar as políticas de assistência à saúde suplementar e benefícios, tais como: auxílios alimentação, transporte e pré-escolar, voltados ao servidor e seus dependentes;

II - orientar os órgãos e entidades do SIPEC quanto às ações relativas à implementação das políticas de assistência à saúde suplementar e benefícios, tais como: auxílios alimentação, transporte e pré-escolar, voltados ao servidor e seus dependentes;

III - propor e elaborar normas regulamentadoras relativas à assistência à saúde suplementar e benefícios, tais como: auxílios alimentação, transporte e pré-escolar, voltados ao servidor e seus dependentes; e

IV - realizar estudos e propor ações para a melhoria na prestação da assistência à saúde suplementar e na concessão dos auxílios alimentação, transporte e pré-escolar do servidor e seus dependentes.

Art. 55. À Coordenação-Geral da Rede SIASS compete:

I - acompanhar a organização das unidades do SIASS instituídas pelos órgãos e entidades integrantes do SIPEC;

II - orientar, dirimir dúvidas e fomentar a comunicação e a troca de informações entre os órgãos e entidades integrantes do SIPEC nos assuntos relacionados ao SIASS;

III - propor e desenvolver ações voltadas à melhoria da gestão do SIASS;

IV - dar publicidade às normas e procedimentos e propor diretrizes e normas referentes às informações e aos documentos sigilosos relacionados ao SIASS;

V - propor a sistematização e divulgação de informações e a capacitação em assuntos relativos ao SIASS; e

VI - colaborar no desenvolvimento de estudos e análises das informações relacionadas à saúde e à segurança do trabalho do servidor.

Art. 56. À Divisão de Apoio à Informação do SIASS compete:

I - disponibilizar o sistema informatizado de atenção à saúde do servidor no âmbito dos órgãos e entidades do SIPEC;

II - acompanhar o desenvolvimento do sistema informatizado necessário para o pleno cumprimento das ações do SIASS, referentes aos módulos de perícia em saúde, vigilância dos ambientes e processos de trabalho e promoção em saúde; e

III - propor alterações e evoluções no sistema de informações do SIASS, visando à adequação de normas, processos e procedimentos e melhoria de seu funcionamento.

Art. 57. Ao Departamento de Gestão dos Sistemas e Informações das Estruturas e da Força de Trabalho compete:

I - propor e coordenar o desenvolvimento e a implantação de soluções tecnológicas que suportem os processos finalísticos da SEGEP;

II - gerenciar os sistemas informatizados de recursos humanos e de estruturas organizacionais e outros que sejam essenciais para a atuação da SEGEP, garantindo seu desenvolvimento, manutenção e segurança;

III - garantir a segurança da informação e a qualidade e a confiabilidade dos dados relacionados aos sistemas sob a responsabilidade da SEGEP; e

IV - produzir informações gerenciais referentes aos processos da SEGEP, em especial os relacionados à gestão da força de trabalho, à remuneração, às despesas com pessoal, às estruturas organizacionais, aos cargos e funções comissionados e à saúde e à segurança do trabalho do servidor.

Art. 58. À Coordenação-Geral de Gestão do Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas compete:

I - planejar e coordenar a implementação das demandas de desenvolvimento e de manutenção dos sistemas informatizados gerenciados pela SEGEP, promovendo as melhorias e atualizações necessárias;

II - priorizar demandas de desenvolvimento e manutenção dos sistemas informatizados gerenciados pela SEGEP;

III - coordenar o processo de integração dos sistemas estruturantes do Governo federal com os sistemas informatizados sob a responsabilidade da SEGEP;

IV - subsidiar o processo de contratação de serviços de tecnologia da informação relacionados aos sistemas informatizados gerenciados pela SEGEP;

V - atuar como requisitante nos contratos de serviços de tecnologia da informação relacionados aos sistemas informatizados gerenciados pela SEGEP; e

VI - subsidiar e apoiar, sob demanda específica, as demais unidades da SEGEP no estabelecimento e implementação de contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres que requeiram suporte sistêmico estruturante.

Art. 59. À Coordenação de Gestão de Sistemas compete:

I - em relação aos sistemas informatizados gerenciados pela SEGEP:

a) orientar os processos de levantamento de requisitos, de homologação e documentação;

b) elaborar pesquisas, estudos e emitir pronunciamento técnico para subsídio à contratação de serviços de tecnologia da informação;

c) monitorar a execução dos contratos de prestação de serviços de tecnologia da informação; e

d) identificar, registrar, monitorar e controlar o atendimento das demandas corretivas e evolutivas;

II - emitir pronunciamento técnico sobre propostas de normas, medidas e procedimentos que promovam o aperfeiçoamento e a integração dos sistemas; e

III - orientar e controlar o processo de integração de sistemas dos órgãos integrantes do SIPEC e SIORG com os sistemas informatizados gerenciados pela SEGEP.

Art. 60. À Coordenação-Geral de Soluções de Tecnologia da Informação para Suporte a Novos Projetos compete:

I - estabelecer diretrizes e orientações para órgãos e usuários relativas à identificação, autenticação e autorização para acesso aos sistemas estruturantes gerenciados pela SEGEP;

II - articular-se com os órgãos e entidades visando à atualização e uniformização das bases de dados referentes à força de trabalho e às estruturas organizacionais do Governo federal;

III - estabelecer diretrizes e orientações acerca da qualidade de dados dos sistemas informatizados gerenciados pela SEGEP;

IV - estabelecer diretrizes e orientações acerca da gestão de modelos de dados dos sistemas informatizados gerenciados pela SEGEP; e

V - estabelecer diretrizes e orientações para a administração de dados gerenciais no âmbito dos sistemas estruturantes gerenciados pela SEGEP.

Art. 61. À Coordenação de Tecnologia compete:

I - planejar, orientar, acompanhar e executar as atividades de instalação, administração, suporte técnico, manutenção de softwares, equipamentos de informática e redes de comunicação no âmbito da SEGEP; e

II - planejar, orientar, conduzir e acompanhar as aquisições de softwares e de equipamentos de tecnologia da informação e o desenvolvimento de sistemas específicos para a SEGEP.

Art. 62. À Coordenação de Administração e Qualidade de Dados compete:

I - propor dispositivos de integridade dos dados cadastrais e financeiros nos sistemas estruturantes gerenciados pela SEGEP; e

II - estabelecer diretrizes e orientações para administração de modelos de dados no âmbito dos sistemas estruturantes gerenciados pela SEGEP.

Art. 63. À Divisão de Administração de Dados Gerenciais compete:

I - planejar, orientar e acompanhar projetos de informações gerenciais no âmbito da SEGEP; e

II - estabelecer diretrizes e orientações para administração de modelos de dados gerenciais no âmbito dos sistemas estruturantes gerenciados pela SEGEP.

Art. 64. À Divisão de Gestão em Segurança da Informação compete:

I - propor, acompanhar e implementar políticas e mecanismos de controle e segurança de acesso aos sistemas estruturantes gerenciados pela SEGEP;

II - gerenciar e monitorar as integrações e os acessos aos sistemas estruturantes gerenciados pela SEGEP; e

III - analisar e encaminhar, para apuração, denúncias e indícios de irregularidades cadastrais, funcionais e financeiras detectadas nos sistemas informatizados gerenciados pela SEGEP.

Art. 65. Ao Serviço de Monitoramento de Acessos compete:

I - propor, acompanhar e implementar mecanismos de monitoração de segurança ativa dos sistemas estruturantes gerenciados pela SEGEP;

II - analisar e encaminhar, para apuração, denúncias e indícios de acesso indevido aos sistemas estruturantes gerenciados pela SEGEP; e

III - monitorar a execução dos acordos de cooperação técnica ou cláusulas de confidencialidade referentes à disponibilização de dados cadastrais e financeiros dos sistemas estruturantes gerenciados pela SEGEP.

Art. 66. À Coordenação-Geral de Inovação Tecnológica compete:

I - apoiar e orientar a definição de projetos de novas soluções de tecnologia da informação, no âmbito da SEGEP;

II - subsidiar a contratação de projetos de novas soluções de tecnologia da informação;

III - acompanhar e gerir os contratos de prestação de serviços relativos ao desenvolvimento de projetos de novas soluções de tecnologia da informação, no âmbito da SEGEP;

IV - planejar, monitorar e implantar os projetos de novas soluções de tecnologia da informação, no âmbito da SEGEP; e

V - propor normas, medidas e procedimentos que promovam o aperfeiçoamento do desenvolvimento de novas soluções no âmbito da SEGEP.

Art. 67. À Coordenação-Geral de Gestão da Informação compete:

I - organizar, sistematizar e divulgar informações gerenciais referentes aos processos da SEGEP, em especial os relacionados à gestão da força de trabalho, à remuneração, às despesas com pessoal, às estruturas organizacionais, aos cargos e funções comissionados e à saúde e à segurança do trabalho do servidor; e

II - subsidiar, sob demanda específica, as demais unidades da SEGEP com o fornecimento de informações provenientes dos sistemas informatizados gerenciados pela SEGEP.

Art. 68. À Coordenação de Informações compete:

I - realizar estudos, pesquisas comparativas e análises de cenários referentes à força de trabalho, pessoal e estruturas organizacionais; e

II - desenvolver, implantar, disponibilizar e operar instrumentos gerenciais de consolidação, uniformização, acompanhamento, análise e divulgação de informações sobre pessoal, composição remuneratória, estruturas organizacionais e outras que se fizerem necessárias, da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo federal.

Art. 69. À Divisão de Produção de Informações de Pessoal e Organizacional compete produzir informações e disponibilizar e operar instrumentos gerenciais de consolidação, uniformização, acompanhamento, análise e divulgação de informações sobre pessoal, composição remuneratória e estruturas organizacionais.

Art. 70. Ao Departamento de Gestão de Pessoal Civil e Carreiras Transversais compete:

I - administrar e controlar a inclusão, alteração e exclusão de cargos efetivos, cargos em comissão, funções de confiança e funções comissionadas de natureza técnica, e de dados cadastrais dos servidores públicos federais, dos empregados públicos, estagiários, contratados por tempo determinado e dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista que recebam dotações à conta do Orçamento Geral da União para despesas com pessoal, ou por meio de contratos de cooperação internacional;

II - executar as atividades relacionadas com cadastro e pagamento de reparação econômica de caráter indenizatório relativas a anistiados políticos e a seus beneficiários;

III - executar o controle sistêmico, verificar a exatidão dos parâmetros de cálculos e supervisionar as operações de processamento da folha de pagamento de pessoal, no âmbito da Administração federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e sociedades de economia mista que recebam dotações à conta do Orçamento Geral da União para despesas dessa natureza;

IV - monitorar a qualidade da folha de pagamento para verificar o cumprimento da legislação e das normas de recursos humanos;

V - apontar indícios de irregularidades verificados na folha de pagamento para os órgãos e entidades integrantes do SIPEC e informar ao órgão de controle interno para apuração, quando for o caso, acompanhar a regularização de pagamentos incorretos ou indevidos e corrigir erros nas folhas de pagamento, no caso de omissão do órgão setorial ou seccional correspondente;

VI - autorizar o Tesouro Nacional a executar os repasses financeiros referentes à folha de pagamento para os créditos aos órgãos do SIPEC;

VII - acompanhar e avaliar a variação das despesas de pessoal;

VIII - gerenciar o processo de consignação em folha de pagamento, inclusive as solicitações de cadastramento, recadastramento e as exclusões do cadastro, e propor o enquadramento de entidades consignatárias no SIAPE;

IX - organizar e manter atualizados os cadastros das estruturas organizacionais e demais informações relacionadas ao SIORG;

X - gerenciar as atividades de movimentação de servidores públicos federais para empresas públicas, sociedades de economia mista, órgãos e entidades de outros poderes e esferas de governo, bem como para entes de cooperação ou colaboração com o Poder Público;

XI - sistematizar e divulgar aos órgãos e entidades integrantes do SIPEC as orientações e os pronunciamentos referentes à legislação aplicada à administração de recursos humanos;

XII - gerenciar o processo de capacitação e desenvolvimento de competências essenciais dos servidores integrantes do SIPEC para o desempenho nos processos de gestão de pessoas do sistema informatizado do Governo federal;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

XIII - orientar, articular e promover a integração das unidades do SIPEC no âmbito da Administração federal direta, autárquica e fundacional;

XIV - gerenciar as atividades administrativas relacionadas às Carreiras de EPPGG, de que trata o Decreto nº 5.176, de 10 de agosto de 2004, de Analista de Infraestrutura e do cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior, de que trata a Lei nº 11.539, de 2007, e, no que couber, da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais de que trata a Lei nº 12.094, de 2009; e

XV - controlar e atestar a disponibilidade de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS para nomeação de pessoal sem vínculo com a Administração Pública.

Art. 71. À Coordenação-Geral de Manutenção de Cadastros compete:

I - coordenar as atividades relativas ao controle e distribuição de vagas de cargos efetivos, estágios, e de contratos temporários da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo federal;

II - coordenar os procedimentos relativos à manutenção e atualização das tabelas e rotinas cadastrais referentes aos:

a) servidores ocupantes de cargos efetivos e seus dependentes;

b) contratados por tempo determinado;

c) estagiários;

d) empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista que recebam dotações à conta do Orçamento Geral da União para despesas com pessoal; e

e) aposentados e pensionistas que recebam proventos ou pensões a conta do tesouro nacional;

III - coordenar o processo de enquadramento, cadastramento e recadastramento das entidades consignatárias e propor atos normativos para regulamentação da matéria; e

IV - coordenar o processo anual de atualização cadastral de aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis que recebem recursos à conta do tesouro nacional.

Art. 72. À Coordenação de Cadastro compete:

I - orientar e gerenciar os procedimentos e processos organizacionais, informatizados e informacionais relativos à manutenção das tabelas e rotinas cadastrais dos quadros de pessoal, de cargos efetivos, das estruturas organizacionais e das entidades consignatárias;

II - coordenar o processo de conversão de dados cadastrais dos órgãos e entidades no sistema informatizado de gestão de recursos humanos;

III - gerenciar o processo anual de atualização cadastral dos aposentados e pensionistas dos órgãos integrantes do SIPEC, e dos anistiados políticos civis e seus dependentes, de que trata a Lei nº 10.559, de 2002; e

IV - propor, coordenar e definir regras para o desenvolvimento de funcionalidades e de implementação de restrições cadastrais no sistema informatizado de gestão de recursos humanos do Governo federal.

Art. 73. Ao Serviço de Cadastro de Consignatárias compete:

I - orientar e executar os procedimentos administrativos para enquadramento, cadastramento e recadastramento de entidades consignatárias;

II - analisar e apurar denúncias e reclamações sobre irregularidades no processo de consignação em folha de pagamento, promovendo o acompanhamento e o tratamento dos termos de ocorrência registrados no sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo federal; e

III - propor aplicação das penalidades associadas às correspondentes práticas vedadas identificadas no processo de consignação em folha de pagamento.

Art. 74. À Divisão de Cadastro de Estruturas Organizacionais compete:

I - orientar e executar as rotinas operacionais e informatizadas de manutenção, distribuição e atualização do quantitativo de cargos efetivos, de vagas de estágio e de contratos temporários por prazo determinado decorrentes de criação, extinção, transformação e realocação de cargos públicos efetivos e de alterações de estruturas organizacionais, e supervisionar os procedimentos de lotação e implantação das estruturas organizacionais;

II - supervisionar os procedimentos operacionais de lotação e de implantação das estruturas organizacionais no sistema informatizado de gestão de recursos humanos; e

III - executar e controlar a atualização de dados nas tabelas de lotação e de estruturas organizacionais do sistema informatizado de gestão de recursos humanos e no SIORG.

Art. 75. À Divisão de Cadastro de Ativos, Inativos e Aposentados compete:

I - orientar e executar as rotinas operacionais e informatizadas de manutenção das tabelas cadastrais dos quadros de pessoal relacionados a:

a) servidores ocupantes de cargos efetivos e seus dependentes;

b) contratados por tempo determinado;

c) estagiários;

d) empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista que recebam dotações à conta do Orçamento Geral da União para despesas com pessoal; e

e) aposentados e pensionistas que recebam proventos ou pensões a conta do tesouro nacional;

II - orientar e supervisionar o processo de conversão de dados cadastrais dos órgãos e entidades integrantes do SIPEC no sistema informatizado de gestão de recursos humanos; e

III - definir as regras de negócio para o desenvolvimento de novas funcionalidades e de restrições sistêmicas referentes ao controle de vagas de cargos efetivos, de estágio e de contratos temporários no SIAPE.

Art. 76. À Coordenação-Geral de Gestão de Rotinas da Folha de Pagamento compete:

I - coordenar as operações de processamento para a produção da folha de pagamento do sistema informatizado de gestão de recursos humanos;

II - gerenciar e acompanhar descontos relativos às consignações compulsórias e facultativas processadas;

III - aplicar normas e procedimentos operacionais relativos ao Imposto de Renda e à Relação Anual de Informações Sociais - RAIS nas rotinas da folha de pagamentos;

IV - coordenar as atividades de pagamento das prestações e da reparação econômica de caráter indenizatória relativas a anistiados políticos civis e seus dependentes;

V - gerenciar a disponibilização à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF de informações e relatórios periódicos referentes à folha de pagamento dos servidores da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e dos empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista, que recebam dotações à conta do Orçamento Geral da União para despesas com pessoal, para execução e homologação dos repasses financeiros;

VI - corrigir erros nas folhas de pagamento de pessoal civil da Administração Pública federal com o fim de dar cumprimento à legislação vigente, no caso de omissão do órgão setorial ou seccional correspondente;

VII - administrar a execução de apurações especiais processadas no SIAPE;

VIII - propor e coordenar o desenvolvimento e implantação de funcionalidades concernentes à folha de pagamento no SIAPE;

IX - monitorar o encaminhamento das informações de crédito para as entidades bancárias que efetuam pagamento dos servidores, cujos órgãos recebam dotações à conta do Orçamento Geral da União para despesas e custeios com pessoal;

X - coordenar os processos de homologação dos requisitos funcionais das rotinas de folha de pagamento do SIAPE;

XI - coordenar e supervisionar os procedimentos operacionais dos Módulos de Decisões Judiciais e de Pagamentos de Exercícios Anteriores, bem como os Passivos Administrativos, no sistema informatizado de Gestão de Recursos Humanos; e

XII - coordenar os procedimentos quanto à aplicabilidade da legislação, concernentes a Declaração do Imposto Retido na Fonte - DIRF, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e comprovante de rendimentos.

Art. 77. À Coordenação de Rotinas da Folha de Pagamento compete:

I - coordenar os procedimentos operacionais para processamento e administração da folha de pagamentos;

II - coordenar e controlar a geração de parâmetros, cálculos e tabelas de pagamentos e o fluxo de informações, relatórios e apurações especiais referentes à folha de pagamentos;

III - disponibilizar informações e relatórios para a execução e homologação dos repasses financeiros da folha de pagamento;

IV - coordenar os procedimentos operacionais relativos a decisões judiciais, pagamentos de exercícios anteriores e passivos administrativos; e

V - acompanhar os descontos de consignações compulsórias e facultativas processadas pelo SIAPE.

Art. 78. À Divisão de Produção da Folha compete:

I - atualizar dados e operacionalizar rotinas, parâmetros, cálculos, tabelas de pagamentos e demais procedimentos relativos à produção da folha de pagamentos;

II - orientar, produzir, homologar e disseminar informações, relatórios gerenciais e apurações especiais sobre a folha de pagamentos;

III - acompanhar e aplicar as regras referentes a acordos e dissídios coletivos; e

IV - supervisionar as rotinas referentes a pagamento de exercícios anteriores e ao cumprimento de decisões judiciais.

Art. 79. Ao Serviço de Exercícios Anteriores e SICAJ compete elaborar, orientar e executar as rotinas referentes ao pagamento de exercícios anteriores e ao cumprimento de decisões judiciais.

Art. 80. Ao Serviço de Rotinas Anuais e Atendimento às Empresas compete:

I - especificar e acompanhar as rotinas referentes à Declaração do Imposto Retido na Fonte - DIRF, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, comprovante de rendimentos e outras; e

II - aplicar as regras referentes aos acordos e dissídios coletivos.

Art. 81. À Coordenação de Produção da Folha de Pagamento de Benefícios Indenizatórios compete:

I - coordenar as atividades de cadastro e folha de pagamento dos anistiados políticos e a transferência dos demais benefícios indenizatórios aos anistiados políticos civis e seus dependentes, de que trata a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002; e

II - coordenar a execução orçamentária e financeira para pagamento de prestação única aos anistiados políticos civis e seus dependentes e para antecipação do pagamento do retroativo aos anistiados políticos civis portadores de doença grave e aos idosos.

Art. 82. À Divisão de Anistiados compete analisar e executar os procedimentos administrativos cadastrais necessários ao pagamento da reparação econômica e das prestações pecuniárias aos anistiados políticos civis e seus dependentes, de que trata a Lei nº 10.559, de 2002.

Art. 83. À Divisão de Pagamento compete:

I - atualizar e gerir os dados cadastrais e financeiros dos anistiados políticos civis e seus dependentes e dos beneficiários de pensão;

II - consolidar montantes referentes ao pagamento de valores atrasados decorrentes de processos de anistia e efetuar pagamentos de antecipações dos efeitos retroativos tratados pela Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006;

III - gerir os contratos de cessão de direitos de que trata o art. 7º da Lei nº 11.354, de 2006;

IV - executar os procedimentos relativos à Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte do Governo Federal - DIRFGOV; e

V - acompanhar índices e efetivar os reajustes dos benefícios vinculados ao Regime Geral da Previdência Social e daqueles decorrentes de acordos e dissídios coletivos de trabalho e de legislações específicas.

Art. 84. Ao Serviço de Execução Orçamentária e Financeira compete praticar os atos e as ações de execução orçamentária e financeira necessários aos pagamentos de competência da Coordenação-Geral.

Art. 85. À Coordenação-Geral de Gestão das Carreiras Transversais compete gerir as carreiras de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - EPPGG, de Desenvolvimento de Políticas Sociais - ATPS e de Analista de Infraestrutura - AIE e do cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior - EIS, e especialmente:

I - implementar políticas e diretrizes definidas para a gestão das carreiras;

II - planejar, coordenar e desenvolver as atividades relativas ao processo de recrutamento e seleção (concurso público), formação, capacitação e educação continuada;

III - coordenar a distribuição e a mobilidade entre os órgãos do Governo federal;

IV - propor políticas de desenvolvimento profissional e conduzir os processos de afastamento dos servidores em programas de capacitação de longa duração; e

V - acompanhar o processo de avaliação de desempenho, estágio probatório, progressão e promoção dos servidores.

Art. 86. À Coordenação de Carreiras Transversais compete:

I - coordenar a elaboração de atos de movimentação das carreiras de EPPGG e AIE;

II - coordenar a execução do processo de avaliação de desempenho, estágio probatório, progressão e promoção das carreiras EPPGG e AIE;

III - estruturar e manter atualizado o Banco de Talentos das carreiras transversais;

IV - coordenar o programa de mobilidade das carreiras EPPGG e AIE; e

V - acompanhar e avaliar o processo e os programas de capacitação e educação continuada, de forma a permitir correções/melhorias no que tange a seu planejamento e execução.

Art. 87. À Divisão de Acompanhamento das Carreiras Transversais compete:

I - elaborar expedientes e preparar atos relacionados às carreiras transversais;

II - atualizar os dados de movimentação, exoneração e vacância dos servidores das carreiras transversais; e

III - prestar atendimento aos servidores das carreiras transversais.

Art. 88. À Coordenação-Geral de Movimentação, Atendimento e Controles compete:

I - coordenar e supervisionar as ações de capacitação desenvolvidos pela SEGEP no âmbito do SIPEC;

II - supervisionar a elaboração de atos de movimentação de servidores dos órgãos e entidades da Administração Pública federal relativos a:

a) cessão;

b) requisição;

c) alteração de exercício de anistiado;

d) redistribuição de cargos ocupados do quadro de pessoal de órgãos extintos e dos extintos territórios quando não houver vaga de contrapartida;

e) redistribuição de cargos vagos;

f) exercício provisório para acompanhar cônjuge;

g) lotação provisória;

h) afastamentos de servidores para servir em organismos internacionais;

i) finalidade de promover a composição da força de trabalho; e

j) excepcionalidades de autorização para a concessão de licença para tratar de interesses particulares;

III - supervisionar a evolução quantitativa de Cargos de Natureza Especial, de Cargos em Comissão do Grupo DAS, Funções Gratificadas, Funções Comissionadas de Natureza Técnica e Gratificações dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública federal;

IV - gerenciar ocupação dos cargos em comissão do Grupo DAS por pessoal sem vínculo com o serviço público;

V - gerenciar a divulgação aos órgãos do SIPEC sobre a aplicação da legislação, normativos e pronunciamentos referentes a recursos humanos; e

VI - supervisionar os atendimentos aos órgãos e entidades do SIPEC sobre as funcionalidades do sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo federal.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014062600084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 89. À Divisão de Controle de Cargos, Funções e Gratificações compete:

I - atualizar e disponibilizar o quantitativo de Cargos de Natureza Especial, Cargos em Comissão do Grupo DAS, Funções Gratificadas, Funções Comissionadas de Natureza Técnica e Gratificações dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública federal; e

II - aferir os percentuais de ocupação dos cargos em comissão do Grupo DAS e atestar a disponibilidade para a nomeação de pessoal sem vínculo com o serviço público.

Art. 90. À Divisão de Movimentação de Pessoal compete elaborar atos de movimentação relativos a:

I - cessão;

II - requisição;

III - alteração de exercício de anistiado;

IV - redistribuição de cargos ocupados do quadro de pessoal de órgãos extintos e dos extintos territórios quando não houver vaga de contrapartida;

V - redistribuição de cargos vagos;

VI - afastamento para servir em organismo internacional;

VII - exercício provisório para acompanhar cônjuge;

VIII - lotação provisória;

IX - finalidade de promover a composição da força de trabalho; e

X - excepcionalidades de autorização para a concessão de licença para tratar de interesses particulares.

Art. 91. À Divisão de Divulgação de Atos Normativos compete implementar, sistematizar, atualizar e disponibilizar o acervo de legislação, doutrina, jurisprudência e pronunciamentos referentes à gestão de recursos humanos.

Art. 92. À Coordenação de Atendimento e Capacitação compete:

I - coordenar as ações de capacitação desenvolvidas pela SEGEP no âmbito do SIPEC; e

II - orientar e propor mecanismos e padrões referentes ao atendimento dos usuários e das unidades setoriais e seccionais do SIPEC referentes ao sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo federal.

Art. 93. À Divisão de Formação e Capacitação compete promover, monitorar e avaliar as ações e eventos de capacitação desenvolvidos pela SEGEP direcionados aos servidores do SIPEC.

Art. 94. À Divisão de Atendimento compete:

I - atender os órgãos e entidades do SIPEC sobre as funcionalidades do sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo federal; e

II - prestar atendimento aos anistiados políticos civis e seus dependentes.

Art. 95. À Coordenação-Geral de Inteligência e Auditoria Preventiva da Folha de Pagamento compete:

I - monitorar a folha de pagamento, objetivando a verificação da legalidade e da consistência dos dados cadastrais e financeiros registrados no sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo federal;

II - atuar preventivamente na folha de pagamento, no intuito de serem identificados e bloqueados possíveis pagamentos incorretos ou indevidos;

III - propor alteração, aperfeiçoamento ou implementação de funcionalidades no sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo federal visando à correta aplicação da legislação de recursos humanos e a eliminação de erros e desvios;

IV - identificar e acompanhar a regularização de pagamentos incorretos ou indevidos;

V - apontar indícios de irregularidades verificados na folha de pagamento para os órgãos e entidades integrantes do SIPEC e encaminhar ao órgão de controle interno os apontamentos de auditoria pendentes de regularização; e

VI - elaborar relatórios gerenciais e de auditoria a serem encaminhados aos órgãos de controle para promover a efetiva regularização dos apontamentos de auditoria.

Art. 96. À Coordenação de Inteligência e de Auditoria de Informações Sistêmicas compete:

I - monitorar a realização do cotejo entre as bases de dados mantidos pela Administração Pública, visando à verificação da regularidade dos dados cadastrais e financeiros, como forma de subsidiar a prevenção de pagamentos indevidos gerados no sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo federal;

II - definir parâmetros para o monitoramento da folha de pagamento, mediante a utilização de ferramentas sistêmicas, com a finalidade de verificar a correta aplicação da legislação de pessoal;

III - subsidiar a regularização de situações identificadas em trilhas e apontamentos de auditoria pelas unidades de recursos humanos; e

IV - propor a implantação de adequações no sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo federal, visando melhorar a consistência dos dados cadastrais e financeiros gerados sistemicamente.

Art. 97. À Coordenação de Auditoria Preventiva e da Folha de Pagamento compete:

I - monitorar o processamento de trilhas de auditoria previamente à homologação da folha de pagamento, como forma de subsidiar os pagamentos gerados no sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo federal;

II - acompanhar a regularização dos apontamentos de auditoria por intermédio dos resultados das trilhas de auditoria, considerando as alterações efetuadas no contracheque de servidores ativos, aposentados e pensionistas;

III - propor a implantação de trilhas de auditoria no sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo federal sugerindo as adequações sistêmicas pertinentes; e

IV - solicitar a apuração e acompanhar a regularização de situações decorrentes de denúncias ou de apontamentos de auditoria na folha de pagamento.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 98. Ao Secretário de Gestão Pública incumbe:

I - planejar, coordenar, controlar, acompanhar e avaliar a execução das atividades técnicas e administrativas da SEGEP;

II - aprovar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência, no âmbito de sua área de atuação;

III - firmar e rescindir contratos, convênios, ajustes, acordos ou outros instrumentos congêneres, na sua área de atuação, desde que não dispenda recurso orçamentário; e

IV - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Art. 99. Aos Secretários-Adjuntos incumbe assistir o Secretário na implementação das diretrizes políticas e técnico-administrativas a cargo da SEGEP e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas pelo Secretário.

Art. 100. Aos Diretores, Coordenadores-Gerais, Coordenadores e Chefes de Gabinete, de Divisão e de Serviço incumbe planejar, coordenar e controlar a execução das atividades técnicas e administrativas de suas respectivas unidades.

Art. 101. Aos Gerentes de Projetos incumbe planejar e gerenciar a execução de projetos de competência de suas respectivas unidades.

Art. 102. Aos ocupantes dos cargos comissionados de Assessor, Assessor Técnico, Assistente e Assistente Técnico incumbe assistir o superior imediato e executar as atividades que lhes forem cometidas.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 103. Serão de responsabilidade da SEGEP o controle, a fiscalização e a prestação de contas quanto aos produtos e serviços decorrentes de contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, referentes às demandas de sua área de competência.

Art. 104. Os casos omissos e as eventuais dúvidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário de Gestão Pública.

ANEXO X

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, órgão subordinado diretamente ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, tem por finalidade:

I - propor políticas, planejar, coordenar, supervisionar e orientar normativamente as atividades:

a) de gestão dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, como órgão central do sistema;

b) de gestão dos recursos de logística sustentável, no âmbito do Sistema de Administração de Serviços Gerais - SISG, como órgão central do sistema;

c) de gestão de convênios e contratos de repasse;

d) de governo eletrônico, relacionadas à padronização e à disponibilização de serviços eletrônicos interoperáveis, acessibilidade digital e abertura de dados; e

e) de segurança da informação no âmbito do SISP;

II - gerir os sistemas informatizados:

a) Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG;

b) Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP; e

c) Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV;

III - presidir a Comissão de Coordenação do SISP; e

IV - atuar como Secretaria-Executiva da Comissão Gestora do SICONV.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI tem a seguinte estrutura:

I - Serviço de acompanhamento de pessoal - SEAPE;

II - Gabinete - GABIN:

a) Coordenação de Apoio Técnico Administrativo - COATA;

b) Coordenação de Apoio à Gestão - COAGE; e

c) Coordenação-Geral de Segurança da Informação - CGSIN;

III - Departamento de Logística - DELOG:

a) Divisão de catalogação - DICAT;

b) Coordenação de Divulgação e Gestão do Conhecimento - CODIC;

c) Coordenação de Contratos - CODEC;

d) Coordenação de Licitações - CODEL;

e) Coordenação de Sistemas - COSIS;

f) Serviço Estratégico do Poder de Compra do Estado - SEPOC;

g) Coordenação-Geral de Normas - CGNOR;

h) Coordenação-Geral do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG;

i) Coordenação-Geral de Informatização de Processos - CGPRO;

j) Coordenação-Geral de Suporte aos Usuários - CGSUS; e

k) Coordenação-Geral de Estratégia de Contratações - CGEST;

IV - Departamento de Infraestrutura e Serviços de Rede - DSR:

a) Coordenação-Geral de Aplicações e Serviços de Rede - CGAPS:

1. Coordenação de Normas de Contratações de Tecnologia da Informação - CONTI;

b) Coordenação-Geral de Infraestrutura de Rede - CGINF;

V - Departamento de Governança e Sistemas de Informação - DEGSI:

a) Coordenação-Geral de Gestão e Governança de Tecnologia da Informação - CGGTI; e

b) Coordenação-Geral de Sistemas de Informações - CGSIS;

VI - Departamento de Governo Eletrônico - DGE:

a) Coordenação-Geral de Prestação de Serviços por Meios Eletrônicos - CGSME:

1. Divisão de Serviços Eletrônicos - DISEL;

b) Coordenação-Geral de Normas e Padrões de Governo Eletrônico - CGPGE;

VII - Departamento de Transferências Voluntárias - DETRV:

a) Coordenação-Geral de Normas e Planejamento - CGNOP:

1. Coordenação de Planejamento e Suporte Normativo - COPES;

b) Coordenação-Geral do Sistema de Transferências Voluntárias - CGSTV:

1. Divisão de Apoio ao Desenvolvimento do SICONV - DIASI; e

2. Serviço de Apoio à Integração de Sistemas - SEASI;

c) Coordenação-Geral de Capacitação e Atendimento - CGCAT:

1. Coordenação de Suporte a Usuários - COSUP; e

2. Divisão de Capacitação - DICAP.

Art. 3º A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação será dirigida por Secretário; os Departamentos, por Diretores; as Coordenações-Gerais, por Coordenadores-Gerais; as Coordenações, por Coordenadores e o Gabinete, as Divisões e os Serviços, por Chefes.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos no art. 3º serão substituídos, em seus afastamentos ou impedimentos legais, por servidores designados na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 5º Ao Serviço de Acompanhamento de Pessoal compete:

I - executar atividades relacionadas aos direitos e deveres dos servidores da SLTI, sem prejuízo das competências da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da Diretoria de Administração da Secretaria-Executiva - COGEP/DIRAD/SE e da Coordenação-Geral de Gestão e Governança de Tecnologia da Informação - CGGTI; e

II - auxiliar à SLTI nas atividades de gerência de pessoal, acompanhando e orientando os servidores, no que couber, para o bom funcionamento da SLTI.

Art. 6º Ao Gabinete compete:

I - assistir o Secretário em sua representação social e política;

II - elaborar e monitorar a programação e a execução de recursos orçamentários para funcionamento da SLTI;

III - elaborar programação de viagens nacionais e internacionais dos servidores da SLTI; e

IV - apoiar a produção de documentos tais como pareceres, notas técnicas e despachos a fim de atender determinações legais.

Art. 7º À Coordenação de Apoio Técnico Administrativo compete:

I - prestar apoio técnico e administrativo, no que couber, para o bom funcionamento das atividades da SLTI;

II - promover, junto às áreas responsáveis do Ministério, a manutenção e a conservação das instalações, bens móveis e equipamentos; e

III - controlar e orientar a expedição e o recebimento de documentos, bem como a publicação de matérias na Imprensa Nacional.

Art. 8º À Coordenação de Apoio à Gestão compete:

I - colaborar com o desenvolvimento e a gestão de respostas de auditorias dos órgãos de controle;

II - subsidiar a redação de ofícios, avisos, pareceres, notas técnicas e despachos sobre assuntos da SLTI;

III - implementar e monitorar o Plano Anual de Capacitação do Ministério, no âmbito da SLTI; e

IV - coordenar a programação e realização de eventos da SLTI.

Art. 9º À Coordenação-Geral de Segurança da Informação compete:

I - assessorar o desenvolvimento de políticas, processos e normas dos Órgãos, Conselhos e Comitês visando à promoção e disseminação da segurança da informação no SISP;

II - fomentar a implantação da governança da Segurança da Informação e Comunicação no SISP, em conformidade com as normas publicadas pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI/PR;

III - coordenar atividades relacionadas a processos de auditoria de segurança da informação no âmbito do SISP;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IV - definir padrões e metodologias de auditoria em segurança da informação no âmbito do SISP;

V - coordenar a elaboração e atualização da política de segurança da rede de comunicação do Governo federal - INFOVIA Brasília e suas normas complementares; e

VI - promover e coordenar a implementação de mecanismos de autenticação e assinatura com certificados digitais nos sistemas de gestão governamental, visando à disseminação do uso dessa tecnologia no âmbito do SISP.

Art. 10. Ao Departamento de Logística compete:

I - formular e promover a implementação de políticas e diretrizes relativas à gestão sustentável de materiais, de obras e serviços, de transportes, de comunicações administrativas e de licitações e contratações da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

II - gerenciar e operacionalizar o funcionamento das atividades do SIASG, do Portal de Compras do Governo federal - Comprasnet e do SCDP;

III - promover a análise de informações estratégicas e a gestão do conhecimento e da informação no âmbito das atividades de competência do Departamento;

IV - identificar, estruturar e disseminar boas práticas de gestão e informações relativas às atividades de competência do Departamento, incluindo o apoio aos órgãos de controle;

V - auxiliar em atividades pertinentes ao SISP, quanto a licitações e contratos; e

VI - estruturar e implementar políticas públicas relativas à estratégia de contratações.

Art. 11. À Divisão de Catalogação compete:

I - operar o sistema padronizado de designações, codificações e catalogação de materiais e serviços;

II - catalogar itens que atendam às necessidades do Governo federal;

III - colaborar para uma gestão pública mais eficiente por meio da padronização das especificações de materiais e serviços;

IV - promover melhorias no relacionamento entre Governo, Indústrias e Fornecedores, a partir do acesso compartilhado e informações precisas sobre materiais e serviços; e

V - possibilitar ao setor comercial e industrial, maiores oportunidades de fornecimento de produtos às instituições governamentais.

Art. 12. À Coordenação de Divulgação e Gestão do Conhecimento compete:

I - produzir e sistematizar informações para produção de relatórios gerenciais demandados ao DELOG;

II - promover e coordenar ações de capacitação sobre assuntos de competência do DELOG;

III - promover e coordenar eventos de interesse do DELOG;

IV - alimentar os sistemas de compras geridos pelo DELOG com informações sobre capacitação e eventos; e

V - produzir e divulgar material instrucional sobre assuntos de competência do DELOG.

Art. 13. À Coordenação de Contratos compete coordenar os trabalhos relativos à elaboração e orientação normativa aos órgãos e entidades da Administração Pública federal, bem como assistir o Coordenador-Geral de Normas, em suas demais atribuições, compreendendo temas atinentes à gestão de contratos públicos.

Art. 14. À Coordenação de Licitações compete coordenar os trabalhos relativos à elaboração e orientação normativa aos órgãos e entidades da Administração Pública federal, bem como assistir o Coordenador-Geral de Normas, em suas demais atribuições, compreendendo temas atinentes às licitações públicas.

Art. 15. À Coordenação de Sistemas compete coordenar os trabalhos relativos à implantação, execução e avaliação dos Sistemas do DELOG.

Art. 16. Ao Serviço Estratégico do Poder de Compra do Estado compete auxiliar a Coordenação-geral em suas atribuições e executar iniciativas e projetos relacionados à gestão estratégica da logística pública.

Art. 17. À Coordenação-Geral de Normas compete:

I - promover pesquisas e estudos relacionados à legislação de licitações e contratos, administração de materiais, obras, serviços, transportes, comunicações administrativas e serviços gerais, bem como desenvolver ações destinadas à revisão e à consolidação da legislação;

II - oferecer subsídios e orientar quanto à aplicação da legislação relativa às matérias pertinentes ao Departamento, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

III - propor e elaborar atos, normas complementares e procedimentos relativos à aplicação e ao cumprimento uniforme da legislação relativa às matérias pertinentes ao DELOG;

IV - fornecer orientação normativa para o desenvolvimento de sistemas informatizados pertinentes aos temas de competência do DELOG;

V - analisar propostas de atos normativos de assuntos correlatos às atribuições legais do DELOG; e

VI - responder aos órgãos de controle sobre questões normativas da competência do DELOG.

Art. 18. À Coordenação-Geral do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais compete:

I - planejar, coordenar e implantar projetos e atividades relativos à manutenção e ao desenvolvimento do SIASG, do Portal Comprasnet e dos seus subsistemas;

II - propor o desenvolvimento e a implantação de novos projetos e sistemas do SIASG;

III - identificar, estruturar e sistematizar os processos de trabalho de licitações e registro dos contratos; e

IV - estruturar e sistematizar as informações gerenciais sobre compras governamentais.

Art. 19. À Coordenação-Geral de Informatização de Processos compete:

I - identificar, estruturar e sistematizar os processos de trabalho complementares da licitação, da gestão de contratos, diárias e passagens e comunicações administrativas;

II - propor o desenvolvimento e a implantação de novos sistemas informatizados relativos a processos complementares da licitação, da gestão de contratos e demais processos de competência do DELOG;

III - planejar, coordenar e implantar projetos e atividades relativos à manutenção e ao desenvolvimento do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP;

IV - articular e orientar a implantação da integração de sistemas de protocolo; e

V - orientar e padronizar as iniciativas de processo eletrônico.

Art. 20. À Coordenação-Geral de Suporte aos Usuários compete:

I - planejar e implantar projetos de suporte aos usuários dos sistemas de logística geridos pelo DELOG;

II - prover suporte e orientação aos usuários dos sistemas de logística geridos pelo DELOG;

III - coordenar os trabalhos relativos à catalogação de materiais e serviços no âmbito do SIASG;

IV - coordenar os trabalhos relativos ao cadastramento de fornecedores no Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores - SICAF, módulo do SIASG, bem como registrar as penalidades impostas aos fornecedores por órgãos e entidades públicas não vinculadas;

V - coordenar as adesões ao SIASG de órgãos e entidades não integrantes do SISG;

VI - propor e implantar a melhoria contínua do suporte aos usuários dos sistemas de logística de competência do DELOG, incluindo sua modernização e uso de novas ferramentas de trabalho;

VII - responder aos órgãos de controle sobre questões relativas à operacionalização do SIASG; e

VIII - identificar e propor evoluções aos sistemas informatizados sob responsabilidade do DELOG.

Art. 21. À Coordenação-Geral de Estratégia de Contratações compete:

I - planejar, propor e desenvolver iniciativas e projetos para fortalecer a gestão estratégica da logística pública como instrumento de políticas públicas, tais como as contratações públicas sustentáveis, a promoção das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, a preferência para setores sensíveis e estratégicos da indústria nacional nas licitações e o fomento à inovação tecnológica por meio das compras governamentais;

II - promover e disseminar inovações e melhores práticas para a gestão estratégica da logística pública como instrumento de políticas públicas;

III - promover pesquisas e estudos sobre o uso estratégico da logística pública como instrumento de políticas públicas;

IV - oferecer subsídios e orientar quanto à aplicação da legislação relativa à gestão estratégica da logística pública como instrumento de políticas públicas;

V - propor e elaborar atos, normas complementares e procedimentos relativos à aplicação e ao cumprimento uniforme da legislação relativa à gestão estratégica da logística pública como instrumento de políticas públicas;

VI - fornecer orientação normativa para o desenvolvimento de sistemas informatizados pertinentes à gestão estratégica da logística pública como instrumento de políticas públicas;

VII - acompanhar as parcerias institucionais relativas à gestão estratégica da logística pública como instrumento de políticas públicas;

VIII - acompanhar as atividades de comitês e grupos de trabalho relativos à gestão estratégica da logística pública como instrumento de políticas públicas; e

IX - secretariar a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP.

Art. 22. Ao Departamento de Infraestrutura e Serviços de Rede compete:

I - normatizar, promover e coordenar ações junto aos órgãos do SISP quanto a:

a) aplicações, serviços e infraestrutura das redes de comunicação governamentais; e

b) definição de processos e procedimentos de contratações de soluções de tecnologia da informação;

II - gerir a infraestrutura tecnológica da rede de comunicação do Governo federal; e

III - promover estudos e ações visando à:

a) inovação, interconexão e disponibilização de novas aplicações e serviços de dados, voz e imagem nas redes de comunicação governamentais;

b) disponibilidade da infraestrutura e serviços da rede de comunicação do Governo federal; e

c) viabilização do acesso, fácil e em tempo real, a informações existentes em entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais.

Art. 23. À Coordenação-Geral de Aplicações e Serviços de Rede compete:

I - orientar os órgãos do SISP no que tange à busca por soluções e aplicações de rede que melhorem as comunicações e a eficiência do Sistema;

II - promover aplicações e serviços de valor agregado à rede de comunicação do Governo federal - INFOVIA Brasília, com melhor qualidade e segurança;

III - estimular o uso de aplicações e serviços de dados, voz e imagem compartilhados para os órgãos do SISP;

IV - assessorar a Comissão de Coordenação do SISP nos temas de sua competência; e

V - compartilhar conhecimentos e melhores práticas nos temas desenvolvidos pelo DSR junto aos órgãos da Administração Pública federal.

Art. 24. À Coordenação de Normas de Contratações de Tecnologia da Informação compete:

I - definir, elaborar, divulgar e implementar políticas, diretrizes e normas relativas à contratação de soluções de Tecnologia da Informação no âmbito do SISP;

II - orientar os órgãos do SISP no que tange à contratação de soluções de Tecnologia da Informação; e

III - compartilhar conhecimentos e melhores práticas nos temas desenvolvidos pela Coordenação junto aos órgãos da Administração Pública federal.

Art. 25. À Coordenação-Geral de Infraestrutura de Rede compete:

I - promover a infraestrutura tecnológica das redes de comunicação do Governo federal, necessária à:

a) integração das redes de comunicação do Governo federal;

b) padronização das infraestruturas de rede de comunicação do Governo federal de forma a obter ambientes interoperáveis em termos de padrões de comunicação de redes; e

c) compartilhamento de infraestrutura de rede de forma a obter mais eficiência na alocação dos recursos dos órgãos do SISP;

II - orientar os órgãos do SISP no que se refere à busca por soluções de infraestrutura de redes de comunicações governamentais;

III - estimular o uso de infraestrutura compartilhada de rede para os órgãos do SISP; e

IV - assessorar a Comissão de Coordenação do SISP nos temas de sua competência.

Art. 26. Ao Departamento de Governança e Sistemas de Informação compete:

I - normatizar, promover e coordenar ações junto aos órgãos do SISP quanto a:

a) gestão e governança de tecnologia da informação;

b) inovações e modelos tecnológicos;

c) gestão de pessoas e capacitação; e

d) melhoria de processos de desenvolvimento de sistemas;

II - exercer apoio executivo à Comissão de Coordenação do SISP;

III - promover o desenvolvimento e a implantação, na Administração federal, de sistemas informatizados que possibilitem o incremento da produtividade, o aperfeiçoamento do ciclo de políticas públicas e subsidiem a tomada de decisão; e

IV - coordenar, por meio da Comissão de Coordenação do Software Público Brasileiro, as atividades pertinentes ao Software Público Brasileiro.

Art. 27. À Coordenação-Geral de Gestão e Governança de Tecnologia da Informação compete:

I - planejar, normatizar, coordenar e disseminar ações para promover a melhoria contínua nos órgãos integrantes do SISP quanto aos temas de planejamento de TI, gerenciamento de projetos, comitês e outros relacionados a gestão e governança de TI;

II - planejar e coordenar os serviços de orientação técnica e suporte aos órgãos integrantes do SISP;

III - planejar e coordenar as ações para promover a Gestão de Pessoas do SISP, bem como as relativas à capacitação dos servidores ocupantes do cargo de Analista em Tecnologia da Informação - ATI e dos servidores que percebem a Gratificação Temporária do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática - GSISP, sem prejuízo das competências da COGEP/DIRAD/SE e das competências do Gestor Setorial de Capacitação da SLTI, conforme legislação vigente;

IV - gerir o cargo de ATI, em articulação com a COGEP/DIRAD/SE, observadas as diretrizes estratégicas do SISP, compreendendo os aspectos de planejamento e dimensionamento da força de trabalho, avaliação de desempenho relativa à gratificação GSISP e desenvolvimento profissional;

V - promover a comunicação, o relacionamento, a colaboração e o compartilhamento de conhecimento entre os órgãos integrantes do SISP, os ATI e os servidores que percebem GSISP;

VI - definir políticas, consolidar e disseminar boas práticas para gestão de informações do SISP; e

VII - exercer o apoio executivo à Comissão de Coordenação e ao Órgão Central do SISP.

Art. 28. À Coordenação-Geral de Sistemas de Informação compete:

I - pesquisar e promover inovações em sistemas de informação que atendam ao SISP;

II - promover, normatizar e disseminar sistemas de informação que possibilitem o incremento da produtividade, o aperfeiçoamento do ciclo de políticas públicas e subsidiem a tomada de decisão no âmbito do SISP;

III - estimular a comunicação, a colaboração, o relacionamento institucional, a utilização e o aprimoramento de sistemas de informação;

IV - organizar, gerenciar e fomentar as ações pertinentes ao software público, e conduzir as atividades definidas pela coordenação geral da Comissão de Coordenação do Software Público Brasileiro - CCSPB;

V - pesquisar, desenvolver e disseminar melhores práticas de gestão e melhoria de processo de sistemas de informação; e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

VI - disseminar melhores práticas e padrões em sistemas de informação para demais entes do Governo federal e de outras esferas e poderes.

Art. 29. Ao Departamento de Governo Eletrônico compete:

I - coordenar, disciplinar e articular a implantação de ações integradas de governo eletrônico na Administração Pública federal;

II - promover e coordenar atividades relacionadas à prestação de serviços públicos por meios eletrônicos na Administração Pública federal;

III - definir, publicar e disseminar padrões e normas em governo eletrônico referentes a acessibilidade, interoperabilidade, serviços e conteúdos públicos digitais e coordenar a sua implementação;

IV - promover a transparência e a participação da sociedade através dos meios digitais, quanto a consultas públicas e abertura de dados; e

V - sistematizar e disseminar informações relacionadas às ações de governo eletrônico da Administração Pública federal.

Art. 30. À Coordenação-Geral de Prestação de Serviços por Meios Eletrônicos compete:

I - promover, coordenar e articular atividades relacionadas à disponibilização, integração e evolução da prestação de serviços públicos por meios eletrônicos;

II - propor padrões de qualidade, de interação e de integração para a prestação de serviços e informações por meios eletrônicos;

III - coordenar e fomentar as atividades da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos - INDA;

IV - disseminar melhores práticas e padrões em serviços por meios eletrônicos para demais entes do Governo federal e de outras esferas e poderes; e

V - assessorar e apoiar a implementação de ações do governo eletrônico no âmbito do SISP.

Art. 31. À Divisão de Serviços Eletrônicos compete:

I - operacionalizar as ações relacionadas ao ambiente de serviços públicos e as integrações e interações com os demais órgãos do SISP;

II - implementar padrões, modelos e metodologias para a melhoria contínua da prestação de serviços públicos por meios eletrônicos; e

III - apoiar os órgãos do SISP na criação, implantação e divulgação de serviços públicos disponibilizados em meios eletrônicos.

Art. 32. À Coordenação-Geral de Normas e Padrões de Governo Eletrônico compete:

I - definir, publicar e disseminar padrões e normas de governo eletrônico para a melhoria da acessibilidade e interoperabilidade de sistemas, serviços e conteúdos públicos digitais;

II - definir, promover, apoiar e disseminar a padronização de ambientes digitais;

III - coordenar, promover, aperfeiçoar e apoiar a implementação do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico - e-MAG e dos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - e-PING no âmbito do SISP; e

IV - assessorar, apoiar e executar a implementação de ações do governo eletrônico no âmbito do SISP.

Art. 33. Ao Departamento de Transferências Voluntárias compete:

I - gerenciar e operacionalizar o funcionamento sistêmico das atividades do SICONV, por intermédio da sua implantação, acompanhamento, regulamentação e avaliação;

II - coordenar a implementação de ações de organização e modernização administrativa para o aperfeiçoamento dos processos de transferência voluntária do Poder Executivo federal;

III - exercer a função de Secretaria-Executiva da Comissão Gestora do SICONV, na forma da regulamentação específica;

IV - promover a análise de informações estratégicas no âmbito das transferências voluntárias da União, incumbindo-lhe:

a) pesquisar e sistematizar informações e dados estatísticos; e

b) apoiar os órgãos de controle na identificação, estruturação e disseminação de boas práticas de disponibilização de informações de domínio público;

V - articular atividades pertinentes ao SISP quanto à gestão da informação; e

VI - formular e implementar políticas e diretrizes relativas à gestão estratégica da informação no âmbito das transferências voluntárias da União.

Art. 34. À Coordenação-Geral de Normas e Planejamento compete:

I - subsidiar o Gabinete da SLTI:

a) sobre a execução física e financeira dos contratos sob a responsabilidade do DETRV;

b) no desenvolvimento e na gestão de ações e programas do plano plurianual de governo;

c) na proposta orçamentária da unidade;

d) nos relatórios de gestão e de atividades; e

e) em respostas de auditorias dos órgãos de controle;

II - analisar demandas sobre assuntos relativos ao planejamento, a normatização e cumprimento uniforme da legislação relativa às transferências voluntárias;

III - dar suporte técnico à Secretaria-Executiva da Comissão Gestora do SICONV; e

IV - oferecer subsídios às demais coordenações do DETRV quanto à aplicação dos normativos pertinentes às transferências voluntárias, em especial, orientando sobre regras de negócios e definições quanto à especificação dos sistemas informatizados.

Art. 35. À Coordenação de Planejamento e Suporte Normativo compete:

I - subsidiar a Coordenação-Geral:

a) na gestão de ações e programas do plano plurianual de governo;

b) na proposta orçamentária da unidade;

c) nos relatórios de gestão e de atividades;

d) em respostas de auditorias dos órgãos de controle; e

e) na execução física e financeira dos contratos sob a responsabilidade do DETRV;

II - emitir notas técnicas sobre projetos de lei e demais normativos relativos às transferências voluntárias.

Art. 36. À Coordenação-Geral do Sistema de Transferências Voluntárias compete:

I - subsidiar o Gabinete com informações de transferências voluntárias visando a geração de estudos e relatórios gerenciais;

II - analisar e planejar o processo de integração do SICONV, quando possível, com demais sistemas de informação da Administração Pública;

III - coordenar as atividades relativas ao desenvolvimento e implantação de novas funcionalidades e manutenção do SICONV;

IV - planejar o uso e aprimoramento de ferramentas de tecnologia da informação para geração e extração de dados relativos às transferências voluntárias; e

V - subsidiar o DETRV nos contratos de prestação de serviços sob sua responsabilidade.

Art. 37. À Divisão de Apoio ao Desenvolvimento do SICONV compete:

I - especificar o processo de integração do SICONV com os demais sistemas de informação da Administração Pública; e

II - apoiar as atividades relativas à manutenção e desenvolvimento do SICONV.

Art. 38. Ao Serviço de Apoio à Integração de Sistemas compete apoiar as atividades de integração do SICONV com os demais sistemas de Administração Pública.

Art. 39. À Coordenação-Geral de Capacitação e Atendimento compete:

I - subsidiar o Gabinete e a Comissão Gestora do SICONV no desenvolvimento da política de capacitação e atendimento aos usuários do SICONV, no âmbito do DETRV;

II - planejar e coordenar as atividades de capacitação e atendimento a usuários do SICONV; e

III - oferecer subsídios e propor melhorias, conjuntamente com as demais Coordenações, na elaboração e publicação de manuais e demais documentos relacionados à capacitação e ao atendimento.

Art. 40. À Coordenação de Suporte a Usuários compete:

I - executar as atividades de capacitação e atendimento a usuários;

II - emitir respostas e orientações relativas ao funcionamento do SICONV;

III - gerenciar dados cadastrais e apoiar as unidades cadastradoras do SICONV; e

IV - solicitar alterações e/ou correções no SICONV junto ao desenvolvedor do sistema.

Art. 41. À Divisão de Capacitação compete:

I - auxiliar, dar suporte e apoiar as ações relativas à capacitação dos usuários do SICONV; e

II - avaliar o conteúdo utilizado nas capacitações.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 42. Ao Secretário de Logística e Tecnologia da Informação incumbe:

I - planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das unidades da SLTI, bem como programas e projetos do Ministério na sua área de atuação;

II - promover a articulação e integração, interna e externamente, visando à implementação de programas e projetos de interesse da SLTI;

III - propor a nomeação ou exoneração de ocupantes de cargos em comissão, funções de confiança e funções comissionadas técnicas;

IV - autorizar, nos termos da legislação vigente, interrupção de férias dos servidores que lhe sejam subordinados;

V - aprovar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência, no âmbito de sua área de atuação; e

VI - firmar e rescindir contratos, convênios, ajustes, acordos ou outros instrumentos congêneres, na sua área de atuação, desde que não dispenda recurso orçamentário.

Art. 43. Ao Secretário-Adjunto incumbe:

I - assistir o Secretário no desempenho de suas funções e na implementação de políticas e diretrizes afetas a SLTI;

II - promover a articulação e a comunicação entre as unidades da SLTI;

III - monitorar a execução das metas do plano plurianual e da execução orçamentária da SLTI; e

IV - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário.

Art. 44. Aos Diretores de Departamento incumbe:

I - planejar e coordenar a execução das atividades do respectivo Departamento;

II - formular e propor políticas, diretrizes, normas e procedimentos relativos aos sistemas que supervisionam;

III - assistir o Secretário nos assuntos pertinentes às suas áreas de competência; e

IV - assinar os atos relativos ao sistema estruturador sob sua competência.

Art. 45. Ao Chefe de Gabinete incumbe:

I - coordenar as atividades do Gabinete;

II - assistir o Secretário na sua representação social e política e no preparo e despacho do seu expediente pessoal; e

III - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas.

Art. 46. Aos Coordenadores-Gerais incumbe:

I - planejar e coordenar a execução de projetos e atividades sob sua responsabilidade e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas; e

II - assistir o Diretor nos assuntos pertinentes à sua área de competência.

Art. 47. Aos Coordenadores incumbe:

I - planejar e coordenar a execução das atividades da respectiva Coordenação; e

II - assistir o Diretor nos assuntos pertinentes à sua área de competência.

Art. 48. Ao Chefe de Divisão e ao Chefe de Serviço incumbe:

I - prestar apoio administrativo ao Gabinete e ao Diretor, Coordenadores-Gerais e Coordenadores do seu respectivo Departamento;

II - controlar e orientar o recebimento e expedição de documentos da respectiva unidade;

III - auxiliar o Gabinete e o Diretor, Coordenadores-Gerais e Coordenadores do seu respectivo Departamento na consolidação de pareceres, notas técnicas e outros documentos oficiais;

IV - colaborar com as atividades da Coordenação de Apoio aos Sistemas Normativos, Governo Eletrônico e Assuntos Externos; e

V - praticar os demais atos administrativos necessários à consecução dos objetivos da respectiva unidade.

Art. 49. Aos Assessores, Assessor Técnico, Assistentes e Assistentes Técnicos incumbe assessorar, orientar e executar as atividades conforme as atribuições que lhes forem cometidas.

Art. 50. Ao Assessor responsável pelas atividades de assessoria técnica de planejamento incumbe:

I - produzir relatórios de gestão, de atividades, mensagem Presidencial e outros de mesma natureza demandados à SLTI;

II - apoiar a elaboração e o monitoramento de planejamentos estratégicos; e

III - acompanhar e reportar a execução de projetos e ações de interesse da SLTI.

Art. 51. Aos Assistentes da CGSME do DGE incumbe, ainda:

I - apoiar os projetos de prestação de serviços por meios eletrônicos;

II - auxiliar nas atividades de Planejamento Estratégico Institucional e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação;

III - participar das atividades do SISP no que se refere à Estratégia Geral de Tecnologia da Informação;

IV - desenvolver ações referentes à padronização, diretrizes e normas para sítios e serviços eletrônicos;

V - coordenar as atividades do grupo de consultores em Governo Eletrônico da Central de Serviços e Suporte do SISP; e

VI - desenvolver acordos de cooperação e fiscalização técnica de produtos no que se referem a sítios e serviços eletrônicos.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 52. Serão de responsabilidade da SLTI o controle, a fiscalização e a prestação de contas de contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, referentes às demandas de sua área de competência.

Art. 53. Os casos omissos e as eventuais dúvidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário de Logística e Tecnologia da Informação.

ANEXO XI

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE RELAÇÕES DE TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º A Secretaria de Relações de Trabalho no Serviço Público, órgão subordinado diretamente ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, tem por finalidade:

I - exercer, como órgão central do Subsistema de Relações de Trabalho do Serviço Público Federal - SISRT, a competência normativa em matéria de negociação de termos e condições de trabalho e solução de conflitos no serviço público federal;

II - organizar e supervisionar o SISRT;

III - exercer, como órgão central do SISRT, a interlocução com os servidores públicos, por meio de procedimentos de negociação de termos e condições de trabalho, da Ouvidoria-Geral do Servidor Público e de outros instrumentos;

IV - organizar e manter atualizado o cadastro nacional das entidades sindicais representativas de servidores públicos federais da Administração Pública federal direta, suas autarquias e fundações;

V - propor a formulação de políticas e diretrizes que garantam a democratização das relações de trabalho na Administração Pública federal;

VI - propor medidas para a solução, por meio da negociação de termos e condições de trabalho, de conflitos surgidos no âmbito das respectivas relações de trabalho, direitos e benefícios dos servidores públicos, conforme diretrizes estabelecidas pelo Presidente da República;

VII - articular a participação dos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, suas autarquias e fundações, nos procedimentos de negociação de termos e condições de trabalho surgidos no âmbito das respectivas relações de trabalho;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VIII - desenvolver e acompanhar, em conjunto com a unidade responsável pela política de capacitação dos servidores públicos no âmbito do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, ações de capacitação em temas relacionados às suas competências;

IX - difundir e fomentar a democratização das relações de trabalho no serviço público;

X - avaliar os impactos de medidas e programas sobre as relações de trabalho no serviço público;

XI - realizar estudos e pesquisas sobre o mercado de trabalho e as políticas públicas de remuneração no serviço público e nas áreas de interesse público;

XII - contribuir para a realização de estudos e pesquisas sobre função pública;

XIII - prestar suporte técnico e operacional à Comissão Especial Interministerial de que trata o Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, e orientar na aplicação da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, no que tange à concessão de anistia; e

XIV - prestar suporte técnico e operacional à Comissão Especial Interministerial de que trata o Decreto nº 7.514, de 5 de julho de 2011, e orientar no processamento dos pedidos referentes à inclusão no quadro em extinção da União.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria de Relações de Trabalho no Serviço Público - SRT tem a seguinte estrutura:

I - Gabinete - GABIN:

a) Coordenação Administrativa e Suporte Técnico - COAST:

1. Divisão de Apoio, Documentação e Arquivo - DIDAR;

2. Divisão de Apoio Administrativo e Suporte Operacional - DIASO; e

3. Serviço de Informação e Expedição Documental - SEDOC;

II - Ouvidoria do Servidor - OUVIDORIA:

a) Divisão de Acompanhamento, Produção e Sistematização de Dados - DAPRO:

1. Serviço de Tratamento de Mensagens - SETAM; e

2. Serviço de Informações Estratégicas - SEINE;

III - Coordenação-Geral de Negociação e Relações Sindicais - CGNES:

a) Divisão de Suporte para a Negociação Coletiva - DISNE; e

b) Divisão de Supervisão do Sistema de Relações de Trabalho do Serviço Público Federal - DISRT;

IV - Coordenação-Geral de Análise Técnica para a Negociação Coletiva - CGATN:

a) Divisão de Estudos e Programação Financeira - DIEPF; e

b) Divisão de Acompanhamento e Análise de Dados de Pessoal - DIAAD.

Art. 3º A Secretaria de Relações de Trabalho no Serviço Público será dirigida por Secretário; a Ouvidoria do Servidor, por Ouvidor-Geral; as Coordenações-Gerais, por Coordenadores-Gerais; a Coordenação, por Coordenador e o Gabinete, as Divisões e os Serviços, por Chefes.

Art. 4º O Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público será substituído pelo Secretário-Adjunto.

Parágrafo único. Os demais ocupantes dos cargos previstos no artigo anterior serão substituídos, em seus afastamentos ou impedimentos legais, por servidores designados na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 5º Ao Gabinete compete:

I - assistir o Secretário em sua representação, ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho do seu expediente pessoal;

II - acompanhar o andamento dos projetos de interesse da SRT;

III - providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados por autoridade dos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

IV - solicitar e acompanhar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a SRT;

V - auxiliar o Secretário e o Secretário-Adjunto quando vierem a ministrar ou participar de eventos;

VI - assessorar o Secretário e o Secretário-Adjunto e demais servidores, nos assuntos que envolvam missões internacionais, providenciando junto aos órgãos competentes a emissão de passaportes, prorrogação de validade dos mesmos e os vistos de entrada nos países;

VII - prestar assessoria direta ao Secretário e ao Secretário-Adjunto promovendo a coordenação de projetos específicos que, a critério do Secretário, devam ficar diretamente sob sua coordenação;

VIII - elaborar programação de viagens nacionais e internacionais e aprovar no Sistema de Diárias e Passagens no âmbito da SRT;

IX - recepcionar e monitorar as demandas do Serviço de Informação ao Cidadão no âmbito da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; e

X - coordenar ações referentes ao processo de avaliação de desempenho institucional e individual no âmbito da SRT.

Art. 6º À Coordenação Administrativa e Suporte Técnico compete:

I - assistir diretamente o Chefe de Gabinete no preparo de expedientes da pauta de despacho com o Secretário;

II - coordenar, orientar, controlar e acompanhar a execução dos sistemas e serviços pertinentes a pessoal, documentação, material patrimonial, informática e serviços gerais da SRT;

III - realizar as atividades de redação e revisão dos documentos e expedientes do Gabinete, obedecendo aos padrões oficiais;

IV - coordenar a execução e o apoio logístico de eventos de iniciativa da SRT;

V - coordenar, examinar e promover o encaminhamento da documentação recebida e expedida pela SRT;

VI - realizar procedimentos referentes ao processo de avaliação de desempenho institucional e individual no âmbito da SRT; e

VII - exercer outras atividades que lhes forem atribuídas pelo Chefe de Gabinete.

Art. 7º À Divisão de Apoio, Documentação e Arquivo compete:

I - acompanhar, controlar e atender as atividades, pesquisas e dados estatísticos relacionados ao recebimento, cadastramento, tramitação, fluxo documental e gestão documental no âmbito da SRT;

II - executar atividades de classificação, transferência, arquivamento, preservação ou eliminação de documentos, em conjunto com a unidade central de documentação e informação do Ministério;

III - acompanhar a execução e manutenção dos serviços de reprografia da SRT;

IV - acompanhar e autorizar a utilização dos serviços de transportes da SRT; e

V - executar as atividades de acompanhamento e controle de bens patrimoniais da SRT.

Art. 8º À Divisão de Apoio Administrativo e Suporte Operacional compete:

I - inserir dados e monitorar, no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, a documentação necessária para emissão de passagens aéreas e diárias, nacionais e internacionais da SRT, bem como a correspondente prestação de contas;

II - inserir, no Sistema de Informação e Gestão para Governabilidade - SIGOB, propostas de nomeação, exoneração, designação e dispensa de servidores da SRT;

III - executar atividades operacionais referentes à frequência, férias e controle do quantitativo da força de trabalho da SRT;

IV - realizar a provisão e o acompanhamento da utilização dos materiais de consumo e o controle do material permanente necessário à SRT;

V - executar as atividades de recebimento, distribuição e encaminhamento das faturas telefônicas, devidamente atestadas pelos servidores;

VI - acompanhar a publicação de atos oficiais da SRT; e

VII - participar na execução e apoio logístico de eventos de iniciativa da SRT.

Art. 9º Ao Serviço de Informação e Expedição Documental compete:

I - numerar, datar, acompanhar e expedir os documentos, processos e demais expedientes do Gabinete da SRT;

II - encaminhar e providenciar, junto à Imprensa Nacional, a publicação de atos oficiais da SRT; e

III - solicitar e distribuir os materiais de consumo necessários ao funcionamento da SRT.

Art. 10 À Ouvidoria do Servidor compete:

I - planejar, implantar, coordenar e acompanhar as atividades da Ouvidoria do Servidor, no âmbito de sua rede de operadores;

II - estabelecer canais de comunicação com os servidores públicos federais, que venham a facilitar e agilizar o fluxo das informações e a solução de seus pleitos;

III - facilitar o acesso do servidor público federal à Ouvidoria do Servidor, simplificando seus procedimentos internos e promovendo a divulgação sistemática dos serviços oferecidos;

IV - promover de forma permanente e sistemática, a articulação e a integração com os órgãos e entidades integrantes do SIPEC e da rede de Ouvidorias do Servidor da Administração Pública federal;

V - estabelecer parceria permanente com o órgão central do SIPEC visando obter subsídios a serem ofertados aos servidores públicos federais;

VI - fornecer informações, conforme legislação vigente, sobre a gestão de pessoas, aos servidores públicos federais;

VII - fornecer informações sobre a política de relações de trabalho, no serviço público federal, aos usuários do Sistema de Ouvidoria - SISOuvidor;

VIII - atuar conjuntamente com a Diretoria de Tecnologia da Informação no desenvolvimento de atividades relacionadas à tecnologia da informação utilizada na Ouvidoria do Servidor;

IX - responder as demandas do Serviço de Informação ao Cidadão no âmbito de suas atribuições;

X - assistir a Secretaria de Gestão Pública com estatísticas do pós-atendimento dos serviços prestados aos servidores públicos federais, nos assuntos relativos à gestão de pessoas; e

XI - assistir o Secretário nos assuntos demandados relativos às relações de trabalho e as demais áreas da SRT.

Art. 11. À Divisão de Acompanhamento, Produção e Sistematização de Dados compete:

I - ofertar treinamento e atendimento para a rede de Ouvidorias do Servidor;

II - propor e acompanhar a adoção de soluções técnicas apropriados para o SISOuvidor;

III - propor medidas e procedimentos que visem à solução de assuntos demandados e pendentes na Ouvidoria do Servidor;

IV - formular e manter atualizado o Manual de Procedimentos da Ouvidoria do Servidor;

V - manter atualizado o portal do servidor; e

VI - contribuir com a disseminação da política de relações de trabalho no serviço público federal.

Art. 12. Ao Serviço de Tratamento de Mensagens compete:

I - coordenar as atividades relativas ao recebimento, triagem, distribuição e tratamento das mensagens recebidas na Ouvidoria do Servidor;

II - monitorar, sistematicamente, as providências encaminhadas pela Ouvidoria do Servidor, a partir de pleitos enviados pelos usuários do SISOuvidor, efetuando o registro e controle dos seus resultados; e

III - manter banco de dados com respostas a perguntas frequentes.

Art. 13. Ao Serviço de Informações Estratégicas compete:

I - produzir estatísticas indicativas com base no banco de dados do SISOuvidor;

II - produzir relatórios gerenciais e estudos temáticos sobre os dados do SISOuvidor;

III - construir indicadores para mensuração de resultados quantitativos e qualitativos baseados nas operações do SISOuvidor; e

IV - traduzir em informações estratégicas os relatórios e estudos temáticos, buscando interpretar as percepções ou anseios dos servidores públicos federais.

Art. 14. À Coordenação-Geral de Negociação e Relações Sindicais compete:

I - executar as ações relacionadas à negociação coletiva do serviço público federal;

II - coordenar a implantação do Sistema de Relações de Trabalho no Serviço Público Federal - SISRT;

III - coordenar a elaboração e o desenvolvimento de indicadores permanentes e circunstanciais sobre as relações de trabalho e a negociação coletiva no serviço público;

IV - realizar e coordenar estudos sobre a organização sindical, a negociação coletiva e a regulamentação do direito de greve na Administração Pública federal;

V - realizar e coordenar a produção de informações que subsidiem a institucionalização da negociação coletiva e temas afetos às Convenções da Organização Internacional do Trabalho - OIT;

VI - responder as demandas da Ouvidoria do Servidor e do Serviço de Informação ao Cidadão no âmbito de suas atribuições; e

VII - assistir o Secretário nos assuntos inerentes as suas atribuições.

Art. 15. À Divisão de Suporte para a Negociação Coletiva compete:

I - executar as atividades de suporte às negociações;

II - providenciar a guarda dos registros produzidos nas negociações realizadas;

III - manter comunicação com as entidades representativas dos servidores públicos federais;

IV - organizar e acompanhar agendas da SRT com o movimento sindical;

V - organizar encontros técnicos e seminários sobre temas relacionados à negociação coletiva;

VI - emitir pareceres ou documentos sobre tema da área da competência da Divisão; e

VII - acompanhar e divulgar pesquisas inerentes às relações de trabalho no serviço público, podendo desenvolvê-las em parceria com outros órgãos ou entidades públicas e privadas.

Art. 16. À Divisão de Supervisão do Sistema de Relações de Trabalho do Serviço Público Federal compete:

I - monitorar os indicadores permanentes e circunstanciais sobre as relações de trabalho e a negociação coletiva no serviço público;

II - acompanhar e divulgar os estudos sobre a organização sindical, a negociação coletiva e a regulamentação do direito de greve na Administração Pública federal;

III - sistematizar informações que subsidiem a institucionalização da negociação coletiva e temas afetos às Convenções da OIT; e

IV - emitir pareceres ou documentos sobre tema da área da competência da Divisão.

Art. 17. À Coordenação-Geral de Análise Técnica para a Negociação Coletiva compete:

I - desenvolver e tornar disponível sistema de informações referentes à política remuneratória dos servidores da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

II - estabelecer comunicação e intercâmbio de informações com os órgãos responsáveis pela condução da política fiscal do Governo federal, visando à atualização e uniformização das bases de dados referentes à despesa e encargos com pessoal;

III - promover e realizar estudos e pesquisas sobre a estrutura de remuneração dos servidores da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional visando subsidiar a negociação coletiva;

IV - coordenar e realizar as simulações sobre reflexo nas contas públicas e na folha de pagamento das propostas de reajuste dos servidores públicos federais;

V - subsidiar o órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal da Administração Pública na elaboração do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e da proposta orçamentária anual nas questões de despesa de pessoal;

VI - responder as demandas da Ouvidoria do Servidor e do Serviço de Informação ao Cidadão no âmbito de suas atribuições;

VII - contribuir para a realização de estudos e pesquisas sobre função pública;

VIII - contribuir na elaboração de atos legais referentes à negociação coletiva; e

IX - assistir o Secretário nos assuntos inerentes a suas atribuições.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 18. À Divisão de Estudos e Programação Financeira compete:

I - propiciar a comunicação e o intercâmbio de informações com os órgãos competentes, visando à atualização e uniformização das bases de dados referentes à despesa e encargos com pessoal para subsidiar a negociação coletiva no serviço público federal;

II - realizar estudos e pesquisas sobre custos diretos e indiretos com pessoal da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

III - contribuir na elaboração de atos legais referentes à negociação coletiva;

IV - apresentar subsídios para a elaboração de informações gerenciais, bem como para a definição de critérios de política remuneratória; e

V - auxiliar na articulação institucional com os órgãos centrais dos Sistemas de Planejamento e de Orçamento e de Administração Financeira Federal para a consolidação da base de dados relativa às despesas com pessoal e encargos.

Art. 19. À Divisão de Acompanhamento e Análise de Dados de Pessoal compete:

I - auxiliar na elaboração de relatórios analíticos sobre a evolução da remuneração dos servidores, a partir das informações primárias de despesa e quantitativo de pessoal;

II - auxiliar no desenvolvimento, implantação e operação de instrumentos gerenciais de consolidação, acompanhamento, análise e divulgação de despesas com pessoal do Poder Executivo; e

III - prestar auxílio técnico na implantação e manutenção de bases de dados sobre recursos humanos do Poder Executivo federal.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 20. Ao Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público incumbe:

I - assistir o Ministro de Estado nos assuntos relativos às atividades da SRT;

II - planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução do Plano Plurianual e as atividades desenvolvidas pela SRT;

III - coordenar a articulação entre as unidades da SRT, bem como com os órgãos e demais unidades do Ministério e sistemas afetos à área de sua competência;

IV - representar a SRT, ou designar prepostos, nos contatos com autoridades, órgãos e entidades governamentais;

V - aprovar planos e programas de trabalho apresentados pelo Ouvidor-Geral e Coordenadores-Gerais;

VI - aprovar e expedir atos administrativos de caráter normativo sobre assunto de sua competência;

VII - propor a nomeação ou exoneração de ocupantes de cargos em comissão, funções de confiança e funções comissionadas técnicas;

VIII - autorizar, nos termos da legislação vigente, interrupção de férias dos servidores que lhe sejam subordinados;

IX - planejar e coordenar os processos de negociação coletiva com as entidades sindicais representativas dos servidores públicos federais, coordenando a Mesa Nacional de Negociação Permanente;

X - aprovar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência, no âmbito de sua área de atuação;

XI - firmar e rescindir contratos, convênios, ajustes, acordos ou outros instrumentos congêneres, na sua área de atuação, desde que não dispenda recurso orçamentário; e

XII - exercer outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Ministro de Estado.

Art. 21. Ao Secretário-Adjunto incumbe:

I - assistir o Secretário na implementação das diretrizes políticas e técnico-administrativas da SRT e no exercício de suas atribuições;

II - coordenar projetos e ações específicos que, a critério do Secretário, devam ficar diretamente sob sua coordenação;

III - promover a articulação entre as unidades da SRT;

IV - exercer o acompanhamento das metas do plano plurianual e da execução orçamentária da SRT;

V - coordenar a elaboração de relatório anual das atividades da SRT;

VI - coordenar as relações com a imprensa, em articulação com a Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Ministro - ASCOM/GM;

VII - substituir o Secretário nos seus afastamentos, impedimentos regulamentares e na vacância do cargo; e

VIII - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário.

Art. 22. Ao Chefe de Gabinete incumbe:

I - prestar assistência ao Secretário no exercício de suas atribuições;

II - auxiliar o Secretário na distribuição dos expedientes endereçados ao Gabinete;

III - coordenar e organizar a agenda de trabalho do Secretário, e prestar assistência em seus despachos;

IV - assessorar o Secretário e articular internamente as atividades relacionadas ao Plano Plurianual, ao orçamento anual e ao processo de planejamento e monitoramento da SRT;

V - coordenar a gestão orçamentária e os relatórios gerenciais;

VI - analisar e articular, com as demais unidades administrativas do Ministério, informações que interessem ao Secretário;

VII - coordenar o modelo de gestão interna e o trâmite dos documentos oficiais;

VIII - coordenar as atividades administrativas e de apoio operacional afetas ao Gabinete;

IX - coordenar projetos específicos que, a critério do Secretário, devam ficar diretamente sob sua coordenação;

X - assessorar o Secretário na elaboração da política de capacitação aplicável aos servidores da SRT; e

XI - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário.

Art. 23. Ao Ouvidor-Geral incumbe:

I - promover a realização dos direitos dos cidadãos por meio da recepção e tratamento das demandas de cidadãos e servidores públicos federais; e

II - auxiliar o Secretário, no que couber, com dados obtidos no SISOuvidor.

Art. 24. Aos Coordenadores-Gerais, aos Coordenadores e Chefes de Divisão e de Serviço incumbe planejar, coordenar e controlar a execução das atividades e o funcionamento das unidades sob sua responsabilidade, e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas.

Art. 25. Aos ocupantes dos cargos em comissão que compõem a assessoria do Secretário incumbe:

I - coordenar projetos específicos que, a critério do Secretário, devam ficar diretamente sob sua coordenação;

II - assessorar o Secretário nas relações com a imprensa, em articulação com a ASCOM/GM; e

III - exercer outras atribuições que lhes forem cometidas pelo Secretário.

Art. 26. Aos demais Assessores Técnicos e Assistentes Técnicos incumbe assessorar o superior imediato, bem como executar as atividades que lhes forem cometidas.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. Serão de responsabilidade da SRT o controle, a fiscalização e a prestação de contas de contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, referentes às demandas de sua área de competência.

Art. 28. Os casos omissos e as eventuais dúvidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público.

ANEXO XII

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º A Secretaria do Patrimônio da União, órgão subordinado diretamente ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, tem por finalidade:

I - administrar o patrimônio imobiliário da União e zelar por sua conservação;

II - adotar as providências necessárias à regularidade dominial dos bens da União;

III - lavrar, com força de escritura pública, os contratos de aquisição, alienação, locação, arrendamento, aforamento, cessão e demais atos relativos a imóveis da União e providenciar os registros e as averbações junto aos cartórios competentes;

IV - promover o controle, fiscalização e manutenção dos imóveis da União utilizados em serviço público;

V - proceder à incorporação de bens imóveis ao patrimônio da União;

VI - formular, propor, acompanhar e avaliar a política nacional de gestão do patrimônio da União, e os instrumentos necessários à sua implementação;

VII - formular e propor a política de gestão do patrimônio das autarquias e das fundações públicas federais; e

VIII - integrar a Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União com as demais políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria do Patrimônio da União - SPU tem a seguinte estrutura:

I - Unidade Central - UC:

a) Coordenação-Geral de Legislação Patrimonial - CGLEP;

b) Coordenação-Geral de Gestão Estratégica - CGGES:

1. Divisão de Controle - DICON; e

2. Divisão de Planejamento e Gestão - DIPLA;

c) Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTEC:

1. Coordenação de Desenvolvimento e Suporte - CODSU:

1.1. Divisão de Desenvolvimento de Soluções - DIDSO; e

1.2. Divisão de Sustentação de Infraestrutura em Tecnologia da Informação - DISIT;

d) Coordenação-Geral da Amazônia Legal - CGALE;

e) Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - CGOFI:

1. Coordenação de Orçamento - COORC:

1.1. Divisão de Programação Orçamentária - DIEOR;

2. Coordenação de Finanças - COFIN:

2.1. Divisão de Execução Financeira - DIEFI;

f) Coordenação-Geral de Administração - CGADM:

1. Coordenação de Suporte Logístico - COSUL:

1.1. Divisão de Gestão de Contratos - DIGEC;

2. Divisão de Gestão de Pessoas - DIPES;

3. Divisão de Capacitação - DICAP; e

4. Serviço de Apoio Administrativo - SEADM;

g) Gabinete - GABIN;

h) Departamento de Incorporação de Imóveis - DEINC:

1. Coordenação-Geral de Regularização Patrimonial - CGREG:

1.1. Coordenação de Regularização Documental e Cartorial - CORDC;

2. Coordenação-Geral de Incorporação - CGINC;

i) Departamento de Gestão de Receitas Patrimoniais - DEREP:

1. Coordenação-Geral de Arrecadação - CGARC:

1.1. Divisão de Planejamento e Controle da Arrecadação - DIPAR;

2. Coordenação-Geral de Cobrança - CGCOB:

2.1. Divisão de Recuperação de Créditos Patrimoniais - DIREC;

j) Departamento de Caracterização do Patrimônio - DECAP:

1. Coordenação-Geral de Controle de Utilização do Patrimônio - CGCUP:

1.1. Divisão de Controle e Avaliação de Imóveis - DIFIA;

2. Coordenação-Geral de Identificação do Patrimônio - CGIPA:

2.1. Divisão de Demarcação e Cadastramento Territorial - DIDEC;

k) Departamento de Destinação Patrimonial - DEDES:

1. Coordenação-Geral de Administração de Bens de Uso da Administração Pública Federal - CGAPF:

1.1. Divisão de Controle e Suporte aos Bens da Administração Pública - DICSU;

2. Coordenação-Geral de Habitação e Regularização Fundiária - CGREF:

2.1. Divisão de Regularização Fundiária e Provisão Habitacional - DIREH;

3. Coordenação-Geral de Apoio ao Desenvolvimento Local - CGADL:

3.1. Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Local para as Regiões Centro-Oeste e Norte - DIADE;

3.2. Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Local para as Regiões Sul e Sudeste - DISSU; e

3.3. Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Local para a Região Nordeste - DINOR;

II - Unidades Descentralizadas:

a) Superintendência do Patrimônio da União no Acre - SPU/AC:

1. Seção de Gestão Estratégica - SEGES;

2. Serviço de Recursos Internos - SERIN;

3. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU;

4. Coordenação de Caracterização do Patrimônio - COCAP:

4.1. Seção de Incorporação de Imóveis - SEINC;

5. Serviço de Receitas Patrimoniais - SEREP;

6. Coordenação de Destinação Patrimonial - CODES; e

7. Coordenação de Habitação e Regularização Fundiária - COREF;

b) Superintendência do Patrimônio da União em Alagoas - SPU/AL:

1. Coordenação de Gestão Estratégica - COGES;

2. Serviço de Recursos Internos - SERIN;

3. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU;

4. Serviço de Caracterização do Patrimônio - SECAP:

4.1. Seção de Incorporação de Imóveis - SEINC;

5. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP; e

6. Divisão de Destinação Patrimonial - DIDES:

6.1. Serviço de Habitação e Regularização Fundiária - SEREF;

c) Superintendência do Patrimônio da União no Amapá - SPU/AP:

1. Seção de Gestão Estratégica - SEGES;

2. Serviço de Recursos Internos - SERIN;

3. Setor de Atendimento ao Público - SETAP;

4. Coordenação de Caracterização do Patrimônio - COCAP:

4.1. Seção de Incorporação de Imóveis - SEINC;

5. Serviço de Receitas Patrimoniais - SEREP;

6. Coordenação de Destinação Patrimonial - CODES; e

7. Coordenação de Habitação e Regularização Fundiária - COREF;

d) Superintendência do Patrimônio da União no Amazonas - SPU/AM:

1. Divisão de Gestão Estratégica - DIGES;

2. Coordenação de Recursos Internos - CORIN;

2.1. Divisão de Apoio Administrativo - DIADM;

3. Setor de Atendimento ao Público - SETAP;

4. Coordenação de Caracterização do Patrimônio - COCAP:

4.1. Setor de Incorporação de Imóveis - SEINC;

4.2. Divisão de Identificação do Patrimônio - DIIPA; e

4.3. Divisão de Controle de Utilização do Patrimônio - DICUP;

5. Serviço de Receitas Patrimoniais - SEREP;

6. Coordenação de Destinação Patrimonial - CODES:

6.1. Divisão de Administração de Bens de Uso da Administração Pública Federal - DIAPF; e

6.2. Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Local - DIADL;

7. Coordenação de Habitação e Regularização Fundiária - COREF:

7.1. Divisão de Regularização Fundiária e Provisão Habitacional - DIREH;

e) Superintendência do Patrimônio da União na Bahia - SPU/BA:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Coordenação de Gestão Estratégica - COGES;
2. Divisão de Recursos Internos - DIRIN;
3. Serviço de Atendimento ao Público - SERAP;
4. Coordenação de Receitas Patrimoniais - COREP:
4.1. Serviço de Arrecadação e Cobrança - SEACO;
5. Coordenação de Caracterização do Patrimônio - COCAP:
5.1. Serviço de Incorporação de Imóveis - SEINC; e
5.2. Divisão de Identificação e Controle de Utilização do Patrimônio - DIIUP;
6. Coordenação de Destinação Patrimonial - CODES:
6.1. Divisão de Habitação e Regularização Fundiária - DIREF;

f) Superintendência do Patrimônio da União no Ceará - SPU/CE:
1. Seção de Gestão Estratégica - SEGES;
2. Serviço de Recursos Internos - SERIN;
3. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU;
4. Coordenação de Caracterização do Patrimônio - COCAP:
4.1. Serviço de Incorporação de Imóveis - SEINC; e
4.2. Serviço de Identificação e Controle de Utilização do Patrimônio - SEIUP;
5. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP; e
6. Divisão de Destinação Patrimonial - DIDES:
6.1. Serviço de Habitação e Regularização Fundiária - SEREF;

g) Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal - SPU/DF:
1. Coordenação de Gestão Estratégica - COGES;
2. Serviço de Recursos Internos - SERIN;
3. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU;
4. Divisão de Caracterização do Patrimônio - DICAR:
4.1. Serviço de Incorporação de Imóveis - SEINC;
4.2. Serviço de Identificação do Patrimônio - SEIPA; e
4.3. Serviço de Controle de Utilização do Patrimônio - SECUP;
5. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP; e
6. Coordenação de Destinação Patrimonial - CODES:
6.1. Divisão de Administração de Bens de Uso da Administração Pública Federal - DIAPF;

h) Superintendência do Patrimônio da União no Espírito Santo - SPU/ES:
1. Divisão de Gestão Estratégica - DIGES;
2. Serviço de Recursos Internos - SERIN;
3. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU;
4. Coordenação de Caracterização do Patrimônio - COCAP:
4.1. Seção de Incorporação de Imóveis - SEINC;
5. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP; e
6. Coordenação de Destinação Patrimonial - CODES:
6.1. Serviço de Apoio ao Desenvolvimento Local - SEADL;

i) Superintendência do Patrimônio da União em Goiás - SPU/GO:
1. Coordenação de Gestão Estratégica - COGES;
2. Serviço de Recursos Internos - SERIN;
3. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU;
4. Divisão de Caracterização do Patrimônio - DICAP:
4.1. Seção de Incorporação de Imóveis - SEINC;
5. Serviço de Receitas Patrimoniais - SEREP; e
6. Divisão de Destinação Patrimonial - DIDES;

j) Superintendência do Patrimônio da União no Maranhão - SPU/MA:
1. Coordenação de Gestão Estratégica - COGES;
2. Serviço de Recursos Internos - SERIN;
3. Serviço de Atendimento ao Público - SERAP;
4. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP;
5. Coordenação de Caracterização do Patrimônio - COCAP:
5.1. Serviço de Incorporação de Imóveis - SEINC;
5.2. Serviço de Identificação do Patrimônio - SEIPA; e
5.3. Divisão de Controle de Utilização do Patrimônio - DICUP;
6. Coordenação de Destinação Patrimonial - CODES:
6.1. Divisão de Administração de Bens de Uso da Administração Pública Federal - DIAPF;
6.2. Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Local - DIADL; e
6.3. Divisão de Habitação e Regularização Fundiária - DIREF;

k) Superintendência do Patrimônio da União no Mato Grosso - SPU/MT:
1. Seção de Gestão Estratégica - SEGES;
2. Divisão de Recursos Internos - DIRIN;
3. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU;
4. Coordenação de Caracterização do Patrimônio - COCAP:
4.1. Seção de Incorporação de Imóveis - SEINC; e
4.2. Divisão de Identificação e Controle de Utilização do Patrimônio - DIIUP;
5. Serviço de Receitas Patrimoniais - SEREP; e
6. Coordenação de Destinação Patrimonial - CODES:
6.1. Divisão de Habitação e Regularização Fundiária - DIREF;

l) Superintendência do Patrimônio da União no Mato Grosso do Sul - SPU/MS:
1. Seção de Gestão Estratégica - SEGES;
2. Divisão de Recursos Internos - DIRIN;
3. Setor de Atendimento ao Público - SETAP;
4. Divisão de Caracterização do Patrimônio - DICAP:
4.1. Setor de Incorporação de Imóveis - SEINC;
5. Serviço de Receitas Patrimoniais - SEREP; e
6. Coordenação de Destinação Patrimonial - CODES:
6.1. Serviço de Habitação e Regularização Fundiária - SEREF;

m) Superintendência do Patrimônio da União em Minas Gerais - SPU/MG:
1. Seção de Gestão Estratégica - SEGES;
2. Divisão de Recursos Internos - DIRIN;
3. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU;
4. Coordenação de Incorporação de Imóveis - COINC;
4.1. Divisão de Regularização Patrimonial - DIREG;
5. Serviço de Receitas Patrimoniais - SEREP;
6. Divisão de Caracterização do Patrimônio - DICAR:
6.1. Serviço de Identificação e Controle de Utilização do Patrimônio - SEIUP;
7. Divisão de Destinação Patrimonial - DIDES:
7.1. Serviço de Habitação e Regularização Fundiária - SEREF;

n) Superintendência do Patrimônio da União no Pará - SPU/PA:
1. Seção de Gestão Estratégica - SEGES;
2. Coordenação de Recursos Internos - CORIN:
2.1. Divisão de Apoio Administrativo - DIADM;
3. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU;
4. Coordenação de Caracterização do Patrimônio - COCAP:
4.1. Seção de Incorporação de Imóveis - SEINC; e
4.2. Divisão de Identificação e Controle de Utilização do Patrimônio - DIIUP;
5. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP;
6. Coordenação de Destinação Patrimonial - CODES:
6.1. Divisão de Administração de Bens de Uso da Administração Pública Federal - DIAPF; e
6.2. Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Local - DIADL;
7. Coordenação de Habitação e Regularização Fundiária - COREF:
7.1. Divisão de Regularização Fundiária Rural - DIRER:
7.1.1. Serviço de Articulação Social Rural - SEARU;
7.2. Divisão de Regularização Fundiária Urbana - DIREU:
7.2.1. Serviço de Articulação Social Urbana - SEAUR;

o) Superintendência do Patrimônio da União na Paraíba - SPU/PB:
1. Coordenação de Gestão Estratégica - COGES;
2. Serviço de Recursos Internos - SERIN;
3. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU;
4. Serviço de Receitas Patrimoniais - SEREP;
5. Divisão de Caracterização do Patrimônio - DICAR:
5.1. Serviço de Incorporação de Imóveis - SEINC;
6. Divisão de Destinação Patrimonial - DIDES;

p) Superintendência do Patrimônio da União no Paraná - SPU/PR:
1. Seção de Gestão Estratégica - SEGES;
2. Serviço de Recursos Internos - SERIN;
3. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU;
4. Divisão de Incorporação de Imóveis - DIINC;
5. Divisão de Caracterização do Patrimônio - DICAR;
6. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP; e
7. Coordenação de Destinação Patrimonial - CODES:
7.1. Serviço de Apoio ao Desenvolvimento Local - SEADL; e
7.2. Serviço de Habitação e Regularização Fundiária - SEREF;

q) Superintendência do Patrimônio da União em Pernambuco - SPU/PE:
1. Coordenação de Gestão Estratégica - COGES;
2. Serviço de Recursos Internos - SERIN;
3. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU;
4. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP;
5. Divisão de Caracterização do Patrimônio - DICAP:
5.1. Serviço de Incorporação de Imóveis - SEINC;
6. Coordenação de Destinação Patrimonial - CODES:
6.1. Serviço de Administração de Bens de Uso da Administração Pública Federal - SEAPF; e
6.2. Serviço de Habitação e Regularização Fundiária - SEREF;

r) Superintendência do Patrimônio da União no Piauí - SPU/PI:
1. Divisão de Gestão Estratégica - DIGES;
2. Serviço de Recursos Internos - SERIN;
3. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU;
4. Divisão de Caracterização do Patrimônio - DICAP:
4.1. Seção de Incorporação de Imóveis - SEINC;
5. Serviço de Receitas Patrimoniais - SEREP;
6. Divisão de Destinação Patrimonial - DIDES; e
7. Coordenação de Atendimento Avançado - COAAV;

s) Superintendência do Patrimônio da União no Rio de Janeiro - SPU/RJ:
1. Serviço de Gestão Estratégica - SERGE;
2. Divisão de Recursos Internos - DIRIN;
3. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU;
4. Coordenação de Incorporação de Imóveis - COINC;
5. Coordenação de Receitas Patrimoniais - COREP;
6. Coordenação de Caracterização do Patrimônio - COCAP:
6.1. Divisão de Identificação e Controle de Utilização do Patrimônio - DIIUP;
7. Coordenação de Destinação Patrimonial - CODES:
7.1. Divisão de Administração de Bens de Uso da Administração Pública Federal - DIAPF; e
7.2. Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Local - DIADL;
8. Coordenação de Habitação e Regularização Fundiária - COREF:
8.1. Serviço de Regularização Fundiária e Provisão Habitacional - SEREH;

t) Superintendência do Patrimônio da União no Rio Grande do Norte - SPU/RN:
1. Seção de Gestão Estratégica - SEGES;
2. Coordenação de Recursos Internos - CORIN;
3. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU;
4. Divisão de Caracterização do Patrimônio - DICAP:
4.1. Seção de Incorporação de Imóveis - SEINC; e
4.2. Serviço de Identificação e Controle de Utilização do Patrimônio - SEIUP;
5. Serviço de Receitas Patrimoniais - SEREP; e
6. Divisão de Destinação Patrimonial - DIDES:
6.1. Serviço de Habitação e Regularização Fundiária - SEREF;

u) Superintendência do Patrimônio da União no Rio Grande do Sul - SPU/RS:
1. Coordenação de Gestão Estratégica - COGES;
2. Serviço de Recursos Internos - SERIN;
3. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU;
4. Divisão de Caracterização do Patrimônio - DICAR:
4.1. Serviço de Incorporação de Imóveis - SEINC;
5. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP:
5.1. Serviço de Arrecadação e Cobrança - SEACO;
6. Divisão de Destinação Patrimonial - DIDES;

v) Superintendência do Patrimônio da União em Rondônia - SPU/RO:
1. Seção de Gestão Estratégica - SEGES;
2. Serviço de Recursos Internos - SERIN;
3. Setor de Atendimento ao Público - SETAP;
4. Coordenação de Caracterização do Patrimônio - COCAP:
4.1. Setor de Incorporação de Imóveis - SEINI;
5. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP;
6. Coordenação de Destinação Patrimonial - CODES:
6.1. Divisão de Habitação e Regularização Fundiária - DIREF; e
6.2. Serviço de Apoio ao Desenvolvimento Local - SEADL;

w) Superintendência do Patrimônio da União em Roraima - SPU/RR:
1. Setor de Gestão Estratégica - SEGEE;
2. Serviço de Recursos Internos - SERIN;
3. Setor de Atendimento ao Público - SETAP;
4. Coordenação de Caracterização do Patrimônio - COCAP:
4.1. Setor de Incorporação de Imóveis - SEINI;
5. Serviço de Receitas Patrimoniais - SEREP;
6. Coordenação de Destinação Patrimonial - CODES; e
7. Coordenação de Habitação e Regularização Fundiária - COREF;

x) Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina - SPU/SC:
1. Seção de Gestão Estratégica - SEGES;
2. Serviço de Recursos Internos - SERIN;
3. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU;
4. Coordenação de Caracterização do Patrimônio - COCAP:
4.1. Seção de Incorporação de Imóveis - SEINC; e
4.2. Serviço de Identificação e Controle de Utilização do Patrimônio - SEIUP;
5. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP:
5.1. Serviço de Arrecadação - SEARC; e
5.2. Serviço de Cobrança - SECOB;
6. Coordenação de Destinação Patrimonial - CODES:
6.1. Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Local - DIADL;
7. Coordenação de Habitação e Regularização Fundiária - COREF;

y) Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo - SPU/SP:
1. Coordenação de Gestão Estratégica - COGES:
1.1. Divisão de Planejamento e Gestão - DIPLA;
2. Serviço de Recursos Internos - SERIN:
2.1. Serviço de Apoio Administrativo - SEADM;
3. Serviço de Atendimento ao Público - SERAP;
4. Coordenação de Incorporação de Imóveis - COINC;
5. Coordenação de Receitas Patrimoniais - COREP:
5.1. Divisão de Arrecadação - DIARC; e
5.2. Serviço de Cobrança - SECOB;
6. Coordenação de Caracterização do Patrimônio - COCAP:
6.1. Serviço de Controle de Utilização do Patrimônio - SECUP; e
6.2. Serviço de Identificação do Patrimônio - SEIPA;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

7. Coordenação de Destinação Patrimonial - CODES:

7.1. Divisão de Habitação e Regularização Fundiária - DIREF; e

7.2. Serviço de Apoio ao Desenvolvimento Local - SEADL;

8. Divisão de Atendimento Avançado - DIAAV;

z) Superintendência do Patrimônio da União em Sergipe - SPU/SE:

1. Coordenação de Gestão Estratégica - COGES;

2. Seção de Recursos Internos - SEREC;

3. Seção de Atendimento ao Público - SEAPU;

4. Divisão de Caracterização do Patrimônio - DICAP:

4.1. Seção de Incorporação de Imóveis - SEINC; e

4.2. Serviço de Identificação e Controle de Utilização do Patrimônio - SEIUP;

5. Divisão de Receitas Patrimoniais - DIREP;

6. Divisão de Destinação Patrimonial - DIDES:

6.1. Serviço de Habitação e Regularização Fundiária - SEREF;

a) Superintendência do Patrimônio da União em Tocantins - SPU/TO:

1. Divisão de Gestão Estratégica - DIGES;

2. Serviço de Recursos Internos - SERIN;

3. Setor de Atendimento ao Público - SETAP;

4. Coordenação de Caracterização do Patrimônio - COCAP:

4.1. Seção de Incorporação de Imóveis - SEINC;

5. Serviço de Receitas Patrimoniais - SEREP;

6. Coordenação de Destinação Patrimonial - CODES:

6.1. Divisão de Administração de Uso de Bens da Administração Pública Federal - DIAPF; e

6.2. Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Local - DIADL;

7. Coordenação de Habitação e Regularização Fundiária - COREF.

§ 1º A Unidade Central terá as funções normativas, de definição de políticas, de estabelecimento de diretrizes, de planejamento com escopo nacional, de coordenação da execução, de monitoramento, de controle da execução, de avaliação das políticas de gestão do patrimônio e de avaliação de desempenho, sem prejuízo das competências legais de órgãos e entidades externas.

§ 2º As Unidades Descentralizadas desempenharão as funções relativas ao planejamento local, compatível com as ações de planejamento da Unidade Central, e a execução das políticas de gestão do patrimônio da União, englobando a programação de ações locais, execução e prestação de contas à Unidade Central, distribuição interna de competências entre os setores, sem prejuízo das competências legais de órgãos e entidades externas.

Art. 3º A SPU será dirigida por Secretário; os Departamentos, por Diretores; as Superintendências, por Superintendentes; as Coordenações-Gerais, por Coordenadores-Gerais; as Coordenações, por Coordenadores e o Gabinete, as Divisões, os Serviços, as Seções e os Setores, por Chefes.

Parágrafo único. Os ocupantes dos cargos previstos no caput deste artigo serão substituídos, em seus afastamentos ou impedimentos legais, por servidores designados na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 4º À Coordenação-Geral de Legislação Patrimonial compete:

I - coordenar os processos de elaboração e/ou revisão de normativos internos, incluindo, instruções normativas e portarias, sem prejuízo da iniciativa das áreas interessadas;

II - examinar, estudar e propor medidas voltadas à adequação dos atos normativos internos à legislação aplicável ao patrimônio da União;

III - revisar e encaminhar, quando solicitado, memorandos circulares e orientações, com conteúdo de caráter normativo;

IV - elaborar manifestação sobre processos, documentos, contratos, termos, acordos ou atos encaminhados pelo Secretário, pelos Secretários-Adjuntos ou pelo Chefe de Gabinete;

V - apoiar a promoção de oficinas locais ou regionais voltadas a orientar, esclarecer e/ou uniformizar entendimentos normativos afetos à legislação patrimonial da União; e

VI - gerenciar a publicação de atos normativos de interesse da SPU.

Art. 5º À Coordenação-Geral de Gestão Estratégica compete:

I - coordenar as atividades relacionadas à Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União - PNGPU, à gestão estratégica, à prestação de contas, ao atendimento das demandas de órgãos de controle da SPU; e

II - auxiliar e subsidiar a Corregedoria da Secretaria-Executiva do Ministério no tocante à apuração de irregularidades no âmbito da Unidade Central e das Unidades Descentralizadas da SPU, prestando com celeridade as informações e as análises técnicas requisitadas, além do apoio logístico, material e humano necessário para garantir o bom andamento dos trabalhos de investigação.

Art. 6º À Divisão de Controle compete:

I - acompanhar e consolidar as informações para atendimento das demandas de órgãos de controle, produzindo relatórios de situação; e

II - atender, em conjunto com as unidades da SPU, as demandas dos órgãos de controle.

Art. 7º À Divisão de Planejamento e Gestão compete:

I - formular, acompanhar, implantar e avaliar os resultados da PNGPU;

II - executar:

a) o planejamento, a gestão e a avaliação da PNGPU;

b) a proposta de indicadores e metas institucionais, no âmbito da gestão estratégica; e

c) as decisões estratégicas por meio da organização, moderação, registro e divulgação das reuniões de planejamento das instâncias participativas;

III - implantar, em conjunto com as demais unidades da SPU, a análise e planejamento estratégicos;

IV - identificar sinais de mudança, de oportunidades, de riscos e de estratégias emergentes;

V - elaborar, com base no Relatório de Atividades, o Relatório de Gestão e subsidiar a prestação de contas do Presidente da República, bem como opinar sobre a avaliação dos programas sob a responsabilidade da SPU no Plano Plurianual - PPA;

VI - subsidiar a gestão dos projetos de natureza estratégica para a execução da PNGPU; e

VII - apoiar a implantação e coordenar redes de gestão colaborativa de valor estratégico para a SPU.

Art. 8º À Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação compete, em articulação com a unidade setorial de Tecnologia da Informação do Ministério e no âmbito da SPU:

I - planejar, coordenar, monitorar e avaliar as atividades referentes à gestão dos recursos de Tecnologia da Informação - TI;

II - prover os recursos de TI necessários à execução das atividades fins da SPU;

III - elaborar diretrizes e estratégias relacionadas às atividades de TI;

IV - deliberar acerca de metodologias, padrões e soluções de TI a serem implantadas na SPU; e

V - deliberar sobre investimentos e aquisições em TI.

Art. 9º À Coordenação de Desenvolvimento e Suporte compete:

I - elaborar e manter atualizado o Plano Diretor de Tecnologia de Informação - PDTI;

II - gerenciar projetos voltados à evolução tecnológica no âmbito da SPU;

III - gerenciar e manter os serviços de TI implantados; e

IV - identificar e avaliar as necessidades de TI das demais áreas da SPU.

Art. 10. À Divisão de Desenvolvimento de Soluções compete:

I - elaborar, gerenciar e executar projetos de desenvolvimento de soluções informatizadas;

II - acompanhar e fiscalizar contratos e convênios de prestação de produtos e serviços relacionados a sistemas; e

III - avaliar e propor ações, bem como proferir pareceres em geral dentro de sua esfera de atuação.

Art. 11. À Divisão de Sustentação de Infraestrutura em Tecnologia da Informação compete:

I - planejar e executar a aquisição, gestão e distribuição de recursos de infraestrutura de TI no âmbito da SPU;

II - acompanhar e fiscalizar contratos e convênios de prestação de serviços e aquisição de bens relacionados à infraestrutura de TI; e

III - avaliar e propor ações, bem como proferir pareceres em geral dentro de sua esfera de atuação.

Art. 12. À Coordenação-Geral da Amazônia Legal compete:

I - promover a discriminação administrativa das terras na faixa de fronteira e de outras terras da União;

II - planejar, coordenar e controlar os processos de cessão, aforamento, Concessão de Direito Real de Uso - CDRU, Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia - CUEM, autorização de uso, autorização de obras, alienação onerosa ou gratuita e outras formas de destinação adequadas, de imóveis da União, voltadas à regularização fundiária e habitação de interesse social na Amazônia Legal;

III - estabelecer os critérios para a destinação de imóveis da União à regularização fundiária e habitação de interesse social na Amazônia Legal;

IV - estabelecer critérios de acessibilidade, uso e racionalização dos imóveis de domínio ou de posse da União destinados à regularização fundiária e habitação de interesse social na Amazônia Legal;

V - orientar lavratura, com força de escritura pública, dos contratos de interesse da SPU voltados à destinação dos imóveis de domínio ou posse da União para regularização fundiária e habitação de interesse social na Amazônia Legal; e

VI - orientar a elaboração de relatórios periódicos sobre as ações de regularização fundiária e habitação de interesse social na Amazônia Legal.

Art. 13. À Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças compete, no âmbito da SPU:

I - planejar e coordenar as atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Orçamento e de Administração Financeira;

II - coordenar a consolidação da proposta orçamentária anual, em articulação com a Diretoria de Planejamento e Gestão da Secretaria-Executiva - DIPLA/SE;

III - planejar e coordenar as atividades relacionadas a transferências voluntárias de recursos orçamentários e financeiros;

IV - coordenar as atividades de programação orçamentária e financeira;

V - orientar os atos relativos à execução orçamentária e financeira; e

VI - gerenciar os procedimentos de concessão de diárias e passagens em colaboração com as Coordenações-Gerais.

Art. 14. À Coordenação de Orçamento compete:

I - monitorar e avaliar a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de orçamento e de administração financeira;

II - consolidar a proposta orçamentária anual da SPU; e

III - monitorar e avaliar as atividades relacionadas a transferências voluntárias de recursos orçamentários e financeiros.

Art. 15. À Divisão de Programação Orçamentária compete executar as atividades relacionadas com os sistemas federais de orçamento, de administração financeira e transferências voluntárias de recursos orçamentários e financeiros.

Art. 16. À Coordenação de Finanças compete monitorar e avaliar a execução das atividades de programação orçamentária e financeira da SPU e os atos relativos à execução orçamentária e financeira.

Art. 17. À Divisão de Execução Financeira compete executar as atividades de programação orçamentária e financeira da SPU e os atos relativos à execução orçamentária e financeira.

Art. 18. À Coordenação-Geral de Administração compete, em articulação com a Diretoria de Administração da Secretaria-Executiva - DIRAD/SE e com a DIPLA/SE:

I - planejar, coordenar, avaliar e controlar as atividades relacionadas à logística, apoio administrativo, documentação e informação, bem como acompanhar as políticas e ações relacionadas ao Sistema de Serviços Gerais - SISG;

II - supervisionar as atividades de protocolo, bem como fiscalizar e orientar a aplicação das normas pertinentes;

III - orientar e dar suporte às unidades da SPU no tratamento dos documentos arquivísticos;

IV - planejar, coordenar, elaborar e avaliar programa de capacitação para os servidores da SPU;

V - proceder ao acompanhamento funcional de pessoal lotado na SPU, orientando suas unidades quanto à aplicação da legislação de pessoal; e

VI - prestar orientação técnica quanto à execução das atividades relacionadas ao pagamento da Gratificação de Incremento à Atividade da Administração do Patrimônio da União - GIAPU.

Art. 19. À Coordenação de Suporte Logístico compete:

I - centralizar as demandas e informações relativas à infraestrutura das unidades da SPU, ressalvada a competência de outras áreas;

II - administrar bens mobiliários;

III - organizar as atividades necessárias à gestão de material permanente e de consumo da unidade central;

IV - orientar e publicar os procedimentos de licitação, os respectivos processos de contratação da SPU para aquisição de produtos e de serviços e o recebimento de bens e a prestação de serviços; e

V - intermediar as relações entre as unidades da DIRAD/SE e da DIPLA/SE e as Superintendências do Patrimônio da União.

Art. 20. À Divisão de Gestão de Contratos compete executar as atividades relativas à licitação, os respectivos processos de contratação da SPU para aquisição de produtos e de serviços e o recebimento de bens e a prestação de serviços.

Art. 21. À Divisão de Gestão de Pessoas compete executar as atividades relativas ao acompanhamento funcional de pessoal lotado na SPU.

Art. 22. À Divisão de Capacitação compete executar as atividades relativas aos programas de capacitação para os servidores da SPU.

Art. 23. Ao Serviço de Apoio Administrativo compete executar as atividades relacionadas à logística, apoio administrativo, documentação e informação, protocolo e gerenciamento do acervo documental.

Art. 24. Ao Gabinete compete:

I - assistir o Secretário e os Secretários-Adjuntos em suas representações políticas e sociais, incumbindo-se do controle de agenda;

II - coordenar as atividades de assessoramento do Secretário e Secretários-Adjuntos;

III - preparar os despachos de seu expediente pessoal e agendar e acompanhar pedidos de audiência;

IV - controlar e dirigir as atividades relativas à documentação e às correspondências encaminhadas ao Gabinete, às publicações oficiais da SPU e expedição e arquivo de despachos e decisões do Secretário e Secretários-Adjuntos;

V - acompanhar, dirigir e executar a movimentação de documentos e processos de responsabilidade direta do Secretário e dos Secretários-Adjuntos no Sistema de Acompanhamento e Controle de Processos;

VI - analisar as propostas de concessão de passagens e diárias oriundas das Coordenações-Gerais vinculadas diretamente aos Secretários-Adjuntos; e

VII - prestar assessoria direta ao Secretário e aos Secretários-Adjuntos promovendo a coordenação de projetos específicos que, a critério do Secretário, devam ficar diretamente sob sua coordenação.

Art. 25. Ao Departamento de Incorporação de Imóveis compete:

I - coordenar, controlar e orientar as atividades de incorporação imobiliária ao patrimônio da União, nas modalidades de aquisição por compra e venda, por dação em pagamento, doação, usucapião, administrativa, e de imóveis oriundos da extinção de órgãos da Administração Pública federal direta, autárquica ou fundacional, liquidação de empresa pública ou sociedade de economia mista;

II - realizar o levantamento dos imóveis e a verificação no próprio local dos imóveis a serem incorporados; e

III - preservar e regularizar a cadeia dominial desses imóveis em articulação com entidades e instituições envolvidas.

Art. 26. À Coordenação-Geral de Regularização Patrimonial compete:

I - planejar e coordenar as atividades de regularização documental e cartorial dos imóveis incorporados ao patrimônio da União;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II - promover ações de articulação com entidades e instituições envolvidas na regularização dominial de imóveis adquiridos pela União;

III - planejar e coordenar as ações da SPU relacionadas a medidas judiciais referentes à regularização patrimonial de imóveis adquiridos pela União;

IV - coordenar e monitorar ações de levantamento e verificação in loco necessárias à regularização patrimonial de imóveis incorporados ao patrimônio da União; e

V - coordenar e monitorar ações voltadas à manutenção e guarda de imóveis ainda não incorporados ao patrimônio da União.

Art. 27. À Coordenação de Regularização Documental e Cartorial compete auxiliar a Coordenação-Geral no planejamento e controle das atividades de regularização documental e cartorial dos imóveis incorporados ao patrimônio da União.

Art. 28. À Coordenação-Geral de Incorporação compete:

I - planejar, coordenar e controlar as atividades de recebimento e incorporação dos imóveis adquiridos pela União;

II - propiciar o controle das informações mínimas ao cadastramento do imóvel no sistema corporativo;

III - coordenar e monitorar ações de levantamento e verificação in loco necessárias à incorporação de imóveis adquiridos pela União;

IV - promover ações de articulação com entidades e instituições envolvidas na incorporação de imóveis adquiridos pela União;

V - orientar a lavratura, com força de escritura pública, dos contratos e títulos de aquisição de imóveis pela União, bem como as providências, conforme o caso, de registros e as averbações junto aos cartórios competentes;

VI - orientar a abertura do Registro Imobiliário Patrimonial - RIP; e

VII - orientar e controlar as unidades da SPU na aquisição de bens imóveis.

Art. 29. Ao Departamento de Gestão de Receitas Patrimoniais compete coordenar, controlar e orientar as atividades relativas aos processos de arrecadação e cobrança de créditos patrimoniais.

Art. 30. À Coordenação-Geral de Arrecadação compete:

I - planejar, coordenar, monitorar e avaliar as atividades de arrecadação das receitas patrimoniais da União;

II - propor atos normativos afetos à área;

III - propor e acompanhar as metas de arrecadação; e

IV - oferecer subsídios para a elaboração da proposta orçamentária da SPU.

Art. 31. À Divisão de Planejamento e Controle da Arrecadação compete executar as atividades relacionadas à operacionalização da arrecadação das receitas patrimoniais.

Art. 32. À Coordenação-Geral de Cobrança compete:

I - planejar, coordenar, monitorar e avaliar as atividades de cobrança administrativa das receitas patrimoniais da União;

II - propor atos normativos afetos à área; e

III - oferecer subsídios para a elaboração da proposta orçamentária da SPU.

Art. 33. À Divisão de Recuperação de Créditos Patrimoniais compete executar as atividades relacionadas ao processo de cobrança administrativa das receitas patrimoniais da União.

Art. 34. Ao Departamento de Caracterização do Patrimônio compete coordenar, controlar e orientar as atividades relacionadas à identificação, ao cadastramento e à fiscalização dos imóveis da União.

Art. 35. À Coordenação-Geral de Controle de Utilização do Patrimônio compete:

I - planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades de fiscalização dos imóveis da União;

II - planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades de avaliação dos bens imóveis da União ou de seu interesse;

III - implementar metodologias de execução, de controle e de programação de fiscalização de imóveis;

IV - propor normas e procedimentos para ações de fiscalização e avaliação de imóveis da União;

V - coordenar a identificação dos imóveis da União que não cumprem a função socioambiental;

VI - planejar, coordenar, monitorar e avaliar as atividades necessárias à discriminação, reivindicação de domínio e reintegração de posse dos bens imóveis da União; e

VII - orientar e monitorar a atualização da Planta Genérica de Valores, em especial a elaboração do relatório final anual.

Art. 36. À Divisão de Controle e Avaliação de Imóveis compete executar as atividades relacionadas à gestão das ações de fiscalização e avaliação dos imóveis da União.

Art. 37. À Coordenação-Geral de Identificação do Patrimônio compete:

I - coordenar, monitorar e avaliar as atividades de identificação (demarcação), cadastramento e levantamento, em campo, de imóveis de domínio da União;

II - catalogar, organizar, adquirir, produzir, arquivar, tratar e disponibilizar plantas, mapas, imagens obtidas e demais materiais de natureza cartográfica, básica e temática;

III - criar, coordenar e monitorar o Plano Nacional de Caracterização;

IV - coordenar, monitorar e avaliar o Programa de Certificação Cadastral;

V - propor a padronização e controlar a elaboração da base cartográfica da SPU;

VI - criar e gerenciar o banco de dados espacial de imóveis da União;

VII - criar procedimentos e acompanhar a implementação nas ações de sistematização para atualizar as informações cadastrais, bem como, para o banco de dados espacial relativos aos imóveis da União;

VIII - orientar, acompanhar e analisar os relatórios das comissões encarregadas das demarcações das Linhas de Preamar Média - LPM e das Linhas Médias de Enchentes Ordinárias - LMEO;

IX - orientar e monitorar a análise dos dados de vocação de áreas;

X - orientar e monitorar o levantamento de inconsistência cadastral, relativo ao cadastramento físico-territorial;

XI - propor a realização de pesquisas e levantamentos necessários ao conhecimento da realidade socioeconômica ambiental das áreas da União em conjunto com a Coordenação-Geral de Apoio ao Desenvolvimento Local;

XII - estudar e propor metodologia para integração das bases literais com o banco de dados espacial, visando à implantação de um sistema de informação geográfica/geoprocessamento;

XIII - propor metodologias de aprimoramento e atualização da base cadastral de imóveis da União;

XIV - estabelecer critérios para o compartilhamento de informações cadastrais; e

XV - propor estudos sobre a estrutura fundiária em áreas da União e sua evolução para subsidiar o estabelecimento de prioridades regionais no contexto de ocupações e destinações.

Art. 38. À Divisão de Demarcação e Cadastramento Territorial compete executar as atividades relacionadas à cartografia, demarcação e cadastramento de imóveis de propriedade da União.

Art. 39. Ao Departamento de Destinação Patrimonial compete coordenar, controlar e orientar as atividades relacionadas com o desenvolvimento de ações e projetos voltados à destinação, à regularização fundiária, à normatização de uso e à análise vocacional dos imóveis da União.

Art. 40. À Coordenação-Geral de Administração de Bens de Uso da Administração Pública federal compete:

I - planejar, coordenar e controlar a administração, conservação e manutenção dos imóveis de uso especial da União;

II - estabelecer critérios de acessibilidade, uso e racionalização dos imóveis de uso especial da União;

III - coordenar a declaração de áreas da União como de interesse para o serviço público dos imóveis de domínio ou de posse da União;

IV - planejar, coordenar e controlar as atividades relativas à destinação de bens imóveis da União aos órgãos da Administração Pública federal direta e indireta;

V - planejar, coordenar e controlar a administração dos imóveis residenciais funcionais de propriedade da União destinados à utilização pelos agentes políticos e servidores federais, no âmbito do Poder Executivo federal, excluídos os imóveis que compõem as reservas técnicas da Presidência da República, do Ministério das Relações Exteriores e dos Comandos do Exército, Marinha e Aeronáutica;

VI - planejar, coordenar e controlar a destinação e o recebimento de imóveis funcionais disponibilizados a outros órgãos da Administração Pública federal;

VII - orientar a lavratura, com força de escritura pública, dos contratos de interesse da SPU voltados à destinação dos imóveis de domínio ou de posse da União, bem como as providências, conforme o caso, de registros e averbações junto aos cartórios competentes; e

VIII - orientar a elaboração de relatórios periódicos sobre as ações de destinação de imóveis de uso especial da União.

Art. 41. À Divisão de Controle e Suporte aos Bens da Administração Pública compete auxiliar a Coordenação-Geral no planejamento, coordenação e controle da administração, conservação, manutenção e destinação dos imóveis de uso especial da União.

Art. 42. À Coordenação-Geral de Habitação e Regularização Fundiária compete, no âmbito dos Estados e Distrito Federal, excetuados os Estados da Amazônia Legal:

I - planejar, coordenar e controlar os processos de cessão, aforamento, CDRU, CUEM, autorização de uso, autorização de obras, alienação onerosa ou gratuita e outras formas de destinação adequadas, de imóveis da União, voltadas à regularização fundiária e habitação de interesse social;

II - estabelecer os critérios para destinação de imóveis à regularização fundiária e habitação de interesse social;

III - orientar a lavratura dos contratos de interesse da SPU voltados à destinação dos imóveis de domínio ou de posse da União para regularização fundiária e habitação de interesse social bem como as providências, conforme o caso, de registros e as averbações junto aos cartórios competentes;

IV - orientar a elaboração de relatórios periódicos sobre as ações de regularização fundiária e provisão habitacional; e

V - publicar declaração de áreas da União como de interesse para o serviço público dos imóveis de domínio ou de posse da União para fins de regularização fundiária e habitação de interesse social nos Estados.

Art. 43. À Divisão de Regularização Fundiária e Provisão Habitacional compete auxiliar a Coordenação-Geral no planejamento, coordenação e controle das atividades de destinação de imóveis da União, voltados à regularização fundiária e habitação de interesse social nos Estados e Distrito Federal, excetuados os Estados da Amazônia Legal.

Art. 44. À Coordenação-Geral de Apoio ao Desenvolvimento Local compete:

I - planejar, coordenar e controlar os processos de destinação dos imóveis da União segundo os instrumentos previstos em lei;

II - estabelecer os critérios para destinação de imóveis de posse e propriedade da União;

III - coordenar a declaração de interesse do serviço público de áreas da União necessárias às políticas públicas atinentes a Coordenação;

IV - propor diretrizes, critérios e prioridades para a destinação de imóveis em apoio ao desenvolvimento local e regional;

V - orientar a lavratura, com força de escritura pública, dos contratos de interesse da SPU voltados à destinação dos imóveis de domínio ou de posse da União, bem como as providências, conforme o caso, de registros e as averbações junto aos cartórios competentes;

VI - propor a realização de pesquisas e levantamentos necessários ao conhecimento da realidade socioeconômica ambiental das áreas da União em conjunto com a Coordenação-Geral de Identificação do Patrimônio;

VII - orientar a elaboração de relatórios periódicos sobre as ações de destinação imobiliária; e

VIII - atuar, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente, na Coordenação Nacional do Projeto Orla.

Art. 45. À Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Local para as Regiões Centro-Oeste e Norte compete coordenar e controlar as atividades de destinação de imóveis da União, voltados às ações de apoio ao desenvolvimento local nos Estados das Regiões Centro-Oeste e Norte.

Art. 46. À Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Local para as Regiões Sul e Sudeste compete coordenar e controlar as atividades de destinação de imóveis da União, voltados às ações de apoio ao desenvolvimento local nos Estados das Regiões Sul e Sudeste.

Art. 47. À Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Local para a Região Nordeste compete coordenar e controlar as atividades de destinação de imóveis da União, voltados às ações de apoio ao desenvolvimento local nos Estados da Região Nordeste.

Art. 48. Às Coordenações-Gerais, subordinadas diretamente à SPU e aos Departamentos, compete, ainda, na sua área de atuação:

I - sugerir critérios de guarda dos documentos, títulos e processos;

II - coordenar e controlar o trabalho das unidades descentralizadas;

III - coligir os elementos necessários à informação dos procedimentos administrativos ou judiciais, solicitados pela Advocacia Geral da União - AGU, destinados à defesa dos interesses da União, bem como às solicitações, requisições e recomendações do Ministério Público;

IV - orientar o cumprimento de decisões judiciais;

V - conceber, orientar, promover e organizar oficinas;

VI - coordenar projetos estratégicos;

VII - propor e formalizar ações de cooperação com outros órgãos e entidades da Administração Pública federal, bem como com Estados, Distrito Federal e Municípios, além de organizações privadas, sociedade civil e órgãos ou entidades vinculadas a pessoas jurídicas de Direito Internacional que atuem ou contribuam para gestão do patrimônio público;

VIII - propor a fixação de critérios, métodos, normas, procedimentos, padrões e instrumentos operacionais, em conjunto com outras unidades da SPU ou em coordenação com outras instituições, acompanhando a respectiva implantação;

IX - prestar informações para atendimento das demandas de órgãos de controle;

X - apoiar a gestão dos contratos de prestação de serviços;

XI - analisar a necessidade, apoiar a elaboração e formalizar projetos básicos de aquisição de equipamentos, softwares e prestação de serviços;

XII - propor ações para capacitação de recursos humanos; e

XIII - consolidar as informações gerenciais da área no Relatório de Atividades.

Art. 49. Às Superintendências do Patrimônio da União compete:

I - programar e executar as ações de identificação, cadastramento, avaliação e fiscalização do patrimônio da União, com as diretrizes da Unidade Central, executando os seguintes processos:

a) delimitação de áreas de domínio ou posse da União;

b) demarcação da Linha do Preamar Médio - LPM e da Linha Média das Enchentes Ordinárias - LMEO;

c) demarcação de terras interiores;

d) cadastramento de imóveis da União;

e) discriminação de áreas da União;

f) elaboração e homologação de laudos de avaliação e de Plantas Genéricas de Valores - PGV;

g) homologação de laudos de avaliação;

h) reivindicação de domínio;

i) reintegração de posse;

j) controle e fiscalização de imóveis de posse e domínio da União; e

k) registro e atualização das respectivas informações nas bases de dados da SPU;

II - programar e executar as ações de incorporação de imóveis ao patrimônio da União, de modo coerente com o planejamento da Unidade Central, conforme legislação pertinente, por meio dos seguintes processos:

a) aquisição de imóveis por compra e venda, dação em pagamento, doação e usucapião administrativa;

b) remessa ou retirada de imóveis da União a fundo de natureza contábil ou orçamentária;

c) incorporação de imóveis advindos da extinção de órgãos da Administração Pública federal direta, autárquica ou fundacional e liquidação de empresa pública ou sociedade de economia mista;

d) regularidade documental e dominial dos bens, inclusive junto ao registro de imóveis;

e) levantamento e verificação in loco dos imóveis sob incorporação;

f) cessão provisória; e

g) registro e atualização das respectivas informações nas bases de dados da SPU;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

III - programar e executar as ações de destinação de imóveis do patrimônio da União, de modo coerente com o planejamento da Unidade Central, conforme legislação pertinente, por meio dos seguintes processos:

a) entrega e ratificação, quando for o caso;

b) cessão de uso, gratuita ou onerosa, bem como a cessão sob regime de aforamento ou sob regime de arrendamento;

c) cessão provisória;

d) locação;

e) arrendamento;

f) concessão de direito real de uso - CDRU;

g) concessão de uso especial para fins de moradia - CUEM;

h) autorização de uso;

i) autorização de obras;

j) inscrição de ocupação;

k) permissão de uso;

l) aforamento, gratuito ou oneroso, sua revigoração ou sua extinção, incluindo a remição;

m) autorização de transferência de aforamento ou de ocupação;

n) alienação, incluindo a venda, a permuta e a doação;

o) transferência de domínio pleno de bens imóveis rurais da União ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para utilização em projetos de reforma agrária;

p) racionalidade de uso; e

q) registro e atualização das respectivas informações nas bases de dados da SPU;

IV - executar as ações de cobrança e arrecadação de receitas patrimoniais, de modo coerente com o planejamento e normatização da Unidade Central e em conformidade com a legislação pertinente;

V - programar e gerir os recursos humanos e logísticos sob sua responsabilidade, com apoio da Unidade Central e das Superintendências de Administração do Ministério da Fazenda - SAMF, segundo as normas aplicáveis, por meio dos seguintes processos:

a) apoio à realização de contratações para aquisição de bens ou prestação de serviços e os respectivos recebimentos;

b) organização dos arquivos documentais;

c) organização do serviço de protocolo e registro de documentos;

d) administração da unidade de atendimento ao público;

e) realização da programação orçamentária da Superintendência;

f) execução das operações financeiras da Superintendência;

g) manutenção de controles sintético e analítico de bens mobiliários;

h) identificação e demanda de concessão de diárias e passagens; e

i) identificação de necessidades de capacitação dos servidores;

VI - elaboração do relatório sobre o cumprimento de metas para concessão de Gratificação de Incremento à Atividade da Administração do Patrimônio da União - GIAPU;

VII - consolidar as informações gerenciais da Superintendência no Relatório de Atividades;

VIII - acompanhar e consolidar as informações para atendimento das auditorias, diligências, monitoramentos e expedientes oriundos dos órgãos de controle e da Unidade Central;

IX - controlar o atendimento das requisições e solicitações do Ministério Público, do Poder Judiciário e da AGU;

X - coordenar o cumprimento de ordens e decisões judiciais;

XI - exercer outras atividades necessárias ao desempenho da gestão local de recursos humanos, físicos e logísticos;

XII - prestar contas da gestão de recursos internos realizada;

XIII - gerenciar, coordenar e executar projetos, conforme as normas aplicáveis e segundo as competências específicas da Superintendência, nas áreas de logística, arquivo e gestão de pessoas;

XIV - registrar e atualizar as respectivas informações nas bases de dados da SPU;

XV - informar a área competente da Unidade Central da programação e resultados das ações de caracterização, incorporação, destinação, arrecadação e cobrança;

XVI - gerir projetos de abrangência local ou regional para a realização de caracterização, incorporação, destinação, arrecadação e cobrança;

XVII - estabelecer acordos ou convênio com autoridades locais para o desempenho conjunto de atividades operacionais relacionadas à caracterização, incorporação, destinação, arrecadação e cobrança, nos termos da legislação vigente, informando à Unidade Central;

XVIII - operacionalizar as oficinas organizadas pelas áreas da Unidade Central;

XIX - informar à AGU na defesa dos interesses da União, no âmbito de processos administrativos ou judiciais, que envolvam o patrimônio da União, bem como atender às solicitações, requisições e recomendações do Ministério Público, informando à Coordenação-Geral de Legislação Patrimonial da ocorrência;

XX - prestar informações para atendimento das demandas de órgãos de controle, informando à Coordenação-Geral de Gestão Estratégica da ocorrência; e

XXI - participar das redes de gestão e de tomada de decisão estabelecidas pela Unidade Central.

Art. 50. Às Coordenações, Divisões, Serviços, Seções e Setores localizados nas Unidades Descentralizadas compete:

I - no que pertine à Gestão Estratégica:

a) propor, consolidar e informar à Unidade Central indicadores e metas institucionais, no âmbito da gestão estratégica;

b) apoiar a implantação e coordenar redes de gestão colaborativa de valor estratégico para a Superintendência;

c) acompanhar e consolidar as informações para atendimento das demandas dos órgãos do Judiciário, Ministério Público e de controle, produzindo relatórios de situação;

d) promover, em conjunto com as unidades da Superintendência, o atendimento das demandas dos órgãos do Judiciário, Ministério Público e de controle;

e) assistir o Superintendente em suas representações políticas e sociais;

f) coordenar as atividades de assessoramento ao Superintendente;

g) prestar assessoria direta ao Superintendente promovendo a coordenação de projetos específicos que, a critério dele, devam ficar diretamente sob sua coordenação;

h) apoiar a formulação, acompanhar a implantação e avaliar os resultados da PNGPU, por meio do seguinte processo:

1. planejamento e gestão:

1.1. organizar e difundir informações e instrumentos para o planejamento, a gestão e a avaliação da PNGPU;

1.2. apoiar o processo decisório estratégico por meio da organização, moderação, registro e divulgação das reuniões de planejamento das instâncias participativas;

1.3. promover, em conjunto com as demais unidades da Superintendência, a implantação de prática contínua de análise e planejamento estratégicos;

1.4. auxiliar na identificação de sinais de mudança, de oportunidades, de riscos e de estratégias emergentes;

1.5. elaborar, com base no Relatório de Atividades, o Relatório de Gestão;

i) apoiar tecnicamente a gestão de projetos de natureza estratégica para a execução da PNGPU;

II - no que pertine a Recursos Internos:

a) apoio administrativo: executar as atividades relacionadas à logística, à documentação e informação, ao protocolo e ao gerenciamento do acervo documental;

b) controlar e dirigir as atividades relativas à documentação e às correspondências encaminhadas à Superintendência, às publicações oficiais, e expedição e arquivo de despachos e decisões do Superintendente;

c) acompanhar, dirigir e executar a movimentação de documentos e processos de responsabilidade da Superintendência no Sistema de Acompanhamento e Controle de Processos;

d) planejar e coordenar as atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Orçamento e de Administração Financeira;

e) planejar e coordenar as atividades relacionadas à transferências voluntárias de recursos orçamentários e financeiros;

f) monitorar as atividades de programação orçamentária e financeira da SPU;

g) orientar os atos relativos à execução orçamentária e financeira da SPU;

h) gerenciar os procedimentos de concessão de diárias e passagens em colaboração com as demais áreas;

i) planejar, coordenar, avaliar e controlar as atividades relacionadas à logística, ao apoio administrativo, à documentação e à informação, bem como acompanhar as políticas e ações relacionadas ao Sistema de Serviços Gerais - SISG;

j) supervisionar as atividades de protocolo, bem como fiscalizar e orientar a aplicação das normas pertinentes;

k) orientar e dar suporte às unidades da Superintendência no tratamento dos documentos arquivísticos;

l) propor e avaliar programa de capacitação para os servidores da Superintendência;

m) proceder ao acompanhamento funcional de pessoal lotado na Superintendência, orientando suas unidades quanto à aplicação da legislação de pessoal;

n) prestar orientação técnica quanto à execução das atividades relacionadas ao pagamento da GIAPU;

o) centralizar as demandas e informações relativas à infraestrutura das unidades da Superintendência, ressalvada a competência de outras áreas;

p) administrar bens mobiliários; e

q) organizar as atividades necessárias à gestão de material permanente e de consumo da Superintendência;

III - no que pertine à Incorporação de Imóveis:

a) coordenar e controlar as atividades de incorporação imobiliária ao patrimônio da União, nas modalidades de aquisição por compra e venda, dação em pagamento, doação e usucapião administrativa;

b) coordenar e controlar as atividades de incorporação imobiliária ao patrimônio da União de imóveis oriundos da extinção de órgãos da Administração Pública federal direta, autárquica ou fundacional, liquidação de empresa pública ou sociedade de economia mista;

c) coordenar as atividades de transferência de imóveis ainda não incorporados ao patrimônio da União para composição de fundos legais ou para integrar o patrimônio de outros órgãos;

d) planejar, coordenar e controlar as atividades de recebimento dos imóveis a serem incorporados;

e) propiciar o controle das informações mínimas ao cadastramento do imóvel no sistema corporativo;

f) orientar e providenciar a abertura do RIP;

g) orientar e controlar as unidades da SPU na aquisição de bens imóveis; e

h) planejar e coordenar as atividades de regularização documental e cartorial dos imóveis a serem incorporados ao patrimônio da União, por meio do seguinte processo:

1. regularização patrimonial:

1.1. levantar e verificar in loco os imóveis a serem incorporados, a preservação e regularização dominial desses imóveis e a articulação com entidades e instituições envolvidas;

1.2. planejar e coordenar as ações da SPU relacionadas às medidas judiciais referentes à incorporação de imóveis ao patrimônio da União; e

1.3. coordenar e monitorar ações voltadas à manutenção e guarda de imóveis ainda não incorporados ao patrimônio da União;

IV - no que pertine às Receitas Patrimoniais:

a) coordenar e controlar as atividades relativas aos processos de arrecadação e cobrança de créditos patrimoniais, por meio dos seguintes processos:

1. arrecadação:

1.1. lançamento de créditos patrimoniais;

1.2. arrecadação de receitas patrimoniais;

1.3. emissão e acompanhamento do documento de arrecadação;

1.4. acompanhamento de metas de arrecadação; e

1.5. registro e atualização das informações nos sistemas corporativos da SPU;

2. cobrança:

2.1. análise e controle da concessão do beneficio de isenção do pagamento de foros, taxas de ocupação e laudêmios, por carência, referentes a imóveis de propriedade da União;

2.2. inscrição e baixa de devedores no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - CADIN;

2.3. encaminhamento de créditos inadimplidos à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda - PGFN/MF, para inscrição na Dívida Ativa da União;

2.4. tratamento dos créditos não alocados aos respectivos débitos;

2.5. acompanhamento de metas de cobrança; e

2.6. registro e atualização das informações nos sistemas corporativos da SPU;

V - no que pertine à Caracterização do Patrimônio:

a) coordenar, controlar e orientar as atividades relacionadas à identificação, ao cadastramento e à fiscalização dos imóveis da União, por meio dos seguintes processos:

1. identificação do patrimônio:

1.1. programar, executar, monitorar e avaliar as atividades de identificação (demarcação), cadastramento e levantamento, em campo, de imóveis de domínio da União;

1.2. catalogar, organizar, adquirir, produzir, arquivar, tratar e disponibilizar plantas, mapas, imagens obtidas e demais materiais de natureza cartográfica, básica e temática;

1.3. executar, monitorar e avaliar o Programa de Certificação Cadastral;

1.4. implementar as ações de sistematização para atualizar as informações cadastrais, bem como o banco de dados espacial relativo aos imóveis da União;

1.5. executar os relatórios das comissões encarregadas das demarcações das Linhas de Preamar Média - LPM e das Linhas Médias de Enchentes Ordinárias - LMEO;

1.6. analisar os dados de vocação de áreas;

1.7. executar o levantamento de inconsistência cadastral, relativo ao cadastramento físico-territorial;

1.8. propor a realização de pesquisas e levantamentos necessários ao conhecimento da realidade socioeconômica ambiental das áreas da União em conjunto com a área de Destinação Patrimonial;

1.9. estudar e propor metodologia para integração das bases literais com o banco de dados espacial, visando à implantação de um sistema de informação geográfica/geoprocessamento;

1.10. propor metodologias de aprimoramento e atualização da base cadastral de imóveis da União;

1.11. estabelecer critérios para o compartilhamento de informações cadastrais; e

1.12. propor estudos sobre a estrutura fundiária em áreas da União e sua evolução para subsidiar o estabelecimento de prioridades regionais no contexto de ocupações e destinações;

2. controle de utilização do patrimônio:

2.1. programar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis da União;

2.2. programar e executar as atividades de avaliação dos bens imóveis da União ou de seu interesse;

2.3. implementar metodologias de execução, de controle e de programação de fiscalização de imóveis, conforme diretrizes emanadas pela Unidade Central;

2.4. propor normas e procedimentos para ações de fiscalização e avaliação de imóveis da União;

2.5. coordenar a identificação dos imóveis da União que não cumprem a função socioambiental;

2.6. programar, executar, monitorar e avaliar as atividades necessárias à discriminação, reivindicação de domínio e reintegração de posse dos bens imóveis da União; e

2.7. elaborar o relatório preliminar e relatório final anual da Planta Genérica de Valores;

2.8. elaborar plano anual de fiscalização de territórios e imóveis da União; e

2.9. atualizar o valor dos imóveis da União e a Planta Genérica de Valores na base de dados da SPU;

VI - no que pertine à Destinação Patrimonial:

a) programar, executar e controlar as atividades relacionadas com o desenvolvimento de ações e projetos voltados à destinação, à regularização e à análise vocacional dos imóveis da União por meio dos seguintes processos:

1. Habitação e Regularização Fundiária:

1.1. executar e controlar os processos de cessão, aforamento, CDRU, CUEM, autorização de uso, autorização de obras, alienação onerosa ou gratuita e outras formas de destinação adequadas, de imóveis da União, voltadas à regularização fundiária e habitação de interesse social;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.2. propor a destinação de imóveis à regularização fundiária e habitação de interesse social;

1.3. garantir os critérios de acessibilidade, uso e racionalização dos imóveis de domínio ou posse da União destinados para fins de habitação e moradia de provisão habitacional;

1.4. lavrar, com força de escritura pública, os contratos de interesse da Superintendência voltados à destinação dos imóveis para fins de regularização fundiária e habitação de interesse social de domínio ou posse da União, bem como providenciar, conforme o caso, registros e as averbações junto aos cartórios competentes; e

1.5. elaborar relatórios periódicos sobre as ações de regularização fundiária e provisão habitacional;

2. Regularização Fundiária e Provisão Habitacional:

2.1. auxiliar no planejamento, coordenação e controle das atividades de destinação de imóveis da União, voltados à regularização fundiária e habitação de interesse social;

3. Regularização Fundiária Rural:

3.1. auxiliar no planejamento, coordenação e controle das atividades de destinação de imóveis da União, voltados à regularização fundiária e habitação de interesse social em áreas rurais;

4. Articulação Social Rural:

4.1. auxiliar nas atividades de destinação de imóveis da União, voltados à regularização fundiária e habitação de interesse social em áreas rurais;

5. Regularização Fundiária Urbana:

5.1. auxiliar no planejamento, coordenação e controle das atividades de destinação de imóveis da União, voltados à regularização fundiária e habitação de interesse social em áreas urbanas;

6. Articulação Social Urbana:

6.1. auxiliar nas atividades de destinação de imóveis da União, voltados à regularização fundiária e habitação de interesse social em áreas urbanas;

7. Administração de Bens de Uso da Administração Pública federal:

7.1. executar e controlar a administração, conservação e manutenção dos imóveis de uso especial da União;

7.2. implementar os critérios de acessibilidade, uso e racionalização dos imóveis de uso especial da União;

7.3. propor a declaração de áreas da União como de interesse para o serviço público dos imóveis de domínio ou de posse da União;

7.4. executar e controlar as atividades relativas à cessão de bens imóveis da União aos órgãos da Administração Pública federal indireta;

7.5. executar e controlar as atividades relativas à entrega de bens imóveis da União aos órgãos da Administração Pública federal direta;

7.6. lavrar, com força de escritura pública, os contratos de interesse da Superintendência voltados à destinação dos imóveis de uso especial de domínio ou posse da União, bem como providenciar, conforme o caso, registros e as averbações junto aos cartórios competentes; e

7.7. elaborar relatórios periódicos sobre as ações de destinação de imóveis de uso especial da União;

8. Apoio ao Desenvolvimento Local:

8.1. executar e controlar os processos de cessão, locação, arrendamento, autorização de uso, autorização de obras, inscrição de ocupação e a respectiva transferência, permissão de uso, aforamento e a respectiva transferência, alienação onerosa ou gratuita e outras formas de destinação previstas em lei, de imóveis da União;

8.2. analisar a destinação de imóveis de posse e propriedade da União;

8.3. coligir os elementos necessários ao registro dos bens imóveis da União destinados;

8.4. programar, executar e controlar a destinação de imóveis em apoio ao desenvolvimento local e regional;

8.5. propor a realização de pesquisas e levantamentos necessários ao conhecimento da realidade socioeconômica ambiental das áreas da União em conjunto com a área de Caracterização do Patrimônio;

8.6. lavrar, com força de escritura pública, os contratos de interesse da Superintendência voltados à destinação dos imóveis em apoio ao desenvolvimento local e regional de domínio ou posse da União, bem como providenciar, conforme o caso, registros e as averbações junto aos cartórios competentes;

8.7. elaborar relatórios periódicos sobre as ações de destinação imobiliária; e

8.8. atuar, em conjunto com os demais órgãos, no projeto Orla;

VII - no que pertine ao Atendimento ao Público:

a) prestar informações, explicações e orientações sobre serviços a serem prestados ao cidadão, procedimentos, legislação, projetos e demais informações que podem auxiliar na resolução de demandas dos usuários do patrimônio da União;

b) fornecer formulários e entregar certidões;

c) prestar informações relativas a processos e documentos em tramitação na SPU;

d) protocolar documentos e solicitações encaminhadas pelos usuários;

e) atendimento telefônico;

f) providenciar o agendamento de reuniões entre os cidadãos e as unidades técnicas quando as informações não puderem ser fornecidas no âmbito dos atendentes; e

g) proceder correção e alteração de dados nos sistemas da SPU, de acordo com sua alçada;

VIII - no que pertine ao Atendimento Avançado:

a) planejar, programar, coordenar, executar, monitorar e controlar as atividades descentralizadas, de acordo com as determinações e orientações da Superintendência do Patrimônio da União.

Art. 51. Especificadamente para a Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal, na área de destinação patrimonial, compete ainda:

I - planejar, coordenar e controlar a administração dos imóveis residenciais funcionais de propriedade da União destinados à utilização pelos agentes políticos e servidores federais, no âmbito do Poder Executivo federal, excluídos os imóveis que compõem as reservas técnicas da Presidência da República, do Ministério das Relações Exteriores e dos Comandos do Exército, Marinha e Aeronáutica; e

II - planejar, coordenar e controlar a entrega, cessão, permuta e o recebimento de imóveis funcionais destinados a outros órgãos da Administração Pública federal.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 52. Ao Secretário do Patrimônio da União incumbe:

I - formular, executar e monitorar a PNGPU em consonância com as diretrizes governamentais;

II - planejar, coordenar e controlar as atividades da SPU;

III - autorizar a aquisição de imóveis para incorporação ao patrimônio da União, nas diversas modalidades;

IV - efetuar a entrega de imóveis para a Administração Pública federal;

V - conceder a Autorização de Uso de que trata o art. 1º da Portaria SPU nº 100, de 3 de junho de 2009, e o Termo de Autorização de Uso Sustentável - TAUS, de que trata o art. 1º da Portaria SPU nº 89, de 15 de abril de 2010;

VI - homologar a Planta Genérica de Valores - PGV;

VII - homologar os laudos de avaliação;

VIII - fixar o valor locativo e venal dos imóveis da União;

IX - efetuar a indicação e retirada de imóveis do Fundo Contingente da Extinta RFFSA - FC, previsto no art. 6º da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007;

X - assinar os termos de transferência de imóveis não-operacionais oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA;

XI - realizar a gestão da carteira imobiliária da extinta RFFSA, notadamente para as seguintes atividades, sem prejuízo de outras que se fizerem necessárias:

a) representação da União nos procedimentos de registros cartoriais;

b) substituição dos contratos de promessa de compra e venda e de cessão de direitos por instrumentos definitivos, observando-se a legislação vigente;

c) substituição dos contratos de utilização de imóveis não operacionais oriundos da extinta RFFSA por termos de entrega ou contratos de cessão de uso, mantendo-se as condições originalmente pactuadas, quando não colidirem com os interesses da União ou com as normas vigentes;

d) renegociação prevista no art. 28 da Lei nº 11.483, de 2007, observados os critérios previstos na Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, na Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e nas normas vigentes à época da celebração dos contratos, quando for o caso, assim como os critérios e prioridades definidas em grupo de trabalho instituído em portaria específica; e

e) assinatura do documento de quitação de dívidas e dos saldos devedores;

XII - promover a discriminação administrativa das terras na faixa de fronteira e de outras terras da União;

XIII - aprovar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência, no âmbito de sua área de atuação;

XIV - aprovar propostas e assinar contratos, convênios, ajustes, acordos de cooperação, termos e outros instrumentos similares de interesse da SPU, inclusive os que envolvam repasse de recursos, ressalvado o disposto no inciso II do art. 58 deste Regimento;

XV - definir os projetos estratégicos de interesse da SPU em consonância com as ações prioritárias do Governo federal;

XVI - aprovar e providenciar a publicação dos normativos internos;

XVII - examinar e decidir em última instância os recursos administrativos interpostos contra os atos de competência da SPU;

XVIII - propor a nomeação ou exoneração de ocupantes de cargos em comissão, funções gratificadas e funções comissionadas técnicas;

XIX - autorizar, nos termos da legislação vigente, interrupção de férias dos servidores que lhe sejam subordinados;

XX - propor programas de capacitação de servidores da SPU;

XXI - aprovar metas, planos anuais e plurianuais de trabalho;

XXII - praticar e controlar os atos de administração financeira e orçamentária relativos aos recursos destinados à SPU ou sob a sua supervisão;

XXIII - executar as competências que lhe sejam delegadas;

XXIV - delegar ou subdelegar competências que lhe são afetas que não tenham caráter exclusivo, normativo ou decisório de recursos administrativos;

XXV - avocar, a seu critério, as competências elencadas no art. 58 deste Regimento, bem como quaisquer processos em trâmite nas Superintendências;

XXVI - instalar ou extinguir unidades avançadas de apoio às Superintendências do Patrimônio da União, no âmbito de suas respectivas jurisdições, nas localidades onde seja preciso, em função das necessidades do serviço; e

XXVII - praticar os demais atos inerentes ao exercício de suas atribuições.

Parágrafo único. Quando da execução do disposto no inciso XXVI, no caso de instalação de unidades avançadas de apoio às Superintendências do Patrimônio da União, deverá constar do ato normativo, a denominação e as competências que serão atribuídas à referida unidade avançada, e ainda a Função Gratificada correspondente à denominação e as competências.

Art. 53. Aos Secretários-Adjuntos do Patrimônio da União incumbe:

I - assistir o Secretário no cumprimento de suas atribuições;

II - coordenar projetos e ações específicos que, a critério do Secretário, devam ficar diretamente sob sua coordenação;

III - coordenar e acompanhar as atividades desempenhadas pelas Coordenações-Gerais subordinadas diretamente ao Secretário;

IV - promover a articulação entre as unidades, em específico com as Coordenações-Gerais subordinadas diretamente ao Secretário; e

V - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário.

Art. 54. Ao Chefe de Gabinete incumbe:

I - organizar e preparar as matérias a serem submetidas ao Secretário e aos Secretários-Adjuntos;

II - auxiliar o Secretário na distribuição dos expedientes endereçados ao Gabinete;

III - organizar e controlar o fluxo de contatos pessoais do Secretário e dos Secretários-Adjuntos;

IV - prestar assistência ao Secretário e aos Secretários-Adjuntos em seus despachos;

V - coordenar os trabalhos dos assessores do Secretário;

VI - providenciar, analisar e articular, com as demais unidades da SPU e do Ministério, informações que interessem ao Secretário;

VII - coordenar as atividades administrativas e de apoio operacional afetas ao Gabinete;

VIII - coordenar projetos específicos que, a critério do Secretário, devam ficar diretamente sob sua coordenação;

IX - homologar férias e propor os deslocamentos no País dos servidores lotados no Gabinete da SPU; e

X - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário.

Art. 55. Aos Diretores de Departamento incumbe:

I - dirigir, promover e dar suporte institucional ao planejamento, coordenação e controle dos atos e processos relativos a sua área de atuação;

II - coordenar as atividades das Coordenações-Gerais subordinadas;

III - assistir o Secretário e os Secretários-Adjuntos nos assuntos de sua área de atuação;

IV - formalizar e encaminhar à Diretoria Colegiada e ao Conselho Estratégico os critérios, diretrizes e prioridades que condicionam o funcionamento de sua área;

V - formalizar e encaminhar sugestões de aprimoramento de métodos, normas, procedimentos, padrões e instrumentos operacionais e sistemas relacionados à sua área de competência, que apresentem inconsistência;

VI - garantir a eficiência e agilidade do atendimento das demandadas apresentadas a sua área;

VII - atender às demandas do Gabinete;

VIII - aprovar as propostas de concessão de passagens e diárias do Departamento e oriundas das Superintendências para a consecução dos serviços afetos à sua área de atuação;

IX - homologar as férias dos servidores que lhes sejam subordinados;

X - propor, nos termos da legislação vigente, a interrupção de férias dos servidores que lhes sejam subordinados;

XI - propor o deslocamento no País de servidores que lhe sejam subordinados;

XII - encaminhar os projetos básicos de aquisição de equipamentos, softwares e prestação de serviços para apoio de atividades correlatas a área; e

XIII - aprovar a proposta orçamentária pertinente ao Departamento, bem como acompanhar a gestão orçamentária respectiva, em colaboração à Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças.

Art. 56. Aos Coordenadores-Gerais incumbe, na sua área de atuação:

I - orientar, organizar, distribuir, acompanhar e controlar as atividades da área;

II - assistir o Diretor, o Secretário e os Secretários-Adjuntos;

III - coordenar as atividades das Coordenações, Divisões e Serviços subordinados;

IV - consolidar e encaminhar ao Diretor, quando a este subordinado, ao Secretário e aos Secretários-Adjuntos os critérios, diretrizes e prioridades da área;

V - formalizar os projetos básicos de aquisição de equipamentos, softwares e prestação de serviços para apoio das atividades;

VI - aprovar as propostas de concessão de passagens e diárias da Coordenação-Geral;

VII - elaborar respostas decorrentes de demandas por informação de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Advocacia Geral da União, informando à Coordenação-Geral de Legislação Patrimonial da ocorrência, bem como de órgãos de controle, informando à Coordenação-Geral de Gestão Estratégica da ocorrência; e

VIII - prestar subsídios, ao Diretor correspondente, para a elaboração e acompanhamento da proposta orçamentária e da ação orçamentária, quando houver, em colaboração com a Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 57. Aos Coordenadores, chefes de Divisão, Serviço, Seção e Setor, incumbe executar, sob a supervisão da chefia imediata, as atividades pertinentes a sua área de atuação.

Art. 58. Aos Superintendentes incumbe:

I - programar as ações de identificação, cadastramento, avaliação, incorporação, registro, destinação, fiscalização, cobrança, arrecadação de receitas, organização de recursos humanos e logísticos sob sua responsabilidade, modo coerente com o planejamento e normatização da Unidade Central;

II - aprovar propostas, assinar acordos ou termos de cooperação técnica, que não envolvam repasse de recurso, sobre o patrimônio da União em seus respectivos estados, organizando, documentando e arquivando as informações e documentos arregimentados;

III - autorizar a transferência de aforamento;

IV - declarar a extinção dos aforamentos em conformidade com a legislação vigente;

V - apreciar e decidir sobre a revigoração de aforamento;

VI - providenciar o desmembramento de áreas da União, inclusive aquelas submetidas ao regime enfitêutico;

VII - promover a inscrição de ocupação, sua transferência e cancelamento, observada a legislação vigente;

VIII - lavrar e providenciar os registros dos termos de incorporação dos bens imóveis circunscritos à Superintendência;

IX - lavrar e firmar os contratos de aquisição, alienação, locação, arrendamento, aforamento, cessões, concessões, autorizações, permissões e demais atos relativos a imóveis da União, bem como providenciar os registros e as averbações junto aos cartórios competentes;

X - promover a inscrição dos contribuintes inadimplentes no CADIN;

XI - acompanhar e promover as ações de arrecadação e cobrança administrativa;

XII - encaminhar à Procuradoria da Fazenda Nacional os créditos patrimoniais vencidos e não pagos para inscrição na Dívida Ativa da União;

XIII - expedir certidões e fornecer cópias de plantas e documentos na forma da legislação vigente;

XIV - realizar os atos de ordenamento de despesas e de administração financeira dos recursos orçamentários e financeiros relacionados às atividades da Superintendência e que lhes sejam provisionados;

XV - autorizar, no âmbito das atividades da Superintendência e quando admitido, a abertura de licitação, aprovar termos de referência e projetos básicos, bem como promover a nomeação de comissões e homologação de seus resultados;

XVI - homologar as férias dos servidores lotados nas Superintendências e propor a interrupção de férias nos termos da legislação vigente;

XVII - propor a nomeação, designação e dispensa dos servidores titulares de funções de confiança e substitutos eventuais;

XVIII - acompanhar e controlar as atividades relativas à administração de recursos humanos, materiais e logísticos da Superintendência;

XIX - autorizar os deslocamentos a serviço dos servidores que lhes sejam subordinados;

XX - submeter ao Secretário a programação anual com as propostas de deslocamentos com pagamento de diárias e passagens em conformidade com a atividade a ser desenvolvida;

XXI - promover, para fins de elaboração do Relatório de Atividades, Relatório de Gestão e fornecimento de subsídios para o Balanço Geral da União, o controle dos atos praticados no âmbito da respectiva Superintendência;

XXII - propor planos de trabalho à Unidade Central;

XXIII - coordenar ações de manutenção, depuração e atualização de cadastros; e

XXIV - manter sob sua guarda e responsabilidade os documentos, títulos e processos de competência da Superintendência.

CAPITULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 59. O processo de construção de decisões estratégicas da SPU será apoiado pelas seguintes instâncias participativas, de natureza colegiada e com atribuições consultivas:

I - Conselho Estratégico - CE; e

II - Diretoria Colegiada - DC.

Art. 60. Ao CE compete:

I - aconselhar o dirigente máximo da SPU nas decisões estratégicas;

II - representar os Superintendentes do Patrimônio da União no processo de decisão estratégica;

III - manifestar-se sobre a definição dos indicadores, metas e sistemáticas da GIAPU, bem como na análise e encaminhamento dos resultados anuais;

IV - promover o compartilhamento de conhecimento técnico, experiências e serviços profissionais entre as Superintendências;

V - divulgar o trabalho e promover a imagem pública da SPU;

VI - propor formas de interação entre as Superintendências e organizar os encontros regionais;

VII - conhecer e manifestar-se sobre o planejamento da SPU; e

VIII - manifestar-se sobre inovações normativas, de diretrizes e de procedimentos.

Parágrafo único. Os Superintendentes representantes deverão divulgar as decisões e informações veiculadas pelo colegiado aos seus representados, e os diretores aos seus subordinados.

Art. 61. O CE será composto por:

I - Secretário do Patrimônio da União, que o presidirá;

II - Secretários-Adjuntos;

III - Chefe de Gabinete;

IV - Diretores dos Departamentos;

V - Coordenador-Geral de Gestão Estratégica, que o secretariará; e

VI - sete Superintendentes representantes.

Parágrafo único. Os Superintendentes indicados no inciso VI e seus suplentes representarão os vinte e sete superintendentes no CE e serão escolhidos por seus pares no Plenário dos Encontros Nacionais de Gestão Estratégica da SPU, para mandato de um ano, permitida uma recondução.

Art. 62. O CE reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semestre e, extraordinariamente, por demanda do Secretário ou por pedido de um ou mais dos componentes do Conselho, com aprovação da maioria do Colegiado.

Art. 63. À DC compete opinar, conforme disposições do CE, sobre os seguintes temas:

I - diretrizes da PNGPU;

II - desafios estratégicos da SPU;

III - descentralização de decisões; e

IV - temas relevantes assim definidos pelo Secretário, por quaisquer dos Secretários-Adjuntos ou pelo CE.

Art. 64. A DC será composta pelo:

I - Secretário do Patrimônio da União;

II - Secretários-Adjuntos;

III - Diretores;

IV - Chefe de Gabinete; e

V - Coordenadores-Gerais, a convite.

Art. 65. A DC reunir-se-á pelo menos uma vez por semana para tratar de assuntos de caráter estratégico para a SPU, assim qualificados pelo Secretário, por quaisquer de seus Secretários-Adjuntos ou pelo CE.

Art. 66. O Secretário poderá criar outros conselhos gerenciais, comitês temáticos e grupos de trabalho no âmbito das Unidades Central e Descentralizadas, com a finalidade de assessorar a tomada de decisão.

Art. 67. Serão de responsabilidade da SPU o controle, a fiscalização e a prestação de contas de contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, referentes às demandas de sua área de competência.

Art. 68. Os casos omissos e as eventuais dúvidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário do Patrimônio da União.

ANEXO XIII

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º A Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento, órgão subordinado diretamente ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, tem por finalidade:

I - subsidiar a definição das metas relativas aos projetos integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento;

II - monitorar e avaliar os resultados do Programa de Aceleração do Crescimento;

III - produzir informações gerenciais relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento; e

IV - exercer as atividades de Secretaria-Executiva do Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento - GEPAC.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento - SEPAC tem a seguinte estrutura:

I - Gabinete - GABIN;

II - Escritório Especial em Altamira - PA - ESALT;

III - Departamento de Infraestrutura de Logística e de Energia - DEILE:

a) Coordenação-Geral de Petróleo e Gás - CGPEG; e

b) Coordenação-Geral de Recursos Hídricos - CGREH;

IV - Departamento de Infraestrutura Social e Urbana - DEISU:

a) Coordenação-Geral de Habitação - CGHAB;

b) Coordenação-Geral de Saneamento - CGSAN;

c) Coordenação-Geral de Saúde e Justiça - CGSAJ; e

d) Coordenação-Geral de Educação e Cultura - CGEDC;

V - Departamento de Informações - DEINF:

a) Coordenação-Geral de Sistemas - CGSIS; e

b) Coordenação-Geral de Conteúdo - CGCOT.

Art. 3º A SEPAC será dirigida por Secretário; os Departamentos, por Diretores; as Coordenações-Gerais, por Coordenadores-Gerais e o Escritório e o Gabinete, por Chefes.

Art. 4º O Secretário do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, bem como os demais ocupantes dos cargos previstos no art. 3º, serão substituídos, em seus afastamentos ou impedimentos legais, por servidores designados na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 5º Ao Gabinete compete:

I - assistir o Secretário, preparar os despachos de expediente pessoal, organizar as agendas de compromissos e atualizar as informações referentes aos contatos profissionais;

II - auxiliar o Secretário em palestras e eventos em que vier a participar ou que for ministrar;

III - organizar e controlar as atividades relacionadas à participação da SEPAC em órgãos colegiados;

IV - elaborar relatórios periódicos de natureza gerencial sobre matérias específicas de interesse da SEPAC;

V - elaborar a programação de recursos orçamentários para funcionamento da SEPAC;

VI - elaborar a programação de viagens nacionais e internacionais e de eventos da SEPAC;

VII - executar as atividades de controle dos recursos humanos em exercício na SEPAC;

VIII - planejar e promover, em articulação com a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da Diretoria de Administração da Secretaria-Executiva - COGEP/DIRAD/SE programas de capacitação visando ao aperfeiçoamento técnico profissional dos servidores da SEPAC, por meio do Plano Anual de Capacitação;

IX - realizar a provisão e o controle da utilização dos materiais de consumo e bens patrimoniais necessários à SEPAC;

X - zelar pela guarda, conservação e substituição, reparo e reforma dos bens patrimoniais;

XI - preparar a documentação necessária ao deslocamento de servidores da SEPAC, bem como solicitar a concessão de diárias nacionais e internacionais, a emissão de passagens e respectivas prestações de contas;

XII - providenciar, junto aos órgãos competentes, a emissão e prorrogação de validade dos passaportes, bem como os vistos de entrada nos países, acompanhando todas as etapas do processo;

XIII - registrar os afastamentos e fornecer subsídios para os processos de autorização de viagens a serviço de servidores da SEPAC;

XIV - controlar e executar os serviços de requisição de transportes;

XV - promover, junto às áreas responsáveis do Ministério, a reserva de salas e equipamentos audiovisuais;

XVI - receber e enviar matérias, no âmbito da SEPAC, para publicação na Imprensa Nacional;

XVII - receber da SEPAC e suas unidades as solicitações formuladas no sistema SPOA e-pedidos e reencaminhá-las à unidade responsável por sua execução; e

XVIII - executar e controlar os serviços de reprografia da SEPAC.

Art. 6º Ao Escritório Especial em Altamira - PA compete:

I - promover a articulação entre os órgãos federais que desenvolvem políticas públicas na área de abrangência do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS do Xingu;

II - promover a interlocução com outros órgãos do governo no monitoramento do PDRS do Xingu;

III - acompanhar a implementação das ações federais na área de abrangência do PDRS do Xingu;

IV - mediar conflitos sociais na região;

V - acompanhar e monitorar a implantação das ações decorrentes da Operação Cidadania Xingu;

VI - subsidiar a elaboração da estratégia de comunicação em conjunto com a Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Ministro - ASCOM/GM e Secretaria de Comunicação da Presidência da República;

VII - contribuir nos trabalhos e reuniões do Comitê Gestor do PDRS do Xingu; e

VIII - prestar informações e elaborar relatórios acerca das atividades desenvolvidas pelo Escritório Especial.

Art. 7º Ao Departamento de Infraestrutura de Logística e de Energia compete monitorar e avaliar os resultados dos projetos integrantes do PAC na área de infraestrutura de logística e de energia.

Art. 8º À Coordenação-Geral de Petróleo e Gás compete:

I - planejar, coordenar e monitorar as atividades ligadas a petróleo, gás, combustíveis renováveis, geologia, mineração e ao Fundo de Marinha Mercante incluídas no PAC;

II - assistir o Secretário e o Diretor de Infraestrutura de Logística e de Energia nos assuntos relativos às atividades de petróleo, gás, combustíveis renováveis, geologia, mineração e ao Fundo de Marinha Mercante;

III - coordenar as salas de situação dos assuntos relativos às atividades de petróleo, gás, combustíveis renováveis, geologia, mineração e ao Fundo de Marinha Mercante; e

IV - elaborar relatórios, notas técnicas e balanços dos assuntos relativos às atividades de petróleo, gás, combustíveis renováveis, geologia, mineração e ao Fundo de Marinha Mercante.

Art. 9º À Coordenação-Geral de Recursos Hídricos compete:

I - planejar, coordenar e monitorar as atividades ligadas a recursos hídricos e hidrovias incluídas no PAC;

II - assistir o Secretário e o Diretor de Infraestrutura de Logística e de Energia nos assuntos relativos às atividades de recursos hídricos e hidrovias;

III - coordenar as salas de situação dos assuntos relativos às atividades de recursos hídricos e hidrovias; e

IV - elaborar relatórios, notas técnicas e balanços dos assuntos relativos às atividades de recursos hídricos e hidrovias.

Art. 10. Ao Departamento de Infraestrutura Social e Urbana compete monitorar e avaliar os resultados dos projetos integrantes do PAC na área de infraestrutura social, em especial nos setores de habitação, saneamento, saúde, justiça, educação e cultura.

Art. 11. À Coordenação-Geral de Habitação compete:

I - articular, monitorar e avaliar a seleção de execução de empreendimentos de habitação e encostas do PAC;

II - assistir o Secretário e o Diretor de Infraestrutura Social e Urbana nos assuntos relativos às atividades de habitação;

III - coordenar as salas de situação dos assuntos relativos às atividades de habitação; e

IV - elaborar relatórios, notas técnicas e balanços dos assuntos relativos às atividades de habitação.

Art. 12. À Coordenação-Geral de Saneamento compete:

I - articular, monitorar e avaliar a seleção e execução dos empreendimentos de saneamento básico do PAC;

II - assistir o Secretário e o Diretor de Infraestrutura Social e Urbana nos assuntos relativos às atividades de saneamento;

III - coordenar as salas de situação dos assuntos relativos às atividades de saneamento; e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IV - elaborar relatórios, notas técnicas e balanços dos assuntos relativos às atividades de saneamento.

Art. 13. À Coordenação-Geral de Saúde e Justiça compete:

I - articular, monitorar e avaliar a seleção e execução dos projetos de equipamentos públicos de saúde e justiça, integrantes do PAC;

II - assistir o Secretário e o Diretor de Infraestrutura Social e Urbana nos assuntos relativos às atividades de saúde e justiça;

III - coordenar as salas de situação dos assuntos relativos às atividades de saúde e justiça; e

IV - elaborar relatórios, notas técnicas e balanços dos assuntos relativos às atividades de saúde e justiça.

Art. 14. À Coordenação-Geral de Educação e Cultura compete:

I - articular, monitorar e avaliar a seleção e execução dos projetos de equipamentos públicos de educação, cultura e esporte, integrantes do PAC;

II - assistir o Secretário e o Diretor de Infraestrutura Social e Urbana nos assuntos relativos às atividades de educação, cultura e esporte;

III - coordenar as salas de situação dos assuntos relativos às atividades de educação, cultura e esporte; e

IV - elaborar relatórios, notas técnicas e balanços dos assuntos relativos às atividades de educação, cultura e esporte.

Art. 15. Ao Departamento de Informações compete gerir informações sobre a execução dos projetos integrantes do PAC, inclusive relativas aos seus impactos socioeconômicos.

Art. 16. À Coordenação-Geral de Sistemas compete:

I - planejar, coordenar, gerir os projetos de soluções de Tecnologia da Informação - TI relacionadas ao monitoramento das informações do PAC;

II - propor, desenvolver, implantar e manter os sistemas de informação corporativos utilizados no monitoramento das informações do PAC;

III - promover ações de capacitação e treinamento no uso dos sistemas de informação corporativos utilizados no monitoramento das informações do PAC;

IV - desenvolver ações para garantia da disponibilidade, qualidade e confiabilidade das soluções de TI relacionadas ao monitoramento das informações do PAC;

V - coordenar e executar as ações de promoção e conscientização em segurança da informação e comunicação, no âmbito da SEPAC;

VI - representar a SEPAC no Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação - CETI, no Comitê de Segurança da Informação e Comunicações - CSIC e demais instâncias consultivas e deliberativas relacionadas à TI que forem instituídas no Ministério; e

VII - subsidiar a unidade setorial de Tecnologia da Informação do Ministério no cumprimento das políticas, diretrizes e normas gerais relativas ao Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP.

Art. 17. À Coordenação-Geral de Conteúdo compete:

I - articular e coordenar junto aos demais Departamentos da SEPAC, a elaboração de relatórios internos, destinados ao Gabinete Presidencial e ao Gabinete Ministerial, sobre o monitoramento dos empreendimentos da etapa dois do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2;

II - coordenar e supervisionar a revisão de material sobre o PAC2, destinados a:

a) balanços nacionais periódicos;

b) cartilhas estaduais periódicas; e

c) página do PAC2 na Internet;

III - subsidiar a SEPAC e o Gabinete Ministerial na elaboração de apresentações sobre o PAC2.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 18. Ao Secretário do PAC incumbe:

I - planejar, coordenar e controlar as atividades das unidades da SEPAC;

II - assistir o Ministro de Estado e o Secretário-Executivo do Ministério nos assuntos relativos às atividades que lhe são afetas;

III - aprovar planos, programas e normas da SEPAC;

IV - submeter o programa de trabalho anual da SEPAC ao Ministro de Estado;

V - autorizar, nos termos da legislação vigente, interrupção de férias dos servidores que lhe sejam subordinados;

VI - aprovar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência, no âmbito de sua área de atuação; e

VII - firmar e rescindir contratos, convênios, ajustes, acordos ou outros instrumentos congêneres, na sua área de atuação, desde que não dispenda recurso orçamentário.

Art. 19. Ao Diretor de Programa de Energia do Departamento de Infraestrutura de Logística e de Energia incumbe:

I - planejar, coordenar e monitorar as atividades ligadas aos empreendimentos de energia incluídas no PAC;

II - assistir o Secretário e o Diretor de Infraestrutura de Logística e de Energia nos assuntos relativos às atividades de energia;

III - coordenar as salas de situação dos assuntos relativos às atividades de energia; e

IV - coordenar a elaboração de relatórios, notas técnicas e balanços dos assuntos relativos às atividades de energia.

Art. 20. Ao Diretor de Programa de Rodovias e Ferrovias do Departamento de Infraestrutura de Logística e de Energia incumbe:

I - planejar, coordenar e monitorar as atividades ligadas aos empreendimentos de rodovias e ferrovias incluídas no PAC;

II - assistir o Secretário e o Diretor de Infraestrutura de Logística e de Energia nos assuntos relativos às atividades de rodovias e ferrovias;

III - coordenar as salas de situação dos assuntos relativos às atividades de rodovias e ferrovias; e

IV - coordenar a elaboração de relatórios, notas técnicas e balanços dos assuntos relativos às atividades de rodovias e ferrovias.

Art. 21. Ao Diretor de Programa de Projetos Especiais do Departamento de Infraestrutura de Logística e de Energia incumbe:

I - planejar, coordenar e monitorar as atividades ligadas aos empreendimentos de mobilidade, aeroportos, portos e COPA 2014, incluídas no PAC;

II - assistir o Secretário e o Diretor de Infraestrutura de Logística e de Energia nos assuntos relativos às atividades de mobilidade, aeroportos, portos e COPA 2014;

III - coordenar as salas de situação dos assuntos relativos às atividades de mobilidade, aeroportos, portos e COPA 2014; e

IV - coordenar a elaboração de relatórios, notas técnicas e balanços dos assuntos relativos às atividades de mobilidade, aeroportos, portos e COPA 2014.

Art. 22. Ao Diretor de Programa do Departamento de Infraestrutura Social e Urbana incumbe exercer as atividades que lhe forem atribuídas pelo Diretor do Departamento.

Art. 23. Ao Chefe de Gabinete incumbe coordenar e controlar as atividades afetas ao gabinete da SEPAC.

Art. 24. Aos Coordenadores-Gerais incumbe coordenar e acompanhar a execução das atividades relativas à sua área de competência.

Art. 25. Aos Assessores, Assessores Técnicos e Assistentes incumbe assessorar o superior imediato, bem como executar as atividades ou orientar sua execução, conforme as atribuições que lhes forem cometidas.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26. Serão de responsabilidade da SEPAC o controle, a fiscalização e a prestação de contas de contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, referentes às demandas de sua área de competência.

Art. 27. Os casos omissos e as eventuais dúvidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário do Programa de Aceleração do Crescimento.

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 221, DE 25 DE JUNHO DE 2014

OS MINISTROS DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E DA DEFESA, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto nos arts. 2º, inciso VI, alínea "a" e 5º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, resolvem:

Art. 1º Autorizar, para o período de 12 (doze) meses, os quantitativos máximos de pessoal civil contratado por tempo determinado, com dotação orçamentária específica, para atender a encargos temporários de obras e serviços de engenharia de excepcional interesse público, executados pelas unidades que integram o Sistema de Engenharia e Construção do Comando do Exército, de acordo com o anexo a esta Portaria Interministerial.

Parágrafo único. O prazo de validade dos contratos deverá ser de 1 (um) ano, prorrogável nos termos do art. 4º, parágrafo único, inciso III, da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

Art. 2º As contratações de que trata o art. 1º somente serão formalizadas nos limites autorizados nesta Portaria, cabendo ao Comando do Exército observar, quanto à remuneração, ao disposto no inciso II do art. 7º da Lei nº 8.745, de 1993.

Art. 3º A contratação de profissionais autorizada nesta Portaria Interministerial dependerá de prévia aprovação dos candidatos em processo seletivo simplificado, sujeito a ampla divulgação, inclusive por meio do Diário Oficial da União.

Art. 4º O Ministério da Defesa deverá informar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o efetivo de pessoal civil contratado, por organização militar, com os respectivos empregos, quantitativos, obras de cooperação, convênio e recursos alocados às despesas de pessoal.

Art. 5º As despesas com as contratações autorizadas por esta Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas aos Grupos de Natureza de Despesa de "Outras Despesas Correntes e de Capital", tendo em vista que não visam à substituição de servidores e empregados públicos, nos termos do § 1º do art. 82 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013, LDO-2013.

Art. 6º Esta Portaria Interministerial entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado do Planejamento,Orçamento e Gestão

CELSO AMORIM
Ministro de Estado da Defesa

ANEXO

EMPREGO	Quantitativo
Administrador	20
Analista Ambiental	50
Analista de Processos	50
Analista de Projetos	40
Analista de Sistemas	36
Arquiteto	45
Assistente Social	5
Bibliotecário	5
Contador	26
Economista	5
Engenheiro	176
Geógrafo	10
Geólogo	9
Técnico de Nível Superior	90
Agente Administrativo	74
Agente de Serviço de Engenharia	225
Agente de Serviços Complementares	40
Agente de Telecomunicações e Eletricidade	30
Artífice de Carpintaria e Marcenaria	50
Artífice de Eletricidade e Comunicações	50
Artífice de Estruturas de Obras e Metalurgia	34
Artífice de Mecânica	50
Auxiliar de Artífice	40
Auxiliar de Laboratório	50
Auxiliar Operacional de Serviços de Engenharia	120
Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	82
Desenhista	40
Laboratorista	56
Motorista	161
Operador de Computação	60
Programador	64
Projetista	38
Técnico de Nível Médio	299
Técnico em Cartografia	40
Técnico em Edificações	50
Técnico em Manutenção	20
Total	2.240

PORTARIA Nº 223, DE 25 DE JUNHO DE 2014

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência prevista no art. 11 do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Autorizar a nomeação de 50 (cinquenta) candidatos aprovados no concurso público para cargos de níveis superior e intermediário do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, do Quadro de Pessoal do Ministério da Pesca e Aquicultura, autorizado pela Portaria MP nº 212, de 28 de abril de 2010, conforme discriminado no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º O provimento dos cargos nos quantitativos previstos no art. 1º deverá ocorrer a partir de junho de 2014, e está condicionado:

I - à existência de vagas na data da nomeação; e

II - à declaração do respectivo ordenador de despesa sobre a adequação orçamentária e financeira da nova despesa com a Lei Orçamentária Anual e sua compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, demonstrando a origem dos recursos a serem utilizados.

Art. 3º A responsabilidade pela verificação prévia das condições para a nomeação dos candidatos aprovados no concurso público referido no art. 1º será do Secretário-Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura, a quem caberá baixar as respectivas normas, mediante a publicação de editais, portarias ou outros atos administrativos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO

Cargo	Nível	Quantitativo de Vagas
Analista Técnico-Administrativo	NS	20
Engenheiro	NS	15
Agente Administrativo	NI	15
Total		50

PORTARIA Nº 225, DE 25 DE JUNHO DE 2014

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, inciso I, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, e tendo em vista o disposto no art. 31, inciso I e §§ 1º a 5º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 17, inciso I, alíneas "b" e "f", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e de acordo com os elementos que integram os Processos nº 04994.000267/2004-44, 04994.000325/2010-88, 04994.000592/2011-36 e 04994.000593/2011-81, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação, com encargo, ao Município de Formosa, Estado de Goiás, do imóvel classificado como nacional interior, constituído por uma área de 199.639,15m², denominado Setor Bosque II, situado entre as Avenidas Circular, Vicentina, Aeroporto e Rifânia, naquele Município, inscrito sob o RIP nº 9361.00029.500-0 e devidamente registrado em nome da União sob a Matrícula nº 53.769, Livro nº 2, do Cartório do 1º Ofício e Registro de Imóveis daquela Comarca.

Art. 2º A doação a que se refere o art. 1º destina-se à regularização fundiária de interesse social em favor dos atuais ocupantes e à construção, implantação e funcionamento do Centro Olímpico.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 3º Fica o donatário obrigado a:

I - elaborar e aprovar o projeto urbanístico, com as devidas licenças ambientais, e o cadastro sócio-econômico dos beneficiários;

II - executar os projetos propostos;

III - promover a transferência gratuita do domínio pleno e das obrigações relativas às parcelas do bem aos beneficiários do projeto de regularização fundiária, desde que atendam aos requisitos expressos no art. 31, § 5º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998;

IV - averbar tais transferências junto ao Cartório de Registro de Imóveis e na Superintendência Estadual do Patrimônio da União em Goiás;

V - dispor nos contratos de transferência sobre eventuais encargos e inserir cláusula de inalienabilidade por um período de 5 (cinco) anos; e

VI - realizar alienação onerosa de fração dos imóveis para os beneficiários que tenham renda familiar superior a cinco salários mínimos ou para sede de estabelecimentos comerciais, observando o procedimento licitatório e os eventuais direitos de preferência, bem como destinando o produto da venda à instalação de infraestrutura, equipamentos básicos ou de outras melhorias urbanísticas na própria área.

Art. 4º O prazo para o cumprimento das finalidades da doação de que trata o art. 1º será de 5 (cinco) anos, contado da data de assinatura do respectivo contrato.

Art. 5º A doação tornar-se-à nula, independentemente de ato especial, sem direito o donatário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se não for cumprida, dentro do prazo, a finalidade da doação, se cessarem as razões que a justificaram, se ao imóvel, no todo ou em parte, for dada aplicação diversa da prevista ou se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

PORTARIA Nº 226, DE 25 DE JUNHO DE 2014

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada no art. 1º, inciso I, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, e tendo em vista o disposto no art. 31 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 17, inciso I, alínea "f", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como nos demais elementos que integram o Processo nº 04977.012369/2011-40, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação com encargo ao Município de Iaras, Estado de São Paulo, de duas glebas remanescentes do antigo Núcleo Colonial Monção, com área de 188,832ha e 31,759ha, referentes aos perímetros da sede municipal e do loteamento denominado Chácara das Flores, respectivamente, integrantes de um todo maior denominado Fazenda Santa Luzia, objeto da Transcrição nº 2.446, livro 3-B, fls. 144, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Avaré, naquele Estado.

Art. 2º A gleba referente ao perímetro da sede municipal possui área de 188,832ha, e possui as seguintes características: inicia-se no Marco 1, com coordenadas (688538.094; 7470137.498). Do vértice 1 segue-se até o vértice 2 (688568.005; 7470101.627) com azimute de 140°10'36" e distância de 46.706m; do vértice 2 segue-se até o vértice 3 (688613.475; 7470062.856) com azimute de 130°27'12" e distância de 59.756m; do vértice 3 segue-se até o vértice 4 (688659.649; 7470030.302) com azimute de 125°11'06" e distância de 56.496m; do vértice 4 segue-se até o vértice 5 (688709.336; 7469992.213) com azimute de 127°28'24" e distância de 62.606m; do vértice 5 segue-se até o vértice 6 (688730.454; 7469964.999) com azimute de 142°11'19" e distância de 34.447m; do vértice 6 segue-se até o vértice 7 (688790.904; 7469905.933) com azimute de 134°20'12" e distância de 84.516m; do vértice 7 segue-se até o vértice 8 (688823.599; 7469884.831) com azimute de 122°50'19" e distância de 38.914m; do vértice 8 segue-se até o vértice 9 (688890.425; 7469862.395) com azimute de 108°33'33" e distância de 70.492m; do vértice 9 segue-se até o vértice 10 (688938.897; 7469840.745) com azimute de 114°04'02" e distância de 53.087m; do vértice 10 segue-se até o vértice 11 (689016.501; 7469789.314) com azimute de 123°32'02" e distância de 93.100m; do vértice 11 segue-se até o vértice 12 (689148.376; 7469652.008) com azimute de 136°09'21" e distância de 190.379m; do vértice 12 segue-se até o vértice 13 (689158.260; 7469641.599) com azimute de 136°28'60" e distância de 14.355m; do vértice 13 segue-se até o vértice 14 (689171.865; 7469622.026) com azimute de 145°11'53" e distância de 23.836m; do vértice 14 segue-se até o vértice 15 (689188.988; 7469593.668) com azimute de 148°52'36" e distância de 33.127; do vértice 15 segue-se até o vértice 16 (689201.029; 7469573.701) com azimute de 148°54'24" e distância de 23.316m; do vértice 16 segue-se até o vértice 17 (689207.947; 7469556.035) com azimute de 158°36'49" e distância de 18.973m; do vértice 17 segue-se até o vértice 18 (689208.460; 7469538.629) com azimute de 178°18'51" e distância de 17.413m; do vértice 18 segue-se até o vértice 19 (689205.847; 7469522.443) com azimute de 189°10'16" e distância de 16.396m; do vértice 19 segue-se até o vértice 20 (689205.847; 7469508.478) com azimute de 180°00'00" e distância de 13.965m; do vértice 20 segue-se até o vértice 21 (689214.695; 7469495.446) com azimute de 145°49'26" e distância de 15.752m; do vértice 21 segue-se até o vértice 22 (689234.266; 7469476.826) com azimute de 133°34'24" e distância de 27.013m; do vértice 22 segue-se até o vértice 23 (689261.283; 7469454.483) com azimute de 129°35'28" e distância de 35.059m; do vértice 23 segue-se até o vértice 24 (689285.272; 7469426.524) com azimute de 139°22'09" e distância de 36.840m; do vértice 24 segue-se até o vértice 25 (689308.372; 7469401.090) com azimute de 137°45'16" e distância de 34.359m; do vértice 25 segue-se até o vértice 26 (689328.170; 7469378.480) com azimute de 138°47'35" e distância de 30.053m; do vértice 26 segue-se até o vértice 27 (689334.297; 7469364.821) com azimute de 155°50'28" e distância de 14.970m; do vértice 27 segue-se até o vértice 28 (689339.011; 7469346.451) com azimute de 165°36'26" e distância de 18.965m; do vértice 28 segue-se até o vértice 29 (689346.085; 7469326.669) com azimute de 160°19'26" e distância de 21.009m; do vértice 29 segue-se até o vértice 30 (689355.984; 7469313.010) com azimute de 144°04'04" e distância de 16.869m; do vértice 30 segue-se até o vértice 31 (689371.539; 7469299.822) com azimute de 130°17'33" e distância de 20.393m; do vértice 31 segue-se até o vértice 32 (689387.099; 7469289.929) com azimute de 122°26'47" e distância de 18.439m; do vértice 32 segue-se até o vértice 33 (689420.098; 7469275.329) com azimute de 113°52'02" e distância de 36.085m; do vértice 33 segue-se até o vértice 34 (689438.483; 7469263.553) com azimute de 122°38'21" e distância de 21.833m; do vértice 34 segue-se até o vértice 35 (689451.684; 7469251.306) com azimute de 132°51'11" e distância de 18.006m; do vértice 35 segue-se até o vértice 36 (689461.469; 7469232.738) com azimute de 152°12'41" e distância de 20.989m; do vértice 36 segue-se até o vértice 37 (689472.434; 7469217.930) com azimute de 143°28'48" e distância de 18.425m; do vértice 37 segue-se até o vértice 38 (689487.254; 7469207.269) com azimute de 125°43'48" e distância de 18.256m; do vértice 38 segue-se até o vértice 39 (689504.445; 7469194.535) com azimute de 126°31'51" e distância de 21.393m; do vértice 39 segue-se até o vértice 40 (689516.005; 7469178.840) com azimute de 143°37'37" e distância de 19.493m; do vértice 40 segue-se até o vértice 41 (689527.296; 7469152.940) com azimute de 156°26'42" e distância de 28.254m; do vértice 41 segue-se até o vértice 42 (689531.927; 7469144.525) com azimute de 151°10'22" e distância de 9.605m; do vértice 42 segue-se até o vértice 43 (689545.397; 7469126.016) com azimute de 143°57'18" e distância de 22.891m; do vértice 43 segue-se até o vértice 44 (689550.028; 7469117.391) com azimute de 151°45'55" e distância de 9.790m; do vértice 44 segue-se até o vértice 45 (689554.452; 7469107.717) com azimute de 155°25'25" e distância de 10.638m; do vértice 45 segue-se até o vértice 46 (689561.894; 7469091.080) com azimute de 155°54'09" e distância de 18.225m; do vértice 46 segue-se até o vértice 47 (689567.886; 7469081.188) com azimute de 148°47'43" e distância de 11.566m; do vértice 47 segue-se até o vértice 48 (689577.042; 7469068.057) com azimute de 145°06'42" e distância de 16.008m; do vértice 48 segue-se até o vértice 49 (689583.110; 7469052.120) com azimute de 159°09'24" e distância de 17.053m; do vértice 49 segue-se até o vértice 50 (689586.502; 7469032.249) com azimute de 170°18'47" e distância de 20.158m; do vértice 50 segue-se até o vértice 51 (689592.340; 7469021.287) com azimute de 151°57'40" e distância de 12.420m; do vértice 51 segue-se até o vértice 52 (689604.359; 7469024.120) com azimute de 76°44'14" e distância de 12.348m; do vértice 52 segue-se até o vértice 53 (689609.941; 7469016.651) com azimute de 143°13'46" e distância de 9.325m; do vértice 53 segue-se até o vértice 54 (689623.385; 7469012.892) com azimute de 105°37'07" e distância de 13.960m; do vértice 54 segue-se até o vértice 55 (689633.719; 7469007.857) com azimute de 115°58'46" e distância de 11.496m; do vértice 55 segue-se até o vértice 56 (689636.361; 7469006.455) com azimute de 117°56'53" e distância de 2.991m; do vértice 56 segue-se até o vértice 57 (689642.736; 7468975.289) com azimute de 168°26'21" e distância de 31.811m; do vértice 57 segue-se até o vértice 58 (689666.530; 7468951.008) com azimute de 135°34'51" e distância de 33.996m; do vértice 58 segue-se até o vértice 59 (689676.915; 7468946.748) com azimute de 112°18'09" e distância de 11.225m; do vértice 59 segue-se até o vértice 60 (689679.241; 7468946.309) com azimute de 100°41'60" e distância de 2.367m; do vértice 60 segue-se até o vértice 61 (689703.765; 7468941.675) com azimute de 100°41'60" e distância de 24.958m; do vértice 61 segue-se até o vértice 62 (689713.645; 7468929.743) com azimute de 140°22'30" e distância de 15.491m; do vértice 62 segue-se até o vértice 63 (689640.358; 7468726.141) com azimute de 199°47'47" e distância de 216.390m; do vértice 63 segue-se até o vértice 64 (689636.010; 7468718.204) com azimute de 208°42'43" e distância de 9.050m; do vértice 64 segue-se até o vértice 65 (689593.101; 7468742.537) com azimute de 299°33'24" e distância de 49.328m; do vértice 65 segue-se até o vértice 66 (689587.635; 7468735.992) com azimute de 219°52'15" e distância de 8.527m; do vértice 66 segue-se até o vértice 67 (689536.755; 7468742.503) com azimute de 277°17'31" e distância de 51.295m; do vértice 67 segue-se até o vértice 68 (689516.629; 7468757.114) com azimute de 305°58'44" e distância de 24.871m; do vértice 68 segue-se até o vértice 69 (689435.559; 7468620.397) com azimute de 210°40'01" e distância de 158.946m; do vértice 69 segue-se até o vértice 70 (689427.859; 7468613.169) com azimute de 226°48'32" e distância de 10.561m; do vértice 70 segue-se até o vértice 71 (689409.763; 7468487.543) com azimute de 188°11'50" e distância de 126.923m; do vértice 71 segue-se até o vértice 72 (689391.762; 7468363.790) com azimute de 188°16'34" e distância de 125.054m; do vértice 72 segue-se até o vértice 73 (689405.115; 7468297.805) com azimute de 168°33'36" e distância de 67.323m; do vértice 73 segue-se até o vértice 74 (689398.097; 7468155.323) com azimute de 182°49'12" e distância de 142.655m; do vértice 74 segue-se até o vértice 75 (689347.382; 7468018.343) com azimute de 200°18'58" e distância de 146.066m; do vértice 75 segue-se até o vértice 76 (689094.623; 7468189.827) com azimute de 304°09'17" e distância de 305.441m; do vértice 76 segue-se até o vértice 77 (688910.589; 7468170.945) com azimute de 264°08'30" e distância de 185.000m; do vértice 77 segue-se até o vértice 78 (688572.411; 7468136.247) com azimute de 264°08'30" e distância de 339.954m; do vértice 78 segue-se até o vértice 79 (688318.972; 7468110.243) com azimute de 264°08'30" e distância de 254.770m; do vértice 79 segue-se até o vértice 80 (688308.603; 7468020.637) com azimute de 186°36'03" e distância de 90.205m; do vértice 80 segue-se até o vértice 81 (688300.014; 7467946.901) com azimute de 186°38'37" e distância de 74.234m; do vértice 81 segue-se até o vértice 82 (688313.256; 7467941.281) com azimute de 112°59'54" e distância de 14.385m; do vértice 82 segue-se até o vértice 83 (688363.664; 7467931.542) com azimute de 100°56'04" e distância de 51.341m; do vértice 83 segue-se até o vértice 84 (688413.941; 7467910.510) com azimute de 112°42'04" e distância de 54.499m; do vértice 84 segue-se até o vértice 85 (688435.015; 7467918.633) com azimute de 68°55'08" e distância de 22.585m; do vértice 85 segue-se até o vértice 86 (688449.139; 7467896.994) com azimute de 146°52'02" e distância de 25.841m; do vértice 86 segue-se até o vértice 87 (688428.290; 7467883.533) com azimute de 237°09'01" e distância de 24.817m; do vértice 87 segue-se até o vértice 88 (688422.731; 7467892.910) com azimute de 329°20'22" e distância de 10.901m; do vértice 88 segue-se até o vértice 89 (688360.225; 7467920.490) com azimute de 293°48'31" e distância de 68.320m; do vértice 89 segue-se até o vértice 90 (688348.349; 7467822.916) com azimute de 186°56'22" e distância de 98.295m; do vértice 90 segue-se até o vértice 91 (688253.073; 7467834.930) com azimute de 277°11'14" e distância de 96.031m; do vértice 91 segue-se até o vértice 92 (688201.987; 7467841.372) com azimute de 277°11'14" e distância de 51.490m; do vértice 92 segue-se até o vértice 93 (688212.299; 7467936.721) com azimute de 6°10'21" e distância de 95.905m; do vértice 93 segue-se até o vértice 94 (688262.780; 7467932.065) com azimute de 95°16'11" e distância de 50.695m; do vértice 94 segue-se até o vértice 95 (688276.501; 7467947.221) com azimute de 42°09'22" e distância de 20.444m; do vértice 95 segue-se até o vértice 96 (688372.592; 7468784.321) com azimute de 6°32'54" e distância de 842.598m; do vértice 96 segue-se até o vértice 97 (688224.165; 7468837.458) com azimute de 289°41'50" e distância de 157.653m; do vértice 97 segue-se até o vértice 98 (688285.103; 7469376.022) com azimute de 6°27'20" e distância de 542.000m; do vértice 98 segue-se até o vértice 99 (688391.026; 7469365.068) com azimute de 95°54'15" e distância de 106.487m; do vértice 99 segue-se até o vértice 100 (688410.542; 7469363.344) com azimute de 95°02'55" e distância de 19.592m; do vértice 100 segue-se até o vértice 101 (688426.574; 7469362.216) com azimute de 94°01'25" e distância de 16.072m; do vértice 101 segue-se até o vértice 102 (688439.291; 7469361.094) com azimute de 95°02'28" e distância de 12.766m; do vértice 102 segue-se até o vértice 103 (688446.019; 7469424.271) com azimute de 6°04'45" e distância de 63.535m; do vértice 103 segue-se até o vértice 104 (688436.761; 7469425.297) com azimute de 276°19'23" e distância de 9.314m; do vértice 104 segue-se até o vértice 105 (688392.735; 7469430.417) com azimute de 276°37'59" e distância de 44.323m; do vértice 105 segue-se até o vértice 106 (688376.858; 7469452.304) com distância (Desenvolvimento do Arco) de 29.460m; do vértice 106 segue-se até o vértice 107 (688386.429; 7469546.144) com azimute de 5°49'25" e distância de 94.327m; do vértice 107 segue-se até o vértice 108 (688391.586; 7469558.404) com distância (Desenvolvimento do Arco) de 13.419m; do vértice 108 segue-se até o vértice 109 (688409.895; 7469582.010) com azimute de 37°47'55" e distância de 29.874m; do vértice 109 segue-se até o vértice 110 (688448.884; 7469597.917) com distância (Desenvolvimento do Arco) de 43.805m; do vértice 110 segue-se até o vértice 111 (688465.727; 7469595.966) com azimute de 96°36'22" e distância de 16.956 m; do vértice 111 segue-se até o vértice 112 (688471.968; 7469641.550) com azimute de 7°47'45" e distância de 46.009m; do vértice 112 segue-se até o vértice 113 (688481.720; 7469713.487) com azimute de 7°43'13" e distância de 72.595m; do vértice 113 segue-se até o vértice 114 (688490.219; 7469776.472) com azimute de 7°41'06" e distância de 63.555m; do vértice 114 segue-se até o vértice 115 (688492.284; 7469789.393) com azimute de 9°04'53" e distância de 13.085m; do vértice 115 segue-se até o vértice 116 (688496.264; 7469816.255) com azimute de 8°25'40" e distância de 27.155m; do vértice 116 segue-se até o vértice 117 (688502.676; 7469862.307) com azimute de 7°55'35" e distância de 46.497m; do vértice 117 segue-se até o vértice 118 (688520.605; 7469990.983) com azimute de 7°55'55" e distância de 129.919m; do vértice 118 segue-se até o vértice 119 (688523.915; 7470030.078) com azimute de 4°50'21" e distância de 39.236m. Finalmente segue-se até o vértice 1 (Inicio da descrição) com azimute de 7°31'10" e distância de 108.351m, fechando assim o polígono acima descrito.

Art. 3º A gleba referente ao loteamento urbano denominado Chácara das Flores possui área de 31,759ha, e possui as seguintes características: inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N7468154.095m e E690927.658m; deste, segue confrontando com Nilson Cosme Bariani, com os seguintes azimutes e distâncias: 97°52'25" e 163.34m até o vértice 2, de coordenadas N7468131.720m e E691089.454m; 172°58'34" e 64.91m até o vértice 3, de coordenadas N7468067.300m e E691097.391m; 106°27'06" e 8.94m até o vértice 4, de coordenadas N7468064.769m e E691105.962m; 106°43'25" e 8.15m até o vértice 5, de coordenadas N7468062.422m e E691113.772m; 108°35'01" e 16.71m até o vértice 6, de coordenadas N7468057.096m e E691129.614m; 108°03'40" e 20.17m até o vértice 7, de coordenadas N7468050.841m e E691148.793m; 97°36'28" e 6.50m até o vértice 8, de coordenadas N7468049.981m e E691155.236m; 97°36'28" e 17.00m até o vértice 9, de coordenadas N7468047.730m e E691172.085m; 98°49'28" e 16.17m até o vértice 10, de coordenadas N7468045.250m e E691188.062m; 100°31'46" e 47.50m até o vértice 11, de coordenadas N7468036.570m e E691234.762m; deste, segue confrontando com Avenida 08 de Março, com os seguintes azimutes e distâncias: 159°52'21" e 9.56m até o vértice 12, de coordenadas N7468027.596m e E 691238.051m; 160°06'33" e 20.32m até o vértice 13, de coordenadas N7468008.491m e E691244.964m; 155°52'57" e 9.78m até o vértice 14, de coordenadas N7467999.563m e E691248.961m; 160°05'29" e 10.01m até o vértice 15, de coordenadas N7467990.153m e E691252.369m; 158°01'47" e 8.00m até o vértice 16, de coordenadas N7467982.734m e E691255.362m; 160º28'28" e 12.00m até o vértice 17, de coordenadas N7467971.420m e E691259.374m; 162°04'11" e 10.50m até o vértice 18, de coordenadas N7467961.429m e E691262.607m; 153°14'41" e 7.27m até o

IMPRENSA NACIONAL - EXEMPLAR DE ASSINANTE DA UNIÃO

vértice 19, de coordenadas N7467954.939m e E691265.878m; 159°33'49" e 8.50m até o vértice 20, de coordenadas N7467946.974m e E691268.846m; 159°33'49" e 11.68m até o vértice 21, de coordenadas N7467936.032m e E691272.924m; 158°58'01" e 59.77m até o vértice 22, de coordenadas N7467880.246m e E691294.375m; 158°50'00" e 26.04m até o vértice 23, de coordenadas N7467855.962m e E691303.778m; 159°39'10" e 13.90m até o vértice 24, de coordenadas N7467842.927m e E691308.612m; 159°17'28" e 36.75m até o vértice 25, de coordenadas N7467808.550m e E691321.608m; 159°17'28" e 7.54m até o vértice 26, de coordenadas N7467801.494m e E691324.276m; 159°17'28" e 27.99m até o vértice 27, de coordenadas N7467775.316m e E691334.172m; 158°48'54" e 54.23m até o vértice 28, de coordenadas N7467724.748m e E691353.771m; 159°11'46" e 23.80m até o vértice 29, de coordenadas N7467702.500m e E691362.224m; 159°11'46" e 29.48m até o vértice 30, de coordenadas N7467674.944m e E691372.693m; 162°28'23" e 44.69m até o vértice 31, de coordenadas N7467632.333m e E691386.150m; deste, segue confrontando com Aristides Garcia, com os seguintes azimutes e distâncias: 299°33'07" e 40.63m até o vértice 32, de coordenadas N7467652.375m e E691350.802m; 298°19'20" e 221.80m até o vértice 33, de coordenadas N7467757.603m e E691155.554m; 211°45'25" e 119.94m até o vértice 34, de coordenadas N7467655.623m e E691092.429m; 299°39'02" e 22.13m até o vértice 35, de coordenadas N7467666.571m e E691073.197m; 298°41'31" e 16.60m até o vértice 36, de coordenadas N7467674.541m e E691058.635m; 212°19'48" e 165.14m até o vértice 37, de coordenadas N7467534.996m e E690970.316m; 274°44'11" e 90.69m até o vértice 38, de coordenadas N7467542.485m e E690879.936m; 280°00'30" e 43.32m até o vértice 39, de coordenadas N7467550.013m e E690837.277m; 277°42'44" e 20.11m até o vértice 40, de coordenadas N7467552.713m e E690817.346m; 279°30'30" e 61.39m até o vértice 41, de coordenadas N7467562.854m e E690756.797m; 278°46'06" e 23.93m até o vértice 42, de coordenadas N7467566.502m e E690733.146m; 274°50'09" e 61.73m até o vértice 43, de coordenadas N7467571.706m e E690671.635m; 276°31'04" e 9.50m até o vértice 44, de coordenadas N7467572.785m e E690662.192m; 276°55'36" e 44.06m até o vértice 45, de coordenadas N7467578.099m e E690618.449m; 277°06'15" e 34.70m até o vértice 46, de coordenadas N7467582.390m e E690584.019m; 277°05'29" e 131.76m até o vértice 47, de coordenadas N 7467598.656m e E690453.269m; deste, segue confrontando com Dorith Cristina Presser Weber, com o seguinte azimute e distância: 38°34'28" e 68.11m até o vértice 48, de coordenadas N7467651.903m e E690495.737m; deste, segue confrontando com Tereza Angélica Presser, com os seguintes azimutes e distâncias: 38°48'29" e 115.24m até o vértice 49, de coordenadas N7467741.701m e E 690567.957m; 37°59'28" e 4.73m até o vértice 50, de coordenadas N7467745.429m e E690570.869m; 39°09'19" e 19.84m até o vértice 51, de coordenadas N7467760.810m e E690583.393m; deste, segue confrontando com Elisa Tecla Presser, com os seguintes azimutes e distâncias: 39°09'19" e 72.27m até o vértice 52, de coordenadas N7467816.849m e E690629.025m; 38°50'50" e 45.70m até o vértice 53, de coordenadas N7467852.440m e E690657.689m; deste, segue confrontando com Henrique Elson Presser, com os seguintes azimutes e distâncias: 39°32'41" e 56.00m até o vértice 54, de coordenadas N 7467895.621m e E690693.341m; 38°51'10" e 99.60m até o vértice 55, de coordenadas N7467973.187m e E690755.824m; deste, segue cruzando com Avenida 08 de Março, com os seguintes azimutes e distâncias: 57°48'11" e 12.64m até o vértice 56, de coordenadas N7467979.921m e E690766.519m; deste, segue confrontando com Germano Milker, com os seguintes azimutes e distâncias: 355°39'51" e 173.38m até o vértice 57, de coordenadas N7468152.807m e E690753.411m; deste, segue confrontando com Otávio de Castro Ribeiro Junior, com os seguintes azimutes e distâncias: 117°34'26" e 60.15m até o vértice 58, de coordenadas N7468124.961m e E690806.733m; 117°08'08" e 18.66m até o vértice 59, de coordenadas N7468116.453m e E690823.335m; 117°23'41" e 27.04m até o vértice 60, de coordenadas N7468104.012m e E690847.341m; 117°26'30" e 13.20m até o vértice 61, de coordenadas N7468097.928m e E690859.058m; 117°26'30" e 5.90m até o vértice 62, de coordenadas N7468095.210m e E690864.291m; 116°46'35" e 10.09m até o vértice 63, de coordenadas N7468090.665m e E690873.298m; 117°23'29" e 35.12m até o vértice 64, de coordenadas N7468074.510m e E690904.476m; 117°50'45" e 29.92m até o vértice 65, de coordenadas N7468060.535m e E690930.930m; 117°15'28" e 14.12m até o vértice 66, de coordenadas N7468054.068m e E690943.482m; 351°00'38" e 101.27m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 4º Excluem-se da presente doação as áreas sobre as quais já existam benfeitorias ou ocupação de órgãos da Administração Pública federal ou estadual, ou que estejam regularmente tituladas e registradas em nome de terceiros, desde que os títulos de propriedade tenham sido expedidos por órgãos e entidades públicas.

Art. 5º A presente doação tem o objetivo de permitir a regularização dominial da área urbana do Município de Iaras, Estado de São Paulo.

Art. 6º É fixado o prazo de 4 (quatro) anos, contado da data de assinatura do respectivo contrato, para que a donatária conclua a titulação dos beneficiários finais de baixa renda ocupantes dos imóveis inseridos nas áreas de que trata a presente doação.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo é prorrogável por iguais e sucessivos períodos a partir da análise de conveniência e oportunidade administrativa pela Secretaria do Patrimônio da União.

Art. 7º Responderá a donatária, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria.

Art. 8º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de doação e da legislação pertinente.

Art. 9º A doação tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 5º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

PORTARIA Nº 227, DE 25 DE JUNHO DE 2014

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º O art. 1º, inciso V, da Portaria nº 505, de 29 dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.....

.....

V - a emissão dos bilhetes de passagens aéreas para viagens a serviço da administração pública deve ser realizada pela agência de viagens contratada ou diretamente pela companhia aérea credenciada pela Central de Compras e Contratações (CENTRAL), a partir da autorização do servidor formalmente designado.

....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL E CARREIRAS TRANSVERSAIS
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO
COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS

PORTARIA Nº 33, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O COORDENADOR DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS, DA COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL E CARREIRAS TRANSVERSAIS DA SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, nos termos do inciso II do art. 33 do Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, e tendo em vista o que consta Processo nº 08001.005208/2014-21, resolve:

Habilitar MARIA APARECIDA JUNQUEIRA MAGALHAES, CPF nº 388.685.268-75, na qualidade de viúva do anistiado político RUBENS NOGUEIRA MAGALHAES, CPF nº 054.269.108-63, falecido em 14 de outubro de 2009, para percepção da reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, com efeitos financeiros a partir de 15 de agosto de 2013, data do julgamento da anistia, conforme Portaria/MJ nº 683, de 17 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 22 de abril de 2014.

WILLIAM CLARET TORRES

PORTARIA Nº 34, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O COORDENADOR DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS, DA COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL E CARREIRAS TRANSVERSAIS DA SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, nos termos do inciso II do art. 33 do Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, e tendo em vista o que consta Processo nº 05100.004594/2014-27, resolve:

Habilitar VANILDA REGOTO COURA, CPF nº 052.851.347-81, na qualidade de viúva do anistiado político LIDER PEREIRA COURA, CPF nº 111.513.747-68, matrícula SIAPE 2052739, falecido em 21 de abril de 2014, para recebimento da reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no DOU de 14 seguinte, com efeitos financeiros a partir da data de falecimento do anistiado.

WILLIAM CLARET TORRES

PORTARIA Nº 35, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O COORDENADOR DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS, DA COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL E CARREIRAS TRANSVERSAIS DA SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, nos termos do inciso II do art. 33 do Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, e tendo em vista o que consta Processo nº 05100.004477/2014-63, resolve:

Habilitar ELIZABETH BERNARDES DA ROSA, CPF nº 549.991.540-72, na qualidade de viúva do anistiado político RUI NEVES DA ROSA, CPF nº 059.302.430-34 matrícula SIAPE 0837256, falecido em 10 de março de 2014, para recebimento da reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no DOU de 14 seguinte, com efeitos financeiros a partir da data de falecimento do anistiado.

WILLIAM CLARET TORRES

PORTARIA Nº 36, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O COORDENADOR DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS, DA COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL E CARREIRAS TRANSVERSAIS DA SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, nos termos do inciso II do art. 33 do Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, e tendo em vista o que consta Processo nº 08001.005453/2014-38, resolve:

Habilitar MARIA DO SOCORRO FREITAS TENÓRIO, CPF nº 122.489.084-15, na qualidade de ex-companheira do anistiado político LUIZ GONZAGA DE BARROS, CPF nº 022.632.974-72, falecido em 07 de abril de 2011, para percepção da reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, com efeitos financeiros a partir de 04 de abril de 2013, data do julgamento da anistia, conforme Portaria/MJ nº 774, de 25 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 28 de abril de 2014.

WILLIAM CLARET TORRES

PORTARIA Nº 37, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O COORDENADOR DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS, DA COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL E CARREIRAS TRANSVERSAIS DA SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, nos termos do inciso II do art. 33 do Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, e tendo em vista o que consta Processo nº 05100.004706/2014-40, resolve:

Habilitar MARIA APARECIDA BARBOSA COLARES- CPF nº 243.156.302-25, na qualidade de viúva do anistiado político FRANCISCO DE SOUZA COLARES, CPF nº 122.691.902-20, Matrícula SIAPE nº 1775847, falecido em 16 de fevereiro de 2014, para recebimento do valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, com fundamento no artigo 13 da Lei no 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no DOU de 14 seguinte, com efeitos financeiros a partir de 16 de fevereiro de 2014.

WILLIAM CLARET TORRES

PORTARIA Nº 38, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O COORDENADOR DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS, DA COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL E CARREIRAS TRANSVERSAIS DA SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, nos termos do inciso II do art. 33 do Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, e tendo em vista o que consta Processo nº 05100.004816/2014-10, resolve:

Habilitar LUIS FELIPE BARBOSA COLARES - CPF nº 014.796.032-01, na qualidade de filho menor do anistiado político FRANCISCO DE SOUZA COLARES, CPF nº 122.691.902-20, Matrícula SIAPE nº 1775847, falecido em 16 de fevereiro de 2014, para recebimento de pensão temporária, no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, com fundamento no artigo 13 da Lei no 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no DOU de 14 seguinte, com efeitos financeiros a partir de 16 de fevereiro de 2014.

WILLIAM CLARET TORRES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 39, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O COORDENADOR DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS, DA COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL E CARREIRAS TRANSVERSAIS DA SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, nos termos do inciso II do art. 33 do Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, e tendo em vista o que consta Processo nº 05100.003895/2014-33, resolve:

Habilitar EMÍLIA PALMEIRA DA SILVA, CPF nº 121.004.205-34, na qualidade de ex-companheira do anistiado político ANACLETO DE MENEZES BRANDÃO, CPF nº 029.670.065-72, Matrícula SIAPE 1531338, a partir de 08 de maio de 2014, data de falecimento do anistiado, para recebimento do valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no DOU de 14 seguinte, com efeito financeiro a partir da data do óbito, observado o período prescricional.

WILLIAM CLARET TORRES

PORTARIA Nº 40, DE 25 DE JUNHO DE 2014

O COORDENADOR DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS, DA COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL E CARREIRAS TRANSVERSAIS DA SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, nos termos do inciso II do art. 33 do Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, e tendo em vista o que consta Processo nº 05100.004579/2014-89, resolve:

Habilitar RICARDO LUZ KONDER, CPF nº 061.151.307-27, na qualidade de filho maior inválido do anistiado político RODOLFO OSVALDO KONDER, CPF nº 061.179.968-53, matrícula SIAPE 1512062, falecido em 01 de maio de 2014, para recebimento do valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no DOU de 14 seguinte, com efeitos financeiros a partir da 1º de maio de 2014, observado o período prescricional.

WILLIAM CLARET TORRES



Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 25 de junho de 2014

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0291/2014 de 18/06/2014, 0292/2014 de 20/06/2014 e 0295/2014 de 24/06/2014, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 46094004326201419 Empresa: ARCHAEO PESQUISAS ARQUEOLOGICAS LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Mafalda Sofia Gonçalves Ramos Passaporte: M955576.

Temporário - Com Contrato - RN 76 - Resolução Normativa, de 03/05/2007:

Processo: 46094004592201441 Empresa: ASSOCIACAO DE BASQUETEBOL DE PRESIDENTE VENCESLAU Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: AMANDA NICOLE DOWE Passaporte: 465820560, Processo: 46094004652201426 Empresa: ASSOCIACAO DE BASQUETEBOL DE JACAREI ABJ Prazo: 5 Mês(es) Estrangeiro: JAMES CLARENCE PARKER Passaporte: 488384980.

Temporário - Sem Contrato - RN 79 - Resolução Normativa, de 12/08/2008:

Processo: 47039004389201401 Empresa: VALE S.A. Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: CONSTANTINO LACERDA DA CONCEIÇÃO ALEXANDRE TRINTA Passaporte: 13AE11952.

Temporário - Com Contrato - RN 94 - Resolução Normativa, de 16/03/2011:

Processo: 47039004992201484 Empresa: PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Astrid Babot Cartié Passaporte: AAH086700.

Temporário - Com Contrato - RN 99 - Resolução Normativa, de 12/12/2012:

Processo: 47039005005201469 Empresa: LINKEDIN REPRESENTACOES DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARC GINJAUME GOMEZ Passaporte: XDA656558, Processo: 47039005133201411 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EKATERINA GULYAEVA Passaporte: G06895536, Processo: 47039005201201433 Empresa: AXALTA COATING SYSTEMS BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HERMAN ALWIN YEE Passaporte: 481670026, Processo: 46094034167201304 Empresa: SEIL ENG CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YEONGJIN LEE Passaporte: M 10908904, Processo: 46094036392201377 Empresa: SEIL ENG CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JEONBAE YI Passaporte: M 89131270, Processo: 46094036395201319 Empresa: SEIL ENG CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUKWANG SONG Passaporte: M 51014207, Processo: 46094036397201308 Empresa: SEIL ENG CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YOUNGWOOK LEE Passaporte: M 07971653, Processo: 46094002392201454 Empresa: TEEKAY PETROJARL PRODUCAO PETROLIFERA DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Samir Nathwani Passaporte: QE840610, Processo: 46094003024201423 Empresa: SAMJIN INDUSTRY DO BRASIL INSTALACAO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHAN YOUL SONG Passaporte: M 90224711, Processo: 46094003026201412 Empresa: SAMJIN INDUSTRY DO BRASIL INSTALACAO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: INKI LEE Passaporte: M 11543367, Processo: 46094003116201411 Empresa: SAMJIN INDUSTRY DO BRASIL INSTALACAO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YEONGSEOK SEO Passaporte: M 41966486, Processo: 47039002691201416 Empresa: 4VETS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOÃO FRANCISCO CORREIA TEIXEIRA MACHADO Passaporte: M788040, Processo: 46094003429201461 Empresa: SAMJIN STEEL STRUCTURE DO BRASIL MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SANGSUK LEE Passaporte: M 81511346, Processo: 46094003428201417 Empresa: SAMJIN STEEL STRUCTURE DO BRASIL MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHEUNG KWON SHIN Passaporte: M28097943, Processo: 46094004165201463 Empresa: ZOOMLION BRASIL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MAQUINAS DE CONCRETO LTDA. Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: ZHANG CHAO Passaporte: G38964754, Processo: 46094004171201411 Empresa: ZOOMLION BRASIL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MAQUINAS DE CONCRETO LTDA. Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: DING LI Passaporte: G29659888, Processo: 46094004134201411 Empresa: ODFJELL GESTAO DE PERFURACOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TOR CHRISTIAN SKIAKER MAELEN Passaporte: 30141461, Processo: 46094004172201465 Empresa: ZOOMLION BRASIL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MAQUINAS DE CONCRETO LTDA. Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: HU HAOWEN Passaporte: E15964105, Processo: 46094004168201405 Empresa: ZOOMLION BRASIL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MAQUINAS DE CONCRETO LTDA. Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: QIN YANG Passaporte: E24323263, Processo: 47039003217201410 Empresa: REPSOL SINOPEC BRASIL SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BLAS MARTINEZ HERRERA Passaporte: AAD419117, Processo: 46094003693201403 Empresa: FURNAX COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: AKIO MORIMOTO Passaporte: TH1916020, Processo: 46094004233201494 Empresa: ASSOCIACAO MUSICAL DE RIBEIRAO PRETO Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VIKTORIIA RATSIUK Passaporte: EC844462, Processo: 46094004221201460 Empresa: YAZAKI DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HIDEKAZU HAYABUSA Passaporte: TZ0539640, Processo: 46094004220201415 Empresa: YAZAKI DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HIROJI UCHIYAMA Passaporte: TK1538607, Processo: 46094004219201491 Empresa: YAZAKI DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KENJI IWASAKI Passaporte: TK0495646, Processo: 46094004218201446 Empresa: YAZAKI DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KAZUMI IIDA Passaporte: TK6946203, Processo: 46094004217201400 Empresa: YAZAKI DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KENTA ENDO Passaporte: TK6947275, Processo: 46094004222201412 Empresa: AGUSTAWESTLAND DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDREA ANTONIO PUGLISI Passaporte: YA0229789, Processo: 47039004232201477 Empresa: XES PROJETOS VISUAIS LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHOKO MORI Passaporte: MS8746292, Processo: 46094004164201419 Empresa: MANE DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GÉRALD CÉDRIC MARC ELLENA Passaporte: 12CV64100, Processo: 46094004103201451 Empresa: YASUFUKU POLIMEROS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KYOHEI TERASHIMA Passaporte: TK 8.403.687, Processo: 46094004173201418 Empresa: SBTUR - VIAGENS E TURISMO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAVIER CARDENETE MORALES Passaporte: AAF457354, Processo: 46094004102201415 Empresa: PANTOS DO BRASIL LOGISTICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TAEHYEON KIM Passaporte: M6 0.285.602, Processo: 46094004129201408 Empresa: MARITIMA SEGUROS SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EIJI FUJITA Passaporte: TZ0404261, Processo: 46094004199201458 Empresa: AJINOMOTO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KO KUWABARA Passaporte: TH4946233, Processo: 46094004201201499 Empresa: AJINOMOTO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YASUHIRO ITO Passaporte: TH5145290, Processo: 46094004136201400 Empresa: PERDM BRAZIL COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: Cristina Manuela Oliveira Cadima Passaporte: M513359, Processo: 46094004202201433 Empresa: AJINOMOTO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SUMITO ABE Passaporte: TR1741356, Processo: 46094004200201444 Empresa: AJINOMOTO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TAKASHI SHOJI Passaporte: TK9018168, Processo: 46094004203201488 Empresa: AJINOMOTO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MASASHI HARA Passaporte: TH3836802, Processo: 47039004876201465 Empresa: FIAT AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO SOLDANO Passaporte: AA3745165, Processo: 47039004909201477 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Richard Botello Hiza Passaporte: 2852029, Processo: 47039004914201480 Empresa: MMH INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIANNA AMBROSIO Passaporte: Y 490343, Processo: 47039004915201424 Empresa: ENGINEERING DO BRASIL S/A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VINCENZO STORTI Passaporte: YA2021625, Processo: 47039004919201411 Empresa: SATA BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARCO MOIOLI Passaporte: YA0334620, Processo: 47039004921201481 Empresa: STUDIO MK27 ARQUITETOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ELINE LEO IRMA MARIA OSTYN Passaporte: EI515492, Processo: 47039004925201460 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Charles Timothy Vance Passaporte: 220528180, Processo: 47039004944201496 Empresa: SIEMENS VAI METALS SERVICES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: János Gyoergy Szabó Passaporte: BB7010327, Processo: 47039004948201474 Empresa: HITACHI-MYCOM MANUTENCAO E SOLUCOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YUKI TANABE Passaporte: TH 9296638, Processo: 47039004947201420 Empresa: HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD MICHAEL CATHCART Passaporte: 510993203, Processo: 47039004952201432 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: XAVIER DAVID VINCENT FRANCOISE Passaporte: 14AF39798, Processo: 47039004962201478 Empresa: INSTITUTO DE ACAO SOCIAL PELA MUSICA - IASPM Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MILIANGELA LEON RIVERO Passaporte: 074699498, Processo: 47039004964201467 Empresa: DUNNHUMBY BRASIL CONSULTORIA LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NIKITA PANOV Passaporte: 209751983, Processo: 47039004981201402 Empresa: A ASSOCIACAO DA ESCOLA INTERNACIONAL DE CURITIBA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Daniel Richard Shadock Passaporte: 488941688, Processo: 47039004984201438 Empresa: SMC PNEUMATICOS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WATARU NAKA Passaporte: TK9499467, Processo: 47039004988201416 Empresa: TORATA INDUSTRIA E SERVICOS DE CROMAGEM LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHINICHIRO TAKADA Passaporte: TK8956633, Processo: 47039004996201462 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: XIANBIN ZHAO Passaporte: E06746749, Processo: 47039004997201415 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: XIAO JIANG Passaporte: E10013428, Processo: 47039004998201451 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WEILI LI Passaporte: G46034293, Processo: 47039005000201436 Empresa: ASSOCIACAO ESCOLA GRADUADA DE SAO PAULO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOHN WILLIAM KRISS Passaporte: 078195236, Processo: 47039005012201461 Empresa: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MOKO LAURENCE KAMDEM Passaporte: 12AI23762, Processo: 47039005021201451 Empresa: ASSOCIACAO ESCOLA AMERICANA DE BRASILIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jaime Margaret Moore Passaporte: 519025920, Processo: 47039005023201441 Empresa: ASSOCIACAO ESCOLA PANAMERICANA DE PORTO ALEGRE Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Lisa Anne Vincent Passaporte: QH762726, Processo: 47039005025201430 Empresa: MAYA DO BRASIL COMERCIO INTERNACIONAL DE PECAS E MAQUINAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LIHUI PAN Passaporte: E33073537, Processo: 47039005034201421 Empresa: MARTIFER ALUMINIOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUÍS FILIPE DE SOUSA OLIVEIRA Passaporte: M035983, Processo: 47039005035201475 Empresa: CEGEDIM DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PEDRO MIGUEL MENDES DE ALMEIDA Passaporte: M934200, Processo: 47039005040201488 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Minghao Zhang Passaporte: G39339869, Processo: 47039005044201466 Empresa: CHEVRON BRASIL UPSTREAM FRADE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Stan Alan Burchfield Passaporte: 488544976, Processo: 47039005057201435 Empresa: SISTEMAS DE ENSINO UNO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JESUS FRANCISCO BARTOLOZZI SUAREZ Passaporte: 039371797, Processo: 47039005065201481 Empresa: ARIMA COMUNICACOES BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WANXIA DUAN Passaporte: G57754517, Processo: 47039005067201471 Empresa: ARIMA COMUNICACOES BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BAOLONG JI Passaporte: G56110238, Processo: 47039005068201415 Empresa: ARIMA COMUNICACOES BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MEI LIU Passaporte: E35241874, Processo: 47039005069201460 Empresa: ARIMA COMUNICACOES BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WEIGANG DING Passaporte: E07206296, Processo: 47039005073201428 Empresa: AIR EUROPA LINEAS AEREAS SOCIEDAD ANONIMA Prazo: até 11/03/2015 Estrangeiro: ANA ASPIUNZA GARCIA Passaporte: AAB663701, Processo: 47039005109201473 Empresa: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HEINER KARL LANZE Passaporte: CCZ8VT1F7, Processo: 47039005110201406 Empresa: ESCOLA BEIT YAACOV Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Leslie Michelle Smallwood Passaporte: 488981276, Processo: 47039005123201477 Empresa: BASF SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEFFEN JEAN GELDER Passaporte: 216900680, Processo: 47039005116201475 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Carlos Alberto Mendez Adrian Passaporte: G02222379, Processo: 47039005117201410 Empresa: NEOMOBILE DO BRASIL - TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Pietro Gianquinto Passaporte: AA1922908, Processo: 47039005121201488 Empresa: WOOD GROUP ENGINEERING AND PRODUCTION FACILITIES BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Matthew Douglas Nesbitt Passaporte: 402714052, Processo: 47039005122201422 Empresa: MUNKSJO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS ESPECIAIS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROSA TANIA MACHETTA Passaporte: F 667434, Processo: 47039005132201468 Empresa: COMAU DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Andrea Ferrero Passaporte: AA5215403, Processo: 47039005134201457 Empresa: BASF SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FANG ZHAO Passaporte: G20240854, Processo: 47039005179201421 Empresa: TOYO SETAL EMPREENDIMENTOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ushio Imaizumi Passaporte: TH4318370, Processo: 47039005181201409 Empresa: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JIGNESH RATHI Passaporte: J2584324, Processo: 47039005196201469 Empresa: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO GERENCIAL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUAN SEBASTIAN CRUZ ARDILA Passaporte: CC1019047302, Processo: 47039005202201488 Empresa: QUELUZ GESTAO DE ATIVOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUCA RUSCONI CLERICI Passaporte: Y503841, Processo: 47039005239201414 Empresa: SANTOS CMI ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SANG CHUL LEE Passaporte: M34931892, Processo: 47039005241201485 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Yasuharu Nakanishi Passaporte: TK5818405, Processo: 47039005249201441 Empresa: TORRES EOLICAS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVID FERNANDEZ RODRIGUEZ Passaporte: AAE170936, Processo: 47039005256201443 Empresa: EMPA S/A SERVICOS DE ENGENHARIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PAULO COELHO FERREIRA Passaporte: M972155, Processo: 47039005258201432 Empresa: EMPA S/A SERVICOS DE ENGENHARIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOÃO VALDEMIRO DO LAGO DE LIMA Passaporte: M196502.

Temporário - Sem Contrato - RN 35 - Resolução Normativa, de 28/09/1999:

Processo: 47039006025201457 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Laurent, Christophe, Michel, Penven Passaporte: 12AF41947, Processo: 47039006028201491 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Emmanuel, Gérard Papazian Passaporte: 14AR41179, Processo: 47039006030201460 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Christophe Polidor Passaporte: 08AX66480, Processo: 47039006032201459 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Anne-Camille, Émilie, Michèle Retout Passaporte: 05AP47170.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 47039004044201449 Empresa: FERBECK DO BRASIL TERMICA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SURATNO BN SANSUWIRYO MAWIJAYA Passaporte: A4235744, Processo: 47039004045201493 Empresa: FERBECK DO BRASIL TERMICA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Suwarman Passaporte: A3413508, Processo: 47039004884201410 Empresa: FIAT AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUCA DI GENNARO Passaporte: AA4162967, Processo: 47039004888201490 Empresa: FIAT AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FELICE BOCCIA Passaporte: F842917, Processo: 47039004899201470 Empresa: FIAT AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GABRIELE COSSARO Passaporte: AA4040838, Processo: 47039004906201433 Empresa: FIAT AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARISA DEL PRETE Passaporte: YA4331128, Processo: 47039004928201401 Empresa: FIAT AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALESSANDRO MUSARDO Passaporte: YA4044794, Processo: 47039004930201472 Empresa: FIAT AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANIELLO FRECENTESE Passaporte: YA0122565, Processo: 47039004942201405 Empresa: FIAT AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BENEDETTO D'ADAMO Passaporte: AA5373464, Processo: 47039004946201485 Empresa: FIAT AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CARLO D'ALESSANDRO Passaporte: AA4636282, Processo: 47039004951201498 Empresa: FIAT AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DANIELE BRUSCA Passaporte: YA4333035, Processo: 46094002460201485 Empresa: INITEC ENERGIA ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VALENTINA DIMITROVA GEORGIEVA Passaporte: AD982415, Processo: 46094002465201416 Empresa: INITEC ENERGIA ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JESUS ANDRES NORIEGA RAMIREZ Passaporte: G04993515, Processo: 47039000968201476 Empresa: A.M.D BRASIL DEMOLICOES E RECICLAGEM LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Sérgio Paulo da Cunha Rocha Passaporte: M827849, Processo: 47039001801201422 Empresa: VARD NITEROI S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KURT AAGE ROEYSETH Passaporte: 29260024, Processo: 47039002772201416 Empresa: MRS LOGISTICA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDREAS EISER Passaporte: C9CW4V90Y, Processo: 47039002867201430 Empresa: CEEMEESSE ENGENHARIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUIS ORTIZ FERNÁNDEZ Passaporte: AAB086094, Processo: 47039003020201472 Empresa: ALLIANCE OUTSMART LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOÃO MIGUEL SIAS DUARTE Passaporte: M389515, Processo: 47039003569201467 Empresa: FAMAVAL EQUIPAMENTOS PARA TELECOMUNICACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MANUEL TAVARES FONSECA DE OLIVEIRA Passaporte: M928458, Processo: 47039003613201439 Empresa: GRANITE SERVICES INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VICTOR MANUEL ZAMUDIO MEZA Passaporte: 06120021740, Processo: 47039004024201478 Empresa: REPSOL SINOPEC BRASIL SA Prazo: até 01/04/2015 Estrangeiro: Charles Curtis Newhouse Passaporte: 471196996, Processo: 47039004081201457 Empresa: PROCTER & GAMBLE DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ERVIN HRKIC Passaporte: A0796165, Processo: 47039004084201491 Empresa: PROCTER & GAMBLE DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NERMIN KESEROVIC Passaporte: A0423474, Processo: 47039004085201435 Empresa: PROCTER & GAMBLE DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ARMIN MAHMUTOVIC Passaporte: A0453648, Processo: 47039004086201480 Empresa: PROCTER & GAMBLE DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SABAHUDIN MEHIC Passaporte: A0409967, Processo: 47039004088201479 Empresa: PROCTER & GAMBLE DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ERMIN MUJKIC Passaporte: A0506311, Processo: 47039004092201437 Empresa: PROCTER & GAMBLE DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VERNES RAMIC Passaporte: A1242364, Processo: 47039004094201426 Empresa: PROCTER & GAMBLE DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: IZUDIN OSMIC Passaporte: A0087634, Processo: 47039004093201481 Empresa: PROCTER & GAMBLE DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALBIN OSMIC Passaporte: A0520484, Processo: 47039004460201447 Empresa: EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRACAO DE CONVENIOS HAAG S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MEHDI BOUKRAA Passaporte: IW0404570, Processo: 47039004464201425 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Tom Olaf Jensen Passaporte: 28980391, Processo: 47039004607201407 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARIO PINTUS Passaporte: AA5028000, Processo: 47039004635201416 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: ALLEN DAVID HAZLET Passaporte: 445432858, Processo: 47039004660201408 Empresa: DECKEL MAHO GILDEMEISTER BRASIL LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDREAS BORMANN Passaporte: CGV1NGVTP, Processo: 47039004687201492 Empresa: YOROZU AUTOMOTIVA DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: ISAMU OTA Passaporte: TK6232938, Processo: 47039004716201416 Empresa: FIAT AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SERGIO DELLA BRUNA Passaporte: YA5642204, Processo: 47039004740201455 Empresa: MEDIA PRODUCOES BRASIL CONTEUDOS AUDIOVISUAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TEIA ROURES CERVERA Passaporte: AAG269563, Processo: 47039004744201433 Empresa: SAMSUNG SDS LATIN AMERICA SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KYEONG HO CHOE Passaporte: TM1080582, Processo: 47039004745201488 Empresa: MEDIA PRODUCOES BRASIL CONTEUDOS AUDIOVISUAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ADRIAN GALAN ORTIZ Passaporte: AAG548407, Processo: 47039004750201491 Empresa: MEDIA PRODUCOES BRASIL CONTEUDOS AUDIOVISUAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALEXIS MELLINAS GRADOS Passaporte: AAF075694, Processo: 47039004755201413 Empresa: SAMSUNG SDS LATIN AMERICA SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YOUNG MIN CHOI Passaporte: M29429825, Processo: 47039004759201400 Empresa: SAMSUNG SDS LATIN AMERICA SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SANG WOO PARK Passaporte: M52579794, Processo: 47039004769201437 Empresa: SAMSUNG SDS LATIN AMERICA SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA Prazo: 1 Dia(s) Estrangeiro: SEO MYONG WON Passaporte: M59925068, Processo: 47039004773201403 Empresa: CONTERN-CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA Prazo: até 13/05/2015 Estrangeiro: MÁRCIO MANUEL DAS SILVA ARAÚJO Passaporte: L572781, Processo: 47039004780201405 Empresa: SAMSUNG SDS LATIN AMERICA SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SANGWOO WOO Passaporte: M67032120, Processo: 47039004782201496 Empresa: CONTERN-CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA Prazo: até 13/05/2015 Estrangeiro: MÁRIO MANUEL DE SOUSA GAVINA Passaporte: M728613, Processo: 47039004786201474 Empresa: CONTERN-CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA Prazo: até 13/05/2015 Estrangeiro: RAFAEL HENRIQUE CARVALHO DA SILVA Passaporte: M694060, Processo: 47039004799201443 Empresa: PROCTER & GAMBLE DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GIUSEPPE FURNARI Passaporte: YA5181381, Processo: 47039004801201484 Empresa: PROCTER & GAMBLE DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROBERTO NOVELLI Passaporte: AA3843480, Processo: 47039004810201475 Empresa: VARIAN MEDICAL SYSTEMS BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Steven James Ettinger Jr Passaporte: 512366151, Processo: 47039004826201488 Empresa: COMAU DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RIFAQAT ZAHEER Passaporte: KH516615, Processo: 47039004827201422 Empresa: DURR BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GRZEGORZ NIEBRZYDOWSKI Passaporte: EE3725548, Processo: 47039004834201424 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DERRICK RICHARD WALLER Passaporte: 801503924, Processo: 47039004845201412 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDRES SALA DE LA FUENTE Passaporte: AAD766305, Processo: 47039004846201459 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAMIE TERENCE O'DONNELL Passaporte: 801646890, Processo: 47039004849201492 Empresa: VARD ELECTRO BRAZIL (INSTALACOES ELETRICAS) LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Liviu Petrica Baciu Passaporte: 14566779, Processo: 47039004855201440 Empresa: STEP CONSOLIDATED DO BRASIL PROJETOS ESPECIALIZADOS E SERVICOS OFFSHORE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GICU STIRBAT Passaporte: 11465391, Processo: 47039004859201428 Empresa: SNEF ENGENHARIA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GABRIEL BUDOIU Passaporte: 086499421, Processo: 47039004860201452 Empresa: STEP CONSOLIDATED DO BRASIL PROJETOS ESPECIALIZADOS E SERVICOS OFFSHORE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RUI PEDRO FONSECA CUSTÓDIO Passaporte: M249957, Processo: 47039004862201441 Empresa: STEP CONSOLIDATED DO BRASIL PROJETOS ESPECIALIZADOS E SERVICOS OFFSHORE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VASILE ISPAS Passaporte: 12747871, Processo: 47039004873201421 Empresa: DURR BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUKASZ SEBASTIAN LUDWISIAK Passaporte: EE9022575, Processo: 47039004875201411 Empresa: DURR BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HEINZ ULLRICH ROBER Passaporte: C84H4KY2V, Processo: 47039004878201454 Empresa: DURR BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GIULIANO GIOVANNI CODORI Passaporte: YA5316433, Processo: 47039004881201478 Empresa: SNEF ENGENHARIA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ION IVAN Passaporte: 086501719, Processo: 47039004882201412 Empresa: SNEF ENGENHARIA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PAVEL STURZEANU Passaporte: 086461674, Processo: 47039004883201467 Empresa: SNEF ENGENHARIA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GRIGORE SERBAN Passaporte: 12415362, Processo: 47039004885201456 Empresa: SNEF ENGENHARIA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LAURENTIU CONSTANTIN PROFEANU Passaporte: 13822867, Processo: 47039004887201445 Empresa: SNEF ENGENHARIA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL SOPANDA Passaporte: 086480090, Processo: 47039004889201434 Empresa: SNEF ENGENHARIA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STEFAN VOICU Passaporte: 050404311, Processo: 47039004890201469 Empresa: SNEF ENGENHARIA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NICOLAE STANICA Passaporte: 14412897, Processo: 47039004892201458 Empresa: SNEF ENGENHARIA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CONSTANTIN DIDEA Passaporte: 13798357, Processo: 47039004893201401 Empresa: SNEF ENGENHARIA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CONSTANTIN SIRVIN POPA Passaporte: 051028633, Processo: 47039004895201491 Empresa: SNEF ENGENHARIA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RODINEL NEACSU Passaporte: 050998220, Processo: 47039004897201481 Empresa: SNEF ENGENHARIA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: IULIU DULANYI Passaporte: 12246912, Processo: 47039004898201425 Empresa: SNEF ENGENHARIA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: IONEL-RAJ BABII Passaporte: 086509109, Processo: 47039004900201466 Empresa: SNEF ENGENHARIA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: OVIDIU LAZARESCU Passaporte: 086515303, Processo: 47039004903201408 Empresa: STEP CONSOLIDATED DO BRASIL PROJETOS ESPECIALIZADOS E SERVICOS OFFSHORE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARIAN TUDOR Passaporte: 15150832, Processo: 47039004905201499 Empresa: CAF BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO SA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALEJANDRO MATEO CANCHO Passaporte: AAE180538, Processo: 47039004902201455 Empresa: SNEF ENGENHARIA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STEFAN-MARIUS IANCU Passaporte: 086509108, Processo: 47039004904201444 Empresa: SNEF ENGENHARIA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MADALIN CINCU Passaporte: 052271857, Processo: 47039004911201446 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ZACHARY XAVIER ROGERS Passaporte: 488155173, Processo: 47039004924201415 Empresa: FIAT AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALESSANDRO DAMIANI Passaporte: AA2994330, Processo: 47039004932201461 Empresa: SNEF ENGENHARIA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: IOAN BOGLEA Passaporte: 12404879, Processo: 47039004934201451 Empresa: FIAT AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO MALAGGESE Passaporte: AA5373528, Processo: 47039004933201414 Empresa: STEP CONSOLIDATED DO BRASIL PROJETOS ESPECIALIZADOS E SERVICOS OFFSHORE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CONSTANTIN POPA Passaporte: 12492669, Processo: 47039004954201421 Empresa: FIAT AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUIGI POMPEO VIZZACCARO Passaporte: AA3615800, Processo: 47039004955201476 Empresa: FIAT AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: REMO MIELE Passaporte: E832362.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 46094004538201404 Empresa: ANAVILHANA FILMES LTDA - ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ELIZABETE FRANCISCA GONÇALVES SANTOS Passaporte: M432992 Estrangeiro: FRANCISCA MANUEL SIMÕES DA PAULA Passaporte: L805531, Processo: 47039005136201446 Empresa: OTOTOI CAFE EVENTOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Christopher John Washburne Passaporte: 505626111, Processo: 46094004640201400 Empresa: MOZARTEUM BRASILEIRO ASSOCIACAO CULTURAL Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: LAURENT HAIM NAOURI Passaporte: 12CA86228 Estrangeiro: MACIEJ PIKULSKI Passaporte: 12CY54367 Estrangeiro: NATHALIE DESSAIX Passaporte: 13CV90560, Processo: 46094004622201410 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANTHONY PATRICK MC GUINNESS Passaporte: LB0063182 Estrangeiro: JONATHAN DAVID GRANT Passaporte: 099166513 Estrangeiro: NEIL ALEXANDER MARSH Passaporte: 099258745 Estrangeiro: SEAMUS WILLIAM MORLEY Passaporte: 099207125, Processo: 46094004623201464 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JEREMY NORMAN LE CAROUR Passaporte: 11CZ40657, Processo: 46094004624201417 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Emmanuele Nicosia Passaporte: AA5180211 Estrangeiro: MARTINO BERTOLA Passaporte: YA5408797, Processo: 46094004684201421 Empresa: MACROSS FEIRAS E EVENTOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AKIHARU TSUKIYAMA Passaporte: TH3209886 Estrangeiro: CHIAKI AOYAGI Passaporte: TR1921570 Estrangeiro: JUN KATAYAMA Passaporte: TL0225520 Estrangeiro: LEW JIE YIN Passaporte: A28344628 Estrangeiro: RIE KINOSHITA Passaporte: TK9342349 Estrangeiro: SHINYA SANO Passaporte: MS9578955 Estrangeiro: TAKUYA NUGUISHI Passaporte: TK7156409 Estrangeiro: TAKUYA YOSHIDA Passaporte: TH6014476 Estrangeiro: TERUKI NAGATA Passaporte: TH3209890 Estrangeiro: YUKI TAKAHASHI Passaporte: TH8288621, Processo: 47039005960201404 Empresa: INSTITUTO PENSARTE Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Rosa Marisela Briceño Ortiz Passaporte: 040869937, Processo: 46094004720201457 Empresa: ADM PRODUCAO DE EVENTOS LTDA. - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: GARY DAVID BROWN Passaporte: 505644102, Processo: 46094004722201446 Empresa: ADM PRODUCAO DE EVENTOS LTDA. - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: YUSIMIL LOPEZ BRIDON Passaporte: I133509, Processo: 46094004685201476 Empresa: CARVALHO E SOBREIRA PRODUCOES LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CEDRIC CONSTANTINE MYTON Passaporte: A3336735 Estrangeiro: ESSO JAXXON Passaporte: WQ317577, Processo: 47039006034201448 Empresa: ASSOCIACAO DE CULTURA, EDUCACAO E ASSISTENCIA SOCIAL SANTA MARCELINA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: GUILLAUME BOURGOGNE Passaporte: 12CI74775, Processo: 47039006050201431 Empresa: INSTITUTO CULTURAL FILARMONICA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: UMBERTO CLERICI Passaporte: YA2153397, Processo: 47039006057201452 Empresa: INSTITUTO CULTURAL FILARMONICA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MEI-ANN CHEN Passaporte: 301558702, Processo: 46094004704201464 Empresa: MICHAEL MUSATTI Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Sirko Wotanowski Passaporte: 043705295 Estrangeiro: Stephan Wotanowski Passaporte: C0L5KJ32P, Processo: 46094004701201421 Empresa: MICHAEL MUSATTI Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Dov Dagan Passaporte: 20171992, Processo: 47039006076201489 Empresa: SENSASHUN MUSIC PRODUCOES ARTISTICAS SOCIEDADE SIMPLES LTDA. - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: TORONZO CANNON Passaporte: 451405037.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 46094001681201436 Empresa: GALAXIA MARITIMA S.A. Prazo: até 09/04/2015 Estrangeiro: Yuriy Plakhov Passaporte: EX691722, Processo: 46094002845201442 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 11/07/2015 Estrangeiro: SRDAN RAKELA Passaporte: 209596724, Processo: 46094003190201420 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 16/04/2016 Estrangeiro: ALFREDO JR. VILLAFLOR DICHOSON Passaporte: EB2946554, Processo: 46215006626201419 Empresa: WILSON, SONS OFFSHORE S.A. Prazo: até 31/05/2015

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Estrangeiro: MADHAVAN KUTTY ELEDATH Passaporte: J8826168, Processo: 47041001309201416 Empresa: GALAXIA MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Edward Tesoro Marquez Passaporte: EB9959099, Processo: 46215008569201411 Empresa: SOLSTAD OFFSHORE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ERNST ROLF FABER Passaporte: 28617783, Processo: 46094003373201445 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 16/04/2016 Estrangeiro: ELTON SINGCO CANETE Passaporte: EB7484831, Processo: 47041001519201404 Empresa: GALAXIA MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Yevgen Yepanchyn Passaporte: EE384166, Processo: 47041001587201465 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 14/03/2016 Estrangeiro: Christian Jay Roga Lualhati Passaporte: XX3998303, Processo: 47041001770201461 Empresa: GALAXIA MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIAN MARIN Passaporte: 0500588853, Processo: 46094004053201411 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 11/07/2015 Estrangeiro: KRZYSZTOF IRACKI Passaporte: AL0373965, Processo: 46094004038201464 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 27/02/2016 Estrangeiro: PETER ALFRED SCHMIDT Passaporte: 203456028, Processo: 46094004037201410 Empresa: OLYMPIC MARITIMA LTDA. Prazo: até 03/10/2015 Estrangeiro: JARLE SAETRE Passaporte: 26862139, Processo: 46094004113201497 Empresa: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DEVESHEN MOODLEY Passaporte: 463397871, Processo: 47041002110201405 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 08/05/2015 Estrangeiro: Wilfredo Cababaro Inocencio Passaporte: EB4478767, Processo: 46094004095201443 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 31/03/2015 Estrangeiro: BAOQUAN LI Passaporte: E35658125 Estrangeiro: BIN XU Passaporte: G34228182 Estrangeiro: RIQING ZHONG Passaporte: E33890300 Estrangeiro: WANZHI LU Passaporte: G38350180 Estrangeiro: WEIQIANG WU Passaporte: G37142674 Estrangeiro: WEIRONG WU Passaporte: E07060331 Estrangeiro: WENYIN LIAO Passaporte: E33897125 Estrangeiro: YAOHONG QIU Passaporte: G29517408 Estrangeiro: ZENGKUI WANG Passaporte: G29510839 Estrangeiro: ZHAOYUN CHEN Passaporte: G28521217, Processo: 46094004092201418 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 31/03/2015 Estrangeiro: DAOQI SU Passaporte: G37152129 Estrangeiro: HAIHONG SU Passaporte: G37152128 Estrangeiro: JUNLIANG LU Passaporte: G37155494 Estrangeiro: RIYAO HUANG Passaporte: G58593722 Estrangeiro: SHAOSHOU HUANG Passaporte: E33896381 Estrangeiro: SHISUI LU Passaporte: G37155493 Estrangeiro: SUNENG QIU Passaporte: G29518304, Processo: 46094004093201454 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 31/03/2015 Estrangeiro: GANG LIU Passaporte: E34060000 Estrangeiro: GANGZHU YAO Passaporte: G30625256 Estrangeiro: GUOHUI DENG Passaporte: G56200661 Estrangeiro: HAICHUAN TANG Passaporte: G53435020 Estrangeiro: JIAN SONG Passaporte: G31635402 Estrangeiro: JIANGTAO WANG Passaporte: G37527434 Estrangeiro: JIANHUA ZHANG Passaporte: G56073316 Estrangeiro: LEI LIU Passaporte: G30004879 Estrangeiro: LUJUN CHEN Passaporte: G29965630 Estrangeiro: MENGYAN YUAN Passaporte: G29948480, Processo: 46094004082201474 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 31/03/2015 Estrangeiro: TONG LIU Passaporte: EI4817115 Estrangeiro: XIANGYING ZHOU Passaporte: G27836670 Estrangeiro: XUEAN SUN Passaporte: G49067765 Estrangeiro: YANG ZHAO Passaporte: EI2894555 Estrangeiro: YONG LU Passaporte: G42858200 Estrangeiro: YUNCHUAN TAO Passaporte: G30820750 Estrangeiro: ZHAOHE ZHOU Passaporte: G35068977, Processo: 46094004079201451 Empresa: SEALION DO BRASIL NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GORAN GOVIC Passaporte: 073014700, Processo: 46094004085201416 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PASCAL JACQUES PANTIGNY Passaporte: 07CH48272, Processo: 47041002150201449 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. - ME Prazo: até 12/02/2015 Estrangeiro: ALLAN VELLU MICHAEL Passaporte: K28275787 Estrangeiro: DAVID RICHARD BOOT Passaporte: 519622357 Estrangeiro: LUKE LACHANCE Passaporte: GB627115, Processo: 46094004088201441 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 01/04/2016 Estrangeiro: GERRIT JAN DE JONG Passaporte: BTFR79B21 Estrangeiro: HENDRIKUS JOOST NIESTEN Passaporte: NUJ9B3P46, Processo: 46094004080201485 Empresa: REBRAS - REBOCADORES DO BRASIL S/A Prazo: até 01/12/2015 Estrangeiro: KOEN WILHELMUS JOHANNES REIMERT Passaporte: NR9L92H51, Processo: 46094004122201488 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 31/03/2015 Estrangeiro: DENGFENG WU Passaporte: G30647932 Estrangeiro: MENGJIAO QIU Passaporte: G29948478 Estrangeiro: XINQING CHEN Passaporte: E33896991, Processo: 46094004212201479 Empresa: PACIFIC DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PERFURACAO LTDA. Prazo: até 04/02/2015 Estrangeiro: MARK HARRISON REEVES Passaporte: 457763173, Processo: 46094004126201466 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 05/10/2014 Estrangeiro: ROLLY SARMIENTO DIAZ Passaporte: EB7151009, Processo: 46094004121201433 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 01/04/2016 Estrangeiro: JASPER DE JONGE Passaporte: NMF40B8D6, Processo: 47041002235201427 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Brinton Richard Dunkley Passaporte: A3617977, Processo: 46094004184201490 Empresa: ASTRO INTERNACIONAL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ISAGANI TIBORDO IGCALINOS Passaporte: EB1390047 Estrangeiro: MANDEEP SINGH RANDHAWA Passaporte: Z2914783 Estrangeiro: RONILLO DUMAYAC JOSOL Passaporte: XX5243547, Processo: 46094004179201487 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A Prazo: até 09/12/2014 Estrangeiro: JORGE ANDRES GARCIA SAURA Passaporte: C541045, Processo: 46094004183201445 Empresa: FAROL APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEFAN PETER MICHAEL MASON Passaporte: LH419469, Processo: 46094004187201423 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MIKAEL ISBAK CHRISTENSEN Passaporte: 204478013, Processo: 46094003889201490 Empresa: SIEM OFFSHORE DO BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KOSTIANTYN KRASNOCHUBENKO Passaporte: EH383610, Processo: 47041002332201410 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 08/05/2015 Estrangeiro: Richard Francisco Sano Passaporte: EB5713961, Processo: 47041002346201433 Empresa: OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Garry Deen Musico Passaporte: XX5298726, Processo: 47041002347201488 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 07/03/2016 Estrangeiro: SHERWIN MONSERATE RESMA Passaporte: EB1853343, Processo: 47041002350201400 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 30/12/2015 Estrangeiro: JOSE GUSTAVO SERGIO GALVAN JR Passaporte: 431900053, Processo: 47041002349201477 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Allan Deles Mira Passaporte: EB0966438, Processo: 47041002353201435 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Michael Merto Lagua-an Passaporte: EB7365209, Processo: 47041002356201479 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Gregorio Roldan Rubias Passaporte: EB8852417, Processo: 47041002359201411 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Viacheslav Tcurkan Passaporte: 712884851, Processo: 47041002360201437 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Sergii Biliachenko Passaporte: ER365626, Processo: 47041002361201481 Empresa: GALAXIA MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Erwin Duarte Beduya Passaporte: EC1038319, Processo: 47041002367201459 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Witold Korcz Passaporte: EG7538993, Processo: 47041002374201451 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/09/2015 Estrangeiro: Kulbir Singh Passaporte: Z2012575, Processo: 47041002385201431 Empresa: POSIDONIA SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 05/05/2015 Estrangeiro: Aleksandr Chvalun Passaporte: 732668881 Estrangeiro: Aleksei Reshetnikov Passaporte: 645175867 Estrangeiro: Alexander Fomchenko Passaporte: 731089043 Estrangeiro: Andrei Parchuk Passaporte: 722630795 Estrangeiro: Angelo Apale Aguilar Passaporte: EB6246108 Estrangeiro: Aung Moe Shwe Passaporte: M250358 Estrangeiro: Germans Heinackis Passaporte: LV4058671 Estrangeiro: Jeffryl Domagsang Agnas Passaporte: EB5431838 Estrangeiro: Junnifer Glen Cacabelos Cabatic Passaporte: EC0037397 Estrangeiro: Kaung Si Thu Passaporte: M360616 Estrangeiro: Kyaw Htoo Passaporte: M624842 Estrangeiro: Maung Myat Thu Passaporte: MA253381 Estrangeiro: Nikolay Kapustin Passaporte: 715759098 Estrangeiro: Reymar Monreal Patrimonio Passaporte: XX5450148 Estrangeiro: Sergejs Potasovs Passaporte: LZ2141274 Estrangeiro: Sergiy Moroz Passaporte: EP518451 Estrangeiro: Than Aung Passaporte: M448546 Estrangeiro: Thang Haung Ling Passaporte: MA077145 Estrangeiro: Thu Ya Passaporte: MA369710 Estrangeiro: Vladimir Akimov Passaporte: 710719828 Estrangeiro: Win Ko Ko Passaporte: M121716 Estrangeiro: Witold Apanasewicz Passaporte: AM6344803, Processo: 47041002387201420 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Georgios Kalavros Passaporte: AI0762851 Estrangeiro: Lee Jr. Velez Arroyo Passaporte: EB6029789 Estrangeiro: Lornalito Apat Bebero Passaporte: EB9429719 Estrangeiro: Vicmar Encabo Dalumbar Passaporte: EB9757280, Processo: 47041002391201498 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Henry Rey Secillano Passaporte: EB0810363, Processo: 47041002393201487 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: APOSTOLOS TOUTZIARAKIS Passaporte: AH2325288, Processo: 47041002395201476 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 27/11/2014 Estrangeiro: Arutyun Ekimyan Passaporte: 646448126 Estrangeiro: Yevgen Vdovenko Passaporte: P0104628, Processo: 47041002396201411 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Valerii Zamota Passaporte: EA946726, Processo: 47041002397201465 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Viacheslav Ushakov Passaporte: 726858938, Processo: 47041002398201418 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Rienerio Lonzaga Paraguya Passaporte: EB8344630 Estrangeiro: Robert Mabait Abejuela Passaporte: EB7725020, Processo: 47041002399201454 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HAAKON FARNES Passaporte: 30088214, Processo: 47041002402201430 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Arturo Pal Quiaoit Passaporte: EB8624674, Processo: 47041002403201484 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jeric Noilan Borreta Passaporte: EB0729655, Processo: 47041002405201473 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Renat Nadyrov Passaporte: 713472704, Processo: 47041002406201418 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Nikolay Titov Passaporte: 642012487 Estrangeiro: Oleg Ganievskiy Passaporte: 725918200 Estrangeiro: Volodymyr Ryabov Passaporte: EE015889, Processo: 47041002409201451 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ahmet Gok Passaporte: U03221167, Processo: 47041002412201475 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Konstantinos Chaniotis Passaporte: AI1861724, Processo: 47041002413201410 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Filippos Karatzis Passaporte: AI1900316, Processo: 47041002414201464 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/09/2015 Estrangeiro: Dimitrios Georgantas Passaporte: AK3061576, Processo: 47041002415201417 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/09/2015 Estrangeiro: NIKOLAOS ZISIDIS Passaporte: AH1069284, Processo: 47041002417201406 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Nikolaos Tsompanopoulos Passaporte: AK1495369, Processo: 47041002418201442 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 31/10/2015 Estrangeiro: Eduardo Jr. Villamor Narvaez Passaporte: EB8359005 Estrangeiro: Ferdinand Agustin Ginez Passaporte: EB2595556, Processo: 47041002419201497 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/09/2015 Estrangeiro: John Christian Demegillo Balleza Passaporte: EB6932246, Processo: 47041002421201466 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Oleg Skosyrskykh Passaporte: EP246233 Estrangeiro: Roland Chokharadze Passaporte: 07AE43777, Processo: 47041002420201411 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Volodymyr Panasenko Passaporte: ET704195, Processo: 47041002425201444 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/09/2015 Estrangeiro: Matthaios Koutsouradis Passaporte: AH1089579, Processo: 47041002424201408 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Viktor Lysenko Passaporte: EE651552, Processo: 47041002427201433 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 27/03/2016 Estrangeiro: Romel Cruzado Villena Passaporte: EC0784751, Processo: 47041002431201400 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Walter Margaretha Frederik Van de Werf Passaporte: EJ180695, Processo: 47041002435201480 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 07/03/2016 Estrangeiro: Mauricio Ulises Mendoza Passaporte: A02752199, Processo: 47041002434201435 Empresa: LOCAR GUINDASTES E TRANSPORTES INTERMODAIS S.A. Prazo: até 01/06/2015 Estrangeiro: Ameer Ali Passaporte: TA318146 Estrangeiro: Beresford Lenox Simon Passaporte: TB003838 Estrangeiro: Earl Winfield Browne Passaporte: R0401598 Estrangeiro: Jason Clint Persad Passaporte: TA468036 Estrangeiro: Wayne Gilpatrick Jacobs Passaporte: R0323125 Estrangeiro: Wayne Vesprey Passaporte: TA591598, Processo: 47041002433201491 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ioannis Barkas Passaporte: AH3210663, Processo: 47041002436201424 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DIMITRIOS ZAMPELIS Passaporte: AH3013248, Processo: 47041002440201492 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 07/03/2016 Estrangeiro: Ezequiel Antonio Rivas Passaporte: A02921226, Processo: 47041002439201468 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: SAVINO GENOVESE Passaporte: E117377, Processo: 47041002438201413 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDROS FOUNTOUKOS Passaporte: AH3921177, Processo: 47041002442201481 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jennifer Llamelo Robelo Passaporte: EB8328552, Processo: 47041002472201498 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: SALVATORE RUSSO Passaporte: YA2795710, Processo: 47041002443201426 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Andriy Sydorenko Passaporte: AK697048, Processo: 47041002444201471 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Manolo Cargo OreirO Passaporte: EB5228837, Processo: 47041002445201415 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Enrico Alvarado Gonzales Passaporte: EB2426879 Estrangeiro: Larry Malabo Navarro Passaporte: EB2766066 Estrangeiro: Rolando Guanzon Cabansag Passaporte: EB9759738, Processo: 47041002448201459 Empresa: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MANUEL JR. FRANCO TIBURCIO Passaporte: EB4874542, Processo: 47041002456201403 Empresa: OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Anthony Ladera Galagnara Passaporte: XX5421144, Processo: 47041002458201494 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Lee Raymond Mandus Tirant Passaporte: N0091245, Processo: 47041002460201463 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/08/2015 Estrangeiro: Tan Chee Ho Passaporte: E2038381H, Processo: 47041002463201405 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Maciej Skorupski Passaporte: AT7773902, Processo: 47041002467201485 Empresa: FINARGE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Carmelo Fernandez Passaporte: AA3435740 Estrangeiro: Roldan Ortega Jala Passaporte: EB7126795 Estrangeiro: Vincenzo Di Rosa Passaporte: YA5234381, Processo: 47041002466201431 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Apostolos Syngelakis Passaporte: AI1798787, Processo: 47041002528201412 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Alfredo Ibe Camariño Passaporte: EB8391912 Estrangeiro: Arturo Aguilar Opada Passaporte: EB3993692 Estrangeiro: Bernardo Aguilar Belarga Passaporte: EB5228285 Estrangeiro: Christopher Cristobal Silverio Passaporte:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

EB0835803 Estrangeiro: Cyril Bansag Dano Passaporte: EB9407811 Estrangeiro: Darrel Peria Genada Passaporte: EB5177202 Estrangeiro: Dennis Cendico Bulaklak Passaporte: EB0540225 Estrangeiro: Dorinel Iordache Passaporte: 050204362 Estrangeiro: Earl Villegas Luardo Passaporte: EB3495870 Estrangeiro: Fernando Sabili Rosima Passaporte: EB8429412 Estrangeiro: Fritz Cabardo Bajao Passaporte: EB6176726 Estrangeiro: Jonathan Victor Favis Padilla Passaporte: EB0927057 Estrangeiro: L. Eduardo Jr. Marabiles Cinco Passaporte: EB4340800 Estrangeiro: Marc Raymond Octavo Viloria Passaporte: EC0049756 Estrangeiro: Ramel Barnaja Devenosa Passaporte: EB9514963 Estrangeiro: Ramiro Verroya Navarro Passaporte: EB3585208 Estrangeiro: Rolly Araw Pamposa Passaporte: EB7745428 Estrangeiro: Samuel Jr. Zubiri Villar Passaporte: EB2322033 Estrangeiro: Seigfred Tero Chatto Passaporte: EC0525609, Processo: 47041002469201474 Empresa: FINARGE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Gabriele Pronzati Passaporte: AA1846920, Processo: 47041002470201407 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PRASAD VASUDEO PATKAR Passaporte: J9074228, Processo: 47041002471201443 Empresa: BCH ENERGY DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 10/09/2014 Estrangeiro: CONRAD EUGENE KUIPERS JR Passaporte: 136175372, Processo: 47041002473201432 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: ROBERTO FALDINI Passaporte: YA2979106, Processo: 47041002474201487 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: ANDREA OLDANI Passaporte: YA6208657, Processo: 47041002475201421 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: VITALIY OSYPENKO Passaporte: EX060511, Processo: 47041002477201411 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: SAFAR MOHD DON Passaporte: H28519474, Processo: 47041002478201465 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: ROSSANO CORNOLTI Passaporte: YA0073971, Processo: 47041002479201418 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: ADERIN JONNY PENGIRAN Passaporte: K24847528 Estrangeiro: FRANK FRANCO RIVERA Passaporte: EB6022151 Estrangeiro: JAWA ANAK ENTELABANG Passaporte: K27920621 Estrangeiro: KAMPIT ANAK BARAN Passaporte: K31534233 Estrangeiro: LAWRENCE ADI ANAK BASEK Passaporte: K24163277 Estrangeiro: MATEUSZ KAZIMIERZ BLONSKI Passaporte: EG7137774 Estrangeiro: PAUL ANAK MULI Passaporte: K23140577 Estrangeiro: REJALLY ANAK NGUMBANG Passaporte: K31534216 Estrangeiro: ROMEO ANAK DRAGAM Passaporte: K23132367 Estrangeiro: TONY ANAK LOWRENCE Passaporte: K25820100 Estrangeiro: WONG KIING SII Passaporte: K25556255, Processo: 47041002480201434 Empresa: GALAXIA MARITIMA S.A. Prazo: até 28/02/2016 Estrangeiro: Soma Sundaram Krishnamoorthi Passaporte: H7006684, Processo: 47041002482201423 Empresa: GALAXIA MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Denys Shumakov Passaporte: EA701340, Processo: 47041002483201478 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: até 20/04/2016 Estrangeiro: Jonathan Hari Parungao Passaporte: EC0949054, Processo: 47041002484201412 Empresa: RELIANCE SERVICOS MARITIMOS DO BRASIL LTDA Prazo: até 23/09/2015 Estrangeiro: ERICK DAVID MARRUFO ARJONA Passaporte: G05717005, Processo: 47041002485201467 Empresa: RELIANCE SERVICOS MARITIMOS DO BRASIL LTDA Prazo: até 23/09/2015 Estrangeiro: KIM PEPE PIETARI KAARLENKASKI Passaporte: 85712312, Processo: 47041002486201410 Empresa: FINARGE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Michael Javier Belino Passaporte: EB5056812, Processo: 47041002487201456 Empresa: RELIANCE SERVICOS MARITIMOS DO BRASIL LTDA Prazo: até 23/09/2015 Estrangeiro: MOGENS RANK Passaporte: 200646921, Processo: 47041002488201409 Empresa: PPB DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BALAJI GANAPATHY SUBRAMANIAN Passaporte: Z2682050, Processo: 47041002503201419 Empresa: SDC DO BRASIL - SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 01/02/2016 Estrangeiro: Baohui Geng Passaporte: E08732789 Estrangeiro: Chao Wang Passaporte: E34984342 Estrangeiro: Debin Li Passaporte: E20394740 Estrangeiro: FENG YUAN Passaporte: G30451857 Estrangeiro: GUOQING ZHENG Passaporte: G30454782 Estrangeiro: Gang Dai Passaporte: G30440814 Estrangeiro: Guangxing Shao Passaporte: E30160023 Estrangeiro: Hao Wang Passaporte: E25362803 Estrangeiro: He Yang Passaporte: E20881719 Estrangeiro: JINMING YANG Passaporte: G48256276 Estrangeiro: Jiangtao Jiang Passaporte: E06252889 Estrangeiro: KANG HU Passaporte: G48982908 Estrangeiro: Kai Feng Passaporte: G24258092 Estrangeiro: Kai Zhou Passaporte: E07330662 Estrangeiro: Li Huang Passaporte: G29304186 Estrangeiro: Rong Zhu Passaporte: G24257508 Estrangeiro: Rongrong Wu Passaporte: G32628272 Estrangeiro: Rudong Dou Passaporte: G47298828 Estrangeiro: SHUANLIN JIN Passaporte: G28002602 Estrangeiro: WEIMING WANG Passaporte: G48729578 Estrangeiro: Wei Shi Passaporte: E08884566 Estrangeiro: Wei Zhu Passaporte: E20137612 Estrangeiro: XIANG LIU Passaporte: G39245258 Estrangeiro: Xiong Guo Passaporte: G57342423 Estrangeiro: YUNQI GONG Passaporte: G44366404 Estrangeiro: Yizhao Zhang Passaporte: E06345677 Estrangeiro: Yuqiu Liu Passaporte: G55883680 Estrangeiro: Zhaoyang Song Passaporte: E06524806 Estrangeiro: Zheng Wang Passaporte: EI5882630 Estrangeiro: Zhi Shao Passaporte: E07810386, Processo: 47041002492201469 Empresa: BASSDRILL BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SEAN PAUL ARTHUR PARKER Passaporte: 463374867, Processo: 47041002491201414 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: MARIO VEZZI Passaporte: YA2147535, Processo: 47041002493201411 Empresa: EXPRO DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 16/04/2016 Estrangeiro: Erorenakpogbe Ono-Sorhue Passaporte: 515224625, Processo: 47041002490201470 Empresa: PARAGON OFFSHORE DO BRASIL LTDA Prazo: até 13/08/2015 Estrangeiro: Neil Gerard Mc Devitt Passaporte: 306815368, Processo: 47041002494201458 Empresa: PARAGON OFFSHORE DO BRASIL LTDA Prazo: até 07/07/2015 Estrangeiro: Sonny Leuth Intha Passaporte: 483722668, Processo: 47041002495201401 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ronald Lebeda Passaporte: COL62KVR1, Processo: 47041002499201481 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: GORDON MATTHEW Passaporte: 761302440, Processo: 47041002500201477 Empresa: RELIANCE SERVICOS MARITIMOS DO BRASIL LTDA Prazo: até 23/09/2015 Estrangeiro: YONY SALBADOR MEJIA MARTINEZ Passaporte: G09495975, Processo: 47041002502201466 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: CRISTIAN BOIFAVA Passaporte: YA4481274, Processo: 47041002504201455 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: CRISTIANO RAMAGINI Passaporte: YA0244502, Processo: 47041002505201408 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: GRAZIANO VISANIA Passaporte: YA2112283, Processo: 47041002506201444 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: STEFANO MICHELA Passaporte: E582001, Processo: 47041002507201499 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: RICCARDO TONARELLI Passaporte: YA3890065, Processo: 47041002516201480 Empresa: SDC DO BRASIL - SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 01/02/2016 Estrangeiro: Baoce Li Passaporte: E14827012 Estrangeiro: Hong Li Passaporte: G59770913, Processo: 47041002514201491 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: DAVIDE MARCANTONIO Passaporte: YA2262452, Processo: 47041002517201424 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: RAFFAELE LAGHEZZA Passaporte: YA4276498, Processo: 47041002518201479 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: ANDRIY DYATKO Passaporte: EP092052, Processo: 47041002520201448 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: GIACOMO RUBEN SIRONI Passaporte: AA3718006, Processo: 47041002521201492 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: ROMAIN MATHIEU MICKAEL ALEXIS LÉON DAVID Passaporte: 12CZ99818, Processo: 47041002526201415 Empresa: RELIANCE SERVICOS MARITIMOS DO BRASIL LTDA Prazo: até 23/09/2015 Estrangeiro: TOMMY BJOERN Passaporte: 28013401, Processo: 47041002529201459 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: MASSIMO PUGGIONI Passaporte: YA3794631, Processo: 47041002530201483 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: MICHELE PRATURLON Passaporte: YA2017676, Processo: 47041002531201428 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 06/11/2014 Estrangeiro: Sydney Morris Passaporte: 510785816, Processo: 47041002534201461 Empresa: DEEPOCEAN BRASIL SERVICOS LTDA. Prazo: até 15/11/2014 Estrangeiro: MIGUEL ANGEL ALONSO ACEVEDO Passaporte: G10507655, Processo: 47041002532201472 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: ANDREA REMORINI Passaporte: AA3698797, Processo: 47041002535201414 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: SHELDON BRYANT Passaporte: 465782048, Processo: 47041002536201451 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 10/09/2014 Estrangeiro: RAJ KAMAL RAJAMANICKAM Passaporte: Z2133689, Processo: 47041002554201432 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: German Cancelas Silva Passaporte: AAA721555 Estrangeiro: Graham John Holmes Passaporte: 109477562 Estrangeiro: James Daniel Farrant Passaporte: 462091067 Estrangeiro: Jorg Leemans Passaporte: EK103526 Estrangeiro: Liam Thomas McAdam Passaporte: 507713820 Estrangeiro: Pieter Jan Bakker Passaporte: NXB6CLR70 Estrangeiro: Richard Leon van de Zande Passaporte: NVF38D6B2 Estrangeiro: Robert Wojciech Rajski Passaporte: EE0665685 Estrangeiro: Stephen Philip Hall Passaporte: 459136967, Processo: 47041002540201419 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SAMUEL ENCARNACION GUARIN Passaporte: EC0952963, Processo: 47041002563201423 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL EDWARD HARTMAN Passaporte: A01691036, Processo: 47041002565201412 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDRU MARIO DUMITRU Passaporte: 050765330.

Temporário - Sem Contrato - RN 87 - Resolução Normativa, de 15/09/2010:

Processo: 47039003306201458 Empresa: RIGESA CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHUKWUEMEKA JOHN CHIDOZIE Passaporte: A05074158, Processo: 47039004580201444 Empresa: THYSSENKRUPP COMPANHIA SIDERURGICA DO ATLANTICO Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RONJA FRANZISKA REINEN Passaporte: C70C56WJ1, Processo: 47039004628201414 Empresa: DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JESSICA MARIE HOFFMAN Passaporte: 484191740, Processo: 47039004789201416 Empresa: HOCHTIEF DO BRASIL SA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RAPHAEL KELLER Passaporte: C9RYXF901, Processo: 47039004950201443 Empresa: HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SUDHIR Passaporte: G8598841, Processo: 47039005352201491 Empresa: JTI KANNENBERG COMERCIO DE TABACOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: YUTA NEGISHI Passaporte: TH3950477, Processo: 47039005354201481 Empresa: JTI KANNENBERG COMERCIO DE TABACOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: SHU NAKAJIMA Passaporte: TH5046678.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 2°):

Processo: 47039005934201478 Empresa: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: UIHYEONG KIM Passaporte: MP0372281.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I):

Processo: 46094004304201459 Empresa: AISIN AUTOMOTIVE LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TERUKI KONISHI Passaporte: TK8749491, Processo: 46094004232201440 Empresa: AUTOLINE EQUIPAMENTOS INTELIGENTES DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LUO HUI Passaporte: G40452730, Processo: 46094004234201439 Empresa: CGGC CONSTRUTORA DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Xiuwen Xu Passaporte: P01061349, Processo: 47039004999201404 Empresa: INDENA BRASIL REPRESENTACAO LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: ALESSIO TAGLIAFERRI Passaporte: YA3919551, Processo: 46094004337201407 Empresa: JVM COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA DE PRODUTOS DE DECORACAO S/A Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ANNE LAURE MARTINE CHRISTIANE THUMEREL TELLIER Passaporte: 13AI32561, Processo: 47039005546201497 Empresa: SEMP TOSHIBA AMAZONAS SA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JUNNOSUKE TOJO Passaporte: MU1342040, Processo: 47039005812201481 Empresa: YUDO SA FABRICACAO DE CAMARA QUENTE LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TAE IN AN Passaporte: M80148329, Processo: 47039005865201401 Empresa: CNEC WORLEYPARSONS ENGENHARIA S.A. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOHN STEWART FOWLIE Passaporte: 761326209, Processo: 47039005873201449 Empresa: AEROSERVICE - CONSULTORIA E ENGENHARIA DE PROJETO LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: EMMANUEL JEAN LEGRAND Passaporte: 07AT47210, Processo: 47039005901201428 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: TAEKYUNG LEE Passaporte: M34346978, Processo: 47039005907201403 Empresa: EVERIS BRASIL CONSULTORIA DE NEGOCIOS E TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: KEI ANZAI Passaporte: TH3904244, Processo: 47039005911201463 Empresa: NISSO BRASILEIRA REPRESENTACAO LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SATOSHI FUJII Passaporte: TK 2015148, Processo: 47039005937201410 Empresa: DISCOBRAS INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRO ELETRONICA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Hiu Ming Wong Passaporte: KJ0049251, Processo: 47039005939201409 Empresa: CARL ZEISS DO BRASIL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: MATTHIAS DANIEL TOFFOL Passaporte: X3073592, Processo: 47039005942201414 Empresa: GATEWIT BRASIL - TECNOLOGIAS DE INFORMACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CRISTINA FERNANDA RIBEIRO COELHO Passaporte: L607969, Processo: 47039005955201493 Empresa: NIPRO MEDICAL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YOSHIAKI KIUCHI Passaporte: TZ 0.857.864, Processo: 47039005957201482 Empresa: GLENMARK FARMACEUTICA LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: RAJEEV SHARMA Passaporte: Z2109620, Processo: 47039005958201427 Empresa: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RALF JOCHEN BERCKHAN Passaporte: C4FJ0TZX7, Processo: 47039005984201455 Empresa: SOJITZ DO BRASIL S/A. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TAKUYA TOMINAGA Passaporte: TH 7960303.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso II):

Processo: 47039002664201443 Empresa: STEEL DUOMO DO BRASIL METALURGICA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JESUS DAVID MONZON ARRIAGA Passaporte: AAG883947, Processo: 46094004390201408 Empresa: SELEX ES DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ANGELO BELLUSCI Passaporte: YA0131814, Processo: 47039004686201448 Empresa: AZVI S.A DO BRASIL Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: TOMAS JODRA SANZ Passaporte: BE068792, Processo: 46094004329201452 Empresa: MMCITE8 - INDUSTRIA E COMERCIO DE MOBILIARIO URBANO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Tomas Josef Vrtiska Passaporte: 39807756, Processo: 47039005841201443 Empresa: VAMARO BRASIL CONSTRUCOES E IMOBILIARIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Ezequiel Nuno Gomes de Sousa Passaporte: L300860, Processo: 47039005997201424 Empresa: BLUE OCEANO IMOBILIARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MARIO ALBERTO MERLO Passaporte: AA2885968.

Permanente - Sem Contrato - RN 84 - Resolução Normativa, de 10/02/2009:

Processo: 47758000014201448 Empresa: BRASIL PRIMEIRO MINERACAO DE OURO INTERNACIONAL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Qiang Zhuge Passaporte: G58775936, Processo: 47758000015201492 Empresa: BRASIL PRIMEIRO MINERACAO DE OURO INTERNACIONAL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Lianpeng Xu Passaporte: E14233728, Processo: 47039002954201497 Empresa: MINHA OTICA ON-LINE LTDA

UNOFFICIAL PRINTOUT

Prazo: Indeterminado Estrangeiro: NICOLAS GEORGES HENRI CAILLE Passaporte: 12AT48106, Processo: 47039003049201454 Empresa: XINAI IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: XIN SUN Passaporte: E24367886, Processo: 47039003693201422 Empresa: HL INVESTMENT PARTICIPACOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Qixing Huang Passaporte: G48188770, Processo: 47039003700201496 Empresa: HL INVESTMENT PARTICIPACOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Wenliang Lu Passaporte: G26125313, Processo: 46217003788201485 Empresa: COSTA DA TORTUGA EMPREENDIMENTOS TURISTICOS LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Alberto Comenge Sanchez Real Passaporte: AC909871, Processo: 46217003787201431 Empresa: COSTA DA TORTUGA EMPREENDIMENTOS TURISTICOS LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Alberto Eduardo Comenge Barreiros Passaporte: AB937774, Processo: 46205008856201431 Empresa: SEOLAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MARTIN WENNESJO Passaporte: 86793564, Processo: 46220002527201499 Empresa: SUP YOGA FLORIPA - EIRELI - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Steven Todd Dippold Passaporte: 215665926, Processo: 46217004193201447 Empresa: SILMAX BRASIL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: NAZZARENO GERMANI Passaporte: AA3410316, Processo: 46205008838201450 Empresa: SINTRACONSTROI LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ANTONIO GOMES DE ALMEIDA GUIMARAES Passaporte: M872741, Processo: 46205008900201411 Empresa: IMOXIS EMPREENDIMENTOS LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Fernando de Jesus Henriques Marques Passaporte: H637182, Processo: 46205008901201458 Empresa: IMOXIS EMPREENDIMENTOS LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: José Manuel da Rocha Coelho Passaporte: N104436, Processo: 46094004435201436 Empresa: POUSADA CRUZ DO PASCOAL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MAURIZIO MATTEI Passaporte: YA 5480706, Processo: 46094004434201491 Empresa: AK ECO-TURISMO E AVENTURA LIMITADA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: KRISTOF ARNOU Passaporte: EJ231832, Processo: 46205009716201481 Empresa: RESTAURANTE COLSUL LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DARIO COLLINI Passaporte: YA3895002, Processo: 47039005811201437 Empresa: NITRION DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: WOLFGANG SINGEWALD Passaporte: CF94K20X3, Processo: 46205009717201425 Empresa: RMC CONSTRUCOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CESAR RAMOS DOS SANTOS NETO Passaporte: L665095, Processo: 46205009718201470 Empresa: RMC CONSTRUCOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MARIANA MENDES GOMES Passaporte: L293309, Processo: 47039005838201420 Empresa: NOVO MUNDO COMERCIO DE ARMARINHO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HUSSEIN DEEB TIBA Passaporte: RL 2665196.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: BENOÎT MARIE PAUL MARTINE ALBERT D´HOLLANDER a exercer concomitantemente o cargo de membro do Conselho de Administração na WTGOODMAN ITUPEVA PARTICIPACOES S.A. Processo: 46094.000478/2014-42, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.019787/2013-13.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: HISANORI NARITSUKA a exercer concomitantemente o cargo de Administrador na KYOCERA WIRELESS DO BRASIL LTDA - ME. Processo: 46094.003613/2014-10, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.026035/2013-09.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: VICENTE MARINO ROIZ a exercer concomitantemente o cargo de Diretor no COMERCIAL E IMPORTADORA DE PNEUS LTDA. Processo: 47039.003722/2014-56, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.000486/2013-16.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: YUJI NAGATO a exercer concomitantemente o cargo de Vice-Presidente na "K" LINE RORO & BULK AGENCIA MARITIMA (BRASIL) LTDA. Processo: 47039.004300/2014-06, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.029523/2013-60.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: HISAO MORIOKA a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente na COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E MODERNIZACAO DE PLANTAS INDUSTRIAIS - CDMPI. Processo: 47039.004394/2014-13, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.030486/2013-32.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: TSUYOSHI TANISHIGE a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E MODERNIZACAO DE PLANTAS INDUSTRIAIS - CDMPI. Processo: 47039.004399/2014-38, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.017006/2013-48.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: DAVIDE ARIETTO TEO LEONE BARENGHI a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Executivo na AZ LEGAN ADMINISTRACAO DE RECURSOS LTDA Processo: 47039.005075/2014-17, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.000149/2014-29.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: GIUSEPPE PERRUCCI a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Executivo na AZ LEGAN ADMINISTRACAO DE RECURSOS LTDA Processo: 47039.005076/2014-61, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.034416/2013-53.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: DAVIDE ARIETTO TEO LEONE BARENGHI a exercer concomitantemente o cargo de Membro Do Conselho De Administração na AZ LEGAN PARTICIPACOES S.A. Processo: 47039.005079/2014-03, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.000149/2014-29.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: GIUSEPPE PERRUCCI a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Vice-Presidente na AZ LEGAN PARTICIPACOES S.A. Processo: 47039.005080/2014-20, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.034416/2013-53.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: YASUTAKA KINOSHITA a exercer concomitantemente o cargo de membro de Conselho de Administração na M STEEL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS SIDERURGICOS LTDA Processo: 47039.005163/2014-19, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.012924/2011-19.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: GIUSEPPE PERRUCCI a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Vice-Presidente na AZ FI HOLDING S.A. Processo: 47039.005195/2014-14, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.034416/2013-53.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 47039000895201412 Empresa: STRUNOR CONSTRUCOES DE FACHADAS E ESTRUTURAS, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FERMIN CHECA MAQUEDA Passaporte: AAI354358, Processo: 46094003430201496 Empresa: SAMJIN INDUSTRY DO BRASIL INSTALACAO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GI HAE LEE Passaporte: M 37771126, Processo: 47039005072201483 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SANGIL SEO Passaporte: M10339377, Processo: 47039005096201432 Empresa: GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIA JOÃO DAVID DA SILVA BASTOS Passaporte: M942314, Processo: 47039004763201460 Empresa: TIANDA SOUTH AMERICA SISTEMAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PERE SOLER MEDINA Passaporte: AAI513265, Processo: 47039004768201492 Empresa: TIANDA SOUTH AMERICA SISTEMAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSE ANTONIO DIAZ LOMINCHAR Passaporte: BD014310, Processo: 47041002476201476 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. - ME Prazo: até 12/02/2015 Estrangeiro: AMADEO FILIBERTO DE NETTO Passaporte: YA4589284 Estrangeiro: JOHN PATRICK COONEY Passaporte: BA452789.

ALDO CÂNDIDO COSTA FILHO

RETIFICAÇÕES

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 91 de 15/05/2014, Seção 1, pág. 69, Processo: 46094.002227/2014-01, onde se lê: Estrangeiro: ISRAEL PEDRO GOMES AZEVEDO DE SOUSA, leia-se: Estrangeiro: ISRAEL PEDRO GOMES DE SOUSA.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 113 de 16/06/2014, Seção 1, pág. 135, Processo: 47039.005763/2014-87, onde se lê: Estrangeiro: DULCE MARIA ESPOINOSA SAVINON, leia-se: Estrangeiro: DULCE MARIA ESPINOSA SAVIÑON.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº.113 de 16/06/2014, Seção 1, pág. 134, Processo: 46094.003946/2014-31, onde se lê: Prazo: 1 Ano(s), leia-se: Prazo: 2 Ano(s).

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 25 de junho de 2014

Tendo em vista o que consta no processo nº. 46210.003531/2013-11, nos termos do despacho exarado no processo em epígrafe e usando da competência delegada pela Portaria nº. 02, de 25 de maio de 2006, expedida pelo Secretário de Relações do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego.

HOMOLOGO o Plano de Cargo, Carreira e Salários da Unic Educacional LTDA - Kroton Educacional S/A - Unic Barão Ltda Centro, inscrita junto ao CNPJ nº. 14.793.475/0002-01 com sede na Rua Barão de Melgaço, nº. 222, Bairro Jardim Vivenda, CEP: 78.025-300, no município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no quadro dependerá de prévia autorização dessa Superintendência.

Tendo em vista o que consta no processo nº. 46210.003527/2013-44, nos termos do despacho exarado no processo em epígrafe e usando da competência delegada pela Portaria nº. 02, de 25 de maio de 2006, expedida pelo Secretário de Relações do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego.

HOMOLOGO o Plano de Cargo, Carreira e Salários da Unic Educacional LTDA - Kroton Educacional S/A - Unic Pantanal Ltda, inscrita junto ao CNPJ nº. 14.793.479/0003-92 com sede na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº 3.300, Loja Shopping Pantanal, Bairro Bosque da Saúde, CEP: 78.050-000, no município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no quadro dependerá de prévia autorização dessa Superintendência.

EDUARDO DRIEMEYER
Substituto

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA

RESOLUÇÃO Nº 4.350, DE 18 DE JUNHO DE 2014

Indefere o pedido de Autorização Especial do serviço Planaltina de Goiás/GO - Brasília/DF à empresa Kandango Transportes e Turismo Ltda.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DNM - 081, de 11 de junho de 2014, e no que consta do Processo nº 50500.188233/2013-95, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização Especial do serviço Planaltina de Goiás/GO -Brasília/DF à empresa Kandango Transportes e Turismo Ltda.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 133, DE 18 DE JUNHO DE 2014

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DNM - 080, de 9 de junho de 2014, delibera:

Art. 1º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS a apuração dos fatos indicados nos Processos nº 50500.103481/2013-74 e apenso 50500.062887/2012-17, referentes à empresa Viação Anapolina Ltda., CNPJ nº 01.036.755/0001-09.

Art. 2º Para os fins dispostos no art. 1°, as Unidades Organizacionais da ANTT deverão prestar apoio à SUPAS, indicando, quando solicitadas, servidores para compor a Comissão de Processo Administrativo.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 134, DE 18 DE JUNHO DE 2014

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DCN - 069, de 16 de junho de 2014;

CONSIDERANDO as disposições contidas nos arts. 24, VIII, 26, VII, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; nos arts. 3º, IX e XXII, e 5º, VII, do anexo do Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002; e as manifestações das áreas técnica e jurídica procedidas nos autos do Processo nº 50500.103032/2013-26, delibera:

Art. 1º Conhecer o Recurso interposto pela ViaBahia Concessionária de Rodovias S/A e, no mérito, negar-lhe provimento, julgando improcedentes os argumentos trazidos, conforme fundamentado nos autos do processo em epígrafe.

Art. 2º Manter a aplicação da penalidade de multa de 413 (quatrocentas e treze) URT, nos termos da Decisão nº 244/2013/GEFOR/SUINF, por violação ao Art. 8º, IV da Resolução nº 4.071, de 3 de abril de 2013, atualizando o valor para R$ 1.280.300,00 (um milhão, duzentos e oitenta mil e trezentos reais), em conformidade com o Contrato de Concessão nº 01/2008 e a Resolução nº 4.203/2013, de 3 de dezembro de 2013.

Art. 3º Autorizar a Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF, em caso de não quitação da multa, pelo descumprimento contratual, após o decurso do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias previsto na Resolução nº 2.689/2008, contados do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União - GRU, pela Concessionária, a providenciar o processo visando à execução da caução, como forma de Garantia de Execução, conforme prevê o Contrato de Concessão nº 01/2008.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 136, DE 18 DE JUNHO DE 2014

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DCN - 072, de 16 de junho de 2014;

CONSIDERANDO as disposições contidas nos arts. 24, VIII, 26, VII, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; nos arts. 3º, IX e XXII, e 5º, VII, do anexo do Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002; e as manifestações das áreas técnica e jurídica procedidas nos autos do Processo nº 50500.103022/2013-91, delibera:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Conhecer o Recurso interposto pela ViaBahia Concessionária de Rodovias S/A e, no mérito, negar-lhe provimento, julgando improcedentes os argumentos trazidos, conforme fundamentado nos autos do processo em epígrafe.

Art. 2º Manter a aplicação da penalidade de multa de 413 (quatrocentas e treze) URT, nos termos da Decisão nº 221/2013/GEFOR/SUINF, por violação ao Art. 8º, XI da Resolução nº 4.071, de 3 de abril de 2013, atualizando o valor para R$ 1.280.300,00 (um milhão, duzentos e oitenta mil e trezentos reais), em conformidade com o Contrato de Concessão nº 01/2008 e a Resolução nº 4.203/2013, de 3 de dezembro de 2013.

Art. 3º Autorizar a Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF, em caso de não quitação da multa, pelo descumprimento contratual, após o decurso do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias previsto na Resolução nº 2.689/2008, contados do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União - GRU, pela Concessionária, a providenciar o processo visando à execução da caução, como forma de Garantia de Execução, conforme prevê o Contrato de Concessão nº 01/2008.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 108, DE 24 DE JUNHO DE 2014

A Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentada no que consta do Processo n.º 50520.009764/2014-73, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de redes de transmissão de energia elétrica nas faixas de domínio das Rodovias BR-116/RS e BR-392/RS, por meio de 02 (duas) travessias, em Pelotas/RS, de interesse da TSBE - Transmissora Sul Brasileira de Energia S/A.

Parágrafo único. Dentre as 02 (duas) travessias, uma será implantada na Rodovia BR-116/RS, no km 527+280m, e outra será implantada na Rodovia BR-392/RS, no km 074+110m.

Art. 2º Na implantação e conservação das referidas redes de transmissão de energia elétrica, a TSBE deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela ECOSUL - Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A TSBE não poderá iniciar a implantação das redes de transmissão de energia elétrica objeto desta Portaria antes de assinar, com a ECOSUL, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A ECOSUL deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio Grande do Sul - URRS, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A TSBE assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessas redes de transmissão de energia elétrica, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes das mesmas e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A TSBE deverá concluir a obra de implantação das redes de transmissão de energia elétrica no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a TSBE verifique a impossibilidade de conclusão da obra de implantação das redes de transmissão de energia elétrica no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à ECOSUL sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que seja analisado o pedido e emitida a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo.

Art. 7º Caberá à ECOSUL acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente às redes de transmissão de energia elétrica.

Art. 8º A TSBE deverá apresentar, à URRS e à ECOSUL, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A TSBE abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIVIANE ESSE

PORTARIA Nº 109, DE 24 DE JUNHO DE 2014

A Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentada no que consta do Processo n.º 50520.133068/2013-04, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede de transmissão de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/SC, por meio de travessia no km 240+820m, em Palhoça/SC, de interesse da ELETROSUL Centrais Elétricas S/A.

Art. 2º Na implantação e conservação da referida rede de transmissão de energia elétrica, a ELETROSUL deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Litoral Sul S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A ELETROSUL não poderá iniciar a implantação da rede de transmissão de energia elétrica objeto desta Portaria antes de assinar, com a Autopista Litoral Sul S/A, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A Autopista Litoral Sul S/A deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio Grande do Sul - URRS, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A ELETROSUL assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa rede de transmissão de energia elétrica, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A ELETROSUL deverá concluir a obra de implantação da rede de transmissão de energia elétrica no prazo de 08 (oito) meses após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a ELETROSUL verifique a impossibilidade de conclusão da obra de implantação da rede de transmissão de energia elétrica no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à Autopista Litoral Sul S/A sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que seja analisado o pedido e emitida a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo.

Art. 7º Caberá à Autopista Litoral Sul S/A acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à rede de transmissão de energia elétrica.

Art. 8º A ELETROSUL deverá apresentar, à URRS e à Autopista Litoral Sul S/A, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A ELETROSUL abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIVIANE ESSE

PORTARIA Nº 110, DE 24 DE JUNHO DE 2014

A Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentada no que consta do Processo n.º 50515.017570/2014-11, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede de esgoto na faixa de domínio da Rodovia Fernão Dias, BR-381/SP, por meio de travessia no km 064+900m, em Mairiporã/SP, de interesse da SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.

Art. 2º Na implantação e conservação da referida rede de esgoto, a SABESP deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Fernão Dias S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A SABESP não poderá iniciar a implantação da rede de esgoto objeto desta Portaria antes de assinar, com a Autopista Fernão Dias S/A, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A Autopista Fernão Dias S/A deverá encaminhar, à Unidade Regional de São Paulo - URSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A SABESP assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa rede de esgoto, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A SABESP deverá concluir a obra de implantação da rede de esgoto no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a SABESP verifique a impossibilidade de conclusão da obra de implantação da rede de esgoto no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à Autopista Fernão Dias S/A sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que seja analisado o pedido e emitida a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo.

Art. 7º Caberá à Autopista Fernão Dias S/A acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à rede de esgoto.

Art. 8º A SABESP deverá apresentar, à URSP e à Autopista Fernão Dias S/A, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A implantação de rede de esgoto por meio de travessia autorizada resultará em receita extraordinária anual para a Concessionária no valor de R$ 2.670,57 (dois mil, seiscentos e setenta reais e cinquenta e sete centavos), calculado conforme Resolução ANTT n.º 2.552/2008, que determina também o reajuste anual com base no IPCA.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A SABESP abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIVIANE ESSE

PORTARIA Nº 111, DE 24 DE JUNHO DE 2014

A Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentada no que consta do Processo n.º 50520.009043/2014-63, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede de distribuição de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia Deputado Wilson Mattos Branco, BR-392/RS, por meio de travessia no km 026+439m, em Rio Grande/RS, de interesse da CEEE-D - Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica.

Art. 2º Na implantação e conservação da referida rede de distribuição de energia elétrica, a CEEE-D deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela ECOSUL - Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A CEEE-D não poderá iniciar a implantação da rede de distribuição de energia elétrica objeto desta Portaria antes de assinar, com a ECOSUL, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A ECOSUL deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio Grande do Sul - URRS, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A CEEE-D assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa rede de distribuição de energia elétrica, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A CEEE-D deverá concluir a obra de implantação da rede de distribuição de energia elétrica no prazo de 120 (cento e vinte) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a CEEE-D verifique a impossibilidade de conclusão da obra de implantação da rede de distribuição de energia elétrica no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à ECOSUL sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que seja analisado o pedido e emitida a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo.

Art. 7º Caberá à ECOSUL acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à rede de distribuição de energia elétrica.

Art. 8º A CEEE-D deverá apresentar, à URRS e à ECOSUL, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A CEEE-D abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIVIANE ESSE

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CONSELHO SUPERIOR

EXTRATO DA ATA DA 169ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2014

Início: 9h17.

Presidência: Luís Antônio Camargo de Melo. Presentes os Senhores Conselheiros: José Alves Pereira Filho (Vice-Presidente), Otavio Brito Lopes, Vera Regina Della Pozza Reis (Conselheira suplente convocada), José Neto da Silva, Rogério Rodriguez Fernandez Filho, Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas, Ronaldo Curado Fleury, Antonio Luiz Teixeira Mendes e Eliane Araque dos Santos (Conselheira Secretária ad hoc). Ausente, justificadamente, o Corregedor-Geral do MPT Manoel Orlando de Melo Goulart. Presentes a Ouvidora do MPT Heloisa Maria Moraes Rego Pires e o representante da ANPT, o Procurador do Trabalho Ângelo Fabiano Farias da Costa.

Deliberações:

01 - Assento de membro nato no CSMPT - A Subprocuradora-Geral do Trabalho Eliane Araque dos Santos, Vice-Procuradora-Geral do Trabalho designada pela Portaria nº 368, de 20/6/2014, publicada no DOU, Seção 2 de 23/6/2014, passa a compor

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, na condição de membro nato, tendo sido convidada pelo Presidente Luís Antônio Camargo de Melo para funcionar, nesta sessão, como Secretária "ad hoc", face a ausência da Conselheira Secretária Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano, em gozo de férias.

02 - Proposta orçamentária do Ministério Público do Trabalho para o exercício de 2015: Orçamento Fiscal e Seguridade Social.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, aprovar a proposta do Orçamento Fiscal e Seguridade Social do Ministério Público do Trabalho para o exercício de 2015.

03 - Extrapauta - Processo CSMPT nº 08130.005706/2012.

Interessada: Jeane Carvalho de Araújo Colares - Procuradora do Trabalho.

Assunto: Requer prorrogação de afastamento, por 6 (seis) meses, para frequentar curso de mestrado em Direito, com substituição por lotação provisória na PRT da 10ª Região.

Relator: Conselheiro Rogério Rodriguez Fernandez Filho.

Revisor: Conselheiro Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas.

Decisão anterior: Após votar o Conselheiro Relator pelo deferimento da prorrogação do afastamento por seis meses, com substituição por lotação provisória na PRT da 10ª Região, pediu vista regimental o Conselheiro Revisor Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Luís Antônio Camargo de Melo (Presidente) e Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano (Secretária). CSMPT 184ª Sessão Ordinária, 03.06.2014.

Decisão: Após a vista regimental do Conselheiro Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas, o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, opinar favoravelmente à prorrogação, por 6 (seis) meses, do afastamento já concedido à Procuradora do Trabalho Jeane Carvalho de Araújo Colares, com conversão em lotação provisória na PRT 10ª Região, ficando a referida prorrogação condicionada à comprovação, pela interessada, na época oportuna, da prorrogação do curso de mestrado pela Universidade Católica de Brasília. Não votou a Conselheira suplente convocada Vera Regina Della Pozza Reis.

Término: 11h15.

JOSÉ ALVES PEREIRA FILHO
Vice-Presidente do Conselho

ELIANE ARAQUE DOS SANTOS
Conselheira Secretária "ad hoc"

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

PORTARIA Nº 23, DE 24 DE JUNHO DE 2014

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 5ª PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.010756/14-58, que tem como interessado a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, para apurar supostas irregularidades nos patrocínios concedidos pela Terracap a eventos privados de publicidade.

ALEXANDRE FERNANDES GONÇALVES

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 20, DE 18 DE JUNHO DE 2014
(Sessão Extraordinária Reservada)

Presidente: Ministro Augusto Nardes
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa
Subsecretária do Plenário: AUFC Marcia Paula Sartori

Às 17 horas e 44 minutos, a Presidência declarou aberta a sessão extraordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro e José Jorge, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado em virtude de vacância de cargo de Ministro), Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Aroldo Cedraz) e Weder de Oliveira (convocado para substituir o Ministro José Múcio Monteiro) e do Representante do Ministério Público, Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin. Ausentes os Ministros Aroldo Cedraz e José Múcio Monteiro, em missão oficial, e a Ministra Ana Arraes e o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, em férias.

COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA APROVADAS PELO PLENÁRIO (v. inteiro teor no Anexo III a esta Ata)

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos apresentadas pelos relatores e proferiu os seguintes acórdãos:

Acórdão nº 1622, adotado no processo nº TC-009.186/2014-0, constante da Relação nº 29 do Ministro Walton Alencar Rodrigues;

Acórdão nº 1623, adotado no processo nº TC-014.757/2014-1, constante da Relação nº 29 do Ministro Walton Alencar Rodrigues; e

Acórdão nº 1624, adotado no processo nº TC-034.000/2011-9, constante da Relação nº 28 do Ministro Benjamin Zymler.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária, o Plenário examinou os processos listados a seguir e aprovou os seguintes acórdãos:

Acórdão nº 1625, adotado no processo nº TC-019.404/2012-3, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;

Acórdão nº 1626, adotado no processo nº TC-001.348/1998-1, cujo relator é o Ministro José Jorge;

Acórdão nº 1627, adotado no processo nº TC-013.544/201404, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; e

Acórdão nº 1628, adotado no processo nº TC-003.556/2013-1, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

LEVANTAMENTO DE SIGILO DE PROCESSOS

Em razão do levantamento de sigilo dos respectivos processos, tornaram-se públicos os acórdãos nºs 1625 e 1627, a seguir transcritos.

ACÓRDÃO Nº 1625/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 019.404/2012-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Denúncia.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Novo Progresso - PA.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia de irregularidades na execução do Contrato de Repasse 333.707-71/2010, firmado entre a prefeitura municipal de Novo Progresso/PA e o Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária reservada do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos artigos 234 e 235 do Regimento Interno do TCU, conhecer da denúncia para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. considerar revéis Madalena Hoffmann (ex-Prefeita) e Osvaldo Romanholi (atual Prefeito);

9.3. rejeitar as razões de justificativa apresentadas por Arnaldo Leite Morbeck Júnior;

9.4. aplicar a Madalena Hoffmann e a Arnaldo Leite Morbeck Júnior a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do acórdão até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. determinar à Caixa Econômica Federal que adote as providências pertinentes com relação aos recursos da união bloqueados na conta específica do Contrato de Repasse nº 333.707-71/2010;

9.7. dar ciência deste acórdão ao denunciante e à Caixa Econômica Federal;

9.8. levantar a chancela de sigilo aposta aos autos.

10. Ata n° 20/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/6/2014 - Extraordinária de Caráter Reservado.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1625-20/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge e Walton Alencar Rodrigues (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1627/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC-003.556/2013-1 (Sigiloso).
2. Grupo: II - Classe de assunto: VII - Denúncia.
3. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei 8.443/1992).
4. Unidade: Município de Malhador/SE.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secex/SE.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia dando conta de supostas irregularidades na gestão do Conselho Municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (CACS/Fundeb) do Município de Malhador/SE,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer da presente denúncia, por não preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno do TCU;

9.2. retirar a chancela de sigilo dos presentes autos; e

9.3. dar ciência desta deliberação ao denunciante.

10. Ata n° 20/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/6/2014 - Extraordinária de Caráter Reservado.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1627-20/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge e Walton Alencar Rodrigues.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

Tais acórdãos, apreciados de forma unitária, constam também do Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e propostas de deliberação em que se fundamentaram. O referido anexo, de acordo com a Resolução nº 184/2005, está publicado na página do Tribunal de Contas da União na internet.

Os acórdãos relativos aos processos em que foi mantido o sigilo constam do Anexo II desta Ata, que será arquivado na Secretaria das Sessões.

ENCERRAMENTO

Às 17 horas e 55 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 25 de junho de 2014.

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Presidente

ATA Nº 22, DE 18 DE JUNHO DE 2014
(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministro Augusto Nardes
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa
Subsecretária do Plenário: AUFC Marcia Paula Sartori

À hora regimental, a Presidência declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro e José Jorge, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado em virtude de vacância de cargo de Ministro), Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Aroldo Cedraz) e Weder de Oliveira (convocado para substituir o Ministro José Múcio Monteiro) e do Representante do Ministério Público, Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin. Ausentes os Ministros Aroldo Cedraz e José Múcio Monteiro, em missão oficial, e a Ministra Ana Arraes e o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, em férias.

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

Da Presidência:

Publicação do nº 200 do Informativo de Licitações e Contratos do TCU; e

Apresentação de projeto de resolução que dispõe sobre a expedição e o monitoramento de deliberações deste Tribunal que contenham determinações, recomendações ou de ciência a unidades jurisdicionadas.

MEDIDA CAUTELAR CONCEDIDA (v. inteiro teor no Anexo II a esta Ata)

O Plenário referendou, nos termos do disposto no § 1º do art. 276 do Regimento Interno deste Tribunal, a concessão de medida cautelar exarada nos autos do processo nº TC-005.550/2014-9, pelo Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, para que a Universidade Federal do Espirito Santo suspenda o pregão eletrônico realizado para contratação de serviços continuados em cozinha industrial, com uso intensivo de mão de obra, para atender aos restaurantes dos *campi* de Goiabeiras e de Maruípe.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SORTEIO ELETRÔNICO DE RELATOR DE PROCESSOS

De acordo com o parágrafo único do artigo 28 do Regimento Interno e nos termos da Portaria da Presidência nº 9/2011, entre os dias 11 e 17 de junho, foi realizado sorteio eletrônico dos seguintes processos:

Processo: 009.774/2009-7
Interessado: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (VINCULADOR), TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 135, parágrafo único, do CPC, c/c o Art. 151, parágrafo único do RI.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Processo: 012.438/2013-8
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Processo Administrativo - Art. 28, inciso XIV do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo: 030.035/2013-9
Interessado: ANA CARLA MATIAS DE SOUZA
Motivo do sorteio: Recurso de Revisão ao Plenário contra Decisão
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro ANA ARRAES

Processo: 004.823/2014-1
Interessado: LINK-DATA INFORMATICA E SERVIÇOS LTDA./LINK-DATA INFORMATICA E SERVIÇOS LTDA.
Motivo do sorteio: Conflito de Competência
Tipo do sorteio: Sorteio por Conflito de Competência
Relator sorteado: Ministro ANA ARRAES

Processo: 009.046/2012-7
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 135, parágrafo único, do CPC, c/c o Art. 151, parágrafo único do RI.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro BENJAMIN ZYMLER

Processo: 010.450/2014-9
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Processo Administrativo - Art. 28, inciso XIV do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos Administrativos/Regimento Interno
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo: 014.980/2014-2
Interessado: /TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Motivo do sorteio: Processo Administrativo - Art. 28, inciso XIV do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos Administrativos/Regimento Interno
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 013.901/2003-9/R001
Recorrente: Alexandre Ronald de Almeida Cardoso/Luiz Carlos Siqueira Aguiar/Osanan Lima Barros Filho/Délcio Blajfeder
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 009.809/2006-0/R002
Recorrente: Nilson Santos Garcia
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 009.809/2006-0/R003
Recorrente: Cíntia Campos Mendes
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 009.809/2006-0/R004
Recorrente: Maria Luiza de Jesus
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 031.760/2008-8/R001
Recorrente: Antônio Carlos de Melo Victório
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 031.760/2008-8/R002
Recorrente: TAMASA ENGENHARIA S/A
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 031.760/2008-8/R003
Recorrente: CONSTRUTORA SERCEL LTDA.
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 031.760/2008-8/R005
Recorrente: Rui Barbosa Egual
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 031.760/2008-8/R006
Recorrente: ENPA ENGENHARIA E PARCERIA LTDA
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 012.680/2010-9/R001
Recorrente: Lincoln Heimar Saggin
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ JORGE

Recurso: 028.119/2010-0/R001
Recorrente: Jeová Alves de Sousa
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ JORGE

Recurso: 031.735/2010-0/R001
Recorrente: Tarcísio Marcelo Barbosa de Lima
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 006.739/2011-3/R002
Recorrente: Prefeitura Municipal de Itapuranga - GO
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 015.192/2011-3/R001
Recorrente: Eloi Ferreira de Araujo
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 015.192/2011-3/R002
Recorrente: Edson Santos de Souza
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 015.291/2011-1/R001
Recorrente: Prefeitura Municipal de Laguna - SC
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 016.160/2011-8/R001
Recorrente: Jorge Paulo da Silva
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 033.776/2011-3/R001
Recorrente: Lucila Quirino Garcia
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 037.803/2011-5/R001
Recorrente: Olinda Consuelo Lima Araújo
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: ANA ARRAES

Recurso: 013.939/2012-2/R001
Recorrente: Gildevan Alves Fernandes
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 045.807/2012-4/R001
Recorrente: Maria José Haueisen Freire
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 007.995/2013-0/R001
Recorrente: Ministério Público do Trabalho
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 008.072/2013-2/R001
Recorrente: Ministério Público do Trabalho
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 009.942/2013-0/R001
Recorrente: CÉLIO JOSÉ GERENT
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 011.581/2013-1/R001
Recorrente: MINISTÉRIO DA SAÚDE
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 021.994/2013-7/R001
Recorrente: SILVIA D'AVILA FERNANDEZ
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo nº TC-007.722/2006-7, relatado pelo Ministro Raimundo Carreiro, a Dra. Tathiane Vieira Viggiano Fernades produziu sustentação oral em nome do Consórcio Odebrecht/Via Engenharia.

PEDIDOS DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo nº TC-030.711/2011-8, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler e o 1º revisor, o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo nº TC-007.722/2006-7, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta os processos de nºs:

TC-030.941/2013-0, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;

TC-015.391/2012-4, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro;

TC-015.968/2005-3, cujo relator é o Ministro José Jorge;

TC-018.980/2009-4, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; e

TC-004.338/2014-6, TC-010.900/2013-6 e TC-046.126/2012-0, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 1575 a 1597.

RELAÇÃO Nº 28/2014 - Plenário
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 1575/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, incisos III e V, "a", do Regimento Interno/TCU, em considerar atendidas todas as determinações constantes do Acórdão 1.688/2013-TCU-Plenário; rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis: Bianca Oliveira Fagundes, Lucídio Collinetti Filho, Maurino Magalhães de Lima, Fábio Sabino de Oliveira Rodrigues, Antonio Carlos de Souza Gomes Jr, Georgeton Rodrigues de Moraes, Fledinaldo Oliveira Lima, Edina Pereira de França, Rodrigo Souza Barros e Luiz Carlos Augusto dos Santos, sem aplicar a sanção prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, pelo fato de terem sido adotadas tempestivamente todas as medidas corretivas sugeridas por este Tribunal, de modo a se evitar quaisquer danos ao erário; e em arquivar o presente processo, de acordo com o parecer da SecobEnerg, dando-se desta deliberação à Prefeitura Municipal de Marabá, ao Ministério das Cidades e à Caixa Econômica Federal:

1. Processo TC-002.393/2012-3 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Antônio Carlos de Souza Gomes Júnior (395.029.022-20); Bianca Oliveira Fernandes (749.019.582-91); Caixa Econômica Federal (00.360.305/0001-04); Eidna Pereira de França (615.354.192-53); Fledinaldo Oliveira Lima (400.060.342-68); Fábio Sabino de Oliveira Rodrigues (656.964.682-68); Georgeton Rodrigues de Moraes (299.724.852-34); Lucídio Collinetti Filho (735.553.718-00); Luiz Carlos Augusto dos Santos (735.361.807-87); Maurino Magalhães de Lima (177.059.082-04); Rodrigo Souza Barros (573.846.142-87)

1.2. Interessados: CCB - Construtora Central do Brasil S/A (02.156.313/0001-69); Congresso Nacional (vinculador)

1.3. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal; Ministério das Cidades (vinculador); Prefeitura Municipal de Marabá - PA

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras de Energia e Aeroportos (SecobEnerg).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1576/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência no Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 1.927/2013-TCU-Plenário, nos seguintes termos: no subitem 9.1, onde se lê "*Carlos James Barro de Lima*", leia-se "*Carlos James Barro da Silva*"; no subitem 9.2, onde se lê "*Carlos James Barro de Lima*", leia-se "*Carlos James Barro da Silva*"; subitem 9.3, onde se lê "*Carlos James Barro de Lima*", leia-se "*Carlos James Barro da Silva*" (no texto e na tabela); mantendo-se inalterados os demais termos do referido acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-011.385/2011-1 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Alexandre Cesar Cavalcanti Galvão (546.476.147-00); Antonio Weudson Silva (240.018.483-68); Auricélia da Silva Salazar (709.474.732-20); Carlos James Barro da Silva (398.083.943-53); Irene Dias Negreiro (199.676.832-87); Maylson Passos Serra (947.711.202-00); Norteletro Comércio e Serviço Ltda (22.808.521/0001-02)

1.2. Interessado: Congresso Nacional (vinculador)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Rorainópolis - RR; Superintendência Estadual da Funasa No Estado de Roraima

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima (SECEX-RR).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1577/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/93, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considera-la parcialmente procedente, indeferir o pedido de medida cautelar formulado por Santa Helena Urbanização e Obras S/A, por não conter os requisitos de admissibilidade necessários a sua concessão, adotar a seguinte medida, e arquivar o processo, devendo ser dada ciência desta deliberação à representante, acompanhada da instrução da unidade técnica constante da peça 10:

1. Processo TC-011.143/2014-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Ministério da Pesca e Aquicultura (vinculador)

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Medida: visando evitar o ocorrido no Pregão Eletrônico 7/2014, dar ciência ao Ministério da Pesca e Aquicultura de que o juízo de admissibilidade das intenções de recurso deve avaliar tão somente a presença dos pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação), constituindo irregularidade a denegação fundada em exame prévio de questão relacionada ao mérito do recurso, nos termos da jurisprudência desta Corte e dos arts. 11, inciso VII, e 26, *caput*, do Decreto 5.450/2005.

Ata n° 22/2014 - Plenário
Data da Sessão: 18/6/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 27/2014 - Plenário
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 1578/2014 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de recurso de revisão interposto em face do Acórdão 3.499/2011, mantido em seus exatos termos pelos Acórdãos 3.800/2013, 5.469/2013 e 7.491/2013 , todos da 1ª Câmara,

Considerando que, além dos pressupostos de admissibilidade comuns a todos os recursos, o recurso de revisão requer o atendimento dos requisitos específicos indicados nos incisos do artigo 35 da Lei 8.443/1992: I - erro de cálculo; II - falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado o acórdão recorrido; e III - superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida,

Considerando que o recurso de revisão somente é cabível quando essas situações especialíssimas estiverem devidamente caracterizadas,

Considerando que o que o responsável não aponta qualquer dos requisitos do recurso de revisão para fundamentar a interposição do presente expediente,

Considerando que meros argumentos e teses jurídicas representam elementos ordinários que somente justificariam o seu exame em sede de recurso de reconsideração, espécie recursal já utilizada pelo responsável;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, ante o acolhimento dos pareceres constantes dos autos e com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b", e 288 do Regimento Interno/TCU, em não conhecer do recurso de revisão interposto pelo Sr. Itamar Guerreiro e em dar ciência desta decisão ao recorrente.

1. Processo TC-021.645/2007-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Gilson Cantarino O Dwyer (366.486.637-15); Itamar Guerreiro (095.709.937-15); Marcus Vinicius de Carvalho Froes Cruz (042.424.947-26); Maria Iradina Ferreira do Carmo (638.240.867-00); Pedro Paulo Pellegrino Rodrigues (750.404.257-91); Rodagro Comércio e Representações Ltda (30.535.488/0001-12); Sergio Luiz Cortes da Silveira (817.161.767-00); Álvaro Cordeiro Prata (372.088.537-20)

1.2. Recorrente: Itamar Guerreiro (095.709.937-15)

1.3. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.8. Advogado constituído nos autos: Augusto César D'Almeida Salgado (OAB/RJ 152.848).

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1579/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 239, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, quanto ao processo a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.866/2014-0 (PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO)

1.1. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.2. Representante do Ministério Público: não atuou

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFTI).

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.5.1. autorizar a proposta de fiscalização, na modalidade de Levantamento, encaminhada pela Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação - TI, versando sobre Levantamento de riscos em contratações de serviços de TI hospedados remotamente (*Cloud Computing*);

1.5.2. restituir os autos à Coordenação-Geral de Controle Externo dos Serviços Essenciais ao Estado e das Regiões Sul e Centro Oeste para adoção das providências pertinentes.

ACÓRDÃO Nº 1580/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, em:

1. Processo TC-013.716/2012-3 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores (vinculador)

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. deferir o pedido de prorrogação de prazo efetuado pelo Ministério das Relações Exteriores de forma que o cumprimento ao disposto nos subitens 9.1.1. e 9.1.3. do Acórdão 2.054/2013-Plenário possa ocorrer no prazo adicional de 120 dias, contados do término do prazo anteriormente concedido;

1.6.2. dar ciência deste acórdão ao Ministério da Defesa (MD), ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e à Casa Civil da Presidência da República, para que, em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores, adotem as providências necessárias para o cumprimento dos itens 9.1.1 e 9.1.3 do Acórdão 2.054/2013-TCU-Plenário

1.6.3. encaminhar cópia do Acórdão 2.054/2013-TCU-Plenário ao Ministério da Defesa (MD), ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e à Casa Civil da Presidência da República;

1.6.4. dar ciência ao requerente do teor deste acórdão.

ACÓRDÃO Nº 1581/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea 'a', e 218 do Regimento Interno do TCU em:

1. Processo TC-008.298/2009-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Dinacir do Rocio Santana (720.976.989-72); El Arquitetura Ltda. (04.911.728/0001-26); Emiliana Figueira Lima (929.938.699-49); Helder Teófilo dos Santos (038.392.815-04); Luiz Targino Pessoa Junior (317.215.919-15); Poliana Tonetti de Araujo (721.200.459-68); Sergio Luiz Chaves (512.238.569-68)

1.2. Interessado: Secretaria de Controle Externo No Paraná (00.414.607/0013-51)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Morretes - PR

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (SECEX-PR).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. expedir quitação aos Srs. Dinacir do Rocio Santana e Sérgio Luiz Chaves relativamente à multa a eles aplicada mediante o subitem 9.3 do Acórdão 1.733/2010-Plenário, com a redação dada pelo Acórdão 1.448/2011 ? Plenário, nos termos do art. 27 da Lei 8.443/1992, ante o recolhimento integral dos valores dessas penalidades.

ACÓRDÃO Nº 1582/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la improcedente e determinar o arquivamento, dando ciência à e à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.145/2014-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Santa Helena Segurança Total S/A (CNPJ 38.019.733/0001-40)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Advogados constituídos nos autos: Susana de Oliveira Rosa, OAB/DF 21.631, Maria Amélia Costa Pinheiro Sampaio, OAB/DF 26.945, Renata Cristina Veverka, OAB/DF 29.346

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1583/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la improcedente e determinar o arquivamento, dando ciência à e à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.500/2014-0 (REPRESENTAÇÃO)

1,1. Representante: Still Transportes Ltda.-ME (CNPJ 12.768.493/0001-93)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 22/2014 - Plenário
Data da Sessão: 18/6/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 23/2014 - Plenário
Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 1584/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, inciso I, alínea d, do Regimento Interno/TCU, em Prorrogar por mais 30 (trinta) dias a contar da notificação, o prazo para cumprimento o subitem 9.4.3 do Acórdão 336/2014-TCU-Plenário, a contar do término do prazo originalmente.

1. Processo TC-014.013/2014-2 - MONITORAMENTO (AUDITORIA OPERACIONAL)

1.1. Responsável: José da Costa Carvalho Neto (CPF: 044.602.786-34) - Presidente da Eletrobras

1.2. Unidade: Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações (SefidEnerg).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 1585/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto o processo a seguir relacionado, que trata de análise de recolhimentos de multas efetuados pelos gestores penalizados por meio do Acórdão 927/2013-TCU-Plenário, o qual também efetuou determinações e recomendações à Caixa Econômica Federal (Caixa), com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso V, alínea "e", e 207 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em dar quitação, com espeque no art. 27 da Lei 8.443/1992, aos Srs. Antannoan Barbosa da Mota França, Eládio Marcos de Souza, Filipe da Silva e Souza, Idenes Cesar Toledo, Joselito Mondadori de Oliveira, Luis Gustavo de Oliveira Pereira, Manoel Gomes de Carvalho, Stélvio Vieira Teixeira, Antenor Pimenta Madeira, Carlos Eduardo Gomide, Esimar Antonio Cezar, Luiz Paulo Miyashiro e Paulo Sérgio Duarte e Sra. Tais Oberdá Carneiro, ante o recolhimento integral da multa a eles imposta por intermédio do Acórdão 927/2013-TCU-Plenário; conclui-se que ficaram comprovados os recolhimentos relativos a todos os quatorze responsáveis multados (itens 9 a 17 da instrução), e considerar cumpridas as determinações 9.8.1, 9.8.2 e 9.8.4 do Acórdão 927/2013-TCU-Plenário; considerar implementada a recomendação 9.9 do Acórdão 927/2013-TCU-Plenário; dar ciência da presente decisão à Caixa e aos quatorze responsáveis, e encaminhar cópia deste Acórdão à Caixa; encerrar e arquivar os presentes autos, com fulcro no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, visto que ele já cumpriu o objetivo para o qual foi constituído.

1. Processo TC-006.341/2008-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Alberto Ferreira Alves (244.453.121-34); Antannoan Barbosa da Mota França (151.548.901-91); Antenor Pimenta Madeira (408.088.236-04); Caixa Econômica Federal (00.360.305/0001-04); Caixa Econômica Federal (03.360.305/0001-04); Carlos Eduardo Gomide (007.580.378-05); Eladio Marcos de Souza (455.129.227-34); Esimar Antonio Cezar (626.471.566-20); Filipe da Silva e Souza (079.046.567-10); Idenes César Toledo (869.139.481-15); Joselito Mondador de Oliveira (351.549.181-34); Luis Gustavo de Oliveira Pereira (910.495.477-72); Luiz Paulo Myashiro (030.852.708-92); Manoel Gomes de Carvalho (048.191.873-68); Paulo Sérgio Duarte (021.884.098-50); Renata Vasconcelos Barreto (978.069.941-49); Stelvio Vieira Teixeira (360.389.116-34); Tais Oberda Carneiro Marques (374.181.656-68)

1.2. Interessado: Sefti Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação

1.3. Unidade: Caixa Econômica Federal (CEF/MF)

1.4. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFTI).

1.7. Advogados constituídos nos autos: Adam Luiz Alves Barra (OAB 19.786/DF), Ana Cecília Costa Ponciano (22.260/DF) e outros.

ACÓRDÃO Nº 1586/2014 - TCU - Plenário

VISTOS, relacionados e discutidos este Pedido de Reexame em Tomada de Contas Especial, interposto pela Sinaenco- Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva; Abce - Associação Brasileira de Consultores de Engenharia e Abctrans - Associação Brasileira de Empresas de Consultoria de Infraestrutura de Transportes, contra o Acórdão 1092/2014 - Plenário - TCU.

Considerando a ausência de legitimidade e interesse recursal, e

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, com fundamento no art 48, da Lei 8.443/92 c/c os arts. 143, 146 e 282, do RI/TCU; em:

a) não conhecer Pedido de Reexame, em razão da ausência de legitimidade e interesse recursal, e

b) dar ciência deste Acórdão ao recorrente, e aos órgãos/entidades interessados.

1. Processo TC-039.930/2012-2 - PEDIDO DE REEXAME (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Recorrentes: Sinaenco - Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (59.940.957/0001-60); Abce - Associação Brasileira de Consultores de Engenharia (33.700.048/0001-61); Abctrans - Associação Brasileira de Empresas de Consultoria de Infraestrutura de Transportes (12.941.843/0001-71)

1.2. Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro

1.6. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Obras Rodoviárias (SecobRodov).

1.7. Advogado constituído nos autos: Pedro Portella Nunes (OAB/DF 32.562)

Ata n° 22/2014 - Plenário
Data da Sessão: 18/6/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 28/2014 - Plenário
Relator - Ministro JOSÉ JORGE

ACÓRDÃO Nº 1587/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, incisos II, IV, 41 e 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, nos arts. 143, inciso III, 169, inciso V, do Regimento Interno, nos arts. 1º e 4º da Instrução Normativa-TCU nº 43/2002 e nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret), em considerar regulares os procedimentos adotados pela Agência Nacional de Energia Elétrica no primeiro e segundo estágios do processo de revisão tarifária da Companhia Energética de Minas Gerais Distribuidora (Cemig-D), e arquivar o processo, sem prejuízo de fazer a recomendação abaixo transcrita, dando-se ciência deste Acórdão e da instrução da Unidade Técnica à Aneel, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.026/2013-6 (DESESTATIZAÇÃO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União-TCU.

1.2. Entidade: Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

1.3. Relator: Ministro José Jorge.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações (SefidEnergia).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Recomendar à Aneel que fiscalize as medidas implementadas pela Cemig-D para redução do nível de perdas não técnicas na sua área de concessão, de forma a garantir sua redução gradual.

ACÓRDÃO Nº 1588/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, incisos II, IV, e §1º, 41 e 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, no art. 143, inciso III, do Regimento Interno, e nos arts. 7º e 8º, da Instrução Normativa-TCU nº 27/1998, em aprovar o segundo e o terceiro estágios deste processo de desestatização referente à Décima Segunda Rodada de Licitações, no regime de concessão, para exploração e produção de petróleo e gás natural, fazer a recomendação abaixo transcrita, encaminhar cópia deste Acórdão e da instrução da Unidade Técnica à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e biocombustíveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.497/2013-0 (DESESTATIZAÇÃO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU.

1.2. Entidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP/MME).

1.3. Relator: Ministro José Jorge.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações (SefidEnergia).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Recomendar à Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações que acompanhe o quarto estágio previsto na Instrução Normativa-TCU nº 27/1998, e o cumprimento da determinação do subitem 9.2 do Acórdão 3.639/2013-TCU-Plenário.

ACÓRDÃO Nº 1589/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, c/c os arts. 1º, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, arts. 1º, inciso XXVI, 17, inciso IV, 143, inciso III, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno, em conhecer da representação adiante relacionada, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la improcedente, indeferir o pedido de medida cautelar formulado pela Associação Brasileira das Agências de Comunicação, tendo em vista a ausência dos pressupostos necessários à sua concessão, e arquivar o processo, dando-se ciência desta deliberação e da instrução da Unidade Técnica ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e à representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.510/2014-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Associação Brasileira das Agências de Comunicação - Abracom (05.211.047/0001-18).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/SC)

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex-SC).

1.6. Advogado constituído nos autos: Renata A. de S. Lima Nina (OAB nº 23.600-DF)

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1590/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o arts. 143, inciso III, 169, inciso I, do Regimento Interno, e arts. 36, 37, 39, e 40, inciso II, da Resolução TCU nº 259/2014, de 07/05/2014, em determinar o apensamento do presente processo ao TC 008.086/2014-1 (Representação), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.106/2013-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Edgar Bernardi (110.778.839-00)

1.2. Entidade: Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE)

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (Secex-RS).

1.6. Advogados constituídos nos autos: Egon Bochmann Moreira (OAB/PR 14.376) e outros.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1591/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea *a*, do Regimento Interno, e nos arts. 36, 37, 39, 40, inciso I, e 59, inciso II, da Resolução TCU nº 259/2014, de 07/05/2014, em conhecer da solicitação formulada pela Procuradora da República no Estado de Santa Catarina, Sra. Daniele Cardoso Escobar, e encaminhar à solicitante as informações referentes aos Acórdãos nº 649/2011-TCU-Plenário e nº 1593/2011-TCU-Plenário prolatados nos autos do TC 026.745/2006-4 na forma proposta pela Unidade Técnica, e apensar o presente processo ao TC 026.745/2006-4 (Tomada de Contas Especial):

1. Processo TC-007.667/2014-0 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Solicitante: Daniele Cardoso Escobar, Procuradora da República no Estado de Santa Catarina/SC - MPF/MPU (26.989.715/0029-03).

1.2. Entidade: Departamento Nacional de Estradas e Rodagem -DNER (extinto).

1.3. Relator: Ministro José Jorge.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Rodoviárias (SecobRodovia).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

Ata n° 22/2014 - Plenário
Data da Sessão: 18/6/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 27/2014 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 1592/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em prorrogar, o prazo do Acórdão 132/2014-TCU-Plenário, contados do término do prazo anteriormente estabelecido, como a seguir:

Interessado	Item	Prorrogação de prazo
Conselho Nacional de Imigração	9.3	90 dias (peça 4)
Conselho Federal da Ordem dos Músicos do Brasil	9.2.1 a 9.2.3	120 dias (peça 7)

1. Processo TC-005.868/2014-9 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessados: Conselho Nacional de Imigração e Conselho Federal da Ordem dos Músicos do Brasil

1.1. Órgão/Entidade: Conselho Federal da Ordem dos Músicos do Brasil

1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 1593/2014 - TCU - Plenário

Preliminarmente, registro que atuo nos presentes autos em razão de convocação para exercer as funções de Ministro, em virtude da aposentadoria do Senhor Ministro Valmir Campelo, nos termos da Portaria-TCU nº 76, de 8 de abril de 2014.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "a" e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em considerar cumpridas as determinações contidas no Acórdão nº 1.152/2012 - TCU - Plenário, dar ciência desta deliberação à Caixa Econômica Federal e à Empresa Gestora de Ativos, acompanhada de cópia da instrução constante da peça 19, determinar o encerramento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.263/2012-6 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal; Empresa Gestora de Ativos

1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4.Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazen).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1594/2014 - TCU - Plenário

Preliminarmente, registro que atuo nos presentes autos em razão de convocação para exercer as funções de Ministro, em virtude da aposentadoria do Senhor Ministro Valmir Campelo, nos termos da Portaria-TCU nº 76, de 8 de abril de 2014.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, por perda de objeto, em virtude da revogação do Pregão Eletrônico nº 048/2013, adotar as seguintes medidas, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com a instrução da unidade técnica (peça 27):

1. Processo TC-006.244/2014-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: London Arquivos e Sistemas Ltda. (05.040.644/0001-27)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul (10.673.078/0001-20)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (SECEX-MS).

1.6. Advogada constituída nos autos: Jacqueline Marques Froguer Siqueira, OAB/PR 53.832.

1.7. dar ciência ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul em atendimento ao disposto no art. 4º da Portaria Segecex nº 13/2011, que a exigência de apresentação de laudos/certificados que demonstrem conformidade de produtos às normas da ABNT, conforme requisitado no Pregão Eletrônico nº 048/2013, deve ser acompanhada de justificativa plausível e fundamentada em parecer técnico no bojo do processo, sob pena de infringir os princípios que norteiam o procedimento licitatório e de contrariar a jurisprudência deste Tribunal (Acórdãos 2392/2006, 2378/2007, 555/2008 e 1846/2010-TCU-Plenário e 7737/2011-2ª Câmara);

1.8. encaminhar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul - IFMS e à empresa London Arquivos e Sistemas Ltda. - ME, cópia desta deliberação bem como da instrução constante da peça 27.

ACÓRDÃO Nº 1595/2014 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação, por meio da qual a empesa Planinvesti Administração e Serviços Ltda. noticia a este Tribunal possíveis irregularidades ocorridas na condução do pregão eletrônico 4/2014 do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Rio de Janeiro - Sescoop/RJ consistentes em inclusão de exigência ilegal no edital do referido certame;

Considerando que, a presente representação preenche os requisitos de admissibilidade estabelecidos no Regimento Interno deste Tribunal;

Considerando que, o objeto do referido pregão era a contratação de empresa para o fornecimento de vale alimentação com chip de segurança e recarga mensal;

Considerando que, a irregularidade noticiada refere-se à possível ilegalidade na exigência de cartão dotado de chip de segurança, com base em restrição do caráter competitivo, uma vez que as necessidades da administração podem ser atendidas com cartão de com tarja magnética;

Considerando que, já há jurisprudência deste Tribunal no sentido de que a exigência de cartão com chip não é desarrazoada e nem prejudica a competitividade do certame, em razão da segurança adicional que o dispositivo proporciona, o que afasta a ilegalidade da referida exigência (Acórdãos 112/2013 e 1228/2014 - Plenário);

Considerando que, em vista disso, inexiste pressuposto para concessão de cautelar tendente a suspender o andamento do referido certame, conforme solicitado pela empresa representante;

Considerando as propostas uniformes da unidade técnica no sentido de que a presente representação seja conhecida, mas, no mérito, lhe seja negado provimento;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) encaminhar de cópia desta deliberação à Representante e ao Sescoop-RJ; e

c) arquivar o presente processo.

1. Processo TC-014.320/2014-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Planinvest Administração de Serviços Ltda. - CNPJ 02.959.392/0001-46

1.2. Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo No Estado do Rio de Janeiro - Sescoop/RJ

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.6. Advogados constituídos nos autos: Percival Menon Maricato (OAB/SP 42.143); Marilene Aparecida Bonaldi (OAB/SP 42.862); Diogo Telles Akashi (OAB/SP 207.534); Walter Landio dos Santos (OAB/SP 248.805); Pedro Henrique Ferreira Ramos Marques (OAB/SP 261.130); e Vanéssa Sodré Moralis Telles Akashi (OAB/SP 283.973) - (peça 3, p.2)

ACÓRDÃO Nº 1596/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, em vista dos precedentes estabelecidos nos Acórdãos 112/2013 e 1228/2014-Plenário, arquivar o processo e dar ciência desta deliberação à representante, conforme proposto na instrução de peças 7/8.

1. Processo TC-014.625/2014-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Chismenia Chaves de Castro Almeida, Pregoeira (CPF 876.226.703-59).

1.2. Representante: Planinvesti Administração e Serviços Ltda. (CNPJ 02.959.392/0001-46)

1.3. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará (CRC/CE)

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

Ata n° 22/2014 - Plenário
Data da Sessão: 18/6/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 12/2014 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 1597/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, de acordo com os pareceres emitidos nos autos ACORDAM, por unanimidade, em dar quitação ao responsável sr. Pedro Georges Galvão, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada por meio do acórdão 529/2013 - TCU - Plenário:

Valor original da multa: R$ 4.000,00	Data de origem da multa: 13/3/2013
Valor recolhido:	Data do recolhimento:
R$ 500,00	6/5/2013
R$ 200,00	6/6/2013
R$ 2.000,00	16/7/2013
R$ 1.366,40	17/7/2013

1. Processo TC-007.251/2012-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Pedro Georges Galvão (062.860.046-10).

1.2. Órgão: Academia Militar das Agulhas Negras.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 22/2014 - Plenário
Data da Sessão: 18/6/2014 - Ordinária

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 1598 a 1621, a seguir transcritos e incluídos no Anexo III desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 1598/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.550/2011-8.

1.1. Apenso: 015.279/2006-7

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Tribunal de Contas da União

3.2. Responsáveis: Egesa Engenharia S.A. (17.186.461/0001-01); Luiz Fernando de Pádua Fonseca (586.131.106-49)

3.3. Recorrentes: Egesa Engenharia S.A. (17.186.461/0001-01); Luiz Fernando de Pádua Fonseca (586.131.106-49)

4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Portuárias, Hídricas e Ferroviárias (SecobHidro).

8. Advogada constituída nos autos: Raquel Maria Silva Campos (OAB/MG 108.953).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos Sr. Luiz Fernando de Pádua Fonseca e pela empresa Egesa Engenharia S.A. contra o Acórdão 705/2014-Plenário, que julgou irregulares as suas contas e condenou-lhes ao ressarcimento do débito e ao recolhimento de multa, lavrado no âmbito de tomada de contas especial,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 32, inciso II, e 34, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. dar ciência desta deliberação aos embargantes e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

10. Ata n° 22/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/6/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1598-22/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1599/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.715/2012-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Auditoria

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de auditoria realizada no Instituto Nacional do Seguro Social;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União reunidos em sessão Plenária, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no inciso IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 41 e 43 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social a adoção das seguintes medidas, no prazo de trinta dias:

9.1.1. encaminhe à Secretaria de Fiscalização de Pessoal deste Tribunal o processo de aposentadoria de Maria de Queiroz Deud;

9.1.2. insira na base do Sisac o ato relativo à pensão instituída por José Nunes da Anunciação;

9.2. determinar ao Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas que encaminhe à Secretaria de Fiscalização de Pessoal deste Tribunal os autos do processo de aposentadoria de Maria de Queiroz Deud;

9.3. cientificar o Instituto Nacional do Seguro Social:

9.3.1. sobre a necessidade de sempre verificar a compatibilidade dos horários daqueles servidores que possuem acumulação de cargos permitida pelo art. 37, inciso XVI, alínea "'c" da Constituição Federal, de forma a garantir a qualidade dos serviços prestados por esses servidores, em observância ao princípio da eficiência insculpido no caput do art. 37 da Constituição Federal, bem assim de assegurar a qualidade dos serviços prestados por estes servidores e por aqueles que exercem outras atividades no setor privado;

9.3.2. sobre a necessidade de verificar a compatibilidade das atividades desenvolvidas pelos servidores ocupantes do cargo de vigilante e que laboram, concomitantemente, em empresas privadas da área de segurança;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que adote as seguintes providências, no prazo de trinta dias:

9.4.1. autue processos com os atos relativos às pensões instituídas por Ursulino Santos Filho (CPF 000.228.881-87) e os instrua em conjunto;

9.4.2. acompanhe o cumprimento das determinações contidas no subitem 9.1 para, em seguida, proceder ao exame da legalidade das concessões ali mencionadas, inclusive mediante revisão de ofício, se cabível;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação ao Instituto Nacional do Seguro Social, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, Tribunal de Contas do Estado do Amapá, Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União, à Consultoria-Geral deste Tribunal e à Secretaria de Fiscalização de Pessoal.

10. Ata n° 22/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/6/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1599-22/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1600/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 020.590/2004-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto I - Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Carmina Carmen Lima Barroso Moura (CPF 055.517.223-68); Construssonda Construções Ltda. (CNPJ 01.600.175/0001-00); Eliseu Barroso de Carvalho Moura (CPF 054.829.413-53); Francisco de Assis Sousa (CPF 068.170.843-34); Gilmar Sales Ribeiro (CPF 507.833.783-00); João Araujo da Silva Filho (CPF 128.676.753-91); João da Silva Neto (CPF 239.914.963-72); Maurie Anne Mendes Moura (CPF 854.498.064-34); Walter Pinho Lisboa Filho (CPF 074.646.653-68); Wellington Manoel da Silva Moura (CPF 170.199.582-49).

3.2 Recorrentes: Francisco de Assis Sousa (CPF 068.170.843-34); Eliseu Barroso de Carvalho Moura (CPF 054.829.413-53); e Wellington Manoel da Silva Moura (CPF 170.199.582-49).

4. Entidade: Município de Pirapemas/MA.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR) e Secretaria de Controle Externo - MA (SECEX-MA).

8. Advogados constituídos nos autos: José Norberto Lopes Campelo (OAB/PI 2.594), Renata Cristina Azevedo Coqueiro Carvalho (OAB/PI 6.066), Thaynara Santos Fernandes (OAB/PI 7795) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos pelos Srs. Eliseu Barroso de Carvalho Moura, Wellington Manoel da Silva Moura e Francisco de Assis Sousa contra o Acórdão 2.087/2010-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer dos expediente recursais apresentados pelos Srs. Eliseu Barroso de Carvalho Moura e Wellington Manoel da Silva Moura, em razão da preclusão consumativa, no primeiro caso, e da intempestividade e ausência de fatos novos, no segundo.

9.2. com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer do recurso de reconsideração oposto pelo Sr. Francisco de Assis Sousa para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.3. encaminhar os autos à Secretaria de Recursos para a apreciação do recurso de revisão interposto pelo Sr. Eliseu Barroso de Carvalho Moura;

9.4. dar ciência desta deliberação, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam, aos recorrentes e à Procuradoria da República no Estado do Maranhão.

10. Ata n° 22/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/6/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1600-22/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1601/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 020.970/2010-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto II - Prestação de Contas - Exercício: 2009

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Sebival Segurança Bancária Industrial e de Valores Ltda. (03.269.974/0001-63); Christiann Davis Tosta (248.549.558-05); Gabriel Antonio Ogaya Joerke (629.029.207-25); Jair Cestari (801.331.348-49); José Bispo Barbosa (205.375.571-72); José Costa Lima (142.320.141-87); João Vicente Neto (688.662.674-49); Leone Covari (400.891.260-68); Maria Moreira de Carvalho (442.369.301-10); Nair Faria Leite (103.471.271-34); Olegário Baldo (792.853.258-15); Thiago Augusto de Oliveira Marinho Ferreira (005.419.831-30).

4. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MT (SECEX-MT).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) relativa ao exercício de 2009,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 acolher as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Olegário Baldo e pela sociedade empresária Sebival Segurança Bancária Industrial e de Valores Ltda;

9.2 acolher parcialmente as razões de justificativas trazidas pelo Sr. Olegário Baldo, dispensando a aplicação de multa;

9.3 julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Olegário Baldo, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, dando-lhes quitação;

9.4 julgar regulares as contas dos demais responsáveis arrolados nos autos, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, dando-lhes quitação;

9.5 determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/MT - Campus de Cáceres que:

9.5.1 informe em seu próximo Relatório de Gestão os resultados dos procedimentos administrativos instaurados para:

9.5.1.1 apurar a existência de responsabilidade contratual da sociedade empresária Tillo Construções e Serviços Ltda., no que se refere à paralisação do Contrato nº 2/2008, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

9.5.1.2 apurar e obter ressarcimento de possíveis prejuízos causados ao Erário em razão das falhas na fiscalização do Contrato 02/2008 por parte do Sr. Daltro André Machado, contratado para prestar consultoria técnica e atividades de fiscalização e atesto das medições apresentadas pela empresa mencionada;

9.5.2 proceda, no prazo de 60 (sessenta) dias, à adoção das recomendações feitas pela CGU/MT no item 1.1.1.1 do Relatório de Auditoria nº 244009 - 2ª Parte, contribuindo, assim, para a elaboração de indicadores de desempenho mais fidedignos;

9.5.3 adote, no prazo de 60 (sessenta) dias, as recomendações feitas pela CGU/MT no item 2.1.3.1 do mencionado relatório de auditoria, para o aperfeiçoamento dos processos de concessão de suprimento de fundos;

9.5.4 adote, no prazo de 60 (sessenta) dias, as recomendações feitas pela CGU no item 2.1.3.1 do mencionado relatório de auditoria, minimizando a necessidade de inscrição em restos a pagar;

9.5.5 determinar à Controladoria Geral da União que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, avalie e informe à Secex/MT a respeito da regularização dos registros do SIAPE referentes à IFMT, em virtude da constatação n. 2.1.5.4 do Relatório de Auditoria de Gestão;

9.6 dar ciência ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/MT - Campus de Cáceres de que:

9.6.1 a contratação de escola de idiomas para promover a capacitação dos servidores da unidade, sem a comprovação dos requisitos de singularidade e notória especialização, viola o artigo 25, II, da Lei 8.666/1993;

9.6.2 a realização de dispensa de licitação, sem a juntada ao respectivo processo do expediente solicitação e/ou requisição do material ou do serviço; a indicação de crédito disponível para cobertura

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

da dispensa; a elaboração de orçamento detalhado; e obtenção do parecer da área jurídica do órgão, violam o art. 26 e 38, inciso VI e parágrafo único, da Lei 8.666/1993;

9.6.3 a não juntada ao processo de pagamento de nota de empenho referente a diferença apurada em decorrência do termo aditivo; a expedição de fatura sem ateste do fiscal do contrato; a ausência de indicação de crédito disponível para cobertura de despesa (pré-empenho), a falta de projeto e orçamento detalhado e a inexistência de cópia da publicação resumida no DOU do instrumento contratual, identificadas no processo nº 23000.056110/2009-78; e a falta de parecer da área jurídica do órgão, identificada no pregão eletrônico referente ao Processo nº 23000.05610/2009-78 e no Pregão Eletrônico nº 06/2009; violam os arts. 60 a 64 da Lei 4.320/1964 e os arts. 6º, inciso IX, 7º, inciso I e § 2º, 61, parágrafo único, e 38, inciso VI e parágrafo único, todos da Lei 8.666/1993;

9.6.4 o afastamento de servidor, com manutenção da remuneração, para participar de programa de pós-graduação stricto sensu, sem o preenchimento do tempo mínimo de ocupação do cargo efetivo de pelo menos quatro anos, contraria o disposto no artigo 96-A, § 2º, da Lei 8112/1990;

9.6.5 a apresentação tardia de atestados médicos para concessão de licença, contraria os prazos fixados na Lei 8.112/1990 e no Decreto 7.003/2009;

9.6.6 a falta de provas devidamente amparadas em laudo pericial que fundamentem as concessões dos benefícios de adicionais de periculosidade ou de insalubridade aos servidores de matrícula 49878 e 49898 afronta os arts. 68 a 70 e 72 da Lei 8.112/1990, 12 da Lei 8.270/1991 e 195 da Consolidação das Leis do Trabalho; e

9.6.7 a falta de reabertura do prazo inicialmente estipulado para apresentação de propostas, após a alteração de edital, viola o disposto no art. 21, § 4º, da Lei 8.666/1993;

9.7 determinar à Secretaria Geral de Controle Externo que oriente as suas unidades técnicas subordinadas que:

9.7.1 na instrução dos processos de controle externo, as diligências necessárias ao saneamento dos indícios de irregularidades em apuração devem ser realizadas previamente ao exercício do contraditório dos responsáveis e interessados (audiência, citação e oitiva do art. 250, § 6º do Regimento Interno do TCU);

9.7.2 caso seja necessária a realização de nova diligência após o chamamento das partes, deve a unidade técnica avaliar a repercussão dos novos documentos na situação processual individual de cada responsável ou interessado, promovendo novamente o contraditório se a documentação puder fundamentar proposta de mérito desfavorável à parte.

9.8 dar ciência da presente deliberação aos responsáveis e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.

10. Ata n° 22/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/6/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1601-22/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1602/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC nº 044.598/2012-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Alfredo Luiz de Figueiredo Neto (CPF nº 176.323.827-04) e Denise Silva Reis (CPF nº 769.605.877-00).

4. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS no Rio de Janeiro/Norte.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

8. Advogados constituídos nos autos: Alexandre Mars Carneiro (OAB/RJ nº 78.275) e Carlos Pabst Prillwitz (OAB/RJ nº 108.235).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), tendo como responsável a então servidora pública Denise Silva Reis, em razão de prejuízo causado pela concessão irregular de benefício previdenciário ao Sr. Alfredo Luiz de Figueiredo Neto.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, III, "d"; 19 e 23, III, todos da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. excluir da relação processual o Sr. Alfredo Luiz de Figueiredo Neto (CPF nº 176.323.827-04);

9.2. considerar a Sra. Denise Silva Reis (CPF nº 769.605.877-00) revel para todos os efeitos, dando-se seguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.3. julgar irregulares as contas da Sra. Denise Silva Reis (CPF nº 769.605.877-00), condenando-a ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor do débito (R$)	Data da ocorrência
551,09	11/12/2001
1.435,15	02/01/2002
1.435,15	1º/02/2002
1.482,82	1º/03/2002
1.435,24	1º/04/2002
1.435,24	02/05/2002
1.435,24	03/06/2002
1.567,22	1º/07/2002
1.567,22	1º/08/2002
1.567,22	02/09/2002
1.567,22	1º/10/2002
1.567,22	1º/11/2002
3.134,45	02/12/2002

9.4. aplicar à Sra. Denise Silva Reis (CPF nº 769.605.877-00), nos termos do art. 57 da Lei nº 8.443/1992, multa no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que efetue e comprove perante este Tribunal o seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar, desde já, caso requerido, com fundamento no art. 26 da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) vezes, incidindo sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas;

9.7. alertar a responsável que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, c/c o § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.8. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para a adoção das medidas que entender cabíveis, ressaltando que tramitam na 6ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro a ação penal nº 0523504-96.2006.4.02.5101 (2006.51.01.523504-0) e na 4ª Vara Federal Criminal a ação penal nº 0510634-58.2002.4.02.5101 (2002.51.01.510634-8), relativas à Sra. Denise Silva Reis;

9.9. remeter cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram, ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, à Sra. Denise Silva Reis e ao Sr. Alfredo Luiz de Figueiredo Neto.

10. Ata n° 22/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/6/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1602-22/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Raimundo Carreiro.

Valor do débito (R$)	Data da ocorrência
768,92	6/12/2001
1.048,20	7/1/2002
1.048,20	6/2/2002
1.090,72	6/3/2002
1.048,28	4/4/2002
1.048,28	7/5/2002
1.048,28	6/6/2002
1.101,30	4/7/2002
1.101,30	6/8/2002
1.101,30	5/9/2002
1.101,30	4/10/2002
1.101,30	6/11/2002
2.202,60	5/12/2002
5.560,51	4/7/2003
1.318,24	6/8/2003
1.318,24	4/9/2003
1.318,24	5/10/2003
1.318,24	6/11/2003
2.636,48	4/12/2003
1.318,24	7/1/2004
1.318,24	5/2/2004
1.318,24	4/3/2004
1.318,24	6/4/2004
1.318,24	6/5/2004
1.377,92	4/6/2004
1.377,92	6/7/2004
1.377,92	5/8/2004
1.377,92	6/9/2004
1.408,09	6/10/2004
1.377,98	5/11/2004
2.755,96	6/12/2004
1.377,98	6/1/2005
1.378,89	4/2/2005
1.377,98	4/3/2005
1.377,98	6/4/2005
1.377,98	5/5/2005
1.465,50	6/6/2005
1.465,50	6/7/2005
1.465,50	4/8/2005
1.465,50	6/9/2005
1.465,50	6/10/2005
1.465,50	7/11/2005
2.931,01	6/12/2005
1.465,50	5/1/2006
1.465,50	6/2/2006
1.465,50	6/3/2006
1.493,60	6/4/2006
1.538,79	5/5/2006
1.538,79	6/6/2006
1.538,79	6/7/2006
1.538,79	4/8/2006
2.308,27	6/9/2006
1.539,08	5/10/2006
1.538,93	7/11/2006
2.308,56	6/12/2006
1.538,93	5/1/2007
1.538,97	6/2/2007
1.538,97	6/3/2007
1.538,97	5/4/2007
1.598,08	7/5/2007

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1603/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC Nº 044.609/2012-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Denise Silva Reis (CPF nº 769.605.877-00) e João Batista Noronha (CPF nº 359.408.087-00).

4. Órgão: Gerência Executiva do INSS no Rio de Janeiro/Norte.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

8. Advogados constituídos nos autos: Dr. Carlos Leno de Moraes Sarmento (OAB/RJ nº 75.458), Carlos Vargas Farias (OAB/RJ nº 74.153) e Roberto Abreu da Costa (OAB/RJ nº 86.146).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA PORTERCEIROS

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), tendo como responsável a então servidora pública Denise Silva Reis, em razão de prejuízo causado pela concessão irregular de benefício previdenciário ao Sr. João Batista Noronha, no Posto/Agência da Previdência Social do INSS de Bangu (RJ).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, III, "d"; 19 e 23, III, todos da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. excluir da relação processual o Sr. João Batista Noronha (CPF nº 359.408.087-00);

9.2. considerar a Sra. Denise Silva Reis (CPF nº 769.605.877-00) revel para todos os efeitos, dando-se seguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.3. julgar irregulares as contas da Sra. Denise Silva Reis (CPF nº 769.605.877-00), condenando-a ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

9.4. declarar a Sra. Denise Silva Reis (CPF nº 769.605.877-00) inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública pelo período de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/1992;

9.5. aplicar à Sra. Denise Silva Reis (CPF nº 769.605.877-00), nos termos do art. 57 da Lei nº 8.443/1992, multa no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que efetue e comprove perante este Tribunal o seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. autorizar, desde já, caso requerido, com fundamento no art. 26 da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) vezes, incidindo sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas;

9.8. alertar a responsável que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, c/c o § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.9. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para a adoção das medidas que entender cabíveis, ressaltando que tramitam na 6ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro a ação penal nº 0523504-96.2006.4.02.5101 (2006.51.01.523504-0) e na 4ª Vara Federal Criminal a ação penal nº 0510634-58.2002.4.02.5101 (2002.51.01.510634-8), relativas à Sra. Denise Silva Reis;

9.10. remeter cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram, ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, à Sra. Denise Silva Reis (CPF nº 769.605.877-00) e ao Sr. João Batista Noronha (CPF nº 359.408.087-00).

10. Ata n° 22/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/6/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1603-22/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1604/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC-003.083/2014-4.

2. Grupo: II - Classe de assunto: VII - Representação.

3. Interessada: Incorp Technology Informática Ltda. - EPP (CNPJ 41.069.964/0001-73).

4. Unidade: Conselho Regional de Administração do Estado do Rio de Janeiro (CRA-RJ).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secex/RJ.

8. Advogados constituídos nos autos: Rodrigo Alvares da Silva Campos (OAB/RJ 108.513) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela empresa Incorp Technology Informática Ltda. - EPP dando conta de possíveis irregularidades ocorridas no âmbito do Pregão Presencial 1/2014, promovido pelo Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro (CRA-RJ), tendo por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para fornecimento de sistema corporativo de conselhos de classe,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, por atender os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237 do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. com fundamento no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, c/c artigo 45 da Lei 8.443/1992, fixar o prazo de quinze dias para que o Conselho Regional de Administração do Estado do Rio de Janeiro (CRA-RJ) adote providências com vistas a anulação do Pregão Presencial 1/2014;

9.3. determinar à Secex/RJ que monitore o cumprimento da determinação contida no subitem anterior;

9.4. determinar ao Conselho Regional de Administração do Estado do Rio de Janeiro (CRA-RJ) que em caso de vir a ser realizado novo certame destinado à contratação do objeto do Pregão Presencial 1/2014, evite as falhas apontadas no subitem 9.5 deste Acórdão;

9.5. alertar o Conselho Regional de Administração do Estado do Rio de Janeiro (CRA-RJ) quanto à ocorrência, no âmbito do Pregão Presencial 1/2014, das seguintes irregularidades:

9.5.1. não aceitação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito privado, infringindo o disposto no art. 30, § 1º, da Lei 8.666/1993, bem como o art. 3º, § 1º, inciso I, da citada lei;

9.5.2. exigência de que os profissionais elencados no item 10.5.2 do edital, no momento da apresentação da proposta, tivessem vínculo empregatício com a licitante ou dela fossem sócios, contrariando jurisprudência deste Tribunal, a exemplo do Acórdão 2575/2008-TCU-1ª Câmara;

9.5.3. não observância dos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia, consubstanciada na aceitação do vínculo do Sr. Álvaro Beckering com a licitante vencedora (Fattoria Web Consultoria e Desenvolvimento em Informática Ltda.), por meio de contrato de prestação de serviço, em desacordo com o previsto no instrumento convocatório, conforme item 10.5.3 do edital, com os agravantes de que o argumento foi rejeitado no âmbito da análise do recurso interposto em face do resultado do certame e de que o citado profissional foi o único a comprovar, no caso da licitante vencedora, ser detentor das certificações previstas nos itens 10.5.2.1, 10.5.2.3 e 10.5.2.4 do edital;

9.5.4. exigência de que a licitante possuísse sede ou filial no Município do Rio de Janeiro, cuja necessidade não restou demonstrada no termo de referência e, portanto, representou, no caso concreto, restrição indevida à competitividade do certame, infringindo o disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993;

9.5.5. exigência de realização de visita técnica, cuja necessidade não restou demonstrada no termo de referência e, portanto, representou, no caso concreto, restrição indevida à competitividade do certame, infringindo o disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993;

9.5.6. adoção da modalidade pregão presencial, em detrimento da modalidade pregão eletrônico, exceção à regra que deve ser devidamente justificada, nos termos do art. 4º, § 1º, do Decreto 5.450/2004 e art. 18 do Regimento do CRA/RJ (Resolução Normativa CFA 411/2011);

9.6. indeferir o requerimento formulado pela empresa Fattoria Web Consultoria e Desenvolvimento em Informática Ltda. (peça 39) de retirada do processo da pauta de julgamento da presente sessão do Plenário;

9.7. dar ciência desta deliberação ao Conselho Regional de Administração do Estado do Rio de Janeiro (CRA-RJ).

10. Ata n° 22/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/6/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1604-22/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1605/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC-007.463/2014-6

2. Grupo: II - Classe: III - Assunto: Representação.

3. Unidade: Companhia de Transportes de Salvador - CTS; Consórcio Bonfim; MPE Montagens Especiais S.A., CNPJ 31.876.709/0001-89; Bombardier Transportation Brasil Ltda., CNPJ 00.811.185/0001-14; Bombardier European Investiments S.L.U.

4. Interessada: Secex/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secex/BA.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. ACÓRDÃO

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação oferecida pela Secex/BA em virtude de notícia encaminhada a esta Corte, pela Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CBT (ex-Companhia de Transportes de Salvador - CTS), no sentido de ter sido suspensa a eficácia de uma das cartas de fiança que, substituindo a retenção parcial de pagamentos determinada cautelarmente, foi dada em garantia de ressarcimento de possíveis danos que se encontram em apuração por meio de tomada de contas especial (TC-028.499/2012-3),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92, e 237, inciso VII, e 276, do Regimento Interno, em:

9.1. com fundamento no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, dos arts. 11 e 45 da Lei 8.443/1992 e do art. 276 do Regimento Interno do TCU, seja determinado à Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB, em sede cautelar, que se abstenha de liberar quaisquer pagamentos, formalizar rescisão, aceitar definitivamente as obras ou, de qualquer forma, dar por concluído o Contrato 10/04 (SA - 12) ou dar quitação ao Consórcio Bonfim ou a qualquer das empresas que o integram, antes que o Tribunal delibere no mérito sobre:

9.1.1. a restituição da eficácia integral e dos valores atualizados das seguintes garantias:

9.1.1.1. cartas de fiança destinadas a garantir o ressarcimento do erário por possíveis danos em apuração mediante o processo de tomada de contas especial TC-028.499/2012-3;

9.1.1.2. seguro-garantia ofertado como garantia de execução do contrato;

9.1.1.3. carta de fiança ofertada como garantia pelo adiantamento contratual;

9.1.2. a retificação da garantia referida no item 9.1.1.1, retro, de forma a que sejam nele incluídas as seguintes determinações do TCU sobre as características indicadas:

9.1.2.1. reajustamento - subitem 9.4 do Acórdão 2.329/2013-TCU-Plenário c/c o subitem 9.1.3.2.2 do Acórdão 2.873/2008-TCU-Plenário;

9.1.2.2. prazo de vigência - subitem 9.1.6 do Acórdão 3.254/2011-TCU-Plenário (alterado pelo subitem 9.1 do Acórdão 2.331/2012-TCU-Plenário) e, no caso da garantia ofertada pela MPE Montagens e Projetos Especiais S.A., subitem 9.7 do Acórdão 1.847/2013-TCU-Plenário;

9.1.2.3. beneficiário - subitem 9.2.1 do Acórdão 44/2013-TCU-Plenário;

9.1.2.4. vigência nos casos de não pagamento da manutenção das cartas de fiança - subitem 9.1.4 do Acórdão 3.254/2011-TCU-Plenário;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.1.2.5. referência ao processo de TCE - subitem 9.1.5 do Acórdão 3.254/2011-TCU-Plenário, considerando, para o caso do Contrato 10/04, o TC-028.499/2012-3;

9.1.2.6. condições para execução - subitem 9.3.2 do Acórdão 1.046/2010-TCU-Plenário para as duas cartas de fiança; subitem 9.1.8 do Acórdão 3.254/2011-TCU-Plenário, no caso da carta de fiança apresentada pelas empresas Bombardier Transportation Brasil Ltda. e Bombardier European Investments S.L.U.; e, no caso da carta de fiança apresentada pela MPE, subitens 9.1.7 a 9.1.9 do mesmo *decisum*;

9.1.3. sejam excluídas das cláusulas do Contrato 10/04 e de seus aditivos quaisquer disposições que possam impedir a normal execução das garantias de execução e adiantamento contratuais, assim como a manutenção da eficácia da garantia dada em contrapartida à liberação dos pagamentos retidos;

9.2. nos termos do art. 276, § 3º, do Regimento Interno do TCU, seja concedido o prazo de até quinze dias, sem efeito suspensivo, à Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB, ao Consórcio Bonfim e às empresas que o integram, quais sejam, a MPE Montagens e Projetos Especiais S.A. (CNPJ 31.876.709/0001-89), a Bombardier Transportation Brasil Ltda. (CNPJ 00.811.185/0001-14) e a Bombardier European Investments S.L.U. (empresa estrangeira), para que se pronunciem, caso queiram, acerca da adoção da medida cautelar retro;

9.3. determinar à CTB que, no prazo de 60 dias, providencie junto ao Consórcio Bonfim e às empresas que o integram o ajuste das garantias referentes ao Contrato 10/04 nos termos estipulados nos itens 9.1.1 e 9.1.2 deste Acórdão, informando ao Tribunal, no mesmo prazo, o resultado alcançado;

9.4. informar ao Consórcio Bonfim e às empresas que o integram que o não atendimento ao disposto no item 9.3. deste Acórdão poderá ensejar a decretação da indisponibilidade dos bens necessários à garantia do ressarcimento de eventuais débitos ocorridos no Contrato 10/04, conforme previsto no art. 44, § 2º, da Lei nº 8.443/92;

9.5. determinar à Segecex que:

9.5.1. proceda a levantamento de todos os processos nos quais a empresa MPE Montagens e Projetos Especiais S.A. seja parte;

9.5.2. comunique aos relatores de cada um desses processos a conduta da referida empresa no presente processo, para que se acautelem e ou adotem, em vista das circunstâncias de cada um, as medidas que entenderem necessárias;

9.6. determinar à Secex/BA que:

9.6.1. diligencie à CTB objetivando obter as informações necessárias ao perfeito entendimento dos impactos das alterações procedidas sobre as especificações dos sistemas de controle, sinalização e comunicação do metrô de Salvador, conforme contrato de concessão recentemente celebrado, de forma que seja possível avaliar se tais alterações podem efetivamente tornar inservíveis, total ou parcialmente, os sistemas fornecidos pelo Consórcio Bonfim, por meio do contrato 10/04, e;

9.6.2. dê à análise das respostas às oitivas e à diligência, e das informações prestadas, a prioridade que o presente processo requer.

10. Ata n° 22/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/6/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1605-22/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge e Walton Alencar Rodrigues.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1606/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC-009.116/2012-5

2. Grupo: II - Classe: VII - Assunto: Relatório de Auditoria.

3. Responsáveis: Celso Itajuba Ferreira Borgneth, CPF 001.859.733-53; Elpídio Gomes da Silva Filho, CPF 035.292.152-87; Estaleiro Rio Amazonas Ltda., CNPJ 02.709.163/0001-73; Hebert Drummond, CPF 110.346.966-53; Jose Claudio Froes de Moraes, CPF 415.395.087-49; Jorge Ernesto Pinto Fraxe, CPF 108.617.424-00; Washington de Oliveira Viegas, CPF 001.379.603-87.

4. Unidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e Companhia Docas do Maranhão - Codomar.

5. Relator: Ministro Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades técnicas: 1ª Secex e Secex/AM.

8. Advogados constituídos nos autos: Paulo Aristóteles Amador de Sousa (CPF 854.786.794-53, 6836 D - Crea/PB, peça 46); Leandro Toshio Matsuoka, OAB 10.503/MA; Léa de Jesus Silva e Silva de Moraes Rego, OAB 11.689/MA; Maria Augusta Alves Pereira, OAB 3913/MA; Ricardo Lúcio Silva da Silva, OAB 9338/MA; Thaysa Ferreira Vitoriano, OAB 8.767/MA.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Levantamento de Auditoria realizada pela 1ª Secex e Secex/AM, no período de 12/9 a 19/10/2011, objetivando verificar a execução do Convênio 7/2010 celebrado entre a Companhia Docas do Maranhão S.A. e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit, cujo objeto era a construção do Porto Fluvial de Barcelos/AM.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. alterar o valor da retenção de pagamentos determinada pela cautelar adotada por meio do item 9.1 do Acórdão 1.719/2012-Plenário para R$ 1.255.299,49 (hum milhão, duzentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e noventa e nove reais e quarenta e nove centavos), mantida sua vigência e eficácia;

9.2. determinar à Companhia Docas do Maranhão - Codomar que, oferecendo oportunidade de manifestação à empresa, adote as providências necessárias e suficientes a serem concluídas no prazo de sessenta dias, junto à empresa Estaleiros Rio Amazonas Ltda. - Eram, no sentido da repactuação dos preços constantes do Contrato 7/2010, observados os parâmetros definidos no presente processo;

9.3. determinar ao Dnit que, caso a repactuação referida no item anterior se mostre infrutífera no prazo concedido, instaure tomada de contas especial, objetivando identificar os responsáveis e determinar o valor do débito a compor o título executivo a ser produzido;

9.4. determinar à SecobHidroferrovia que:

9.4.1. volte a apreciar a responsabilidade objetiva pelos defeitos observados no projeto básico e no projeto executivo do porto fluvial de Barcelos/AM, nestes mesmos autos, após receber notícias acerca do cumprimento das determinações contida no item 9.2, retro;

9.4.2. monitore o cumprimento das determinações contidas nos itens 9.2 e 9.3 deste acórdão, e

9.5. encaminhar cópia do presente acórdão, acompanhado das peças que o fundamentam, ao Ahimoc/Dnit, à Codomar, à Empresa Estaleiro Rio Amazonas Ltda., à Controladoria-Geral da União e às Secretarias Regional do Amazonas e de Fiscalização de Obras Rodoviárias.

10. Ata n° 22/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/6/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1606-22/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge e Walton Alencar Rodrigues.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1607/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC-029.163/2013-7.

2. Grupo I - Classe de assunto: VII - Representação.

3. Interessada: Ideorama Comunicação Ltda. - EPP, CNPJ 07.402.534/0001-93.

4. Unidade: Conselho Federal de Psicologia - Cremesp.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Selog.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de adoção de medida cautelar, apresentada, nos termos do § 1º do art. 113 da Lei 8.666/1993, pela empresa Ideorama Comunicação Ltda. - EPP, versando sobre possíveis irregularidades na realização, pelo Conselho Federal de Psicologia - CFP, da Dispensa de Licitação 11/2013, promovida com fulcro no inc. IV do art. 24 da Lei 8.666/1993, tendo como objeto a "prestação de serviços de programação visual/*design* gráfico e diagramação de textos", sendo o valor da contratação de R$ 245.560,00,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, vez que satisfeitos os requisitos de admissibilidade para tanto, em especial aqueles previstos no § 1º do art. 113 da Lei 8.666/1993 e no inc. VII do art. 237 do Regimento Interno, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. indeferir o requerimento de medida cautelar formulado pela Representante, tendo em vista a ausência de pressupostos necessários para tanto;

9.3. dar ciência ao Conselho Federal de Psicologia de que:

9.3.1. no âmbito da Administração Pública, a manutenção de contratos verbais, tais como aquele com a empresa Liberdade de Expressão Agência e Assessoria de Comunicação Ltda. - EPP referido nestes autos, fere o disposto no parágrafo único do art. 60 da Lei 8.666/93;

9.3.2. no processo de Dispensa de Licitação 11/2013, não constaram do respectivo processo administrativo elementos suficientes para demonstrar a compatibilidade dos preços a contratar, com aqueles vigentes no mercado ou com os fixados por órgão oficial competente, ou, ainda, com os que constam em sistemas de registro de preços, nem ficou demonstrado haver sido consultado o maior número possível de fornecedores ou executantes, com vistas a que restasse demonstrado ser a opção escolhida, em termos técnicos e econômicos, a mais vantajosa para a Administração, em desacordo com o disposto nos incisos II e III do parágrafo único do art. 26 da Lei 8.666/1993;

9.4. encaminhar cópia deste acórdão, bem como das peças que o fundamentam, ao CFP e à representante;

9.5. autorizar o arquivamento destes autos, com fulcro no inc. V do art. 169 do Regimento Interno.

10. Ata n° 22/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/6/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1607-22/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge e Walton Alencar Rodrigues.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1608/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.205/2013-6.

1.1. Apensos: 002.336/2014-6; 002.532/2014-0; 009.737/2013-8; 002.238/2014-4; 002.338/2014-9; 009.675/2013-2; 010.593/2013-6; 009.873/2013-9; 002.478/2014-5; 033.337/2013-6; 002.886/2014-6; 002.381/2014-1; 043.636/2012-8; 009.594/2013-2; 009.830/2013-8; 002.216/2014-0; 009.753/2013-3; 002.430/2014-2; 009.535/2013-6; 009.649/2013-1; 008.817/2013-8; 002.244/2014-4; 002.600/2014-5; 010.306/2013-7; 003.226/2014-0; 009.748/2013-0; 010.292/2013-6; 002.329/2014-0; 002.219/2014-0; 009.688/2013-7; 002.462/2014-1; 002.407/2014-0; 009.765/2013-1; 009.452/2013-3; 003.160/2014-9; 002.494/2014-0

2. Grupo II - Classe de Assunto V: Relatório de Acompanhamento

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgãos/Entidades: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária; Ministério do Esporte (vinculador) e outros

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Coordenação-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura e da Região Sudeste (Coinfra).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório que consolida o resultado das fiscalizações realizadas pelas unidades técnicas deste tribunal, que tiveram por objetivo verificar o estágio atual dos financiamentos federais e a situação das obras de construção e reforma de estádios, mobilidade urbana, portos e aeroportos previstas na Matriz de Responsabilidades da Copa, além da situação dos projetos e investimentos em telecomunicações, segurança pública e defesa para a Copa do Mundo de 2014.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no inciso I do art. 43 da Lei 8.443/1992 c/c os incisos II e III do art. 250 do Regimento Interno do TCU, a adoção das seguintes medidas:

9.1 determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex), por meio Coordenação-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura e da Região Sudeste (Coinfra), que promova, após o prazo de 90 (noventa) dias depois do término da Copa do Mundo FIFA 2014, novo Acompanhamento a fim de coligir informações acerca da situação física e financeira de cada uma das ações previstas na Matriz de Responsabilidades da Copa, contemplando levantamento completo dos preparativos concretizados até o início do evento esportivo, eventuais planos de contingência adotados para mitigar os efeitos das ações não conclusas, bem como informações sobre os projetos e obras que efetivamente constituirão legado para o Brasil;

9.2. encaminhar cópia do acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam:

9.2.1 à Casa Civil da Presidência da República;

9.2.2 ao Ministério do Turismo;

9.2.3 ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

9.2.4 ao Ministério do Esporte;

9.2.5 ao Ministério das Cidades;

9.2.6 ao Ministério das Comunicações;

9.2.7 à Caixa Econômica Federal;

9.2.8 ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);

9.2.9 à Controladoria-Geral da União;

9.2.10 ao Coordenador do Grupo de Trabalho "Copa do Mundo" da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

9.2.11 ao Presidente da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados;

9.2.12 ao Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados;

9.2.13 ao Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal; e

9.2.14 aos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios com jurisdição sobre a aplicação de recursos estaduais e municipais em projetos para a Copa do Mundo de 2014 elencados na matriz de Responsabilidades da Copa.

9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 22/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/6/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1608-22/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge e Walton Alencar Rodrigues (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 1609/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.137/2009-3.

1.1. Apenso: 010.562/2010-9

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de Reexame (Relatório de Levantamento)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0001-04); Congresso Nacional (vinculador) (); Governo do Distrito Federal (07.187.000/0001-91); Novacap/Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (00.037.457/0001-70)

3.2. Responsáveis: Alexandre F. Bispo de Oliveira (636.122.401-53); Alexandre F. Bispo de Oliveira 1 (024.976.059-20); Alexandre Gonçalves (041.582.706-00); Alexandre Gonçalves 1 (001.994.716-06); Alexandre Lacerda (221.788.051-91); Carlos Alberto Valente Viana (000.160.037-05); Celso Roberto Machado Pinto (057.116.301-72); Felix Vieira de Almeida (000.180.581-91); Fábio José Areias da Silva (430.320.280-00); José Francineudo da Silva (382.166.043-00); José Luis A. Gonçalves (656.354.428-20); José Luis A. Gonçalves (000.958.887-64); Luiz Henrique Freire Duarte (002.018.711-49); Luiz Rogério P. Gonçalves (364.726.974-34); Luiz Rogério Pinto Gonçalves (360.993.506-59); Marcio Edvandro Rocha Machado (196.093.296-91); Maria Fernanda Ramos Coelho (318.455.334-53); Novacap/companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (00.037.457/0001-70); Oberdan Barros de Melo (132.579.866-53); Paulo Henrique Monteiro Daroz (274.700.718-90); Ítalo Bruno Fernandes Neves (025.425.454-30)

3.3. Recorrentes: Oberdan Barros de Melo (132.579.866-53); Alexandre Lacerda (221.788.051-91); Marcio Edvandro Rocha Machado (196.093.296-91).

4. Órgão/Entidade: Administração Regional de Brasília - GDF.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

8. Advogados constituídos nos autos: Matheus de Castro Lima (OAB/DF 38.325), Mariana Koury Veloso (OAB/DF 20.734) e outros.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedidos de reexame interpostos contra o Acórdão 1.847/2012-TCU-Plenário, mantido pelo Acórdão 2.971/2012-TCU-Plenário.

Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos pedidos de reexame interpostos pelos Srs. Alexandre Lacerda e Oberdan Barros de Melo contra o Acórdão 1.847/2012-TCU-Plenário, mantido pelo Acórdão 2.971/2012-TCU-Plenário, nos termos do art. 48 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. conhecer do pedido de reexame interposto pelo Sr. Márcio Edvandro Rocha Machado contra o Acórdão 1.847/2012-TCU-Plenário, mantido pelo Acórdão 2.971/2012-TCU-Plenário, nos termos do art. 48 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, reduzindo-se o valor da multa aplicada para R$ 5.000,00 (cinco mil reais);

9.2. deferir o parcelamento, em 8 vezes, da multa aplicada ao Sr. Alexandre Lacerda, nos termos dos artigos 217 e 218 do Regimento Interno do TCU, esclarecendo que, se requerido, pode ser parcelada em 36 vezes, de acordo com esse mesmo artigo 217;

9.3. dar ciência da presente deliberação aos recorrentes e aos demais interessados.

10. Ata n° 22/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/6/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1609-22/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e Walton Alencar Rodrigues.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1610/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.107/2008-5

2. Grupo II - Classe de Assunto - I: Recurso de Revisão

3. Interessado: Raimundo Nonato Alves Pereira (CPF 100.870.363-04)

4. Entidade: Município de Pedreiras - MA

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Redator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.2. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Serur

8. Advogado constituído nos autos: Walter Costa Porto (OAB/DF 6098) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de revisão interposto pelo Sr. Raimundo Nonato Alves Pereira, ex-prefeito do Município de Pedreiras/MA, contra o Acórdão 3.704/2010-2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Revisor, em:

9.1. conhecer do presente recurso de revisão para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. dar ciência desta decisão ao interessado e à Procuradoria da República no Estado do Maranhão.

10. Ata n° 22/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/6/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1610-22/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Redator), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro com voto vencido: Raimundo Carreiro (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1611/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.063/2008-4.

1.1. Apensos: TC 009.200/2007-0; TC 004.425/2008-5

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados: Heriberto Escolástico Bezerra Júnior (316.598.454-91); Ney Silveira Dias (011.927.364-00).

4. Entidade: Município de Natal - RN.

5. Relator: Ministro José Jorge.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de embargos de declaração opostos por Heriberto Escolástico Bezerra Júnior (peças 90 e 93) e Ney Silveira Dias (peça 92) em face do Acórdão 1162/2014 - Plenário, que negou provimento aos recursos de reconsideração outrora interpostos pelos embargantes contra o Acórdão 513/2013 - Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443, de 1992, conhecer dos embargos de declaração opostos pelos Srs. Heriberto Escolástico Bezerra Júnior e Ney Silveira Dias, para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo-se inalterada a deliberação recorrida;

9.2. dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, aos embargantes.

10. Ata n° 22/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/6/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1611-22/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e Walton Alencar Rodrigues.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1612/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-006.582/2009-4

2. Grupo II; Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração

3. Interessados: Carlos Alberto Valente Viana (000.160.037-05), Augusto Manoel de Siqueira C. Carvalho (011.391.502-00), Hamilton César Pacheco Bandeira (240.663.382-91) e Eliany Mendonça da Silva (034.499.202-00).

4. Entidades: Caixa Econômica Federal e Município de Maués

5. Relator: Ministro José Jorge

5.1 Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Advogados constituídos nos autos: Guilherme Lancini Bello (OAB/DF nº 30.737) e Diogo de Mendonça Melim (OAB/DF nº 35.188)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia noticiando possíveis irregularidades praticadas na execução do Contrato de Repasse - CR nº 163.888-54/2004, Siafi nº 514392, celebrado entre o Ministério das Cidades, por intermédio da Caixa Econômica Federal, e a Prefeitura Municipal de Maués/AM, objetivando a implantação e a ampliação de sistemas de drenagem urbana no referido município, em que se examinam Embargos de Declaração opostos pelos Srs. Carlos Alberto Valente Viana, Augusto Manoel de Siqueira C. Carvalho, Hamilton César Pacheco Bandeira e Eliany Mendonça da Silva, contra os termos do Acórdão 2.615/2013-Plenário, que, relativamente aos embargantes, negou os Pedidos de Reexame interpostos contra o Acórdão 1.762/2011-Plenário, que, por sua vez, aplicou multa aos responsáveis pelas irregularidades indicadas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, conhecer dos Embargos de Declaração opostos pelos Srs. Carlos Alberto Valente Viana, Augusto Manoel de Siqueira C. Carvalho, Hamilton César Pacheco Bandeira, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, conhecer dos Embargos de Declaração opostos pela Sra. Eliany Mendonça da Silva, para, dando-lhe provimento, alterar os subitens 9.1 e 9.3 do Acórdão 2.615/2013-Plenário, que passa a conter a seguinte redação:

"*9.1. dar provimento aos recursos interpostos por Ana Lúcia do Nascimento, Maria Luiza de Andrade Picanço Meleiro, Eliany Mendonça da Silva e Sérgio Augusto Mineiro, excluindo-os do subitem 9.6.2 do acórdão recorrido;*

9.3. negar provimento aos recursos interpostos pelos Srs. Augusto Manoel de Siqueira C. Carvalho, Carlos Alberto Valente Viana e Hamilton César Pacheco Bandeira".

9.3. dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, aos interessados.

10. Ata n° 22/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/6/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1612-22/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e Walton Alencar Rodrigues.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1613/2014 - TCU - Plenário

1. Processo n.º TC-011.216/2014-0

2. Grupo I; Classe de Assunto: I - Recurso (Administrativo)

3. Interessado: Rafael Antônio Braem Velasco

4. Órgão: Tribunal de Contas da União

5. Relator: Ministro José Jorge

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Ouvidoria do Tribunal de Contas da União

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo administrativo que cuida de recurso contra ato que atendeu à solicitação de informação requerida com base na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer do presente recurso, haja vista inexistir decisão que tenha indeferido o pedido de acesso de informação formulado pelo Sr. Rafael Antônio Braem Velasco;

9.2. esclarecer ao requerente que as deliberações proferidas nos processos indicados no demonstrativo que deu atendimento à solicitação são de domínio público e podem ser acessados no portal eletrônico do Tribunal de Contas da União;

9.3. dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao interessado;

9.4. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 22/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/6/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1613-22/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e Walton Alencar Rodrigues.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1614/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.048/2014-7.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Solicitação do Congresso Nacional

3. Interessado: Senado Federal

4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstatais).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa Solicitação do Congresso Nacional referente a informações obtidas pelo Tribunal com relação ao suposto pagamento de propina a funcionários da Petrobras pela empresa SBM Offshore.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Solicitação, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 38, inciso II, da Lei 8.443/1992, 232, inciso III, do Regimento Interno do TCU e 4º, inciso I, alínea "b", da Resolução TCU 215/2008;

9.2. informar ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras, Exmo. Sr. Senador Vital do Rêgo, que o TC 005.254/2014-0, que trata de acompanhamento dos trabalhos de apuração da Petrobras e da Controladoria-Geral da União sobre o pagamento de propina a empregados da Petrobras pela SBM Off Shore, se encontra pendente de deliberação nesta Corte de Contas;

9.3. encaminhar ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras, Exmo. Sr. Senador Vital do Rêgo, cópia das peças constantes do TC 005.254/2014-0;

9.4. alertar ao solicitante, face aos regramentos contidos nas Resoluções TCU 254/2013 e 259/2014, sobre o caráter sigiloso do processo e sobre a necessidade de se manter a confidencialidade das informações encaminhadas;

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras, Exmo. Sr. Senador Vital do Rêgo;

9.6. considerar a solicitação integralmente atendida e arquivar o presente processo, nos termos dos arts. 169, inciso II, do Regimento Interno do TCU e 17, inciso I, da Resolução - TCU 215/2008.

10. Ata n° 22/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/6/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1614-22/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e Walton Alencar Rodrigues.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1615/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.886/2014-6.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Solicitação do Congresso Nacional

3. Interessado: Congresso Nacional.

4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa Solicitação do Congresso Nacional referente a informações obtidas pelo Tribunal com relação à aquisição, pela Petrobras, da refinaria *Pasadena Refining System Inc*, localizada no Texas, Estados Unidos da América.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 38, inciso II, da Lei 8.443/1992, 232, inciso III, do Regimento Interno do TCU e 4º, inciso I, alínea 'b', da Resolução TCU 215/2008;

9.2. informar ao Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional da Petrobras - CPMIPETRO, Exmo. Sr. Senador Vital do Rêgo, que o TC 005.406/2013-7, que trata da suposta existência de dano aos cofres públicos no processo de aquisição da refinaria *Pasadena Refining System Inc.*, no Texas, Estados Unidos da América, se encontra pendente de deliberação neste Tribunal;

9.3. encaminhar ao Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional da Petrobras - CPMIPETRO, Exmo. Sr. Senador Vital do Rêgo, cópia, em meio magnético, das peças constantes do TC 005.406/2013-7;

9.4. alertar ao solicitante, face aos regramentos contidos nas Resoluções TCU 254/2013 e 259/2014, sobre o caráter sigiloso do processo e sobre a necessidade de se manter a confidencialidade das informações encaminhadas;

9.5. encaminhar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional da Petrobras - CPMIPETRO, Exmo. Sr. Senador Vital do Rêgo;

9.6. considerar a solicitação integralmente atendida e arquivar o presente processo, nos termos dos arts. 169, inciso II, do Regimento Interno do TCU e 17, inciso I, da Resolução - TCU 215/2008.

10. Ata n° 22/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/6/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1615-22/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e Walton Alencar Rodrigues.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1616/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-017.421/2013-6

2. Grupo I; Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional

3. Interessada: Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados

4. Unidade Jurisdicionada: Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel

5. Relator: Ministro José Jorge

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações - SefidEnergia

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia Solicitação do Congresso Nacional, por intermédio da qual a Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados solicitou, com base nos arts. 70 e 71 da Constituição Federal, que este Tribunal realizasse auditoria nos processos e contratos de implantação dos parques de energia eólica localizados na Bahia, no Rio Grande do Norte, no Ceará e no Rio Grande do Sul.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 38, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. informar à Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados que:

9.2.1. embora tenha ocorrido atraso nas obras de transmissão da energia oriunda das usinas eólicas no Estado do Ceará, tais usinas também não estão aptas a entrar em operação, circunstância que não configura a desconexão entre geração e transmissão;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.2.2. não foram identificados empreendimentos de geração de usina eólica no Rio Grande do Sul com atrasos em sua interligação;

9.2.3. nos Estados da Bahia e do Rio Grande do Norte, havia, no período de julho de 2012 a dezembro de 2013, 48 (quarenta e oito) usinas eólicas aptas a operarem, porém, sem que o empreendimento de transmissão estivesse concluído, impedindo a entrada no Sistema Interligado Nacional (SIN) de um volume de energia em torno de 570 MW médios e gerando um valor a ser arcado pelo consumidor, em decorrência dessa desconexão, da ordem de R$ 929.590.729,00(novecentos e vinte nove milhões, quinhentos e noventa mil, setecentos e vinte e nove reais);

9.2.4. o descompasso entre a geração e a transmissão mencionado no subitem anterior decorreu de um conjunto de fatores a seguir descritos, não sendo identificada conduta individualizada dos agentes envolvidos:

9.2.4.1. do ponto de vista do planejamento, licitação da linha de Igaporã já com esgotamento de capacidade de transmissão;

9.2.4.2. do ponto de vista regulatório, morosidade de oito meses, por parte da Aneel, em expedir uma Declaração de Utilidade Pública, instrumento necessário para a regularização do terreno para fins de transmissão;

9.2.4.3. do ponto de vista fundiário, empecilhos tanto para aquisição do terreno da subestação quanto para a constituição da faixa de servidão administrativa da linha de transmissão, a exemplo de valorização e especulação imobiliária, imóveis sem registros ou ocupados por posseiros e vinculação da regularização fundiária - por parte dos órgãos ambientais - para a concessão de licença;

9.2.4.4. do ponto de vista do meio ambiente:

9.2.4.4.1. leilões contemplando estudos ambientais realizados pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, sem que tais estudos contem com a participação formal dos órgãos ambientais, em que pese a importância do critério socioambiental na definição da viabilidade do empreendimento e na determinação do cronograma da obra;

9.2.4.4.2. obtenção do licenciamento prévio após o procedimento licitatório, ficando os riscos da não viabilização ambiental do empreendimento transferidos para o concessionário, que fica propenso à ocorrência de atrasos já que pode se deparar com novas exigências não previstas no leilão;

9.2.4.4.3. previsão, nos leilões, de oito meses para licenciamento, enquanto, na prática, o prazo médio de obtenção do licenciamento é de vinte meses, em razão, dentre outros, da desconsideração do envolvimento do Iphan e da inadequação de traçado de linha de transmissão e de localização de subestação;

9.2.4.4.4. ausência de regulamentação da Lei Complementar nº 140/2011, que prevê a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas ao meio ambiente;

9.2.4.4.5. déficit de pessoal para realizar as ações relativas ao meio ambiente, com é o caso do Iphan, que possui apenas 38 arqueólogos e técnicos em arqueologia atuando nos 27 estados para a execução de seu trabalho;

9.2.4.5. descumprimento do prazo de execução das obras de transmissão, objeto dos Contratos nºs 019, 020 e 021/2010, pela Chesf;

9.2.5. as medidas adotadas pelos órgãos envolvidos, até o momento, com vistas a evitar fatos semelhantes aos relatados neste processo, são paliativas e visam tão somente à não propagação dos problemas, não tendo o condão de solucioná-los;

9.2.6. encontra-se em fase de conclusão neste Tribunal o TC-029.387/2013-2, que trata do descompasso entre a geração e a transmissão de energia de uma forma mais abrangente, cujos resultados, bem como as determinações e recomendações decorrentes, serão encaminhados à essa Comissão tão logo o processo seja apreciado pelo Tribunal.

9.3. encaminhar, à Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, cópia do presente acórdão, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentam;

9.4. declarar integralmente atendida esta solicitação, com fundamento no art. 14, inciso IV, c/c o art. 17, inciso II, da Resolução-TCU nº 215/2008;

9.5. encerrar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 22/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/6/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1616-22/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e Walton Alencar Rodrigues.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1617/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.826/2012-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Representação)

3. Recorrente: Prog Comercio Ltda - Epp (02.953.201/0001-39).

4. Entidades: Universidade Federal Fluminense e Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa.

5. Relator: Ministro José Jorge

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

8. Advogado constituído nos autos: Luciana Egito de Oliveira (OAB/RJ 119.606)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Pedido de Reexame interposto pela empresa Prog Comércio Ltda. - EPP, contra o Acórdão 1.402/2013-Plenário, em que este Colegiado declarou a recorrente inidônea para participar de licitação na Administração Pública federal, por seis meses

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer, com fulcro no art. 48 da Lei nº 8.443/92, do pedido de reexame interposto pela empresa Prog Comércio Ltda. - EPP contra o Acórdão 1.402/2013-Plenário, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2 dar ciência desta deliberação à recorrente.

10. Ata n° 22/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/6/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1617-22/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e Walton Alencar Rodrigues.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1618/2014 - TCU - Plenário

1. Processo n. TC-006.645/2011-9.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Relatório de Levantamento de Auditoria.

3. Responsável: empresa Saneamento de Goiás S/A - Saneago, CNPJ 01.616.929/0001-02.

4. Entidade: Estado de Goiás.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras de Energia e Aeroportos - SecobEnergia.

8. Advogado constituído nos autos: Edgar Guimarães, OAB/PR n. 12.413.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Levantamento de Auditoria realizada pela então 3ª Secretaria de Fiscalização de Obras - 3ª Secob, no período de 16/5 a 8/7/2011, em cumprimento ao Acórdão n. 564/2011 - Plenário (Fiscobras 2011), referente às obras a ampliação do sistema de abastecimento de água de Goiânia/GO.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com base no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, determinar à Saneago que encaminhe a este Tribunal as justificativas para os aditivos que deram origem às alterações promovidas ao Contrato n. 350/2009 até o décimo quinto termo de aditamento, acompanhadas dos respectivos projetos;

9.2. determinar à SecobEnergia que proceda ao exame da documentação a ser apresentada em atenção ao comando do subitem anterior, representado ao Tribunal, caso necessário;

9.3. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o sustentam, ao Ministério da Integração Nacional, ao Ministério das Cidades, à Caixa Econômica Federal e ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social;

9.4. arquivar este processo.

10. Ata n° 22/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/6/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1618-22/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro e Walton Alencar Rodrigues.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1619/2014 - TCU - Plenário

1. Processo n. TC 008.366/2012-8.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: VII - Denúncia.

3. Responsáveis: Jaldo de Souza Santos, CPF n. 002.840.841-15, ex-Presidente; Walter da Silva Jorge João, CPF n. 028.909.682-00, ex-Vice-Presidente, e Edson Chigueru Taki, CPF n. 396.863.459-49, ex-Tesoureiro.

4. Entidade: Conselho Federal de Farmácia - CFF.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secex/Previ.

8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Denúncia relativa ao Conselho Federal de Farmácia - CFF, em fase processual de exame de pedidos de parcelamento das multas aplicadas aos responsáveis por meio do Acórdão n. 617/2013 - Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 26 da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, deferir os pedidos de parcelamento formulados pelos Srs. Edson Chigueru Taki e Walter da Silva Jorge João, autorizando-os, em consequência, a recolher ao Tesouro Nacional, em cinco parcelas, o valor das multas que lhes foram aplicadas individualmente por meio do Acórdão n. 617/2013 - Plenário, fixando o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, e o das demais, a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma delas a atualização monetária, nos termos da legislação em vigor;

9.2. cientificar os Srs. Edson Chigueru Taki e Walter da Silva Jorge João que, nos termos do parágrafo único do art. 26 da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 217, § 2º, do RI/TCU, a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

9.3. revisar, de ofício, o Acórdão n. 617/2013 - Plenário, para tornar insubsistente o subitem 9.2.1 do referido decisum, de modo a afastar a multa aplicada ao Sr. Jaldo de Souza Santos;

9.4. dar ciência deste Acórdão, bem do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao Conselho Federal de Farmácia - CFF.

10. Ata n° 22/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/6/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1619-22/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro e Walton Alencar Rodrigues.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 1620/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 025.684/2013-2.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria.

3. Responsável: Hospital de Clínicas de Porto Alegre (87.020.517/0001-20).

4. Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (Secex-RS).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de auditoria realizada no Hospital de Clínicas de Porto Alegre com vistas a avaliar as práticas adotadas para assegurar a entrega de resultados de TI alinhados aos objetivos de negócio da instituição, para gerenciar os riscos de TI existentes e para realizar contratações de TI orientadas a resultados.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. recomendar ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre que:

9.1.1. em consonância com o disposto nos itens 9.2.4 do acórdão 1.609/2012, 9.2.5 do acórdão 2.296/2012 e 9.2.3.4 do acórdão 2.523/2012, todos do Plenário, institua procedimentos para avaliação prévia e sistemática de projetos e ações de TI quanto à sua relação custo-benefício, a fim de analisar sua viabilidade e apoiar sua priorização, considerando os objetivos estratégicos da entidade, à semelhança das orientações contidas no Cobit 5, Práticas de Governança EDM02.01 - Evaluate value optimisation e EDM02.02 - Direct value optimisation;

9.1.2. em consonância com o art. 75, III, da Lei 4.320/1964, avalie a conveniência e oportunidade de fazer constar do seu processo de gestão de orçamento e de custos de TI, à semelhança das orientações contidas no Cobit 5, Processo APO06 - Manage Budget and Costs, os seguintes elementos:

9.1.2.1 contabilização de todos os custos de TI, diretos e também indiretos, a exemplo dos custos com recursos humanos, infraestrutura e manutenção de soluções (APO06.01);

9.1.2.2. elaboração e manutenção de um orçamento de TI (APO06.03);

9.1.2.3. detalhamento, categorização, alocação e comunicação dos custos dos serviços de TI às partes interessadas (APO06.04);

9.1.2.4. acompanhamento periódico e comunicação às partes interessadas de desvios do orçamento e custos previstos (APO06.05).

9.1.3. institua processo de gestão de nível de serviço de TI, à semelhança das orientações contidas no Cobit 5, processo APO09 - Manage service agreements e na seção 6.1 da ABNT NBR ISO/IEC 20000-2:2008, prevendo:

9.1.3.1. identificação de serviços de TI (Cobit 5, APO09.01);

9.1.3.2. avaliação da necessidade de estabelecimento de acordos de níveis de serviço entre as áreas de negócio e as áreas clientes de TI, de forma a assegurar que níveis adequados de serviço sejam entregues para os clientes internos de acordo com as prioridades do negócio e dentro do orçamento estabelecido (Cobit 5, APO09.03; item 6.1.3.3 da norma ABNT NBR ISO/IEC 20000-2);

9.1.3.3. monitoramento e avaliação periódicos dos acordos estabelecidos, pelos clientes e pela área de TI (Cobit 5, APO09.04 e APO09.05; seções 6.1.2 e 6.1.3.1 da ABNT NBR ISO/IEC 20000-2).

9.1.4. em atenção aos princípios da eficiência, do planejamento e do controle insculpidos no caput do art. 37 da Constituição Federal e nos incisos I e V do art. 6º do Decreto-Lei 200/1967, respectivamente, e em consonância com o item 9.1.2 do acórdão 1233/2012-TCU-Plenário, aperfeiçoe os seus processos de governança e de gestão de TI, para viabilizar:

9.1.4.1. definição de mecanismos e responsabilidades pelo acompanhamento periódico dos indicadores e pela verificação do cumprimento das metas estabelecidas nos planos de TI;

9.1.4.2. identificação e correção de desvios em relação às metas estabelecidas;

9.1.4.3. divulgação interna e externa do alcance das metas, ou os motivos de não as ter alcançado.

9.1.5. aperfeiçoe o seu processo de gestão de projetos de TI para que contemple, na etapa de encerramento do projeto ou de suas iterações, a verificação dos resultados alcançados, com o fim de assegurar que as expectativas das partes interessadas foram atendidas, os benefícios esperados foram entregues e as lições aprendidas foram documentadas, à semelhança das orientações e práticas contidas no Cobit 5, Prática de Gestão BAI01.13 - Close a project or iteration.

9.1.6. fortaleça a atuação da alta administração para assegurar a otimização dos riscos de TI existentes, desenvolvendo, diretamente ou por meio de comitês designados, as seguintes práticas de governança, à semelhança das orientações contidas no item 4.2 da Norma NBR ISO/IEC 31000:2009 e no Cobit 5, Processo EDM03 - Ensure Risk Optimisation:

9.1.6.1. avaliar, periodicamente, a gestão de riscos de TI desenvolvida pela instituição para assegurar que o apetite a risco é considerado e que o risco relacionado ao uso de TI é identificado e gerenciado;

9.1.6.2. definir políticas para gestão de riscos de TI, estabelecendo responsabilidades e provendo os recursos necessários à sua implementação;

9.1.6.3. dirigir de que forma a gestão de riscos de TI deverá se integrar à gestão corporativa de riscos;

9.1.6.4. definir os objetivos-chave e as metas para gestão de riscos de TI que deverão ser comunicados e monitorados pela alta administração periodicamente;

9.1.6.5.assegurar que os planos que identifiquem, analisem, avaliem e tratem os riscos de TI da entidade sejam submetidos ao Comitê de Tecnologia da Informação para ciência e aprovação.

9.1.7. implante a gestão de riscos de TI por meio de um processo formalizado, corporativo ou específico para TI, que esteja alinhado à gestão de riscos organizacionais, à semelhança das orientações contidas nos itens 4.4.2 e 5.1 da ABNT NBR ISO 31000:2009 e no Cobit 5, Processo APO012 - Manage Risk.

9.1.8. aperfeiçoe o alinhamento de sua gestão de riscos de TI e de segurança da informação à sua gestão de riscos corporativa, à semelhança das orientações contidas no Cobit 5, Prática de Governança, EDM03.02 - Direct risk management, atividade 2, bem como no item 2.2 da Norma Complementar 04/IN01/DSIC/GSI/PR, de 15 de fevereiro de 2013, para que:

9.1.8.1. os normativos, processos e práticas de gestão de riscos de TI e de segurança da informação estejam alinhados às diretrizes e princípios estabelecidos pela gestão de riscos corporativo;

9.1.8.2. sejam definidas as formas de integração e comunicação entre os processos de gestão de riscos de TI, de segurança da informação e corporativo;

9.1.8.3. os riscos identificados pela gestão de riscos de TI e de segurança da informação sejam conhecidos pela gestão de riscos corporativa e sua influência sobre os riscos de negócio seja considerada.

9.1.9. considere nos planos de TI os riscos que possam impactar o cumprimento dos objetivos estratégicos e das metas de TI, à semelhança das orientações contidas no item 3.10 do Guia de Elaboração do PDTI do Sisp e do Cobit 5, Práticas de Gestão, APO02.02 - Assess the current environment, atividades 2 e 4, e APO02.05 - Define the strategic plan and road map, atividade 2.

9.1.10. com base nos artigos 34 e 35 do Regimento Interno da Área Administrativa, aprimore a atuação da área de auditoria interna, para que, à semelhança das orientações contidas no item 4.5 da ABNT NBR ISO 31000:2009 e na Norma IPPF 2120 do The Institute of Internal Auditors, efetue trabalhos de fiscalização com o objetivo de verificar o funcionamento e a eficácia do processo de gerenciamento de riscos de TI, dos planos de tratamento desses riscos e dos mecanismos de comunicação.

9.1.11. em consonância com o art. 10, inciso IV, da IN - SLTI/MP 4/2010, aprimore o seu processo de contratações de soluções de TI de forma a prever a obrigatoriedade de se realizar análise de riscos durante a etapa de planejamento, a fim de identificar e tratar os riscos e ameaças que possam comprometer o sucesso dessas contratações, contemplando pelo menos os seguintes itens:

9.1.11.1. identificação dos principais riscos que possam fazer com que a solução de TI contratada não alcance os resultados que atendam às necessidades da contratação;

9.1.11.2. mensuração das probabilidades de ocorrência e danos potenciais relacionados a cada risco identificado;

9.1.11.3. definição das ações previstas a serem tomadas para reduzir ou eliminar as chances de ocorrência dos eventos relacionados a cada risco;

9.1.11.4. definição das ações de contingência a serem tomadas caso os eventos correspondentes aos riscos se concretizem;

9.1.11.5. definição dos responsáveis pelas ações de prevenção dos riscos e dos procedimentos de contingência;

9.2. determinar ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre que inclua nos relatórios de gestão dos exercícios vindouros informações específicas que permitam o acompanhamento pelos órgãos de controle das ações afetas à governança de TI, conforme orientações contidas no item 7 e seus subitens do Anexo Único da Portaria-TCU 175/2013;

9.3. alertar a administração do Hospital de Clínicas de Porto Alegre sobre os riscos atinentes à contratação de bens e serviços de TI, elencados no item 18 do voto, a que está exposta ao não adotar adequadamente as boas práticas utilizadas como parâmetro de avaliação, bem como as recomendações exaradas nos acórdãos de referência;

9.4. encerrar o presente processo e arquivar os autos.

10. Ata n° 22/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/6/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1620-22/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge e Walton Alencar Rodrigues.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1621/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.487/2013-8.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessado: Senado Federal.

4. Órgão: Senado Federal.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação do Congresso Nacional referente à Resolução do Senado Federal 50/2013 (encaminhada pelo ofício 2573 SF, de 5/12/2013), que autoriza o estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total de até US$ 50.822.905,00 (cinquenta milhões, oitocentos e vinte e dois mil e novecentos e cinco dólares norte-americanos), para financiamento do "Programa de Nacional de Desenvolvimento do Turismo na Bahia (Prodetur Nacional-Bahia)".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 38, II, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer da presente solicitação do Congresso Nacional, com base no art. 232, I, do RI/TCU, art. 4º, I, 'a', da Resolução TCU 215/2008 e art. 1º, § 1º, da IN TCU 59/2009, e considerá-la integralmente atendida, nos termos do art. 17, II, da Resolução TCU 215/2008;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação à Presidência do Senado Federal, ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia e à Secretaria do Tesouro Nacional;

9.3.encerrar o processo e arquivar os autos, com base no art. 2º, § 3º, da IN TCU 59/2009, após o encaminhamento das comunicações pertinentes.

10. Ata n° 22/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/6/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1621-22/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge e Walton Alencar Rodrigues.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira (Relator).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ENCERRAMENTO

Às 17 horas e 42 minutos, a Presidência convocou Sessão Extraordinária de Caráter Reservado a ser realizada a seguir e encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 25 de junho de 2014.

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Presidente

1ª CÂMARA

EXTRATO DA PAUTA Nº 22 (ORDINÁRIA)
Sessão em 1º de julho de 2014, às 15h

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pela 1ª Câmara, na Sessão Ordinária, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 246/2011.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-006.542/2009-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
Interessada: Odila Apolônia de Oliveira Ferreira
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.713/2004-2
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Pará; Ministério da Justiça (vinculador)
Responsáveis: Hiran Augusto Maia Lopes Sá e outros
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-013.232/2014-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco
Interessados: Antonio Ferreira da Silva e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.076/2013-7
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados
Interessados: Adalberto Tabosa de Almeida e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.630/2013-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Rede Ferroviária Federal S.A.
Responsáveis: Benedito Nugnesi de Jesus e outros
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-030.379/2013-0
Natureza: Prestação de Contas - Exercício de 2012
Órgão/Entidade: Superintendência Regional da Conab no Rio Grande do Norte
Responsáveis: Antonio Carlos Bomfim e outros
Advogados constituídos nos autos: não há.

- Relator, Ministro BENJAMIN ZYMLER

TC-005.489/2014-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Paulo Eudes Carneiro
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Piauí
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.482/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Almir Andrade de Menezes Filho; Antonio Carlos Campani; Dulce Maria Varich; Edgar Thorell; Edmundo Kreisner; Gaston Hugo Neri Soria Galvarro; Gerson Antonio Reis da Silva; Hildburg Rotraut Schiemann; Janilson da Silva; Jayme Pereyron Mocellin; Jayme Pereyron Mocellin; José Carlos Friedrich; José Pedro Lahude; Júlio Alfredo Rossi Boehl; Leo Airton Trombka; Lucia Ruschel
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.648/2014-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Ilce Colvero Cargnelutti; Maria Izabel de Abreu Martins; Maria Luiza Pereira da Cunha Scalco; Maria Luiza da Rosa Silva; Neiva Urruth do Amaral
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.650/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Sônia Cleonice Bonifácio; Sônia Elena Carvalho; Sônia Ieda Santos de Freitas; Suzana Borges Silveira; Valéria da Silva Pinto Lauxen Kehl; Zenaide Josenir Straus Paz; Zoraide Maria dos Santos
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.841/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Silvia Borba do Valle; Silvia Cristina Ribeiro dos Santos; Silvia Reis; Silvio Dinis Cabral de Oliveira; Silvio Machado Filho; Simone Meirelles Hani; Simone Xavier Campos; Simone de Oliveira Lopes; Sivalda Fernandes Silvestre; Solange Rodrigues Ribeiro; Solange da Silva Castro; Solange de Santana; Sonia Mara Linhares de Almeida; Sonia Maria Barbosa Maciel; Sonia Regina Grasso; Sonia de Castro Pereira; Soraia Simone da Silva Carvalho; Soraya Wingester Vilas Boas; Stephanie Sabarense; Suellen Figueiredo Fernandes; Suely Marques da Silva; Suely Rosane Oliveira Pereira Pinho; Suzana Cristina de Sousa; Suzana Rachel de Oliveira; Sylvia Henrique Dias; Tadeu Henrique Mendes de Mello; Tagus Ferreira Arruda; Taia Duarte Mota; Tainah Dourado de Miranda Lobo; Tais Porto Oliveira; Talita Cordeiro Galhardo; Talita Regina Sampaio de Souza; Tamara Rodigues Ramos; Tania Pellegrino Ferreira; Tania da Costa Barros; Tania de Melo Coelho; Tarcio Toribio Rodrigues Moreira; Tatiana Brandão Fagundes Lima; Tatiana Goldgaber Borges; Tatiana Pinto de Abreu; Tatiana Rosa Grande; Tatiane Nunes Pereira; Tatianna Meireles Dantas de Alencar; Tell Victor Furtado Coura; Telma Martins do Nascimento Silva; Teresa Abreu de Souza; Teresa Maria Passarella; Teresinha Gonçalves Vaz; Tereza Aparecida Silva da Cruz; Tereza Cristina da Cunha
Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.841/2014-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aglaide Rubim Rodrigues; Genecy Dorneles Mecking; Jorgina Maringi Lobato; Luci Amorim Sena; Margarida Felix Conceição da Silva; Maria Amelia Galhardo Ribeiro; Maria Luiza Rodrigues; Maria de Lourdes dos Santos Eulalio; Terezinha de Jesus Pereira Carvalho; Terezinha de Lourdes Furtado
Órgão: Ministério das Comunicações (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.853/2014-2
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Umbelina Santana Dias
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Maranhão
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.869/2014-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antonieta Conti Schutzer; Darcy Roberto Rocha; Eunice Galeano Colleoni; Julieta Pereira Chagas; Leda Annunciata Torloni; Leonor Marques Ribeiro; Lucilia Freitas Guimarães Bastos; Maria José Paulino da Cunha; Neyde Alayde Del Nero Barros; Virginia Olivares Zillo
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.908/2014-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Marilia Braga Baracho
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado do Rio de Janeiro
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.929/2014-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ronaldo Barros de Freitas
Órgão/Entidade: Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.941/2014-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Cabral Lopes; Neuilton Neres de Oliveira
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Mato Grosso
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.949/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alberto Joaquim de Sa Machado Saraiva; Alvaro Armando Carvalho de Moraes; Antonio Gil Siqueira Rangel; Berilurdes Wallacy Garcia; Carlos Ernesto Sanz Sanz; Carlos Henrique Woelfel Naumann; Claudio Medina da Fonseca; Gerson de Almeida; Gilmar Domigues Cardoso; Henrique de Alcantara Passaro; Herminio Luiz Lourenço Marques; Humberto Cordeiro Cosate; João de Vargas Soares
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado do Espírito Santo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.950/2014-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Joaquim Marques Faria; Leny Ventura dos Santos; Luiz Ricardo Chiabai Loureiro; Maria de Carvalho; Maria de Lourdes Pelisari; Paulo Roberto Martins; Reinaldo Batista Salgado; Roberto Gomes; Rubens Carvalho Quintão; Tarcisio Jose Lahud
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Espírito Santo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.986/2014-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Anna Maria Rodrigues do Nascimento; Carolina Almeida Ramos; Clarice Barthmann Andrade; Cristina da Silva Marques; Egeria Serpa Barcelos Telles; Elida de Araujo Santiago; Francisco Lago de Souza; Ivani Capra Salvador; Jessica Maria Maia; Joao Carlos da Cruz Pacheco; Joao Maria Maia; Jose Delio de Sa; Judith dos Santos Pedreira; Juracy Cornelio Dias; Maria Iraci Aquino de Queiroz; Maria da Conceicao Calazans; Marinalva de Oliveira Vieira; Natalia da Luz Ferreira; Orlando Nunes Leite; Severina Pereira da Costa; Therezinha de Jesus Torelly Zoellner; Valeriana das Silva Moreira Servio
Órgão: Ministério das Comunicações (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.987/2014-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Angelo Raimundo Spoto; Arlet Bianchi Silva; Ernesto Nunes de Oliveira; Icalena Xavier Torres; Jose Francisco Pereira; Marcelo Couto Gianfaldoni; Maria Gilda Mota de Oliveira; Maria Therezinha Moreira de Abreu; Maria do Socorro Reboucas de Carvalho; Sonia Aparecida da Silva de Paula; Valdomira Pinto Oliveira de Souza; Walter Joao de Melo
Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.021/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Gabriel Borges; Ide Santos Borges
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado de Goiás
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.023/2014-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Cleidson Miranda Varão; Iraene Miranda Varão; Maria Gilsa da Silva Miranda; Maria de Lourdes Ramos Sousa Pinheiro; Renata Maria Sousa Pinheiro; Sebastiana Carvalho dos Santos Carreiro; Walmirlando Viana Carreiro
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Maranhão
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.052/2014-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Carmem Lúcia de Andrade Castro; Hercília Lopes Franco
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.053/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Francisca Fernandes de Araujo; Francisca Pereira Alexandre; Giselia de Siqueira Carlota; Maria Gonçalves dos Santos Botelho; Paula Cordeiro da Silva; Severina Dantas Soares
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.397/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Benjamin dos Santos; Domingos Savio de Melo Soares; Mauricio Urquiza Wanderley; Nidia Nascimento Serra
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-009.504/2014-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Eneide Prates Rozembert; Ephrem de Abreu e Lima Filho; Erna Luiza Schmitt; Estevao Claudio dos Santos; Flávio Zanoto Caon; Francisca Camelo de Paiva); Francisca Marques de Souza; Francisca Sebastiana Salinas de Souza; Francisco Motta Granjeiro; Gilene Barreto de Oliveira; Helena Pereira de Araújo; Heloisa Helena Romagnone Carvalho; Hoeck Aureo Souza Miranda; Iara Capriglione Carpes; Ieda Maria Marques Monteiro; Ilza Maria Pereira da Silva; Iolanda Alvares Gomes; Ivanete Bortoli; Ivo Nunes Cordeiro; Jackson Alves de Barros
Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.594/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Maria Leide Barros
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado de Alagoas
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.601/2014-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Giovani Morais Brasil; Maria Helena Arcanjo da Ponte; Maria Meiriane Cavalcante Melo; Maria Rocicle Rodrigues de Brito; Maria Tereza Tavares Barbosa; Marta Maria Mendes Fernandes; Monica Cardoso Facanha; Paulo Gadelha; Rose Nely Galvao de Oliveira; Rute dos Santos Araujo; Telmo Souza Lima; Zulene Lira de Oliveira
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.699/2014-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Eduardo do Carmo; Danilo Oliveira Correa de Souza; Eliana Maria Lobo dos Santos; Gabriela Hamanda Candida Silverio; Geiciene Vieira Braganca; Jose Carlos da Silva; Leliane Costa da Silva; Maria de Fatima Felix
Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.734/2014-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ananias Batista de Souza; Jeovah Sales Caminha; João Pereira da Silva
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.737/2014-6
Natureza: Aposentaodoria
Interessados: Aristides Mazzo; Edivino Ziolkoski
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Paraná
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.753/2014-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jose Augusto Pinto Sobrinho
Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.789/2014-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Francisco Shiro Honda; Marcello Ferraz Coelho; Maria Aparecida de Assis Giraldi; Maria D'arc Siqueira; Maria Luciana da Silva; Renê Salum Dória; Ruth Mota Ferreira
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.904/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Zelber Renato Ferrari
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Espírito Santo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.108/2014-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Roseli Dias Fleck; Rubem Krause Ledur; Rudy Hairton Goellner; Selmis Horbe Costa; Sergio Augusto Portugal Gomes; Sergio Ivo Dedavid; Sergio Moraes dos Santos; Sergio Vasconcellos Dornelles; Sheyla Maria Hartmann Huber; Sidnei Dorfmann Aranovich; Silvio Pereira Coelho; Sonia Hermelinda Dalla Corte; Stela Silveira Azevedo; Stela Silveira Azevedo; Susana Maria Cervieri Fogaça
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.528/2014-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Viana; Alex Brito Souza; Augusto Cesar Luiz Britto; Camilla Conduru Wutke; Cledja Nascimento Soares; Daise Fernandes Nobre; Debora Thais Costa Freitas; Edna Oliveira da Silva; Elaine Alves da Silva Brum; Elaine Rodrigues Carvalho; Elaine Vargas da Silva Monteiro; Elenice Neves da Silva; Eliane da Costa Feitoza; Elisabete Lins Coppola; Elisabete Rosangela Sousa de Avelar; Elisabete de Paula Silva; Elizabeth da Silva Rocha; Enaura Carmo Santos da Silva; Enoque Dantas Ribeiro; Erica Aparecida da Silva Maia; Erika Rosa Bianco; Euvira de Oliveira Pinto; Fabiana Regina Mattoso dos Reis; Fabricio Fabio Machado Bezerra; Felipe Pereira da Silva; Fernanda Aparecida Caixeiro; Fernanda de Barros Pires da Silva; Flaudemir Mendes da Silva; Juliana Mendes Abreu; Keila Cristina Ferreira de Albuquerque; Leni Célia Reis Monteiro; Lizelle Winkelstroter Correia; Monique Tatiane Moraes Galvão; Natalia Fernanda Gomes; Patricia Campelo Haick; Patricia dos Santos Lobo; Paulo Antonio Frances Tavares Cardoso; Rosireno Alfaia Pureza; Wallace Oliveira Rosario
Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.618/2014-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alan Matos Cruz; Alex Moura do Nascimento; Aloisio Francisco dos Santos Junior; Antonio de Freitas Lima; Bruno Andrade Feitosa; Bruno dos Santos Santana; Camila Silveira Donato; Carlos Alberto da Cunha Andrade; Charles Santana Soares; Cicero Thiago Machado; Cleriston Rodrigues Soares; Dina Oliveira do Nascimento Bertino; Edson Soares dos Santos; Evangelino Domingos dos Santos; Everaldo de Souza Junior; Franklin Carneiro Carvalho; Gessica Joana Silva Bispo; Janeclei Santos; Jean Marcel dos Santos; Jean Michel Alves Soares; Joao Paulo Santos Silva; Jobson Nascimento Santos; Jocielder Alberto dos Reis; Josa Barros Lima; Jose Claudio de Souza; Jose Leonel Vicente Salustiano; Jose Marcio Siqueira dos Santos; Jose Romario Gois dos Santos; Juan Carlos Costa da Silva; Lucas Conceicao Souza; Luis Fernando Sandes de Oliveira; Luiz Gustavo Souza Reges; Marcelo Luis de Andrade Oliveira; Marconi Roger Souza Ramos; Marcos Antonio Ramos de Andrade; Marcos Vinicius Alves de Souza Filho; Pablo Luiz Santana Freire; Pablo Oliveira Bispo; Pablo Rodrigo da Silva Batista; Paulo Henrique Meneses Santos; Rafael Bispo Rumao; Rafael Lima Andrade; Ricardo Mota dos Santos; Rodrigo do Nascimento Fontes; Sergio dos Anjos Nascimento; Sheila Matos Freire; Thiago Cesar Freire da Silva; Thiago Conceicao Cruz; Tiago Oliveira Andrade; Vagner Oliveira dos Santos
Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em Sergipe - DR/SE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.626/2014-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jackson Junio Batista; Jailton Souza Guimaraes; Jairo Santos de Oliveira; Janaina Pereira Barreto; Jeferson Motta Barbosa; Jessica Nascimento Alves dos Santos; Joao Paulo Sudre de Andrade; Jocacio de Souza; Joceli de Oliveira Amorim; Jonathan Rizzo Gomes; Jorge Wanderson Silva Oliveira; Joseph Anthony Cain Junior; Josias Teixeira Vicente; Juliana Bourguignon Vogas; Juliane Marina de Paula; Julio Cezar Bomfim Machado; Kayo Felippe Mello Caramuru; Lucas Rodrigues do Carmo; Marcelo da Silva Heiderick; Marcos Paulo Rosseto Mendonca; Maria da Penha Silva Vicente; Marina de Assumpção Fukai; Marlon Alexandre dos Santos; Meyre Ivone Lopes Sabino; Michael Charles Soares Cardoso; Milanne Fraga das Neves; Nicolas Barcellos Duque; Nubia Lopes Vitorino; Onir Ruan Matos Pereira; Ozias dos Anjos Silva; Rafael Pedrosa Carvalho de Oliveira; Rafaela Christ Ruas; Raiany Kuster; Reginaldo Braga Nascimento; Reinaldo Santos Ferreira; Renato de Souza Neves; Rhavy Moraes de Almeida; Roberto Carlos Cogo; Robson Machado Cunha; Ruan Vitor Rocha Loureiro; Samuel Totola; Sivaldo Dopke; Tatiana de Carvalho Bastiani; Thais Miranda de Andrade Henriques Mach; Thiago Manoel de Oliveira; Valdecy Antonio Moreira; Victorino Sibien Bandeira; Wanderson dos Santos; Wegleston Diniz Rosa; Weksley Jose Costa
Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Espírito Santo - DR/ES
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.633/2014-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jadilson Acioly de Oliveira; Jamerson Jose Ferreira Belo; Jamesom Luiz da Silva; Janaina Maria da Silva; Jean Marcel Nascimento Calaça; Jefferson Gomes Silva Santos; Jhon Rony Santos de Souza; Joana Barros de Sa Barreto; Joao Erico Cavalcanti; Joao Marcos Rodrigues Alves; Joao Paulo Souza da Rocha Dias; John Lennon de Lima Silva; Jonatas Duarte Avelino da Silva; Jonathan Gadelha Almeida de Menezes; Jonathan Jean Galindo da Silva; Jose Afro Pereira da Cunha Neto; Jose Alicis da Silva; Jose Carlos dos Santos Filho; Jose Emerson da Silva; Jose Irinaldo Soares da Silva; Jose Josivaldo Silva; Jose Marcelo da Silva; Jose Otavio de Azevedo; Jose Ricardo de Oliveira das Chagas; Jose Roberto Bezerra Filho; Josenaldo Francisco Almeida Silva; Jucier Ramos Francelino; Julia Celeste Pereira da Silva; Juliana Andrade Nogueira de Oliveira; Julio Cesar da Silva; Karla Ferreira de Oliveira; Laila Marcelle de Oliveira Martins; Leandro Melo de Souza; Leandro Romero Soares Pereira Lima; Leandro Vieira dos Santos; Livson Paulo Nunes da Silva; Luiz Felipe Tavares Ferreira de Souza; Maciel Pereira de Oliveira; Mahelle Guedes Macedo; Marcio Jose Melquiades Gomes; Marcondes Bezerra Marinho; Maria Cybelle Leleu da Costa; Mariana Teixeira da Silva; Marliton Jose Franca Diniz; Mauro Henrique Gomes de Lima; Max Alexandre dos Santos; Michael Marques Monteiro; Moabe Soares de Souza; Moises Bandeira de Moura; Nielson de Andrade Vasconcelos
Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em Pernambuco - DR/PE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.685/2006-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ivone Meira Romão; Maria Aparecida de Souza Campos; Maria dos Anjos Schulze; Marilene Silva Domingues; Saulo Silveira de Souza.
Responsável: Eliza Amélia de Miranda Nogueira.
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Santa Catarina.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.929/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Poliana Favero Almonfrey
Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Espírito Santo - DR/ES
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.278/2014-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Luiz Delfin Soares; Maria Aparecida Alves Flaurindo
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.280/2014-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Arlindo Carneiro Filho; Maria das Dores Bezerra
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.281/2014-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adelian Gomes Baldoino Araujo; Eusamar Leite Oliveira; Jose Arimatea de Almeida; Veronica de Jesus Amorim Vaz
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Piauí
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.063/2012-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Norival Lourenco Cidra
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Florianopólis/SC - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.075/2014-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrea Gina Varon; Elisabeth Figueiroa de Matos; Fernanda Borges Flosi; Flávio dos Reis Albuquerque Cajaraville; Gilberto da Silva Costa; Mauro Franca Ferreira Junior
Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.460/2011-2
Natureza: Prestação de Contas
Responsáveis: Adesia Maria da Conceicao Laborda Chenaud; Alamo Pimentel Gonçalves da Silva; Antonio Alberto da Silva Lopes; Antônio Eduardo Mota Portela; Dirceu Martins; Dora Leal Rosa; Dulce Tamara da Rocha Lamego da Silva; Eugenio de Avila Lins; Francisco José Gomes Mesquita; Joselita Nunes Macedo; Luiz Rogerio Bastos Leal; Maerbal Bittencourt Marinho; Marcelo Imbiruçu de Souza; Nadia Andrade de Moura Ribeiro; Naomar Monteiro de Almeida Filho; Paulo Cezar Vilaca de Queiroz; Ricardo Carneiro de Miranda Filho; Robert Evan Verhine
Entidade: Universidade Federal da Bahia
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-015.311/2014-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Geisla Aparecida Finotelo
Unidade Técnica: Secretaria da Receita Federal do Brasil
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.455/2014-9
Natureza: Representação
Representante: Recall do Brasil Ltda.
Unidade: BBTur Viagens e Turismos Ltda.
Advogado constituído nos autos: não há

TC-015.531/2014-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Azevedo de Almeida e outros
Unidade: Banco do Brasil S.A.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.534/2014-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Camila Guimaraes Ribeiro e outros
Unidade: Banco do Brasil S.A.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.537/2014-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Erika Hitomi Shiraishi Fernandes e outros
Unidade: Banco do Brasil S.A.
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-015.543/2014-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lidiane Souza Alves e outros
Unidade: Banco do Brasil S.A.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.544/2014-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcelle Bruna Santana Funaki e outros
Unidade: Banco do Brasil S.A.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.547/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Pedro Paulo Moreira de Oliveira Barreto e outros
Unidade: Banco do Brasil S.A.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.549/2014-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Roseane Queiroz Monteiro Souza e outros
Unidade: Banco do Brasil S.A
Advogado constituído nos autos: não há

TC-015.559/2014-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Camila Gonçalves Seabra e outros
Unidade: Caixa Econômica Federal
Advogado constituído nos autos: não há

TC-015.563/2014-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marina Schuery Soares e outros
Unidade: Caixa Econômica Federal
Advogado constituído nos autos: não há

TC-015.564/2014-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Renata Kelly Guimarães da Costa Cordovil e outros
Unidade: Caixa Econômica Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.569/2014-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ademar Latorre J[unior e outros
Unidade: Secretaria da Receita Federal do Brasil
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.572/2014-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Pedro Henrique Neves Melo e outros
Unidade: Secretaria da Receita Federal do Brasil
Advogado constituído nos autos: não há

TC-034.209/2013-1
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2012
Responsáveis: Luiz Carlos Vissoci e outros
Unidade: Superintendência Regional da Conab no Paraná
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI (em virtude de vacância de cargo de Ministro)

TC-004.660/2014-5
Natureza: Representação
Interessado: Procuradoria da República no Município de Juiz de Fora - MPF
Órgão/Entidade: Fundação de Apoio ao Hospital Universitário FHU da Universidade Federal de Juiz de Fora
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.740/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gisele Figueira Rossi e outros
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.870/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leticia Debli Pereira Lima e outros
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.028/2014-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gustavo da Silva Duarte e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.030/2014-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ruane Fernandes de Magalhaes e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.230/2014-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rodrigo Maciel Calvet e outros
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.242/2014-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jose Eduardo Silva Gomes
Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.448/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Edalmo Souza Couto e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.544/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Rosemar Mary Marega Borges
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.588/2014-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Dilma Antonia Lima Cavalcanti e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.642/2014-1
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Narcisa Ferreira Ventilari
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.647/2014-3
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Alberta Gomes Furtado
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Amazonas
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.658/2014-5
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Hilda Caldeira Rocha Pinto
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.659/2014-1
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Josefa Matias da Silva
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.660/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Osvaldo Sodre Sobrinho
Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.849/2014-5
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Rosa da Silva Dias
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.862/2014-1
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Luiz Carlos Barbosa
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.865/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Marly Villela Bastos
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.904/2014-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Antonio do Nascimento e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.010/2014-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Francisca Gabriela Feijão Alencar e outros
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.014/2014-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Livia Oliveira Campos e outros
Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.080/2014-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Clarice Maria Coelho Torres e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.081/2014-3
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Laire de Farias Moreira
Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.082/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Maria Avany Peixoto dos Santos
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.091/2014-9
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Henrique Figueiredo de Lima
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.093/2014-1
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Josanne Guerra Simões
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.094/2014-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Maria Almeida Macedo e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.095/2014-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Beatriz Ravanelli Cass e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.096/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Manoel Souza e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.101/2014-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Carmen Virgilio de Carvalho Almeida e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.106/2014-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Doraci de Lima e outros
Órgão/Entidade: Instituto Benjamim Constant
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.145/2014-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Arthur Gouvea Leite Barbosa Salgado e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.150/2014-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Angela Maria Silva Alves e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.283/2014-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Clara Maria Gusmao Rocha e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.296/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Claudio Lopes e outros
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.438/2014-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Elide Helena Guidolin da Rocha Medeiros e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-012.482/2014-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rodrigo Leôncio Motta
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.488/2014-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Adriana Santana Bittencourt
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.494/2014-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Juliane Leite São Jose dos Santos
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.495/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Siqueira da Silva e outros
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.499/2014-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Denise Giarola Maia e outros
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.502/2014-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adalgiza Ignácio e outros
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.505/2014-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrea Cristina da Silveira Lana e outros
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.509/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Nila Larisse Silva de Albuquerque
Órgão/Entidade: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.510/2014-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Frederich Coutinho de Barros
Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.533/2014-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francisneide de Sousa Lourenço e outros
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.538/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Helânia Pereira da Silva
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.549/2014-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Maria Magalhaes e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.574/2014-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Christopher Bruno Costa Aviz e outros
Órgão/Entidade: Superior Tribunal Militar
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.143/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Barbara Marise David Fonseca
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.144/2014-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Diva Barros Arantes
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.146/2014-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Roberto Leiwinston Costa Guimarães
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.147/2014-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Benedita Julieta da Silva
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.153/2014-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Elza Vieira Salgado
Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.214/2014-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Elizabeth Martins
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.216/2014-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Almevaldo Farias de Oliveira e outros
Órgão/Entidade: Fundação Joaquim Nabuco
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.218/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Ribamar Farias e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.222/2014-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Cristina Pataro Maffia e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.241/2014-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antônio Luiz da Silva e outros
Órgão/Entidade: Superior Tribunal Militar
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.262/2014-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alaudio de Oliveira Mello Junior e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.263/2014-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Izaias Albuquerque das Graças e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.268/2014-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Francisca Marques da Silva
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.875/2013-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Fernando Costa e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.087/2010-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Grupo Dignidade - Pela Cidadania de Gays, Lésbicas e Transgêneros e outros
Órgão/Entidade: Secretaria de Direitos Humanos
Advogados constituídos nos autos: Umberto Giotto Neto (OAB/PR 22.946) e Rafael Wobeto de Araújo (OAB/PR 31.038).

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-002.446/2014-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Associação Sergipana de Blocos de Trio; Lourival Mendes de Oliveira Neto
Órgão/Entidade: Associação Sergipana de Blocos de Trio
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.209/2013-1
Natureza: Monitoramento
Responsáveis: Claudia Gomes de Melo e outros
Interessado: Secretaria de Controle Externo do TCU/GO
Órgão/Entidade: Ministério do Turismo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.011/2010-5
Natureza: Representação
Interessado: Câmara Municipal de Palhoça-SC
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Palhoça - SC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.845/2012-2
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Leila Maria Sousa
Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA

TC-009.271/2014-7
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Dorani Coelho Ferreira; Ismael Afonso Paiva Reis; Izaura Mariza Vieira Bicalho Ribeiro; Jairo Wanderley Braz; Jose Alfredo Guimaraes Ferreira; Jose Moacir Baçu; Moema de Fatima Sales Rocha; Silvio Alvares Pinto e Vera Candida Sales do Vale.
Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Minas Gerais.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.871/2014-9
Natureza: Representação.
Representante: Leonardo Felippe Ferreira.
Entidade: Município de Colatina/ES.
Advogado constituído nos autos: não há.

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-016.090/2013-6
Natureza: Pedido de Reexame (em Aposentadoria)
Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de S. J. Evangelista N. de Senna - MEC
Interessados: Joaquina Miranda de Almeida; Joaquina Miranda de Almeida
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro BENJAMIN ZYMLER

TC-003.970/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Diego Mateus Sousa Bezerra; Francisco Jeander Trajano; Maria Hosana Moura do Nascimento
Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.971/2014-7
Natureza: Pensão civil
Interessado: Tuanny Aguiar Sousa
Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.981/2014-2
Natureza: Pensão civil
Interessados: Marilene da Silva Oliveira; Mascilene da Silva Oliveira.
Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.007/2013-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Maria Aparecida Antônia Rocha e Associação Brasileira de Assistência e Desenvolvimento Social - Abads
Entidade: Fundo Nacional de Saúde - FNS/MS
Advogados constituídos nos autos: Luíza Greenhalgh Jungmann (OAB/SP 316.231) e outros

TC-005.611/2014-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Maria de Fátima Pereira de Sá e Castro
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Maranhão.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.145/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Carlos Filho
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Alagoas.
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-006.584/2014-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Paulo Denis Simas Pereira
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Santa Catarina.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.645/2013-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo - Facesp; Veruska Ticiana Franklin de Carvalho
Órgão: Ministério da Cultura.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.190/2013-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aluísio do Rego Mello; Raimundo Nonato Medeiros
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Maranhão.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.507/2013-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Cipriano Correia
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.515/2013-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Sebastião Tibúrcio de Lima
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.653/2013-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Carlos Alberto de Faria
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-002.519/2012-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Alexsander Oliveira de Andrade (ex-prefeito), Edmilson Santos Brito (ex-secretário municipal de saúde), Maria Elizabete Oliveira (ex-pregoeira), Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda., Drogafonte Ltda., LG Farma Ltda. e A & R Distribuidora de Produtos Farmacêuticos e Hospitalar Ltda.
Unidade: Prefeitura Municipal de São Cristóvão/SE
Advogados constituídos nos autos: Benedito Ferreira de Campos Filho (OAB/SP nº 167.058), João Bosco Santana de Oliveira (OAB/SE nº 4.979), Paulo Evangelista dos Santos Neto (OAB/SE nº 4.804) e Victorino de Brito Vidal (OAB/PE nº 100B)

TC-017.610/2011-7
Natureza: Auditoria
Responsáveis: Plínio Ivan Pessoa da Silva, Superintendente Adjunto de Administração; Emília Amaral Silva Rolim, Coordenadora-Geral de Recursos Logísticos; José Antônio Greco, Coordenador de Atividades Auxiliares; Francisco Joanes Paula de Paiva, pregoeiro; Edmilson Silva de Menezes, técnico de apoio operacional, e San Marino Locação de Veículos e Transportes Ltda.
Unidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)
Advogados constituídos nos autos: Karina Amorim Sampaio Costa (OAB/DF 23.803) Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22.885) Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546)

TC-023.955/2009-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Jomar Fernandes Pereira Filho (ex-prefeito), Marcus Robertson Scarpa (presidente da Muito Especial) e Muito Especial
Unidade: Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA Advogada constituída nos autos: Adilene Ramos Sousa (OAB/MA nº 5.699)

TC-027.680/2007-0
Natureza: Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas)
Recorrentes: José Mariano da Silva Mello (ex- Coordenador-Geral de Serviços Gerais do MMA), Francisco de Assis Ferreira da Mota (ex-Gestor Administrativo e Pregoeiro do MMA), Gerson Galvão (ex-Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do MMA), Fátima Christina Maia Braga (Assistente Técnico do MMA) e Gráfica e Editora Ideal Ltda.
Unidade: Secretaria-Executiva do Ministério do Meio Ambiente - SE/MMA
Advogados constituídos nos autos: Airton Rocha Nóbrega (OAB/DF 5.369) e Cynthia Póvoa de Aragão (OAB/DF 22.298)

TC-028.705/2012-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Haroldo Lima Bandeira (ex-prefeito) e Construtora Proença Ltda.
Unidade: Prefeitura Municipal de Manga/MG
Advogado constituído nos autos: não há

TC-033.448/2010-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: José dos Santos Amado (ex-prefeito) e Stac Engenharia Ltda.
Unidade: Prefeitura Municipal de Cururupu/MA
Advogados constituídos nos autos: Benevenuto Marques Serejo Neto (OAB/MA 4.022) e Antonio Roberto Pires da Costa (OAB/MA 3.943)

TC-034.474/2011-0
Natureza: Prestação de contas
Exercício: 2010
Responsáveis: Alfredo Souza de Moraes Júnior (membro do Conselho Fiscal); Amaury Pio Cunha (membro do Conselho Fiscal); Arlon Viana Lima (membro do Conselho de Administração); Carlos Eduardo Esteves Lima); Darci Bertholdo (membro do Conselho de Administração); Fernando Antonio Cavallari (membro do Conselho Fiscal); Francisco Sérgio Ferreira Jardim (presidente do Conselho de Administração); Jamil Yatim (diretor administrativo e financeiro); João Batista da Silva Fagundes (membro do Conselho Fiscal); Júlio Domingues Possas (membro do Conselho Fiscal); Luciana Cortez Roriz Pontes; Luiz Concilius Gonçalvez Ramos (diretor técnico e operacional); Marcelo Saraiva Cavalcanti (presidente do Conselho Fiscal); Mario Maurici de Lima Morais (diretor-presidente); Paulo Nathanael Pereira de Souza (membro do Conselho Fiscal); Ricardo Coelho de Faria (membro do Conselho Fiscal); Sergio Feijão Filho (membro do Conselho Fiscal); Wagner Goncalves Rossi (membro do Conselho de Administração); William Braga de Brito (membro do Conselho Fiscal)
Unidade: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp)
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI (em virtude de vacância de cargo de Ministro)

TC-012.932/2011-6
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Câmara da Indústria, Comércio, Serviços, Agricultura e Turismo de Gramado/RS - CICSAT.
Responsáveis: Câmara da Indústria, Comércio, Serviços, Agricultura e Turismo de Gramado/RS - CICSAT; Gilberto Tomasini, Presidente; Gilberto Michaelsen; e Claudino Pedro Camatti.
Interessado: Ministério da Cultura/Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade - CGOFC/MinC.
Advogados constituídos nos autos: Luiz Carlos dos Santos, OAB/RS nº 33.210; Nathália Bittencourt Reschke, OAB/RS nº 78.557.

TC-019.933/2007-2
Natureza: Monitoramento (Tomada de Contas - exercício 2006).
Interessado: Fundo Nacional de Saúde - FNS.
Entidade: Centro Nacional de Primatas - CENP.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-009.062/2014-9
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/DF.
Interessada: Ernestina Santos Cerqueira
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.474/2012-4
Natureza: Tomada de contas especial
Unidade: Município de Atalaia do Norte/AM
Responsáveis: Rosario Conte Galate Neto e Raimundo S. Elgaly - ME
Advogados constituídos nos autos: Thayla Galate Gomes (OAB/AM 7.954), Auton Francisco Furtado Maia (OAB/AM 5.821) e outros

TC-034.050/2011-6
Natureza: Prestação de Contas (exercício de 2010)
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural/Administração Regional no Piauí - Senar/PI
Responsáveis: Carlos Augusto Melo Carneiro da Cunha, Paulo Emilio do Rêgo Monteiro, Reginaldo Soares Veloso, José Joaquim Marques, Sérgio Luiz Bortolozzo, Antonio Manoel G. de A. Casteto Branco Filho, Antonio Wall Ferraz, Mariano Gil Castelo Branco, Maria Letícia Tamer Godinho, João Martins de Araújo Costa Filho, Filemón José Fco. de S. N. Paranaguá, José Evandro de Araújo Luz, Antonio José da Rocha Oliveira, Joaquim Cardoso, Izaias Rocha da Silva Filho, João José Tourinho, Luiz Gonzaga Lobão Castelo Branco, Elizângela Maria dos Santos Moura e João Batista da Silva
Advogado constituído nos autos: Francisco das Chagas Mazza de Castro, OAB/PI 1.700.

- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA

TC-002.753/2012-0
Apenso: TC 041.689/2012-7.
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Rorainópolis/RR.
Responsável: José Reginaldo de Aguiar.
Interessado: Fundação Nacional de Saúde.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.641/2013-6
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Araripina/PE.
Responsável: Simone Batista Granja.
Interessado: Fundo Nacional de Saúde (FNS).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.237/2010-7
Natureza: Prestação de Contas. Exercício 2009.
Entidade: Superintendência Regional do Incra no sul do Pará.
Responsáveis: Jandir Mella e Raimundo de Oliveira Filho.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.891/2013-4
Natureza: Prestação de Contas.
Exercício: 2012.
Órgão: Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano.
Responsáveis: Ana Lúcia Ancona; Julio Thadeu Silva Kettelhut; Nabil Georges Bonduki; Pedro Wilson Guimaraes; Renato Saraiva Ferreira e Silvano Silverio da Costa.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.115/2010-0
Natureza: Prestação de Contas.
Exercício: 2009.
Entidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Médio São Francisco/PE.
Responsáveis: Emerson Jocaster Negri Scherer e Vitor Hugo da Paixão Melo.
Interessado: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Médio São Francisco/PE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.785/2011-4
Natureza: Tomada de Contas.
Exercício: 2010.
Órgão: Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).
Responsáveis: Daniel Maia e Marcia da Silva Quadrado.
Advogado constituído nos autos: não há.

Secretaria das Sessões, 25 de junho de 2014.
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário da 1ª Câmara

2ª CÂMARA

EXTRATO DA PAUTA Nº 22 (ORDINÁRIA)
Sessão em 1º de julho de 2014, às 16h

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pela 2ª Câmara, na Sessão Ordinária, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 246/2011.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-001.212/2014-1
Natureza: Representação
Interessado: Larry da Silva Oliveira Filho, Juiz do Trabalho da 13ª Vara do Trabalho de Recife/PE.
Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.799/2013-1
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Zélia Ferreira do Nascimenro
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho - 21ª Região/RN
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.933/2014-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Carlos Eduardo Nunes Alves; Francisco Dagmar Fernandes; Maria Euza Cardoso; Associação dos Produtores Artesanais de Gostoso - Aspag; Centro de Educação e Assessoria Hebert de Souza - CEAHS e Conselho Regional de Economia 19ª Região/RN - Corecon-RN
Entidade: Secretaria de Estado do Trabalho, da Justiça e da Cidadania do Rio Grande do Norte - Sejuc/RN.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.259/2014-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Carlos Eduardo Nunes Alves; Francisco Dagmar Fernandes; Maria Euza Cardoso; Cooperativa de Produção Artesanal Crutac Ltda. - Coopercrutac; Serviço Social da Indústria - Sesi; e Social Democracia Sindical do Rio Grande do Norte - SDS.
Entidade: Secretaria de Estado do Trabalho, da Justiça e da Cidadania do Rio Grande do Norte - Sejuc/RN.
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-005.299/2013-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Ricardo de Santana Araújo
Entidade: Prefeitura Municipal de Galinhos - RN
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.010/2013-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Consorciação de Associações para o Desenvolvimento da Pesca no Litoral Norte - Centropesca; Carlos Eduardo Nunes Alves; Francisco Dagmar Fernandes; e Sra. Maria Euza Cardoso (CPF 028.004.464-04.
Entidade: Secretaria de Estado do Trabalho, da Justiça e da Cidadania do Rio Grande do Norte - Sejuc/RN
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.321/2013-7
Natureza: Representação
Interessada: Microsens Ltda.
Entidades: Ministério da Previdência Social (vinculador); Superintendência Estadual do INSS em São Paulo - Gerência Executiva em São Paulo - Centro.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.457/2013-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Carlos Eduardo Nunes Alves; Francisco Dagmar Fernandes; Maria Euza Cardoso; Sociedade Professor Heitor Carrilho; e Flávio José de Andrade Rebouças.
Entidade: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - Ministério do Trabalho e Emprego (SPPE/MTE)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.468/2014-6
Natureza: Representação
Interessada: Dimep Comércio e Assistência Técnica Ltda.
Entidade: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.300/2011-0
Natureza: Representação
Interessado: Zacharias Mustafa Neto
Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.455/2012-2
Natureza: Monitoramento
Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.725/2012-0
Natureza: Representação
Interessada: Secretaria Federal de Controle Interno - SFCI.
Entidade: Prefeitura Municipal de Traipu - AL.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.536/2010-0
Apensos: 037.883/2011-9 (COBRANÇA EXECUTIVA); 037.884/2011-5 (COBRANÇA EXECUTIVA)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Almir Luís Ribeiro; Prefeitura Municipal de Jeriquara - SP
Entidade: Prefeitura Municipal de Jeriquara - SP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.309/2012-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Carlos Eduardo Nunes Alves; Francisco Dagmar Fernandes; Maria Euza Cardoso; Movimento de Integração e Orientação Social; Denise Pereira Alves; e Flávio José de Andrade Rebouças.
Entidade: Secretaria de Estado do Trabalho, da Justiça e da Cidadania do Rio Grande do Norte - Sejuc/RN.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.373/2012-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: José Luiz da Silva; Luiz Antônio Trevisan Vedoin; Santa Maria Comércio e Representação Ltda.
Entidade: Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.979/2011-4
Natureza: Representação
Interessado: Controladoria Geral da União - CGU.
Entidade: Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios - AL
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.014/2013-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Carlos Eduardo Nunes Alves; Francisco Dagmar Fernandes; Instituto de Segurança do Trabalho e Ação Comunitária - Isac; Flávio José de Andrade Rebouças; e Maria Euza Cardoso.
Entidade: Secretaria de Estado do Trabalho, da Justiça e da Cidadania do Rio Grande do Norte - Sejuc/RN
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.559/2011-9
Natureza: Monitoramento
Entidade: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.981/2013-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Heriberto Ribeiro de Oliveira; Luciana Vieira da Silva Farias
Entidade: Prefeitura Municipal de Touros - RN
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.833/2012-9
Natureza: Representação
Responsáveis: Adriano Ogioni de Matos; José Carlos de Almeida; Prefeitura Municipal de São José do Calçado - ES; Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Espírito Santo
Interessado: Estrutural Construtora e Incorporadora Ltda.
Entidade: Prefeitura Municipal de São José do Calçado - ES
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.620/2010-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Aristeu Alves Lima
Órgão: Departamento de Polícia Federal - DPF.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.481/2008-1
Apensos: 012.459/2004-5 (REPRESENTAÇÃO)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Construtora Dalla Nora Ltda. - ME.; Elias Dalla Nora; Prefeitura Municipal de Barra do Guarita - RS; Stanislau Jaguszeviski
Entidade: Prefeitura Municipal de Barra do Guarita - RS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.297/2010-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Barbara Oliveira da Silva; Felipe Ferrer Patury Monteiro; Marcia Oliveira da Silva; Maria do Ceu Alves de Brito; Naira Rafaela de Brito; Nilva Pereira de Jesus; Rodrigo Rafael de Brito; Vasthi Araújo da Fonseca
Órgão: Departamento de Polícia Federal - DPF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.863/2013-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joanna Dárck Sanches da Silva; José Maurício Pontes Junior; Larissa Peixoto César Caldas
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.874/2013-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Kelly Cristina Diniz Porto
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.022/2013-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Santos Lemos; Adriano César Vitor Soares; Adriano Lélis de Medeiros; Adriano Silva Mouco; Alonso Navarro Santos; Débora de Paiva Maciel; Lívia Figueiredo Gomes; Maria Aparecida Fonseca Castro Cardoso; Raquel Fernandes Xavier Assis; Rhainer Felipe Tavares; Sofia Chaves Matos; Thiago Francisco de Oliveira Pinto
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.364/2013-9
Natureza: Acompanhamento
Interessado: Companhia Docas do Estado de São Paulo
Entidades: Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq; Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp; Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.773/2011-0
Natureza: Monitoramento
Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Mato Grosso - Incra/MT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.075/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Abineas Jose Pereira; Edmilson Leonidas de Almeida; Genesio Rodrigues dos Santos; Joao Francisco da Silva; Joao Hermogenes Ferreira; Jose Benvindo de Carvalho; Juracy de Oliveira Dantas; Lisarde dos Santos Pinheiro; Maria Carmen de Carvalho de Souza; Maria Dolores Marques Cavalcante; Maria Dolores Marques Cavalcante; Maria da Penha Lacerda da Silva; Maria do Socorro Mesquita Gomes; Maria do Socorro Mesquita Gomes; Zacarias Fidelis Bezerra
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.077/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Emanuel Lopes Loureiro; Emanuel Lopes Loureiro; Francisco Pereira Gomes; Francisco Pereira da Cunha; Francisco Pinto de Lacerda; Fulton Magalhaes Porto; Jose Alfredo dos Santos; Jose Geronimo dos Santos; Jose Lopes Duarte; Jose Nilde de Souza; Lazaro do Espirito Santo; Maria Cristina Ferreira do Amaral; Maria do Socorro Carvalho Pereira; Raimunda da Penha Alencar; Raimunda da Penha Alencar; Waldemar Correia de Amorim
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas - DNOCS.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

TC-008.941/2002-5
Natureza: Tomada de Contas -
Exercício:2001
Responsáveis: 3M Global Construções e Serviços Ltda. E outros
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Pará - SFA/PA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.567/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joilson Ezequiel dos Santos Junior e outros
Unidade: Ministério Público do Trabalho
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.615/2014-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Helana Gurgel Pinho e outros
Unidade: Ministério Público Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.896/2014-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ricardo Fernando Silva Borges e outros
Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.926/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Hélvia Socorro Fernandes de Castro e outros
Unidade: Ministério Público Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.660/2014-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Luis Felipe Carvalho Silva
Unidade: Ministério Público Militar
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.661/2014-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex Miranda Soares e outros
Unidade: Ministério Público do Trabalho
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.684/2014-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Luiza Gomes Freire de Alencar e outros
Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.633/2007-1
Natureza: Embargos de Decaração em TCE
Recorrente: Rosário Conte Galate Neto
Unidade: Município de Atalaia do Norte - AM
Advogado constituído nos autos: Walcimar de Souza Oliveira (OAB/AM 2469)

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

TC-000.178/2014-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Pedro Henrique de Jesus Pereira.
Entidade: Município de Teotônio Vilela/AL.
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (Secex/AL).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.896/2014-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Delvani Balbino dos Santos
Entidade: Município de Floresta do Araguaia/PA
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex/PA).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.175/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allane Thomaz Meneses; Túlio Ramos Amaral.
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Pará
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-007.702/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonieta Carvalho Regis de Alencastro e outros
Órgão: Ministério da Pesca e Aquicultura (vinculador)
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.944/2014-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rosana Ribeiro Lima e outros
Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.949/2014-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Gabrielli Neves e outros
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.954/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francisco Iraildo Ferreira; Karine Carvalho Leite da Costa Ribeiro.
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.056/2014-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antonia Duarte da Silva e outros
Órgão: Departamento de Polícia Federal
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.888/2011-0
Apenso: TC 014.040/2010-7 (Relatório de Auditoria)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Adriano Rodrigues Pereira e outros
Entidade: Associação Sergipana de Blocos de Trio (ASBT)
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (Secex/SE)
Advogados constituídos nos autos: Andressa N. Vieira (OAB/DF 26.994) e outros

TC-012.192/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Recorrente: Othílio Francisco Tino.
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR.
Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
Advogado constituído nos autos: Jean Cleuter Simões de Mendonça (OAB/AM 3808).

TC-012.579/2014-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alana Silveira Santos e outros
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.839/2006-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alcides José dos Santos e outros
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG/MEC).
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.819/2014-7
Natureza: Representação
Representante: Superintendência Regional em Santa Catarina do Departamento de Polícia Federal.
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC).
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex-SC).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.211/2012-6
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Nathalia D'avila de Brito.
Entidade: Colégio Pedro II.
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.300/2014-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Altemir Batista Fernandes e outros
Entidade: Companhia de Eletricidade do Acre
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.498/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leonardo Gonçalves Bezerra; Marcelo Giovane Alves; Paul Gerhard Beyer Ehrat.
Órgão: Ministério da Justiça (vinculador)
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.675/2014-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Adamo Batista
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-044.063/2012-1
Apenso: 010.581/2013-8 (Solicitação)
Natureza: Representação
Representante: Jonathan Xavier Donadoni, Procurador do Município de Cruzeiro do Sul/AC.
Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Município de Cruzeiro do Sul/AC.
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (Secex-AC).
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministra ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR

TC-003.405/2013-3
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsável: Bento de Sá Coelho.
Unidade: Município de Feira Nova do Maranhão - MA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.431/2013-4
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsáveis: Aluísio Holanda Lima e Maria Selma Barreto Paiva.
Unidade: Município de Olho D'água das Cunhãs - MA.
Advogado constituído nos autos: José Raimundo Costa Magalhães (0AB/MA 5713).

TC-004.045/2013-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsáveis: Carlos Augusto Ferreira da Silva; Grupo Folclórico Cultural Bumba-meu-boi de Orquestra de Tajaçoaba/MA.
Unidade: Ministério da Cultura (vinculador).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.805/2014-0
Natureza: Reforma..
Interessados: Geraldo Henrique de Araujo, José Luiz Ferreira da Luz, Lourival de Santana Rego, Paulo Cezar Corrêa Defelippe.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.539/2014-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Vitor Ryan Moura Moreira, Josefa Alves Santana Soares, Iara Da Silva Marques, Mariza De Fatima Da Silva Ramos, Michelle Cristiane Roza Marques, Lorraine Caroline Fernandes Santos, Maria Jose Emilio Dos Santos, Marlene Luzia De Castro Marques, Rita Maria De Brito Nascimento, Iracema De Abreu Albuquerque, Milton Nascimento Reis, Rosa Vieira Santana, Elizabeth Pereira Magalhaes, Maria Do Rosario De Araujo Paiva, Valdeir Lima Lopes , Maria Das Dores Freitas Nogueira, Fabiana Costa Ferreira, Marlene Costa Ferreira, Cidineia Nunes Fernandes, Selma Pereira De Moura, Florinda Eloi De Oliveira, Lucimar Pereira Cabral, Alvania Ferreira De Jesus, Paulo Roberto De Jesus, Ana Maria Cavalcanti Furtado.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.816/2014-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Lúcio Flávio Xavier Carneiro.
Unidade: município de Barra Longa - MG.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.812/2014-1
Natureza: Representação.
Representante: SCM-Sistemas Consultoria & Métodos Ltda..
Unidade: município de Teófilo Otoni - MG.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.140/2014-7
Natureza: Reforma
Interessados: Raimundo Elifrazio da Silva; Raimundo Emerito da Costa; Raimundo Felix Filho; Raimundo Nogueira; Raimundo Nonato da Silva; Raimundo dos Santos Coelho; Ramiro de Oliveira Machado; Raul Andre dos Santos; Ricardo Luiz Ribeiro de Araujo Cid; Ricardo dos Santos Pinheiro; Rivaldo Nepomuceno da Silva; Roberto Gomes Pereira; Roberto Xavier do Nascimento; Rodrigo Bertoldo do Nascimento; Rodrigo Scheer Machado; Rogerio de Aguiar; Ronaldo Nogueira Kato; Roney Souza Fonseca; Roque Oliveira Ramos; Rosemira Marques Lopes.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.205/2014-1
Natureza: Representação
Representante: Cláudio Luiz Lima Cunha.
Unidade: município de Apicum-Açu - MA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.207/2014-4
Natureza: Representação.
Representante: município de Cândido Mendes - MA.
Unidade: município de Cândido Mendes - MA.
Advogados constituídos nos autos:Dennys dos Santos Porto (OAB/MA 12.145) e Ronaldo Rodrigues Santos Ribeiro (OAB/MA 7.402).

TC-012.209/2014-7
Natureza: Representação.
Representante: município de Esperantinópolis - MA.
Unidade: município de Esperantinópolis - MA. Advogados constituídos nos autos: Carlos José Luna dos Santos Pinheiro (OAB/MA 7.452) e outros.

TC-012.516/2014-7
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Abner Santos Menezes Souza; Abner de Oliveira Freitas; Abraao Bernardes de Oliveira Santos; Adam Gonçalves Silva; Adauto Bomfim Barbosa Junior; Ademir Rodrigues de Araujo Junior; Adenilton Lima Xavier; Adonai Douglas Santos; Adriano Gomes da Silva; Adriano Nascimento da Silva; Adriano Silva Farias; Adriano Soares Morales; Adriel Santos de Jesus; Ailson Ayrton de Andrade; Alaeço Francisco de Arruda Júnior; Alan Araújo Alves; Alan Balbino da Silva; Alan Costa Carvalho; Alan Gomes de Souza; Alan Lourenço Bastos Monteiro; Alan Patrick Ramos Rangel; Alan Ramos da Silva; Alan Rodrigues de Freitas; Alan Viana Silva; Alan da Silva Alves; Alan da Silva Pereira de Almeida; Albert Nascimento de Carvalho; Alberto Ignacio da Silva; Alberto Muniz Fagundes; Alef Leite de Brito; Alef Lima de Freitas Gomes; Alef Moreira Soares da Silva; Alef de Melo Viana; Alessandro Cidade Costa de Carvalho; Alesson Ferreira de Sousa; Alesson Kawaii Oliveira de Jesus; Alex Alves Ponciano; Alex Anderson Silva dos Santos; Alex Bruno da Silva; Alex Cordeiro Moreira; Alex Eduardo de Souza Mendes; Alex Gomes de Souza; Alex Marllon Freitas Braga; Alex Marques Naus de Carvalho; Alex Moura do Vale; Alex Pacheco da Silva; Alex Rodrigo da Costa Jerônimo; Alex Tavares Rocha; Alex Trindade Conceição; Álax Guill da Soledade Rodrigues.
Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.518/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Felipe de Sa; Andre Victor da Silveira Santos; Andrei Garcia Tavora; Andrew Oliveira da Silva; Andrez Gomes Rodrigues; Andrielison de Lima Sales; Andrin Moura Figueiredo; André Araújo Guerra; André Augusto Cardozo Alves; André Carlos Santos da Silva; André Diogo Lourenço Medeiros; André Lucas Freitas da Silva Cardoso; André Lucas Tomaz da Paixão; André Luis Ferreira dos Santos Filho; André Luiz Gomes Oliveira; André Luiz Nascimento dos Santos; André Luiz da Silva; André Luiz da Silva Paiva; André Montibelo Ximenes; André Rodrigues Florentino; André Vitor Teixeira de Souza Silva; André de Sousa Araujo Barbosa; André do Nascimento Barbosa; Angelo Duarte dos Reis; Angelo Felipe dos Santos Lemos; Angêlo Gabriel Rodriguês dos Santos; Anibal Joaquim Barroso Neto; Antonio Ari Arlen de Sousa; Antonio Bruno Alzamende de Souza; Antonio Elton Silva Oliveira; Antonio Felipe da Costa de Souza; Antonio Marllon da Rocha Pires; Antonio Medeiros do Nascimento Junior; Antonio Orismar Gomes de Sá; Antonio Pacheco Muniz de Oliveira; Antonio Tomé Souza Santos; Antonio de Souza Rocha; Antônio Carlos Peccini Silva Cristino; Antônio Charles Pereira Barros; Antônio Hernando Oliveira de Sena Júnior; Antônio Robson de Macêdo Carvalho; Ariel Paiva Atanes; Armando Araruna Júnior; Aroldo Bispo dos Santos Júnior; Arthur Cristian Campelo Morais; Arthur Felippe Tavares Keiber; Arthur Gabriel Amaral Marinho; Arthur Giuliordori Sanches da Silva; Arthur Henrique da Conceição de Souza; Arthur Hyldemberg Lourenço dos Santos.
Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.521/2014-0
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Bruno Matheus França Figueiredo; Bruno Mathias de Paula; Bruno Pereira da Silva; Bruno Ribeiro de Melo; Bruno Ricardo Tavares dos Santos; Bruno Rocha da Silva; Bruno Souza dos Santos; Bruno Vieira Barbosa; Caike Júnio Dorea Santos; Cainã Portela Soares; Caio Apolo Pereira Passos; Caio Cesar de Medeiros Paiva; Caio Cruz Correia; Caio Hoffman de Sousa Oliveira; Caio Lúcio Assumpção Ramos; Caio Pablo Rock Bandeira; Caio Rodolfo Garcia de Figueiredo; Caio Sousa de Souza; Caio Stum da Cunha; Caio Vinicius da Silva Fassini Martins; Caio da Silva Santos; Caique Marques Ramos; Caique Martins da Silva; Calebe Almeida da Silva; Carlos Alberto Eustáquio de Farias Júnior; Carlos Alberto Fernandes Silva; Carlos Alberto Pereira Junior; Carlos Alberto Ramalho da Silva Freitas; Carlos Alberto Silva de Lima; Carlos Alberto dos Santos Acioli; Carlos Augusto Domingues dos Santos; Carlos Augusto de Assis Silva Junior; Carlos Bonnier França da Silva; Carlos Cruz Pereira; Carlos Eduardo Menezes da Silva Martins; Carlos Eduardo Pacheco Rangel; Carlos Eduardo Silva Machado; Carlos Eduardo da Silva Júnior; Carlos Eduardo da Silva Suarez; Carlos Felipe Araújo Maximiano; Carlos Filipe Andrade Fonseca; Carlos Henrique Avelino da Silva; Carlos Henrique Lima Silva; Carlos Henrique Moraes da Silva; Carlos Henrique Motta Carvalho Pacheco; Carlos Henrique Moutinho Lessa; Carlos Henrique Rats Jordão Belarmino Costa; Carlos Henrique Torres da Silva; Carlos Henrique da Silva Oliveira; Caíque dos Santos Oliveira.
Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-012.525/2014-6
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Douglas Oliveira Arcanjo; Douglas Oliveira da Silva; Douglas Pereira do Carmo Costa; Douglas Santos da Silva; Douglas Santos da Silva; Douglas Silva Barbosa; Douglas Silva de Oliveira; Dylan Murphy Borrajo; Edgar Costa Melo; Edgar Renato de Oliveira dos Santos; Edgar Silva Cerqueira; Edineudo Gomes Portela Filho; Edinildo Pegado da Silva; Edmilson Costa Nunes Junior; Ednaldo José da Silva Filho; Ednilson Sebastião Lemos da Silva; Edson Guimarães da Silva; Edson Lima da Rocha; Eduardo Balga Carrilho; Eduardo Barcellos de Carvalho; Eduardo Barreto Gomes; Eduardo Cesar Alves Junior; Eduardo Fonseca Morais Júnioir; Eduardo Murisini de Souza; Eduardo Ribeiro Sanches; Eduardo Rodrigues de Oliveira Alves; Eduardo Santana da Silva; Eduardo Silva Assumpçã; Eduardo Verçosa Lages; Eduardo da Silva Pereira; Edy Willian Gouvea da Silva; Edyelso Gabriel Reis dos Santos; Eilzo Oliveira dos Reis; Elias Batista de Siqueira; Elias Lino Coutinho Fernandes; Elias Mauricio dos Santos Queiroz; Elielson Glaudenor Cruz de Brito; Elimar Sergio Dantas da Silva Junior; Elivelton Teixeira Lima; Elizeu Junior Oliveira dos Santos; Ellias Dias da Silva; Ellyedson Henrique Marinho da Silva; Eloilson Rodrigues Mendes Júnior; Elton Ferreira Braga Ramos; Elvis Gomes da Cruz; Emanuel Rocha e Silva; Emerson Mendes de Morais; Emerson Ramon Costa da Silva; Éderson de Carvalho Paula; Élder Oliveira da Silva.
Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.684/2014-7
Natureza: Ato de Admissão.
Interessado: Pedro Caetano Gonçalves de Lima.
Unidade: Empresa Brasil de Comunicação S.A.
Advogado constituído nos autos: não há

TC-013.244/2014-0
Natureza: Aposentadoria.
Interessado: Maria Cristina da Cunha.
Unidade: Tribunal Marítimo.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.442/2014-7
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Altiria Evalda do Espirito Santo Pinheiro; Carla Cristina dos Santos Capinan; Carmen Farias da Silva; Catia Conceição Mendes Barbosa; Doralice Vasques Cardoso; Edmilson Mendes Henriques de Oliveira; Ely Menezes Silva; Enanice Pereira do Rosário; Eunice da Silva Conceição; Euvalda Lima de Melo; Gessy Quintão do Nascimento; Giovannia Gomes Freitas; Gloria de Fatima Moreno; Hedina Roselaine Ferreira Kurkowski; Ivana Suely Caetano do Nascimento; Joelma Pereira do Rosário; Maria Artemizia Araújo dos Santos; Maria Edináurea Nunes Oliveira; Maria Lúcia do Nascimento Ferreira; Maria Moreira Cardoso; Maria Oneide Viana da Costa; Maria Terezinha da Silva Capinan; Maria Valois da Silva Barbosa; Maria de Lourdes Moreno Maia; Maritilde Brandão de Medeiros; Neyda Barbosa da Silva; Norma Torres Nocko; Orminda Maria de Almeida; Rosana Cristina Caetano do Nascimento; Silvia Regina de Medeiros Brito; Sonia Carneiro de Oliveira; Sonia Gomes; Virginia Coelho Mendes; Wânia Maria Pereira do Rosário.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.448/2014-5
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Ana Lucia Maria da Conceição; Anaete Maria Bandeira; Antonia Motta Amaral; Barbara França Ferreira; Barbara Maria de Brito Vieira; Carmen Lucia de Souza Moreira; Elizabete de Figueiredo Brito; Gloria Regina Fernandes da Silva Figueiredo; Guiomar da Conceição Alves dos Santos; Iolanda Mancen Guedes Hollanda; Lucia Macedo dos Santos; Luciana Alexandre do Monte; Lucilene Rodrigues do Sacramento; Maria Pureza Fontes Santos de Assis; Maria Victória da Silva Oliveira; Maria de Fátima Carreira do Sacramento; Maria de Lourdes dos Santos Moraes; Marina Rosa Côrte; Marlene Rodrigues Mendes da Costa; Marlene de Souza Torres; Noêmia da Silva Pereira; Odete Ferreira do Nascimento; Patricia Barroso do Valle; Patrícia Batista Queiroz; Rita de Cássia Carreira do Sacramento; Rosana Alexandre de Moura Teixeira; Solange Emmanuela Souza de Queiroz; Sulimar Alonso Teixeira.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.451/2014-6
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Amara Moura de Melo; Barbara Priscila Ramos dos Santos; Carla Isabele Tavares dos Passos; Celia Cristina da Silva; Doralice Pinto de Figueiredo; Helena Cardoso de Oliveira; Isabel Cristina da Silva Teixeira; Josefa Marques de Menezes Mariano; Josemary Tavares dos Passos Silva; Marcia Regina Godoy de Souza; Maria Thereza dos Santos Pêgo; Maria da Gloria Moraes dos Reis; Maria do Socorro Sales dos Santos; Mariza Gomes do Nascimento Macedo; Marlene Bastos Goes; Marselha Lira de Meneses; Monica Lira de Oliveira; Márcia Maria Gomes da Silva Fernandes; Naira Silva Guimarães; Olga Maria dos Santos Mantuano; Risalba Feliciano da Costa; Rita Rigo de Vasconcelos; Sandra Lopes Perdigão Moura; Soraia Maranhão Cardoso Godoy de Souza; Valmira Durão Cabral; Valniria do Nascimento Soares; Valquiria da Penha Soares Lopes; Vera Martins de Souza Barbosa; Walkiria Santos de Oliveira; Wanda Santos de Oliveira.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.455/2014-1
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Aurea Vieira Baptista; Cleide Maria Pinheiro; Dolores dos Santos Silva; Elvira Moreira dos Santos; Fannini Guimaraes dos Santos; Gilda Alves dos Santos; Graziella Moniz Freire; Idivanete Maria de Carvalho Cerqueira; Iracema Spinola de Vasconcellos Silva; Irene Maria Etelvina da Conceição; Isaura da Silva Ferreira; Ivanilde Farias dos Santos; Jurema Santiago do Nascimento; Kathia Andrade da Costa; Lourdes dos Santos Brasil; Lucinete das Candeias de Jesus do Nascimento; Lucinéia dos Santos Malhano; Maria Consuelo dos Santos Conceição; Maria Erenilva Ferreira da Silva; Maria da Silva Souza; Marize Conceição Espindola Maia; Marlene de Souza; Marluce de Souza Santos; Mirlene Albuquerque Cerqueira de Oliveira; Nilda Belidio de Paula; Rosa Pimenta; Sandra Maria Conde Villar Schneider; Shirlene Farias dos Santos; Shirley Farias dos Santos; Sonia Maria Carvalho de Castro; Zoé de Souza.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.606/2014-0
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Ana Alice Marinho do Nascimento; Andreia Doná Ramos; Barbara Santos Galvão; Carmen Maria Silva Dorneles; Cleide Varela dos Santos Monteiro; Conceição Reymol da Silva; Elem Cristina Alves da Silva; Eliana Cupertino da Silva dos Santos; Eliane Bastos Pereira; Eliege Alves dos Santos Ferreira; Eliene Cupertino da Silva; Elizabeth Gonçalves Medeiros; Evelin Gonçalves Medeiros; Gleise dos Santos Varela da Costa; Helcidineia de Castro Machado Soares; Katia Marinho do Nascimento Chaves; Leny Frazão da Motta Ribeiro; Lizabeth Maria Almeida Silva; Marcionilia Barreto Coelho; Maria Amelia da Rocha Frazão; Maria Elizabeth Amaro Curvelo; Maria da Conceição Barros de Carvalho; Maria do Socorro Andrade do Nascimento; Marilena Lemos da Silva; Mariley Cupertino da Silva; Marlene Oliveira; Nicea Barreto da Conceição; Nildes Macedo Lage; Nina Rosa Leitão de Carvalho Lima; Ruth Lima Vianna de Carvalho; Sarah Silva do Nascimento e Melo; Yeda Mendonça da Costa; Érica Marisa Carrilho Sibylla Carvalho.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.608/2014-2
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Ana Luiza Mondini da Costa Scheleder; Angela Terezinha Porto Menezes de Alencar; Cecilia Burnier Bentes; Clelia de Souza Sarkis; Cleusa Suzano Bruno; Clivia Maira Gibson Alves; Conceição de Maria de Moraes Vasconcellos; Danyrate Valle Henrique; Emilia Moraes Loureiro; Eudicea Barbosa Jaccoud; Eunice Ferreira Sampaio; Fabiola Cristina Gibson Alves; Helenice Aragão Ferreira; Helga Medeiros de Albuquerque; Ilza dos Santos Valle; Inayd dos Santos Valle Lopes; Jandira Souza da Rosa; Janette Camara de Medeiros; Jaqueline Souza da Rosa Pedro; Josiane Maria Souza da Rosa; Jussara Jovita Souza da Rosa; Katia Coriolano Freitas de Souza; Laura Estela dos Santos; Laura de Moraes Lucena; Lenice Aragão Ferreira; Leonice Ferreira Cardoso; Liane Nogueira Nascimento Rezende; Liete Stela dos Santos Guimarães; Luciana Gibson Alves; Luciana dos Santos Lopes; Luzimar Rodrigues Alves; Luzimar dos Santos Lopes; Lysis Moreira Machado; Mara Brasil da Silva; Maria Helena Vasconcellos de Almeida; Maria Jose dos Santos Lopes; Maria das Gracas Barbosa Miklos; Marilene Couto de Souza; Marilia Machado de Del Pozo; Nanci Palheiros Burnier; Narriman da Costa Ribeiro; Olivia Emiliana Lopes e Sant'anna; Rosana Barbosa Peres; Sonia Falcão Machado; Sonia de Assis Moraes Rabello); Tereza Cristina Mondaini da Costa; Therezinha Palheiros Burnier; Valeria Daize Gibson Alves; Vera Lucia Vasconcelos; Vera Lucia dos Santos Lopes.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.610/2014-7
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Altina do Nascimento Amorim; Andrea Jens Frazão; Arivaldete Silva; Arivalnita Silva Guimarães; Danusa Fernandes Machado; Denise Fernandes Machado; Dilene Fernandes Machado da Costa; Dulcenea Altino da Silva; Débora Paula de Lima; Edna Gil do Nascimento; Enelita Machado Bastos; Florinda do Nascimento Moyses; Izabel Gil do Nascimento; Jamaica Dativo da Silva; Jane Maria da Silva Barboza; Kactherine Nogueira Santos; Lea do Nascimento Marra; Lidia Gil do Nascimento Corrêa; Luci Gil do Nascimento Marçal; Marcia da Silva Sant' Anna; Maria Zenaide da Costa Almeida; Maria da Conceição Dias Evangelista; Marinea da Silva; Marisa da Silva Sant' Anna; Marlene Medeiros Mendes; Marta Gil do Nascimento; Márcia Paula de Lima; Neuza de Azevedo e Castro Oliveira; Neyde Cardoso Amoedo; Patricia Regina de Melo Barreto; Rachel Dias Evangelista; Regina Helena Garcia Fernandes; Rosangela Evangelista Chebom; Rosangela de Fatima Alves Monaco; Rosely Maria da Silva; Sandra Machado de Oliveira; Solange Alves de Oliveira; Solange Nogueira Santo Daud; Sylvanna Nogueira Santos de Andrade; Teresa do Nascimento Setubal; Vera Lucia da Silva Barbosa; Vilma Barbosa de Faro.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.611/2014-3
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Celimar Soares Nascimento de Souza; Isabel Balloussier Cerchiaro; Izilma Rosa de Paiva Pinto; Leila da Silva; Maria Christina Jacinto Carrico Meditsch; Maria Helena Gondim Figueiredo; Maria da Penha Nascimento Rodrigues Pimenta; Marilene Nascimento Maia; Sandra Helena Oliveira da Silva; Valeria da Silva; Wilhanete Marinho Paes Leme.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.775/2014-0
Natureza: Representação.
Unidade: Agência Brasileira de Inteligência.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.060/2014-4
Natureza: Representação.
Representante: Município de Central do Maranhão - MA.
Unidade: Município de Central do Maranhão - MA.
Advogados constituídos nos autos: Enéas Garcia Fernandes Neto (OAB/MA 6.756) e outros.

TC-015.573/2014-1
Natureza: Atos de Adfmissão.
Interessados: Achylles Arnaud Cruz; Adilson Peril Borges; Adriana Paula Cavalcanti Fulan; Adriana dos Santos Ferreira; Adriano Henrique Araujo Teixeira; Adson Almeida de Sousa; Aglaope Maciel do Nascimento; Alan Gonzaga Borges; Alan Moutta Damira; Alberto Márcio Teixeira Guimarães; Alderio Gerarde Borges Junior; Alessandra Gabriele Farias Celestino; Alessandra Pereira dos Santos; Alex Bachmeyer Alzuguir; Alex Cyrillo de Sousa Borges; Alex Freire Aguiar; Alex Miranda Alfredo; Alexandre Mateus Felicio de Oliveira; Alexandre Verde Mendes de Almeida; Alexandre da Silva Rover; Aline Ferreira Machado; Aline Menezes Bacelete dos Santos; Aline Moura da Silva; Aline Oliveira Reis; Aline da Silva Pessanha; Aline de Oliveira Santos; Alison Felipe Botelho dos Santos; Allisson Ademir de Oliveira; Almir Adriano Marques Chiarini; Amanda Caetano do Nascimento; Amanda da Conceição Borges; Amanda da Silva Martins; Amanda dos Santos Fernandes; Amanda dos Santos Ferreira Bastos de Barros; Ana Beatriz dos Anjos Moreira; Ana Carolina Mendonça Lima; Ana Carolina Nunes da Silva Oliveira; Ana Caroline de Sá Anselmo de Andrade; Ana Paula Carolino Venancio; Ana Paula Hablich Martins; Anabel Carolina de Souza; Ananda da Silva Macedo Justo; Anderson Luiz Freitas Muniz; Anderson de Oliveira Souza; Andreia Pereira da Silveira; André Jônatas Lopes da Silva; André Luiz Duarte Santana; André Luiz Nogueira Pedrada Moreira; Andréia de Araújo Pereira; Ádamo Henrique Coratini Mantuano.
Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.577/2014-7
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Eduardo Ferreira de Souza; Eduardo Francisco da Silva Junior; Eduardo José Pereira Naves; Eduardo Morais dos Santos; Eduardo Pimenta Petropolis; Elaine Cristina Pereira da Silva; Elaine Roberta Oliveira Santos Ferreira; Elaine da Silva Rodrigues; Elisa Augusta Ferreira dos Santos; Elisama Marinete Oliveira da Silva; Eliézer Vitor de Meneses; Ellen Marques da Costa; Eloiza dos Reis Assis; Emanuelly Cristine Aparecida Pereira de Carvalho; Emilly Sayuri de Souza Sakuma; Erica Evangelista Passos; Erick Mothé Lêmos de Morais; Erick de Freitas Ferraz; Estela Lessa dos Santos; Estela Lima Felizola de Oliveira; Eury Mark Almeida de Mâcedo; Evandro Fontana Romeiro; Evandro de Jesus Oliveira e Silva; Evellyn da Silva Aguiar; Evellyn da Silva Moreira; Evelyn Galvão Silva Gomes; Everson Ferreira Vasconcelos; Ewerson da Silva Falcão; Ewerton Matheus Marques do Nascimento; Ezequias de Souza Silva; Fabiana Leopoldino Silva de Jesus; Fabio Adriano Medeiros Azevedo; Fabio Monteiro Junior; Fabricio Antônio Martins Ventura; Fabricio Barbosa Ferreira; Fabrício Bento Salermo; Fabíola Gomes Pinto; Fábio Adolfo de Souza Silva; Fábio Carvalho de Souza; Fábio Henrique de Medeiros; Fábio Junior da Silva; Fábio Raul de Lima Maciel; Fábio Rezende Caldeira; Fábio de Souza Gomes; Élidi Pinheiro da Silva; Élton Nunes Santos; Érica Conceição Santos; Érica Helen Dantas Alves; Érika da Silva Francisco; Érika de Jesus Costa.
Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.581/2014-4
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Gabriel Leite Vieira da Silva; Gabriel Lugão da Silva Campos; Gabriel Luiz Coutinho Ferreira; Gabriel Mattos de Oliveira; Gabriel Monsores Meuser; Gabriel Moraes da Silva; Gabriel Oliveira Soares Costa; Gabriel Pereira Duarte da Rosa; Gabriel Ramos dos Santos; Gabriel Rangel Soeiro Paulo; Gabriel Renan Francisco da Silva; Gabriel Rodrigues da Silva Ribeiro; Gabriel Rodrigues de Melo; Gabriel Santos Cordeiro; Gabriel Santos Nicolau; Gabriel Santos do Vale Araujo; Gabriel Silva Castilho; Gabriel Silva de Oliveira; Gabriel Siqueira Campos; Gabriel Soares dos Santos; Gabriel Souza Afonso; Gabriel Souza Cavalcante; Gabriel Tanaka Nunes; Gabriel Valloni da Silva Morado; Gabriela Lessa Santos; Gabriela de Castro Brito; Gabriela de Souza Nascimento; Gabriele Rodrigues Martins; Gabrielle Mattos Bernardo; Gabrielle Santos Goulart; Gabryel Ferreira da Silva; Geilton Farias das Neves; Gelson Oliveira Ramiro; Gelson Pereira Jardim Neto; George Michael dos Anjos Marques; George Willian Lima da Cunha; Geovane Oliveira da Silva

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Coutim; Geovani Novaes Branco; Geraldo Lopes Costa Filho; Germano Rodrigues Duarte Junior; Gerson Bernardino Santoro; Gerson Breno Assunção Alves; Gibson Erick Anastácio Alves; Gierson Trucolo; Gilberto Afonso Ferreira Neto; Gilberto Brasil Silva; Gilberto Endrio Gomes da Conceição; Gildelhonny Roberto de Sousa Alves; Gilson da Silveira Barcellos Júnior; Géssica Barreto Almeida.

Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.586/2014-6

Natureza: Atos de Admissão.

Interessados: Jackson Fernando Braga de Almeida; Jackson Matheus de Oliveira da Silva; Jackson Pires de Sousa; Jackson Souza dos Santos; Jackson William Borges de Carvalho; Jacqueline Nascimento da Silva; Jader Teixeira Cardoso; Jadson Wellington Sampaio de Barros Silva; Jafé Nogueira Bocornio Junior; Jailton Barros de Souza Júnior; Jaime da Silva Bomfim; Jairo de Araujo Geraldo; Jairo de Carvalho Silva Junior; Jamilinny Santos Goes; Jamille Silva Américo; Janaína Lacerda Luca; Jander Luiz Augusto de Lima; Jander Menezes Gomes; Jandon Cabral do Nascimento; Janine Rodrigues de Freitas; Janssen Ignacio Silva de Sá; Jaqueline Orminda Rosa de Lima; Jardel dos Santos Pereira; Jardson Souza Fonseca Ribeiro; Jasson Oliveira Guimarães; Jean Alves de Souza Miranda; Jean Barbosa Muniz; Jean Carlo Andrade dos Santos; Jean Carlo Mafra; Jean Carlos Braga Maia; Jean Carlos Rodrigues de Souza; Jean Carlos Valente da Rocha; Jean Lucas França Alves; Jean Lucas de Oliveira Luiz; Jean Miranda da Cunha; Jean Pierre Ramos Ferreira; Jean da Cruz dos Santos; Jean da Motta Matos; Jeanine Dácia da Cruz Mota; Jeeferson da Cruz Palot; Jeferson Alan Silva Santos; Jeferson Santana Prudêncio; Jeferson Silva dos Santos; Jeferson da Silva Gonçalves; Jeferson de Souza Silva; Jefferson Almeida de Castro; Jefferson Araujo Ribeiro da Gama; Jefferson da Silva Ribeiro; Jefferson da Silva Rêgo Campos; Jefferson dos Santos de Lima.

Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.591/2014-0

Natureza: Atos de Admissão.

Interessados: Julio Cesar Rodrigues de Oliveira; Jullyermeson François de Lima Carneiro; Jutai Jorge de Melo Oliveira Júnior; Júlio Gomes de Souza; Júnio Ramos Pimenta; Kaio Henrique Rosario de Souza; Kaio Martins Amancio; Kamilla Marianne Oliveira Alves; Karina Santos da Silva Araujo; Karoline Ferreira Nazareth; Karoline Mélo Daniel; Karoline de Souza Bernardino; Katiane Barbosa Rodrigues; Kayck Viegas; Kaynette Ygor dos Santos Siqueira; Kayo Borges Mendes dos Santos; Kayo Leno Guimarães Moraes; Kayo Miguel Ortiz dos Santos; Kayque Soares dos Santos; Keila Beatriz Marmelo Santiago; Kelison da Silva Santos; Kellber Angelo Pianes; Kellen de Oliveira Barbosa; Kelly Almeida de Souza Chaves; Kelly Paiva Cavalcante; Kelvin Kennedy Tules dos Santos; Kelvin Polila Rossi; Kennedy Maciel do Nascimento; Kevem Tiago Braga; Kevin Soares Costa; Kichmen Teixeira da Silva; Klayton Ramos Pereira; Kleiton Cezário da Silva; Kleyton Eugênio da Silva; Kleyton Rafael Souza da Câmara; Laerte Venâncio Silvestre de Pontes; Laio Souza da Silva; Laisy Vanessa Justino Santos Silva; Larissa Cruz de Sousa; Larissa dos Santos Costa; Laryssa Tenório Intra; Lauana Gomes Olimpio; Lauro Leonardo Ferreira da Silva; Layana Vasconcellos Pereira Viegas de Oliveira; Layna da Silva Familiar; Laís Cabral Betini; Laís Camargo de Menezes; Laís Helena Conceição da Silva; Leandro Aires da Silva; Leandro Caglia Pereira da Silva.

Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.596/2014-1

Natureza: Atos de Admissão.

Interessados: Lucas Santos Oliveira; Lucas Sfredo Barros; Lucas Silva Santos Ramos; Lucas Silva de Souza; Lucas Silva dos Reis; Lucas Silva e Souza; Lucas Sobreira Rodrigues; Lucas Sodré Linhares; Lucas Sodré Soares Cardoso; Lucas Souto Gonçalves Corrêa; Lucas Souza Nunes; Lucas Souza de Oliveira; Lucas Teixeira Martins; Lucas Valença de Santanna Santos; Lucas Vinícius Itaborahy Nunes da Silva; Lucas Víctor de Souza Castro; Lucas Werneck Araujo; Luciano Caovilla Soares; Luciano da Silva Carvalho Bastos; Luciano da Silva Santos; Luis Alfredo da Silva Gonçalves Maria; Luis Antonio dos Santos Albertino; Luis Carlos Barbosa de Andrade Camargo; Luis Carlos Bispo Nunes; Luis Carlos Duarte Diniz Neto; Luis Carlos Souza da Silva; Luis Carlos dos Santos Junior; Luis Eduardo Silva de Carvalho; Luis Felipe Ferreira Costa; Luis Felipe Moreira Braga; Luis Fernando de Souza; Luis Filipe Kinupp dos Santos Duarte; Luis Gustavo Pereira da Rocha; Luis Gustavo de Carvalho Fernandes; Luis John do Espirito Santo Ferreira; Luis Otavio Farias Bentes; Luis Venancio Coutinho Conceição; Luiz Alan dos Santos de Carvalho; Luiz Augusto Moreira de Almeida; Luiz Carlos Reis Bastos; Luiz Carlos de Carvalho Júnior; Luiz Claudio Galeno Soares; Luiz Claudio de Oliveira Junior; Luís César Baptista Mendes; Luís Felipe Carolina da Silva; Luís Felipe Santos Peçanha; Luís Felipe da Silva Pires; Luís Henrique Maciel de Araújo; Luís Henrique Ramos dos Santos; Luís Phillipe da Silva Matola de Moraes.

Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.605/2014-0

Natureza: Atos de Admissão.

Interessados: Sidney Junior Barros Machado; Silas Melo de Araujo; Silvio César de Abreu Lima; Silvio Mendonça Marinho Junior; Sirley da Silva Pinheiro; Solange da Hora do Rosário; Soren Anderssen Pereira Câmara; Stefanny Fernandes de Souza; Stephanie Gomes Luiz; Styve Franco Santos da Silva; Stênio da Silva; Suellen Falcon do Nascimento Cavalcanti; Suellen Lima da Silva; Sueny Guerra Soares; Susan de Souza Nunes; Suzane Kely Queiroz Azevedo; Tabata Moreira da Silva; Taiane Teixeira da Silva; Tailana dos Santos Conceição; Taillon Batista Feitosa; Taisa de Almeida Magalhães Ferreira; Talisson Daloni Lima dos Santos; Talisson Italo Pereira Gomes; Talles Vilela Cordeiro; Talys Luan Cardoso Theodoro; Tamara Andrea Costa Brito; Tamara do Espirito Santo Costa Ferreira; Tamires Barbosa Maia; Tamires Simão de Souza Rodrigues; Tamis Castro dos Santos; Tamyris Salgueiro Santana; Tarcísio Maia Costa; Tarsisio Wilson Rego Salgueiro Gomes; Tatiana de Moura Mello Cabral; Tatiane Ewald de Paiva; Tatianne Brasil dos Santos; Tayane da Silva Serrano; Taísa Genuário Furtado; Thaiane Evangelista Felix Bastos; Thainá Gomes da Silva; Thaio Rodrigo Oliveira Mendonça; Thais Cristina Caglieris de Mendonça; Thais Faustino Soares; Thais Figueiredo Veliago; Thais de Assis Souto; Thaís Afonso dos Santos; Thaís Guilhon Alves; Thaís de Jesus Rodrigues; Thaís dos Santos Ferreira; Táfffila Acássia Sales Santana.

Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.609/2014-6

Natureza: Atos de Admissão.

Interessados: Vinicius Pena da Silva; Vinicius Santos Ferreira; Vinicius Santos de Paula; Vinícius Rodrigues Fernandes Peixoto de Barros; Vinícius Silva de Meirelles Beja; Vinícius Souza dos Santos; Vitor Bitencourt Fraga; Vitor Curado Both; Vitor Domingues da Cunha; Vitor Florencio Nunes; Vitor Freire da Silva; Vitor Gonçalves Veloso; Vitor Hugo Fernandes da Silva; Vitor Hugo Leda Victal; Vitor Lacerda de Almeida; Vitor Nascimento Fernandes; Vitor Nascimento dos Santos; Vitor Nunes Pereira Beserra; Vitor Raniel Esteves Maroti de Moraes; Vitor Romão Borges; Vitor Santos Pereira; Vitor Silva Carvalhosa; Vitor Silva Rodrigues; Vitor Silva de Souza; Vitor de Souza Barbosa; Vitor de Souza Faria; Vitor do Nascimento Alves; Vivian Roberto Miranda; Viviane Cavalcante Gomes da Silva; Vítor Gomes de Freitas; Vítor da Silva Mendes Pereira; Vítor de Oliveira Baur; Wagner Lins Cordeiro; Wagner Oliveira da Silva; Wagner Rebello Leal Nascimento; Wagner de Santana Araújo; Walace Alves Silva; Waldir Gonçalves de Freitas Neto; Walison Danilo de Oliveira Silva; Wallace Arêas da Silva Resende; Wallace Azevedo de Oliveira; Wallace Barbosa de Souza; Wallace Lima da Silva; Wallace Luiz da Silva Lima; Wallace Marinho Cabral; Wallace Martins Lima Junior; Wallace da Silva Oliveira; Wallace dos Santos Aded; Wallace dos Santos Nascimento; Wallace dos Santos Puchol.

Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.716/2012-4

Natureza: Aposentadoria.

Recorrente: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Interessados: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Jorge Augusto Amaral.

Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.969/2013-5

Natureza: Tomada de Contas Especial.

Responsáveis: Departamento Regional do Senai no Estado do Maranhão; Elito Hora Fontes Menezes; Hilton Soares Cordeiro; Jose de Ribamar Costa Correa; Lúcio de Gusmão Lobo Júnior; Ricardo Nelson Gondim de Faria; Ricardo de Alencar Fecury Zenni.

Unidade: Governo do Estado do Maranhão.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.512/2012-0

Natureza: Tomada de Contas Especial.

Responsável: Nelson Miura.

Unidade: município de Pontes e Lacerda - MT.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.406/2011-0

Natureza:Representação.

Representante: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex-MA).

Responsáveis: Claudia Cristina Sampaio Costa; Evandro Ferreira das Chagas; José Hilton Coelho de Sousa; João Vicente de Abreu Neto; Melissa Marão de Paiva Fernandes.

Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão.

Advogado constituído nos autos: Breno Luiz Moreira Braga de Figueiredo (OAB/DF 26.291).

TC-026.541/2011-4

Natureza: Prestação de Contas.

Responsáveis: Antonio Correa Neto; Daniel Silva Balaban; Gina Claudia Loubach; Maria Paula Dallari Bucci; Mauro Alves Xavier; Mônica dos Santos Monteiro; Paula Branco de Mello; Paulo Roberto Wolinger; Rafael Pereira Torino; Rodrigo Carneiro da Cunha; Rogerio de Santos Caldas; Rosângela Maria Fischmann Ferreira; Simone Horta Andrade Righi; Thiago Miguel Sabino de Pereira Leitão; Valéria Soares Sette Bruggemann.

Unidade: Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.933/2012-0

Natureza: Prestação de Contas.

Responsáveis: Andre Grangeiro Botelho; Cil Farney Machado de Oliveira; Dênis Corrêa; Eder Marcelo de Melo; Elisano Tadeu de Almeida; Estrela Bentes Simões; Fabio Marcelo Depine; Fernando da Nobrega Junior; Germana Augusta de Melo Moreira Lima Macena; Jorge Alfredo Streit; Jose Climério Silva de Souza; José Maurício Soriano Berçot; Juliana Mary Motta Ganimi Fontes; Lenira de Souza Santos Stringhetti; Luiz Eduardo Ávila Freire; Marcos Fadanelli Ramos; Paulo Cesár Machado; Rosângela D'angelis Brandão.

Unidade: Fundação Banco do Brasil - FBB.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-034.007/2010-5

Natureza: Monitoramento.

Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-001.614/2007-0

Natureza: Aposentadoria.

Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região - TRT/AM.

Interessados: Maria Edy de Araújo Dinelly e outros.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.092/2014-0

Natureza: Pensão Militar.

Unidade: Quinta Região Militar - MD/CE.

Interessados: Ana Gabriela Nunes Trindade da Silva e outros.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.687/2014-4

Natureza: Pensão Militar.

Unidade: Segunda Região Militar - MD/CE.

Interessados: Adelaide Fioravante Campos e outros.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.691/2014-1

Natureza: Pensão Militar.

Unidade: Terceira Região Militar - MD/CE.

Interessados: Alice Soares Machado e outros.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.775/2014-0

Natureza: Reforma.

Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

Interessados: Clóvis Pinto Loureiro e outros.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.802/2014-8

Natureza: Reforma.

Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

Interessados: Moisés Lima Feitosa e outros.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.106/2012-2

Natureza: Representação.

Unidade: Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo - Coren/SP.

Representante: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo - Secex/SP.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.361/2014-9

Natureza: Pensão Especial de ex-Combatente.

Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE.

Interessadas: Alzira Dobruns e outras.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.496/2014-1

Natureza: Pensão Especial de ex-Combatente.

Unidade: Quarta Região Militar - MD/CE.

Interessadas: Ana Maria do Nascimento Rodrigues e outras.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.679/2014-9

Natureza: Pensão Especial de ex-Combatente.

Unidade: Quinta Região Militar - MD/CE.

Interessadas: Adenir Roman Gomes e outras.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.727/2006-8

Natureza: Pensão Civil.

Órgão: Tribunal Superior do Trabalho - TST.

Interessada: Maria Estelita Soares Fiuza Lima.

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.999/2014-7

Natureza: Pensão Civil.

Unidade: Sétima Região Militar - MD/CE.

Interessados: Bruno César Deda Pacheco e outros.

Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-009.219/2014-5
Natureza: Pensão Especial de ex-Combatente.
Unidade: Sétima Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Albertina Cavalcanti e Silva e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.681/2014-0
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
Interessados: Jalusa Luara Brasil de Souza e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.807/2014-4
Natureza: Pensão Especial de ex-Combatente.
Unidade: Sétima Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Alzira Rodrigues de Sousa e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.663/2014-6
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Quarta Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Celina Ribeiro Dâmaso de Oliveira e Márcia Valle Machado da Silva Ribeiro.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.668/2014-8
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Quinta Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Adelina Rosângela de Souza Vieira e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.671/2014-9
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Sétima Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Adriellen Gomes Mastrangelo e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.677/2014-7
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Décima Primeira Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Ampara Diniz Celmer e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.687/2014-2
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CA.
Interessadas: Anita Maria P. de Azevedo e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.554/2014-6
Natureza: Atos de Admissão.
Unidade: Instituto Militar de Engenharia - MD/CE.
Interessado: Luiz Felipe Soares e Silva.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.795/2014-3
Natureza: Atos de Admissão.
Unidade: Instituto Militar de Engenharia - MD/CE.
Interessados: Adailton Oliveira Carvalho e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.799/2014-9
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
Interessados: Paulo Henrique Alves da Costa e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.806/2014-5
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
Interessados: Rafael Farias e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.811/2014-9
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
Interessados: Raimundo Soares do Nascimento e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.818/2014-3
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
Interessados: Ricardo Paulino Rodrigues e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.822/2014-0
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
Interessados: Rodinei Correa de Caldas e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.829/2014-5
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
Interessados: Romildo Martins de Oliveira e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.834/2014-9
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
Interessados: Rosemiro Moraes dos Santos e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.839/2014-0
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
Interessados: Sandro Carvalho Ribeiro e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.842/2014-1
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
Interessados: Serginho da Silva Paritins e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.844/2014-4
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
Interessados: Sidnei Cordeiro dos Santos e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.853/2014-3
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
Interessados: Ulisses Araújo Chaves e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.856/2014-2
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
Interessados: Valdemiro Cirino Oliveira e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.864/2014-5
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
Interessados: Vando Francisco de Souza e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.871/2014-1
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
Interessados: Welinton Pereira da Silva e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.873/2014-4
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
Interessados: Welton Andrade da Costa e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.878/2014-6
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
Interessados: Zoroaste Lustosa Alves e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.239/2014-7
Natureza: Aposentadoria.
Órgão: Ministério do Meio Ambiente - MMA.
Interessado: Queremilto de Almeida.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.734/2013-9
Natureza: Prestação de Contas - exercício de 2012.
Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Ceará - SRTE/CE.
Responsáveis: Ana Cristina Almeida Teixeira e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.873/2011-4
Natureza: Prestação de Contas - exercício de 2010.
Unidade: Academia Militar das Agulhas Negras - MD/CE.
Responsáveis: Édson Leal Pujol e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.282/2011-0
Natureza: Prestação de Contas - exercício de 2010.
Unidade: Comando do 2º Grupamento de Engenharia - MD/CE.
Responsável: Lauro Luís Pires da Silva.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.924/2013-8
Natureza: Prestação de Contas - exercício de 2012.
Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural no Estado do Tocantins - Senar/TO.
Responsáveis: Josefa Iracele Santiago Pereira e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

TC-015.663/2007-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Santa Quitéria (CE)
Responsável: Tomás Antônio Albuquerque de Paula Pessoa
Advogado constituído nos autos: não há

Interessado(s) na Sustentação Oral
Leônidas Moura Ramos - OAB/RS 59919

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-004.752/2010-4
Apenso: TC 016.270/2005-8
Natureza: Tomada de Contas Especial (convertida de Representação)
Responsável: Rildo Alaor Teixeira da Silva.
Unidade: Prefeitura Municipal de Amapá/AP.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.052/2011-8
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul.
Responsáveis: Construtora Colorado Ltda.; Evilásio Correia de Oliveira; José Maria de Lima; Maria Zila Frota Bezerra de Oliveira; Wander Nunes de Souza; Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul.

Advogados constituídos nos autos: Thaynan Galvão Oliveira (OAB/AC 3925), Marcos Vinícius Jardim Rodrigues (OAB/AC 2299), César Augusto Baptista de Carvalho (OAB/AC 86), Márcia Freitas Nunes de Oliveira (OAB/AC 1741), Wellington Frank Silva dos Santos (OAB/AC 3807) e Everton José Ramos da Frota (OAB/AC 3819).

TC-012.543/2012-8
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Prefeitura Municipal de Angicos - RN.
Responsáveis: Clemenceau Alves; Construtora Esperança Ltda.; FSP Futura Serviços e Pavimentação Ltda.

Advogados constituídos nos autos: Gleydson Kleber Lopes de Oliveira (OAB/RN 3686); Rodrigo Fonseca Alves de Andrade (OAB/RN 3572); José Alexandre Pereira Pinto (OAB/RN 1372); Gustavo Artur Maia Patricio Lacerda Lima (OAB/RN 7264); e Felipe Barros Pereira Pinto (OAB/RN 5834).

TC-016.360/2012-5
Apenso: TC 006.963/2010-2
Natureza: Tomada de Contas Especial (convertida de Representação).
Responsáveis: Henry Charles Armond Calvert, Maria Aparecida Panisset, Planam Comércio e Representação Ltda., Cléia Maria Trevisan Vedoin e Prefeitura Municipal de São Gonçalo/RJ.
Unidade: Prefeitura Municipal de São Gonçalo/RJ.
Advogado constituído nos autos: Ivo Marcelo Spinola da Rosa (OAB/MT 13.731).

TC-021.606/2008-4
Apensos: TCs 012.138/2012-6, 006.925/2012-0, 034.172/2011-4, 034.173/2011-0
Natureza: Embargos de Declaração.
Recorrente: Lourival Ernesto Felhberg.
Unidade: Prefeitura Municipal de Baixo Guandu - ES.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.984/2010-7
Natureza: Embargos de Declaração.
Entidade: Fundação Nacional de Saúde/AM
Interessada: Silvia Evangelista Pimenta.
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-033.949/2011-5
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf.
Responsáveis: Jorge Rodrigues dos Santos; Wilson Alecrim Nunes.
Advogado constituído nos autos: Sérgio Thadeu Borges Dias (OAB/BA 23.463).

TC-037.953/2011-7
Natureza: Embargos de Declaração (em Tomada de Contas Especial)
Unidade: Prefeitura Municipal de Irecê/BA.
Embargante: Joacy Nunes Dourado. Advogados constituídos nos autos: André Puppin Macedo (OAB/DF 12.004) e Hugo Medeiros Gallo da Silva (OAB/DF 37.027).

TC-046.655/2012-3
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Liga Capixaba das Escolas de Samba - LICES/ES.
Responsáveis: Ewaldo Luiz Nunes, presidente da LICES; LICES - Liga Capixaba das Escolas de Samba - ES.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

TC-004.023/2014-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Ministério Público Federal
Interessados: Aloysio de Castro e Silva Júnior; Cláudia Leite da Costa e Sá e Meire Lizete Pereira Barbosa
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.635/2007-2
Natureza: Recurso de Reconsideração (em Prestação de Contas Simplificada) -
Exercício: 2006
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Estado do Mato Grosso (Cefet/MT; atual Ifet/MT)
Interessado: Henrique do Carmo Barros
Advogado constituído nos autos: Ioni Ferreira Castro (OAB/MT n.º 4298)

TC-016.794/2000-6
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Estado de Rondônia.
Responsáveis: Nelson Gonçalves de Azevedo, ex-Secretário de Estado da Saúde; Arno Voigt, ex-Secretário de Estado da Fazenda; José de Albuquerque Cavalcante, ex-Secretário de Estado da Fazenda; Moacir Requi, ex-Coordenador Geral de Finanças da Secretaria de Fazenda; Ivan leitão e Silva, ex-Coordenador Geral de Finanças da Secretaria de Fazenda; Álvaro Gerhardt, ex-Secretário de Estado da Saúde; Carlos Jorge Cury Mansilla, ex-Secretário de Estado da Saúde; Caio César Penna, ex-Secretário Estadual de Saúde; Governo do Estado de Rondônia.
Advogados constituídos nos autos: Josimar Oliveira Muniz (OAB/RO n.º 912); Sérgio Luís Condelli (OAB/RO n.º 335-B); Denis Soares de Oliveira (OAB/RO n.º 1.074); Maria Aparecida Peres Gigliotti (OAB/RO n.º 645); Maria Clara do Carmo Góes (OAB/RO n.º 198-B); Karin de Oliveira (OAB/RO n.º 256-B); Francisco Nunes Neto (OAB/RO n.º 158); Adriana Sousa Guedes (OAB/RO n.º 3038).

TC-017.129/2012-5
Natureza: Embargos de Declaração em TCE
Órgão/Entidade: Federação Nacional dos Empregados Desenhistas Técnicos, Artísticos, Industriais, Copistas, Projetistas Técnicos e Auxiliares - Fenaedes.
Responsáveis: Federação Nacional dos Empregados Desenhistas Técnicos, Artísticos, Industriais, Copistas, Projetistas Técnicos e Auxiliares - Fenaedes; Guilherme Paro; Luís Antônio Paulino; Nassim Gabriel Mehedff e Walter Barelli.
Recorrente: Luís Antônio Paulino
Advogados constituídos nos autos: Ronaldo de Almeida (OAB/SP nº 236.199); e Marco Antonio Carlos Marins Junior (OAB/SP nº 149.133).

TC-020.653/2006-3
Natureza: Recurso de Reconsideração (Prestação de Contas Ordinária- 2005)
Entidade: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)
Interessado: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)
Advogados constituídos nos autos: Guilherme Amorim Campos da Silva, (OAB/SP n.º 130.183)

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

TC-007.057/2013-0
Natureza: Monitoramento (Aposentadoria)
Entidade: Fundação Universidade de Brasília
Responsável: Gilca Ribeiro Starling Diniz, ex-Decana de Gestão de Pessoas.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.245/2012-7
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Universidade de Brasília
Interessado: Roberto Pereira de Oliveira
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.250/2005-1
Apenso: TC 012.448/2005-0
Natureza: Recurso de Reconsideração
Entidade: Petrobras Transporte S/A -Transpetro
Recorrentes: Aluísio Teles Ferreira Filho; Cláudio Francisco Negrão; Raimundo Erivelto de Sousa.
Advogados constituídos nos autos: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546); Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22.885); Cynthia Póvoa de Aragão (OAB/DF 22.298); Christiann Nogueira Genú Leão (OAB/RJ 102.837); Eginardo de Melo Rolim Filho (OAB/CE 17.062)

TC-019.316/2009-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Unidade Jurisdicionada: Caixa Econômica Federal - CEF
Responsáveis: Antônio Paulo Fernandes, atual presidente da Fundação ATAPESP de Tecnologia Avançada de Estivagem/SP); espólio do ex-presidente da Fundação Renato Teixeira Pinto; Fundação ATAPESP.
Advogados constituídos nos autos: Romildo Olgo Peixoto Júnior (OAB/DF nº 28.361), Diego Ricardo Marques (OAB/DF nº 30.782), Marcos de Araújo Cavalcanti (OAB/DF nº 28.560) e Thiago Groszewicz Brito (OAB/DF nº 31.762)

TC-021.759/2013-8
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Nacional do Índio - Funai/MJ
Interessado: Agostinho Ferreira dos Santos
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.603/2013-1
Natureza: Aposentadoria.
Órgão: Departamento de Polícia Federal.
Interessados: Carlos Alberto Costa Larre; Carlos Alberto da Costa Pinto; Carlos Antônio Soares Araujo; Carlos Antônio Souza Santis; Carlos Cardoso da Silva Filho; Carlos Egídio de Jesus; Carlos George de Carvalho Davim; Carlos Mauricio de Abreu; Carlos Roberto Leandro; Carlos Roberto Monteiro Garcia.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.615/2013-0
Natureza: Aposentadoria.
Órgão: Departamento de Polícia Federal.
Interessados: João Tonello Junior, João Leonardo Lopes dos Santos, João Jesus Lopes, João Valderi de Souza, João Ranulfo de Freitas Filho, João Vicente de Lima, João Rosalvo Cardoso dos Santos, João Robson Farias de Almeida, João Luiz Costacurta Cardoso, João Carlos Barcellos Rosa.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.924/2012-8
Natureza: Pensão Civil
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piaui - MEC
Interessada: Laysa Gabrielle Lages Castelo Branco Rêgo
Advogados constituídos nos autos: Willian Guimarães Santos de carvalho (OAB/PI 2.644), Luís Soares de Amorim (OAB/PI 2.433) e Mattson Resende Dourado (OAB/PI 6.594).

TC-030.931/2011-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS
Responsáveis: Órgãos do Governo do Estado do Piauí; Paulo Afonso Lages Gonçalves.
Interessados: Fundo Nacional de Saúde - MS; Secretaria de Estado da Saúde do Piauí.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-001.218/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.
Responsável: Lúcio Esmeraldo Honório de Melo.
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.586/2014-7
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
Interessado: Antônio Alves Cangirana.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.862/2014-9
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Primeira Região Militar.
Interessados: Maria Rosa da Ros Casotto, Romilda Magalhães Werner, Terezinha Ferreira Cardoso, Rowena Loureiro Calhau, Guida Teixeira Izaias, Herica Teixeira Izaias, Isa dos Santos Isaias, Lia dos Santos Isaias, Marlene da Conceição Cardoso, Regina da Conceição Cardoso, Hilda Coelho Pinto, Jocilia Bastos Manhaes, Jara da Silva Medina, Maria Clara São Paulo Rodrigues, Gilda Rodrigues Mendes, Sonia Maria Ribeiro Barreto, Nilza da Costa Mendes, Arminda Tavares Sodre, Vera Regina da Silva, Antonia Maria da Costa, Carmelita Cardoso Nascimento, Celia Regina Fernandes Kovalenko, Lígia Martins Gomes e Dilma da Silva Plovier Guimarães.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.420/2011-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de São Domingos/GO.
Responsáveis: Gervásio Gonçalves da Silva, João Ferreira da Paz e Rosana Zago Valente.
Advogado constituído nos autos: não há.

Secretaria das Sessões, 26 de junho de 2014.
ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária da 2ª Câmara

Defensoria Pública da União

PORTARIA Nº 287, DE 24 DE JUNHO DE 2014

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos artigo 8º, incisos I, XIII e XVIII da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994,

Considerando o Memorando nº 28 - DPU GO/GABDPC GO/SEGEX GO, datado de 11.06.2014, que deu origem ao processo nº 08152.000248/2014-52, encaminhado pelo Defensor Público-Chefe da unidade da DPU/GO, Drº Adriano Cristian Souza Carneiro, o qual solicita autorização para assinatura de Termo de cooperação a ser celebrado entre DPU/GO e Secretaria de Administração Penitenciária e Justiça do Estado de Goiás;

Considerando o interesse entre as partes em estabelecer cooperação, em regime de parceria, para promover os serviços da DPU aos cidadãos abrangidos pelos serviços da SAPEJUS;

Considerando a prestação de serviço público de interesse recíproco, no qual os partícipes atuam mediante mútua cooperação, com a conjugação de recursos dos interessados, segundo as potencialidades de cada um, visando a atingir um objetivo comum;

Considerando o PARECER Nº 29 - DPGU/AJUR DPGU, datado de 18.6.14;

Considerando que as atribuições dos Defensores Públicos-Chefes da Defensoria Pública da União previstas no artigo 15 da Lei Complementar n° 80, de 1994, não são exaustivas, a eles cabendo desempenhar atividades delegadas pelo Defensor Público-Geral Federal, resolve:

Art. 1º Delegar atribuição ao Defensor Público-Chefe da Defensoria Pública em Goiânia/GO para assinar Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Administração penitenciária e Justiça do Estado de Goiás-SAPEJUS.

Art. 2º O referido Acordo não deverá gerar repasse de verba ou contraprestação financeira.

Art. 3º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HAMAN TABOSA DE MORAES E CÓRDOVA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

ATO Nº 157, DE 17 DE JUNHO DE 2014

O DESEMBARGADOR DO TRABALHO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO, usando de suas atribuições legais, diante do disposto no art. 25 do Regimento Interno, art. 3º da Lei nº 12.774/2012, e na Resolução nº 129/2013 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, e do contido no PRP 76/2013, resolve:

Art. 1º Transformar os cargos vagos de Técnico Judiciário Área Administrativa Especialidade Apoio de Serviços Diversos, anteriormente ocupados pelos servidores mencionados no Anexo, em Técnico Judiciário Área Administrativa, tendo em vista o que dispõem os arts. 8º, da Resolução n.º 47/2008, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, e 2º, do Ato n.º 191/2008, deste Regional. Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

NOME	SITUAÇÃO	ATO APOSENTADORIA	PUBLICAÇÃO
MARIA LUIZA LEBIT	VACANCIA DE APOSENTADORIA COMPULSÓRIA	Ato 318/2013	27/01/2014
HAYDEE MARIA GALEGO	VACÂNCIA POR APOSENT. POR TEMPO SERVIÇO	Ato 74/2014	03/04/2014
MARIA CAETANA DE OLIVEIRA	VACÂNCIA POR APOSENT. POR TEMPO SERVIÇO	Ato 276/2013	25/11/2013
TEREZINHA DO BELEM SCHIMUDA	VACÂNCIA POR APOSENT. POR TEMPO SERVIÇO	Ato 21/2014	06/03/2014
MARIA IRENE MICKUS	VACÂNCIA POR APOSENT. POR TEMPO SERVIÇO	Ato 16/2014	03/02/2014
MARIA HELENA TEIXEIRA DA CRUZ DA SILVA	VACÂNCIA POR APOSENT. POR TEMPO SERVIÇO	Ato 100/2013	27/05/2013

ALTINO PEDROZO DOS SANTOS

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

RESOLUÇÃO Nº 1.465, DE 6 DE JUNHO DE 2014

Acrescenta a aliena "f" ao § 1º do art. 15 e o inciso XXVIII ao art. 27 e REVOGA os incisos III e VIII do art. 18 e a alínea "d" do § 5º do art. 28 da Resolução CFC n.º 1.458/2013, que aprova o Regimento do Conselho Federal de Contabilidade

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Acrescentar a aliena "f" do § 1º do art. 15 e o inciso XXVIII ao Art. 27 da Resolução CFC n.º 1.458/2013, publicada no DOU de 18/12/2013, Seção 1, página 80, com a seguinte redação:

Art. 15. [...]

§ 1º Compete à Câmara de Registro:

[...]

f) desenvolver e coordenar a realização do Exame de Suficiência.

Art. 27 São atribuições do Presidente:

[...]

XXVIII - coordenar assuntos relacionados à organização e à realização de eventos nacionais e internacionais do CFC;

[...]

Art. 2º Revogar os incisos III e VIII do art. 18 e a alínea "d" do § 5º do art. 28 da Resolução CFC n.º 1.458/2013.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO
Presidente do Conselho

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MACHADO DE ASSIS



O autor de "Dom Casmurro", "Quincas Borba", entre outras obras, é patrono **in memoriam** da Imprensa Nacional desde janeiro de 1997.

Patrono da Imprensa Nacional

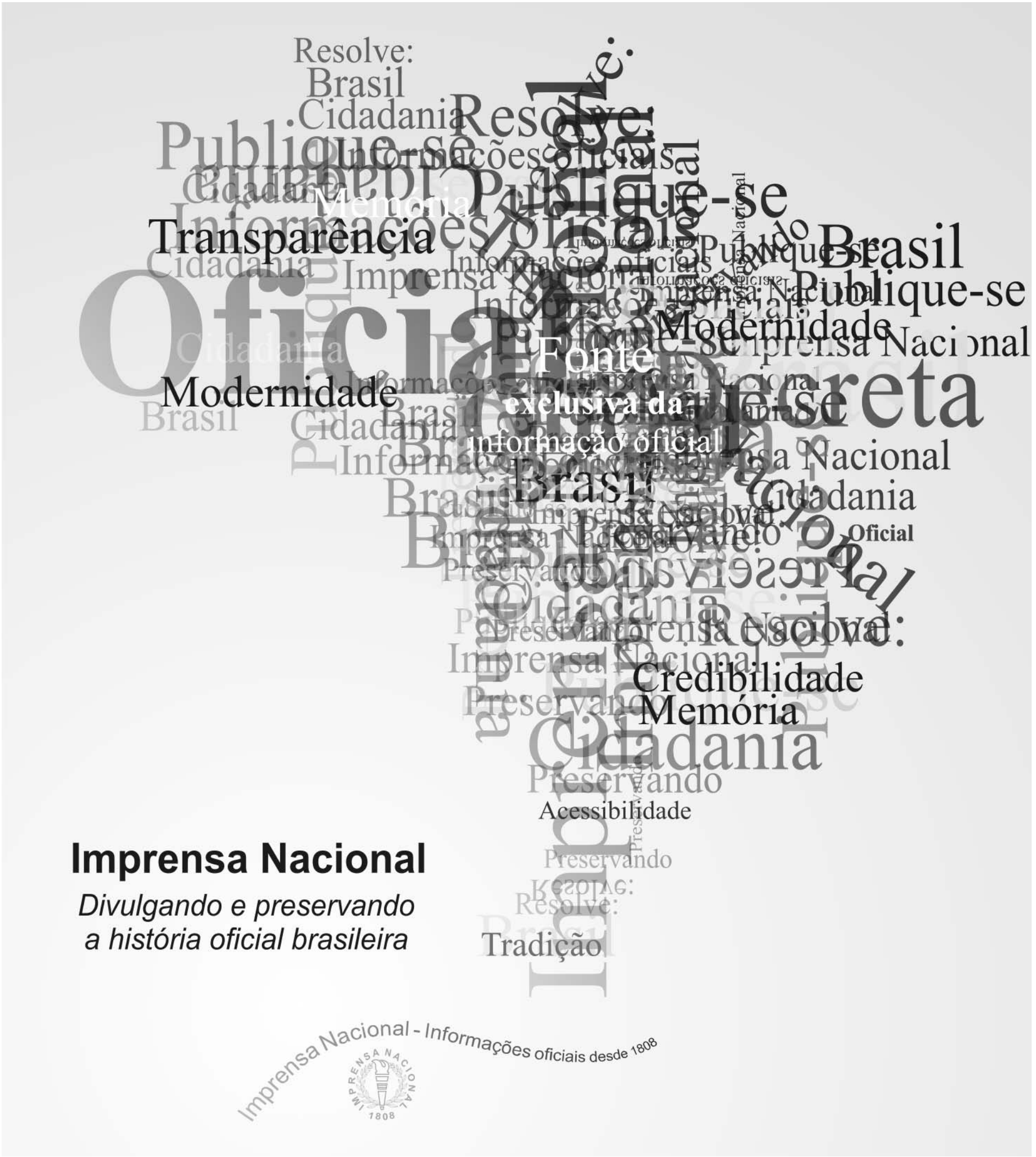
Machado de Assis, no início de sua carreira literária, trabalhou, de 1856 a 1858, como aprendiz de tipógrafo, usando o prelo que hoje está em exposição no Museu da Imprensa. Em 1867 regressa ao órgão oficial para trabalhar como ajudante do diretor de publicação do **Diário Oficial**, cargo que ocupou até 6 de janeiro de 1874.

IMPRENSA NACIONAL 1808



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014062600131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.


Transparência
Modernidade
Fonte
exclusiva da
informação oficial
Brasil
Oficial
Credibilidade
Memória
Cidadania
Acessibilidade
Tradição
Imprensa Nacional
Divulgando e preservando
a história oficial brasileira
Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808